

Para uma história das
ideias linguísticas de

Antenor Nascentes



ORGANIZAÇÃO
CLAUDIA CASTELLANOS PFEIFFER
THAÍS DE ARAUJO DA COSTA
VANISE MEDEIROS

**PARA UMA HISTÓRIA DAS
IDEIAS LINGUÍSTICAS DE
ANTENOR NASCENTES**



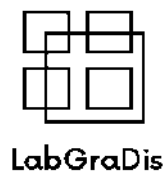
Pedro & João
editores

Este livro é uma realização do Arquivos de Saberes Linguísticos (SaberLing) com apoio da Faperj (Ref. Proc. E-26/211.241/2021) ao projeto “LabGraDis: Laboratório de Estudos em Gramática & Discurso – um espaço coletivo de projetos e pesquisas”, ao qual o SaberLing se filia.

Ele conta com textos de pesquisadores de várias universidades brasileiras e passou por avaliação e revisão às cegas conforme diretrizes da Proposta de Classificação de Livros do GT “Qualis Livro” da CAPES (2019).

A foto original de Antenor Nascentes presente na capa de trás e na folha de rosto está sob custódia do Arquivo Nacional.

A foto das organizadoras presente na orelha pertence ao seu acervo pessoal e foi tirada durante o II Seminário do Arquivos de Saberes Linguísticos: homenagem a Antenor Nascentes (II SASLi) realizado, no Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em março de 2024. O estandarte da Marielle Franco que comparece na foto é produção de Helenice Dornelles.



Para uma história das
ideias linguísticas de

Antenor Nascentes



ORGANIZAÇÃO
CLAUDIA CASTELLANOS PFEIFFER
THAÍS DE ARAUJO DA COSTA
VANISE MEDEIROS

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer; Thaís de Araujo da Costa; Vanise Gomes de Medeiros [Orgs.]

Para uma história das ideias linguísticas de Antenor Nascentes. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. 363p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-1613-3 [Impresso]

978-65-265-1614-0 [Digital]

1. História das ideias linguísticas. 2. Antenor Nascentes. 3. Saberes linguísticos. 4. Brasil. I. Título.

CDD – 410

Capa: Luidi Belga Ignacio

Concepção da capa: Claudia Castellanos Pfeiffer, Thaís de Araujo da Costa, Vanise Gomes de Medeiros

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Revisão e preparação de originais: Thaís de Araujo da Costa, Daniele Barros de Souza, Nicole Cavalcante Duque Gredilha Coelho e Thairly Mendes Santos

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2024

*Submeter o nosso falar diferente às formas portuguesas é um absurdo
desprezível e servilmente colonial...*
(Nascentes, *O Linguajar Carioca em 1922*, 1922, p. 11-13)

Com efeito, não há sentidos eternos. Há sentidos eternalizados.
(Orlandi, *Terra à Vista*, 1990, p. 255)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
BIOGRAFIA	
Antenor Nascentes: o homem por trás das ideias	17
<i>Aíra Suzana Ribeiro Martins</i>	
Capítulo 1	
Rios perenes – Nascentes caudaloso	23
<i>Emílio Gozque Pagotto</i>	
Capítulo 2	
Por todas as latitudes e longitudes: o professor viajante Antenor Nascentes.....	51
<i>Elisabeth Monteiro da Silva</i>	
Capítulo 3	
(Des)encontros entre língua e raça em <i>O Idioma Nacional</i> de Antenor Nascentes.....	65
<i>Pedro Arão das Mercês Carvalho</i>	
<i>Rogério Modesto</i>	
Capítulo 4	
A negritude de Antenor Nascentes e a escrita da história da Linguística	81
<i>Luciano Monteiro</i>	
Capítulo 5	
<i>O Linguajar Carioca</i> : a contribuição de Antenor Nascentes para os estudos lexicais.....	129
<i>Claudia Moura da Rocha</i>	
Capítulo 6	
<i>O Dicionário de Sinônimos</i> de Antenor Nascentes: formatos discursivos de verbetes.....	149
<i>José Horta Nunes</i>	

Capítulo 7

Língua(s) e sujeito(s) indígena(s) e africano(s) em *O Linguajar Carioca*, de Antenor Nascentes – Parte I 165

Claudia Castellanos Pfeiffer

Thaís de Araujo da Costa

Vanise Medeiros

Capítulo 8

Língua(s) e Sujeito(s) Indígena(s) e Africano(s) em *O Linguajar Carioca*, de Antenor Nascentes – Parte II..... 199

Claudia Castellanos Pfeiffer

Thaís de Araujo da Costa

Capítulo 9

Do prestígio intelectual aos laços afetivos: a correspondência internacional passiva de Antenor Nascentes (1920-1970)..... 229

Laura Sokolowicz

Capítulo 10

Nas margens, nas correspondências: discursos sobre a língua em Mário de Andrade e Antenor Nascentes nos arquivos pessoais 255

Lívia Letícia Belmiro Buscácio

Capítulo 11

Antenor Nascentes e Mário de Andrade: um projeto de nação brasileira e de uma língua falada e escrita no/do Brasil..... 275

Marcelo Moraes Caetano

Capítulo 12

A filologia segundo Antenor Nascentes..... 297

Cynthia Vilaça

Capítulo 13

Sentidos de língua (s) e sujeito (s) na *Gramática da Língua Espanbola para uso dos brasileiros*, de Antenor Nascentes 321

Joyce Palha Colaça

Capítulo 14

Antenor Nascentes e “os laços essenciais entre a linguagem e a vida”
..... 337

Gesualda dos Santos Rasia

PERFIS DOS AUTORES 355

ÍNDICE REMISSIVO 359

APRESENTAÇÃO

O livro **Para uma história das ideias linguísticas de Antenor Nascentes** é fruto do II Seminário do Arquivos de Saberes Linguísticos (SASLi): homenagem a Antenor de Veras Nascentes (1886-1972), evento híbrido interinstitucional (UERJ-UFF-Unicamp) realizado no Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ILE-UERJ), de 6 a 8 e de 13 a 15 de março de 2024, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)¹. Possui 14 capítulos, além desta apresentação e de uma biografia de Antenor Nascentes, de autoria de Aira Suzana Ribeiro Martins, intitulada “Antenor Nascentes: o homem por trás das ideias”.

Abre a obra o capítulo de Emílio Gozze Pagotto “Rios perenes – Nascentes caudaloso”, o qual decorre da conferência de abertura do II SASLi. Em linguagem poético-científica, o autor nos diz da falta de Nascentes em si mesmo. E, buscando compreendê-la, lança seu olhar sobre a historicidade que a constitui. Nesse movimento, nos diz também da vertigem promovida por Nascentes, estudioso – como formula – de nome mulato, na geração de linguistas que, assim como nosso conferencista de abertura, foram disciplinados nas epistemologias regradadas, regadas à água mineral, cafezinho, boas bibliotecas, verbas sazonais generosas e recursos informáticos assombrosos.

O segundo capítulo, “Por todas as latitudes e longitudes: o professor viajante Antenor Nascentes”, é de autoria de Elisabeth Monteiro da Silva. Nele, adotando como metodologia os conceitos de *intelectual* e *redes de sociabilidades* de Sirinelli, a autora propõe-se a investigar a importância das viagens de Antenor Nascentes para a circulação de ideias, comunicação e troca, através de um movimento transoceânico, em diferentes territórios, com a comunidade científica.

No capítulo seguinte, “(Des)Encontros entre língua e raça em *O Idioma Nacional* de Antenor Nascentes”, Pedro Arão Carvalho e Rogério Modesto, com base na Análise de Discurso de orientação materialista, na História das Ideias Linguísticas e nos estudos sobre racialidade, produzem um gesto de leitura sobre os modos de comparecimento da língua e do português brasileiro em *O Idioma Nacional* de Nascentes, homem negro das Letras que

¹ Assista à gravação do evento no canal do Arquivos de Saberes Linguísticos no Youtube, em: <https://bit.ly/IISASLI>.

atuou como professor, gramático e estudioso da linguagem na passagem do século XIX para o XX. Os autores discorrem ainda sobre como ocorre nessa obra a diferenciação entre português brasileiro e português europeu e sobre como se dá a inscrição do debate racial a partir de pistas textuais materializadas nos exemplos gramaticais dados.

“A negritude de Antenor Nascentes e a escrita da história da Linguística” é o título do quarto capítulo, no qual Luciano Monteiro tece, em tom ensaístico, uma reflexão axiológica sobre o trabalho do historiador da Linguística. Sua motivação parte da constatação do apagamento da negritude de Antenor Nascentes na maior parte da bibliografia e na memória do campo dos estudos dessa área. A partir de uma abordagem histórica e microsociológica, o autor discorre sobre os desafios enfrentados por Nascentes como pessoa negra que veio ao mundo nos anos finais da escravidão e sobreviveu ao projeto de eliminação física e simbólica da população afro-brasileira durante a Primeira República. A proposta que emerge como agenda de pesquisa destaca a importância da identidade étnico-racial, de gênero e de classe como parâmetros mínimos para se investigar o saber linguístico de outras épocas.

O quinto capítulo, de autoria de Cláudia Moura da Rocha, intitula-se “O linguajar carioca: a contribuição de Antenor Nascentes para os estudos lexicais”. Nele, por meio de uma breve análise do corpus selecionado pelo autor na obra *O Linguajar Carioca*, que completou 100 anos em 2022, a autora objetiva identificar suas contribuições para os estudos lexicais. Nessa obra, Nascentes, um dos precursores dos estudos dialetológicos no Brasil, realiza, mesmo com poucos recursos tecnológicos, um levantamento do léxico carioca, que, marcado, segundo ele, pelo cosmopolitismo, serviria, como previra, não para seus contemporâneos, mas para as gerações futuras, como a nossa, que depois de um século encontraria em seu estudo “uma fotografia do estado da língua” daquele período (Nascentes, 1922, p. 9).

No sexto capítulo, “O Dicionário de Sinônimos de Antenor Nascentes: formatos discursivos de verbetes”, José Horta Nunes, com base na análise de uma amostragem de verbetes recortados do *Dicionário de Sinônimos* (1957), procura mostrar regularidades discursivas que levam a distinguir diferentes formatos de verbetes. O autor também aborda o modo como Nascentes situa seu dicionário na história de concepções de sinonímia, citando autores e posicionando-se em relação a uma memória dos dicionários de sinônimos, marcada pela busca da sinonímia “justa”, mas também pela descrição das diferenças.

O sétimo e o oitavo capítulos nos trazem, sob o título “Língua(s) e sujeito(s) indígena(s) e africano(s) em *O Linguajar Carioca*, de Antenor Nascentes”, uma pesquisa dividida em duas partes. Considerando a relação indissociável entre língua e sujeito, seu objetivo é refletir sobre o(s) lugar(es)

destinados à(s) língua(s) e ao(s) sujeito(s) indígena(s) e africano(s) em *O Línguajar Carioca*, de Antenor Nascentes.

Com esse propósito, na primeira parte, Claudia Regina Castellanos Pfeiffer, Vanise Gomes de Medeiros e Thaís de Araujo da Costa debruçam-se sobre as textualidades iniciais (capa, dedicatória, prefácio e o primeiro capítulo) da primeira e da segunda edição da obra, publicadas, respectivamente, em 1922 e 1953, buscando ainda compreender parte do que se inscreve na diferença e na coincidência entre essas duas edições.

Já na segunda parte, adentrando o corpo da obra, Claudia Pfeiffer e Thaís Costa tomam como materialidade de análise o capítulo “Vocabulário”. O objetivo geral se mantém: compreender parte dos processos de significação em jogo nas discursividades que apontam para o(s) lugar(es) destinados à(s) língua(s) e ao(s) sujeito(s) não branco(s) nessa textualidade, buscando fazer ver o que (não) se diz sobre essas línguas e sujeitos no espaço regional/nacional.

No capítulo “Do prestígio intelectual aos laços afetivos: a correspondência internacional passiva de Antenor Nascentes (1920-1970)”, Laura Sokolowicz dedica-se à análise do arquivo epistolar de Nascentes. Mais especificamente, a autora volta-se para a correspondência internacional recebida por Nascentes entre 1920 e 1970 de intelectuais e acadêmicos de diferentes partes do mundo que atuavam no campo da Filologia, da Dialectologia, da Lexicografia, da Fonética, da Antropologia. A seu ver, tais missivas podem ser lidas como registros da vida intelectual, do desenvolvimento profissional e das ligações afetivas que esse trânsito lhe permite consolidar ao longo das décadas. Assim, seu objetivo é interpretar o arquivo epistolar como indício e testemunho de como, a partir de uma periferia geográfica, racial e linguística, Nascentes se projeta como referente intelectual de um campo: o português do Brasil.

Também sobre correspondências, na sua relação com as marginálias, versa o décimo capítulo. Em “Nas margens, nas correspondências, discursos sobre a língua em Mário de Andrade e Antenor Nascentes nos arquivos pessoais”, Livia Letícia Belmiro Buscácio, com base na História das Ideias Linguísticas (Auroux, Orlandi) e na Análise de Discurso Materialista (Pêcheux, Orlandi), toma como objeto correspondências e anotações de Mário de Andrade nas margens de obras de Antenor Nascentes. A autora assinala a cumplicidade de Nascentes e Mário em mesma discursividade sobre a língua do/no Brasil, simbolizada pelo Gabinete de Fonética Experimental, em uma busca pioneira de Mário de Andrade, Manuel Bandeira e Antenor Nascentes por escutar e registrar falares e cantigas em terras brasileiras, com os projetos Arquivos da Palavra e Pronúncias Regionais do Brasil. Assim, considera as correspondências e as anotações

como gestos de leituras e escritas de si e do outro alinhados à formulação e circulação de saberes linguísticos do/no Brasil.

A relação entre Antenor Nascentes e Mário de Andrade também é o tema do décimo primeiro capítulo de autoria de Marcelo Moraes Caetano. Em “Antenor Nascentes e Mário de Andrade: um projeto de nação brasileira e de uma língua falada e escrita no/do Brasil”, o autor volta-se para 1920, década que traz intelectuais pensando, muitas vezes como antagonistas, a língua portuguesa como reflexo da língua herdada de Portugal ou como reflexo da cultura do Brasil. Dentre esses, encontram-se Nascentes e Mário. O primeiro, na História dos Instrumentos Linguísticos Brasileiros, pode ser considerado, a seu ver, junto com Amadeu Amaral, um representante da segunda fase da nossa gramatização, com viés naturalista, seguindo a premissa de que a língua no/do Brasil seria uma derivação imperfeita do idioma lusitano. Já o segundo, até por sua filiação à Etnografia, ao Folclore e à Musicologia, buscava referendar a língua falada e escrita no/do Brasil a partir de elementos da cultura popular que ele próprio testemunhara. Daí considerar que as concepções de um ou de outro dos pensadores eram, portanto, estéticas e éticas, com perspectivas que as tornavam, por certos ângulos, dicotômicas.

“A Filologia segundo Antenor Nascentes” é o título do décimo segundo capítulo, de autoria de Cynthia Vilaça. Nesse capítulo, a autora busca contribuir com a História das Ideias Linguísticas e dos estudos sobre linguagem no Brasil, apresentando o entendimento do termo “filologia” por Antenor Nascentes, célebre estudioso que se destacou particularmente no campo da Lexicografia e da Dialectologia brasileiras. Para tal, expõe o problema da polissemia do termo em questão por meio de um breve esboço da história do seu uso, de Platão ao século XX. Em seguida, classifica os usos do termo por Nascentes a partir de informações presentes em dez obras de sua autoria, entre elas: dicionários, textos acadêmicos, livros de caráter didático e na edição que preparou de *Os Lusíadas*, de Camões.

No décimo terceiro capítulo, “Sentidos de língua (s) e sujeito (s) na Gramática da Língua Espanhola para uso dos brasileiros, de Antenor Nascentes”, Joyce Palha Colaça coloca em cena a trajetória pioneira de Antenor Nascentes como ocupante da primeira cadeira para a disciplina de língua espanhola no Colégio Pedro II, o que o possibilitou também produzir sua própria gramática – a *Gramática da Língua Espanhola para uso dos brasileiros* (1920). Como instrumento linguístico (Auroux, 1992), essa gramática institui(u) modos de dizer da/sobre a(s) língua(s) espanhola e portuguesa no/do Brasil e dos/sobre os sujeitos reproduzidos em sua obra. Ancorada no lugar teórico da História das Ideias Linguísticas, constituída no encontro com o campo da Análise de Discurso Materialista, a autora olha para recortes que tratam das relações entre língua(s) e sujeito(s) nas textualidades da

gramática, visando compreender também, nesse gesto analítico, a disciplinarização da língua espanhola no espaço de enunciação brasileiro.

Por fim, encerra o livro o capítulo “Antenor Nascentes e ‘os laços essenciais entre a linguagem e a vida’”, de Gesualda dos Santos Rasia, o qual decorre da conferência de encerramento do II SASLi. Em sua incursão na obra de Antenor Nascentes, a partir do filtro da História das Ideias Linguísticas, em diálogo com pressupostos discursivos, a autora recorta como objeto de análise a obra *O Idioma Nacional* (1926, 1927 e 1928) e segue indícios que a autorizam a localizar Antenor Nascentes como homem de seu tempo, ao mesmo tempo em que à frente dele se colocava. Filólogo, gramático, linguista e lexicógrafo, etimólogo e dialetólogo, Rasia demonstra como Nascentes marcou-se pelo multifacetamento em sua produção, ocupando-se da produção do conhecimento sobre a linguagem, sem prescindir daquelas atinentes ao fora da língua. A relação com a exterioridade, como explica a autora, foi uma das marcas dos escritos de Nascentes, em temporalidade bastante anterior ao advento dos estudos sociolinguísticos. Desse modo, visando abordar a inextrincabilidade da linguagem com a vida, na produção de Nascentes, perscruta-se que língua é essa que o professor Nascentes mapeia, com fins didáticos, ao mesmo tempo em que transcende e em muito esse objetivo.

Os textos que compõem nosso livro são advindos de áreas diferentes que se cruzam na compreensão uníssona da maestria desse nome de autor que faz história nas ciências da linguagem por diversas razões exploradas nos gestos de pesquisa que se materializam na presente obra, mostrando a importância e o muito ainda a se dizer dos escritos de Nascentes.

Agradecemos a rica participação das autorias aqui reunidas e desejamos proveitosas leituras!

Campinas – Rio de Janeiro, julho de 2024.

As organizadoras
Claudia Regina Castellanos Pfeiffer
Thaís de Araujo da Costa
Vanise Gomes de Medeiros

BIOGRAFIA

ANTENOR NASCENTES: O HOMEM POR TRÁS DAS IDEIAS²

Aira Suzana Ribeiro Martins

O Seminário do Arquivos de Saberes Linguísticos (SASLi), em sua segunda edição, homenageia a figura ilustre de Antenor de Veras Nascentes (1886-1972). Ele foi professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), antiga Faculdade La-Fayette e depois Universidade do Distrito Federal. Seu ingresso se deu em 1937, por ocasião da criação da cadeira de Filologia Românica na universidade. Antenor Nascentes foi também professor da Universidade Federal Fluminense.

Nascido no Rio de Janeiro a 17 de junho de 1886, neto de escrava, Antenor Nascentes teve uma infância muito pobre. Desde os primeiros anos de sua formação escolar mostrou-se um aluno brilhante, o que levou sua professora do curso primário a inscrevê-lo, com 11 anos, no concurso para o Ginásio Nacional, como passou a se chamar o Colégio Pedro II após a Proclamação da República até 1911. Aprovado com distinção, a professora Amélia Fernandes Costa, que havia feito sua inscrição para o exame, se tornou responsável por manter aquele estudante que, por seu brilhantismo, alcançou o prêmio do Panteão Escolar, distinção concedida aos melhores alunos do Colégio. Companheiro de turma de Manuel Bandeira, Álvaro Ferdinando de Souza da Silveira, Augusto Haddock Lobo, entre outros, em 1902, Antenor Nascentes concluiu o curso de Bacharel de Ciências e Letras do Ginásio Nacional.

Dando continuidade à sua formação e com o propósito de não perder o contato com a comunidade escolar que lhe dera tantas oportunidades, resolveu cursar a Faculdade de Ciências Jurídicas pelo fato de funcionar no prédio do Colégio, segundo relato da revista *Internato* (Dobbert *et al.*, 1953). Em reconhecimento por ter sido o melhor aluno do curso secundário, recebeu uma bolsa para estudar Direito, que finalizou em 1909.

Bacharel em Direito, fez concurso para os Correios, onde trabalhou até passar a exercer o cargo de 3º Oficial da Secretaria do Ministério da Justiça e

² Texto originalmente publicado no jornal distribuído durante o II Seminário do Arquivos de Saberes Linguísticos: homenagem a Antenor Nascentes (ILE-UERJ, de 13 a 15 de março de 2024).

Negócios Interiores por meio de outro concurso. A experiência no serviço público levou Antenor Nascentes a publicar, em 1914, a obra *Ligeiras Notas sobre a Redação Oficial*. O sólido conhecimento musical adquirido em sua formação escolar motivou, em coautoria com o professor José Raimundo da Silva, a publicação, em 1917, da obra *Elementos de Teoria Musical*.

O desejo de retornar como professor à casa onde estudara fez com que Antenor Nascentes prestasse concurso para a cátedra de Espanhol, recém-criada no estabelecimento, com a tese intitulada “Um ensaio diferencial dos elementos gregos que se encontram no Espanhol”. Aprovado em primeiro lugar, em 1919, foi nomeado o professor catedrático de língua espanhola do Colégio Pedro II. Com o término da cadeira de Espanhol na instituição, em 1928, passou a ocupar a cadeira de Português. Essa transferência sem concurso custou-lhe severas críticas por parte do corpo docente do colégio. Como prova de seus conhecimentos, em 1932, o professor publicou o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, prefaciado pelo grande filólogo alemão Meyer-Lübke. Fruto de 20 anos de pesquisa, esse dicionário é considerado por muitos como sua obra mais importante e mais tarde, em 1952, Nascentes publicou o segundo volume do dicionário, o *Dicionário Etimológico de Nomes Próprios*. Além de ter sido celebrado pelo meio acadêmico, o primeiro volume do *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* contribuiu para que ingressasse no círculo restrito de filólogos, como Saïd Ali, Augusto Magne e Souza da Silveira, de acordo com Celso Cunha (2006).

Segundo Bechara (2020), a publicação desse dicionário fez com que Antenor Nascentes se tornasse respeitado em Portugal e nos países que pesquisavam sobre a Filologia portuguesa, como Alemanha, França, Inglaterra, Espanha e Romênia.

Seu trabalho com o léxico pode ser visto em o *Vocabulário Ortográfico* (1941). Como informa Bechara (2020), essa obra influenciou o *Vocabulário Ortográfico* da Academia Brasileira de Letras (ABL). Ainda, segundo o gramático, o *Dicionário Etimológico de Nomes Próprios* (1953) serviu de base para o *Vocabulário Onomástico da Língua Portuguesa* da ABL.

Pesquisador incansável, Antenor Nascentes estava sempre atento aos fatos a seu redor. Em relação a essa característica do professor, Bechara (1991) lembra um pensamento de Goethe, segundo o qual, o pesquisador deve estar com um olho na Ciência e outro olho na Vida. Na publicação de *O Linguajar Carioca em 1922* (1922), apresenta, no prefácio da obra, um dos fatos que motivaram o estudo dos falares do Rio de Janeiro: “Só depois que o grande mestre da filologia românica, em escrito que se dignou dirigir-nos, pediu-nos informações a respeito das alterações sofridas no Brasil pela língua portuguesa, tivemos a ideia de concatenar nossas notas” (Nascentes, 1922, n.p.). Como observa Bechara (1991), no início do século XX, nos meios acadêmicos estrangeiros, havia grande interesse pelas mudanças que

se observavam na língua utilizada pelas classes populares. Nessa ocasião, o pesquisador Meyer-Lübke escreveu para Antenor Nascentes, pedindo informações a respeito das alterações sofridas no Brasil pela língua portuguesa. Como o próprio autor explica, essa solicitação lhe trouxe motivação para organizar a obra *O Linguajar Carioca em 1922* (1922). Em 1920, Amadeu Amaral publicara *O Dialeto Caipira*, que trouxe, certamente, grande auxílio para o desenvolvimento da pesquisa sobre os falares do Rio de Janeiro.

A obra de Nascentes (1922) provocou grande impacto pela sua inovação e o próprio autor adverte o leitor no prefácio: “Nosso trabalho não é para a geração atual; daqui a cem anos, os estudiosos encontrarão nele uma fotografia para o estado da língua e nesse ponto serão mais felizes do que nós que nada encontramos do falar de 1822” (Nascentes, 1922, n.p.). O seu interesse pelos estudos dialetológicos não se encerra nessa obra. Em 1958 e em 1962, publica os dois volumes das *Bases para a Elaboração do Atlas Linguístico do Brasil*, que muito auxiliaram pesquisadores de Dialectologia. Os estudos dialetológicos de Nascentes, além do tratamento dado aos estrangeirismos e neologismos, mostram seu espírito corajoso numa época em que se primava pelo purismo da língua. Segundo observação de Hampejs (1961), o professor evitava o emprego das expressões “certo” ou “errado” em relação a estrangeirismos e neologismos. Para ele, a língua devia seguir o seu próprio rumo e só deveriam ser consideradas incorretas as expressões que fugiam à compreensão. A atenção ao estado da língua que se falava no Brasil do século XX levou-o a escrever também livros e artigos: “A Gíria Brasileira” (1953); “A Pronúncia Brasileira da Língua Portuguesa” – *In: Miscelânea Mário Roques* (1952); “Tesouro da Fraseologia Brasileira” (1966); “A Preposição do Agente da Passiva” – *In: Saggi Ettore i Gotti* (1962); *O Problema da Regência* (1960).

A obra inovadora de Nascentes mostra a sua preocupação não só com a pesquisa como também com o ensino e, como observa Azeredo (2004), ele conseguia, brilhantemente, promover o diálogo entre essas duas instâncias de forma enriquecedora. De sua extensa obra, como exemplos, pode-se citar *O Idioma Nacional* (1926), coleção de quatro volumes, utilizada no ensino do português do curso secundário do Colégio Pedro II. Nessa obra, Nascentes mostra seu pioneirismo ao tratar do português que se falava no Brasil. Como professor de Filologia Românica da Universidade do Distrito Federal, antiga UERJ, publicou *Elementos de Filologia Românica* (1954), reunião dos textos que seriam utilizados em suas aulas.

As atividades do professor Antenor Nascentes não se limitaram aos estudos linguísticos. O seu amor pelo Rio de Janeiro o inspirou a publicar, em 1957, *Efemérides Cariocas*, que, segundo Hampejs (1961), foi escrito para comemorar antecipadamente o IV Centenário da cidade. O seu gosto por

viagens motivou-o a escrever diversos artigos sobre turismo em jornais e dois livros de viagem, em que revelava suas impressões sobre cidades brasileiras ou países que visitara.

Antenor Nascentes também fez a tradução de peças teatrais, como *O Barbeiro de Sevilha ou a Precaução*; *O Dia das Loucuras ou o Casamento de Fígaro* e *O outro Tartufo ou a Culpa Materna*. Traduziu, ainda, *Teatro*, de Beaumarchais. Escreveu também artigos de crítica literária e textos de divulgação musical.

Todo o acervo de Antenor Nascentes, com cerca de 13.000 itens, composto de livros didáticos, artigos de periódicos, postais raros, correspondências ativas e passivas, entre outras publicações, foi doado por sua família ao Colégio Pedro II. Também fazem parte da Coleção Antenor Nascentes objetos pessoais do pesquisador, como máquina de escrever, esculturas e quadros.

Em 1992, foi inaugurado o Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes. De acordo com informações de Cardoso, Côrbo e Andrade (2021), o Centro de Estudos Linguísticos e a Biblioteca Antenor Veras Nascentes estão subordinados ao Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II, o CEDOM, que tem a responsabilidade de guardar e preservar todo o material ali depositado.

O Laboratório de Digitalização do Acervo Histórico do Colégio Pedro II (LADAH), que também faz parte do CEDOM, vem se ocupando de realizar a digitalização do material impresso, considerando o valor histórico e o estado de degradação física da obra, com o objetivo de preservar seu conteúdo. A principal obra de Nascentes, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, foi digitalizada. As teses do concurso para a cátedra de Espanhol tanto de Nascentes como do outro candidato, David Perez, foram também digitalizadas e encontram-se disponíveis em PDF e em DVD.

Referências

- AZEREDO, José Carlos. Revisitando Nascentes. *In: Matruga*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação da UERJ, n. 16, 2004.
- BECHARA, Evanildo. **Antenor Nascentes - Romanista**. Rio de Janeiro: Linceu Literário Português. n. 1 - 1º Semestre de 1991.
- BECHARA, Evanildo. **Um ilustre representante da negritude brasileira**. Portal da academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www2.machadodeassis.org.br/artigos/um-ilustre-representante-da-negritude-brasileira>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- CARDOSO, Tatyana M. de M.; CORBO, Priscila de A. B.; ANDRADE, Douglas Felipe de. O patrimônio documental de Antenor Veras Nascentes. *In: Biblos*. Rio Grande, v. 35, n. 02, jul/dez. 2021.

- CUNHA, Celso. Presença de Antenor Nascentes. *In: Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro, n. 11, v. 10, 2006.
- DOBBERT, Franz *et alii* (org.) *In: Revista Internato*. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1953.
- HAMPEJS, Zdenek. Três aspectos da obra de Antenor Nascentes. *In: Revista Letras*. Curitiba: Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, 1961.

CAPÍTULO 1

RIOS PERENES – NASCENTES CAUDALOSO

Emilio Gozze Pagotto

Em ciência e arte não há imoralidades. Naturalia non sunt turpia.
(Antenor Nascentes em *A Gíria Brasileira*)

O arquivo de si

A busca pelo outro é uma procura por si mesmo. Quem organiza o arquivo está em busca de si, e ninguém sai da experiência do arquivo sendo o mesmo que nele entrou. Quem passou aquela porta – pode ser a mais diáfana, mínima – e foi criando, descobrindo corredores, em que pôs o esforço de organizar um certo mundo – noutra sentido, fazê-lo fazer sentido – pode achar que comanda as prateleiras e sinais, as distribuições e pilhas, mas no final de tudo, foi governado pelas teias do objeto que ousou querer construir, que não é (nem foi) mais objeto, mas sujeito de si. Porém, só se descobre isso quando em algum momento se olha para trás, atrás de alguma sede que ficou para trás, e se percebe a si como a um outro que olha no espelho do arquivo outros outros que foram ficando no caminho; transformados todos.

Há sim, claro, a arrogância de não se querer objeto do objeto, de jactar-se humildemente pelas releituras filigranáticas do outro que finge posar para a escultura no salão das ideias belas artes mais ou menos imaginadas a partir de quadros epistemológicos pomposos. Mas o arquivo não é o outro, o arquivo somos nós que o projetamos, que o desenhamos, que o pusemos de pé na catedral algo jesuítica do fazer memória no edifício imaginário em cujas salas, móveis e por fim gavetas dispomos pacientemente os frutos das nossas pretensas descobertas.

Saberes são isto. É o que temos para sempre.

Vertigem

Nascentes. Antenor, nome de subúrbio. Nome mulato, como o de Cartola – Angenor (rima irresistível que atrai os gênios da raça). Nascentes é vertigem, mergulho ciclópico; estupor para a geração de linguistas disciplinados nas epistemologias regradas, regadas a água mineral, cafezinho, boas bibliotecas, verbas sazonais generosas e recursos informáticos assombrosos. Como eu.

Nascentes é vertigem.

Impossível abraçar sua obra incompleta, como quem abraça, mesmo em grupo pasmado, o jequitibá centenário, teimoso e solitário na mata algo rala e teimosa também. Volto ao tema de leitura de anos atrás, convite generoso de um Eduardo – o Guimarães –, senhor de periodizações das nossas ideias linguísticas imperenes. Lá (confira, por favor, meu leitor-ouvinte-espectador expectorante, a lista buromonocordicamente esculpida segundo as regras vigentes das legislaturas bibliográficas garantidoras da boa ciência), mergulhei como informante de possíveis leitores numa obra assombrosa, uma espécie de reedição avultada de trabalhos do cujo aqui tihoso – *Estudos Filológicos*. Era leitor situando leitor, resenhista encomendado de livro. E mergulhei maravilhado no mar desconhecido de mim desse sujeito quase sobrenatural e devoto. Volto a elas aqui; continuo leitor, claro, porém – graças aos deuses organizadores de livros – mais livre para ser mais leve e mais solto.

Resenho a resenha, mas aqui buscando a objetiva grande-angular – e as lupas mais potentes – refaço tudo, enfim. Procuo dar sentido ao atordoamento que me acometeu na leitura anterior, de tantos anos; vertigem que chega atrapalhava a tarefa quase burocrática a cumprir. Me retomo e me refaço. *Sou de uma geração de outros mestres*, dizia eu lá em 2003. E como tal busco entender por seus discípulos (Celso Cunha, Silvio Elia, Evanildo Bechara, tantos) o mestre maior. E do trampolim deles mergulho no marmestre, no mestremar, sem amarras e boias, sem colete salva-vidas nem bombeiros epistemológicos a postos.

Tanto já se disse. Nascentes era doidão; muitos temas numa cabeça só. E ao mesmo tempo, prosaico – no bom sentido –, metódico (como os dicionários aos borbotões o atestam) e sintético, conciso, como o próprio aquiesceu, diante de uma quase acusação estilística. Pois então, ler os *Estudos Filológicos* na edição da Academia Brasileira de Letras produz essa sensação doída de atropelamento: o cara escreve um tratado de teoria musical, livros de viagem, escreve um dicionário etimológico (e um dicionário de sinônimos, e um vocabulário ortográfico) e viaja o Brasil todo de sua época para propor regiões dialetais, e se mete em ações do governo na criação de órgãos e políticas de pesquisa, e fala e fala, e se mantém professor do Colégio Pedro

II (mesmo quando Gustavo Capanema o convida para a Universidade do Rio de Janeiro).

Papo reto: por que tudo isso pra mim é apenas referência indireta livresca e não parte constitutiva da minha formação, isto é, parte-de-mim-eu-mesmo? Das questões que me ponho, esta é uma. Mas antecede as outras. É muito apenas confortável me pôr num quadro qualquer de vista panorâmica e produzir vomitinterpretações da paisagem-tempo que se descortina a bel-prazer dos belvederes discursivo-epistemológicos do momento. Quero mais. Quero entender a falta de Nascentes em mim. E é dela que parto. Da paisagem partida do saber parido no ambulatório nacional dos estudos linguísticos. Parto dela, mas a deixo para o fim, pois entendê-la implica entender todo o resto, como, de resto, é o fazer de entender as coisas do mundo (coisas vistas, coisas vividas ou coisas imaginadas, pois não?).

Já o disseram outros, em genuflexão protocolar ou em sincera reverência: o homem era um azougue, um acadêmico mercurial. Muitos já o retrospectivizaram, chamando a atenção para a sua atuação em campos diversos dos estudos da linguagem, tais quais se apresentavam no período de sua formação e atuação: Lexicografia, Dialetoлогия, Gramática, Ensino de Língua, Gramática Comparada, afora incursões em outras searas. Corro o risco de reduções – claro – mas ponho em destaque dois movimentos que me parecem correlacionados e articulados com o que era a moderna ciência da linguagem nos anos 20 do século XX: a Dialetoлогия e a Etimologia. Nascentes publica *O Linguajar Carioca em 1922* (prestando tributo ao *Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral) e, em seguida, se entrega ao trabalho insano de parir um dicionário etimológico do português, publicado em 1932, talvez o primeiro dicionário etimológico do português digno do nome (e com prefácio de Meyer-Lübke!). Mais de um – gramático, filólogo, historiador dos estudos linguísticos – já chamou a atenção para o trabalho hercúleo, sem verbas e apoios institucionais, que Nascentes em sua solidão monástica de professor do Colégio Pedro II desenvolve. Eu, de minha parte, preciso registrar meu espanto genérico: quem de sã consciência decide construir um dicionário (mais espanto ainda: um dicionário etimológico!)? Dada a minha transcendental dificuldade em colecionar e organizar o que quer que seja, meu tributo aos lexicógrafos é um ajoelhar-se em dobles infundas. E a Nascentes, com seu fichário de mais de cem mil fichas alegadas e testemunhadas (Nascentes, 2003 [1950], p. 241).

Pois ele – o homem – propõe uma descrição do dialeto da cidade do Rio de Janeiro e um dicionário etimológico da língua como um todo (e de lambuja os quatro volumes de *O Idioma Nacional*). Num intervalo de 10 anos! É preciso, claro, entender esses gestos. Não são apenas visagens incontidas de um polímata poliglota erudito desenfreado. Nascentes é um visionário metódico, gente de outra estirpe. Os dois gestos se inserem na agenda da

Linguística Histórica do final do século XIX: a agenda histórica, isto é, como o passado se projeta no presente e como o presente e suas múltiplas oscilações iluminam as dores escondidas do passado. O presente em Nascentes se desdobra: é de um lado a totalidade do sistema (ops!) de uma comunidade (ops!) específica; de outro, é essa totalidade na contraluz de uma totalidade maior – o português esparramado no território do Brasil então. Ao mesmo tempo, a totalidade da língua transatlântica, transplantada e transmutada, transfigurada nas inúmeras totalidades regionalmente identificadas na intuição do visionário viajante. Cabe explicar, elaborar o mosaico cintilante que me toma. A destacar, a relação entre o específico (o linguajar carioca) e o, digamos, nacional, isto é, os dialetos (depois, falares) brasileiros: é de 1922 a sua primeira proposta de uma divisão dialetal do território brasileiro (reformulada em textos posteriores, e que ganha forma programática definitiva nos textos de 1953).

Assim, é na década de 20 que Nascentes elabora, para o cenário da língua portuguesa, os três planos de investigação caros à Linguística Histórica de então:

(1) o plano diacrônico (um dicionário etimológico é um campo heurístico em que se pode vivenciar o digladiar-se das correntes teóricas da Linguística Histórica do momento: são leis de mudança inexoráveis e suas primas-irmãs analógicas saneadoras de irregularidades, ou cada palavra é sua própria história, sujeita a acasos e ocasos da vida que pulsa nas cidades e nas solidões dos campos?);

(2) o plano sincrônico da vida em cada mundinho;

(3) o plano das realidades nacionais, em que os mundinhos são pensados numa relação entre si e como decorrência da dimensão diacrônica.

Digo torto, digo mal. Me uso de conceitos saussurianos para enquadrar as agendas da Linguística Histórica do século XIX, que vão redundar em agendas independentes da Dialectologia, em especial da Geografia Linguística no século XX (cf. a propósito, Pagotto, 2022), e da agenda da Etimologia, que vai procurar equacionar, à custa de muito esforço e erudição, as hipóteses de cunho neogramático e as teses meilletianas de cada palavra uma história.

Dado o cenário todo, me espanto: Nascentes é foda de série, um crânio, como já se costumou dizer em outros tempos. Procura inserir as inquietações intelectuais imperantes no período – o que é o Brasil, cultura nacional, língua nacional – na agenda mais ampla da Linguística Histórica. Disso decorre que o *Dialeto Caiçira* de Amadeu Amaral, deferenciado no seu *Linguajar Carioca*, deve se subsumir às questões mais amplas que envolvem o próprio estatuto do português brasileiro (prefiro nesse momento esse rótulo ligeiro, pois ele já diz muito) em face do curso da língua desde o longínquo latim falado. São os dois gestos epistemológicos que fundarão as duas vertentes da Dialectologia: de um lado, o estudo das “gramáticas locais” (*Ortsgrammatiken*,

cf. Wegener,1880; Pagotto, 2022), materializado na descrição do que seria o dialeto falado na cidade do Rio de Janeiro; de outro, a necessidade de pensar a língua em seu espalhamento por todo o território em que se fala português na América: aqui, a proposta das grandes regiões dialetais do Brasil. É muito sintomático (emblemático seria melhor) como, num livro em que mergulha numa *gramática local*, Nascentes se debruce sobre o problema de georreferenciar tal gramática local no cenário amplo de Geografia Linguística brasileira, apresentando pela primeira vez sua proposta para as regiões dialetais brasileiras. Ele tava ligado no lance. É notável como a hipótese secundária (da dialeção brasileira) vai ganhar protagonismo em cenas posteriores da novela linguística brasileira, enquanto o centro da obra – o dialeto carioca – se perderá na neblina dos tempos.

Me espanto e me espanto com meu próprio espanto, na distância do tempo e dos paradigmas de ciência. Mas as facilidades do mundo-em-que-tudo-se-sabe-e-se-accessa tornam irresistível me jogar na busca por compreender o homem em toda a sua complexidade, para além da bibliografia resgatada nas coleções especiais da biblioteca institucional que tão bem me serve. Pulo de cabeça na procura sôfrega. De espanto em espanto, acabo por descobrir que o capítulo é menos sobre o grande filólogo e professor e mais sobre mim mesmo e minha geração de linguistas.

Indo daqui prali nos meandros fiopédios, deparo com uma foto:



Figura 1: Antenor de Veras Nascentes.

Fonte: Revista da Associação Brasileira de Filologia.

Diz-muito do que nada-quase se diz.

Nascentes negro e pobre

As referências são esparsas e estranhas, aqui, ali e lá, um sussurro. A maioria destaca a pobreza: estudou no Pedro II (então Ginásio Nacional, por força da vassoura léxico-nomeativa republicana) com bolsa de estudos por mérito extraordinário no sistema educacional da capital do país. Isso vai e vem, em duas, três linhas laudatórias. Evanildo Bechara, falando num evento da Doutra Academia, vai além. Dos herdeiros guardiães do saber imortal e reverenciado é o primeiro que a mim abre o jogo. Saboreio frame a frame a sua fala pausada e – diria eu num arroubo interpretativo – vacilante. Por que ouço hesitação; não hesitação, mas cuidado, cautela (o leitor mais curioso poderá conferir na postagem do YouTube – sim, a Academia é moderna – o eminente gramático enunciar o que eu buscava)? Num primeiro momento, destaca a pobreza (uso aqui as reticências para as pausas e a letra maiúscula para o acento de ênfase):

Eh... Boa tarde a todos... a todos os presentes... Boa tarde aos nossos internautas que nos acompanham online... e... um... boa tarde muito especial a dois representantes da família do velho Nascentes... Nós temos aqui... dois representantes: um neto e uma bisneta desta estirpe extraordinária começada... por um homem... de uma família pObre... que chegou a ocupar... os pontos mais altos dos estudos linguísticos em nosso país. (Bechara, 2018 [on-line])

Aquilo reverbera o que já lera: o self-made man que pelo esforço do exercício solitário e renitente galgará os píncaros da glória nacional dos estudos linguísticos. Mas aí Bechara, um pouco mais à frente, não se omite e, finalmente (para mim, finalmente, pois desde que tinha deparado com a foto do Nascentes mais moço, na onipresente e incontornável *wikipedia* – o filólogo avesso a adjetivos que me perdoe o pecado de estilo – procurava ansioso menções à negritude de Nascentes), finalmente explicita a cor, numa comparação algo feliz com Machado de Assis (a rima – ou o eco vicioso, Bechara – por minha conta estilística pobre):

O velho Nascentes era um homem voltado para a vida... e para a vida da linguagem... que é, sem dúvida nenhuma, a vida do próprio ser falante... não é? A linguagem é um produto da inteligência humana... e... nela a inteligência humana coloca um pouco da sua possibilidade de enfeitar a realidade do mundo exterior e não somente do mundo exterior, mas do que nos vai na alma. Por exemplo, Machado de Assis é um desses mergulhadores da alma humana... E é interessante lembrar aqui dois nomes que... se completam nas suas áreas diferentes... Machado de Assis e o nosso... Professor Antenor Nascentes. É que ambos não tinham... na época... as condições previstas para um sucesso:

eram pobres... eram nEgros... e... viviam num ambiente muito restrito... Mas [...]. (Bechara, 2018 [on-line])

O que segue ao *mas* é mais ou menos algo como “Antenor (como Machado) virou referência nacional”. Nascentes negro, negras nascentes. Isto se ressalta ou não? Desde a foto na enciclopédia autogovernada, vinha eu sapeando as publicações em busca de uma referência explícita à cor do filólogo. Como é ser um filólogo negro, no século XX, em meio à branquitude da língua nacional eugênica? Cabe o ressaltado? Cabe o debate?

Faço um exercício de interpretação arriscado da prosódia do Bechara, na fala solene da Academia. Ele podia ficar só no *pobres* (Machado e Nascentes), mas avança, não sem antes um pausa, um silêncio mínimo de quem se põe a dúvida se cabe ou não o qualificativo – negros – fora, portanto, das *condições previstas para um sucesso*. Há muito por dizer do não dizer, ou do dizer que se diz com vírgulas. Nem precisava de tanta firula enunciativa: o mesmo Bechara já havia dado a nota, numa postagem da própria Academia inequívoca, inambígua, que só descobri depois, já no fim das minhas das minhas diligências internáuticas:



Academia Brasileira de Letras

Um ilustre representante da negritude brasileira

Evanildo Bechara ⁽¹⁾

Num momento em que estamos testemunhando importantes manifestações antirracismo, presto homenagem a um dos mais importantes estudiosos negros de nossa língua no Brasil do século XX, Antenor Nascentes, carioca (1886-1972), filólogo, etimólogo e lexicógrafo e didata, ocupante da Cadeira n.º 3 da Academia Brasileira de Filologia, que escolheu como Patrono o dicionarista Antônio de Moraes Silva.

Figura 2: Site da Academia Brasileira de Letras.

Fonte: Academia Brasileira de Letras, 2020.

Ou cabem as filigranas enunciativas?

Não vou em linha reta, que a linha reta, ao contrário do que pensam os apressados euclidianos, é no mais das vezes finta do espaço enganosa. Há muito por dizer. De repente, numa curva fechada da internet, supetão me

soca o peito: na *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, que homenageia Nascentes, um texto relata a exuberante produção científica do Antenor. Texto técnico de bibliometria, pesquisa na área da Ciência da Informação, métricas e estatísticas, de Ana Maria da Silva; passo por ele estupefato, claro; quão felizes ficariam os cães-de-guarda da Capes com tamanha exuberância bibliográfica! Vou folheando, isto é, rolando as folhas da revista e, de repente, deparo com esta síntese biográfica contundente:

No Rio de Janeiro, ainda no século XIX, nasce em 17 de junho de 1886, Antenor de Veras Nascentes. Afrodescendente, neto e filho de escravos, teve como avó paterna uma jovem escrava: Catarina, pertencente a uma fazenda no interior da Província do Rio de Janeiro em Pacambi, de propriedade de Nascentes Pinto, e, como avô, Adão Gutman descendência alemã, amigo do proprietário que periodicamente frequentava a fazenda. O pai de Nascentes, Dácio Nascentes, nasceu da relação dentre Catarina e Adão e recebeu o sobrenome do dono da fazenda, como era costume na época.

Mais tarde, seu pai, Dácio Nascentes, casou-se com Paulina de Veras Nascentes que tinha como profissão lavadeira. Na fazenda, Dácio fazia pequenos trabalhos no interior da casa. Posteriormente foi trabalhar na Alfândega. Portanto as condições econômicas da família eram mínimas. (Silva, 2014, p. 191)

O sobrenome alvissareiro vem do proprietário: Nascentes Pinto. Tantos nomes roubados aos negros do Brasil. A história elidida, claro, me emociona. Registro estes bites sem poder preencher as lacunas de informação, e desde já me penitencio aos descendentes – minha pesquisa é bibliográfica. Respeitoso fico me perguntando: tá, o tal de Adão Gutman era “amigo do proprietário que periodicamente frequentava a fazenda” (na dissertação de Ana Silva, vem a informação de que também era fazendeiro)... – por que não temos um Dácio Gutman e um Antenor Gutman? Qual seria exatamente a “relação entre Catarina – a escrava – e Adão – o alemão”? Sei que me arrisco em águas nas quais os familiares tenham suas dores ancestrais imensas e insolúveis a chorar. Esta é a história de tantos e tantos brasileiros, e aqui, Bechara tem razão na sua constatação vacilante já sob o olhar filtrado no prisma seletor de cores do século XX: então essa história da vida que brota das relações torpes do Brasil escravocrata veio dar num dos grandes luminares dos estudos linguísticos do Brasil? A improbabilidade de um Machado de Assis se soma à improbabilidade ainda maior de um Antenor Nascentes, que se faz no século XX crescentemente racista. Mas isto foi possível: Nascentes, o filólogo negro? O que isso diz dos nossos dias? O Brasil já foi outro? O talento natural excepcional e a persistência estoica já terão sido suficientes para superar a compartimentalização racial da sociedade dominante? No mesmo número da *Revista da Associação Brasileira de*

Filologia sou atropelado, lá no fim do exemplar digitalizado, por um conjunto de fotos que, no Brasil de hoje, têm, a meu ver, um significado profundo. Peço vênias ao leitor e mostro-as várias, para compartilhar minha ignorante estranheza hodierna com a maravilhatude das imagens:

Este é Nascentes “ainda jovem”, como nos diz a *Revista*, reproduzido na *Wikipedia* e re-reproduzido abaixo, que me deu o primeiro chacoalhão:



Figura 3: Antenor Nascentes jovem

Fonte Revista da Academia de Filologia, no. XIV, 2014, p. 215

Vejam agora essas duas fotos e suas legendas, que a *Revista* estampa informativa, e eu absorvo embasbacado, com olhos deste século XXI de tantas demandas:

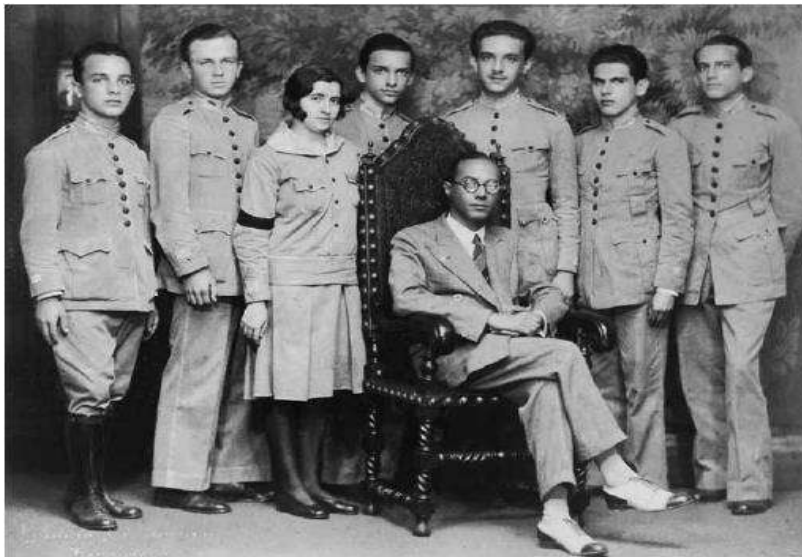


Figura 4: Antenor Nascentes e alunos do Colégio Pedro II, na década de 1940.¹
Fonte: Revista da Associação Brasileira de Filologia.



Figura 5: Professores Evanildo Bechara, Antenor Nascentes e um colega, em reunião no Colégio Pedro II.
Fonte: Revista da Academia Brasileira de Filologia, p. 209-215.

Preciso dizer algo? Me pergunto mesmo. Nas minhas andanças bibliográficas pelo tema de Nascentes, só encontrei publicações reverentes, que, aqui e ali, se referiam a críticas injustas e descabidas, ou a críticas justas,

¹ Na *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, a legenda indica “década de 1950”. Livia Letícia Belmiro Buscácio, em comunicação no Evento II Seminário de Arquivos de Saberes Linguísticos, corrigiu a informação.

que o próprio respondia de maneira elegante (a publicação da ABL dos *Estudos Filológicos*, por onde adentrei no mundo do filólogo negro, tem mais de uma delas. A elegância da crítica e da resposta nascentista é de babar, neste cenário de pobreza retórica em que vivemos no nosso mundinho pseudotudo de hoje). É mesmo alguém aclamado e que, aí pelos anos 50 e 60, figura como referência irrestrita nas questões de língua para o público leigo escolarizado.

E era negro. E era negro. E era negro. O que é essa foto da década de 1940? O Colégio Pedro II formou, por anos a fio, até a implementação efetiva das universidades brasileiras, uma plêiade de gente garbosa nas lides literárias e linguísticas. No centro da foto, o negro mestre, seus sapatos bicolores, seu estar à vontade na fotocelebridade para a posteridade histórica. Vejam a foto posterior a esta: uma mesa de ilustres, bandeiras ao fundo, o negro Nascentes ao centro, de novo completamente à vontade (e seus colegas brancos, também par a par, sem-mais-o-quê) naquele ambiente vetusto, sorri. Meus amigos, sorri!

O mundo era outro, ou o quê? Era a exceção que explica a regra? Tolerado? Ou a gente veio vindo numa ladeira-abaxio na direção do esgoto anticivilizatório?

Minha busca pelos entremeandros mais civilizados das conexões digitais me leva, depois de um tropicalizar em um artigo especializado, a uma referência a uma entrevista do Nascentes (já me fez íntimo), à famosa de outros tempos *Revista Manchete*. Busca claudicante no site da Biblioteca Nacional – acervo digital – tentando pilotar um aplicativo que roda devagar para minha ansiedade, e demora pra eu me atinar – na verdade lembrar – em como funciona. Chego, enfim, a Nascentes celebridade, entrevistado por ninguém menos que Pedro Bloch (quem é mais novo, vá atrás da famigerada *Wiki*). Isso depois de passar por 82 menções ao nome dele nos exemplares da revista digitalizados. Me ocorre a maldade de pensar que talvez em razão de ele ser o autor do *Dicionário Ilustrado da Academia Brasileira de Letras*, publicado pela Editora Bloch, dona da *Revista Manchete*. 82 menções no app da Biblioteca Nacional, ou como referência em assuntos da língua ou como tema de matérias: quase um pop star dos estudos linguísticos (ecoo o texto de Raquel Freitag, mencionado adiante, que lhe aplica o atributo). Daria um belo artigo estudar o modo como ele aparece no discurso de uma revista de consumo, que associava moda, costumes e temas como a Academia Brasileira de Letras. Se tivesse mais tempo, era o artigo que escreveria. Fica a dica.

A entrevista com Pedro Bloch, que tem como pano de fundo a publicação do *Dicionário da Academia*, relata inúmeros episódios da biografia de Nascentes, a maioria mencionados em discursos ou artigos a propósito de seu trabalho, além de adentrar no seu método de trabalho, no que hoje chamaríamos de seu perfil: seu dia a dia, com detalhes cotidianos do eminente filólogo (aos interessados, a referência vai lá, na lista dos próceres

bibliográficos). Nenhuma menção à sua negritude. Por favor, meu leitor obsequioso, isso não é um dedo que aponta acusativo (nem nominativo). Penso que, no escopo da matéria aqui tratada, a menção à sua negritude soaria quase como um “apesar de...” em conformidade com o gosto dos leitores da época. Todo o texto é muito reverencioso, elegante. Os detalhes biográficos e aqueles do cotidiano do filólogo funcionam, penso eu, como um efeito retórico do aproximar-se da grande celebridade erudita, quebrando gentilmente a redoma de porcelana com que se cerca normalmente esse tipo de figura. É bem provável que um estudo minucioso, sob a lupa de uma análise discursiva rigorosa denunciasses ali efeitos de sentido de cunho racista. Não pretendo tomar, aqui, essa vereda, não porque não me importe, ou não importe, mas porque não me preparei para isso. Como disse, tropecei nessas coisas na pesquisa prévia e meio aleatória que fazia para escrever este capítulo.

Agora, que nenhuma menção havia à negritude do Nascentes, isso não havia, na longa matéria de Pedro Bloch sobre ele. E o silêncio agrade. Como sempre.

Há uma outra matéria longa com Nascentes na mesma *Revista Manchete*, no ano de 1966. Puseram Nascentes junto com Moreira da Silva, para conversar. Alguém de fino faro poderia estudá-la e, certamente, iria deparar com o constrangimento que senti no Nascentes ali. A razão de juntar o filólogo e o cantor/compositor famoso por seus sambas de breque seriam as gírias. Nascentes tem um dicionário de gírias, como se sabe (várias de que fiz uso aqui estão lá consignadas, a propósito); de certa forma complementa o seu *Tesouro da Fraseologia Brasileira* e integra o leque de suas preocupações filológicas quanto ao estudo da fala, no qual obviamente se inserem as proposituras a respeito da dialeção no Brasil (e por tabela o próprio *Linguajar Carioca*, obra seminal). Mas o Kid Moringueira tem uma série de expressões que são só suas – se gírias tenham sido, devem ter tido circulação meio restrita, e Nascentes fica meio vendido na conversa, atordoado por tantas expressões que jamais tinha ouvido (ele e a grande maioria dos brasileiros). Constrangido ou não, está ele lá, celebridade midiático-editorial blochiana.

Pode parecer ao leitor desavisado e cruel (e os há aos montes, como Nascentes, aliás, experimentou) que apenas digressiono ou procuro entretê-lo com informações sobre como constituo o arquivo sobre o qual me debruço. Pode sê-lo, mas não o é apenas e em essência. Um arquivo de Nascentes teria que ser tão amplo, que nem caberia artigo razoável. Meu ponto é: seu nome era sinônimo de dicionário, de estudos linguísticos, de norma, de língua, como o foi, no passado anterior, Rui Barbosa, por conta da *Réplica*, cuja fama o próprio Nascentes critica entre os dentes; como será depois o Aurélio, por conta da popularização comercial de seu dicionário

blockbuster. Seria muito bom investigar o Nascentes da mídia. O modo como se insere, obviamente, se dá a partir de sua posição de saber, referendada pelas instituições a que pertenceu ou que o convocaram. A Academia Brasileira de Letras é, nesse sentido, uma instituição singular, à qual deveríamos (nós interessados em entender o jogo linguístico jogado no terreno baldio entre as ideias linguísticas e a práxis política sorrateiramente desinteressada de questões políticas na qual a mídia e outras instituições sobrepartideiras apostam suas fichas e fazem seus blefes cordiais) prestar mais atenção e dedicar mais suor a estudar e entender. A julgar pela revista em questão, a proeminência da Academia era uma alavanca irrefreável, capaz de mover os mundos e fundos da língua no Brasil. Temos assim um tema que remonta às polêmicas envolvendo Alencar no século XIX ou o senador Rui Barbosa, referido acima, celebridade erudita nos começos do século XX (outro tema a ser desvelado: essa coisa do herói livresco e inteligente, membro da Liga da Justiça Nacional em torno de um Thor erudito e falante de todos os idiomas civilizados e relevantes). Nesse cenário amplo, Nascentes celebra nos anos 60.

Volto à minha busca. Eis que, seguindo apenas diligentemente as indicações do aplicativo da Biblioteca Nacional, que vai me dando as menções a Antenor Nascentes na *Revista Manchete*, chego a uma longa matéria cujo título é “BRASIL A ESCALADA DO NEGRO” (o sublinhado em *Brasil* é do original). Gostaria, mas não me cabe aqui, mais uma vez, desenvolver uma análise de cunho discursivo sobre a matéria. Iria muito longe dos meus objetivos, ainda que conversasse claramente com eles. Diz o texto de abertura:

A barreira de cor não existe por aqui, desde que as dificuldades profissionais e de realização pessoal são rompidas por um modo bem brasileiro de agir: para cada oportunidade, basta ser hábil, ter talento e a consciência de que o trabalho, mesmo mal pago, ainda é o único caminho para o êxito. Isso vale tanto para brancos como para negros. E para os negros, alguns limites sociais que ainda resistiam vão cedendo à medida em que Pelé faz um gol, Antenor Nascentes escreve uma gramática e Jair Rodrigues canta em disparada. Também no setor militar, no magistério das letras, nas ciências, nas belas-arts, nos negócios e no serviço público o campo está aberto, e nêle surge, com progresso cada vez maior, uma autêntica elite de côr. (*Manchete*, 1966, Edição 736, ortografia original)

Sem comentários para a primeira frase. Precisa? Na terceira frase, Nascentes, o filólogo negro. Todo o silêncio anterior é quebrado aqui (e o silêncio não é só da *Revista* e nem é só de seu tempo; também é o silêncio posterior). E Nascentes é tomado como exemplo de um tempo que estaria ficando para trás: “E para os negros alguns limites sociais que ainda resistiam

vão cedendo à medida que Pelé faz um gol, Antenor Nascentes escreve uma gramática e Jair Rodrigues canta em disparada”.

A matéria é ilustrada por inúmeras fotos muito elegantes de brasileiros negros de proeminência em vários setores da vida nacional:



Figura 6: Brasil a escala do negro.
 Fonte: *Manchete*, 1966, Edição 736.

Ocupa muitas páginas e é entremeadada de anúncios de companhia aérea, empresa de seguro, creme dental, bebida alcoólica, maisena e malas; a foto de Nascentes, posando com um quase sorriso na sua biblioteca:

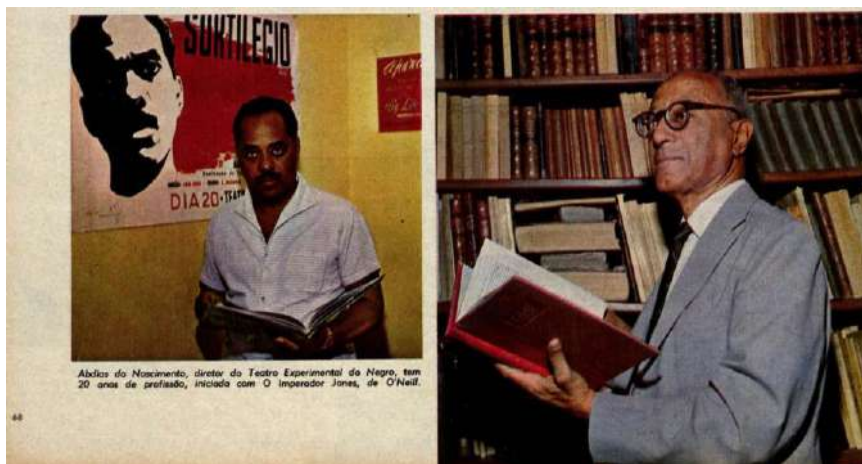


Figura 7: Antenor Nascentes em manchete “Brasil a escala do negro”.

Fonte: *Manchete*, 1966, Edição 736.

Por que perdemos até a memória da *Manchete*? Tivesse espaço aqui, reproduzia tudo; recomendo a experiência de folhear esse exemplar. O combativo Abdias, o reverenciado Nascentes, após cremes dentais e malas indestrutíveis.

Devo ao leitor um alinhavo aqui, se me não fiz claro. Busco entender a dessintonia de uma certa geração de linguistas, em cuja maioria me ponho, com o mundo, as ideias, o trabalho de Antenor Nascentes. É a constatação de um estranhamento que vem da minha experiência resenheira anterior, com cuja menção abri essas notas, e que me fez voltar ao tema, em sobrevoos que se transformam aqui e ali em mergulhos velozes em rios e pântanos. Sigo no drone.

A herança e o esquecimento

Todo trabalho de cunho geolinguístico no Brasil parte, mencionando ou não, da proposta de divisão dialetal brasileira encetada por Nascentes, para negá-la, ampliá-la, confirmá-la. Os textos síntese, ou aqueles que historicam o desenvolvimento da área, expressam bem esse nexo, essa coesão, em que se sente claramente o desejo de que assim seja. Me eximo de esgrimir materiais para confirmar esse porto de que parto. Os dialetólogos não me deixam mentir sozinho. Bem-comparando, é o que se dá, no campo da

Fonologia e da Morfologia, já com Mattoso Câmara: todo trabalho vai ter lá o capetinha do Mattoso se rindo das escolhas dos meros mortais e da sua eterna – dele, Mattoso – volta por cima. A coesão produzida no campo da Dialetoleologia brasileira e sua extrema conexão com Nascentes e sua geração chega a ser surpreendente, quando se compara à grande ruptura dos demais campos da Linguística brasileira com o pensamento anterior a Mattoso. Bem deve perceber o leitorinho simpático a que outros trapiches quero levar meu barquinho linguístico-explorador: à quase total falta do eco nascentino nos estudos sociolinguísticos, gramaticais e históricos, filhos da Linguística, com seus cercadinhos epistemológicos, que Mattoso inaugura e institucionaliza, ao passo que o filólogo negro tenha se tornado a rosa-dos-ventos da Geografia Linguística brasileira, que, por seu turno, conversa mas não tira para nenhuma contradança a Linguística e seus avatares no baile dos estudos linguísticos nacional.

Volto ao que começava a esboçar no que veio a ser a primeira seção deste texto: é n’O *Linguajar Carioca*, a princípio um estudo voltado para a totalidade de um lugar, que o grande filólogo negro apresenta pela primeira vez uma proposta para a Geografia Linguística do Brasil. Ou seja, procura articular a totalidade do lugar à totalidade do território – e por tabela à totalidade da língua – jogo de totalidades que se encontra enfeixado no grande projeto da Linguística Histórica do século XIX, que toma o espalhamento geográfico, de um lado, e as totalidades locais, de outro, como campo de provas heurístico das hipóteses neogramáticas e que-tais (cf. Pagotto, 2022). Nascentes percebe com muita clareza qual é o cerne do babado teórico e, no mundinho recatado das gramatiques do Pedro II, quer inscrever-se, filiar-se ao campo da Filologia, entendida então como o campo científico dos estudos linguísticos, em que processos históricos são o eixo fundamental. Nascentes se quer cientista num país de gramáticos empedernidos; se quer objetivo no mar de preconceituosos e achismos mirabolantes; sistemático e metódico, no reino encantado da improvisação (pseudo)erudita. Na edição dos *Estudos Filológicos*, já mencionada aqui, há um texto que chega a ser comovente na sua candura didática, com a qual o grande filólogo negro pacientemente explica a importância do fichamento de informações e o modo de organizar um fichário, descendo a detalhes que vão do tamanho que devem ter as fichas, segundo a sua função, e o modo de fazer as referências bibliográficas – Freitag (2023) declara, com razão, seu espanto em face do imenso trabalho sistemático manual com as fichas, perto de cem mil, segundo Nascentes.

É o método e o trabalho sistemático que tornarão possível a conclusão do primeiro dicionário etimológico do português, num período de tempo tão curto (entre 22 e 32), lançando mão de todos os avanços disponíveis do campo na época. Ao mesmo tempo, no Brasil de bacharéis empedernidos e

parco de recursos para os empreendimentos científicos, não há saída que não seja a institucionalização da ciência pelo Estado onde quer que seja possível. São inúmeros os reclamos do filólogo negro a esse respeito, que a gente pode ver nos artigos da edição da ABL dos *Estudos Filológicos*, ponto de partida de minhas andanças pelo mundo de Nascentes: seja a fundação de um Instituto de Filologia, com salas e poltronas adequadas, a publicação de uma Revista de Filologia para dar vazão aos resultados das pesquisas, a instalação de um laboratório de Fonética ou as cadeiras de ciências da linguagem em Faculdades de Letras em universidades sempre em gestação. No caso do laboratório de Fonética – que nos seus sonhos de objetividade iria dirimir as dúvidas dos ouvidos viciados de filólogos em voo cego, Nascentes persevera nos meandros da burocracia da política de políticos quase sempre desinteressados por algo que não seja a política; chega a conseguir a verba, mas ela é confiscada pela Revolução de 30 (cf. Pagotto, 2006, p. 106). Anos depois, consegue a compra dos equipamentos, instalados nas dependências do Colégio Pedro II, mas eles não chegam a ser usados: não há verba para contratar técnicos que os operem. Quando as ciências da linguagem finalmente se institucionalizam e também as agências fomentadoras de pesquisa, modelo de fato implantado pelos governos do período da ditadura, Nascentes já estava saindo da vida institucional universitária, dedicando-se ao dicionário da Academia e sendo reverenciado pela mídia nacional, nas *Manchetes* de então.

O entrelaçamento entre a produção científica e a inserção institucional se manifestará de maneira pujante na revisão da proposta de divisão dialetal do Brasil de 1953, que servirá de norte para as pesquisas dialetológicas posteriores, não por acaso intitulada de *Bases para a Elaboração do Atlas Linguístico do Brasil*: elas são elaboradas sob o abrigo institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa, que passou a ter uma Comissão de Filologia criada como parte do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa por decreto do Governo Federal (Decreto 30.643 de 20/03/1952), dedicada especificamente à elaboração do *Atlas Linguístico do Brasil*, sonho de institucionalização perseguido por Nascentes desde os anos 20. Não deixa de ser sintomático que o filólogo só tenha desenvolvido de forma mais articulada sua proposta de pesquisa quando as asas acolhedoras do governo federal tomaram como projeto de relevância nacional o conhecimento dialetal brasileiro.

Volto ao ponto de que me distanciei. Me arrisco a dizer que vejo em *O Linguajar Carioca* uma clivagem nas heranças das nascentes do filólogo negro: de um lado, o embrião da Geografia Linguística brasileira encontrará – evoé! – repercussão de vida longa nos estudos dialetológicos brasileiros; de outro, o retrato do dialeto carioca – mesmo no que apresenta de geral do português

brasileiro – não reverbera nos estudos sociolinguísticos e linguístico-históricos que se desenvolverão a partir dos anos 80 no Brasil.

Volto também à minha própria descoberta de Nascentes: por que fui me assombrar com a sua amplitude apenas quando convocado a sobrevoar-lhe a obra para fins de uma resenha numa revista com o sugestivo título de *Instrumentos Linguísticos*? Por que Nascentes já não circulava nas minhas artérias e veias? Tivesse eu ingressado no campo dos estudos linguísticos brasileiros com as pás e picaretas (a imagem é de Tarallo) da Geografia Linguística, dele já teria me acercado e me embebido, para muito além dos soslaio admirados com que tomei contato com seu nome propostas. Mas fora desse campo, Nascentes era silêncio para mim. Era referência vaga, perdida na bruma do passado impreciso de pioneirismos esporádicos, como os do *Linguajar Carioca*. No contrapelo, *O Dialeto Caipira*, do festejado Amadeu Amaral, assomava ao horizonte, quando lidava com as variedades de São Paulo. Volto à pergunta geral: por que minha geração não bebeu das nascentes do filólogo negro, quanto ao português brasileiro ou ao dialeto carioca? Por que Nascentes, fora do âmbito da Etimologia ou da Dialectologia, é apenas a figura que se descobre a partir da resenha da resenha da resenha, muitas vezes laudatória, que se constrói em certas efemérides?

Arrisco hipóteses e devaneios.

Na arena dos estudos linguísticos brasileiros, a vinculação dos atores filólogos com a produção de saberes normativos como que interdita um entregar-se mais desabrido, um mergulho mais profundo e direto no funcionamento da língua e nos processos de mudança linguística, na dinâmica dos subterrâneos da língua. O gesto de observação da língua que flui se dá sempre a partir dos binóculos totalizantes e normativos que, mesmo quando direcionados a processos linguageiros frescos e efervescentes, não conseguem, por conta da posição que ocupam, ultrapassar os umbrais da posição clássica diante da linguagem, o que lhes permitiria especular com liberdade sobre os fluxos e contrafluxos da língua e tentar compreendê-los. É claro que a linguagem escapa sempre; no caso das gerações posteriores, em que me incluo, sob a égide da Linguística (ou das Linguísticas), também há portas estreitas por onde o bafo do mundo busca penetrar, e a linguagem a pulsar lá fora em sua plenitude. A diferença é que, no caso da geração de filólogos, a estreiteza da porta são os dois mil anos de tradição clássica que, por mais que a admiremos, sufoca sobremaneira o olhar que quer buscar o mundo (ainda que as lentes míopes da ciência concentrem o foco em seções muito limitadas do mundo todo da linguagem).

A vinculação a que se refere o parágrafo acima é de duas naturezas: institucional e ideológica. As instituições a que os atores filólogos se podem atar e sujeitar são fundamentalmente escolares (Colégio Pedro II, Escolas Normais, Colégios Estaduais etc.), isto é, normativas em essência. Além

disso, há o mercado editorial em que tais atores podem ter voz: as gramáticas de cunho pedagógico. O próprio Nascentes reclama inúmeras vezes da inexistência de revistas (filológicas) em que se possam apresentar os resultados de pesquisas e fomentar o debate científico. Do ponto de vista ideológico, é incontornável a face aparente do projeto de nação em que a missão civilizadora do Estado está comprometida em elevar o povo mestiço e iletrado ao patamar dos ideais de língua que se quer erigir na bruma das certezas indissolúveis da elite letrada quanto ao futuro da nação. Ao mesmo tempo em que – claro – o mesmo projeto aciona forças econômicas e sociais para manter a nação civilizada, à custa do apartheid de cercas, tanto invisíveis a olhos dóceis, quanto esmagadoramente reais sobre os corpos pobres.

O resultado disso é que as descobertas “dialeológicas” são admitidas e bem vindas porque manifestam o exótico que a língua comum suprarregional e suprassocial deve evitar. Ainda assim, interessam ao cientista, desde que compartimentalizadas em chiqueirinhos que não ascendam à condição de língua da nação. A atitude é claramente ambígua: são legitimadas como obras da natureza (Linguística), mas devem ser filtradas pelo coador da língua da civilização (Mattos e Medeiros, 2013, fazem uma bela incursão pelos meandros dessa contradição, especialmente na face naturalista da moeda). Tal contradição pode parecer, aos corações e mentes desse futuro em nós soberbos, datado e congelado nas eras paleozoicas da ciência nacional, mas me parece subsistir, feito bactéria que bebe antibiótico com gim tônica, nos debates científicos hodiernos sobre norma culta e ensino de língua no Brasil, nos quais impera a ilusão de determinar uma norma “objetiva” – como almejam nossos sociolinguistas e linguistas históricos militantes dos dias de hoje –, que nos permitiria superar as deficiências do sistema educacional e nos libertar da tirania linguística dos poucos sobre as multidões. Vai o sintoma da contradição que abordava, antes da digressão irresistível: enquanto *O Dialeto Caipira* de Amadeu Amaral continua a ser literatura recomendada no âmbito dos estudos de cunho dialetológico (que sempre implicam mapas e circunscrições dialetais regionais), estranhamente, *O Linguajar Carioca* não tem a mesma reverberação seja no âmbito dos estudos sociolinguísticos, dialetológicos ou de gramática do português brasileiro (basta ver o índice de citações). Por que será?

Em *O Linguajar Carioca*, a forma de exposição dos traços do dialeto é quase sempre contrastiva: o que há ali e não há no português europeu. Ao mesmo tempo, há um investimento constante em assinalar as construções cariocas que porventura seriam encontradas no português antigo ou em dialetos portugueses (o gesto se repetirá pelas gerações gramático-filóloga vindoura e, pasme-se, percolará o debate que entra o século XXI sobre as origens do português brasileiro, no trabalho de Naro e Scherre, 2007). Em mais de um momento, Nascentes discute o estatuto dos seus achados, por

vezes contraditórias no português arcaico ou clássico. De maneira bem inteligente, percebe que não basta constar dos clássicos para que se refute a “brasilidade” de uma forma ou construção. Compreende que, da mesma maneira que a coincidência entre dialetos da África ou Ásia não implica necessariamente transferência de traços a partir do contato, também a ocorrência de uma forma em textos antigos não significa que não possa ter emergido em dialetos locais posteriores, a partir de processos outros. Tudo muito lúcido, como se percebe. Cito a edição de 1953, aumentada e refundida, quando discute o emprego do pronome *ele* (e flexões) na função de objeto direto, entre as páginas 120 e 127. Registra a construção: “É um dos brasileirismos mais característicos o uso do pronome em caso reto na função de objeto direto: *vi êle, encontrei elá*” (Nascentes, 1953, p. 120).

Mas não se contenta com isso. Passa a resenhar, em seguida, as “quatro explicações” para a construção: a de Rui Barbosa e Sousa da Silveira, a de Paiva Boléo, a de Said Ali, a de Amadeu Amaral “sem contar com a explicação eclética de Eduardo Carlos Pereira” (Nascentes, 1953, p. 120). O exercício consiste assim, não apenas em registrar o emprego da construção, mas em determinar o seu estatuto a partir da sua história. Em face dos inúmeros exemplos de textos antigos, não há como rejeitar a sua ocorrência: ninguém pode negar, diante de tantos exemplos, o emprego do pronome reto na função de objeto (Nascentes, 1953, p. 124).

Poderia ficar por aí, contente com os dados que trazem Rui Barbosa e Sousa da Silveira, a argumentar que a construção brasileira é apenas arcaísmo. Mas lembra, junto com Nobiling, que tal emprego seria enfático no português antigo. Vai daí que seria necessário supor um processo de mudança em que o enfático se torna regra geral... Descarta (Nascentes, 1953, p. 124). Explora uma hipótese esquisita, de Paiva Boléo, um redobro enfático (“leve-a a ela”) e também a descarta. Pula então no barco de um desenvolvimento independente, hipótese de Amadeu Amaral e Jorge Daupiás, que teria ocorrido, assim sim, segundo Eduardo Carlos Pereira, por razões fonológicas, que gerariam ambiguidades: *vi-o X viu, vi-a X via, eu o viu X eu omvi...*, especialmente no caso da prosódia brasileira. Enfim, meu caro leitorinho, o exercício resenhístico aqui, na pressa do resumo para não o cansar mais que devia, tem a função de acentuar o modo como o filólogo negro coloca em perspectiva histórica e comparatista o linguajar carioca que descreve, em especial, no mosaico do português brasileiro (na verdade, como já assinalou Silvio Elia, em excelente resenha (Elia, 1991) a maioria dos traços morfossintáticos são compartilhados pelos demais dialetos – ops! – falares brasileiros). Só para registro dos que se interessam pela sintaxe do objeto direto no português brasileiro: Nascentes não registra a possibilidade de apagamento do objeto direto e, ao mesmo tempo, dá como carioca – e

brasileiro – o uso de *lhe (le)* na função de objeto direto, embarcando em uma longa exposição sobre a construção.

Ao mesmo tempo, por 10 páginas (da 143 a 133) discute o emprego do pronome *si* em construções não reflexivas, que integram o vernáculo português, mas não o brasileiro (ele insinua que sim...). Abre a discussão registrando o uso:

Aparece na classe semiculta o emprego de reflexivo de terceira pessoa como pronome interlocutório.

Assim, não é impossível ouvir-se uma frase de feição desta: *Você não veio à minha festa: estou muito zangado consigo. Ainda hoje falamos de si.*

Diga-se de passagem que este emprego não é muito espalhado, mas sempre existe. (Nascentes, 1953, p. 133)

E lá se vão dez páginas discutindo as origens da construção, como se brasileiríssima fosse. Exatamente qual estatuto teria a construção, que decerto ele ouviu? Se não é tão frequente assim, por que a tinta gasta? Esse aspecto no livro *O Linguajar Carioca* é, para mim, bastante surpreendente: há inúmeros casos que não associamos ao dialeto carioca e que estão consignados na obra. Como não há muitas indicações de onde provieram os dados, a gente fica curioso. Ele dá como cariocas:

O *a* transforma-se num *e* reduzido ou fechado; depende dos fonemas vizinhos: *Januario-Jenuario, janela-jenela, inveja-inveje, salada-selada, badalada-badelada lanterna-lenterna, razão-rezão, manhã-menbã.*

Passa a *o* por influencia de labiais: *tambem – tombem.* (p. 31-32, itálicos do original)

O prefixo *ex-* nunca se pronuncia como *eis-* como em Portugal. (G. Viana, Ortografia, 68, Pronúncia normal, 82, Epifanio Dias, Gram. Ele., 8, 12)

[...]

A preposição *de* cujo *e* é reduzido, se pronuncia como o *e* fechado em locuções consagradas: *dê manhã, dê noite, cor dê rosa, conto dê réis,* pandeló. (p. 33, itálicos do original)

É do método, é do tempo.

Eita, eita, ia desconexando o texto: temos que responder à pergunta feita mais acima: “por que será?”. Para tanto, é preciso trazer à cena a produção gramático-tradicional de Nascentes. Embora ele rejeite explicitamente a atitude gramaticeira apegada a questiúnculas como a colocação pronominal (postura destacada por vários de seus comentadores posteriores), é autor, por exemplo, de *O Idioma Nacional*, que terá edições até a década de 60 do século XX (e do *Dicionário da Academia Brasileira de Letras*). *O Idioma Nacional*, publicado em 4 volumes a partir de 1938, é uma obra com

finalidade didática. É muito interessante como livro didático de português normativo, com formato muito estranho para os dias de hoje. Gravuras, só aquelas que ilustram o aparelho fonador. No mais, apenas a língua, sobranceira, explorada nos seus aspectos estruturais e estilísticos, e servida em exercícios de leitura e análise em excertos diversos. Nascentes bate no liquidificador suas descobertas dialetológicas, as teorias da Linguística Histórica e recomendações normativas inequívocas. Em mais de uma passagem é possível perceber essa visão que se quer totalizante: de um lado o reconhecimento dos fatos linguísticos brasileiros e, de outro, a interdição da gramática brasileira, por conta da preservação da língua de cultura erudita.

Não é preciso muito para demonstrar. Na edição de 1964, em volume único, já submetida à Nomenclatura Gramatical Brasileira (que aliás teve em Nascentes um de seus idealizadores), como todo manual de gramática, há uma seção dedicada aos “Vícios Sintáticos” e outra dedicada à “Correção e beleza da linguagem”. Não vai aqui de minha parte nenhum apontar de dedo jocoso ou desabonador. É do jogo. Intuito meu é só mostrar como a obra didática, à parte a objetividade com que fatos fonéticos, morfológicos e sintáticos são apresentados (acrescem a essa apresentação os capítulos destinados à história da língua), não tem como não abordar a língua de uma perspectiva normativa. Isso posto e pressuposto, repetem-se as recomendações de faça isso, não faça aquilo, os sinais de trânsito linguístico de sempre. Em todos os níveis do funcionamento da língua. É preciso evitar os barbarismos, escanhoar os pelos indesejados da língua, formas como “mardita”, “cidadões” ou “telefonema” no feminino (Nascentes, 1953, p. 160). Dispensável listar outros exemplos; mas não resisto a destacar um processo: a tendência à realização pronominal do sujeito no português brasileiro, amplamente estudada por Maria Eugênia Duarte, já no âmbito da geração linguística posterior, aqui percebida por Nascentes, mas atribuída à influência da língua francesa, um galicismo, como se usava dizer:

Entre os principais galicismos sintáticos que se devem evitar estão os seguintes:

[...]

O abuso do pronome sujeito.

Ex. *Voilà mon homme em pleurs: il gémit, il soupire,*

Il se tourment, el se déchire (La Fontaine)

Eis meu homem em prantos: geme, suspira,

Atormenta-se, dilacera-se.

Nossas abundantes desinências pessoais dispensam o emprêgo obrigatório do pronome, porque, embora sem ele, a frase é clara. (Nascentes, 1964, p. 158, *italicos do original*)

É um exemplo em que se percebe que o mesmo filólogo que clama por um laboratório de Fonética para dirimir objetivamente dúvidas quanto à

realização fonética brasileira tem a percepção dos fatos sintáticos comprometida pela visão maior do funcionamento da língua.

Essa visão dominante no período, digamos, gramático-filológico dos estudos linguísticos no Brasil, de que Nascentes, juntamente com Serafim da Silva Neto, é o grande expoente, abalroa o problema da língua nacional, em face da unidade Brasil-Portugal, em especial quando se trata de tópicos da morfologia e da sintaxe. Aliás, ele próprio explicita que resolve chamar o livro de *O Idioma Nacional* justamente para fugir do embate a respeito do estatuto do português brasileiro (Uma outra língua? Dialeto? Falar?). Chamar de *O Idioma Nacional* evita enunciar *português do Brasil, no Brasil, brasileiro* ou *língua brasileira*. Mas veja que ele, em mais de um momento, vai tentar clarificar essa ambiguidade, clarificação esta, aliás, trazida euforicamente à luz por gramático-filólogos (cf. por exemplo, Elia, 1991): “ele não se referia a uma língua outra no Brasil”. Em artigo de 1937, por exemplo – de título provocativo: “Língua Brasileira” – escreve ele:

A língua fala e escrita no Brasil é a língua portuguesa com alteração pelo uso de vocábulos exclusivamente nacionais ou regionais que enriquecem a língua, tornando-a mais opulenta, mas que não bastam para construir língua nova. (Nascentes, 2003 [1937], p. 312)

Tal visão é determinante para a decisão terminológica que toma na segunda edição de seu estudo dialetológico – *O Linguajar Carioca* e também nas *Bases para a Elaboração do Atlas Linguístico do Brasil*. Silvio Elia trata do tema. Na primeira edição, seguindo a orientação de Leite de Vasconcelos, rotula o português brasileiro de um *dialeto* do português, não sem assinalar que a aplicação da designação depende do que se conceba por dialeto (Nascentes, 1922/2023, p. 14). Na segunda edição, de 1953, pergunta de novo: “Que nome dar ao português falado no Brasil?” (Nascentes, 1953, p. 16) e muda o estatuto do português falado no Brasil, atribuindo-lhe o rótulo *falar*. Elia (1991), na sua resenha cuidadosa da obra, dá destaque à mudança terminológica, inspirada, agora em Paiva Boléo. A discussão é rápida em Nascentes (1953): aparentemente, por *dialeto* se entenderia um sistema aparentado com determinada língua, mas dela estremando distâncias maiores do que os *falares*. No entanto, o próprio Nascentes reconhece: “É muito difícil, como observa Paiva Boléo, estabelecer distinções objetivas entre dialeto e falar, mas, em todo caso, há menos inconvenientes em chamar de falar do que em chamar de dialeto” (Nascentes, 1953, p. 17).

O principal inconveniente ele já relatara na página anterior: Leite de Vasconcelos “reconheceu que a denominação de dialeto iria ferir nossos melindres nacionais” (Nascentes, 1953, p. 16). Posto isso, na falta de critérios objetivos, chame-se *falar* à língua brasileira e *subfalares* às suas diversas

manifestações regionais. De minha parte, gosto da fluidez de *falar*, que expressa menos comprometimento com a noção de sistema linguístico; *dialeto*, ao contrário, implica a circunscrição a uma totalidade regional, uma inteireza subsistêmica, que parece, no caso de Nascentes, querer-se evitar. Ambos os rótulos: *idioma nacional* e *falar* remetem ao mesmo ponto de fuga aludido acima: a identidade nacional em face da língua: *idioma* é usado no compêndio de ensino de língua; com ele se evita o debate quanto à brasilidade da língua, sem deixar de emprestar, com o rótulo, a dignidade a que a coisa nomeada faz jus. *Falar* cumpre, pela via oposta, papel semelhante no entreato do dramalhão da língua: enriquecemos o idioma sem, no entanto, se lhe desfigurar a essência.

Voltando à hipótese, Nascentes não reverbera na Sociolinguística, especialmente em sua vertente variacionista, ou na Linguística Formal, ou Funcional ou Histórica posterior em função dos temas morfossintáticos, para os quais a interdição normativa é muito mais saliente. Basta ver as lições sobre solecismos e barbarismos na edição de 1966 d'O *Idioma Nacional*. Se considerarmos as observações de Elia (1991) sobre *O Linguajar Carioca*, em que ele assinala o quanto inúmeras propriedades atribuídas ao linguajar carioca são na verdade extensivas ao português brasileiro como um todo, podemos entrever as razões pelas quais a obra não alcança maiores repercussões nos estudos linguísticos posteriores. Se se apontam traços de uma gramática brasileira diferente da europeia, como acomodá-la no construto da língua única da civilização (a brasileira que se quer ocidental)? Considerando toda a obra didático-normativa do mestre negro, não há como fazê-lo, a não ser pela evitação. Basta dar uma olhada, como já apontei, nas seções de cunho mais normativo, no âmbito da sintaxe e morfologia, d'O *Idioma Nacional*.

A dialeção, como epifenômeno, tem um quê de exótico, no modo como é interpretada a partir do âmbito da Filologia. É isso que a torna possível e aceitável. Apontar o exótico não o promove a modelo recomendável. É apenas o que é, no universo da língua de cultura e civilização: o esdrúxulo que, numa dessas viragens da história, pode se incorporar ao mainstream da língua. Daí que *O Dialeto Caiçara*, de Amadeu Amaral, continue a receber a merecida atenção, enquanto *O Linguajar Carioca*, especialmente na edição de 1953, só encontra sobrevida nas citações da Geografia Linguística, por apresentar a proposta da divisão dialetal brasileira.

A Dialetoлогия no Brasil não vai, em momento algum, se comprometer com um projeto que implique pensar a gramática do português brasileiro como uma entidade à parte do português europeu. O estatuto do português do Brasil não será nunca, salvo melhor juízo, uma questão. O que interessa são redivisões dialetais internas no território, acomodadas nos conceitos de língua histórica e norma, de Coseriu, e confrontadas com a proposta seminal

de grandes áreas dialetais – falares – de Nascentes. As razões para esse gesto epistemológico muito provavelmente se fundam numa dissociação da Linguística teórica que a área vai experimentar. A Dialectologia e a Geografia Linguística emergiram sob os influxos da Linguística Histórica do século XIX, dialogando com suas hipóteses centrais, como já assinei na primeira seção deste texto. A partir da emergência do Estruturalismo e sua agenda desvinculada da história, o campo da Dialectologia e da Geografia Linguística vai se desenvolver basicamente cumprindo duas tarefas programáticas interimbricadas: a confecção de mapas geolinguísticos e o aprimoramento de seus métodos de pesquisa, sem se envolver nas questões da linguística “teórica” (cf. Pagotto, 2022, para maiores referências sobre o ponto). Muito provavelmente é esse modo de se construir que tornou fácil a circulação de Nascentes nos estudos que se seguiram até os dias de hoje.

Já o campo da Linguística Estruturalista brasileira e posteriormente a Sociolinguística Variacionista, os estudos do português brasileiro na concepção gerativista ou o campo da história do português brasileiro não tomam Nascentes no seu horizonte de retrospectão. É apenas quando as efemérides que resultam em publicações comemorativas instam essa geração a um mergulho em sua obra, que podemos constatar o quanto seus achados podem eventualmente dialogar com as pesquisas mais recentes sobre o português brasileiro. Porém é a descoberta de um estranho, como se fora um gênio isolado (gênio, sim; isolado não), que cometeu quiçá ousadias epistemológicas com as quais nos espantamos, como se o grande filólogo negro não integrasse um quadro epistêmico mais amplo e não fosse o produto desse quadro no tempo em que tinha a plenitude de sentido que parece não ter mais. Pois é exatamente esse quadro mais amplo que o torna opaco para a geração a que pertença (e as mais recentes, eu arriscaria): a imbricação entre o saber científico e o saber normativo não é facilmente assimilável ao discurso de pretensa neutralidade científica “supraideológica”, logo não tem lugar; é uma opacidade muito mais resultado dos cercadinhos epistemológicos nos quais nos engalfinhamos do que propriamente da ausência de cientificidade da geração anterior. Além disso, há um quê de atomismo nas observações todas – também decorrente da Filologia concebida sob a égide da Linguística Histórica do século XIX – que embota a possibilidade de uma compreensão mais orgânica da língua que ele viveu, percebeu e descreveu. Também isso o coloca naquela posição indesejada de imagem projetada na tela do cinema para uma plateia que – plateia! – não participa do filme; e muito menos ele, da plateia e seus anseios e pipocas e refrigerantes. É meio que a embarcação que não pode mais atracar, apenas segue a corrente lá longe, sob o olhar algo indiferente daqueles que se agitam na vida do cais.

Ocorre que não lembramos, ou esquecemos de lembrar ou nos esquevamos de lembrar.

Porque, no fundo, tudo são aparências.

Já tentei demonstrar, há algum tempo, que a ruptura da Sociolinguística Variacionista com a geração normativista filológica é apenas aparente (cf. Pagotto, 2015). A ausência de um debate aprofundado sobre a noção de sujeito da língua leva ao estabelecimento de uma posição vazia de sujeito da língua, abrindo caminho para que seja constituída justamente pelas ideologias conservadoras que se deseja pretensamente combater. Isso fica evidente quando se opera com condicionantes sociais como a escolarização: quanto mais se mostra o português brasileiro, mais se reforça a posição conservadora.

Paciência! – como já exclamou conformado o próprio filólogo negro, diante de mais um senão pernóstico que se lhe opusera.

Paciência.

Mas as Nascentes não secaram. Os rios estão por aí, saibamos ou não. Fluindo.

Quanto a mim, já não sei mais quem sou. E isso me traz uma profunda calma. Talvez seja o primeiro passo para descobertas que nos coloquem no caminho do conhecimento, que é a arte de não ser e não dizer.

Referências

- BECHARA, E. **Antenor Nascentes, um tardio na cadeira 41** (conferência). Academia Brasileira de Letras, 2018. Disponível em: <https://www.academia.org.br/videos/ciclo-de-conferencias/na-tenor-nascentes-um-tardio-na-cadeira-41>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- BECHARA, E. **Um ilustre representante da negritude brasileira**. Academia Brasileira de Letras, 2020. Disponível em: <https://www.academia.org.br/artigos/um-ilustre-representante-da-negritude-brasileira>. Acesso em: 13 dez. 2023.
- BRASIL. **Decreto 30.643 de 20 de março de 1952**. Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30643-20-marco-1952-339719-publica-caoriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 nov. 2023
- ELIA, S. Antenor Nascentes, o dialectólogo. *In: Confluência - Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 21-36, 1991.
- FREITAG, R. M. Antenor Nascentes é pop. *In: NASCENTES, Antenor. O Linguajar Carioca em 1922*, 2022. Organização: Marcelo Rocha

- Barros Gonçalves e Roberto Leiser Baronas. Araraquara: Letraria, p. 88-109, 2023 [livro eletrônico].
- MATTOS, T.; MEDEIROS, V. O linguajar carioca de Antenor Nascentes: o discurso naturalista nos dizeres da língua nacional nos anos 1920. *In: Revista Soletras*, Rio de Janeiro, PPLIN/UERJ, n. 25, p. 241-255, 2013.
- NARO, A. J.; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.
- NASCENTES, A. **O Linguajar Carioca em 1922**. Organização: Marcelo Rocha Barros Gonçalves e Roberto Leiser Baronas. Araraquara: Letraria, 1922/2023. [livro eletrônico].
- NASCENTES, A. **O Linguajar Carioca**. Rio de Janeiro: Organizações Simões. 2ª. ed., 1953.
- NASCENTES, A. Métodos de estudo e de pesquisa em matéria de filologia portuguesa. *In: BARBADINHO NETO, R. (org.). Estudos Filológicos – Antenor Nascentes*. Rio de Janeiro, ABL, 2003 [1950].
- NASCENTES, A. Língua Brasileira. *In: BARBADINHO NETO, R. (org.). Estudos Filológicos – Antenor Nascentes*. Rio de Janeiro, ABL, 2003 [1937].
- PAGOTTO, E. G. Estudos Filológicos de Antenor Nascentes ou o nariz de José Oiticica. *In: Língua e Instrumentos Linguísticos*. Campinas: Pontes Editores/HIL, n. 17, p. 95-112, 2006.
- PAGOTTO, E. G. As (re)(re)descobertas do Brasil – variação linguística, sujeito e discurso. *In: Língua e Instrumentos Linguísticos*. Campinas: Pontes, 2015, p. 9-19.
- PAGOTTO, E. G. **O lugar do espaço numa Teoria da Variação e da Mudança discursivamente motivada**. Campinas, UNICAMP, Tese de Livre-Docência, 2022.
- SILVA, A. M. **Itinerários da produção intelectual de Antenor de Veras Nascentes na comunicação científica**. Rio de Janeiro, UFRJ. Dissertação de Mestrado, 2012.
- SILVA, A. M. Aspectos bibliográficos de Antenor Nascentes. *In: Revista da Academia Brasileira de Filologia*, Academia Brasileira de Filologia, Rio de Janeiro. n. XIV, p. 191-195, 2014.

CAPÍTULO 2

POR TODAS AS LATITUDES E LONGITUDES: O PROFESSOR VIAJANTE ANTENOR NASCENTES

Elisabeth Monteiro da Silva

*É tempo de começar a escrever as minhas memórias, como vivi,
como me impressionaram pessoas, lugares, acontecimentos.
Constituí família, construí três casas, a primeira, de um pavimento, a segunda de
dois, a terceira de três, escrevi e publiquei meus livros, viajei pelos quatro
continentes,
admirando o que havia de melhor em matéria de artes plásticas,
ouvi a melhor música do mundo, li o que de mais elevado
o espírito humano produziu em todos os países e em todas as épocas.
Que mais poderia ter desejado? Realizei quase todos os meus sonhos.
Riqueza? Graças a Deus não me coube a infelicidade de ser rico.
Honrarias? Não valem elas tanto assim.*
(Antenor Nascetes)



Figura 1: Professor Antenor Nascetes.

Fonte: Acervo do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM).

Antenor de Veras Nascentes (1886-1972) nascido na cidade do Rio de Janeiro era afrodescendente, neto de escrava, filho de mãe lavadeira e pai empregado da alfândega. Antenor Nascentes, como é conhecido no meio acadêmico, cresceu em uma família simples de poucos recursos financeiros. Desde o início da formação escolar na escola primária, destacou-se pela sua inteligência brilhante e aplicação nos estudos. Ingressou como aluno no Colégio Pedro II (primeira escola oficial de instrução secundária fundada pelo Ministro do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos, em 02 de dezembro de 1837), e ao terminar os seis anos de formação no ensino secundário (1902) recebeu o *Prêmio Pantheon* concedido apenas aos melhores alunos, que obtiveram a nota máxima em todas as disciplinas. Iniciou ainda jovem sua carreira no magistério (1903) destacando-se como professor tanto no ensino secundário quanto no ensino superior.

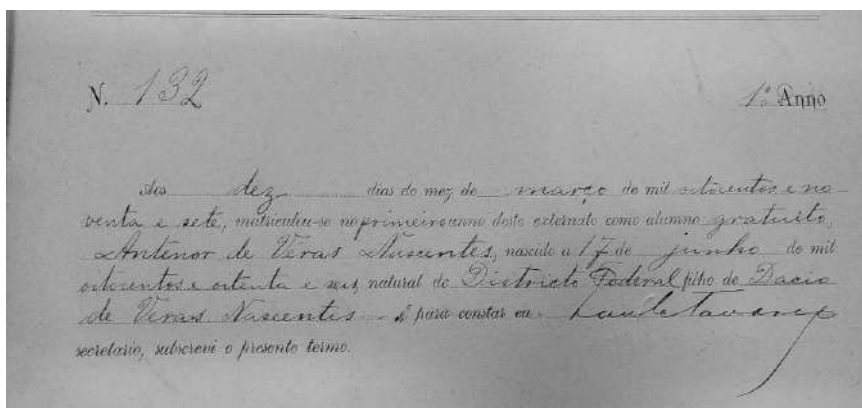


Figura 2: Matrícula de Antenor Nascentes no 1º Anno como aluno do Gymnasio Nacional em 10 de março de 1897.

Fonte: Acervo do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM).



Figura 3: Antenor Nascentes – Aluno da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro¹.

Fonte: Acervo do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM).

¹ Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Primeira instituição de ensino superior em Direito da Capital Federal do início do século XX.

Após terminar o curso secundário, ingressa na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e forma-se Bacharel em Ciências Jurídicas.

No Colégio Pedro II, foi aprovado em primeiro lugar em concurso para professor Catedrático² de Espanhol (1919), com a tese *Um ensaio de fonética diferencial luso-castelhana: dos elementos gregos que se encontram no espanhol*, foi professor Catedrático de Português e professor Interino de Literatura. Professor catedrático da Escola de Filosofia e Letras da antiga Universidade do Distrito Federal (extinta em 1939), catedrático de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto La Fayette e da Faculdade Fluminense de Filosofia, que depois viria a integrar a Universidade Federal Fluminense (UFF). Nascentes foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Filologia, em 28 de agosto de 1944.

O concurso para professor catedrático de espanhol ocorreu no dia 09 de setembro de 1919 (Correio da Manhã, 1919) e teve os seguintes candidatos: Francisco Pereira Novaes da Cunha, Dario Portuguez Silva Monteiro, Dr. Antonio de Araujo Mello Carvalho, Lino de Moraes Leme, Dr. David José Perez, Brenno Silveira de Arruda, Dr. Antenor Nascentes e Adolfo de Morales de Los Rios Filho.



Figura 4: Concurso para Professor de Espanhol.
Fonte: Correio da Manhã, 26 de agosto de 1919, p. 3.

² O concurso para a Cátedra do Colégio Pedro II constava de provas escritas e orais, aula didática e o candidato deveria apresentar uma tese sobre a disciplina para a qual estava concorrendo.

Uma presença feminina no concurso para professor catedrático de espanhol do Colégio Pedro II

Uma única mulher se inscreveu como candidata ao concurso para a cátedra de Espanhol: a Dra. Laura de Bezerra. Seu pedido de inscrição foi negado pelo diretor sob a justificativa de que ela não era brasileira. O impedimento alegado pelo diretor dar a ver a cultura enraizada no colégio que desde a sua fundação em 1837, e que permaneceu até 1927³, (90 anos) foi uma instituição de ensino exclusiva para homens (seja ocupando a posição de docente, discente ou administrativo) e que impedia o acesso feminino para ocupar qualquer cargo, pois o lugar social permitido à mulher era o lar, o casamento, a maternidade.



Figura 5: Informações sobre Dra. Laura de Bezerra.
Fonte: Gazeta de Notícias, 31 de agosto de 1919, p. 2.

³ Em 1927, ocorre o ingresso da primeira aluna no Colégio Pedro II: Yvone Monteiro da Silva, após a indicação na Comissão de Ensino por Bertha Lutz, durante a Conferência pelo Progresso Feminino organizada pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

A justificativa apontada pelo diretor não tinha apoio legal, pois de acordo com as disposições na Constituição uma estrangeira casada com um cidadão brasileiro e com filhos automaticamente adquire a nacionalidade do cidadão com quem se casou. Laura de Bezerra (uruguaia) era casada com o coronel Antonio Bezerra.

A negativa gerou polêmica nos jornais da época que protestaram alegando a idoneidade da candidata considerada uma excelente educadora com formação em diversas escolas da Europa, formada em Ciências e Letras com um currículo que atestava a sua competência como educadora.

Mesmo com todo o apoio recebido a candidata foi impedida de participar do concurso.

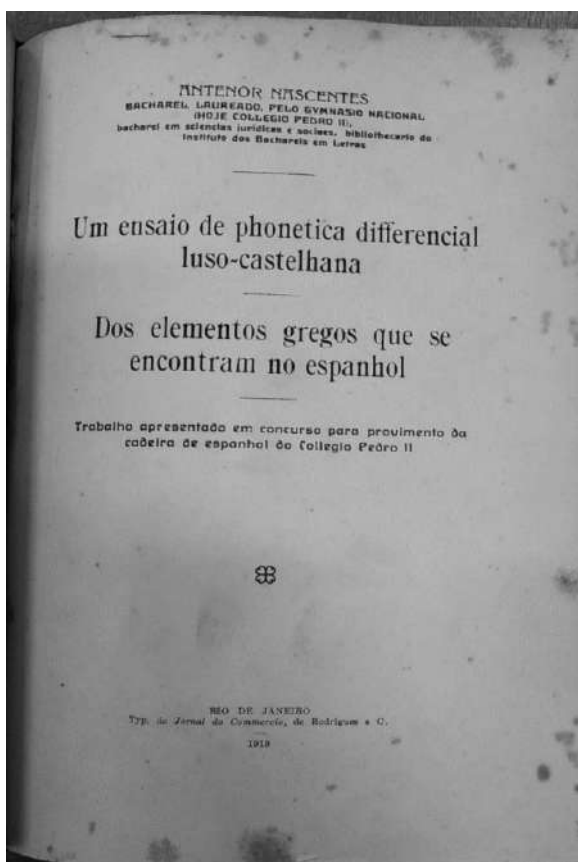


Figura 6: Tese de concurso para a Cátedra de Espanhol do Colégio Pedro II – 1919.
Fonte: Acervo do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM).

Antenor Nascentes e a cátedra de português no Colégio Pedro II

Apesar de fazer parte da grade curricular, a disciplina de Espanhol era facultativa, assim como a de Italiano, o que muito incomodava o professor Antenor Nascentes. O fato de não contar para a aprovação fazia com que os alunos não demonstrassem o mesmo interesse e dedicação aos estudos como faziam para as demais disciplinas obrigatórias.

Muito contrariado com a situação, Antenor Nascentes foi até o Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. João Luiz Alves, pedir providências no sentido de tornar a disciplina obrigatória como as demais. O Ministro respondeu que nada poderia fazer, pois a carga horária já estava completa.

Por ocasião da reforma do ensino primário e secundário oficializada pelo Decreto n. 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, abre-se a oportunidade de resolver a situação que tanto incomodava ao professor. O ministro chama Antenor Nascentes e oferece a opção de escolher a cadeira de Português ou a de Latim para lecionar. A oferta do ministro evidencia o capital social e político e as relações estabelecidas na esfera pública por Nascentes.

Antenor Nascentes aceita a oferta e transfere-se para a cadeira de Português, pois no artigo n. 48 § 1º da reforma era permitida a transferência da cadeira de Espanhol, para uma segunda cadeira de Português:

Decreto n. 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925- Estabelece o concurso da União para a diffusão do ensino primario, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundario e o superior e dá outras providências. Art. 48. O conjunto de estudos do curso secundario integral compreende as seguintes materias:

portuguez, francez e latim, obrigatorias, inglez, ou alemão, á escolha do alumno, hespanhol e italiano, facultativas, observado o disposto no paragrapho seguinte, instrucção moral e civica, geographia, algebra, geometria e trigonometria, historia universal e do Brasil, physica, chimica e historia natural, philosophia e historia natural, philosophia e historia da philosophia, literatura da lingua brasileira e das linguas latinas, e sociologia.

§ 1º. O Professor da cadeira de hespanhol poderá ser transferido para uma segunda cadeira de portuguez, ficando então extinta aquella cadeira e continuando facultativo o estudo do italiano no 4º anno. (Decreto, 1925, grifos nossos)

A transferência para a cadeira de Português, apesar de ser permitida legalmente, causou indignação e inveja nos opositores de Nascentes, pois alegavam que ele assumiu a referida cadeira sem prestar concurso, sem comprovar o reconhecido saber para ocupar a cadeira.

Para responder aos seus opositores, Nascentes faz o que é considerado uma das obras seminais da língua portuguesa com reconhecimento internacional: o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (que dedicou à

memória de Fausto Barreto e Vicente de Souza) em 3 volumes: Volume I – 1932, Volume II – 1952, Volume III – 1966.

Na Introdução do volume I do *Dicionário*, Nascentes dá uma resposta direta aos seus opositores por ter passado para a cadeira de Português sem prestar o devido concurso:

Pois bem. Não fiz concurso para a cadeira de português, mas o fiz para uma língua irmã, havendo vertido para o espanhol um trecho difícil de um sermão de Vieira [Padre Antonio Vieira]. Desde 1904 ensino particularmente a língua que recebi no berço. Examinei em preparatórios desde 1916. Examinei candidatas a livre-docente e a catedrático de português. Escrevi sobre redação oficial, fiz um estudo dialectológico do linguajar da capital do país, elaborei uma série de livros didáticos que vão das noções sobre o alfabeto, em começo de curso primário, à estilística e à literatura, no limiar do curso superior. Nada disto foi suficiente?
Escrevo então este dicionário.

No ano de 1945, Antenor Nascentes aposentou-se do Colégio Pedro II. Em 23 de setembro de 1952, recebeu o título de Professor Emérito do Colégio Pedro II, em sessão magna da Congregação, na ocasião pronunciou discurso no qual fez um relato da sua vida como professor e terminou:

Como acabastes de ver, toda minha vida mais ou menos se prende a esta casa. Aqui aprendi, recebendo de vós o título de bacharel em Ciências e Letras, com a láurea do prêmio Benjamin Constant.
Subida honra.
Aqui ensinei, recebendo de vós o título de catedrático.
Dobrada honra.
E, quando nada mais pensava merecer, eis que a vossa bondade me galardoou com o Título com que os romanos distinguiam os militares encanecidos no serviço e que com devoção cumpriram seus deveres.
Honra tresdobrada.
Também tive a minha milícia, a do ensino.
Da maneira por que servi a esta milícia fale por mim este título, que vale por uma condecoração.
Só duas pessoas o possuem: o Ministro Hahnemann Guimarães e eu.
Tudo farei para honrá-lo no tempo que me restar de vida. (Nascentes, 1953, p. 142)

Ao longo de sua vida Antenor Nascentes formou um rico acervo bibliográfico. Deixou expressa a sua vontade que o conjunto documental fosse doado para o Colégio Pedro II. O que foi cumprido pelos seus filhos após o seu falecimento.

O acervo doado ao Colégio é formado por livros, artigos e periódicos, postais raros, traduções, arquivos e correspondência mantida com intelectuais da ciência e das letras (do Brasil e do exterior), e recebeu o nome de “Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes”.



Figura 7: Professor Antenor Nascentes com uma turma de alunos no Colégio Pedro II (Década de 1940).

Fonte: Acervo do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM).

Atualmente o Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes é um dos setores históricos que integra o Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (CEDOM)⁴, localizado no campus Centro, na cidade do Rio de Janeiro.

Professor Polígrafo, a produção intelectual de Antenor Nascentes é marcada pela escrita de compêndios de didática e para o ensino da língua nacional (34 livros) com destaque para o *Idioma Nacional* e *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, obra única no gênero, com repercussão internacional no meio acadêmico, diversos artigos e resenhas críticas publicados em jornais e revistas do Brasil e do exterior. Para o ensino

⁴ Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (CEDOM). Endereço: Colégio Pedro II – campus Centro - Av. Marechal Floriano, 80. Centro – Rio de Janeiro. Site: <http://cp2.g12.br/index.php>. E-mail: cedom@cp2.g12.br.

universitário, escreveu *Elementos de Filologia Românica* (1954), primeiro compêndio sobre o assunto publicado no Brasil.

Sobre o compêndio *Elementos de Filologia Românica*, Bechara nos diz que:

Sua atividade de catedrático de Filologia Românica da UERJ e da UFF levou-o a escrever, para uso de seus alunos, os *Elementos de Filologia Românica* (Rio, 1954), que além do mérito “de ser o primeiro compêndio que sobre o assunto se publica em nosso país”, tem contribuído pelo Brasil em fora para que a disciplina possa ser honestamente ministrada em faculdades a que não chegam compêndios europeus mais substanciosos. (Bechara, 2014, p. 22)

Orgulhoso de ter nascido na cidade do Rio de Janeiro escreveu o livro *O Linguajar Carioca em 1922*, no qual homenageou o Centenário da Independência do Brasil, realizando um estudo da língua falada na cidade do Rio de Janeiro. Poliglota e filólogo, estabeleceu os fundamentos teóricos e a metodologia das *Bases para a elaboração dos Atlas Linguísticos do Brasil*, trabalho seminal que tem por objetivo mapear todos os falares da sociedade brasileira e que orienta até os dias atuais a produção dos Atlas Linguísticos de cada estado do Brasil.

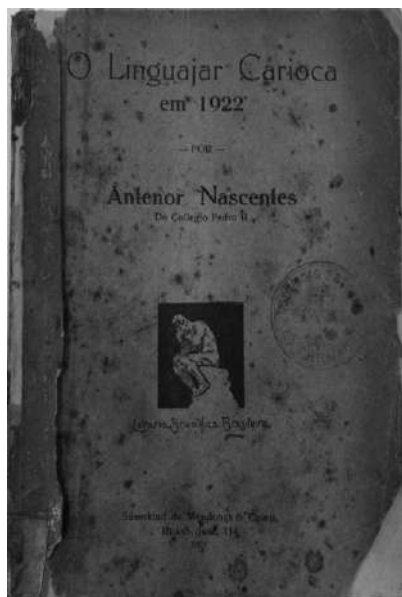


Figura 8: *O Linguajar Carioca em 1922* (1ª Edição).

Fonte: Acervo do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM).

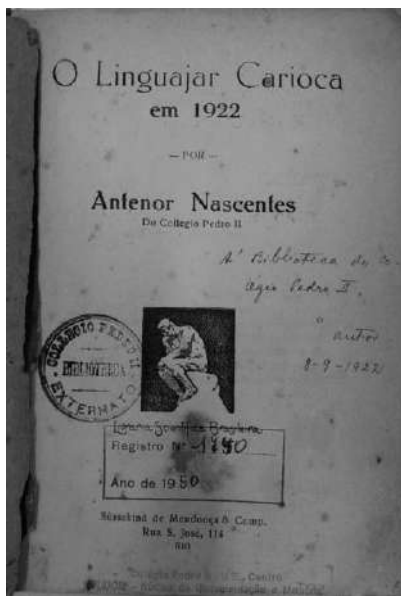


Figura 9: *O Linguajar Carioca em 1922* (1ª Edição), com dedicatória do autor para a Biblioteca do Colégio Pedro II.

Fonte: Acervo do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM).

Além da extensa produção bibliográfica, Antenor Nascentes, através da troca de correspondência⁵, travou diálogo com intelectuais de diferentes países, como Alemanha, Argentina, Bélgica, Chile, Cuba, Espanha, Estados Unidos da América, França, Itália, Portugal, República Tcheca, Sérvia, Suécia e Uruguai, que atuavam nas áreas da Filologia, Linguística, Dialectologia, estabelecendo uma comunicação e intercâmbio do conhecimento científico internacional. O professor cruzou os mares e fez parte de uma rede de sociabilidade.

Nas cartas internacionais pertencentes ao acervo de Nascentes foi identificada correspondência com cientistas, estudiosos e, em especial, filólogos envolvidos em pesquisas sobre Ortografia, Linguística e estudos semânticos e Dialectologia dentre outros, num período de cinquenta anos de intercâmbio de informações e conhecimento entre o autor e pesquisadores estrangeiros. (Silva, 2012, p. 66)

Sobre as redes de sociabilidades, nos utilizamos das formulações de Sirinelli, que assinala que “as ‘redes’ secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos” (Sirinelli, 2003). Antenor Nascentes integrou as redes internacionais de comunicação para trocar conhecimentos com seus pares e desenvolveu um diálogo permanente e frutífero com diversos intelectuais para estabelecer, num movimento contínuo alicerçado em bases sólidas de informações científicas, uma tessitura de relações com pensadores, críticos, estudiosos ligados entre si pelas áreas de estudos da Filologia, Linguística e Dialectologia.

No Brasil, a rede de sociabilidade da qual Nascentes fazia parte incluía políticos e autoridades públicas da área da educação, ciência e cultura. Entre seus amigos intelectuais estavam poetas, pensadores, educadores e pesquisadores como Manoel Bandeira, Aurélio Buarque de Holanda, Monteiro Lobato, Antonio Houaiss, Sousa da Silveira, Clóvis Monteiro, Pedro Bloch, Celso Cunha. Como professores, teve Paulo de Frontin, Silva Ramos, Fausto Barreto, Vicente de Souza, Ramiz Galvão e Manoel Said Ali Ida, entre outros destacados mestres. O elevado prestígio das relações do professor Antenor Nascentes com filólogos estrangeiros é confirmado pelo fato do seu *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* ter o prefácio escrito em alemão por W. Meyer-Lübke⁶, que solidificou os estudos da Linguística Românica.

⁵ O catálogo compõe-se de um total de 703 cartas que foram digitalizadas organizadas em ordem sequencial crescente de acordo com a data em que foram escritas e fazem parte do acervo pessoal do Professor Antenor Nascentes (Colégio Pedro II, 2010).

⁶ Wilhelm Meyer-Lübke (Suíça, 1861 – Alemanha, 1936) foi um filólogo suíço da escola de Neogramática. Executou diversos estudos comparativos das línguas romance e do latim

Sua formação diversificada permitiu-lhe circular por diversas áreas. Foi Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Oficial da Secretaria de Estado da Justiça e Negócios Interiores, participou de diversas bancas examinadoras do Conselho Superior de Ensino, Bibliotecário da Academia dos Bacharéis em Letras.

Membro da Comissão de Filologia do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa (Brasil, 1952), Antenor Nascentes foi o autor dos dois volumes das *Bases para a Elaboração do Atlas Linguístico do Brasil* (1958 e 1961). Nesse trabalho pioneiro, Nascentes propõe a produção de atlas regionais linguísticos justificando que as dificuldades geográficas, a falta de pessoal qualificado para as atividades de pesquisas e a falta de suporte financeiro dificultariam a elaboração de um único atlas. A partir dessa proposta foram elaborados os projetos para a constituição dos atlas regionais, que servem ainda hoje para a divisão das áreas linguísticas dos falares brasileiros.

Homem de interesses variados, era um apaixonado por viagens e introdutor dos estudos sobre turismo no Brasil, publicou 96 artigos (Barbadinho Neto, 1992) sobre as suas viagens, além de dois livros: *Num país fabuloso* (1933), narrativa de viagem sobre a América do Norte, e *América do Sul* (1937), narrativa de sua viagem ao Chile e demais países da América do Sul.

Expandindo seus conhecimentos e curiosidade intelectual para outras áreas do conhecimento, em colaboração com o professor José Raimundo da Silva, escreveu a obra musical *Elementos de Teoria Musical*, traduziu e editou obras clássicas da literatura mundial. Do Francês, traduziu o *Teatro de Beaumarchais*. Do Espanhol, traduziu o *El Buscapié*, atribuído a Cervantes. Publicou em vários jornais e revistas especializadas brasileiras e estrangeiras.

A troca de correspondência de Antenor Nascentes com intelectuais internacionais favoreceu a circulação de ideias e o estabelecimento de uma comunicação acadêmica e produção científica que extrapolou os limites geográficos. Antenor Nascentes foi um desbravador incansável de novos horizontes no conhecimento teórico no campo da Linguística e da Filologia, um visionário que atravessou os oceanos para explorar novos saberes, culturas.

Considerações finais

O intercâmbio de informações científicas que Nascentes estabeleceu com intelectuais através de vasta correspondência, por mais de 40 anos, contribuiu para a troca de experiências, descobertas e alargamento da comunidade acadêmica com um interesse comum, em campos específicos do

falado. Ensinou na Universidade de Jena de 1887 a 1890, a seguir na Universidade de Viena até 1915, quando mudou para a Universidade de Bona (Wikipédia, s.d.).

saber. A produção intelectual do professor Antenor Nascentes que contempla compêndios, artigos em periódicos sobre a Filologia e Linguística brasileiras contribuiu para que através dessa comunicação internacional outros pesquisadores tomassem conhecimento do estudo e evolução da língua brasileira.

Professor universal, Antenor Nascentes ultrapassou fronteiras, atravessou os mares; viajou por todos os continentes e travou diálogo com intelectuais de diversos países, marcando dessa forma seu perfil de professor-pesquisador, pioneiro na pesquisa científica dos estudos da Filologia, Linguística e Dialectologia brasileira. Em reconhecimento à sua contribuição, recebeu do governo francês o título de “Officier de L’Instruction Publique” e em Portugal o da “Ordem da Instrução Pública”. Manteve rica e farta troca de correspondência internacional com seus pares, estabelecendo uma rede de convivência com a comunidade científica no campo da Linguística, na qual a informação e a comunicação formavam uma teia retroalimentada pela investigação acadêmica.

Referências

- BARBADINHO NETO, R (org.). Estudos Filológicos: 3ª Série. **Cadernos Avulsos da Coleção da Biblioteca do Professor**, p. 38-47. 1992.
- BECHARA, E. Antenor Nascentes – Romanista. *In: Revista da Academia Brasileira de Filologia*, n. 15, p. 22-30. 2014.
- BRASIL. **Decreto n. 16782 - A, de 13 de janeiro de 1925**. Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências.
- BRASIL. **Decreto n. 30.643 de 20 de março de 1952**. Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre o seu funcionamento. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 4665, 22 mar. 1952.
- COLÉGIO PEDRO II. **Livro de termos de matrículas dos alunos do Externato do Gymnasio Nacional: 1896-1903**.
- COLÉGIO PEDRO II. **Catálogo da correspondência internacional passiva do Professor Antenor Nascentes**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II. 2010. 118 p.
- CORREIO DA MANHÃ. **26 de agosto de 1919**, p. 3. Edição n. 7484. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_02&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=40544. Acesso em: 18 jan. 2024.

- NASCENTES, A. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Com prefácio de W. Meyer-Lübke. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1932. 576 p.
- NASCENTES, A. Discurso do Professor Antenor Nascentes ao receber o título de Professor Emérito do Colégio Pedro II na noite de 23 de setembro de 1952. Rio de Janeiro. **Internato**, n. 3, p. 135-142, 1953.
- SILVA, A. M. da. **Itinerários da produção intelectual de Antenor de Veras Nascentes na comunicação científica**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ. 2012.
- SIRINELLI, J.F. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 231-270, 2003. 472 p.
- WIKIPEDIA. **Wilhelm Meyer-Lübke**. Disponível em: [https://pt.wikipedia./wiki/Wilhelm_Meyer-L%C3%BCbke](https://pt.wikipedia/wiki/Wilhelm_Meyer-L%C3%BCbke). Acesso em: 01 jun. 2022.

CAPÍTULO 3

(DES)ENCONTROS ENTRE LÍNGUA E RAÇA EM *O IDIOMA NACIONAL* DE ANTENOR NASCENTES

Pedro Arão das Mercês Carvalho
Rogério Modesto

Introdução

Antenor de Veras Nascentes (1886-1972) é reconhecidamente um dos mais importantes estudiosos da língua portuguesa do Brasil no século XX. Tendo sido professor do Colégio Pedro II e um dos fundadores da Academia Brasileira de Filologia, tornou-se referência não somente no ensino de língua portuguesa – e de outros idiomas –, mas, principalmente, na pesquisa e descrição de aspectos lexicais, etimológicos, filológicos, dialetais etc. do português no Brasil. Com uma vasta produção, muito de sua obra é já conhecida entre os pesquisadores da área, sendo altamente referenciada em diferentes temas dos estudos da língua portuguesa: do léxico à gramática, da Filologia à História da Língua, interessando também a pesquisas realizadas no âmbito da História das Ideias Linguísticas.

No bojo de sua produção, destaca-se sua célebre obra *O Idioma Nacional* (1926-1929; 1935-1937; 1944) que corresponde a um momento importante para o ensino da língua nacional no século XX por abranger um conjunto de manuais didáticos gramaticais que não prescrevem a língua escrita seguindo parâmetros portugueses (de gramáticas filosóficas, cf. Costa; Medeiros, 2023), mas a explicam conjuntamente com a oralidade. Além disso, desses manuais, materializados nesse compêndio, provêm variadas dissemelhanças em relação à “variante europeia”¹ que reforçam sua preocupação com o que se entendia por ser a identidade linguística do Brasil.

Talvez se possa dizer que tanto a apresentação de Nascentes quanto a de *O Idioma Nacional* realizadas nos parágrafos anteriores trazem dados já muito conhecidos no campo de estudos da história da gramatização da língua portuguesa do Brasil. Nessa conhecida narrativa, no entanto, com frequência

¹ Como *exemplos*: “No Rio de Janeiro diz-se quatorze e não catorze, por influência de quatro. Catorze é um lusitanismo” (Nascentes, 1961, p. 16).

fica de fora uma informação que singulariza ainda mais o perfil de Antenor de Veras Nascentes enquanto intelectual das Letras em uma sociedade como a nossa, especialmente no contexto sócio-histórico da passagem do século XIX para o XX: o fato de estarmos falando de um homem negro².

Nascido dois anos antes da abolição da escravatura, Gomes, Lauriano e Schwarcz (2021, p. 57) argumentam que, “se Antenor não vivenciou a escravidão de perto, tal realidade, provavelmente, figurou entre as percepções de seus avós, pais, irmãos, primos e tios”, de tal modo que “[...] educação, letramento e formação intelectual representaram uma estratégia para sua família” (Gomes, Lauriano, Schwarcz, 2021, p. 57).

Com este texto, que é fruto de reflexões de um projeto de pesquisa ainda em andamento³, somos motivados pela ideia de que, malgrado o aparente apagamento da negritude de Nascentes, são importantes iniciativas de pesquisas que tenham a preocupação em mapear e analisar possíveis atravessamentos do debate racial em sua obra⁴. Cabe, então, uma investigação que possibilite compreender a pertinência de se falar em uma posição-sujeito intelectual negro, inscrita na obra de Nascentes, que, de algum modo, possa se diferenciar de uma posição intelectual outra que significa línguas e sujeitos racializados como maus falantes possuidores de línguas adulteradas⁵.

No que diz respeito à língua, Nascentes pode ser interpretado como bastante progressista (em contraponto à tradição gramatical clássica) face ao reconhecimento e à valorização das especificidades da variante brasileira da língua portuguesa, mesmo que tal progressismo pareça estar alinhado a um

² É curioso notar que mesmo os textos biográficos acerca de Nascentes que circulam na área (Hampejs, 1961; Penha, 2002; Barbadinho Neto, 2011) apagam essa informação singular.

³ Projeto *Uma linguística negra: Antenor Nascentes e Hemetério José dos Santos – Fase 1*, desenvolvido no âmbito do PROIC – Programa de Iniciação Científica da UESC, sob a orientação do Prof. Dr. Rogério Modesto e situado no âmbito da História da Ideias Linguísticas em seu atravessamento pela Análise de Discurso materialista.

⁴ No campo da História das Ideias Linguísticas no Brasil, além de nossa pesquisa, chamamos atenção para a iniciativa das pesquisadoras Claudia Regina Castellanos Pfeiffer (Unicamp), Thaís de Araujo da Costa (UERJ) e Vanise Medeiros (UFF) que, nessa mesma direção, apresentaram o trabalho *Língua(s) e sujeito(s) indígena(s) e africano(s) no O linguajar carioca, de Antenor Nascentes*, em outubro de 2023 no 37º Enanpoll – Encontro Nacional da ANPOLL.

⁵ Tanto no século XIX quanto no século XX, em discursos cotidianos e mesmo com campo de estudos da linguagem, são frequentes discursos que relacionam, por exemplo, negros africanos e afrodescendentes, como responsáveis por barbarismos linguísticos e “vícios de pronúnciação”. No século XIX, a coluna semanal “Vícios de Pronúnciação”, que teve espaço em dez textos no Jornal *O Monitor Campista*, periódico conservador de Campos dos Goytacazes – RJ, se ocupou de questionar a competência linguística desses sujeitos, atribuindo-lhes as “mazelas” da língua portuguesa falada no Brasil. Já no século XX, o estudioso Serafim da Silva Neto, com frequência mencionava a “a linguagem adulterada dos negros e índios” (Silva Neto, 1960, p. 21).

contexto modernista de identidade nacional⁶. Como buscaremos mostrar, a partir da análise de *O Idioma Nacional*, a posição-sujeito inscrita na obra de Nascentes nessa questão da língua parece alinhada com a periodização das ideias linguísticas da gramatização brasileira (Guimarães, 1994). Diante disso, perguntamos: se há um progressismo na visão de língua em Nascentes, tal perspectiva/tomada de posição progressista se espelhariam numa possível inscrição do debate racial em sua obra?

A análise de aspectos que permitam problematizar também uma possível inscrição de uma posição-sujeito intelectual negro alinhada a uma discussão em torno do atravessamento da racialidade na obra virá a partir da análise dos exemplos que comparecem na obra e que, de nosso ponto de vista, são espaços de historicidade nas gramáticas e demais instrumentos linguísticos (Costa; Medeiros, 2023). É assim que, a partir de uma perspectiva situada no âmbito da História das Ideias Linguísticas em seu atravessamento pela Análise de Discurso de vertente materialista, enveredamos nosso olhar para os (des)encontros entre língua e raça em *O Idioma Nacional* de Antenor Nascentes.

Condições de produção de *O Idioma Nacional*

Para situar as condições de produção da obra de Nascentes em análise, considerando seu alinhamento ao pensamento linguístico de sua época, tal como dissemos na introdução, convém, inicialmente, delimitar a periodização feita por Guimarães (1994) do processo de gramatização do/no Brasil. De uma posição historiográfica, o autor afirma que o país passou por quatro períodos de estudo e instrumentalização da língua portuguesa. O primeiro corresponde do colonial a meados do século XIX, em que basicamente não havia produção linguística do Brasil no Brasil. O segundo momento é caracterizado pela produção brasileira de gramáticas, dicionários e outros materiais descritivos, além do surgimento da Academia Brasileira de Letras e de faculdades de Letras. O terceiro perpassa o primeiro Acordo Ortográfico, de 1931, a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), em 1959, e os estudos linguísticos estruturalistas. O quarto, por fim, vai da obrigatoriedade da Linguística como disciplina obrigatória em cursos de Letras, abertura de cursos de pós-graduação na área nos anos 1960 até hoje⁷.

⁶ Segundo Guimarães (1994), o período em que se publica a primeira edição de *O Idioma Nacional* corresponde ao momento de foco nas especificidades do português brasileiro.

⁷ Zoppi-Fontana (2009) propõe um quinto período que corresponderia à constituição do português do Brasil como uma língua transnacional. Esse período seria iniciado com as políticas contemporâneas de globalização, sendo a fundação do Mercosul um marco fundamental desse período que se estende até os dias de hoje.

É no segundo período, em maior relevância, que se situam Antenor Nascentes e *O Idioma Nacional*. Diversos estudiosos da língua discutem e iniciam a definição de uma língua devidamente *nacional* brasileira, ao procurar e defender as diferenças específicas do idioma, em comparação direta com aquele falado em Portugal, enquanto produziam instrumentos linguísticos do Brasil para o brasileiro, como forma, também, de estabelecimento de uma identidade⁸. O ensino de língua portuguesa no Brasil nesse momento, porém, era baseado principalmente na prática e prescrição normativa da modalidade escrita do idioma e, geralmente, com resgate e manutenção de características – fossem estéticas ou estruturais – portuguesas (Orlandi; Guimarães, 2001). Conjuntamente, a propagação positivista do avanço das ciências naturais e respectivas metodologias de pesquisa estavam em voga no Ocidente e, por conseguinte, as ciências humanas no Brasil foram interpeladas por esses ideais.

Nascentes, como já dissemos, foi professor do Colégio Pedro II desde 1919, da instituição de ensino de maior prestígio do país até então e de onde boa parte dos estudos linguísticos brasileiros eram desenvolvidos à época, em virtude do trabalho de docentes como Said Ali, Hemetério José dos Santos, Carlos de Laet, entre outros. Após a publicação de *O Linguajar Carioca* (1922), definitiva para a Dialetoologia nacional e uma das primeiras obras sobre o tema, além de projetos de dicionários etimológicos já em andamento, ele escreveu a série monográfica original *O Idioma Nacional*, dividida em cinco volumes e publicada de 1926 a 1929. Com isso, ele propôs descrever a língua portuguesa, no que por vezes chama de “dialeto”⁹ brasileiro, e desassociar as normas portuguesas que não diziam respeito às brasileiras.

O texto, todavia, com objetivo de destacar a formação histórica da variante brasileira e ao selecionar determinados exemplos, permite interpretações temporais e possíveis efeitos políticos e ideológicos que atravessam uma formação discursiva imbuída no racismo e hierarquização de etnias/populações. Ou seja, num material direcionado ao ensino linguístico há dizeres que funcionam com diferentes efeitos de sentido, já que as descrições e justificativas linguísticas estão intrinsecamente relacionadas às comunidades falantes e às suas condições de produção. Os instrumentos linguísticos, nesse sentido, “embora afetem o indivíduo, as suas ‘capacidades individuais’, são da ordem de uma coletividade” (Costa; Goulart; Mello, 2023, p. 318).

⁸ Mesmo que essa identidade pudesse ser *dependente* de Portugal (Orlandi, Guimarães, 2001).

⁹ “Os dialetos insulares também, como o brasileiro, denunciam – como originários do sul de Portugal [...]” (Nascentes, 1961, p. 258).

Progressista na língua

O título da série monográfica, *O Idioma Nacional*, viria, ainda, a se expandir nas próximas décadas, com versões direcionadas à aprendizagem no ginásio e do colegial/escola secundária. Além disso, foi feito um resumo dos três primeiros volumes num mesmo livro, publicado em 1937. A edição analisada aqui é a quarta desse compilado, de 1961, e é importante ressaltar esses fatos porque não são simplesmente detalhes: o livro teve de se adaptar à NGB – com participação do próprio Nascentes no desenvolvimento –, e sofreu impactos da transferência da capital federal para Brasília¹⁰, num momento temporal que já compreende o terceiro período de gramatização do país. Isso faz com que a quarta edição tenha destaque em comparação a outras, pois está situada histórica e discursivamente num *continuum* pertinente para a produção de conhecimento (meta)linguístico nacional. Numa interpretação discursiva da história, não de um ponto de vista simplesmente cronológico, mas no qual os sentidos têm efeito de resgate na memória materializada, a “Gramática, enquanto domínio de saber, não é homogênea [pois] implica, dessa perspectiva, considerar que os sentidos que a ela se filiam são historicamente construídos e se significam em relação a outros sentidos” (Costa; Goulart; Mello, 2023, p. 320).

Embora o livro tenha menções ínfimas à pretensão de ser uma gramática, aparecem efeitos e funcionamentos de uma, além de críticas, quando conveniente, do trabalho de autores no campo. Nas palavras de Nascentes (1961, p. 146): “Os gramáticos inventaram numerosas regras para disciplinar o emprego do infinitivo pessoal, mas tôda essa multiplicidade só serve para trazer confusão” (Nascentes, 1961, p. 146). O autor segue o trajeto de explicar Fonética, Morfologia e Sintaxe, nessa ordem, para, então, iniciar outras discussões acerca da língua. A seção sobre Fonética é inovadora por explicar uma metodologia da modalidade oral do PB, ainda pouco explorada ou ensinada no início do século XX:

Não há vogais nasais abertas no Brasil, salvo em S. Paulo. Por isso, é um absurdo recomendar-se, como se faz em muita escola primária, que se leia *amâmos* no pretérito perfeito simples do indicativo. O segundo *a* tem ressonância nasal. (Nascentes, 1961, p. 13)

¹⁰ Isso é destacável pois tanto a formação discursiva do sujeito autor quanto a base que toma na obra se dá no Rio de Janeiro enquanto capital e centro urbano mais importante da nação: “Embora tendo deixado de ser a capital oficial do país, o Rio de Janeiro continua sendo a capital cultural” (Nascentes, 1961, p. 38).

Nesse caso, é importante destacar que a pronúncia *normal* em que ele se baseia é a do Rio de Janeiro, e o padrão carioca já descrito por Nascentes (1953)¹¹ ao longo do texto é tomado como norma em âmbito nacional:

A pronúncia brasileira normal é a do Rio de Janeiro. Nem sempre as capitais dos países são os lugares onde melhor se fala a língua; o francês da Turena, por exemplo, é superior ao de Paris. Mas causas históricas concorreram para que em nosso país a capital fôsse o lugar onde melhor se falasse. (Nascentes, 1961, p. 38)

O texto segue, então, com assertivas acerca de língua e do português brasileiro que determinam a relevância da modalidade oral e de variantes informais na diferenciação do idioma no Brasil. Ao enfatizar que o brasileiro *fala* de modo suficientemente alternativo ao português, explica que determinadas funções notadamente fonéticas no PB devem influenciar a escrita¹². Ele afirma, por exemplo, que a posição dos pronomes oblíquos no país *deve* diferenciar também na escrita, e que isso faz sentido do ponto de vista linguístico inclusive comparativo:

Em Portugal, a vogal *e* que termina algumas formas oblíquas *como me, te, se, lhe*, é átona e brevíssima, comparável ao *e* mudo francês. Tal vogal não existe no português do Brasil, de modo que forçosamente a colocação brasileira há de divergir da portuguesa, sem por isso dever ser considerada errada. Assim, em Portugal não se começa período por forma oblíqua. No português do Brasil, onde tais pronomes soam *mi, ti, si, lbi*, com *i* lene, êles aparecem no comêço do período, como se dá com os seus correspondentes em espanhol, em italiano e em francês. Neste particular, a língua falada se divorcia da escrita, pois, ao passo que na fala a forma oblíqua vem constantemente em primeiro lugar, os escritores, com exceção de um ou outro, mais jovem e desassombrado que os demais, evitam com o maior cuidado esta colocação. Não há colocações erradas, exceto as que raiarem pelo absurdo. Há colocações elegantes ou deselegantes, conforme o critério de cada um. (Nascentes, 1961, p. 151)

¹¹ Sobre esse aspecto, Costa, Goulart e Mello (2023) discutem como o texto do livro dialetológico de 1922 já pode funcionar com sentidos de que o *linguajar* regional, carioca, é parte mais representativa do “todo” *dialeto* brasileiro.

¹² “A linguagem deve também ter *côr* local, razão por quê cumpre evitar no Brasil os lusitanismos. Ex.: *Louvávamo-lo sempre. Não no quero. Eu lbo dei. Amámos, jantámos* (com a tônico aberto). Certos diminutivos como: *casita, pintainho*. Certas sinalefas *d'Oli-veira, d'Albuquerque*. Certas sincopes usadas por poetas: *fliz, esp'rança, c'raa*, o uso de certas palavras na linguagem comum, ex.: *erguer em vez de levantar*. Um brasileiro **não fala assim; não deve, por conseguinte, escrever desta maneira**, embora no ponto de vista português tudo esteja muito certo” (Nascentes, 1961, p. 170, grifos nossos).

É curioso que essa posição gramatical ainda hoje possa ser levada por muitos como radical no que concerne à escrita brasileira. Um pouco mais adiante, faz novamente um paralelo entre a fala formal e coloquial, agora entre “aqueles que se encontram na linguagem vulgar” e “bons autores”. A relação é posta no primeiro parágrafo que abre a seção chamada “Figuras de sintaxe”:

SD1: Figuras de sintaxe são expressões que não se conformam estritamente com as regras da construção gramatical ou da lógica, mas que se encontram na linguagem vulgar e nos bons autores. (Nascentes, 1961, p. 156)

Ao passo que no decorrer da seção a obra primeiro vai elencar as figuras de sintaxe que ocorrem com autores de renome – aqueles os quais se deve ter como referência na língua –, inicia a página pondo primeiro a variante “vulgar” em detrimento dos “bons autores”. Assim, por causa da adversativa “mas” e num jogo de sintagmas preposicionais unidos por uma conjunção, existe a possibilidade de paráfrase do “e” tanto como simples aditiva tanto como uma conjunção *concessiva*, numa justificativa de que autores de renome também podem *não se conformar* gramática ou logicamente na língua:

P1: mas que se encontram [na linguagem vulgar] e [nos bons autores]
Conj. adv. S. Prep. S. Prep.

P2: mas que se encontram [na linguagem vulgar] *embora também* [nos bons autores]
S. Prep. S. Prep.

Em outras palavras, a plausibilidade de uma paráfrase concessiva a partir da aditiva se dá pela interpretação do “mas” como elemento que funciona em contraponto, certamente, à construção anterior à vírgula. Ou seja, há uma tensão na função do “e” que pode, por um lado, estabelecer uma relação de igualdade dos S. Prep., em que a não conformidade na gramática ou na lógica é uma questão da *língua* ([na linguagem vulgar] *ou/* + [nos bons autores]), tanto quanto pode ser uma hierarquização que põe “linguagem vulgar” numa valoração maior (acontece mais frequentemente) que “nos bons autores” (ocorre mais raramente, *embora também* ocorra). Nessa oração – que se inicia adversativa –, não se conformar “estritamente às regras” pode ser a) uma prática da língua num geral (linguagem vulgar + formal), que é justamente uma explicação a uma contradição, por se tratar de uma gramática; b) um funcionamento em maior quantidade na “linguagem vulgar” *embora também* (possa ocorrer) “nos bons autores”.

Nessa senda, a ordem dos fatores em enunciados de Antenor Nascentes produz como efeitos de sentido o fato de que há relações pertinentes entre a variante popular e a própria formação do português brasileiro. Esse ponto é

muito importante para a reflexão que empreenderemos na continuidade do texto. Embora chamemos Antenor Nascentes de progressista na língua, parece-nos que tal progressismo tem certa limitação, pois se reserva a uma relação de autonomização do português brasileiro em relação ao português de Portugal. O progresso, podemos dizer, se traduz no combate a uma dependência gramatical das normas do português europeu e a uma valorização das características do que é “normal” ao português do Brasil.

Acontece, porém, que, ao assumir o normal brasileiro como sinônimo do *linguajar carioca*¹³, Nascentes hierarquiza os falares das regiões nacionais fugindo de uma visão progressista que, inclusive, vai reverberar na (quase) ausência, na obra em análise, da discussão em torno do papel das línguas e sujeitos africanos e indígenas nesse “idioma nacional”¹⁴. Uma ausência importante e que nos faz ter acesso à inscrição da racialidade na obra em análise apenas pela recorrência aos exemplos, como pretendemos trabalhar a seguir.

Exemplos e desencontros

No decorrer das três seções primárias sobre conhecimentos gramaticais básicos (Fonética, Morfologia e Sintaxe), o autor faz uso de uma gama diversificada de exemplos para provar ou contestar alguma questão exposta. Desde vários modelos, alguns aparentemente criados pelo autor¹⁵, são encontrados discursos políticos, poesias, prosas, decretos, leis etc. A partir de uma leitura que permita trabalhar a opacidade dos exemplos, entendemos que alguns deles funcionam, na gramática, muito além das possibilidades de “contraexemplo, antiexemplo e pró-exemplo” propostas por Auroux (1992) e tensionadas em Costa e Medeiros (2023)¹⁶, porque são amostras

¹³ Questão dada como base norteadora em *O Idioma Nacional*, portanto não retomada ou problematizada, porque, lembremo-nos, já bem estabelecida e sedimentada no pensamento de Nascentes e materializada em *O Linguajar Carioca*, como dissemos na nota 11 deste texto. Em *O Idioma Nacional*, tal ideia não é retificada sendo, pelo contrário, ratificada.

¹⁴ Falamos em ausência no sentido da singularização da discussão e não por ignorar a discussão. Pelo contrário, mesmo que brevemente, Nascentes chega a propor uma reflexão na qual “as transformações sofridas no Brasil revelam além do fator mesológico (clima, alimentação, etc.), que devia ter influído, o fator antropológico, representado pelo índio e pelo negro” (Nascentes, 1961, p. 9). Trataremos desse ponto na seção seguinte.

¹⁵ Praticamente todos os exemplos analisados que foram retirados de algum autor ou obra específica estão com suas referências discriminadas no corpo do texto do livro. Então, em modelos nos quais não há aspas ou/nem referências aparentes, presume-se que são autorais.

¹⁶ “Auroux (1998) propõe três subcategorias: contraexemplo, antiexemplo e pró-exemplo. A primeira serve para contestar posições, teses ou hipóteses. A segunda, no discurso gramatical normativo, aponta para a incorreção da língua; traça, pois, a fronteira entre o que deve e o que não deve ser dito, entre o que se considera ou não normativo, como os chamados barbarismos e solecismos. A terceira se opõe ao antiexemplo, indicando a

atravessadas por memórias expressivas que, portanto, significam mais do que provar ou negar regras gramaticais.

Dessa forma, é preciso entender que a dinâmica discursiva deve “ser observada pelo analista, aí implicados o sujeito submetido à ordem da ideologia e do inconsciente, a memória estruturante do dizer e o sentido opacificante” (Ernst-Pereira, 2009, p. 1). Os exemplos estão no texto com objetivo de comprovar uma norma linguística, mas o fato de o autor ter selecionado ou elaborado determinados trechos, e não outros, significa fundamentalmente sua inscrição em certa região do sentido, materializando posições-sujeito.

Em nossa análise de *O Idioma Nacional* foi possível compreender, conforme trabalhamos na seção anterior, o funcionamento discursivo de um progressismo na língua em comparação a um *para fora*, isto é, na relação com o elemento não mais tomado como familiar, mas marcado como estrangeiro: o português europeu. Chamou-nos atenção, no entanto, a presença de uma visão que, em última instância, permitiria a hierarquização das variantes do português brasileiro faladas nas diferentes áreas dialetais. Essa hierarquização, associada a uma possível ausência de protagonismo do “fator antropológico”, por sua vez limitado ao “índio” e ao “negro”, nos fez tensionar o progressismo num olhar *para dentro*, fato que nos faz reforçar nossa questão em torno da pergunta pela posição-sujeito em que se inscreveria o debate da racialidade na obra de Nascentes. Na busca, então, de entradas textuais que nos permitisse trabalhar tal questão, destacamos o seguinte exemplo na explicação de orações subordinadas:

Ex. 1: “Ex.: *O Brasil, que é um país de pouca população, precisa receber imigrantes. Que é um país de pouca população* oração subordinada adjetiva explicativa”. (Nascentes, 1961, p. 136)

Esse trecho pode(ria) ter sido retirado de uma grande variedade de textos escritos no período que compreende a virada do século XIX para o XX no Brasil. Porém, não há aspas nem referência, o que nos faz crer que é uma amostra autoral. Ainda, a oração subordinada explicativa exemplificada, na qual se diz que o país precisa de imigrantes *porque* “é um país de pouca população”, retoma dizeres de uma memória para a qual o país precisaria de mais trabalhadores não só para suprir uma demanda antes ocupada por escravos, mas também para um projeto nacional de mestiçagem e embranquecimento da população (Munanga, 2020). A população nacional no período de escrita das primeiras edições da obra era comparável a países do

correção, e ambos significam diferentemente a depender da prática discursiva em que se inscrevem” (Costa; Medeiros, 2023, p. 76).

ocidente europeu, o que torna o adjunto “de pouca população” uma afirmação imprecisa ou que precisaria ser relativa a algo, ou outro(s) país(es).

O exemplo dado por Nascentes materializa uma importante discussão nacional que se intensifica no pós-abolição e que, em certa medida, vai impactar nos modos de compreender a brasilidade e a formação do Brasil pretendido a partir do final do século XIX. Nesse sentido, a discursividade em pauta não é estranha ao nacionalismo linguístico para o qual chamamos atenção na seção anterior em que ressaltamos o empenho de Nascentes em distinguir o português do Brasil do português europeu. Em outras palavras, se era importante instituir um discurso nacionalista em torno da língua que singularizasse a identidade brasileira, esse discurso não viria sem que fosse acompanhado/atravessado por outro que tensionasse a própria identidade do brasileiro e isso, por sua vez, não viria sem que houvesse uma tensão racial que antagonizasse (sob a ilusão de pacificar) grupos de diferentes segmentos raciais e nacionalidades.

Consoante discutem Munanga (2020) e Modesto (2022), no século XIX, especialmente em seus anos finais, quando a abolição da escravatura se tornava cada vez mais uma realidade inescapável, os pensadores brasileiros se viram diante de questões das quais não se poderia fugir: qual o destino do Brasil enquanto nação? Qual identidade seria assumida como *brasileira*? A mestiçagem potencializava essa discussão justamente por se tornar uma realidade absolutamente presente, mesmo que houvesse uma forte presença de um discurso que denegasse o “cruzamento racial” pela “degenerescência” que provocaria. Outro elemento que se soma às preocupações presentes nesse contexto sócio-histórico é a emergência de uma nova categoria de “cidadão”, os ex-escravizados negros: como torná-los parte integrante da nacionalidade, face ao pensamento colonial ainda muito presente que considerava o negro como um animal, força de trabalho e objeto?

Nesse aspecto especificamente, Barbosa Filho (2018) mostra, por meio de rigorosa análise discursiva de documentos dos oitocentos, que o elemento negro-africano constituiu a parte indesejável para a nacionalidade brasileira, uma vez que não teria “nem direito de cidadão, nem privilégio de estrangeiro” (Barbosa Filho, 2018, p. 276). O pensamento racista dessa época, levado ao limite pela resistência negra em revoluções com a Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador em 1835, foi capaz de produzir:

Uma extensa legislação antiafricana, que fazia parte de um rigoroso sistema de controle por parte dos senhores e do poder político, [...]. As “*medidas preventivas*”, um verdadeiro código de opressão e vigilância, buscava tornar insuportável a vida daqueles que não deixavam a Província [da Bahia] pela via da morte ou da deportação. E foi assim, afinal, que os africanos *suspeitos* foram punidos: para os libertos, deportação para a África. Para os escravos, expulsão

ou venda para fora da Província, pois os senhores, temerosos de novas insurreições (que poderiam custar a morte ou prisão dos cativos que lhes garantiam rendimentos) se apressaram em vender os seus escravos para fora da Bahia. (Barbosa Filho, 2018, p. 291, grifo nosso)

Ainda consoante Munanga (2020) e Modesto (2022), a preocupação da elite brasileira girava em torno das marcas e influências que a presença do negro, agora *livre*, poderia proporcionar à sociedade que construía seu modo de entender a *brasilidade*. A diversidade racial, especificamente a presença negra, representava um obstáculo para a construção de uma nação que se queria e se pensava branca. É, portanto, em virtude disso que a categoria de raça se tornou eixo central no debate que se travava no Brasil entre o final do século XIX e meados do século XX. Nessas condições de produção, materializando uma opinião pessoal ou apenas um pensamento (do senso) comum de sua época, Nascentes dá corpo a uma formulação cuja constituição tem íntima relação com um pensamento antiafricano e antinegro, para o qual a cidadania (fazer parte da *população brasileira* com direitos e deveres) não estava reservada aos negros, sendo, assim, urgente e necessária a vinda para o Brasil de populações brancas imigrantes, esses sim desejados e aptos a somarem neste país de *pouca população*.

Não muito a seguir no livro, o espaço de quase uma página inteira é ocupado por citações do bispo D. Antônio de Macedo Costa, retiradas da transcrição do discurso de entrega da Rosa de Ouro à Princesa Isabel pelo feito da abolição da escravidão. Essas condições de produção não são explicitadas nos exemplos nem explicados em momento qualquer, mas os sentidos de “cativeiro material” e de religião se fazem presentes:

Ex. 2: “Ex.: *Disse D. Antônio de Macedo Costa: ‘Abolimos o cativeiro material’*. [...] Ex.: *Disse D. Antônio de Macedo Costa: / ‘Restaurar moral e religiosamente o Brasil!’*”. (Nascentes, 1961, p. 166)

Os trechos foram utilizados para instruir sobre a utilização das aspas na escrita. O que merece atenção, muito mais do que a forma como explica ou aplica esse uso, são justamente os efeitos de sentido da religião quando há de se “restaurar” o país “moral e religiosamente”. Nesse caso, o bispo proclamou o discurso quando a nação ainda era um império e a religião dividia obrigações com o governo, ou seja, o império não era laico e o catolicismo sua religião oficial. D. Antônio de Macedo Costa, ademais, era uma autoridade religiosa que promovia uma relação ainda mais próxima entre

governo e a Igreja (Torres, 1968), e isso comparece ainda na mesma página¹⁷. Em conjunto a isso, há exemplos supostamente autorais com relação à lei, moral e civilidade. Esses aspectos tomam a atenção, mais uma vez, por comparecerem no que é um manual de gramática e por ser uma seleção específica de exemplos de cunho conservador e de restauração religiosa.

Sobre isso, chama atenção também não haver uma menção direta ou explícita à escravatura, mas à abolição (do cativo material) pela voz do discurso religioso que, por sua vez, faz menção aos que proferiram a abolição e não aos sujeitos-alvo da abolição. Ao passo que se fala em *abolição do cativo material* e em *restaurar moral e religiosamente o Brasil*, fica silenciado um dizer sobre os escravizados; não parece ser a liberdade de negros do sistema escravista o maior benefício da abolição, mas a (restauração da) moralidade religiosa do Brasil.

Finalmente, após as três primeiras seções, o livro traz a última seção intitulada “A Língua Portuguesa”, a qual trata de aspectos históricos e sintáticos da formação do português até o contexto brasileiro contemporâneo à obra. Contudo, como dissemos antes, a explicação da importância dos povos indígenas e africanos é sempre muito tímida e com repetição de uma ordem dos povos que modificaram a variante: primeiro os portugueses, em seguida os indígenas e, sempre por último, os africanos. É o que ocorre já na introdução do livro: “O português falado no Brasil, pela mistura com o tupi e com os falares dos africanos introduzidos no país e por outros motivos que não nos cabe aqui expor, é diferente do falado em Portugal” (Nascentes, 1961, p. 9). O livro prossegue, pois, na última seção:

SD2: As transformações sofridas no Brasil revelam além do fator mesológico (clima, alimentação, etc.), que devia ter influenciado, o fator antropológico, representado pelo índio e pelo negro. (Nascentes, 1961, p. 258)

De início, é importante destacar a elipse na primeira oração: “As transformações [do português] sofridas no Brasil”, já que o capítulo explica como fatores intra e extralinguísticos determinaram o idioma nacional. Nessa sequência discursiva, há a repetição da sequência de termos [índio] > [negro], feita já no fim do capítulo “O Português do Brasil”, que possui apenas mais uma passagem sobre esses povos¹⁸. No enunciado, porém, a questão da

¹⁷ “Ex.: Disse D. Antônio de Macedo Costa: / *Um grande escritor protestante, cujo nome não preciso de-clarar, porque todos o conheceis, confessa em uma de suas obras esta verdade: Lavra na sociedade moderna, diz ele, um grave mal ‘que é o desrespeito à autoridade. A Igreja Católica é a maior e ‘mais santa escola de respeito que há sobre a terra... ‘A França precisa de catolicismo’*” (Nascentes, 1961, p. 166).

¹⁸ “A colonização do Brasil começou depois do primeiro quartel do século XVI. Desde então, colonos portugueses, índios e africanos escravizados e seus descendentes puros ou mestiços começaram cada qual a seu jeito, a introduzir na língua portuguesa modificações que

ordem é mais complexa, pois “clima, alimentação etc.” vem antes do índio e do negro. Numa hierarquização de importância possível de ser lida que Nascentes produz em seus enunciados, questões mesológicas podem ser mais importantes que antropológicas para a língua.

Com perspectiva de produção de conhecimento, nesse enunciado, pautada no naturalismo positivista – como já notam Mattos e Medeiros (2013) ao analisar *O Linguajar Carioca em 1922* –, a obra consegue partir de um ponto bastante progressista no que corresponde à língua portuguesa no Brasil ao mesmo tempo em que corrobora com ideais mais conservadores e contemporâneos, como o caso da mestiçagem. *O Idioma Nacional*, e, por consequência, Antenor Nascentes, funcionam seguindo pensamentos de acordo com seu período de produção e formação discursiva.

A obra opera, assim, uma tentativa de maior independência do português europeu e considera a fala como importante, como também outras variantes menos prestigiadas. Contudo, não deixa de minimizar (ou silenciar) a importância de indígenas e afrodescendentes, o que marca um atravessamento pelo racismo estruturante em seu discurso (Modesto, 2021). Portanto, se o livro afirma que as diferenças do português brasileiro em relação ao europeu se dão a partir da língua oral e informal e esta é diferente por causa, dentre “outros motivos que não nos cabe aqui expor” (mesmo que tenha resumido num ponto de vista naturalista), pela mistura das línguas indígenas e africanas, é contrastante que em outra parte se afirme que esses povos não influíram em quase nada “a não ser ter contribuído para a formação do nosso sotaque”¹⁹.

Considerações Finais

No Brasil, o saber metalinguístico ficou duramente muito tempo determinado pela métrica colonizadora de Portugal. Por isso, a análise de instrumentos linguísticos, sobretudo gramáticas brasileiras produzidas a partir da segunda metade do século XIX, é bastante profícua para uma

determinaram com o andar do tempo a constituição de uma variante” (Nascentes, 1961, p. 250). Esse trecho, praticamente inalterado de *O Linguajar Carioca* (1953), foi analisado por Costa, Goulart e Mello (2023) e tensionam uma possível ambiguidade entre a igualdade ou hierarquização que se faz desses povos, e a segunda é mais plausível. O mesmo fenômeno parece ocorrer aqui em diferentes enunciados e camadas.

¹⁹ “Na sintaxe, na língua culta coisa alguma ficou. É verdade que, como pensa Batista Caetano, a nossa fraseologia deve guardar no subconsciente muita contribuição indígena, como se pode ver de expressões correntes, provérbios: andar na pindaíba, macaco velho não mete a mão em cumbuca. Quanto ao léxico, já tratamos dos elementos tupis. A influência africana se estende do Maranhão a S. Paulo com dois grandes centros irradiadores na Bahia e no Rio de Janeiro, portos de tráfico. Do africano vestígio algum apresenta na fonética a língua culta, a não ser ter contribuído para a formação do nosso sotaque, como o índio” (Nascentes, 1961, p. 259).

compreensão maior acerca da formação e operação da sociedade brasileira e como os discursos de/sobre a(s) língua(s) são materializados. Se os sentidos podem sempre ser outros (Pêcheux, 2009), e um enunciado não é produzido originalmente e unicamente por um sujeito intrincado no discurso, a associação de variados campos do conhecimento é imprescindível em História das Ideias Linguísticas e Análise de Discurso. Considerando isso, em nossa análise buscamos compreender os (des)encontros entre os discursos sobre língua e discursos sobre raça nesses instrumentos linguísticos de gramatização, pois “quando se fala de línguas e de conhecimento metalinguístico, fala-se necessariamente de gestos de interpretação determinados sócio-historicamente” (Costa; Medeiros, 2023).

O fato de Antenor Nascentes ter sido um homem negro e isso quase não ser dito, tal como o apagamento em *O Idioma Nacional* dos povos e etnias que, numa amálgama secular e por consequência da colonização, modificaram o português brasileiro, permite indicar modos de operação de discursos racializados (Modesto, 2021) na estrutura da obra. Portanto, o estudo permite a celebração e a crítica ao livro de Nascentes ao notar a pertinência de suas reflexões e pontos de vista ao explicar o *idioma nacional* num contraponto com perspectivas e ideais conservadoras e racistas em alta no período de escrita do livro, no tensionamento do que constituiria uma posição-sujeito intelectual negro, ainda em estudo em nosso projeto.

Para retornar a algo que dissemos no início a este texto, acreditamos que são fundamentais iniciativas de pesquisas que se preocupem em mapear e analisar possíveis atravessamentos do debate racial na constituição do saber metalinguístico brasileiro. Se esse é um campo aberto à exploração, merece ainda mais destaque a análise de obras de autores negros como Antenor Nascentes e Hemetério José dos Santos. Enquanto o primeiro parece ter sua negritude apagada e também aparenta ter uma produção intelectual mais alinhada ao discurso dominante no que concerne à compreensão da mestiçagem e da negritude; o segundo, falando declaradamente da posição de homem negro, teve sua obra, tão relevante quanto a de Antenor Nascentes, apagada da história dos estudos sobre a língua do e no Brasil. Em ambos os casos, podemos dizer que estamos diante do funcionamento do epistemicídio (Carneiro, 2005), uma vez que, num caso, parece ser preciso ao sujeito intelectual negro apagar sua negritude e se alinhar a um discurso dominante de atravessamento racista para garantia do sucesso e da circulação de suas ideias; enquanto no outro caso a militância negra relega autor e sua obra à “periferia do saber” na Historiografia Linguística.

Em nossa perspectiva, cabe, então, uma investigação que possibilite compreender as tensões e os encontros e desencontros das posições que inscrevem o saber metalinguístico brasileiro, focalizando, dessa vez, as

contradições e as identificações que podem pôr em relação a intelectualidade linguística brasileira e o marcante debate racial que constitui o nosso país.

Referências

- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- BARBADINHO NETO, R. **Antenor Nascentes** - Estudos filológicos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011.
- BARBOSA FILHO, F. R. "Não sendo os africanos libertos nascidos no Brasil...": a legislação antiafricana na Bahia do século XIX (1824-1835). *In: Cadernos de Estudos Linguísticos*. v. 60, 2018, p. 271-294.
- CARNEIRO, S. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- COSTA, T. de A. da; GOULART, B. A.; MELLO, G. N. de. Instrumentação linguística no espaço-tempo brasileiro: o nacional e o regional a partir de Said Ali e Nascentes. **Porto das Letras**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 312–346, 2023. DOI: 10.20873.239213. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/.php/portodasletras/article/view/17072>. Acesso em: 31 jan. 2024.
- COSTA, T. de A. da; MEDEIROS, V. G. de. O colecionador de exemplos: reflexões sobre o estatuto do exemplo a partir de Said Ali. **Redis: Revista de Estudos do Discurso**, [S. l.], n. 12, p. 73–98, 2023. DOI: 10.21747/21833958/red12a3. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/re/article/view/13248>. Acesso em: 31 jan. 2024.
- ERNST-PEREIRA, A. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/Interpretação do *corpus* discursivo. *In: Anais do IV SEAD* - Seminário de Estudos em Análise do Discurso [recurso eletrônico]. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead4.html>. Acesso em: 27 jan. 2024.
- GOMES, F.; LAURIANO, J.; SCHWARCZ, L. **Enciclopédia negra**: biografias afro-brasileiras. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- GUIMARÃES, E. **Sinopse sobre os Estudos Do Português no Brasil** - Relatos, 1. Campinas. Unicamp, 1994. Disponível em: https://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_01.html. Acesso em: 27 jan. 2024.
- HAMPEJS, Z. Três aspectos da obra de Antenor Nascentes. *In: Revista do Cursos de Letras da Universidade do Paraná*. n. 12, 1961, p. 1-12.

- MATTOS, T.; MEDEIROS, V. O linguajar carioca, de Antenor Nascentes: o discurso naturalista nos dizeres sobre língua nacional nos anos 1920. **SOLETRAS**, n. 5. Rio de Janeiro: [s/l], 2013.
- MODESTO, R. Os discursos racializados. **Revista da ABRALIN**, v. 20, n. 2, p. 1-19, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v20i2.1851>
- _____. Mulato nos dicionários de português ou sobre o que uma palavra pode contar da mestiçagem no Brasil. *In*: **Revista Interfaces**, v. 13, 2022, p. 1-15.
- MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 5ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- NASCENTES, A. **O linguajar carioca**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953 [1922].
- _____. **O Idioma Nacional**, 4ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.
- ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. Produção de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (org). **História das Idéias Lingüísticas**: constituição do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- PEÇHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- PENHA, J. A. P. **Filólogos Brasileiros**. Franca: Editora Ribeirão Gráfica, 2002, p. 67-72.
- SILVA NETO, S. da. **A língua portuguesa no Brasil – Problemas**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.
- TORRES, J. C. de O. **Histórias das Ideias Religiosas no Brasil**. São Paulo: Editora Grijaldo Ltda. 1968.
- ZOPPI-FONTANA, M. G. O português do Brasil como língua transnacional. *In*: FONTANA, Mônica Graciela Zoppi (Org.). **O português do Brasil como língua transnacional**. Campinas: Editora RG, p. 13-39, 2009.

CAPÍTULO 4

A NEGRITUDE DE ANTENOR NASCENTES E A ESCRITA DA HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA¹

Luciano Monteiro

Exu matou um pássaro ontem com a pedra que atirou hoje.
Provérbio Iorubá

Introdução

Os conceitos de língua e raça não fornecem uma descrição objetiva da realidade. Ambos são construções sociais historicamente situadas, ou seja, ficções compartilhadas que justificam uma ordem social imaginada. A ideia de raças humanas não existia antes do século XVII, ela foi criada e difundida pelo colonialismo como uma forma de justificar a invasão de territórios fora da Europa e a exploração das populações nativas desses territórios. Da mesma forma, a concepção atual de língua foi desenvolvida paralelamente à constituição dos Estados nacionais – esse arranjo político criado pelas elites europeias e difundido como destino natural de qualquer sociedade humana.

Para perceber o quanto o conceito de língua é dependente dessas “comunidades imaginadas”, basta examinar a relação entre os falantes e a linguagem nas diferentes culturas não-ocidentais, aquelas que ainda não foram destruídas pela dominação colonial. Até mesmo no contexto europeu a realidade linguística era completamente diferente antes do Renascimento, quando teve início o processo de gramatização massiva das línguas do mundo (Auroux, 2009; Colombat, Fournier, Puech, 2017). Antes disso, não existiam línguas da forma

¹ Este ensaio foi motivado pelo convite para o II Seminário do Arquivos de Saberes Linguísticos, por isso agradeço às organizadoras Thaís de Araújo da Costa (UERJ), Vanise Medeiros (UFF) e Cláudia Pfeiffer (Unicamp). Agradeço ainda a Olga Coelho (USP), cujo curso de pós-graduação inspirou as questões metodológicas discutidas aqui, e a Ivana Stolze Lima (FCRB), pela leitura e as sugestões que fez à primeira versão deste texto. Agradeço também a Ana Maria da Silva e a Sônia Maria Gomes pelo auxílio no levantamento de informações sobre Antenor Nascentes e sua família.

como conhecemos nem a ideia de monolinguismo como estado normal ou modo de existência universal da linguagem (Monteagudo, 2012).

Nesse sentido, o objeto de estudos da Linguística não é a linguagem humana em sua forma natural, como acreditavam os estudiosos do século XIX. Afinal, a teorização linguística se baseia majoritariamente em dados extraídos da variedade padrão de línguas nacionais europeias (Milroy, 2011). Essas línguas foram moldadas pelo processo de unificação de Estados nacionais, padronizadas e forçadas a se adaptar à representação estabelecida por gramáticas e dicionários. A elaboração desses instrumentos linguísticos (Auroux, 1998; 2009) e a criação de obras literárias nacionais fundamentam a ideia que temos hoje de língua. De maneira similar, o racismo científico tornava aceitáveis as consequências da colonização, como se fossem fatos naturais que condicionam a supremacia dos europeus sobre todos os outros povos.

Os conceitos de língua e raça, bem como as teorias construídas a partir deles, não surgiram de maneira espontânea. Esses construtos foram elaborados por intelectuais e cientistas alinhados ao projeto de dominação colonial. Seus formuladores eram patrocinados pela riqueza resultante da espoliação de populações não-brancas e estavam comprometidos com a manutenção desse estado de coisas. Não é por acaso que ainda hoje os conceitos língua e raça ajudam a legitimar as elites locais identificadas com a branquitude e herdeiras do colonialismo. Embora criadas há séculos, essas invenções continuam a ter um papel decisivo enquanto estratégias de dominação e impactam as vidas de indivíduos e populações inteiras.

A conexão entre conceitos linguísticos e teorias raciais não aparece da mesma forma em qualquer época. O método histórico-comparativo, que informa grande parte da pesquisa linguística no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, adotava premissas racistas como a ideia de homogeneidade étnica, a hierarquização dos tipos linguísticos (assumindo o tipo flexional, associado às línguas indo-europeias, como mais evoluído que os demais) e a conexão entre as ideias de desenvolvimento linguístico e superioridade intelectual. A classificação de determinada variedade como língua ou dialeto seguia um raciocínio similar. A categoria língua ficava reservada a populações supostamente mais evoluídas, organizadas politicamente na forma de Estados nacionais ou em arranjos semelhantes, enquanto a noção de dialeto cabia a populações não-ocidentais, organizadas em tribos ou clãs e percebidas como primitivas.

Esse raciocínio unilateral justificava a imposição das línguas europeias nos territórios colonizados. A abordagem de fenômenos socioculturais a partir de metáforas organicistas levava à interpretação de fatos linguísticos através de analogias com os ciclos biológicos de um ser vivo (formação, desenvolvimento, apogeu e decadência). As consequências do contato linguístico eram entendidas de maneiras distintas a depender do status

atribuído a cada língua. A mudança linguística significava uma ameaça de extinção se ocorresse com uma língua europeia, mas o esmagamento das línguas locais, através da imposição da língua do colonizador, significava a elevação do nível intelectual e cultural dos nativos.

Embora a linguística estrutural tenha se estabelecido como principal orientação teórica a partir de meados do século XX, grande parte das premissas do método histórico-comparativo continuaram presentes. É algo que se revela, por exemplo, no uso generalizado das categorias “norma culta” e “norma popular”, que derivam da oposição entre “língua culta” (erudita) e “língua inculta” (popular). Essa dicotomia pressupõe a concepção aristocrática de “Cultura”, com inicial maiúscula, que só reconhece a produção simbólica associada às elites europeias e a suas versões pós-coloniais. A aceitação acrítica desses rótulos revela não só a perpetuação de ideias racistas do século XIX, mas também o desinteresse dos linguistas em relação aos debates da Antropologia, que refutou essa concepção de “Cultura” há mais de um século. É na construção da memória sobre o passado da Linguística, disciplina de base colonial e racista, que se dá o apagamento da negritude de Antenor Nascentes.

Seu nome aparece na bibliografia especializada de Linguística e Filologia como pioneiro dos estudos dialetológicos (Elia, 1991, p. 21) e no uso da fonética articulatória para a descrição da língua falada no Brasil; como “o primeiro dos filólogos brasileiros a ser conhecido e citado” pelos especialistas estrangeiros (Câmara Jr., 2004, p. 225-227) e o autor do primeiro dicionário etimológico publicado no país (Niskier, 2017, p. 85). Alguns destacam que ele foi “um pesquisador incansável, a quem não escapou qualquer aspecto da língua” (Azeredo, 2004, p. 268), que foi o principal autor brasileiro de livros didáticos sobre língua na primeira metade do século XX (Bechara, 1975, p. 13), que recebeu do Liceu de Goiás o título de *doutor honoris causa* em 1935, foi condecorado pelo Governo Português no ano seguinte (Abbade, 2006, p. 2) e teve um papel fundamental na definição da pronúncia padrão brasileira em 1937 (Monteiro, 2021, p. 190).

Ao discutir seus trabalhos e sua contribuição para os estudos linguísticos, a imensa maioria dos autores reconhece os méritos – que não são poucos – do professor e pesquisador, mas raros mencionam um fato elementar para a compreensão da obra e, principalmente, da trajetória de Antenor Nascentes. Assim como ocorreu com Machado de Assis, Chiquinha Gonzaga e Mário de Andrade, entre outros, a memória compartilhada a seu respeito omite o fato de que ele era um homem negro. Esse silêncio se torna ainda mais estupefacente quando descobrimos que suas fotografias não deixam dúvidas a respeito. A desconsideração dessas evidências documentais mostra um processo de apagamento de sua negritude, que funciona como discurso, na medida em que produz sentidos e se perpetua pela adesão uma

memória discursiva que o situa, em meio à intelectualidade branca, apenas como um importante estudioso da língua.

Meu objetivo é discutir as condições de produção do saber linguístico no Brasil a partir do caso de Antenor Nascentes, considerando as violências perpetradas contra a população negra durante a escravidão e a formulação de uma teoria racial brasileira no pós-Abolição. Não há qualquer pretensão de originalidade, precisão ou completude nessa interpretação; o que apresento é apenas o registro de uma busca pessoal por critérios pelos quais a escrita da história da Linguística possa desnaturalizar o caráter racista e colonial da própria disciplina e problematizar as identidades sociais de seus praticantes. Esse esforço é motivado pela dificuldade que encontrei ao descrever a contribuição de Antenor Nascentes durante o Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada (1937). A escassez de dados biográficos e o silêncio a respeito de sua negritude, com a reiteração das mesmas lacunas em diversas obras, me fizeram cair, por insegurança e inexperiência, na armadilha da qual procuro sair agora.

Sobrevivendo no inferno

A primeira questão a se considerar em relação à trajetória de Antenor Nascentes é sua ascendência familiar, um fator determinante não apenas da condição social, mas também das experiências subjetivas de pessoas negras. Nos levantamentos que fiz, encontrei poucas menções à sua origem familiar, as mais completas se encontram nos trabalhos de Ana Maria da Silva, bibliotecária e documentalista do Colégio Pedro II, que foi uma das responsáveis pela preservação do precioso acervo documental relacionado ao ex-professor da instituição. No memorial que publicou na *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, ela afirma que Antenor “teve como avó paterna uma jovem escrava: Catarina, pertencente a uma fazenda no interior da Província do Rio de Janeiro em Paracambi, de propriedade de Nascentes Pinto” (Silva, 2014, p. 191).

Para ser compreendida de maneira mais abrangente, essa informação precisa ser contextualizada em relação à sociedade brasileira do século XIX. A exploração de pessoas negras escravizadas era a base não apenas da economia, mas também da ordem política e até das relações interpessoais. A posição de qualquer indivíduo na estrutura de classes e, por conseguinte, sua identidade social eram determinadas pela cor da pele e pela condição de cativo, liberto ou cidadão livre. Como sistema, a escravidão correspondia àquilo que Durkheim definiu no final do século XIX como “fato social”, uma forma de agir ou de pensar que se impõe como regra a toda a sociedade, independente de casos particulares, exercendo um poder coercitivo sobre cada indivíduo.

Disseminada, esparramou-se pela vida social. Base do modo de vida, bom negócio em si e esteio de todos os rentáveis. Pilar da hierarquia social e do estilo de vida do estamento dominante, estava na corrente sanguínea nacional. Alicerçava o sistema político, pois eleitos e eleitorado eram majoritariamente proprietários de escravos. A escravidão estruturou um modo de vida, definiu identidades, possibilidades e destinos dos membros da sociedade imperial. Daí sua legitimidade tácita, socialmente natural. (Alonso, 2015, p. 20)

A família Nascentes Pinto fez fortuna controlando a atividade portuária na capitania do Rio de Janeiro. Manoel Nascentes Pinto, primeiro patriarca da família no Brasil, era um fidalgo que tinha servido à Coroa Portuguesa como militar e se tornado Cavaleiro da Ordem de Cristo. Ele chegou ao Brasil, ao que tudo indica, no final do século XVII e se casou em 1697, na Igreja da Candelária, com Antônia Maria, que recebeu da família como dote a posse hereditária de 4 dos 7 cargos oficiais existentes na alfândega (Nara Júnior, 2019, p. 24). Foi assim que Manoel Nascentes Pinto se tornou proprietário dos títulos de meirinho do mar, guarda, porteiro e selador de alfândega na maior cidade escravista das Américas (Alencastro, 2018, p. 77; Carvalho, 2018, p. 208; Soares, 2018, p. 563).

O monopólio dessas atividades conferia poder político na medida em que o serviço alfandegário podia autorizar ou proibir a entrada e saída de mercadorias por diferentes razões, o que inclui privilegiar aliados e prejudicar desafetos. Afinal, diversas práticas institucionais consideradas hoje formas de corrupção eram, naquele contexto, privilégios garantidos por lei. Como explica Nara Júnior,

a estrutura social distribuía as pessoas no reino em quatro estratos: acima dos numerosos ameríndios e negros africanos escravizados, havia o povo comum dos homens livres, os quais trabalhavam como artesãos, feitores de engenho, capatazes etc.; uma influência política nos negócios do Estado era gradativamente conquistada por uma burguesia composta de militares graduados, senhores de engenho, clérigos, mercadores, profissionais liberais etc; por fim, um pequeno grupo aristocrático cuidava da alta gestão da colônia. A administração ultramarina portuguesa no Antigo Regime era marcada pelos privilégios concedidos aos servidores da Coroa, podendo os cargos serem vitalícios ou não. (Nara Júnior, 2019, p. 26)

O lucro mensal de Manoel Nascentes Pinto chegava a 300 mil réis, apenas 100 mil abaixo do salário do governador da capitania do Rio de Janeiro, o que não deixa dúvidas sobre a opulência da família. Numa época em que as propriedades rurais de grande porte exploravam em média 50 pessoas escravizadas, os Nascentes Pinto mantinham 22 cativos em sua residência (Nara Júnior, 2019, p. 29). Como o tráfico humano era o negócio

mais lucrativo, acima das atividades produtivas em que o trabalho escravo era utilizado, é bem provável que a família tenha explorado essa atividade ao longo de gerações, fornecendo gente escravizada para os fazendeiros do interior do Rio de Janeiro e talvez de outras regiões do país, já que o envio de cativos em grande escala para essas localidades dependia de uma complexa logística de desembarque e reembarque (Soares, 2018, p. 567).

Um indício da conexão dos Nascentes Pinto com o comércio de pessoas está em sua relação com um dos primeiros Cemitérios de Pretos Novos do Rio de Janeiro. Em maio de 1706, Manoel Nascentes Pinto comprou por 200 mil réis a chácara onde passou a residir com sua esposa, no quadrilátero situado hoje entre o cruzamento das Avenidas Presidente Vargas e Rio Branco e a subida do Morro da Conceição. Como era devoto de Santa Rita, ele mandou trazer da Itália uma imagem da santa, transformando sua chácara em lugar de peregrinação, e a homenageou construindo uma capela no local, que passaria a se chamar Freguesia de Santa Rita. A propriedade dos Nascentes Pinto ficava próxima dos “principais pontos do tráfico escravagista do Rio de Janeiro setecentista: o entreposto fiscal e o sanitário, o cais dos Mineiros (que também servia à exportação de ouro) e as lojas que comerciavam cativos” (Nara Júnior, 2019, p. 47).

A capela, que foi doada anos depois à Mitra diocesana, corresponde à atual Igreja Matriz de Santa Rita², situada na esquina da rua Miguel Couto com a rua Visconde de Inhaúma, no Centro do Rio de Janeiro. Em frente a ela, no local onde se encontra hoje o Largo de Santa Rita, foi criado um Cemitério de Pretos Novos, mais tarde transferido para as imediações do Cais do Valongo³. Nesse tipo de cemitério eram depositados de maneira extremamente degradante, sem qualquer ritual religioso (Pereira, 2008, p. 21), os corpos de pessoas que morriam após o desembarque, antes de serem vendidas, por não suportar a fome, o contágio por doenças e as sevícias da viagem nos porões imundos dos navios.

10% dos escravos africanos levados para o Rio morriam na travessia ou pouco após o desembarque (a maioria na segunda modalidade), revelando como era alta a taxa de mortalidade no local. [...] As descrições indicam uma larga área, cercada de um muro branco, com um cruzeiro na porta e piso interno de terra. Uma dupla de negros carregava os corpos numa rede, e depois se jogava um pouco de terra por cima, o que mal disfarçava. (Soares, 2018, p. 568)

Esse foi o segundo cemitério do gênero na cidade do Rio de Janeiro. O primeiro funcionava na Santa Casa de Misericórdia, localizada nas imediações

² Ver local no mapa: <https://maps.app.goo.gl/TfSGZmqxR6S1rJKD6>. Acesso em 23/01/2024.

³ Ver local no mapa: <https://maps.app.goo.gl/BzCTiXc2qhBn3PS9A>. Acesso em 23/01/2024.

do Morro do Castelo, no atual número 206 da rua Santa Luzia⁴. O volume crescente de pessoas sequestradas e vendidas para trabalhar na mineração levou à necessidade de novos cemitérios desse tipo (Soares, 2018, p. 568). Mas o crescimento da indústria escravista se devia também às condições de existência sub-humanas impostas aos cativos, condições que eram fatais sobretudo para os recém-nascidos. De acordo com Ariza,

até a década de 1850, as taxas de mortalidade da população cativa inviabilizavam seu crescimento, e a continuidade da escravidão devia-se sobretudo à reposição de braços proporcionada pelo tráfico. Nessas circunstâncias, excesso de trabalho, alimentação ruim e doenças não tratadas durante a gestação faziam com que mulheres escravas trouxessem ao mundo bebês demasiado frágeis.

[...] os bebês escravos eram privados da amamentação e entregues aos cuidados de escravas mais velhas ou de crianças cativas um pouco maiores. Estas alimentavam-nos como podiam, amiúde com papas feitas de água e farinha, de digestão difícil – por vezes, com consequências fatais – para organismos ainda tão delicados. A isso, somavam-se doenças variadas que reinavam entre as crianças mais velhas, fomentadas pela insalubridade generalizada durante a Colônia e o Império. (Ariza, 2018, p. 230)

É bem provável que a avó paterna de Antenor tenha nascido entre as décadas de 1830 e 1850, mas é difícil saber se ela era africana ou crioula (designação dada a descendentes de africanos nascidos no Brasil). Se era crioula, então ela teve uma infância extremamente dura, mas conseguiu sobreviver, contrariando as estatísticas de mortalidade infantil entre crianças nascidas no cativeiro. Se era africana, então é muito provável que tenha chegado clandestinamente, fato que tornaria sua escravização um crime com base na lei de 7 de novembro de 1831, que proibia o tráfico negreiro em todo o país, e no artigo 179 do Código Penal do Império, que tipificava como sequestro a escravização de africanos que entrassem no país após aquela data.

Apesar da proibição, cerca de 710 mil pessoas foram desembarcadas de forma clandestina no Brasil entre 1831 e 1856 e mantidas em cativeiro ilegalmente. A elevada taxa de mortalidade da população escravizada e a continuidade do tráfico mesmo após a proibição mostram que a escravidão se tornou uma atividade majoritariamente criminosa, de acordo com os parâmetros legais da época, já que grande parte da população cativa era composta por africanos desembarcados depois de 1831, pessoas que não poderiam ser submetidas a essa condição jurídica.

⁴ Ver local no mapa: <https://maps.app.goo.gl/qvGhsHuN8AYpqB29>. Acesso em 23/01/2024.

Como observa Alencastro (2007), esse crime coletivo foi viabilizado pela leniência das autoridades públicas, que estavam implicadas na situação, mas tamanha irregularidade gerava receio na classe senhorial.

Pairava a insegurança gerada por um título de propriedade que podia ser questionado por um desafeto, um herdeiro insatisfeito, um concorrente, um advogado ou magistrado abolicionista agindo em nome das vítimas na ocasião de uma venda, de um empréstimo hipotecário, de uma execução testamentária. Para que não estourassem rebeliões de gente injustamente escravizada e de escravos, para que a insegurança individual de cada senhor, de cada sequestrador, não se transformasse em insegurança coletiva dos proprietários, de seus associados e credores – abalando toda a sociedade –, era preciso que vigorasse um geral conluio, um pacto implícito em favor da violação da lei. Um pacto fundado nos “interesses coletivos da sociedade”, como sentenciou, em 1854, o ministro da Justiça, Nabuco de Araújo. (Alencastro, 2007, n.p.)

A avó de Antenor foi mantida como propriedade de um dos homens mais ricos da elite imperial, descendente de uma família que há mais de um século exercia poder na região portuária da maior cidade escravista das Américas. Embora seja bastante aproximativo, esse quadro ajuda a entender tanto trajetória de Catarina quanto a de seus descendentes. Silva (2012) informa que o avô de Antenor foi Adão Gutmann, um homem de origem alemã que era amigo do senhor Nascentes Pinto e frequentava a fazenda de Paracambi.

Essa versão foi contestada por Sônia Maria Gomes, neta de Antenor Nascentes, numa conversa durante o II Seminário do Arquivos de Saberes Linguísticos. Ela relatou que Adão era casado, vivia em Petrópolis, trabalhava como cocheiro e teve uma relação extraconjugal com uma mulher escravizada que vivia na fazenda dos Nascentes Pinto. O que se sabe é que o pai de Antenor, que se chamava Dácio, “nasceu da relação entre Catarina e Adão e recebeu o sobrenome do dono da fazenda, como era costume na época” (Silva, 2014, p. 191). A gravidez de Catarina e o sobrenome atribuído a seu filho devem ser entendidos com base na ordem social que regulava as relações entre indivíduos com estatutos jurídicos distintos.

Estudos mais recentes sobre a constituição de famílias por pessoas escravizadas refutam a tese de que elas não formavam núcleos familiares. Entre cativos, “os casamentos foram muito mais frequentes do que se imaginava”, a questão é que “no Brasil colonial e imperial casava-se muito pouco, mesmo entre a população livre, e não se poderia esperar que fosse diferente entre a população escravizada” (Reis, 2018, p. 306). Se essas famílias não refletiam o modelo nuclear, baseado no casamento católico e na coabitação do casal, esse fato se deve mais às circunstâncias impostas pelo escravismo do que à cultura ou à preferência dos indivíduos e não invalida seus vínculos afetivos e

biológicos. Ao longo do século XIX, o colapso progressivo do escravismo favoreceu o surgimento de famílias que reuniam escravizados e libertos ou cativos e pessoas nascidas livres (Reis, 2018, p. 309).

Sem uma contextualização histórica adequada, a origem alemã do avô de Antenor Nascentes poderia criar a ilusão de que essa mulher negra se casou com um homem branco e, com isso, obteve a liberdade. Se fosse o caso, Dácio teria recebido outro sobrenome, e não seria considerado propriedade dos Nascentes Pinto. O sobrenome transmitido a Antenor por intermédio do pai indica que seu avô não assumiu a mãe de Dácio como esposa antes nem depois do nascimento do filho e que, portanto, Dácio herdou o status de cativo imposto a sua mãe.

Isso leva a crer que a mãe de Dácio foi cedida ao amigo do fazendeiro, em outras palavras, que ela foi estuprada com a permissão de seu “proprietário”, conclusão que considera a situação a que era submetida a mulher escravizada. A interpretação corrente na família de Antenor Nascentes, de que Gutmann não assumiu a paternidade de Dácio por ser um homem casado, não contradiz a hipótese de contato sexual por meios coercitivos. Esse tipo de violência por iniciativa de homens brancos livres era extremamente comum, sobretudo contra mulheres negras escravizadas.

Embora representassem uma parcela ínfima do total de africanos desembarcados no Brasil, por serem os homens vendidos a preços maiores, as mulheres tinham um papel central no sistema escravista. Entre os cativos, “havia sempre mais homens do que mulheres e [...] as poucas que havia eram ‘frequentadas’ pelos senhores” (Pereira, 2008, p. 24). Essa vulnerabilidade demonstra o quanto “homens e mulheres escravizados experienciavam o sistema a partir de lugares distintos, sendo submetidos a diferentes níveis de opressão” (Machado, 2018, p. 457).

A transmissão do estatuto jurídico da mãe para seus descendentes era o princípio legitimador da escravidão nas diferentes sociedades escravistas do Atlântico. O corpo da mulher podia ser duplamente explorado, multiplicando o patrimônio dos senhores tanto através do trabalho forçado quanto através da maternidade, pois as crianças que sobrevivessem também podiam ser escravizadas ou vendidas⁵ (Machado, 2018, p. 459-460).

⁵ As mulheres se insurgiam contra essa condição de diferentes formas: “Senhores de escravos e seus agentes – sobretudo os médicos – desconfiavam que as escravizadas faziam uso de estratégias contraceptivas, realizavam abortos ou mesmo o infanticídio, de forma a inviabilizar o visado aumento de capital humano produtivo. [...] Era comum a camada senhorial descrever a mãe escrava como bruta, negligente e ignorante, capaz de cometer o crime hediondo de matar o próprio filho. Dessa maneira, tais agentes se isentavam de reconhecer as péssimas condições de vida que ofereciam, e que justificavam a maior parte das perdas de recém-nascidos” (Machado, 2018, p.463-464).

O tema [do estupro] é normalmente silenciado ou idealizado como um encontro amoroso, ou quase, ocorrido sob os auspícios de uma escravidão íntima e adocicada. Vistas como portadoras de uma sensualidade exagerada ou como mulheres passivas – interpretação adotada pelo abolicionismo inglês e assumida como realidade por autores como Gilberto Freyre –, quase sempre a culpa do abuso era atribuída às vítimas. Escravas domésticas eram assaltadas dentro da casa, engravidavam e tinham que criar os filhos; não apenas compartilhando espaço com o homem que delas abusava, como sofrendo – com as crianças – as consequências disso. (Machado, 2018, p. 462)

Dácio chegou à idade adulta como trabalhador livre, mas é bem possível que tenha passado a infância como criança escravizada na fazenda de Paracambi, realizando pequenos trabalhos domésticos para os proprietários (Silva, 2014, p. 191). Embora muitas crianças não resistissem à situação imposta aos filhos de escravizados, as que sobrevivessem tinham que desempenhar determinadas atividades desde a infância.

No espaço doméstico, meninos e sobretudo meninas desempenhavam toda sorte de tarefas: servir a mesa, varrer, costurar, recolher cinzas do fogão, carregar água, limpar urinóis, banhar senhores e seus filhos, ajudá-los a se vestir, espantar as moscas que os atormentavam, embalar-los no vaivém das redes, tudo aquilo, enfim, que seus braços de força ainda modesta pudessem suportar – e, não raro, até mais do que isso. [...] Nas ruas, carregavam embrulhos, trouxas de roupa, levavam e traziam recados, vendiam frutas e doces de tabuleiro, às vezes ajudando suas mães ou escravas mais velhas. Nas áreas de lavoura, nas grandes e pequenas propriedades, seus serviços não eram menos úteis. Se não possuíam ainda força suficiente para a capina com enxadas pesadas, suas mãos pequeninas tinham o tamanho exato para recolher o café que caía ao chão e arrancar ervas daninhas. Tanger o gado, cuidar dos animais de pequeno porte, como porcos e galinhas, beneficiar os produtos cultivados na roça, constituíam, entre tantas outras, atividades que ocupavam seus dias. (Ariza, 2018, p. 228-229)

O mais provável é que Dácio tenha nascido antes de 1871, ano em que foi decretada a Lei do Ventre Livre, mas mesmo nascendo após essa data ele não teria garantida sua liberdade. A lei trazia vários dispositivos que conferiam ao “proprietário” da mãe a tutela da criança: filhos e filhas de mulher escravizada deviam prestar serviço até completar 8 anos, quando o senhor poderia optar entre entregar a criança ao Estado, recebendo por isso uma indenização de 600 mil réis, ou estender aquela condição até os 21 anos, o que era outra forma de recompensar os escravocratas. Como a criança cativa começava a acompanhar os mais velhos no trabalho a partir de 12 anos, sendo considerada um indivíduo adulto aos 14 anos, o que aumentava seu valor no mercado escravista, quase ninguém optava por entregar a tutela

ao Estado mediante indenização (Mendonça, 2018, p. 380; Alonso, 2015, p. 100; Ariza, 2018, p. 229; Skidmore, 1976, p. 32). Além disso,

A lei preservou direitos de servidão sobre a terceira geração, pois se as filhas de escravas tivessem prole antes dos 21 anos, seus filhos ficariam também sob autoridade do senhor. Os libertos pela lei poderiam ser herdados ou transferidos de proprietário, mediante herança ou venda da mãe, permanecendo assim como ativos no mercado de compra e venda de escravos. (Alonso, 2015, p. 65)

Mas as regras podiam ser burladas com facilidade pelos escravocratas, que tinham a seu favor a conivência das autoridades governamentais. Isso era determinado através de uma matrícula baseada na palavra do senhor e valia como prova de propriedade, o que permitia criar um registro falso sobre o estatuto jurídico da criança escravizada, oficializando uma situação ilegal. O número de registros de nascimento no ano de 1870 ficou muito acima da média e quase não houve registros de crianças nascidas de mãe escravizada após 28 de setembro de 1871, quando a lei entrou em vigor (Alonso, 2015, p. 155). Esse documento “não obrigava os senhores a informar a naturalidade do matriculado; por isso, facultou que fossem registrados como escravos os africanos introduzidos no país após a proibição do tráfico, em 1831” (Mendonça, 2018, p. 380). Assim, o hábito de descumprir a lei de 1831 ajudava a burlar a lei de 1871.

O fato de Dácio ter trabalhado na alfândega posteriormente (Silva, 2012, p. 47) não significa que ele tenha obtido sua liberdade antes da Abolição. Como os Nascentes Pinto possuíam o título hereditário de oficial da alfândega, é possível que Dácio tenha trabalhado no local como escravizado até 1888. Mesmo após essa data, é bem provável que as condições de trabalho e a recompensa recebida fossem mais próximas da situação de cativo do que de trabalhador livre. É o que podemos deduzir com base na situação dos “africanos e africanas livres [que] trabalharam em arranjos que eram muito próximos daqueles das pessoas escravizadas; [...] trabalhavam só pelo sustento, ou em troca de algum pagamento simbólico que não se comparava àquele dos demais trabalhadores livres” (Mamingonian, 2018, p. 93). Isso ajuda a entender a dificuldade com que Dácio e sua companheira viveram e criaram seus filhos.

Seguindo o mesmo raciocínio, como veio ao mundo em junho de 1886, o próprio Antenor poderia ter nascido na condição de cativo se sua mãe, Paulina de Veras Nascentes (sobre quem há pouca informação bibliográfica disponível, apenas seu nome e o fato de que trabalhava como lavadeira), fosse uma mulher escravizada. Será possível montar esse quebra-cabeças com acesso

tanto às correspondências de Antenor Nascentes quanto a relatos da família⁶ e outras fontes. O que importa ressaltar é que antes de 1888 não havia garantia de direitos e dignidade nem para a população negra livre, que vivia sob constante ameaça de reescravização ilegal (Mamingonian, 2018, p. 89).

Como sugeriu Alencastro (2005), nem mesmo alguém como Machado de Assis estava imune à brutalidade e à truculência da sociedade escravocrata.

O escritor Machado de Assis, que era revisor de jornal no Rio, em 1860, e que era mulato, provavelmente sofreu humilhações e discriminações reservadas às pessoas de cor. Concretamente, havia um controle geral sobre a população escrava que vivia na cidade. Os escravos eram submetidos a um toque de recolher: eles não tinham o direito de estar na rua depois das nove horas da noite. A polícia podia prender e brutalizar todos os escravos que circulavam depois dessa hora sem um salvo-conduto fornecido pelos seus senhores. Podia-se prender todo negro ou mulato para pedir-lhe seu salvo-conduto ou, em tal circunstância, o documento provando que eram livres ou alforriados. (Alencastro, 2005, n.p.)

A injustiça que caracteriza o escravismo suscitou diferentes formas de resistência e reação. A Revolução Haitiana de 1791 deu início a um ciclo de abolições em diversas partes do Atlântico até o final do século XIX. Ao longo desses 100 anos, o escravismo deixou de ser o paradigma econômico dominante e as elites agrárias do Brasil ficaram cada vez mais isoladas em seu apego àquele modelo de sociedade, que aos poucos desaparecia. A defesa desse sistema econômico se tornou mais difícil a partir da década de 1850, quando entrou em vigor a proibição definitiva do comércio ultramarino de pessoas para todo o país, como resposta à pressão britânica. O tráfico interprovincial passou a ser a única opção para sustentar, com novos trabalhadores, a continuidade da escravidão. A escassez resultante fez aumentar o preço da mão de obra escravizada, concentrando esses “bens semoventes” nas mãos dos fazendeiros mais ricos (Alonso, 2015, p. 18-20).

Ao mesmo tempo, o número de trabalhadores livres de origem africana aumentava de forma acelerada⁷ e o desenvolvimento das cidades levava à crescente diversificação da economia. Eram cada vez mais comuns

⁶ O anexo inserido no final do texto compila os principais dados biográficos que pude encontrar.

⁷ Essa taxa de crescimento se explica pelo fato de que “a miscigenação entre brancos e pardos livres gerava mais livres de cor, assim como a miscigenação de pretos e pardos. Entre 1840 e 1872, a população livre de cor da província do Rio de Janeiro cresceu a uma taxa anual de 3,2%; taxa extraordinária, pois nesse período a maior parte da Europa cresceu a uma taxa de menos de 1% ao ano, e a população brasileira em geral provavelmente cresceu a uma taxa anual de 1% ou menos” (Klein, 2018, p. 254). As cifras eram próximas disso nas províncias de São Paulo e Minas Gerais.

modalidades alternativas de trabalho, que sustentavam novas formas de inserção tanto de cativos quanto de libertos na sociedade brasileira. Exemplos disso são o aluguel de mulheres para o trabalho doméstico ou para a amamentação (amas de leite) e os chamados “negros ao ganho”, que atuavam em funções como contador, marceneiro e vendedor de rua, entregando ao senhor a renda diária de seu trabalho. Embora ainda fossem formas desumanas de exploração, essas atividades conferiam um pouco mais de autonomia aos escravizados, que em muitos casos não moravam com o senhor e recebiam em dinheiro pela própria subsistência, situação um pouco mais próxima do trabalho livre assalariado.

Como mostra Alonso (2014), o avanço do abolicionismo como movimento social também foi decisivo para minar a legitimidade do escravismo na sociedade brasileira. As primeiras associações dedicadas à causa surgiram nas décadas de 1850 e 1860, reunindo sobretudo membros da elite engajados na modernização da sociedade. A partir do final da década de 1860, o perfil dos associados se diversificou e essas entidades se proliferaram⁸ por todo o país. A estratégia consistia em promover conferências-concerto, eventos com manifestações de arte engajada, arrecadação de fundos para libertar pessoas escravizadas e cerimônias cívicas de entrega de cartas de alforria, difundindo a percepção da Abolição como a “nova independência” do Brasil. Esse tipo de ativismo se desdobrou na fundação de jornais abolicionistas, que ampliaram o raio de ação do movimento e chamaram a atenção da opinião pública para a disputa parlamentar em torno da “questão servil” – que foi outra frente fundamental na luta abolicionista.

O clima de opinião mais receptivo à causa abriu caminho para a radicalização do movimento através de pontas de lança como Luiz Gama – ele mesmo escravizado ilegalmente aos 10 anos. Embora impedido de entrar na Faculdade de Direito, ele passou a advogar após frequentar as aulas do curso como ouvinte e se especializou em explorar brechas e ambiguidades da lei de 1831, para libertar africanos escravizados ilegalmente, e posteriormente da lei de 1871, para anular judicialmente a escravização de quem nasceu livre. O ativismo judicial criado por Luiz Gama se espalhou entre estudantes de Direito e advogados abolicionistas, possibilitando a libertação de milhares de pessoas. Ele também foi pioneiro na organização das ações clandestinas do movimento, articulando as fugas de escravizados e garantindo seu esconderijo.

⁸ O ritmo de criação de novas associações reflete tanto a expansão do movimento quanto as dificuldades que teve diante da reação escravista. Foram criadas 25 associações entre 1868 e 1871 e apenas seis no período de 1872 a 1877. Mas no intervalo entre 1878 e 1885 surgiram 227 novas associações – uma média de 30 por ano (Alonso, 2015, p.99 e 151).

Na década de 1880, havia associações em todas as províncias e o movimento passou a atuar em escala nacional, com a campanha para libertação de territórios a partir de áreas como Ceará e Amazonas, onde a população escravizada era menor, o que favorecia a adesão de autoridades locais. A greve dos jangadeiros no Ceará (1881) e a posterior extinção do trabalho escravo nessa província (1884) conformaram o modelo de mobilização a ser replicado no restante do país. A estratégia era auxiliar as fugas e transportar os foragidos para cidades libertadas, onde podiam permanecer em segurança. Temendo um levante de escravizados ou uma guerra civil como nos Estados Unidos, os políticos escravistas perseguiram membros do movimento e utilizaram as forças policiais para impedir os eventos públicos dos abolicionistas, que passaram a andar armados de faca e revólver nessas ocasiões. Mas o movimento conquistou a adesão de

trabalhadores do sistema de transportes – maquinistas, cocheiros, estivadores e marinheiros – e donos de botica e mascates, que circulavam pelo meio rural. Essa malha social solidária escondia escravos ou não os delatava, sabotando polícia e capitães do mato, e viabilizou fugas numa escala que os ativistas sozinhos jamais poderiam levar a cabo. (Alonso, 2015, p. 265)

Nas áreas rurais do Sudeste, as notícias dos jornais abolicionistas, lidas em voz alta em locais públicos “se espalhavam como rastilhos de pólvora pelas comunidades escravas das fazendas vizinhas” (Wissenbach, 2018, p. 400). Várias fugas em massa começaram a ocorrer nas regiões onde o escravismo ainda resistia, como exemplificam as rebeliões simultâneas – reprimidas pela polícia – em fazendas da região de Campinas e o episódio do êxodo de 150 escravizados em Capivari. Depois de passar por Itu e seguir em direção a Santos, caminhando mais de 200 km, o grupo foi massacrado pela cavalaria na altura de Cubatão e ficou reduzido a 30 pessoas. Aqueles que sobreviveram foram recebidos no Quilombo de Jabaquara com um banquete em homenagem aos mortos (Reis, 2018, p. 540; Alonso, 2015, p. 272 e 274).

Foi nesse ambiente político tenso, nesse clima de conflito, que o pequeno Antenor veio ao mundo no dia 17 de junho de 1886. Embora a polarização política tenha diminuído após o 13 de maio de 1888, a Constituição de 1891 preservou diversos privilégios da classe senhorial, que se reorganizou na forma de oligarquias regionais durante a Primeira República. A consequência para os ex-escravizados e seus descendentes foi a radicalização do racismo e a formulação de um projeto de sociedade baseado na eliminação das parcelas não-brancas da sociedade brasileira.

Raio X do Brasil

O racismo é uma ideologia criada e difundida pelo colonialismo, que situa o europeu como padrão universal de humanidade e representa os demais povos e suas respectivas culturas como anomalias ou variantes menos evoluídas diante desse padrão. Seu efeito prático consiste em racializar pessoas não-brancas a partir de alguma característica biológica ou étnico-cultural (duas dimensões que se complementam), atribuindo superioridade aos europeus e seus descendentes.

Embora perpetuado ao longo dos séculos, o discurso sobre a raça não é o mesmo em diferentes épocas e lugares, ele está sempre conectado ao contexto histórico e cultural onde aparece, e essa flexibilidade é um dos fatores que explicam sua permanência. Como a noção de raça assume sentidos diversos a partir das relações de poder e dos conflitos específicos de cada sociedade (Almeida, 2019, capítulo 1), nesta seção abordarei a ressignificação desse conceito no Brasil durante a passagem do século XIX para o XX, numa tentativa de entender seu impacto na vida de pessoas como Antenor Nascentes.

Durante a Primeira República, mais de três quartos da população brasileira vivia em áreas rurais, sem alimentação adequada, assistência à saúde, saneamento básico e educação. O Brasil não era propriamente uma nação, mas uma reunião das províncias isoladas do Império, transformadas em estados pela Constituição de 1891. A população libertada em 1888 adquiriu o status jurídico de cidadão, mas a desigualdade e o racismo predominantes impediam o exercício dos direitos e liberdades previstos em lei. A renovação política e administrativa decorrente da instauração da República foi o instrumento que as elites brancas utilizaram para preservar seus privilégios, mantendo as injustiças e desigualdades sociais herdadas do período anterior.

Exemplo disso é a legislação eleitoral, que negava o direito de voto a mulheres, analfabetos, mendigos, soldados e padres. Cerca de 70% da população não era alfabetizada, índice que se mantinha quase igual na maior parte do país. O total de eleitores nunca chegou a 6% dos brasileiros ao longo das quatro décadas em que vigorou a Primeira República. As normas para alistamento eleitoral conservavam os privilégios das elites tradicionais e garantiam a estabilidade dessa estratégia de dominação. Conferiam a uma minoria o poder de escolher os dirigentes políticos do país e decidir, através deles, os rumos da coletividade, mantendo sob sua tutela mais de 90% da população.

Nesse contexto, as teorias deterministas adquiriram um papel decisivo, na medida em que ofereciam justificativas consideradas legítimas à tese da superioridade branca. Esses discursos já circulavam no Brasil durante o

século XIX, encontrando adesão inclusive entre as lideranças do abolicionismo. O racismo científico ganhou maior destaque entre as décadas de 1870 e 1920, período de transição que se estende da crise do escravismo até o esgotamento do projeto político da Primeira República. As teorias raciais explicavam a ordem social a partir de causas inatas, descrevendo pessoas brancas e não-brancas como indivíduos com capacidades distintas (Lima, 2019, p. 157).

Essas teorias surgiram na Europa com o propósito de redefinir a concepção de humanidade. O processo de invasão e colonização de territórios em outros continentes levou os europeus a se depararem com realidades culturais radicalmente diferentes da sua. O contato com tamanha diversidade tornou insuficiente a noção de humano baseada no texto bíblico, levando à busca de novas concepções que ampliassem o horizonte da experiência humana e permitissem aos próprios europeus encarar a dominação e espoliação de outros povos como algo justificável e até mesmo inevitável. A questão foi equacionada de maneiras diferentes a partir da discussão sobre a origem dos seres humanos.

No início do século XIX, a abordagem predominante era o monogenismo, que concebia a humanidade como uma única espécie sujeita a variações internas (raças). Influenciados pelo mito edênico da criação, os monogenistas defendiam que todos os grupos humanos pertencem à mesma linhagem evolutiva e descendem de ancestrais comuns. Com os avanços da anatomia comparada, em meados do século XIX, surge a abordagem poligenista, que percebe a diversidade humana a partir da descrição física e comportamental. Os poligenistas interpretavam as diferenças entre raças como prova de que povos distintos pertencem a linhagens independentes e não descendem de ancestrais comuns. As teorias do racismo científico se apoiaram nesse argumento, considerando a mistura de raças como causa do desaparecimento de civilizações inteiras (Keuller, 2012, p. 31-38).

Um exemplo emblemático do poligenismo é a obra do francês Arthur de Gobineau, que visitou o Brasil numa missão diplomática em 1869. Em seu *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1853-1855), ele descreveu a mistura racial como uma aberração, que produz uma descendência geneticamente degenerada, e previu que a população brasileira iria desaparecer em menos de dois séculos. Essa conclusão estapafúrdia se baseava na premissa de que o cruzamento entre diferentes espécies animais gera híbridos estéreis, como ocorre com a mula, que é produto do cruzamento entre cavalo e burro – de onde deriva a palavra “mulato”. Em outra obra, intitulada *A diversidade moral e intelectual das raças* (1856), Gobineau apresenta o esquema de sua teoria sobre a hierarquia racial.

Tabela 1 – Características das raças humanas segundo Gobineau			
	NEGRO	AMARELO	BRANCO
Intelecto	Débil	Medíocre	Vigoroso
Propensões animais	Muito fortes	Moderadas	Fortes
Manifestações morais	Parcialmente latentes	Comparativamente desenvolvidas	Altamente cultivadas
Fonte: DaMatta, 1981, p. 72.			

A influência poligenista também está presente, porém de maneira menos evidente, na obra do historiador inglês Henry Thomas Buckle, que elaborou uma filosofia do determinismo climático. Em sua *História da Civilização na Inglaterra* (1857-1862), ele argumenta que clima, solo, alimentação e meio ambiente interferem no progresso intelectual humano. Enquanto os três primeiros fatores condicionam a acumulação e distribuição da riqueza, a influência do meio teria o poder de retrair a mente, quando os fenômenos externos são opressivos, ou estimular seu desenvolvimento, quando são mais amenos. Com base nos relatos de viajantes europeus, Buckle descreve o Brasil como um caso extremo em que a luta desigual entre a grandiosidade do mundo exterior e a pequenez do mundo interior limita e enfraquece o intelecto.

O determinismo geográfico de Buckle alcança seu objetivo quando classifica a humanidade em dois grupos: europeus e não-europeus. Essa divisão parte da premissa de que na Europa a natureza é débil e o “homem” a domina, enquanto no restante do mundo o vigor do ambiente é que acaba por subjugar os seres humanos. Sem nunca ter pisado em solo brasileiro, ele chega à conclusão de que, devido à influência do meio, a mente dos brasileiros seria incapaz de avançar e até teria regredido se não fosse a “ajuda estrangeira”, firmando que o país continua sem sinais de progresso mesmo depois de receber os “aperfeiçoamentos originários da Europa” (Skidmore, 1976, p. 44-45). A mistura de raças deveria ser evitada, segundo ele, porque leva à deterioração das capacidades superiores do homem branco.

O poligenismo legitimou regimes baseados na segregação racial, como aquele estabelecido no sul dos Estados Unidos após a Abolição (1863). Não foi por acaso que tantos teóricos do racismo científico se interessaram pelo Brasil, considerado na época o maior experimento racial em curso no mundo. Um caso exemplar desse compromisso político foi o naturalista suíço Louis Agassiz, que era professor da Universidade Harvard e veio ao Brasil em busca

de confirmação para a hipótese da degeneração das raças como efeito da miscigenação. Depois de fotografar escravizados e seus descendentes na Carolina do Sul, ele visitou Rio de Janeiro, Pará, Amazonas e Ceará, produzindo imagens manipuladas para comprovar suas teorias (Grinberg, 2009), e concluiu ser necessário manter a “barreira de cor” nos EUA.

Como não havia achados arqueológicos para embasar hipóteses sobre as origens da humanidade, as teses poligenistas combinavam raciocínio indutivo, preconceitos diversos, especulação filosófica e observação empírica. O que tinham em comum era o compromisso de transformar em conclusão lógica aquilo que traziam como premissa: a superioridade do branco europeu. O êxito da teoria da evolução de Charles Darwin (algo que Agassiz nunca aceitou) acabaria por suplantar essa abordagem ao estabelecer como princípio que a evolução tem início a partir de uma única espécie. Mas as descrições e comparações entre diferentes raças humanas continuaram a ser percebidas como “evidências” à espera de uma nova explicação. A adaptação dos argumentos racistas à teoria de Darwin deu origem ao darwinismo social, que reinterpreta as ideias do poligenismo, se apoiando no positivismo de Comte e na genética lamarckiana.

O darwinismo social foi formulado pelo filósofo e sociólogo inglês Herbert Spencer, que aplicou o conceito de “seleção natural” às sociedades humanas – uma extrapolação que o próprio Darwin rejeitava. Spencer afirmava que a sociedade evolui a partir da competição e que, na luta pela sobrevivência, os mais aptos prevalecem. Essa interpretação da dinâmica social sugere que certas raças são naturalmente superiores e outras, naturalmente inferiores em termos de capacidade intelectual, moral e física. Assim, a desigualdade social e as relações de dominação resultariam de propensões naturais perpetuadas como características hereditárias. A sofisticação dessa teoria, diante das anteriores, está em integrar a causalidade interna ao indivíduo (determinismo biológico) com a causalidade externa (determinismo geográfico). Ao assumir que o meio produz mudanças nos organismos e que estas podem ser transmitidas aos descendentes (tese lamarckiana), o darwinismo social encontra uma explicação organicista para qualquer assimetria de origem social e dissimula seu próprio caráter apriorístico.

A credibilidade atribuída a essas teorias não se deve apenas ao fato de ser a elite brasileira majoritariamente branca, mas também a sua mentalidade colonizada e às condições locais de produção do saber. As teses do racismo científico contrastavam abertamente com a realidade observada no país, mas eram recebidas como conhecimento válido devido tanto à postura subordinada e dependente dos intelectuais brasileiros diante de autores estrangeiros quanto à dificuldade para a produção, publicação e circulação do saber. A escassez de instituições de ensino, o custo elevado da publicação de livros (até 1914 a maioria era impressa na Europa), o predomínio de obras em francês (inclusive didáticas), a censura oficial e a circulação da produção

intelectual quase que exclusivamente através de jornais e revistas são fatores que contribuíram para a aceitação acrítica da produção intelectual estrangeira.

A simples sobreposição de teorias raciais à realidade local conduzia a posições contraditórias. Skidmore (1976) identifica essa inconsistência na atitude de Sílvio Romero, que no final do século XIX se referiu ao Brasil como fruto da miscigenação, confiante em sua evolução étnica, mas em 1912 se declarou admirador de Gobineau por sua “visão genial” e suas “sábias palavras que merecem toda consideração”. Essa contradição aparece também em Euclides da Cunha, que inicia *Os Sertões* (1902) declarando alinhamento às teses do darwinismo social e reproduzindo o parecer de Agassiz sobre a degenerescência do mulato, mas se contrapõe a essa visão – ao que parece sem perceber – quando descreve a capacidade dos sertanejos de Canudos, mestiços capazes de resistir ao ataque de um exército treinado e equipado com melhores recursos (Skidmore, 1976, p. 72 e 207).

O principal representante brasileiro do racismo científico ortodoxo é o médico Raimundo Nina Rodrigues, que era professor da Faculdade de Medicina da Bahia e foi o primeiro a investigar as origens étnicas dos africanos desembarcados no Brasil e abordar a cultura afro-brasileira como objeto de estudo sistemático. Suas pesquisas de Etnologia e Medicina-legal tentavam “provar” a inferioridade dos negros em relação às “raças brancas civilizadas”, acreditando ser impossível que ex-escravizados vivessem como “civilizados”. Ele sugeria que negros e indígenas tivessem “responsabilidade atenuada” no Código Penal, como os menores de idade, devido às suas capacidades inferiores.

Embora fosse mulato, Nina Rodrigues se dedicou menos ao estudo dessa condição, se atendo ao que descreveu como “desequilíbrio mental dos mestiços”. Ele aborda a mistura de raças como problema, devido às “más condições antropológicas” da população, e divide os mestiços em três categorias, mas sem esclarecer os critérios que levariam a classificar o indivíduo em cada uma: o tipo superior (inteiramente responsável), o tipo degenerado (que podia ser parcialmente responsável ou totalmente irresponsável) e o socialmente instável (responsabilidade atenuada). Afirmava que poucos indivíduos não-brancos fogem ao padrão de inferioridade e que isso ocorre com mais frequência entre os mestiços – como ele próprio (Skidmore, 1976, p. 74-75). Sua obra representa o primeiro passo na tentativa de adaptar o racismo científico às características específicas da sociedade brasileira.

Apesar do prestígio que alcançou, a tese de Nina Rodrigues não foi incorporada ao Código Penal. Sua abordagem se distanciava da perspectiva corrente na elite local, que apostava no branqueamento da população através da mestiçagem (Skidmore, 1976, p. 77; Seyferth, 2002, p. 132-133). Essa concepção foi assumida como prática social muito antes de receber uma formulação teórica. Foi um projeto desde a colonização, quando a Coroa

Portuguesa decidiu enviar apenas homens para dominar o território e os corpos de mulheres indígenas e africanas escravizadas. A mesma orientação está na base da política de incentivo à imigração, iniciada na primeira metade do século XIX e defendida como “solução” para a suposta escassez de mão de obra desde a proibição do tráfico transatlântico em 1850. Essa aposta aparece inclusive no discurso de lideranças do abolicionismo como Joaquim Nabuco, quando define

o ideal de pátria que nós, abolicionistas, sustentamos: um país onde todos sejam livres; onde, atraída pela franqueza das nossas instituições e pela liberdade do nosso regime, a imigração europeia traga, sem cessar, para os trópicos uma corrente de sangue caucásio vivaz, enérgico e sadio, que possamos absorver sem perigo. (Nabuco, 1883, p. 252)

Embora a elite ostentasse como virtude a inexistência no Brasil de uma política de segregação institucionalizada, como as leis Jim Crow no sul dos EUA, uma das primeiras medidas do governo republicano foi instituir a imigração europeia como uma política racial. Um decreto de 28 de junho de 1890 declarava ser “inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos”, determinando que “a policia dos portos da Republica impedirá o desembarque de taes individuos, bem como dos mendigos e indigentes” (Brasil, 1890a).

O branqueamento foi formulado como uma teoria quando o médico e antropólogo João Batista de Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, apresentou um relatório sobre a situação racial do Brasil no Primeiro Congresso Universal de Raças de 1911. Ele começa negando que se possa extrapolar no estudo da reprodução humana os padrões observados na hibridação de animais – uma premissa fundamental do poligenismo (Lacerda, 1911, p. 13). A seguir, afirma que os mestiços “são menos musculosos e parecem oferecer pouca resistência às moléstias”, que “como trabalhadores do campo [...] são visivelmente inferiores aos negros”⁹, mas que estão “física e intelectualmente bem acima dos pretos” (Lacerda, 1911, p. 14 e 16). Menciona a contribuição dos mestiços na história brasileira e alega que a República “permitiu que muitos mulatos talentosos penetrassem nas mais altas corporações políticas do país”¹⁰ (Lacerda, 1911, p. 17-18).

⁹ No original: “ils sont peu musclés, et paraissent offrir peu de résistance aux maladies [...] sont physiquement et intellectuellement bien au-dessus des noirs” (tradução minha).

¹⁰ No original: “La porte ouverte par ce régime à toutes les aptitudes, laisse pénétrer beaucoup de mulâtres de talent jusque dans les plus hautes corporations politiques du pays” (tradução minha).

Depois de esboçar, como fez Gobineau, uma hierarquia de tipos raciais, Lacerda também faz um prognóstico sobre o futuro racial do país. Ele afirma que viu, “após três gerações, filhos mestiços apresentarem todas as características físicas da raça branca” e que a seleção sexual (preferência pelos brancos) tende a eliminar nos mestiços qualquer traço característico do negro. Segundo seus cálculos, “no espaço de um novo século, os mestiços terão desaparecido do Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós”¹¹ (Lacerda, 1911, p. 18-19). Para mostrar que está seguro dessa previsão, Lacerda explica que

Após a abolição, entregue à própria sorte, o negro começou a deixar os grandes centros civilizados, contudo sem procurar melhorar a sua posição social, fugindo das mudanças e do progresso, aos quais não conseguia se adaptar. Vivendo uma existência quase selvagem, sujeito a todas as causas de destruição, sem recursos suficientes para se manter, refratário a qualquer disciplina possível, o negro se dispersa por regiões despovoadas e tende a desaparecer do nosso território, como uma raça destinada à vida selvagem e avessa à civilização¹². (Lacerda, 1911, p. 19)

Como ocorre com as teorias raciais estrangeiras, o argumento de Lacerda traz implícito um projeto de sociedade onde cada tipo racial ocupa uma posição bem definida. A representação atribuída aos negros (aptos para o trabalho pesado e mais resistentes a doenças) é significativa não só pela desumanização que traduz, mas também porque se articula a uma estratégia calculada de genocídio, como observou Abdias do Nascimento, pelo abandono dos ex-escravizados, para que morressem sem recursos (Nascimento, 2016, p. 70). A aparente valorização do mulato encobre uma situação de precariedade ontológica, em que o branco tem valor a priori como grupo, enquanto o valor do mestiço é medido a posteriori e individualmente, porque depende do grau de semelhança com o branco, algo que diz muito sobre o modelo de dominação vigente. Assim a elite branca –

¹¹ No original: “On a déjà vu, après trois générations, des fils de métis présenter tous les caractères physiques de la race blanche [...] Grâce à ce procédé de réduction ethnique, il est logique de supposer que dans l’espace d’un nouveau siècle, les métis auront disparu du Brésil, fait qui coincidra avec l’extinction parallèle de la race noire entre nous” (tradução minha).

¹² No original: “Après l’abolition, le noir livre à lui-même commença par quitter les grands centres civilisés, sans chercher à améliorer toutefois sa position sociale, fuyant le mouvement et le progrès auxquels il ne pouvait s’adapter. Vivant d’une existence presque sauvage, sujet à toutes les causes de destruction, sans recours suffisants pour se maintenir, réfractaire à quelque discipline que ce soit, le nègre se répand dans les régions peu peuplées, et tend à disparaître de notre territoire, comme une race destinée à la vie sauvage et rebelle à la civilisation” (tradução minha).

na verdade, mestiços de pele clara menosprezados pelo branco europeu (Cardoso, 2017, p. 146) – mantinha privilégios do tempo da escravidão.

Esse discurso se traduziu na criminalização das condições de vida da população negra, referida nos jornais como “classes perigosas”. Um dos principais dispositivos de perseguição dessa população foi o crime de “vadiagem”, descrito no artigo 399 do Código Penal como “deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes” (Brasil, 1890b). A primeira parte do texto descreve a condição de vida de grande parte da população negra urbana, soando como complemento ao comentário do diretor do Museu Nacional sobre “a extinção paralela da raça negra entre nós”. A segunda parte informa que mesmo quem tivesse “domicilio certo” e um “mister em que ganhe a vida” poderia ser preso com base na opinião da autoridade policial sobre sua conduta, o que inclui, por exemplo, reagir a agressões ou abusos de autoridade e se relacionar com alguém do mesmo sexo (Durst, 2005, p. 26).

Essa política repressiva teve desdobramentos dramáticos no Rio de Janeiro, então capital da República. Em 1903, o prefeito Pereira Passos iniciou uma imensa reforma no centro da cidade, inspirada no projeto urbanístico de Paris, desapropriando centenas de terrenos para a abertura de ruas e avenidas. Ao mesmo tempo, convocou o sanitarista Oswaldo Cruz para conter as frequentes epidemias que prejudicavam a imagem da cidade e as relações comerciais do país. O higienismo da Medicina, que enxergava as habitações coletivas como principal foco de epidemias, e o autoritarismo da Prefeitura uniram forças para expulsar a população pobre do centro da cidade. Milhares de pessoas que viviam em cortiços foram despejadas sem aviso prévio e tiveram a moradia demolida com seus pertences dentro, sem receber qualquer suporte ou alternativa de habitação, passando a ser perseguidas pelo crime de vadiagem. A reação popular ganhou corpo em novembro de 1904 no episódio conhecido como Revolta da Vacina (Sevcenko, 2018; Chalhoub, 2017).

As manifestações associadas à cultura afro-brasileira também eram perseguidas como práticas criminosas. Rituais de candomblé ocorriam clandestinamente e, em caso de denúncia, eram interditados pela polícia, que espancava os devotos e levava presos todos os que não conseguissem escapar, além de destruir ou apreender tambores e outros objetos litúrgicos. Rodas de samba eram consideradas um atentado à ordem pública, um costume primitivo de povos atrasados, um obstáculo ao projeto branco de modernização da sociedade, devendo, por isso, ser banidas. A capoeira era tipificada como crime (artigo 402 do Código Penal) e sua perseguição levou os praticantes a se organizarem em maltas ou nações. Eram agravantes da

pena pelo crime de “capoeiragem”: participar desses coletivos, portar qualquer tipo de arma e perturbar – na opinião da autoridade – a ordem pública (Brasil, 1890b).

Como profecia autorrealizadora, a convicção de que o branqueamento da população ocorreria de maneira espontânea se apoiava no impacto demográfico das políticas de imigração. O maior fluxo de estrangeiros para o Brasil teve início em 1887, caiu em 1914, com a I Guerra Mundial, e voltou a crescer depois do conflito, diminuindo apenas no início da década de 1930, devido à crise de 1929. Cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no país nesse período, se concentrando nas regiões leste, centro-sul e sul, sobretudo em São Paulo e estados da região Sul (Fausto, 2002, p. 155-156). Os efeitos desse processo aparecem nos dados censitários produzidos entre 1872 e 1950, que indicam o branqueamento gradual do país com o percentual de negros no conjunto da população reduzido pela metade (de 19,68% para 10,96%), os pardos e mestiços caindo quase na mesma proporção (de 42,18% para 26,54%) e o percentual de brancos aumentando mais de 50% (de 38,14% para 61,66%).

Tabela 2 – Estatísticas demográficas¹³				
	1872	1890	1940	1950
Branços	38,14%	43,97%	63,47%	61,66%
Negros	19,68%	14,63%	14,64%	10,96%
Pardos e mestiços	42,18%	41,40%	21,20%	26,54%
Fonte: Nascimento, 2016, p. 73.				

Embora questionáveis, pela forma como a realidade social é interpretada e traduzida em dados a cada momento, esses números são significativos enquanto discurso sobre o Brasil. Eles produzem uma certa representação da dinâmica populacional, interpretada na época em termos de evolução racial, sugerindo que negros e indígenas iriam desaparecer naturalmente e que esse processo seria inevitável. A ideia de um declínio espontâneo das parcelas não-brancas da população ocultava as diversas formas de violência perpetradas pelo Estado e alimentava a imagem do Brasil como uma “democracia racial” (Nascimento, 2016, p. 72-73; Skidmore, 1976, p. 228). Foi nesse ambiente hostil e desigual, no período em que o racismo

¹³ Os Censos de 1900 e 1920 não trazem dados referentes a categorias como raça ou cor, por isso não foram considerados.

substituiu a escravidão como dispositivo de controle social, que o jovem Antenor foi educado e deu início a sua vida profissional.

Nada como um Dia após o Outro Dia

Nesta seção, procuro interpretar a trajetória de Antenor Nascentes com base nas reflexões desenvolvidas anteriormente. O recorte analisado abrange desde o ingresso no curso primário (1890) até a efetivação como professor catedrático de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II (1927). A formação escolar foi uma etapa decisiva na constituição da personalidade do jovem Antenor, momento em que ele foi alvo de estigmas raciais, mas também conquistou respeito e admiração em espaços de consagração da branquitude. Para isso, foram fundamentais o apoio da família e o auxílio de docentes que admiravam sua capacidade intelectual.

Na entrevista que concedeu à *Revista Manchete*, Antenor Nascentes falou com orgulho sobre seu fascínio pela escola e pela leitura desde a infância.

Aos quatro anos e meio mamãe foi matricular minha irmã mais velha no Colégio Frazão. Eu, ainda de camisola (nem calças usava), acompanhei-a e não quis voltar, tal a fascinação que a escola exerceu logo em mim. Li com cinco anos. Os primeiros dois mil-réis que mamãe me deu foram direto para a livraria. Para conseguir comprar as *Histórias da Carochinha*, vim a pé da cidade para casa durante um mês, juntando um tostão por dia. (Bloch, 1964, n.p.)

O encantamento com o ambiente escolar e com a leitura é algo que aparece em diversos relatos sobre a infância de pessoas negras e mestiças nascidas entre o final do século XIX e início do século XX. Outro exemplo é a pequena Bitita (apelido que a escritora Carolina Maria de Jesus recebeu da família), que depois de transpor as dificuldades iniciais da alfabetização desenvolveu “uma paixão incondicional pelos estudos e pelos livros até o final da vida” (Farias, 2018, p. 49). Um indicativo da vulnerabilidade de crianças como Antenor e Bitita está na facilidade com que podiam ser privadas dessa experiência pela intervenção de adultos racistas, inclusive dos próprios professores.

Foi o que aconteceu com ele quando frequentava o Colégio Frazão, por causa de uma professora sueca que dava aulas de ginástica. Antenor Nascentes conta que, ao lidar com uma briga entre alunos, ela o acusou de ter iniciado a confusão e que, embora fosse inocente, ele preferiu ser expulso a carregar o estigma de delator. Conflitos entre crianças são situações corriqueiras no ambiente escolar, algo que qualquer pessoa já presenciou como estudante ou professor, mas não deixam de ser significativos por aquilo que revelam da micropolítica que regulamenta as relações de poder nesses

espaços. É muito provável que ele fosse um dos poucos meninos negros – talvez o único – numa turma repleta de crianças brancas. Não há como saber se ele reagiu a uma provocação, se ele não teve participação e a professora o acusou por simples racismo ou ainda se tentou constranger a criança mais vulnerável para obter mais facilmente uma delação ou confissão.

Dácio recorreu a “um superior na alfândega, cuja esposa era professora na rua da Quitanda. Ao saber do sucedido, propôs que eu fosse para aquela escola” (Bloch, 1964, n.p.). Embora fosse um menino, Antenor ingressou na Escola Pública Feminina da Freguesia da Candelária, que funcionava no atual número 33 da Rua da Quitanda¹⁴. A segmentação do ensino por gênero, que vigorou desde as Reformas Pombalinas (1750-1777), foi flexibilizada pela Reforma Leôncio de Carvalho (1879), que autorizou escolas femininas a receber meninos até certa idade, geralmente entre 12 e 14 anos. A escola em questão era dirigida por Amélia Fernandes da Costa, educadora de grande prestígio no país, redatora da revista *O Progresso Educador* e integrante da delegação incumbida por Benjamin Constant de estudar *in loco* os sistemas escolares europeus e norte-americanos. Ela publicou, como resultado dessa pesquisa, um livro¹⁵ sobre “lições de cousas”, que na época era considerado a última palavra em termos de método pedagógico.

O apoio dessa educadora proporcionou ao jovem estudante a melhor qualidade de ensino possível naquele contexto. A instrução por lições de coisas, também conhecida como “método intuitivo”, compreendia a infância como uma fase decisiva na formação do indivíduo e propunha o ensino pelo contato direto com objetos e seres vivos, antes da sua descrição por meio de palavras, assumindo a observação e os sentidos como base do conhecimento (Schelbauer, 2006). Foi uma concepção inovadora naquele contexto em que a pedagogia escolástica era predominante mesmo no ensino leigo. O principal divulgador desse método no Brasil foi Rui Barbosa, que elaborou um projeto de reforma do ensino baseado no “método intuitivo” e traduziu uma obra pedagógica de referência no assunto (Barbosa, 1947; Calkins, 1886). O próprio Antenor Nascentes declarou que “a passagem para esta escola decidiu o meu destino. [...] Ali, D. Amélia Fernandes da Costa me deu provas do que podem uma grande mestra e um coração de mulher” (Bloch, 1964, n.p.).

Ao concluir o primário em 1896, ele foi aprovado com distinção (nota máxima) no exame final – uma arguição de quase uma hora sobre matemática, português, geografia e história do Brasil. Com isso, ficou isento do exame de admissão para o secundário – pois “era praxe ao melhor aluno

¹⁴ Ver no mapa: <https://maps.app.goo.gl/iqYdfxp674Rd7cH8>. Acesso em 23/01/2024.

¹⁵ Os relatórios redigidos durante a missão foram publicados na *Revista Pedagógica* e compilados num livro sobre “lições de cousas” (*Revista Pedagógica*, tomo 2, n. 3, 15/06/1894, p. 147; *Gazeta da Tarde*, 23/11/1897, capa).

da rede primária do Distrito Federal ter matrícula compulsória” (Choeri, 2014, p. 16) – e ingressou em 1897 no Colégio Pedro II¹⁶, instituição de referência para as escolas de todo o país, cujas vagas eram disputadas entre filhos da elite do Rio de Janeiro e das oligarquias regionais. Criado para formar a classe dirigente nacional, embora fosse público o colégio não era gratuito, o que inviabilizava o acesso a estudantes de outras classes sociais.

O ingresso na condição de bolsista foi o que possibilitou a Antenor Nascentes conviver com membros de famílias abastadas do Rio de Janeiro e de outras partes do Brasil. Ele conta que “consegui matrícula gratuita e continuei o meu rosário de distinções” (Bloch, 1964, n.p.), recebendo o Prêmio Pantheon Escolar por alcançar as maiores notas durante todo o ensino secundário e ocupar permanentemente o banco de honra¹⁷. O desempenho excepcional, lembrado em diversos depoimentos a seu respeito, é uma das estratégias mais utilizadas por pessoas negras em ambientes marcados pelos padrões de sociabilidade da branquitude e hostis para pessoas racializadas. Estratégia para “se afirmar, para minimizar, compensar o ‘defeito’, para ser aceito. Ser o melhor é a consigna a ser introjetada, assimilada e reproduzida” (Souza, 2021, p. 67).

Embora fosse motivo de orgulho, a excelência provavelmente era uma resposta ao sofrimento infligido pelo racismo, uma estratégia de sobrevivência naquela instituição, marcada pela naturalização de privilégios das elites brancas. Como explica Cida Bento,

As instituições públicas, privadas e da sociedade civil definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneos e uniformes não só processos, ferramentas, sistema de valores, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculino e branco. Essa transmissão atravessa gerações e altera pouco a hierarquia das relações de dominação ali incrustadas. Esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios. [...]

Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele. (Bento, 2022, p. 11-12)

¹⁶ Ver no mapa: <https://maps.app.goo.gl/ezmne4rY2EEJLmSg9>. Acesso em 23/01/2024.

¹⁷ Ao investigar o ensino do Liceu Cearense na década de 1920, Oliveira e Ciasca informam que “a expressão ‘banco de honra’ não representava uma metáfora. Eles existiam fisicamente em cada aula e eram concedidos pelos professores àqueles alunos que obtivessem médias acima de sete. Ao todo eram seis bancos colocados sempre na primeira fila da sala. Além disso, era feito um quadro no qual se gravavam os nomes de todos os ‘alunos banco de honra’ e exposto na portaria do colégio” (Oliveira; Ciasca, 2010, p. 11).

A definição acima se refere a ambientes de trabalho, mas pode ser transposta sem prejuízo para contextos de preparação para a vida adulta, como o ensino secundário. Tanto a cor da pele quanto a condição de bolsista distinguiam o jovem Antenor Nascentes dos filhos das elites brancas, considerados os frequentadores legítimos daquela instituição. Sem o desempenho escolar excepcional que tinha desde a infância, ele nem sequer entraria no colégio e seria estigmatizado através dos estereótipos racistas a que Neusa Santos Souza se refere como “mito negro”, do qual “o irracional, o feio, o ruim, o sujo, o sensitivo, o superpotente e o exótico são as principais figuras representativas” (Souza, 2021, p. 53).

A capacidade de superar os estudantes brancos mais qualificados dentro de uma instituição que formava as elites nacionais, tornava legítima e até desejável a presença desse jovem negro. Afinal, o discurso de que não existe racismo no Brasil se apoiava no contraste entre a suposta “harmonia racial” da sociedade brasileira e o regime de segregação explícita vigente nos Estados Unidos. Como argumentou João Batista de Lacerda,

Os preconceitos de raça e cor, que nunca existiram tão arraigados no Brasil como se vê ainda entre as populações da América do Norte, perderam muito de sua força desde a proclamação da República. A porta aberta por este regime a todas as habilidades permitiu que muitos mulatos talentosos penetrassem nas mais altas corporações políticas do país. No Congresso Nacional, nos tribunais, no ensino superior, na carreira diplomática, nos mais altos órgãos administrativos, os mulatos ocupam hoje posição de destaque. (Lacerda, 1911, p. 17-18)¹⁸

Naquele espaço institucional, estratégico para naturalizar a branquitude enquanto padrão universal e sustentar fábulas como a meritocracia e a democracia racial, a presença de alguém como Antenor Nascentes era bastante conveniente.

O acolhimento por parte de seus professores e da própria instituição foi decisivo mesmo após a conclusão do secundário. Na entrevista à *Revista Manchete*, ele conta que

Também foi nosso professor o inesquecível Paulo de Frontin. Lecionava Mecânica e Astronomia. [...] Quando papai morreu (em 1903) não nos deixou

¹⁸ No original: “Les préjugés de race et de couleur qui n’existèrent jamais aussi enracinés au Brésil, qu’on les vit toujours parmi les populations de l’Amérique du Nord, ont perdu encore beaucoup de leur force depuis la proclamation de la République. La porte ouverte par ce régime à toutes les aptitudes, laisse pénétrer beaucoup de mulâtres de talent jusque dans les plus hautes corporations politiques du pays. Au Congrès National, dans les tribunaux, dans l’instruction supérieure, dans la carrière diplomatique, dans les corps administratifs les plus élevés, les mulâtres occupent aujourd’hui une situation prééminente” (tradução minha).

nada. Não havia dinheiro nem pro aluguel. Mas sugeria-me, antes de falecer, que eu procurasse Frontin. Este me recebeu. Dirigia, então, as obras da Avenida Central. Fui nomeado e fiquei apontando janelas e gradis que saíam de edifícios em demolição. Fiz, depois, concurso para terceiro-oficial do Ministério da Justiça. Tirei o primeiro lugar e fui nomeado. Queria, entretanto, continuar os estudos. Por eliminação, fui para o Direito. Medicina e Engenharia era impossível, por causa do horário do meu trabalho. Havia duas faculdades de Direito na época, uma delas funcionando na parte da tarde no próprio Pedro II, cujo secundário tinha cursado com distinção. Eu não tinha os trinta mil-réis para a matrícula. Consegui ser matriculado de graça, em virtude das minhas notas, acompanhadas de um atestado de pobreza. Até o diploma foi gratuito. (Bloch, 1964, n.p.)

Como na época as nomeações eram bem mais comuns que os concursos, o capital social herdado da família era o principal meio de acesso a um cargo público. Embora diplomado na melhor escola secundária do país, aprovado com distinção em todas as avaliações e reconhecido, por conseguinte, como o melhor entre os melhores, Antenor Nascentes deve ter enfrentado dificuldades para ingressar no mercado de trabalho. Diante da situação de vulnerabilidade da família após a morte do pai, ele teve que recorrer ao auxílio de seus ex-professores. A necessidade de apoio e, sobretudo, o amparo que recebeu ajudam a entender sua insistência em manter o vínculo com a instituição, pois foi esse círculo de relações que lhe possibilitou a mudança de status social.

Um registro emblemático a esse respeito está nas páginas de *A Rua*, que era dirigido pelo jornalista mineiro João Carlos de Medeiros Pardal Mallet com as colaborações de Olavo Bilac, Raul Pompéia e Luís Murat. Os jornais da época sempre traziam uma seção de variedades em que manchetes sobre educação, cultura, ciência e arte dividiam espaço com personagens de coluna social. Essa escolha editorial mostra uma sobreposição entre elite intelectual e elite econômica, refletindo a monopolização das poucas instituições de ensino existentes no país pelas classes dominantes brancas. Na edição de 10 de janeiro de 1916, a seção do jornal intitulada “Notas Sociaes” menciona, na lista de aniversariantes do dia, a “exma. sra. d. Paulina Nascentes, progenitora do dr. Antenor Nascentes, funcionario da Secretaria de Justiça” (*A Rua*, 10/01/1916, p. 5).

A nomeação de Antenor Nascentes para a Comissão Construtora da Avenida Central, no contexto da reforma Pereira Passos, trouxe para seu horizonte a ideia da formação em Direito como estratégia para ampliar suas chances de inserção profissional. O ingresso na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, que funcionava no Colégio Pedro II, foi o que possibilitou sua formação nessa área. A outra opção existente na cidade era a Faculdade

Livre de Direito¹⁹, onde ele teria que pagar pela matrícula. O ingresso, via concurso público, no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, ainda durante o curso de Direito, trouxe maior estabilidade financeira para Antenor Nascentes e sua família²⁰. Com isso, ele teria ao seu alcance outras opções profissionais e poderia fazer escolhas com base em sua preferência, mais do que nas necessidades imediatas.

Depois de anos lecionando em escolas particulares, agora Antenor Nascentes almejava uma vaga como professor do Colégio Pedro II. Ele começou a se preparar para o concurso da cadeira de grego, mas a disciplina foi extinta por uma reforma de ensino ocorrida pouco depois. Ao saber que seu superior, o ministro Carlos Maximiliano, cogitava abrir uma vaga para professor de espanhol na instituição, ele passou a estudar toda a bibliografia pertinente que encontrou nas livrarias e na Biblioteca Nacional. Também elaborou, como requisito do concurso, a tese intitulada *Um Ensaio de Fonética Diferencial Luso-Castelhana. Dos Elementos Gregos que se Encontram em Espanhol*, sendo aprovado em primeiro lugar.

Como a realização de concurso era obrigatória apenas para professores substitutos e os catedráticos podiam ser nomeados pelo Ministério da Justiça (Guimarães, 2016, p. 108), essa era uma oportunidade única para alguém que não tinha o privilégio de ser escolhido a partir de uma lista de candidatos indicados para nomeação. Num discurso que fez em 1952, ao receber o título de professor emérito do Colégio Pedro II, Antenor Nascentes conta que

Vieram dizer-me que, sendo cadeira nova, o Governo podia fazer o provimento sem concurso.

Nem por isso desanimei. A persistência não me abandona.

Os candidatos à cadeira sem concurso eram de fato muitos, mas o Governo, para não descontentar os protetores, saiu-se da dificuldade mandando abrir concurso. (Nascentes, 1953, p. 140)

Ao analisar o resultado desse concurso, Guimarães (2018) destaca o papel decisivo das redes de sociabilidade de cada candidato. Ele sugere que até mesmo o ministro teria interesse na aprovação de Antenor Nascentes, pois sua saída possibilitava a redistribuição dos cargos no Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Observa ainda que Antenor Nascentes já tinha participado de bancas examinadoras em colégios particulares ao lado de João Ribeiro, que era docente do Colégio Pedro II e membro da banca do concurso, e Carlos de Laet, que era diretor da instituição e presidente da

¹⁹ Em 1920, as duas instituições foram fundidas na Faculdade Nacional de Direito e integradas à recém-criada Universidade do Rio de Janeiro, atual UFRJ.

²⁰ Antenor Nascentes permaneceu por 15 anos no cargo e foi nesse período que se casou com Salomé Adelaide (1912) e que nasceram seus três primeiros filhos (1913-1916).

banca do concurso. Ao comparar os desempenhos dos dois primeiros colocados, o autor esclarece que

Os dois candidatos, Antenor Nascentes e David Pérez, terminaram o concurso com a mesma média: 9,6. Não havia critérios de desempate estabelecidos no Decreto n. 11.530, o que permitiu a tomada de decisão pela Congregação de impor como fator de desempate o título de aluno laureado, concedido aos melhores alunos do Colégio Pedro II, que só Nascentes possuía. [...] Essa ação política da Congregação do Colégio Pedro II, que possibilitou a Nascentes ser aprovado em primeiro lugar no concurso, possivelmente, se deva à sua rede social dentro do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, onde trabalhava, e dentro do próprio Colégio Pedro II, onde atuavam os colegas docentes com os quais ele convivia profissionalmente em colégios particulares, escolas preparatórias e bancas examinadoras. Mas devemos considerar também a sua trajetória estudantil, com alto desempenho desde a escola primária, colocando-o em alta conta dentro da comunidade escolar e acadêmica. (Guimarães, 2018, p. 75)

Como o concurso marcou a introdução do espanhol no ensino secundário brasileiro, ainda não havia materiais didáticos adequados a essa finalidade no país. Para suprir essa necessidade, Antenor Nascentes publicou a primeira obra do gênero, *Grammatica da Língua Espanhola para Uso dos Brasileiros* (1920), baseada no programa do concurso, e passou a utilizar o manual em suas aulas. A publicação projetou seu nome em âmbito nacional, pois os planos de estudo e os livros didáticos adotados no Colégio Pedro II eram tomados como referência²¹ para as outras escolas do país. Sua gramática teve cinco edições até 1945 e foi indicada pelo Conselho Nacional de Livros Didáticos até 1947 (Guimarães, 2018).

Mas o prestígio decorrente de sua rede de contatos, da aprovação no concurso e da publicação da gramática não livrou Antenor Nascentes de dificuldades no magistério. O ensino de espanhol foi instituído em 1919 a pedido do presidente uruguaio, como uma contrapartida do Brasil à criação de uma cadeira de português no ensino secundário daquele país em 1917. O espanhol foi introduzido como disciplina facultativa, não exigindo exames finais, e não era um requisito para ingressar no ensino superior. Como o ensino do idioma não tinha uma finalidade definida, não reprovava ninguém e era considerado de fácil aprendizagem para brasileiros, nem os alunos nem a própria escola levavam a sério a disciplina.

²¹ De acordo com “a reforma instituída em 1915 pelo Decreto 11.530/5, os certificados de conclusão de estudos de outros estabelecimentos só teriam efeitos legais, inclusive para que os alunos pudessem ingressar no ensino superior, se os respectivos estabelecimentos fossem equiparados ao Colégio Pedro II e inspecionados pelo Conselho Superior de Ensino” (Guimarães, 2016, p. 85).

Em seu discurso como professor emérito, Antenor Nascentes menciona algumas das dificuldades que teve durante os seis anos em que ensinou espanhol no Colégio Pedro II. “A cadeira era facultativa, o que lhe trazia certa condição de inferioridade. Tinha os piores horários, numa e noutra casa; os alunos não compravam o Quixote para os indispensáveis exercícios de aula; não havia exame; pouco adiantava a nota” (Nascentes, 1953, p. 140). Na entrevista à *Revista Manchete*, ele conta que passou por “muitas humilhações, porque ninguém estudava. Não havia nem horário, nem exame. Eu só podia apanhar as sobras dos horários” (Bloch, 1964, n.p.).

Se, por um lado, a desvalorização da língua e seu caráter não obrigatório ajudam a explicar as “muitas humilhações” mencionadas, por outro, é óbvio que esse desprestígio também incluía um componente racial. Quando Antenor Nascentes se tornou professor do Colégio Pedro II, seu desempenho excepcional já devia ser um assunto do passado. Talvez ele ainda enxergasse a escola com base em suas memórias do tempo de estudante, mas é pouco provável que a comunidade escolar ainda o admirasse da mesma forma. A dificuldade de ter um horário fixo para as aulas sugere que a própria administração não lhe oferecia condições adequadas de trabalho. Como a instituição continuava a formar os filhos das mesmas elites brancas, é provável que os alunos o percebessem como alguém fora do lugar, inadequado àquele espaço – o professor mulato de uma disciplina fictícia.

Antenor Nascentes encontrou uma oportunidade de superar essa condição com a reforma do ensino planejada por João Luiz Alves Rocha Vaz no Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Em 1925, ele solicitou ao ministro que tornasse obrigatório o ensino de espanhol no curso secundário. O pedido foi negado, mas o prestígio de Antenor Nascentes como professor do Colégio Pedro II e estudioso da língua falada, sobretudo após a publicação de *O Linguajar Carioca em 1922* (1922), proporcionou uma solução ainda melhor. Em 1927, antes de anunciar oficialmente a reforma, o ministro o convocou para informar a extinção da cadeira de espanhol no ensino secundário e lhe ofereceu, em contrapartida, uma cadeira adicional de latim ou português, à sua escolha, na mesma instituição (Guimarães, 2018, p. 71).

Ao se tornar catedrático de língua portuguesa de uma das escolas mais importantes do país, Antenor Nascentes alcançou o status profissional que almejava. Essa foi a fase mais produtiva de sua carreira como professor e pesquisador, quando ele iniciou a publicação dos volumes da série *O Idioma Nacional* (1926-1928) e passou a elaborar seu *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (1932-1943). O dicionário, que foi o primeiro gênero publicado no Brasil, recebeu um prêmio da Academia Brasileira de Letras e o tornou o primeiro filólogo brasileiro reconhecido internacionalmente.

As soluções que encontrou para lidar com os desafios do início de sua carreira mostram que inteligência e persistência – fatores que são destacados

com frequência em comentários a seu respeito – não são suficientes para explicar a ascensão profissional de Antenor Nascentes. Suas escolhas mostram uma capacidade aguçada para ler o cenário profissional da área, formar uma rede de sociabilidade e identificar oportunidades nos contextos institucionais em que estava inserido. Com sua diplomacia e articulação, ele criou para si uma espécie de zona de exceção, neutralizando os efeitos do racismo sobre si. Nesse sentido, a insistência em permanecer no Colégio Pedro II pode ser interpretada como um esforço de institucionalizar esse status diferenciado.

Se tivesse nascido nos dias de hoje, é bem possível que Antenor Nascentes fosse considerado uma criança superdotada ou com altas habilidades. Porém, ao que tudo indica, o fator decisivo para alcançar a credibilidade que lhe abriu as portas da sociedade branca não foi exatamente aquilo que ele aprendeu nos livros, mas o modo como utilizou esse saber. Seu talento não encontraria olhos e ouvidos atentos se não fosse precedido dessa habilidade de navegação social, algo que ele pareceu ter aprendido, por meio de palavras e exemplos, com Dácio. Nas duas vezes em que menciona o pai durante a entrevista de 1964, ele encontra nessa habilidade a saída para dificuldades impostas, direta ou indiretamente, pelo racismo. Primeiro no contato com o chefe da Alfândega, que lhe trouxe o apoio de Amélia Fernandes da Costa. Depois no contato com Paulo de Frontin, que o nomeou na Secretaria de Obras.

Antenor Nascentes parecia ter plena consciência do processo de autoconstrução a que se dedicara desde a infância. Ao menos é o que sugerem os itens pessoais incluídos no arquivo-fichário que ele construiu ao longo de sua vida. Na entrevista de 1964, o jornalista Pedro Bloch afirma que “Nascentes é um homem tremendamente metódico. Chega às raias do impossível sua capacidade de organização, seu processo de arquivar. [...] Seu fichário resulta do fato de ler tudo de lápis na mão, durante dez horas por dia” (Bloch, 1964, n.p.). Produzir e armazenar de forma sistemática fichas de leitura era um método de trabalho bastante comum entre os intelectuais da época.

A edição e publicação de livros era uma atividade escassa e bastante dispendiosa no Brasil durante as primeiras décadas do século XX. Como o acesso à educação escolar era um privilégio quase exclusivo das elites, havia poucas bibliotecas públicas e grande parte das obras que circulavam no país era redigida em francês (língua obrigatória nas escolas), inglês, italiano, espanhol ou alemão. Não havia universidades como conhecemos hoje, as instituições de pesquisa eram escassas e a maioria das faculdades e escolas superiores oferecia formação técnica e profissional nas áreas de Medicina, Engenharia e Direito. A tiragem limitada e o custo elevado das publicações especializadas tornavam a imprensa o principal espaço para difusão de ideias e debates entre intelectuais e artistas.

Colecionar recortes de jornal e outros impressos em fichários, cadernos ou álbuns era tanto uma forma de armazenar produções intelectuais e registros sobre fatos relevantes quanto um gesto de construção de memória. A organização sistemática desses itens com as respectivas fichas de leitura era uma tecnologia imprescindível ao trabalho intelectual, algo equivalente, nas proporções da época, aos sistemas de referência e busca que utilizamos hoje no Google ou em bases bibliográficas como o Scielo. Uma ferramenta exemplar, que ajuda a entender essa analogia, é o sistema *zettelkasten* (nome que significa literalmente “caixa de notas”), criado pelo sociólogo alemão Niklas Luhmann para organizar anotações e fichas de estudo, que serve de base para alguns softwares de gerenciamento de informações²².

Essa metodologia de trabalho possibilitou, entre outras coisas, a elaboração do *Dicionário Etimológico* (1932-1943) e de suas *Efemérides Cariocas* (1957), obra que apresenta listas minuciosas de fatos da história da cidade organizadas pelo dia e mês em que ocorreram. Mas o arquivo-fichário de Antenor Nascentes não era apenas um instrumento de trabalho, era também uma forma de estabelecer o que McKemmish (2013) denomina *provas de mim*, no sentido de testemunhos de sua própria existência. A autora compreende a obsessão pelo registro – impulso que motiva a criação de um arquivo pessoal – como uma forma de autoconstrução, de produzir sentidos identitários ao compor narrativas de si e relacionar essas narrativas a eventos externos selecionados.

Por essa razão, o arquivo pessoal pode trazer não apenas o registro de uma trajetória individual (*provas de mim*), mas também o testemunho de experiências socioculturais que impactaram toda uma coletividade (*provas de nós*).

Os registros, sob qualquer forma, nos oferecem, em primeiro lugar, testemunhos de nossas interações com os outros, no contexto de nossas próprias vidas e do lugar que ocupamos nas deles – são provas de “nossa existência, de nossas atividades e experiências”. Fabricamos e guardamos os registros que compõem um arquivo pessoal para assegurarmos nosso lugar no presente e no futuro. (McKemmish, 2013, p. 24)

A dimensão identitária dos arquivos também se revela, de acordo com a autora, no movimento diametralmente oposto: a sua destruição como estratégia de apagamento da memória coletiva. Foi o que ocorreu, por exemplo, sob o regime de apartheid instituído na África do Sul (1948-1994), que tentou eliminar todos os arquivos que registrassem o genocídio da população negra. Ocorreu também na “limpeza étnica” promovida por sérvios (cristãos ortodoxos) durante a Guerra da Bósnia (1992-1995), com

²² Para saber mais, ver Nexo Jornal (2022) e Braz (2022).

ataques a arquivos, museus e instituições culturais representativas dos croatas (católicos romanos) e dos bósnios (muçulmanos). Ou ainda na Austrália, com a política de branqueamento (1910-1970) que falsificou as certidões de nascimento das cerca de 50.000 crianças indígenas roubadas de suas famílias e entregues a casais brancos como forma de “proteção infantil”.

Depois de visitar a casa de Antenor Nascentes, ocasião em que o entrevistou, Pedro Bloch observou com um misto de admiração e incredulidade que

Quando o professor Nascentes diz que guarda tudo, *tudo* quer dizer *tudo*. Conserva a primeira cartilha, o primeiro caderno (de 1891), a primeira *História Sagrada*, o primeiro livro que comprou com seu próprio dinheiro (*Histórias da Carochinha*), o diploma da escola pública... [...] Arquiva até tijolo! Um dia, quando sonhou construir sua primeira casa, acolhedora e modesta, sua mãe riu muito dos sonhos do filho imaginoso. (“Casa! Como?”) Um caminhão passava pela rua e deixou cair dois tijolos. Ela mandou que um menino fosse apanhá-los, e, ainda achando graça, entregou-os a Antenor dizendo: “Olhe, dois tijolos para a sua casa. Ele guardou e, quando construiu sua residência, utilizou os tijolos, marcando-os com alcatrão. Depois a casa foi demolida, os dois tijolos preservados e utilizados no lar definitivo que conseguiu edificar mais tarde. (Bloch, 1964, n.p.)

Obviamente, esses itens não foram guardados como material de trabalho ou apenas por apego ao passado, dado seu inegável valor afetivo. Antenor Nascentes coleciona esses registros como *provas de si*, evidências materiais de sua trajetória. A amplitude desse gesto só pode ser compreendida pelo contraste com o projeto de genocídio da população negra, que ainda persiste no Brasil. Esses objetos testemunham tanto uma individualidade marcada pela habilidade de superar adversidades e subverter a regra do jogo quanto uma coletividade que impõe desvantagens competitivas a pessoas negras e naturaliza a injustiça, assumindo os efeitos da desigualdade como evidências da pretensa superioridade branca. Esse quadro, que emerge em segundo plano, por contraste com a trajetória individual, confere sentido ao gesto de curadoria que inclui no arquivo-fichário seus objetos pessoais.

A trajetória de Antenor Nascentes não se encaixa facilmente na narrativa do Brasil oficial. Quem poderia imaginar que um homem negro, neto e filho de pessoas escravizadas, conseguiria hackear o sistema a ponto de se tornar um dos maiores intelectuais brasileiros e ensinar a leitura e a escrita aos filhos das elites brancas numa instituição que formou tantas gerações de escravocratas? O apagamento da negritude de Antenor Nascentes projeta uma falsa equivalência entre sua trajetória e as de intelectuais brancos do mesmo período. Essa falácia fica mais evidente

quando se compara o tipo de desfecho previsto para pessoas com sua origem ao destino que ele traçou para si. Um trajeto simbólico de 400 metros pela Avenida Marechal Floriano, que corresponde ao deslocamento do Largo de Santa Rita até o prédio do Colégio Pedro II. Uma caminhada em direção à vida, que desvia do cemitério para florescer no magistério.



Figura 1: Trajeto do Largo de Santa Rita até o Colégio Pedro II.

Fonte: Google Maps: <https://www.google.com/maps>.

Considerações finais

Ao investigar o passado da Linguística apenas como sucessão de teorias, modelos, abordagens ou metodologias elaboradas em diferentes épocas, apenas para avaliar o quanto elas se aproximam ou se afastam de uma determinada orientação, ignoramos a relação entre o saber e suas condições de produção. Esse é o modo como a história da Linguística foi escrita até meados do século XX. Ao adotar essa perspectiva, não perdemos apenas a compreensão do passado em sua singularidade, mas também a percepção da própria teorização linguística como prática sociocultural situada, que interfere nos fenômenos investigados a partir do momento em que os descreve.

Ao desconsiderar as condições de produção do saber, ignoramos que toda produção intelectual incorpora aspectos do contexto cognitivo e sociocultural em que foi elaborada. Deixamos de enxergar, por exemplo, que o primeiro modelo de planejamento linguístico formulado por Einar Haugen assumia como paradigma o pensamento econômico liberal norte-americano da década de 1950 (Calvet, 2007, p. 22). Ignoramos, por conseguinte, que essa perspectiva desenvolvimentista, tecnocrática, positivista e etnocêntrica foi

determinante para o fracasso das intervenções linguísticas propostas por pesquisadores de universidades norte-americanas a serviço dos governos de Estados plurilíngues criados no processo de descolonização de territórios invadidos por europeus nos continentes africano e asiático.

Quando ignoramos o caráter colonial e racista do saber linguístico herdado do século XIX, acabamos por projetar nas vítimas da violência colonial a responsabilidade pelas sequelas do processo de colonização. No caso africano, o diagnóstico especializado percebia como “problema” o excesso de línguas locais e recomendava como “solução” adotar o idioma do colonizador como “língua nacional”, já que os países recém-criados se baseavam no modelo europeu do Estado nacional monolíngue (Makoni e Meinhof, 2008, p. 203) e a própria Linguística encarava essa configuração como padrão universal ou modo de existência normal da linguagem. Assim, do alto de sua objetividade científica, os linguistas estrangeiros pensavam a realidade linguística de outros povos a partir de uma perspectiva instrumental e esperavam que o fenômeno investigado se adequasse às teorias que traziam na bagagem.

A concepção descorporificada da linguagem funciona como um instrumento de dominação, ao representar o universo simbólico do colonizador como única matriz legítima para a construção de identidades sociais. Esse modo de abordar as práticas linguísticas parte das mesmas premissas positivistas que fundamentam a concepção de história das ciências como trajetória linear em direção ao estado atual do conhecimento, evolução cumulativa ou aproximação cada vez maior a uma pretensa verdade. Assim, os mesmos pressupostos epistemológicos apoiam as representações coloniais da linguagem (objeto de investigação), da Linguística (ciência) e da história da Linguística (passado dessa ciência).

A representação colonial da linguagem só reconhece como forma legítima as variedades padrão de línguas nacionais europeias e utiliza outras denominações, com sentidos de inferioridade ou anomalia, para se referir a tudo o que não se encaixa nesse modelo. A representação colonial da Linguística prioriza como objeto de estudo fenômenos descritos com base no paradigma europeu da língua nacional, desconsiderando tanto as identidades diversas dos falantes quanto sua inserção no contexto histórico e sociocultural. Cabe a outras especialidades o estudo de línguas não-padronizadas (etnolinguística e áreas afins) e das variedades não-padrão das línguas padronizadas (sociolinguística e outras).

A representação colonial da história da Linguística identifica como objeto apenas os saberes linguísticos do passado que ajudem a legitimar os conhecimentos considerados científicos no presente, projetando sobre outras formas de saber o estigma do pré-científico. Isso equivale a ignorar que os linguistas defendem seus próprios interesses e que existem outras formas de pensar a linguagem. A versão mais difundida desse raciocínio teleológico é

“um esquema linear juncado de rupturas: Franz Bopp, em seguida os neogramáticos, depois Saussure e por fim Chomsky” (Sériot, 2018, p. 93). Essa narrativa fornece uma justificação genealógica para a colonialidade do saber linguístico ao criar uma linhagem das formas “superiores” desse saber.

A orientação historiográfica resultante se traduz na prioridade dada à investigação de problemas como a mudança conceitual e a difusão ou transferência de conhecimentos a partir da Europa. A aceitação acrítica da relação centro-periferia coloca em primeiro plano a comparação entre o saber linguístico validado pelas instituições científicas do norte global e as apropriações locais desse conhecimento ou a sua reprodução em instituições científicas do sul global. As identidades dos atores, as redes de sociabilidade em que estão inseridos, as disputas ideológicas em que tomam parte, a diferença epistemológica que seu discurso revela, nada disso interessa, aparecendo, no máximo, como curiosidade ou nota de rodapé.

Superar esses condicionamentos epistemológicos não é tarefa simples, porque requer um esforço contínuo de autocrítica e desnaturalização do olhar. Foi pensando nisso que combinei, neste ensaio, duas escolhas metodológicas: 1) abordar como objeto de estudo não apenas o saber linguístico em si, mas também – e com a mesma relevância – as condições de produção, reprodução e difusão desse saber, assumindo uma perspectiva micro-sociológica e 2) reconhecer as identidades regionais, étnico-raciais, de gênero e de classe social como chave de leitura para a interpretação da trajetória intelectual e sócio-profissional de quem produz em cada época o saber sancionado como ciência.

Essa perspectiva metodológica sugere que se, por um lado, a capacidade intelectual extraordinária possibilitou a Antenor Nascentes acessar espaços institucionais interditados para pessoas com sua origem, por outro, isso não foi suficiente para lhe garantir igualdade de acesso às oportunidades profissionais destinadas a pessoas brancas. Apesar de seu talento inegável, ele só conseguiu ingressar no Colégio Pedro II com o auxílio de uma rede de sociabilidade (composta por intelectuais brancos que foram seus professores ou seus colegas no curso secundário) e com o capital social desdobrado a partir dessa rede (por exemplo, contatos no Ministério da Justiça e Negócios Interiores). Reconhecer isso não significa, de maneira alguma, dizer que Antenor Nascentes não reunia as qualidades necessárias para pertencer à elite profissional de sua área. Pelo contrário: em vários aspectos ele parecia ser mais qualificado do que a maioria de seus pares.

No contexto do pós-abolição, quando o racismo se tornou um dispositivo central para perpetuar as formas de dominação herdadas do período anterior, seria inconcebível que o Ministro da Justiça nomeasse para o cargo de professor catedrático do Colégio Pedro II alguém identificado como “pardo” ou “mulato”. A aparência física associada à branquitude era um

requisito para ocupar cargos públicos que proporcionam prestígio. O procedimento arbitrário da nomeação era uma maneira de manter nas mãos das mesmas elites brancas o controle ideológico do ensino escolar e, por conseguinte, o monopólio na formação das mentalidades. Nenhum ministro ousaria nomear, por sua própria conta, um catedrático que não cumprisse esses requisitos. Se o fizesse, é bastante provável que a decisão fosse anulada e que as represálias prejudicassem sua carreira política.

Para alcançar o reconhecimento público como estudioso da língua e, mais tarde, ser o candidato preferido pela Congregação do Colégio Pedro II, Antenor Nascentes precisava compensar sua condição de não-branco. A compensação veio justamente com essa rede de contatos, que lhe possibilitou reduzir os prejuízos causados pelo racismo. Tamanho êxito sugere que sua performance social estava adaptada ao tipo de sociabilidade que marcou a experiência no curso secundário. Essa hipótese ajuda a compreender a atitude refratária de Antenor Nascentes – ao menos em suas manifestações públicas – em relação ao racismo e sua inclinação política aparentemente conservadora. De outro modo, ele jamais teria a seu favor os intelectuais brancos e os membros de uma elite que, embora se beneficiasse do racismo, negava haver racismo no Brasil.

Esse é um fator decisivo para compreender as condições locais de produção do saber linguístico naquele período. Como o racismo é uma forma de racionalidade que estrutura a própria ordem social, ele se revela no funcionamento do Estado e da sociedade em geral, e não apenas nas atitudes e discursos de indivíduos em particular. O racismo também está na língua, que é uma instituição social atravessada por crenças e valores da comunidade de falantes que a utiliza. Ao longo da história brasileira, o saber gramatical, a norma padrão, os acordos ortográficos, as políticas linguísticas e de educação, os livros didáticos de língua materna, as colunas de consultório linguístico publicadas na imprensa, enfim todas essas formulações tiveram como alvo as parcelas não-brancas da população (Nascimento, 2019), se reforçando mutuamente como diferentes expressões da “colonialidade do saber” (Maldonado-Torres, 2020).

Portanto, a condição de intelectual negro reconhecido publicamente não tornava Antenor Nascentes um porta-voz da negritude ou um crítico do racismo no âmbito dos estudos linguísticos. Seu pensamento transitava dentro dos limites estabelecidos pela branquitude e, como não poderia deixar de ser, aderiu – possivelmente sem perceber – à vocação colonial e racista do saber linguístico sancionado como ciência. Essa adesão pode ser entendida como uma espécie *ethos* profissional, como uma condição de possibilidade. Neste sentido, o caso de Antenor Nascentes é a exceção que confirma a regra: qualquer pessoa que recusasse esse tipo de alinhamento não seria aceita como integrante do campo intelectual.

Como historiadores e historiadoras da Linguística, não podemos ignorar esse tipo de injeção. Cabe a nós desnaturalizar a vocação colonial e racista que marca os estudos linguísticos desde a antiguidade grega e reconstruir, de forma crítica e sistemática, a memória oficial sobre o passado dessa disciplina, mostrando que há outras “histórias, registros e escritos. Não é conto nem fábula, lenda ou mito” (Racionais MC’s, 2002).

Referências

- ABBADE, C. M. de S. O filólogo Antenor Nascentes e os estudos lexicais. **Cadernos do CNLF**, v. X, n. 17, 2006. Disponível em: <http://ri.ucs.br:8080/jspui/bitstream/prefix/3558/1/C-033.PDF>. Acesso em: 19 jul. 2021.
- ALENCASTRO, L. F. de. África, números do tráfico atlântico. In: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. dos S. (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ALENCASTRO, L. F. de. **A desmemória e o recalque do crime na política brasileira**. Artepensamento, IMS, 2007. Disponível em: <https://artepensamento.ims.com.br/item/a-desmemoria-e-o-recalque-do-crime-na-politica-brasileira>. Acesso em: 23 jan. 2024.
- ALENCASTRO, L. F. de. **Pai contra mãe: o terror escravagista em um conto de Machado de Assis**. 2005. Traduzido por Maria Roneide Cardoso-Gil. Disponível em: http://www.freud-lacan.com/articles/article.php?url_article=lpdealencastro141105. Acesso em: 10 jun. 2006.
- ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALONSO, A. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ARIZA, M. B. A. Crianças / Ventre Livre. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- AZEREDO, José Carlos de. Revisitando Nascentes. *Matraga*, n.16, p.265-268. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga16/matraga16a19.pdf>. Acesso em 23/01/2024.
- AUROUX, S. **A filosofia da linguagem**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Unicamp, 2009.

- BARBOSA, R. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. In: **Obras Completas**, v. 10, tomos 1-4. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.
- BASTOS, M. H. C. Método intuitivo e lições de coisas por Ferdinand Buisson. **História da Educação**, v. 17, n. 39, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3216/321627378010.pdf>. Acesso em 23 jan. 2024.
- BECHARA, Evanildo. In memoriam: Professor Antenor Nascentes. **Littera**, n. 6, 1975. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/issue/view/277/23>. Acesso em 23 jan. 2024.
- BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BLOCH, P. Entrevista com Antenor Nascentes. **Revista Manchete**, n.632, 30/5/1964. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xcnlf/17/08.htm>. Acesso em 23 jan. 2024.
- BRASIL. Decreto nº. 528, de 28 de junho de 1890. Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. 1890a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 23 jan. 2024.
- BRASIL. Decreto nº. 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Codigo Penal. 1890b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 23 jan. 2024.
- BRAZ, Giorgio. **Tomando notas com o método Zettelkasten**. 2022. Disponível em: <https://giorgiobraz.com/zettelkasten>. Acesso em: 13 abr. 2024.
- CALKINS, N. A. **Primeiras Lições de Coisas: manual de ensino elementar para uso dos paes e professores** (tradução de Rui Barbosa). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227357>. Acesso em 23 jan. 2024.
- CALVET, L.J. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola / IPOL, 2007.
- CÂMARA JR., J. M. **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- CARDOSO, L. “O branco não branco e o branco branco”. In: MÜLLER, T. P. M.; CARDOSO, L. (Orgs.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.
- CARVALHO, M. J. M. de. Cidades escravistas. In: SCHWARCZ, L.M.; GOMES, F. dos S. (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- CHALHOUB, S. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Cia. das Letras, 2017.

- CHOERI, W. Antenor Nascentes. **Revista da Academia Brasileira de Filologia**, n. 14, 2014. Disponível em: <http://www.filologia.com.br/arquivos/REV%20XIV.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024.
- COLOMBAT, B.; FOURNIER, J.M.; PUECH, C. **Uma História das Ideias Linguísticas**. São Paulo: Contexto, 2017.
- DAMATTA, R. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DURKHEIM, É. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo, Nacional, 1984.
- DURST, R. **Madame Satã: com o diabo no corpo**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- ELIA, S. Antenor Nascentes, o dialectólogo. **Confluência**, n.1, 1991. Disponível em: <https://www.revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/546>. Acesso em: 23 jan. 2024.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu, 2020.
- FARIAS, T. **Carolina: uma biografia**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- FÁVERO, M.L.A. A UDF: uma utopia vetada? In: **Anais da 19ª Reunião Anual da ANPEd**, 1996. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/19/FAVERO.htm>. Acesso em: 23 jan. 2024.
- FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: EdUsp/Imprensa Oficial, 2002.
- GRINBERG, K. **O racismo de Louis Agassiz**. Ciência hoje online, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/coluna/o-racismo-de-louis-agassiz>. Acesso em 23 jan. 2024.
- GUIMARÃES, A. **História dos livros didáticos de espanhol publicados no Brasil (1919-1961)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/10670>. Acesso em: 13 abr. 2024.
- GUIMARÃES, A. **Panaméricas Utópicas: a institucionalização do ensino de espanhol no Brasil (1870-1961)**. São Cristóvão: EdUFS, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/25788304/Panam%C3%A9ricas_Ut%C3%B3picas_a_institucionaliza%C3%A7%C3%A3o_do_ensino_de_espanhol_no_Brasil_1870_1961_. Acesso em: 13 abr. 2024.
- KEULLER, A.T.A.M. **Os estudos fí-sicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas, objetos, ideias, e instrumentos (1876-1939)**. São Paulo: Humanitas, 2012. Disponível em: <https://spap.fffch.usp.br/sites/spap.fffch.usp.br/files/Adriana.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024.

- KLEIN, H. S. “Demografia da escravidão”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- LACERDA, J.B. de. **Sur les Métis au Brésil**. Congrès Universel des Races. Paris: Imprimerie Dévouge, 1911. Disponível em: <https://obrasraras.museunacional.ufrj.br/o/Surlesmetis/Surlesmetis.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024.
- LIMA, I. S. Tijolo mal queimado: mestiçagem e democracia racial. In: LIMA, I. S.; SAMPAIO, G.; BALABAN, M. (Org.). **Marcadores da diferença: raça e racismo na história do Brasil**. Salvador: EdUFBA, 2019.
- MACHADO, M.H.P.T. Mulher, corpo e maternidade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- MAKONI, S.; MEINHOF, U. Linguística aplicada na África: desconstruindo a noção de língua. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2008.
- MAMIGONIAN, B. G. Africanos livres. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- McKEMMISH, S. Provas de mim... novas considerações. In: TRAVANCAS, I.; ROUCHOU, J.; HEYMANN, L. (org.). **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- MENDONÇA, J.M.N. Legislação emancipacionista, 1871 e 1885. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- MILROY, J. Ideologias linguísticas e as consequências da padronização. In: LAGARES, XOÁN CARLOS; BAGNO, MARCOS (Org.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011. p.49-88.
- MONTEAGUDO, H. A invenção do monolinguismo e da língua nacional. **Revista Gragoatá**, v. 17, n. 32, 2012, p. 43-54. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33031/19018>. Acesso em: 23 jan. 2024.

- MONTEIRO, L. **Modernismo como política de língua: o Congresso da Língua Nacional Cantada (1937)**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/24834>. Acesso em: 23 jan. 2024.
- NABUCO, J. **O abolicionismo**. Londres: Abraham Kingdon, 1883. Disponível em: <https://literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=108278>. Acesso em: 23 jan. 2024.
- NARA JÚNIOR, J.C. **O Rio de Janeiro entre conquistadores e comerciantes: Manoel Nascentes Pinto (1672-1731) e a fundação da freguesia de Santa Rita**. Curitiba: Appris, 2019.
- NASCENTES, A. Discurso do Professor Antenor Nascentes ao receber o título de Professor Emérito do Colégio Pedro II em a noite de 23 de setembro de 1952. **Revista Internato**, 3, 1953, p.135-142.
- NASCIMENTO, A. do. **O Genocídio do Negro Brasileiro. Processo de um racismo mascarado**. São Paulo, Perspectiva, 2016.
- NASCIMENTO, G. **Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte, Letramento, 2019.
- NEXO JORNAL. **Zettelkasten: um sistema para a organização de ideias**. 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/03/21/zettelkasten-um-sistema-para-a-organizacao-de-ideias>. Acesso em: 13 abr. 2024.
- NISKIER, A. Antenor Nascentes: o arqueólogo da palavra. **Revista Brasileira**, ano VI, n.92. Disponível em: https://www.academia.org.br/sites/default/files/publicacoes/arquivos/revista_brasileira_92_para_internet.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.
- OLIVEIRA, J. C. de; CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima. A escola secundária cearense no período de 1918-1930: uma conversa com as fontes primárias do Liceu do Ceará. **Anais do VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, v. 1. São Luís: EdUFMA, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38965/1/2010_eve_jcdeoliveira.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.
- PEREIRA, J. C. M. de S. Uma reprodução simbólica do universo social: o sepultamento de escravos no cemitério dos Pretos Novos, no Rio de Janeiro dos séculos XVII a XIX. **Sankofa**, n. 1, 2008.
- RACIONAIS MC'S. **Nada como um dia após outro dia**. São Paulo: Boogie Naípe, 2002.
- RACIONAIS MC'S. **Raio X do Brasil**. São Paulo: Zimbabwe Records, 1993.
- RACIONAIS MC'S. **Sobrevivendo no Inferno**. São Paulo: Cosa Nostra Fonográfica, 1997.

- REIS, I. C. F. dos. Família Escrava. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SCHELBAUER, A.R. **Lição de Coisas (verbetes). Navegando pela História da Educação Brasileira – Glossário**, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verbr_c_licoas_das_coisas.htm#_ftn1. Acesso em: 23 jan. 2024.
- SÉRIOT, P. **Voloshinov e a filosofia da linguagem**. São Paulo: Parábola, 2018.
- SEVCENKO, N. **A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Unesp, 2018.
- SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33192/35930>. Acesso em: 23 jan. 2024.
- SILVA, A. M. da. Aspectos bibliográficos de Antenor Nascentes. **Revista da Academia Brasileira de Filologia**, n. XIV, 2014. Disponível em: <http://www.filologia.com.br/arquivos/REV%20XIV.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024.
- SILVA, A. M. da. **Itinerários da produção intelectual de Antenor de Veras Nascentes na comunicação científica**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/700/1/anasilva2012.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024.
- SKIDMORE, T. **Preto no Branco. Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SOARES, C. E. L. Valongo. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SOUZA, N.S. **Tornar-se negro ou vissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. São Paulo: Cia. das Letras, 2021.
- WISSENBACH, M. C. C. Letramento e escolas. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ANEXO

Após a conclusão deste ensaio, tive acesso a novas informações sobre a ascendência familiar de Antenor Nascentes. Considerando que os prazos impossibilitavam a reelaboração do texto e que a incorporação desses dados não invalida os argumentos desenvolvidos, optei por acrescentar como anexo aquilo que incluiria se houvesse tempo hábil para isso.

As informações a seguir – datas, locais, nomes, profissões, registros oficiais e outros dados factuais – se encontram no livro *Família Nascentes* (2016), do genealogista Nelson Pamplona. Devo a descoberta dessa obra à conversa instigante e esclarecedora que tive no dia 17 de junho de 2024 com Ana Maria da Silva, bibliotecária aposentada do Colégio Pedro II, cuja dissertação de mestrado foi a única fonte de informações que encontrei sobre a ascendência da família ao iniciar o processo de escrita. Ela explicou que os dados biográficos apresentados em seu trabalho se baseiam em depoimentos de professores do Colégio Pedro II que foram amigos íntimos de Antenor Nascentes e disseram ter ouvido do próprio a versão relatada. Ela observou ainda que o trabalho de Nelson Pamplona é posterior ao seu e dedicado exclusivamente à história familiar.

Até onde se sabe, o fazendeiro Francisco de Veras Nascentes, que era neto de Manoel Nascentes Pinto, morava na Fazenda Nazareth, situada na Freguesia de Irajá, e foi juiz de paz daquela freguesia (1833) e Deputado Provincial (1835-1837). Ele recebeu como herança a Fazenda do Machado, localizada na Baixada Fluminense, na divisa entre os municípios de Japeri e Paracambi, onde 284 pessoas sobreviviam ao inferno da escravidão, constando na lista de bens da família, ao lado de móveis, casas, pés de café e cana, cabeças de gado e outros itens.

A avó paterna de Antenor Nascentes se chamava Henriqueta (e não Catarina) e era cativa na Fazenda do Machado, mas ela aparece de forma ambígua na genealogia de estabelecida por Pamplona. O nome “Escrava Henriqueta” é o único que consta na posição que equivale à descendência de Francisco de Veras Nascentes, indicando que ele não teve filhos. No entanto, após a morte deste senhor, quem herdou a fazenda foi sua sobrinha, chamada Maria Amália de Veras Nascentes. Ela aparece novamente, referida ainda como “Escrava Henriqueta”, na posição de mãe de Dácio de Veras Nascentes, sem qualquer informação a respeito da paternidade.

A inclusão de Henriqueta na genealogia da família sem o sobrenome Nascentes sugere que ela poderia ser filha biológica de seu “proprietário” ou apenas cativa dessa fazenda e que Dácio poderia ser filho de Francisco de

Veras Nascentes com a “escrava Henriqueta” ou filho de outro homem que não aparece na documentação. O que se sabe é que Dácio nasceu em 1851, na Fazenda do Machado, e que no ano seguinte o próprio Francisco de Veras Nascentes declarou em documento que “por minha livre vontade dou gratuitamente a liberdade, da qual ficará gozando como se de ventre livre nascesse, do que para constar e para sua completa validade proferi a presente carta de liberdades ao mesmo Dacio”.

Em outro documento, registrado em 1881, Luiz Plínio de Oliveira declarou que “o pardo Dacio, filho natural de Henriqueta, de idade 30 anos mais ou menos, serve em minha casa de cozinheiro, trabalho de um ano, sempre o tive por homem livre e nesta qualidade era ele tido nas casas onde trabalhou anteriormente, à época em que entrou para meu serviço no qual continua a estar”. Portanto, embora nascido cativo, Dácio teve a liberdade concedida pelo “proprietário” de sua mãe, fato que reforça a hipótese de que Francisco de Veras Nascentes poderia ser seu pai.

A mãe de Antenor Nascentes se chamava Paulina Victorina Gutmann e nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1856. Era filha de uma mulher identificada apenas como “escrava Victorina” com o alemão Adão Luiz Guttmann. O pai de Paulina era membro de uma das famílias fundadoras da cidade de Petrópolis e possuía uma carruagem (*tilbury*) que circulava entre Petrópolis e Rio de Janeiro, levando passageiros e correspondências de uma cidade para outra.

A relação entre Adão e Victorina teria ocorrido numa das ocasiões em que esse homem pernitoou no Rio de Janeiro. Na época, Victorina ainda “pertencia” ao Comendador Antônio José da Costa Ferreira, um rico negociante (de pessoas?), que acabou por conceder a liberdade para Paulina. Algum tempo depois, com a morte do Comendador, Victorina passou a ser cativa do próprio Adão Luiz Guttmann.

Na época em que se casaram, Dácio e Paulina moravam na Freguesia de N. S. da Glória. Ele trabalhava como servente na Alfândega – cujo prédio abriga hoje a Casa França-Brasil – e ela, como costureira da Baronesa de Uruguaiiana, que residia na rua Tavares Bastos 25, bairro do Catete.

Após o II Seminário do Arquivo de Saberes Linguísticos, entrei em contato com Sônia Maria Gomes, neta de Antenor Nascentes, solicitando seu nome completo para incluir no texto como fonte oral. Para minha surpresa, ela enviou muito gentilmente um resumo com a versão da família a respeito da ascendência de Antenor Nascentes. O manuscrito (reproduzido a seguir) reúne informações que Sônia recebeu de outros parentes.

7.00 Adão Christ, era alemão e cochei
8.00 ro. Morava em Petropolis com
a esposa Katarina Guttman
9.00 Christ e seus cinco filhos
Quando vinha ao Rio, manti-
10.00 nha relacionamento afetivo
com Victorina, negra e prox-
11.00 imamente escrava. Tiveram
uma filha, Paulina Veras Nas-
12.00 centes. Essa, veio a ser a mãe
de Antenor.

13.00

Uma curiosidade
14.00 Uma das filhas de Katarina
-na Filipina foi mãe de Sa-
15.00 lomé, então esposa de Antenor
concluindo.

16.00 Adão era avô de Antenor e
Salomé, que por conseguinte
17.00 eram primos.

18.00 Agradeço o seu interesse em
legitimar essa historia e tambem
19.00 por rrtificar um erro meu ja
faravô se chamava Adão Christ
e não Adão Guttman

Figura 2: Carta da família de Nascentes sobre sua ascendência.

Fonte: Família de Antenor Nascentes.

CAPÍTULO 5

O LINGUAJAR CARIOCA: A CONTRIBUIÇÃO DE ANTENOR NASCENTES PARA OS ESTUDOS LEXICAIS

Claudia Moura da Rocha

Introdução

Antenor Nascentes pode ser considerado um pioneiro da Dialetoologia brasileira. Não é exagero afirmar que o estudioso, em uma época em que não se podia contar com os recursos tecnológicos que surgiram décadas depois (como gravadores ou computadores) e que garantem maior exatidão e isenção à análise dos dados coletados, destacou-se nos estudos sobre o português falado no Brasil por desenvolver sua pesquisa sem descurar da busca pelo rigor científico (Barbosa; Rocha, 2021).

Ciente das diferenças existentes entre o português brasileiro e o europeu, Nascentes, assim como seus contemporâneos Amadeu Amaral, Mário Marroquim e Clóvis Monteiro, preocupou-se com uma variedade específica do português falado no Brasil, a variedade empregada na cidade do Rio de Janeiro. Cabe esclarecer que pesquisas sobre a diversidade linguística não são novidade, como se poderia pensar, pois Amaral, Marroquim e Monteiro também se dedicaram aos estudos de outras variedades distintas do português do Brasil, como o dialeto caipira (estudado por Amaral) e a linguagem nordestina (Marroquim dedicou sua atenção aos falares de Alagoas e Pernambuco; Monteiro, à linguagem dos cantadores do Ceará). Como se pode deduzir, tais estudos contribuíram para a formação de nossa identidade linguística, como ressaltam Barbosa e Rocha (2021, p. 44):

Amadeu Amaral, Antenor Nascentes, Mário Marroquim e Clóvis Monteiro são considerados precursores da dialetologia no Brasil por tentarem descrever falares regionais, contribuindo para esclarecer as diferenças entre o português falado em Portugal e o falado no Brasil. Essa é uma das motivações que se pode identificar na obra desses autores, uma vez que procuram mostrar o que caracterizava o português falado na antiga colônia portuguesa, em contraste com o que se observava na antiga metrópole. Tais estudos dialetais, em certa medida, contribuíram para construir nossa identidade, principalmente a linguística. Uma das polêmicas levantadas nesse período é a da existência de

uma língua brasileira, desvinculada da portuguesa. Tal visão se justificaria pelo expressivo número de brasileirismos empregados aqui, mas desconhecidos em Portugal (Duarte, 1976, p. 10).

Nascentes demonstrou evidente interesse por pesquisar o falar carioca, ao qual denominou de “linguajar carioca”, não somente em relação a seus aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos, como também lexicais, contribuindo consideravelmente para os estudos da área.

Nosso intento, com o presente artigo, é desenvolver uma breve e não exaustiva análise de sua contribuição aos estudos do léxico, verificando como o vocabulário coletado pelo estudioso (palavras e expressões) é apresentado, em especial como os verbetes são constituídos (se, além de entrada e acepções, apresentam exemplos e outras informações relevantes), identificando exemplos de palavras e expressões que permanecem sendo utilizadas, outras que caíram em desuso ao longo das décadas ou ainda aquelas que sofreram algum tipo de alteração semântica. Nessa tarefa, encontraremos, portanto, alguns exemplos de neologismos de sentido e gírias empregadas naquele período.

Recorremos aos pressupostos teóricos da Lexicologia (Alves, 2002; Correia; Almeida, 2012), pois essa parte da Linguística se dedica ao estudo do léxico e sua organização. Outro referencial teórico para a análise empreendida são Ilari e Basso (2006), que, em *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*, além de apresentarem o percurso histórico da língua portuguesa desde suas origens até o momento atual, preocupam-se em abordar as características do português brasileiro, incluindo-se o fenômeno da variação linguística (em especial a diacrônica e a diatópica), que nos interessa.

Antes de passarmos à análise do vocabulário recolhido por Nascentes e seus apontamentos sobre ele, é interessante fazermos uma brevíssima apresentação do estudioso e de sua obra, *O Linguajar Carioca em 1922*, que, em 2022, completou cem anos de sua 1ª edição. Recentemente, em 2023, para júbilo dos que realizam estudos dialetológicos, foi organizada uma edição comemorativa do centenário de *O Linguajar Carioca em 1922*, organizada por Marcelo Rocha Barros Gonçalves e Roberto Leiser Baronas (2023), em versão disponível on-line ou para download.

O estudioso e sua obra

Antenor Nascentes foi professor, filólogo, ensaísta, desempenhando também as funções de editor de textos literários, dicionarista (são dele importantes obras de referência, como o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* e o primeiro *Dicionário de Português da Academia Brasileira de Letras*,

além do *Vocabulário Ortográfico*, de 1941) e tradutor. Além de ser graduado em Direito, era também bacharel em Ciências e Letras (Barbosa; Rocha, 2021).

Sílvio Elia, ao considerar uma proposta de periodização dos estudos filológicos brasileiros elaborada pelo próprio Nascentes, o inclui na segunda geração (1920 a 1940) da segunda fase do segundo período, denominado científico, que se estendeu pelo período de 1900 a 1960, integrando uma geração de estudiosos que recebeu expressiva influência de importantes filólogos portugueses, como Leite de Vasconcelos, mas também marcada pelo autodidatismo, como Amadeu Amaral (Fávero; Molina, 2006, p. 48).

Com sua vasta formação, interessou-se pela diversidade linguística da variedade brasileira da língua portuguesa (não apenas da carioca), com seus diversos usos, como bem salientou Bechara em artigo dedicado ao filólogo, “Antenor Nascentes: romanista”.

Estava, assim, Antenor Nascentes com meio caminho andado para desincumbir-se satisfatoriamente de sua missão de romanista, pois o filólogo ou linguista não pode limitar-se ao sossegado recanto teórico de seu gabinete; parodiando Goethe, um olho deve estar voltado para a Ciência e o outro para a Vida. E Nascentes viveu intensamente a vida, que se fez refletir nos títulos de sugestivos artigos e livros que escreveu ou estimulou que escrevessem. Os antigos e modernos lhe mereceram a mesma consideração: os torneios clássicos e a gíria do povo foram fichados com a mesma devoção e interesse. Nenhum setor da gama complexíssima dos *usos* linguísticos que vêm constituir a abstração unitária e global que se chama *língua portuguesa*, passou despercebido a essa atenta curiosidade científica, como se a ele pertencesse aquilo de Terêncio: *Homo sum: humani nihil a me alienum puto* (*Heautontimorumenos*, a. I, c. 1, v; 25). (Bechara, 2022, p. 237)

Para conceber a relevância de Nascentes, basta lembrar que sua proposta de divisão do Brasil em seis subfalares é uma contribuição de peso à Dialectologia brasileira, por ser o primeiro mapa das variedades regionais do português do Brasil de que se tem conhecimento, conforme ressaltam Ilari e Basso (2006, p. 170). Essa proposta segue atual, embasando diversos estudos da área (Barbosa; Rocha, 2021).

Passemos à sua obra, *O Linguajar Carioca*, que teve duas edições (1922 e 1953) e foi dedicada a outro grande nome da Dialectologia brasileira da época, Amadeu Amaral, a quem considerava o responsável por ter mostrado “a verdadeira directriz dos estudos dialectológicos no Brasil” (Nascentes, 1922, p. 5). Para o levantamento de justificativas da realização da pesquisa empreendida por Nascentes, basear-nos-emos em estudo anterior de Barbosa e Rocha (2021). Como primeira justificativa para sua elaboração, o estudioso esclarece, no Prefácio da 1ª edição, que recebera o pedido de um grande nome da Filologia Românica para tratar das mudanças ocorridas na língua portuguesa do Brasil:

Sempre nos interessaram as questões de dialectologia portuguesa no Brasil. Anotávamos o que de mais importante encontrávamos quer na fonética, quer na morfologia, quer na sintaxe, quer no léxico.

Só depois, entretanto, que o grande mestre da filologia românica, em escrito que se dignou dirigir-nos, pediu-nos informações a respeito das alterações sofridas no Brasil pela língua portuguesa, tivemos ideia de concatenar nossas notas. (Nascentes, 1922, p. 9)

Bechara, em artigo mencionado anteriormente, além de considerar que o livro do filólogo brasileiro se equiparava a importantes obras estrangeiras, esclarece quem lhe fizera esse pedido (informação que passa a constar na edição de 1953 em nota de rodapé):

Quanto ao livro *O linguajar carioca*, de 1922, quem conhece a bibliografia românica o põe a ombrear-se com a *Italienische Umgangssprache* de Leo Spitzer, a *Spanische Umgangssprache* de Werner Beinhauer e principalmente com *Die Entwicklung des neuesten Französischen* da ilustre Elise Richter. O interesse que tais estudos despertam nos meios científicos estrangeiros sem dúvida motivou que Meyer-Lübke, em carta a Antenor Nascentes, lhe pedisse “informações a respeito das alterações sofridas no Brasil pela língua portuguesa”, dando ensejo, assim, ao aparecimento do livro em 1922. (Bechara, 2022, p. 238)

Nascentes apresenta, como segunda justificativa, o interesse em estudar a língua popular, por ser natural, espontânea, o que não ocorreria com a das classes cultas:

No estudo dialectológico que traçar teremos em vista fazer da língua do povo uma fixação que de futuro seja aproveitável. Pouco nos interessa a língua das classes cultas, primeiro porque é correcta, segundo porque lhe falta a naturalidade, a espontaneidade da língua popular. Iremos ver os êrros, tentar explicar a razão de ser deles, do mesmo modo por que o médico estuda a etiologia das moléstias. Não os apadrinharemos embora reconheçamos que, por maior que seja a campanha contra o analfabetismo muitos deles hão de implantar-se na linguagem culta futura, como nos ensina a história da filologia. (Nascentes, 1922, p. 16)

Como terceira justificativa, indicando consciência da diversidade linguística existente em território nacional, afirma que somente o estudo das variedades permitiria estabelecer conclusões seguras sobre o dialeto brasileiro.

Os alicerces do edifício da dialectologia brasileira estão nas variedades. Estudadas estas, pode fazer-se um estudo sintético dos subdialectos;

caracterizados estes, só então, por nova síntese, poderemos chegar a conclusões seguras a respeito do dialecto brasileiro. (Nascentes, 1922, p. 21)

Apesar de demonstrar um juízo de valor que atualmente pode ser considerado equivocado (em relação à questão dos erros da língua popular), mas de acordo com a visão da época sobre o tema, em mais de uma passagem de sua obra, Nascentes demonstra uma postura mais avançada em relação à dinamicidade das línguas e à diversidade linguística existente entre Brasil e Portugal:

É facto por demais sabido que, mesmo dentro do próprio território, por diversas causas entre as quais sobresaem a lei do menor esforço e a necessidade de clareza de expressão, as línguas tendem a alterar-se.

Maiores alterações sofrem ainda, quando são transplantadas de uma região para outra. Assim, o latim se transformou nas actuais línguas românicas e estas, por sua vez, nas colónias muito vieram a diferir do falar das metrópoles: hajasse em vista o francês do Canadá e o espanhol da América. Outro tanto aconteceu ao português implantado em nosso país. (...)

O afastamento da metrópole, a independência política e outras causas tornaram autónomo o português do Brasil. “A língua nacional, diz João Ribeiro, é essencialmente a língua portuguesa, mas enriquecida na América, emancipada e livre nos seus próprios movimentos”. Submeter o nosso falar diferente às formas portuguesas é um absurdo desprezível e servilmente colonial, como diz o sr. Rupert Hughes relativamente ao falar norte-americano. Certas leis da gramática portuguesa perderam aplicação entre nós; falamos diferentemente sem que por isso falemos errado, pois nos exprimimos de acordo com os novos rumos por que marchou no Brasil a língua portuguesa. (Nascentes, 1922, p. 11-13)

A forma como Nascentes trata a questão da correção da linguagem é muito distante da que comumente adotamos nos dias atuais, ao optarmos por conceitos como os de adequação e inadequação da linguagem a determinadas situações (cf. Faraco; Zilles, 2017). Entretanto, ele reconhece que o que naquele momento seria um erro, no futuro, poderia deixar de sê-lo, o que também deixa transparecer sua aceitação do relativismo e da dinamicidade das línguas, aproximando-o de uma visão mais contemporânea, apesar de podermos justificar essa postura pela sua adesão ao discurso naturalista, que concebe as línguas como estruturas da natureza, que, assim como os seres vivos, passam por um ciclo: nascer, crescer, desenvolver-se, evoluir, podendo até morrer (Mattos; Medeiros, 2013). É o que comprovamos no trecho a seguir:

Por enquanto as divergências sintáticas são grosseiros solecismos que não merecem guarida, mas lembremo-nos de que é assim que se constituem as

línguas. Os solecismos praticados nas diversas partes da România são hoje construções de línguas cultas. Outro tanto acontecerá com os nossos, num futuro que ninguém pode prever. A prova da vitalidade que eles já possuem está em que alguns são perpetrados com toda a consciência pela própria classe culta quando fala despreocupadamente. É o menor esforço, a preguiça do falar, a necessidade de acomodar a expressão à mentalidade da classe inculta e todos nós sabemos quanto é perniciosa a influência dos maus hábitos. Por conseguinte, é uma mera questão de relativismo: o que hoje é considerado errôneo, daqui a séculos será uma linguagem castiça onde por sua vez novos solecismos hão de surgir porque, embora daqui até lá talvez não haja mais analfabetos, sempre haverá uma classe que fale bem e outra que se exprima menos bem. (Nascentes, 1922, p. 61-62)

Em mais de um trecho, identificamos o emprego de termos relacionados a doença (*médico, etiologia, moléstias, patologia*) para tratar dos erros. Sobre comparar erros a doenças ou moléstias, Mattos e Medeiros explicam sua relação com o discurso naturalista:

O discurso naturalista age como base para que se estruture o raciocínio segundo o qual a língua do/no Brasil não pode ser senão uma (imperfeita) derivação da língua materna lusitana, língua que, por assim dizer, dá à luz a língua do Brasil, que, em terras de além-mar, pelo contato com o negro e o índio (as “duas raças” mencionadas por Nascentes, p. 9), contamina-se e adocece. É nesse sentido que, para Nascentes, o estudo da língua do Brasil pode ser comparado ao estudo das moléstias empreendido pelo médico; é nesse sentido que, para Nascentes (tal qual Leite de Vasconcelos), estudar uma língua é descrever mais um componente natural de um território, tal qual se faz com o clima, com a fauna e com a flora; é nesse sentido que, para Amaral (1920, p. 2), raramente se encontram, no momento dos seus estudos, “representantes genuínos da espécie” caipira, tal é o efeito da chegada da mão de obra branca e do progresso sobre a língua degenerada então falada pelo “caipira”; e é nesse sentido que, para Nascentes (1953, p. 26), ele mesmo carioca, “legítimo representante da fala genuinamente carioca”, tem autorização para descrever o “linguajar carioca”, tal qual se descreve a flora, a fauna e o clima que caracterizam fisicamente uma região. (Mattos; Medeiros, 2013, p. 253)

Retornemos ao prefácio da obra, em que Nascentes demonstra estar ciente de que deixaria um legado (uma descrição sincrônica de uma variedade do português brasileiro), não para seus contemporâneos, mas para as gerações futuras, e de que talvez fosse ser criticado por ela:

Conhecemos bem o nosso meio; não ignoramos os remoques que nos hão de trazer os estudos de patologia linguística que empreendemos. Paciência. Nosso trabalho não é para a geração actual; daqui a cem anos, os estudiosos encontrarão nele uma fotografia do estado da língua e neste ponto

serão mais felizes do que nós que nada encontramos do falar de 1822. *Carpent tua poma nepotes*. (Nascentes, 1922, p. 9)

Novamente, recorremos a Bechara para contextualizar a publicação da obra de Nascentes e nos esclarecer por que ela seria alvo de críticas: “Numa época em que a grande preocupação consistia no purismo gramatical, o livro era como que um crime de lesa-pátria. O autor disto tinha certeza” (Bechara, 2022, p. 238-239). Como se percebe, o filólogo não teve receio das críticas que poderia vir a receber, principalmente dos puristas, e realizou seu estudo sobre o linguajar carioca.

Para realizar sua pesquisa, como Barbosa e Rocha (2021) recordam, o estudioso, como seus contemporâneos, não dispunha de equipamentos ou recursos tecnológicos. Ele contava apenas com seus ouvidos e sua memória para coletar e registrar os dados, realizando uma coleta de forma impressionista (Ilari; Basso, 2006, p. 171-172). Por se considerar representante legítimo da fala carioca, acreditava que tal prerrogativa o habilitava a pesquisá-la:

Que requisitos deve preencher quem se proponha a estudar uma variedade?
Em nossa opinião, deve ser ou uma pessoa inteiramente alheia à variedade que vai ser estudada, ou uma pessoa inteiramente alheia às demais variedades do subdialecto.
Filho de pais cariocas, nascido e criado no Distrito Federal, de onde nunca nos retirámos por prazo excedente a um mês, achamo-nos por conseguinte na segunda hipótese e nos cremos legítimo representante da fala genuinamente carioca. (Nascentes, 1922, p. 21)

Na 2ª edição, o trecho que se refere a essa prerrogativa se altera um pouco:

Cada um destes subfalares apresenta variedades que não são de grande importancia.
O linguajar carioca é uma variedade do subfalar fluminense.
Filho de pais cariocas, nascido e criado no atual Distrito Federal, considero-me um legítimo representante da fala genuinamente carioca e me senti habilitado a fazer o estudo dela, por isso e por não ter jamais sofrido influências estranhas. (Nascentes, 1953, p. 26)

Quanto à sua estrutura, a obra se organiza em conformidade com a divisão clássica dos estudos gramaticais e lexicológicos, a saber: seções destinadas a Fonética e Fonologia, Morfologia, Sintaxe e Lexicologia. Há certo equilíbrio entre o espaço destinado a essas seções, de acordo com dados referentes à 1ª edição: Fonologia (24 p.); Sintaxe (25 p.); Léxico, incluindo-se

o vocabulário (36 p.); cabendo à Morfologia a seção menos extensa (apenas 14 p.) (Barbosa; Rocha, 2021). Além do Prefácio, ainda há um capítulo intitulado “O dialecto brasileiro”, em que propõe a existência de variação entre o português brasileiro e o europeu, e uma seção denominada “Observação”, destinada a um esclarecimento do autor sobre o capítulo “Vocabulário”: ele seria apenas uma tentativa de se elaborar um vocabulário das locuções populares do Rio de Janeiro, que, segundo o autor, poderia ser aperfeiçoado por outros estudiosos e autores de teatro.

Em sua 2ª edição (1953), reformulações foram feitas, como a substituição da expressão *dialecto brasileiro*, influência de Leite de Vasconcelos (Nascentes, 1922, p. 14), e *variante brasileira* por *falar brasileiro*; segundo Nascentes, em virtude do progresso da ciência, não era mais possível aceitar a denominação dada pelo filólogo português (Nascentes, 1953, p. 16-17). Seu capítulo de introdução passa a chamar-se “O falar brasileiro”, além de incluir mais um capítulo (“Posição do linguajar carioca no conjunto do falar brasileiro”, que é, em parte, composto pelo desmembramento do capítulo anterior), em que apresenta outras propostas de divisão do território brasileiro, além da reformulação da sua: se, a princípio, propusera quatro subdialetos (nortista, fluminense, sertanejo e sulista), dessa feita, sugere seis subfalares (amazônico, nordestino, baiano, mineiro, fluminense e sulista), ainda reunidos em dois grupos, e um território incaracterístico (Nascentes, 1922, p. 20-21; Brandão, 1991, p. 46). Ainda na 2ª edição, o capítulo destinado à Fonologia passa a ser denominado “Fonética” (Nascentes, 1953, p. 27).

Essa proposta de divisão dos falares brasileiros é fruto de suas anotações de viagens, como o próprio autor esclarece na 2ª edição:

Quando eu fiz aquela divisão, havia percorrido pequena parte do nosso território.

Conhecia Minas, Espírito Santo, Estado do Rio, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Recife, Baía. (Nascentes, 1953, p. 23)

De modo geral, sua análise é bastante objetiva, tratando de fenômenos que ainda hoje merecem debates ou estudos, como o desaparecimento da desinência de número -s, sendo o plural indicado pelo artigo, numeral ou pronome que precede o substantivo; o emprego de *a gente* por *nós*; o emprego preferencial dos pronomes retos em detrimento dos oblíquos, além das diferenças existentes entre a colocação pronominal no país e em Portugal (Nascentes, 1922, p. 47, 50, 69, 70). Conforme lembra Bechara (2022), já mencionado anteriormente, Nascentes se dedicou aos vários usos da língua portuguesa de sua época, interessando-se por questões linguísticas que ainda permanecem atuais.

Como em outras obras de seu tempo, o autor se preocupa em esclarecer que há diferenças entre o português brasileiro e o europeu, salientando, por meio de uma citação de Meyer Lübke, que é no tocante ao vocabulário que essa diversidade atinge seu maior grau.

Em que consistem as diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal? “A diferença mais notável (da língua das colônias e ex-colônias) relativamente aos românicos europeus dá-se naturalmente no vocabulário, por isso que a peculiar cultura destes países quase os obriga a receber muitas palavras estranhas.

A evolução fonética e a constituição das formas revelam, pelo contrário, tendências que não se diferenciam essencialmente das que se observam nos dialectos da língua mãe; e, às vezes, apresentam também um grande senso conservador” (Meyer Lübke).

Podemos acrescentar que o acento nacional (sotaque) difere muito e que a sintaxe apresenta variações importantes.

Mesmo assim, o português do Brasil não é o que em filologia românica se chama um dialecto crioulo. (Nascentes, 1922, p. 17)

Em virtude dessas diferenças, o livro se baseia, em diversas ocasiões, na comparação dos usos cariocas com os lusitanos e, em alguns casos, com os de outros países lusófonos, como Cabo Verde e Angola, por exemplo.

Cumprе lembrar que não podemos analisar a pesquisa de Nascentes, tampouco suas ideias, fora de seu tempo, de seu contexto, com o risco de diminuir sua importância ou julgar-lhe por parâmetros equivocados.

A contribuição de Antenor Nascentes aos estudos lexicais

Em relação aos estudos lexicais, dois capítulos da obra lhes são destinados: um intitulado “Léxico” e outro, “Vocabulário”. Ao longo do primeiro capítulo da 1ª edição, o autor utiliza os dois termos, *léxico* e *vocabulário*, como sinônimos.

Sobre o léxico carioca, o estudioso afirma que sua característica mais relevante é seu cosmopolitismo, em virtude de o Rio de Janeiro ter sido capital federal e ser uma grande cidade, onde se nota a influência de diversas culturas, o que acarretaria a ação de duas forças (centrípetas e centrífugas) sobre a cidade e, conseqüentemente, sobre seu vocabulário (tornando-a um polo de difusão e ao mesmo tempo de atração de termos):

A principal característica do léxico carioca é, se assim nos podemos exprimir, o seu cosmopolitismo.

Com efeito, capital e mais importante cidade do Brasil, o Rio de Janeiro exerce sobre o resto do país uma força centrípeta que acarreta para o vocabulário carioca termos oriundos de todos os estados.

Ao lado desta força existe a contrária, que espalha pelo país inteiro os neologismos cariocas como se deu há tempos com o verbo *avacalhar* e com a palavra *paredro*, por exemplo. (Nascentes, 1922, p. 87)

Pode-se observar que a situação do Rio de Janeiro atualmente não é muito diferente da vivida por Nascentes, uma vez que a cidade, apesar de não ser mais a capital do país, ainda desempenha o papel de capital cultural do Brasil, difundindo termos, dentre eles, gírias, e influenciando outras regiões brasileiras. O contrário também ocorre, não só em virtude da presença de habitantes oriundos de outras regiões, que contribuem com seus hábitos linguísticos para o falar carioca, mas também pelos recursos tecnológicos disponíveis, que favorecem as trocas linguísticas entre as diferentes regiões do país com mais facilidade e frequência do que outrora.

A respeito da composição do vocabulário carioca, Nascentes identifica, além dos elementos de origem portuguesa, tupinismos e africanismos, comuns ao país todo, elementos estaduais e elementos próprios. Os elementos estaduais poderiam ser incorporados lentamente ou, mais raramente, de forma imediata, como ocorreu com o termo *urucubaca*. Por sua vez, os elementos próprios poderiam ser criações *ex nihilo*, como palavras primitivas, ou poderiam ser derivados compostos ou parassintéticos, a partir de palavras preexistentes. Nascentes esclarece que são, geralmente, gírias ou criações carnavalescas, destacando a influência da festa popular na vida carioca, contribuindo, inclusive, para a criação neológica. Refere-se aqui, portanto, aos neologismos de forma, que poderiam ter vida longa ou efêmera. Menciona também os neologismos de sentido: “Às vezes o termo não é novo, é um termo antigo com significado novo, conservando em muitos casos a primitiva significação. Sirva de exemplo a palavra *pirata*; 90% das pessoas do povo que o usam, desconhecem-lhe a significação própria” (Nascentes, 1922, p. 88).

Nascentes ainda pondera que a grande dificuldade na organização do léxico carioca é identificar os termos estaduais:

Tal ou qual termo estadual pode ser conhecido de um carioca que frequenta casa de família proveniente da Estado (*sic*) onde o termo é corrente e entretanto a generalidade da população o ignora.

Só depois que tivemos léxico das variedades subdialectais poderemos ter os dos subdialectos e, assim, por exclusão, destacar os termos estaduais que lograram foros de cidade no Rio de Janeiro. (Nascentes, 1922, p. 88-89)

No segundo capítulo, dedicado ao vocabulário, o estudioso lista verbetes em que apresenta palavras e expressões do linguajar carioca, seguidos de sua definição, como nos exemplos a seguir (optamos por manter a grafia original tanto nos verbetes como nas citações da obra aqui reproduzidas):

Abafar, abafá – furtar um objecto, escondendo-o (Nascentes, 1922, p. 93);
Beijo-de-moça – bala de ovo, enrolada em papel de seda recortado (Nascentes, 1922, p. 95);
Nenen – estar a –, isto é, sem dinheiro (Nascentes, 1922, p. 116).

Sobre os verbetes, observa-se que não há indicação da classe gramatical a que pertence a palavra ou expressão, como tampouco sua origem etimológica (há poucas indicações, como é o caso de *cuca* e *xute*, pela grafia atualizada *chute*, ambas do inglês) ou estrutura morfológica (indicação da presença de prefixos ou sufixos, por exemplo). Diferentemente de Amaral, que, em *O Dialeto Caipira* (2020), fornece mais informações, como a classe gramatical, exemplos ou abonações e, em alguns casos, a origem etimológica, os verbetes de Nascentes primam pela objetividade.

Nascentes procura reproduzir a pronúncia aproximada das palavras (assim como o faz Amaral), indicando não só as variantes da palavra, mas também permitindo-nos identificar vários processos fonológicos que ocorriam naquele período, como verificamos, por exemplo, em:

Abiscoitar, abiscoitá – conseguir, obter (Nascentes, 1922, p. 93);
 Abiscoitá = apócope do rótico final do verbo no infinitivo.

Almofadinha, armofadinha – Homem elegante e efeminado (Nascentes, 1922, p. 93);
 Armofadinha = rotacismo (substituição da líquida).

Aparelho, apareio – telefone (Nascentes, 1922, p. 94);
 Apareio = vocalização.

Aragem, arage – oportunidade (Nascentes, 1922, p. 94);
 Arage = desnasalização.

Azeitar, azetá – namorar;
Azeite, azete – namoro;
Azeiteira, azetera – namoradeira (Nascentes, 1922, p. 94);
 Azetá, azete, azetera = monotongação.

Borboleta, brabuleta – certo jogo de salão (Nascentes, 1922, p. 97);
 Brabuleta = dissimilação e metátese.

Engraxate, ingraxate – engraxador de botas (Nascentes, 1922, p. 106);
 Ingraxate = alçamento.

Recruta, reculuta – inexperiente, neófito (Nascentes, 1922, p. 121).
 Reculuta = epêntese.

O autor também se preocupa em indicar a colocação pronominal conforme o falar carioca (quando se dá preferência à próclise, ocorre o fenômeno da apócope do rótico final dos verbos no infinitivo):

Adiantar-se, se adiantá – tomar confiança (Nascentes, 1922, p. 93);
Afobar-se, se afobá – atarantar-se (Nascentes, 1922, p. 93);
Estrepar-se, s'istrepá – sair-se mal (Nascentes, 1922, p. 108).

São raras as exemplificações ou abonações, como ocorre em:

Batuque – dança africana; fixado no folclore (*si*):
Batuque na cozinha sinhá não qué;
Pru casa de batuque eu quemei meu pé (Nascentes, 1922, p. 95);
Cajú – tolo; *não sou caju que nasce com a castanha para baixo* (Nascentes, 1922, p. 98);
Cumbuca – fruto da sapucaia, em forma de cabaça vazia, larga no interior e com entrada estreita; *macaco velho não mete a mão na cumbuca* (Nascentes, 1922, p. 103).

Apesar de não se preocupar em indicar a estrutura morfológica das palavras ou os processos de formação que lhes deram origem, o estudioso indica os casos de abreviação vocabular, processo em que ocorre a redução da forma de uma palavra, facilitando sua memorização e utilização (Alves, 2002; Correia; Almeida, 2012); ele, no entanto, se utiliza do termo *abreviatura*:

Auto – abreviatura de *automóvel* (Nascentes, 1922, p. 94);
Cinema – abreviatura de *cinematógrafa* (Nascentes, 1922, p. 101).

O léxico pode ser ampliado pela importação de palavras. Os estrangeirismos podem ser encontrados em vocabulários técnicos, como o dos esportes, da economia e da informática (Alves, 2002; Correia; Almeida, 2012). Entre os exemplos de estrangeirismos coletados por Nascentes, encontramos influência evidente do futebol:

Off-side, of-sade – (termo de futebol) excluído (Nascentes, 1922, p. 116);
Xute – pontapé (futebol); do inglês *shoot* (Nascentes, 1922, p. 125).

Alguns termos apontados como pertencentes ao falar carioca também foram coletados por Amadeu Amaral, em *O Dialeto Caipira*. Em alguns casos, a significação é a mesma (Tabela 1); em outros, o significado é diferente (Tabela 2). Ilari e Basso (2006), em relação à variação diatópica do português brasileiro, explicam que a mesma realidade pode ser traduzida por palavras diferentes (*macaxeira/aipim/mandioca*) ou duas variedades regionais podem se valer de palavras com a mesma forma, mas com sentidos diferentes, como verificado na Tabela 2. Quando a palavra apresenta mais de uma acepção,

sublinhamos aquela que é similar ou equivalente nos dois autores (na Tabela 1) ou diferente (no caso da Tabela 2).

Tabela 1: termos com significação semelhante	
<i>O Linguajar Carioca</i> (Nascentes, 1922)	<i>O Dialeto Caipira</i> (Amaral, 2020)
Abrideira, abridera – a cachaça, porque <i>abre</i> o apetite (p. 93);	ABRIDÉRA, s.f. – aguardente de cana. De abrir (o apetite) (p. 79);
Amolar, amolá – aborrecer (p. 94);	AMOLÁ(R), v. t. – importunar (p. 84);
Angu – <u>barulho, intriga, confusão</u> (p. 94);	ANGÚ, s. m. – papas de farinha ou de fubá. Fig.: <u>negócio desordenado, teia de intrigas e mexericos, coisa confusa e ininteligível</u> (p. 84);
Azular, azulá – fugir (p. 94);	AZULÁ(R), v. i. – fugir. Sentido irônico ou burlesco: “O tar sojeito, quando eu fui atraís dele, já tinha <i>azulado</i> ” (p. 92);
Batuque – dança africana; fixado no folclore (<i>sic</i>): <i>Batuque na cozinha sinhá não qué;</i> <i>Pru casa de batuque eu queimei meu pé</i> (p. 95);	BATUQUE, s. m. – dança de pretos; pândega, folia (em sentido depreciativo): “Na sala grande, o cururu; na salinha de fora, os ‘modistas’ contadores de façanha; e, no terreiro, o <i>batuque</i> da negrada e o samba dos cabocos”. (C. P.) “Dansa de pretos. Formam roda de sessenta e mais pessoas, que cantam em coro os últimos versos do ‘cantador’, e ao som dos ‘tambus’ requebram e saltam homens e mulheres, dando violentas umbigadas uns contra os outros”. (C. P., <i>Musa Caip.</i>) Segundo Mons. Dalg., o t. nada tem com <i>bater</i> , mas é africano, provavelmente do ladim “batchuque”, tambor, baile. Na Índia, para onde o vocáb. passou, diz o mesmo Mons. Dalg., ele é sinon. de “gumate”, instrumento de música (p. 97);
Bicho – <u>indivíduo valente, hábil</u> : <i>É um bicho!</i> <u>Virar–, enraivecer-se</u> . <i>Bicho carpinteiro</i> – bicho (ideal) que faz os meninos ficarem irrequietos nos bancos, carteiras, cadeiras. <i>Bicho-domato</i> , criança acanhada. Nos colégios, aluno novo (p. 96);	BICHO, s. m. – qualquer animal, com especialidade os não domésticos; verme, larva, inseto. <u>Em frases interjetivas, implica a ideia de corpolência, força, destreza, ferocidade</u> : “Isto é que é cavalo biao! Éta <i>bicho</i> ! – “Ih! Minha Nossa Senhora, aquêlê hóme é um <i>bicho</i> , de brabo!” – DE CONCHA, indivíduo metido consigo. – DO MATO, animal selvagem; roceiro brutalhado. – DE PÊLO. – DE PENA. – DE PÉ, “Pulex penetrans”. <u>VIRÁ(R) –, ficar zangado, tornar-se repentinamente violento</u> (p. 99);
Bocó – <u>tolo</u> ; Brás –, indivíduo tolo (p. 96);	BOCÓ!, q. – <u>palerma</u> . Também se diz <i>bocó de móla</i> . – De boca. Cp. A frase “andar de <i>boca aberta</i> ”, pasmado, apalermado (p. 101);

Borrachudo – mosquito cuja picada é muito dolorosa e deixa um ponto vermelho (p. 97).	BORRACHUDO, s. m. – mosquito do gênero “Simulium”, cuja picada é dolorosa. Parece ser o “pium” do Norte (p. 102).
Fonte: Elaboração pela autora.	

Tabela 2: termos com significação diferente	
<i>O Linguajar Carioca</i> (Nascentes, 1922)	<i>O Dialeto Caiçira</i> (Amaral, 2020)
Arara – indivíduo tolo, inábil (p. 94);	ARARA, s. f. – papagaio grande, de cauda longa. Tupi (p. 88);
Azulão – certo siri (p. 94);	AZULÃO, s. m. – nome de vários pássaros azuis, como: o sanhaço, “Stephanophorus leucocephalos” e um pássaro da família “Fringilidae”, também conhecido por <i>papa-arroz</i> ; No Norte dá-se aquele nome ao virabosta (p. 93);
Bicho – indivíduo valente, hábil: <i>É um bicho! Virar</i> –, enraivecer-se. <i>Bicho carpinteiro</i> – bicho (ideal) que faz os meninos ficarem irrequietos nos bancos, carteiras, cadeiras. <i>Bicho-do-mato, criança acanhada. Nos colégios, aluno novo</i> (p. 96).	BICHO, s. m. – qualquer animal, com especialidade os não domésticos; verme, larva, inseto. Em frases interjetivas, implica a ideia de corpulência, força, destreza, ferocidade: “Isto é que é cavalo bão! Éta bicho! – “Th! Minha Nossa Senhora, aquêlê hóme é um bicho, de brabo!” – DE CONCHA, indivíduo metido consigo. – <u>DO MATO, animal selvagem; roceiro abrutalhado.</u> – DE PÉLO. – DE PENA. – DE PÉ, “Pulex penetrans”. VIRÁ(R) –, ficar zangado, tornar-se repentinamente violento (p. 99).
Fonte: Elaboração pela autora.	

Como vimos anteriormente, Nascentes previra que seu estudo seria um retrato linguístico da variedade carioca da língua portuguesa falada no Brasil. Seu estudo nos permite identificar palavras ou expressões que continuam a ser empregadas atualmente: algumas delas, como esclarecem Ilari e Basso (2006), podem ser sentidas pelo falante como mais antigas (como a expressão *de arromba*, gíria que se popularizou em virtude do nome de uma canção da Jovem Guarda, na década de 1960), outras como mais atuais (*penetra, pidão* ou *um cara*), mas, em ambos os casos, são compreensíveis (Tabela 3); outras, que já caíram em desuso, como *pé-de-alfêres*, citada em “Antigamente”, crônica de Carlos Drummond de Andrade (2007) que se tornou conhecida por conter vários arcaísmos (Tabela 4); e, por fim, as que, apesar de ainda serem empregadas, tiveram algum tipo de alteração semântica, normalmente por extensão ou ampliação de significado (Tabela 5), conhecidas como neologismos de sentido ou neologismos semânticos (Alves, 2002; Correia; Almeida, 2012):

Tabela 3: palavras e expressões em uso (Nascentes, 1922)

<p>Abonado – endinheirado (p. 93); Águia – indivíduo esperto (p. 93); Arromba – <i>de</i> –, isto é, de primeira ordem (p. 94); Banana – indivíduo sem energia; gesto obsceno (p. 95); Bancar, bancá – fingir uma coisa que não somos (p. 95); Baptizar – pôr água no leite ou no vinho (p. 95); Barrar – dar o contra; pôr uma <i>barra</i> (p. 95); Batuque – dança africana; fixado no folclore (<i>sic</i>): <i>Batuque na cozinha sinhá não qué;</i> <i>Pru casa de batuque eu quemei meu pé</i> (p. 95); Bessa, à –, muito (grafia atualizada: <i>à beça</i>) (p. 96); Bicho – indivíduo valente, hábil: <i>É um bicho! Virar</i> –, enraivecer-se. <i>Bicho carpinteiro</i> – bicho (ideal) que faz os meninos ficarem irrequietos nos bancos, carteiras, cadeiras. <i>Bicho-do-mato</i>, criança acanhada. Nos colégios, alumno novo (p. 96); Bloco, broco – grupo de carnavalescos (p. 96); Bolacha – bofetada (p. 96); Burrada – besteira (p. 97); Burro, pru –, muito (p. 97); Caça-níqueis – máquina onde se punha uma moeda de níquel para receber muitas... de vez em quando (p. 97); Cachorrada – acção vil (p. 98); Cadeia – prisão (p. 98); Cafundó – lugar retirado (p. 98); Cagão – medroso (p. 98); Caipira – roceiro (p. 98); Calombo – inchação (p. 98); Calote – não pagar a dívida, <i>calotear, caloteiro</i> (p. 98); Cangote – parte traseira do pescoço, nuca (p. 98); Canja – coisa fácil (p. 99); Capacho – indivíduo servil (p. 99); Capanga – guarda-costas de político (p. 99); Cara – um –, um sujeito, um indivíduo (p. 99); Cara-dura – bonde de bagagens e passageiros; indivíduo cínico (p. 99); Carona – indivíduo que não paga (p. 100); Católico – com o juízo inalterado por bebida (p. 100); Chilindró – prisão na delegacia (p. 101) (Houve mudança ortográfica: xilindró); Chinfrim – ordinário (p. 101); Chiquê – luxo (p. 101); Coisíssima – superlativo de <i>coisa</i>, usado quando se quer negar de modo absoluto: – <i>nenhuma</i> (p. 102); Comes-e-bebes – jantares, banquetes (p. 102); Comprometido, cumpremetido – noivo (p. 102); Cotado – bem –, com mais probabilidades de triunfo (p. 103); Cujo – sujeito, indivíduo (p. 103); Dar – sair premiado (bicho) (p. 104); Desmancha-prazer – indivíduo que sobrevêm para aborrecer a outros que se estavam divertindo (p. 104); Disse-me-disse – intriga (p. 105); Facada – pedido de dinheiro (p. 108);</p>
--

Gari – varredor de rua; há uns trinta anos a Prefeitura contratou o serviço de limpeza das ruas com a Empresa Gary (p. 111);

Joça – coisa (p. 113);

Jururu – triste (aves) (p.113);

Ladainha – recriminação longa (p. 113);

Linguíça – *encher* –, tomar tempo (p. 114);

Média – chicara de café, maior que a canequinha (p. 115);

Mosca-morta – moleirão (p. 116);

Muamba – feitiço, contrabando (p. 116);

Muque – músculo; *a* –, à força (p. 116);

Pamonha – mingau de fubá de arroz, envolvido em folha de bananeira; indivíduo moleirão (p. 117);

Pangaré – cavalo que corre mal (p. 117);

Penetra – indivíduo que entra nas festas sem ser convidado (p. 118);

Pidão – indivíduo que pede muito (p. 119);

Pilha – indivíduo irritável (p. 119);

Pindaíba – falta de dinheiro (p. 119);

Pinga – bebida (p. 119);

Pinoia – coisa que não presta (p. 119);

Pipi – *fazer* –, urinar (infantil) (p. 119);

Puxado – construção ligeira anexa a um prédio (p. 120);

Quebra – *de* –, além do que se compra (p. 120);

Quebrados – dinheiro miudo de trôco (p. 120);

Salgado – caro (p. 122);

Solar – cozinhar mal (bôlo) (p. 123);

Sopa – coisa fácil (p. 123);

Tapado – burro (p. 123);

Telefonada – telefonema (p. 123);

Tia – solteirona (p. 123);

Tiririca – *ficar* –, ficar aborrecido (p. 123);

Torcedor – pessoa que *torve* (p. 123);

Traste – indivíduo que não presta (p. 124);

Tromba – cara amarrada (p. 124);

Trote – brincadeira para envengonhar (*sic*) alguém (estudantes) (p. 124);

Trouxa – tolo (p. 124).

Fonte: Elaboração pela autora.

Tabela 4: palavras e expressões em desuso (Nascentes, 1922)

Arame – dinheiro (p. 94);

Azeitar, azetá – namorar (p. 94);

Azular, azulá – fugir (p. 94);

Banzé – barulho, questão (p. 95);

Batuta – indivíduo de valor (p. 95);

Bronze – dinheiro de cobre, dinheiro (p. 97);

Caipora – infeliz (p. 98);

Caiporismo – infelicidade (p. 98);

Chué – ordinário (p. 101);

Cobre – o dinheiro (p. 101);

Coió – namorado; *coió sem sorte* (p. 102);

<p>Cometa – caixeiro viajante (p. 102);</p> <p>Eléctrico – bacharel –, indivíduo que se formava em pouco tempo, rapidamente como a electricidade; fazia dois ou três anos do curso na mesma época (p. 105);</p> <p>Nenen – estar a –, isto é, sem dinheiro (p. 116);</p> <p>Pé-de-alferes – fazer seu –, fazer a côrte (p. 118).</p>
Fonte: Elaboração pela autora.

Tabela 5: palavras e expressões que sofreram alteração semântica	
<i>O linguajar carioca</i> (Nascentes, 1922)	<i>Dicionário Houaiss da língua portuguesa</i> (Houaiss; Villar, 2009)
Bicheiro, bichero – vendedor do jogo dos bichos (p. 96);	<u>Banqueiro de jogo do bicho</u> ou preposto seu que recebe as apostas (p.285);
Filar, filá – não comprar cigarros para fumar os dos outros (p. 109);	<u>Conseguir (algo) gratuitamente</u> ; pedir (ger. cigarro) (p. 894);
Geral – a entrada mais barata nos teatros e circos (p. 111);	Em teatro, circo etc., conjunto de lugares mais baratos; <u>parte de estádio, sem arquibancadas ou cobertura, de onde se assiste a jogo em pé, ao nível do campo</u> ; derivação: <u>por metonímia. público que frequenta esses locais</u> (p. 966);
Pirata – indivíduo sem escrúpulos, tratante, enganador de moças (p. 119);	Bandido, ladrão; derivação: sentido figurado. indivíduo namorador, galanteador; <u>diz-se do que é realizado com apropriação da forma anterior ou com plágio ou cópia de uma obra anterior, com infração deliberada à legislação que protege a propriedade artística ou intelectual. Ex.: disco p., livro p.; que opera ou transmite sem autorização, de maneira clandestina (diz-se de estação de rádio ou de TV)</u> (p. 1499);
Pivete – menino de que os ladrões se utilizam para a passagem de frestas de portas ou janelas (p. 119).	<u>menino que rouba, e que ger. vive nas ruas</u> , ou que trabalha para ladrões (p. 1504).
Fonte: Elaboração pela autora.	

Considerações finais

Após essa breve análise, que, como explicamos, não pretende ser exaustiva e muito menos definitiva, podemos estabelecer algumas conclusões a respeito da contribuição de Nascentes para os estudos lexicais.

Em primeiro lugar, o estudo de Nascentes, assim como os de outros pesquisadores de sua geração, é pioneiro, principalmente por não dispor de equipamentos e recursos tecnológicos à época e por almejar o rigor científico em suas análises. O filólogo não se esquivou de realizar alterações na 2ª edição de *O Linguajar Carioca*, atualizando-a, em virtude dos avanços das pesquisas da época, e tampouco recebeu as críticas dos puristas que poderiam advir por eleger como seu corpus a língua popular da cidade do Rio de Janeiro.

Em segundo lugar, suas observações sobre o vocabulário do falar carioca nos fornecem um retrato de como essa variedade era em 1922. Um retrato, se não completo (pelas limitações da própria época), mas rico e variado, indo dos aspectos fonológicos, passando pelos sintáticos e morfológicos, até os lexicais (com a coleta de seu vocabulário).

Se compararmos sua apresentação do vocabulário com a de Amaral (2020), certamente perceberemos a objetividade do primeiro (por não fornecer informações sobre a classe gramatical ou etimologia do termo), mas isso não diminui sua relevância, pois ele nos brinda com um levantamento rico de palavras e expressões daquela época, permitindo-nos identificar termos da gíria, estrangeirismos (relacionados ao futebol), a influência de termos de outros estados, termos relacionados à vida carioca (ao carnaval, em especial, como *bloco*, *cordão*, *clove* por *clóvis*) e observar as alterações semânticas que alguns termos sofreram ao longo desses cem anos.

Como o próprio Nascentes previra, essa obra serviria de retrato que nós, cem anos depois, encontraríamos e que nos permitiria verificar as permanências e mudanças nesse falar. Como se pode perceber, o falar de 1922 era marcado pelo cosmopolitismo (vocação da antiga capital federal), exercendo ora o papel de difusor de termos próprios criados, mas também de recebedor de influências externas (termos estaduais e estrangeiros). Cem anos depois, essa situação não se alterou tão drasticamente.

Seu levantamento de palavras e expressões nos propicia a oportunidade de identificar que termos atuais já eram empregados há um século e continuam a sê-lo, aqueles que caíram em desuso e aqueles que sofreram algum tipo de alteração semântica, o que nos oferece informações para traçar um perfil do falar carioca atual. É bastante interessante perceber que palavras, como *pidão*, *muamba* e *trote*, ou expressões, como *coisíssima nenbuma*, *fazer pipi* ou *uns quebrados*, que podem ser consideradas atuais, já eram empregadas há um século, enquanto outras deixaram de ser usadas, sendo encontradas atualmente apenas em textos mais antigos.

Certamente, se Nascentes fosse convidado, nos dias atuais, a fazer um levantamento do falar carioca de 2022, encontraria palavras e expressões muito diferentes das que recolheu um século atrás, como *vaza* (usada quando uma pessoa manda a outra ir embora), *caraca* (utilizada para indicar espanto, equivalendo a uma interjeição), *pega a visão* (expressão usada para chamar a atenção de alguém), *se adianta* (expressão utilizada como pedido para executar uma tarefa com mais rapidez), *tá mec* (expressão empregada para indicar tranquilidade, sossego), gírias apontadas pela própria Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro como características dos cariocas (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2024). No entanto, é importante frisar que ele recolheu vários termos que realmente se integraram ao falar carioca, sendo utilizados por todos, não apenas pelas classes populares, ainda nos dias atuais.

Apesar da influência do discurso naturalista em sua concepção de língua, o estudioso demonstra apreço pelo estudo da diversidade linguística, ao coletar termos de diversos registros linguísticos em seu vocabulário, manifestando interesse pelos mais variados usos linguísticos (como Bechara salientou), além de conceber a língua como uma entidade que se modifica, se altera ao longo do tempo.

Nascentes tinha razão: somos mais felizes que os estudiosos de sua geração, porque ele nos presenteou com esse retrato do falar carioca de 1922 e que nos permite, em 2024 (cento e dois anos depois), verificar as alterações sofridas pelo nosso falar, o linguajar carioca, do qual tanto nos orgulhamos (aqui me incluo como representante da fala carioca, como fez Nascentes). Cabe a nós continuar o trabalho de Nascentes a partir do legado deixado, coletando o falar atual para que as próximas gerações também possam vir a estudá-lo.

Referências

- ALVES, I. M. **Neologismo: criação lexical**. São Paulo: Ática, 2002.
- AMARAL, A. **O dialeto caipira**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2020.
- ANDRADE, C. D. de. Antigamente. *In*: SANTOS, J. F. dos (org.). **As cem melhores crônicas brasileiras**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- BECHARA, E. **Mestres da língua**. 1. ed. v. 3. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2022.
- BARBOSA, F. de A.; ROCHA, C. M. da. Clóvis Monteiro e outros pioneiros na dialetologia do português do Brasil. *In*: MONTEIRO, Clóvis. **A linguagem dos cantadores: Segundo textos coligidos e publicados por Leonardo Mota: contribuição para o estudo do português popular no Nordeste do Brasil /edição, estabelecimento de texto, estudos introdutórios e notas de Claudia Moura da Rocha, Cynthia Vilaça, Flávio de Aguiar Barbosa e Laura do Carmo**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2021. Disponível em: <https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/18092>. Acesso em 27 jan. 2024.
- BRANDÃO, S. F. **A geografia linguística no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.
- CORREIA, M.; ALMEIDA, G. M. de B. **Neologia em português**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- FARACO, C. A.; ZILLES, A. M. **Para conhecer norma linguística**. São Paulo: Contexto, 2017.
- FÁVERO, L. L.; MOLINA, M. A. G. **As concepções linguísticas no Século XIX: a gramática no Brasil**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- ILARI, R.; BASSO, R. **O português da gente**: a língua que estudamos a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2006.
- MATTOS, T.; MEDEIROS, V. **O linguajar carioca**, de Antenor Nascentes: o discurso naturalista nos dizeres sobre língua nacional nos anos 1920. *In*: Revista Solettras. n. 25, 2013.
- NASCENTES, A. **O linguajar carioca em 1922**. Rio de Janeiro: Livraria Científica Brasileira, 1922.
- NASCENTES, A. **O linguajar carioca**. 2. ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.
- NASCENTES, A. **O linguajar carioca em 1922**. Organização de Marcelo Rocha Barros Gonçalves, Roberto Leiser Baronas. Araraquara, SP: Letraria, 2023. Disponível em: <https://www.letraria.net/o-linguajar-carioca-em-1922/>. Acesso em 27 jan. 2024.
- PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Instagram: @prefeitura_rio. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CvDCiHWOeyi/>. Acesso em 27 jan. 2024.
- PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Instagram: @prefeitura_rio. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CuwzKelOAAX/>. Acesso em 27 jan. 2024.
- PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Instagram: @prefeitura_rio. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CwKnNSnuCp4/>. Acesso em 27 jan. 2024.
- PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Instagram: @prefeitura_rio. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cv5Hmg-O5Bb/>. Acesso em 27 jan. 2024.
- PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Instagram: @prefeitura_rio. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CueeHIZuf3b/>. Acesso em 27 jan. 2024.

CAPÍTULO 6

O *DICIONÁRIO DE SINÔNIMOS* DE ANTENOR NASCENTES: FORMATOS DISCURSIVOS DE VERBETES

José Horta Nunes

Introdução

Este trabalho tem a finalidade de analisar formatos de verbetes no *Dicionário de Sinônimos*, de Antenor Nascentes (1981), cuja 1ª edição é de 1957¹. Com base na Análise de Discurso e na História das Ideias Linguísticas, abordamos o dicionário como discurso e instrumento linguístico, atentando para suas condições de produção sócio-históricas, com atenção aos conhecimentos linguísticos (Collinot; Mazière, 1997; Orlandi, 2001ab; Nunes, 2006; Garcia, 2011; Petri; Medeiros, 2013). Trataremos especificamente da textualidade dos verbetes, analisando a constituição da nomenclatura, definições, exemplos e comentários sobre as palavras tomadas como sinônimas. Importa também mostrar as filiações teóricas e algumas especificidades da autoria lexicográfica de Antenor Nascentes. Nessas circunstâncias, tanto a língua quanto os falantes e o território nacional são significados de modo específico e afetam o tratamento dado à sinonímia lexicográfica.

Os dicionários de sinônimos podem ser considerados como “parciais”, assim como outras obras que tratam de especificidades da língua, como os dicionários de verbos, de etimologia, de locuções idiomáticas, vocabulários, dentre outros. Após o surgimento dos dicionários de regionalismos, de brasileirismos e dos primeiros dicionários gerais elaborados no Brasil, os dicionários de sinônimos, voltados aos falares brasileiros, trazem mais elementos para a descrição e instrumentação da língua no território nacional².

¹ A edição de 1981 traz, no início, a Introdução da 1ª edição, de 1957, o que permitiu sua análise. Quanto aos verbetes, eles foram analisados inicialmente como estão na edição de 1981. Posteriormente, tivemos acesso à edição de 1957 e indicamos em rodapé quando percebemos alguma alteração.

² Em um trabalho de Estágio Básico, Denise Silva Zardini realizou um “Levantamento bibliográfico de dicionários de sinônimos de língua Portuguesa” (2002). Além do dicionário de Nascentes, que aqui analisamos, destaca-se também, dentre as obras brasileiras, o *Dicionário*

Isso condiciona uma densidade para a instrumentação linguística, na medida em que são acrescentadas palavras e definições que ampliam o escopo da dicionarização. Ao mesmo tempo, o tratamento dos sinônimos é acompanhado de divisões da língua nacional, que recortam modalidades regionais, eruditas, populares, gíriescas etc., além de atentar para sujeitos falantes em diferentes posições (cidadão, autoridade, trabalhador, especialista, sujeito moral etc.). Definir as palavras sinonímicas, em suas aproximações e diferenciações, implica em construir percursos de sentidos para os sujeitos na relação com a sociedade, descrevendo e interpretando as práticas subjetivas na relação com a língua nacional.

Os trabalhos lexicográficos de Antenor Nascentes são muitos e variados. Dentre eles, salientamos aqui: *O Linguajar Carioca* (1922), *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (1932), *Dicionário do Português Básico do Brasil* (1949), *A Gíria Brasileira* (Nascentes, 1953), *Dicionário de Sinônimos* (1957), *Dicionário da Língua Portuguesa v. 4* (1961-1967), *Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa v. 6* (1976), *Dicionário da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras* (1988). A elaboração desses instrumentos linguísticos no Brasil é marcada tanto pela retomada de obras anteriores quanto por uma atualização e inovação lexicográfica.

Os dicionários de sinônimos participam do movimento mais amplo de descrição e instrumentação da língua portuguesa no Brasil, tal como tem sido estudado em diversas pesquisas em História das Ideias Linguísticas (Orlandi, 2001b; Guimarães, 2004). Como professor catedrático do Colégio do Pedro II, no Rio de Janeiro, Nascentes se filia aos esforços de gramatização da língua nacional, que se orientaram para o ensino e a produção de conhecimentos tanto para estudiosos da língua, quanto para estudantes, profissionais e para o grande público.

No caso do *Dicionário de Sinônimos*, que aqui nos interessa mais de perto, salientamos algumas trilhas que marcam a dupla constituição discursiva desse dicionário, tal como apontamos mais acima: primeiramente, uma ancoragem em uma memória lexicográfica, por meio da retomada da tradição portuguesa dos dicionários de sinônimos do século XIX; depois, uma prática voltada para a significação do território e dos sujeitos falantes aí reconhecidos e diferenciados. Tal orientação tem como consequência uma abordagem específica, que relaciona a escrita e a fala sinonímica à diversidade linguística e à divisão dos falantes no território. Decorre desse duplo direcionamento um jogo especular que remete as diferenças entre palavras à sua exterioridade, de modo a trabalhar as relações sócio-históricas que se constituem nesse entremeio linguageiro. Para além da

de Sinônimos e Antônimos da Língua Portuguesa (1945), de Francisco Fernandes, que precede o de Nascentes e teve muitas reedições.

diferenciação linguística, a sinonímia lexicográfica destaca-se ao ser exposta à diversidade subjetiva no território nacional.

Análise dos formatos de verbete: sinonímia e regularidades discursivas

Nossa análise tem em vista mostrar regularidades discursivas observáveis a partir de uma leitura de verbetes que apontem para repetições quanto ao modo de descrever as sinonímias. Importa distinguir formatos de verbete na medida em que se apresentem marcas específicas, que apontem para funcionamentos discursivos distintos. Enquanto formatos lexicográficos, eles estão aqui ligados a processos discursivos que incidem sobre a sinonímia.

Retomando a definição que Pêcheux (1988) propõe para o conceito de *processo discursivo*, temos que “a expressão *processo discursivo* passará a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (Pêcheux, 1988, p. 161). Nota-se aí que a sinonímia está inscrita dentre as relações de substituição em uma formação discursiva. É nessa rede significativa, que abriga língua e discurso, que procuramos compreender a sinonímia no discurso lexicográfico, sujeita ao jogo de paráfrase, substituição e, como veremos, a outros mecanismos que estão presentes no dicionário e nos levam a assinalar um ou outro formato de verbete.

A análise será apresentada em duas etapas. Na primeira, tendo como corpus a Introdução da 1ª e da 2ª edição, tratamos do modo como se mobiliza uma memória teórica da sinonímia, que relaciona a tradição portuguesa com a atualidade da produção lexicográfica brasileira dos anos 50 do século passado. Na segunda, apresentamos uma análise de verbetes selecionados na medida em que apresentam certas regularidades textuais e funcionamentos discursivos, tal como vimos a partir da noção de *processo discursivo*.

Começemos, então, pela análise da noção de *sinonímia* no texto introdutório.

A noção de sinonímia na história dos dicionários: memória e atualização

Primeiramente, vale observar o modo como a História das Ideias Linguísticas é mobilizada para tratar a sinonímia nos dicionários. Evocando a memória dos dicionários de sinônimos portugueses, Nascentes trabalha a continuidade e a mudança das concepções de *sinonímia*. Na introdução ao *Dicionário de Sinônimos* (Nascentes, 1981), o autor menciona um comentário do sinonimista José de Lacerda, retirado da 2ª edição de seu *Novíssimo Dicionário dos Sinônimos da Língua Portuguesa*, de 1860:

Não intentamos insinuar que é nova a matéria e nem, muitas vezes a forma dos artigos. Fora trabalho perdido, por supérfluo, o que empregássemos, por mera satisfação de amor-próprio, em redigir diferentemente o que está bem e concisamente explicado. Um dicionário ou ensaio de sinônimos não pode deixar de ser uma compilação, a qual o autor acrescenta o que de novo achou e não fora ainda consignado, dando ao de que se aproveita o que de novo achou e não fora ainda consignado, dando ao de que se aproveita e antes dele fora advertido, a forma que julga de maior utilidade para o comum dos leitores, ou mantendo a que merece aprovação. (Lacerda apud Nascentes, 1981, n.p., Introdução)

Retomando o posicionamento de Lacerda, Nascentes se inclui na tradição lexicográfica de retomar obras anteriores para a elaboração de novos dicionários, prática essa que remonta a séculos e que pode ser remetida à noção atual de “compilação”. Assim, tanto a disposição de séries de palavras sinônimas como entrada quanto as definições e comentários que apontam as semelhanças e diferenças das palavras no corpo dos verbetes são muito próximas do que se vê desde esses autores do século XIX. Mas há também as especificidades, as alterações e os acréscimos que marcam, no *Dicionário de Sinônimos*, os posicionamentos de Nascentes. Com veremos mais adiante, o tratamento da sinonímia está ligado ao modo como a língua portuguesa no Brasil é trabalhada em vista dos sujeitos falantes e das relações entre eles em determinados recortes do território.

Ainda na Introdução do *Dicionário de Sinônimos*, deparamo-nos com a polêmica teórica que envolve a relação entre as palavras sinônimas, na medida em que essa relação se dá de modo pleno (“sinônimos perfeitos”) ou mediado por uma relação de diferença (“não há sinônimos perfeitos”). Nascente marca uma filiação à memória dos sinonimistas do século XIX, em Portugal (Fonseca, Roquete, Lacerda), que, na esteira e crítica de autores franceses como Girard³, propuseram uma descrição dos sinônimos com base na explicitação da diferença entre as palavras.

³ Embora Nascentes não cite o francês Girard, vale trazer aqui um trecho deste último presente em seu *Synonymes françois, leurs différentes significations, et le choix qu'il en faut faire pour parler avec justesse*, que marca a posição desse autor: « Si la Société se forme par la communication des idées & des sentiments, la parole en doit être le lien le plus essentiel & le plus gracieux; étant tout-à-la-fois le pinceau de l'esprit, l'image de ses opérations, & l'interprète du coeur. Plus on est répandu dans le monde & livre aux hommes, plus on sent qu'elle est le fel de tous les plaisirs qu'on peut goûter dans la vie. Quand tous les autres nous manquent, ou que l'âge fait que nous leur manquons, celui de la conversation reste pour fournir un amusement à nos Vieux jours: il devient même alors plus vif & plus satisfaisant; car, comme on ne veut rien perdre, le discours s'empare de ce que l'exécution ne peut plus saisir. Dans tout le temps, dans toutes les occasions, il est doux de parler: point de festin, si les joyeux propôs n'en sont l'ame; point de fortune qu'on ne veuille publier; point de secret dont on ne soit tenté de faire confidence; point de tendre sentiment dont on ne cherche à faire la déclaration; point de

Além da diferenciação das palavras sinônimas, nota-se também em Nascentes uma abertura para uma visão plural, de modo a acolher também a existência de sinônimos “perfeitos”. Assim, de início, acolhendo a diferença como valor, Nascentes cita Roquete, que afirma que “só se pode alcançar a precisão de linguagem depois de bem determinada a diferença de significação entre palavras reputadas sinônimas” (Roquete apud Nascentes, 1981, n.p., Introdução da 1ª e da 2ª edição). E, mais adiante, Nascentes coloca que,

de fato, na maioria dos sinônimos há uma ideia geral, como a todos, e ideias especiais, que se acham em cada um, mas há palavras verdadeiramente equivalentes numa parte e em outras de um país, numa camada social e em outra, por conseguinte, existem sinônimos perfeitos. (Roquete apud Nascentes, 1981, n.p., Introdução da 1ª e da 2ª edição)

Ou ainda, citando o ensaísta Bruyère (1645-1696), concebe que “a sinonímia representa em muitos casos as vacilações do espírito, em busca da expressão perfeita”. Note-se que tal menção do ensaísta Bruyère vai de par com a colocação “ensaio de sinônimos” trazida por Nascentes para caracterizar o “dicionário de sinônimos”.

Análise discursiva dos verbetes: sinonímia, sujeito e espaço-tempo da dicionarização

Como antecipamos mais acima, a análise dos verbetes do *Dicionário de Sinônimos* decorreu da busca de regularidades discursivas, a partir da leitura dos campos: a) da *nomenclatura*, que se apresenta ao modo de uma sequenciação de palavras sinônimas (sobretudo nomes, adjetivos e verbos); b) da *definição*, que pode se apresentar como geral para todas as palavras listadas, ou específica, ou seja, sem uma significação em comum com outras palavras; c) os *exemplos*, que situam a palavra em um ou outro espaço discursivo; e d) os *comentários*, que trabalham as semelhanças e diferenças entre as palavras sinônimas. Seguem abaixo, então, os resultados dessa análise, que permitiram distinguir, sem pretensão de exaustividade, sete formatos de verbetes recorrentes. Note-se que, como se trata de uma

systeme qu'on ne souhate d'expliquer; point de maux dont on ne soit charme de se plaindre; point de consolation sans le tandre langage de l'amitié; point de réputation sans la voix de la renommée; en un mot, rien sans la parole, ou du moins rien de propre à satisfaire la raison & à flatter les passion » (Girard, 1789, p. VI-VII). A sinonímia aparece nessa citação de Girard como efeito das escolhas que os falantes fazem em busca da “justeza” em de uma “comunicação” que envolve “as ideias e os sentimentos”, a razão e o coração, o essencial e o acessório. Busca-se explicar cada sinônimo em sua especificidade diversa.

primeira abordagem, com vista a ajustar o dispositivo de análise discursiva, outros recortes possíveis poderão ser retomados em análises futuras.

A coincidência sinonímica: palavras diferentes para uma definição geral

Neste primeiro formato de verbete, a sinonímia se apresenta como evidência que atravessa o campo da nomenclatura linguística, o campo da definição e o campo da terminologia especializada. Note-se que essa divisão de campos aponta para um funcionamento textual (sequências que ordenam e regularizam esses campos no verbete) e discursivo (cada campo funciona como um dispositivo que remete a certas regiões do interdiscurso, ou seja, do complexo das formações discursivas). Vejamos o verbete:

Peixe-sapo, piacururu, piracururu, tamboril – Peixe da família *Pimelodidae* (*Pseudopimelodus zungaro*). (Nascentes, 1981, p. 329)

No campo da nomenclatura, encontram-se nomes de um peixe (*peixe-sapo, piacururu, piracururu, tamboril*) inseridos em uma série homogênea, sem diferenciações sinonímicas das palavras. O conjunto desses nomes remete a um discurso sobre a língua, na medida em que tais palavras ganham o estatuto de série extraída do vocabulário da língua portuguesa no Brasil. No segundo campo, que remete a um discurso científico naturalista, há uma definição (*peixe da família Pimelodidae*) que funciona para cada nome do campo da nomenclatura e também para o termo especializado que vem no campo que segue (*Pseudopimelodus zungaro*). Com a ausência de diferenciações e a prevalência de uma definição geral, há um efeito de *coincidência sinonímica*, em que os sinônimos se apresentam como substituíveis sem falhas, ou seja, em um imaginário de equivalência plena. Note-se que não há indicação de procedência filológica dos nomes da nomenclatura, o que conduz também a uma homogeneidade linguística. Assim, não ocorrem indicações, por exemplo, dos nomes de procedência Tupi (*piacururu, piracururu*). Com isso, tal formato de verbete produz um sentido de cientificidade que liga termos especializados e termos linguísticos a uma definição geral, sem abalar a equivalência linguística da sinonímia.

Distinção territorial: a sinonímia regional

Este verbete se encaixa de início no formato anterior: vocabulário linguístico/definição naturalista/termo especializado. Porém, há um acréscimo que distingue as palavras do vocabulário linguístico, separando-as conforme seu uso regional:

Peixe-elétrico, pixundé, pixundu, pixunxu, poraquê, treme-treme – Peixe da família *Electrophoridae* (*Electro-phorus electricus*). Os nomes, do *segundo* ao *quarto*, são da Amazônia e o *quinto* de Goiás. (Nascentes, 1981, p. 329)

Ao diferenciar os nomes *peixe-elétrico* e *treme-treme* (língua geral), *pixundé*, *pixundu* e *pixunxu* (regionalismo: Amazônia), e *treme-treme* (regionalismo: Goiás), a sinonímia é remetida às divisões do espaço brasileiro, de modo a produzir um sentido de língua nacional recortado conforme as partições regionais do território. Tal acréscimo modifica também o discurso científico naturalista, que deixa de se deter no universalismo dos termos especializados, abrindo um campo para identificar a regionalização dos nomes. Nesse caso, o campo da nomenclatura linguística funciona como dividido e a sinonímia é mostrada conforme as diferenças espaciais (regionalismo).

Diferenciação por definição

Neste formato de verbete, para cada palavra do campo do vocabulário linguístico corresponde uma definição específica:

Gratidão, reconhecimento – *Gratidão* é um sentimento afetuoso em relação à pessoa que fez um benefício. *Reconhecimento* é a lembrança do benefício, acompanhado da consciência de que se deve alguma coisa em troca e do desejo de também servir, na primeira oportunidade. (Nascentes, 1981, p. 278)

A sinonímia nesse caso não é remetida a uma definição geral e isso faz com que haja um sentido de diferenciação. A análise das definições leva a compreender regularidades discursivas que atravessam o verbete, bem como algumas diferenciações a partir dos hiperônimos e das determinações. As duas palavras de entrada (*gratidão* e *reconhecimento*) remetem a um discurso psicológico (*sentimento, lembrança*). São objetos discursivos diferentes, mas que podem ser remetidos a uma mesma formação discursiva, caracterizado pela posição psicológica. Dentro dessa formação discursiva, desdobram-se os objetos (*afetuoso, consciência, desejo*), que são projetados para certos sujeitos (*pessoa que fez*) e práticas subjetivas (*fazer um benefício, trocar, servir*). Podemos considerar também, na medida em que há diferentes sujeitos envolvidos, que são práticas sociais significadas no interior das definições, de modo a regular as ações enquanto “pessoa” e na relação com o “outro”. Os efeitos de sinonímia atravessam tal rede de palavras e definições que aproximam ou diferenciam práticas subjetivas, envolvendo sentimentos e ações pessoais e sociais. Na *gratidão*, a dominância discursiva é orientada para a ação do outro, enquanto no *reconhecimento* se dá em direção à ação/resposta de quem recebeu ação de outro. A posição do lexicógrafo corresponde à de observador dessas

práticas entre sujeitos, com base em sentimentos e ações morais dos participantes das situações descritas. A sinonímia ocorre na medida em que tais situações diferem em seus elementos constituintes, como no caso de diferenciações de atores e/ou ações.

Definição única seguida de diferenciação por marcas de uso

Neste verbete há apenas uma definição que serve para as duas palavras da entrada, com um efeito de equivalência. Porém, quando a exemplificação ou o uso das palavras é comentado, a sinonímia é afetada por diferentes discursos, atribuídos às posições linguística, jurídica e escolar:

Greve, parede – Conluio para faltar ao serviço até ser atendida uma reclamação. O *primeiro* tem a pecha de galicismo. O art. 158 da Constituição o emprega. O *segundo* também se emprega na gíria escolar. (Nascentes, 1981, p. 278)

A definição inicial projeta uma imagem da situação de *greve* ou *parede* como “conluio para faltar ao serviço”. Não se fala da causa, reivindicação, protesto, mas sim de “conluio”. Note-se que em um outro verbete do mesmo dicionário, que distingue *cabala*, *conluio*, *enredo*, *intriga*, *mexerico* e *trama*, *conluio* é definido como “combinação entre duas ou mais pessoas, para fazer o mal, para prejudicar a alguém”. Assim, *greve* ou *parede* recebe na trama lexicográfica a significação de uma ação de alguém que “faz o mal”, distanciando-se moralmente da legitimidade da greve. Essa definição, ao erigir a figura de um “mau sujeito” político, ressoa em diferentes direções quando analisamos os comentários que seguem.

No primeiro comentário, a palavra *greve* está submetida à “pecha de galicismo”. Mais uma vez, importa considerar a circulação lexical interna do dicionário: a palavra *pecha* se apresenta em um outro verbete (*balda*, *defeito*, *civa*, *falha*, *imperfeição*, *pecha*, *senão*, *tacha*, *vício*). *Pecha* é definida como “defeito grave, que compromete o crédito”. A ação, distanciada do sentido político de greve, apresenta-se como uma falta que evita o reconhecimento social.

Em seguida, no segundo comentário, há a indicação de que a greve está presente em um artigo da constituição. Com isso, produz-se uma “incompreensão”, visto que anteriormente a greve foi considerada como uma ação “má”. Há uma discrepância que envolve o discurso jurídico das leis e as ações que se distanciam desse direito. Em uma consulta ao site Jusbrasil (2023), encontramos o seguinte artigo em que se reconhece, em 1946 – alguns anos após a 1ª edição do *Dicionário de Sinônimos*, em 1953 –, o direito de greve: “Art. 158 - E reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará”.

Finalmente, no último comentário, a palavra *parede* se distingue de *greve* por ser usada em uma instituição específica: a escola⁴. Assim, ao trazer as diferentes vozes para o interior do verbete (posição grevista, posição jurídica do direito de greve e posição escolar), o lexicográfico trabalha a heterogeneidade sinonímica, conjugando diferentes regiões das formações discursivas, envolvendo a relação dos sujeitos com as práticas sociais (aceitas ou repudiadas) e as instituições em que o direito de greve está presente (direito de greve) ou silenciado pela substituição vocabular (*parede*).

Definição geral seguida de definições específicas para cada palavra do vocabulário de entrada

O verbete abaixo apresenta uma definição geral, que marca um posicionamento de produção de conhecimento científico e/ou artístico, no caso, o discurso arquitetônico, além de três definições específicas que distinguem diferentes objetos de uma mesma formação discursiva arquitetônica:

Coluna, pilar, pilastra – Todos designam peças de arquitetura que servem de apoio a outras. A *coluna* é um suporte cilíndrico, geralmente ornado de labores artísticos. *Pilar* é obra de alvenaria, servindo de suporte isolado, sem as proporções nem os ornamentos das colunas. *Pilastra* é um pilar quadrangular, com as proporções e os ornamentos das colunas, mas aderente à parede por uma das faces. (Nascentes, 1981, p. 183)

Tal formato de verbete permite observar como uma formação discursiva se divide em objetos específicos, sem romper com a formação discursiva em que se inscrevem. Assim, na definição geral, a significação de “apoio” está presente em todos os objetos (*coluna, pilar, pilastra*). Já a significação de “ornamento” está presente somente em *coluna* e *pilastra*, mas não em *pilar*. E a significação de “aderente à parede” está presente somente em *pilastra*. A prevalência do discurso especializado da arquitetura garante uma homogeneidade que assegura a nomenclatura e a estabilidade dos termos que aí são definidos. Esse formato se distingue do anterior (verbo 4), que é marcado por uma heterogeneidade de formações discursivas (moral, política, jurídica, escolar).

⁴ O comentário em questão, “o *segundo* também se emprega na gíria escolar”, aparece somente na edição de 1981 (3ª edição revista por Olavo Anibal Nascentes).

Distinção de formações discursivas (FDs)

No verbete abaixo, nota-se, assim como no verbete 4, uma heterogeneidade discursiva, desta feita envolvendo a formação discursiva científica e a religiosa:

Cobra, serpente – Desde Bluteau se faz diferença entre uma e outra. O nome *cobra* abrange todos os ofídios, ao passo que *serpente*, palavra tanto ou quanto erudita, vem a ser a cobra peçonhenta. O povo, porém, não faz esta distinção. Diz: *ruim como cobra, ficar como cobra que perdeu o veneno. Serpente* se aplica à cobra que tentou Eva no paraíso: emprega-se em sentido figurado: *serpente do ódio, serpente da calúnia*. (Nascentes, 1981, p. 180)

Além de suscitar a discursividade científica universal para *cobra* (“todos os ofídios”), o verbete alterna essa significação com aquelas que são marcadas por uma divisão da língua entre “erudita” (*serpente* enquanto “cobra peçonhenta”) e “do povo”, em que há um acréscimo que vai em direção ao sujeito (“ruim como cobra”), em um discurso moral. Por fim, há um comentário que evoca o sentido religioso de tentação no paraíso, o que se estende para sentidos figurados (*ódio, serpente da calúnia*). A menção a Bluteau, em que teriam surgido essas distinções, reforça a tendência religiosa que acompanha a produção lexicográfica em língua portuguesa, ao lado da cientificidade e do juridismo que foram sendo incorporados e ganhando espaços dominantes no decorrer dos séculos.

Sinonímia e dominâncias discursivas

As análises dos verbetes também levam a compreender o modo como as formações discursivas se apresentam como dominâncias, alianças, dependências. Como temos visto, alguns verbetes são marcados por heterogeneidades discursivas. Com a variedade de formatos de verbetes, surge a questão de saber que relações se estabelecem entre as FDs, de que modo elas são atraídas ou repulsadas nas sequências textuais dos verbetes. Vejamos o verbete abaixo:

Agrário, agrícola, rural, rústico – *Agrário* é o relativo ao campo, próprio do campo: *lei agrária*. *Agrícola* é o relativo ao cultivo do campo: *trabalhos agrícolas*. *Rural* é o que se refere ao campo, por oposição a cidade: *Na zona rural o imposto territorial é mais baixo do que na urbana*. *Rústico* é o relativo à propriedade ainda não cultivada, ao campo, à propriedade territorial em si, e o relativo à grosseria, a falta de delicadeza, da gente do campo. (Nascentes, 1981, p. 49)

O verbete acima não traz uma definição geral, o que evita um efeito de unidade dos sinônimos. O discurso jurídico e o discurso econômico prevalecem no verbete e se distribuem nas definições e nos exemplos. Na primeira definição (*agrário*), o campo aparece como evidência natural, sem indicação de atividade humana, enquanto o exemplo marca uma discursividade jurídica (lei agrária), que sustenta o campo como espaço regulado pelas leis. Já em *agrícola*, entra em cena o trabalho humano e com isso uma filiação ao discurso econômico, ao “cultivo do campo”. O exemplo “trabalhos agrícolas” marca essa passagem do jurídico (lei) ao econômico (trabalho). Na sequência, a definição de *rural* coloca em cena a relação entre campo e cidade, entre rural e urbano, sendo que o exemplo também se direciona ao discurso econômico que distingue os valores de impostos em cada território (*na zona rural o imposto territorial é mais baixo do que na urbana*). Por fim, a definição de *rústico* aponta para a “propriedade em si”, ou seja, sem relação com o discurso econômico, sem trabalho (“não cultivada”). Observe-se, por fim, o deslize metafórico que leva à significação dos sujeitos *rústicos*, da *gente do campo*. Nesse ponto da sequência do verbete, há uma transição da formação discursiva econômica em direção a uma formação discursiva moral, com ênfase para as falhas do sujeito, para uma espécie de desmoralização subjetiva (*grosseria, falta de delicadeza*). Assim, a leitura desse verbete leva a mostrar que o discurso sobre o campo e sobre a relação entre campo e cidade é determinada pela prevalência da formação jurídica que garante a propriedade agrária, com apoio na formação discursiva econômica que distingue os sujeitos trabalhadores dos improdutivos. Por fim, esses últimos, determinados como “rústicos”, são significados pela formação discursiva moral, que incide sobre o sujeito do campo ao mesmo tempo em que silencia a relação com o trabalho e a propriedade.

Conclusão

Ao abordarmos o *Dicionário de Sinônimos*, de Antenor Nascentes, refletimos sobre as concepções de sinonímia trazidas pelo autor, buscando situá-las na História das Ideias Linguísticas, especialmente na produção portuguesa de dicionários de sinônimos, que, por sua vez, remonta a sinonimistas franceses. Salientamos, diante do leque mais amplo de concepções, o tratamento da sinonímia pela busca tanto da equivalência quanto da diferença de significações das palavras. Tal concepção emerge de modo específico no dicionário de Nascentes, que retoma alguns procedimentos de estruturação dos verbetes, assim como certos modos de descrição, definição e comentários. Com atenção ao espaço-tempo brasileiro, os verbetes são marcados por divisões da língua falada no Brasil, sejam espaciais, como os regionalismos, quanto sociais, como a distinção entre

língua erudita e língua popular. Com isso, o trabalho de aproximação ou distanciamento das palavras tidas como sinônimos se apresenta afetado por essas condições que determinam a escrita desse tipo de dicionário.

Segundo Telmo Verdelho, “os dicionários práticos, funcionais e de fácil utilização, instituíram-se a partir do século XIX, como livros escolares e manuais, auxiliares do uso quotidiano da língua” (Verdelho, 2002, p. 32). Dentre estes, os dicionários de sinônimos despertaram interesse e têm recebido reedições até os dias de hoje. É o caso do *Diccionario dos synonymos, poético e de epithetos da lingua portugueza* (Fonseca; Roquete, 1848a), publicado como segundo volume do *Diccionario da Língua Portugueza* (Fonseca; Roquete, 1848b). Vale ressaltar aqui o comentário de Roquete no Prólogo desse segundo dicionário, tal como reproduzido por Verdelho:

O seu espaço de recepção alargou-se muito para além dos “amantes da Literatura Portuguesa” (que os editores do dic. de M. Silva identificavam como seus destinatários), e, segundo o esclarecimento do autor no “Prólogo”, passou a integrar “o homem da sociedade, o estadista, o orador parlamentar, o advogado, o publicista, o comerciante, o estudante de humanidades que não têm tempo para longas investigações”. (Verdelho, 2002, p. 35)

Tal afirmação do dicionarista Roquete, na metade do século XX, ressaltada por Verdelho, é pertinente para a compreensão da discursividade do *Diccionario de Sinônimos* de Nascentes. Retornando aos resultados de nossa análise, notamos que os verbetes projetam, em suas definições e comentários, os lugares de fala autorizados que, desde o século XIX, estão presentes nos dicionários de sinônimos: o homem da sociedade, o estadista, o orador parlamentar, o advogado, o publicista, o comerciante, o estudante de humanidades. Porém, no caso de Nascentes, em meados do século XX, não se trata somente de um grupo de elites profissionais isoladas, mas em contato (aproximado ou distanciado) com a “língua” popular, com as instituições, as situações cotidianas, as espacialidades rurais ou urbanas e outras configurações que caracterizam a dicionarização brasileira nessa conjuntura dos anos 60.

A leitura desses verbetes sinonímicos, que futucam as palavras e cutucam os sujeitos, suscita questões discursivas que podem ser investigadas mais amplamente. Os verbetes dicionarísticos estão sujeitos a restrições textuais, enunciativas, definidoras, que podem ser descritas e interpretadas em vista da compreensão da produção de sentidos. Em trabalhos anteriores, temos considerado o dicionário como um observatório da subjetividade, como um instrumento que projeta sentidos para a constituição dos sujeitos com suas práticas e relações com a sociedade (Nunes, 2021). A análise das textualidades dos verbetes no *Diccionario de Sinônimos* levou a observar as

formações discursivas em jogo no discurso sobre os sujeitos e espaços brasileiros. Observando a constituição da nomenclatura, as definições, exemplos e comentários, deparamo-nos com indícios das formações discursivas ligadas a certas posições de sujeito (jurista, cientista, religioso, economista, político, moral, linguageiro, especialista) e significadas em suas relações de aproximação e diferenciação. Diremos que o agrupamento dessas formações discursivas no dicionário proporciona o estudo de *campos discursivos*⁵. Porém, é preciso considerar que no instrumento lexicográfico a enunciação dos verbetes é silenciada em vista de descrições, definições e comentários que simulam um campo discursivo imaginário, textualizando o interdiscurso, como se fosse possível controlá-lo.

Finalizando e evocando a História das Ideias Linguísticas, a escrita desses instrumentos deixa rastros de ideias da retórica, da oratória, da gramática geral, da normatividade oral/escrita, assim como desperta nos dias de hoje reflexões sobre teorizações do texto e do discurso.

Referências

- COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. **Un prêtre à parler**: le dictionnaire. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- FERNANDES, F. **Dicionário de Sinônimos e Antônimos da Língua Portuguesa**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1945.
- GARCIA, D. A. **A Revista do IHGB e o saber linguístico**: um gesto de documentação. São José do Rio Preto: [s.n.], 2011.
- GIRARD, L'A. **Synonymes François, leurs différentes significations, et le choix qu'il en faut faire pour parler avec justesse**. Rouen: Chez le Veuve de Pierre Dumesnil, 1789.
- GUIMARÃES, E. **História da Semântica**: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas: Pontes, 2004.
- JUSBRASIL. **Artigo 158 da Constituição Federal de 18 de Setembro de 1946**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10613723/artigo-158-da-constituicao-federal-de-18-de-setembro-de-1946>. Acesso em: 27 out. 2023.
- LACERDA, J. de. **Novíssimo dicionário dos Sinônimos da Língua Portuguesa**. 2 ed., Lisboa, 1860.
- MAINGUENEAU, D. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp/Pontes Editores, 1989.

⁵ Conforme Maingueneau (1989), “O ‘campo discursivo’ é definível como um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região”.

- NASCENTES, A. **O linguajar carioca**. Rio de Janeiro: Livraria Científica Brasileira, Süsssekind: de Mendonça e Comp., 1922.
- NASCENTES, A. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, Livraria Machado, Livraria J. Leite, Livraria Briguier, A Indústria do Livro, 1932.
- NASCENTES, Antenor. **Dicionário do português básico do Brasil**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1949.
- NASCENTES, A. **A Gíria Brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1953.
- NASCENTES, A. **Dicionário de Sinônimos**. Coimbra/Rio de Janeiro: Atlantida: Livros de Portugal, 1957.
- NASCENTES, A. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Vol. 4. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Departamento de Imprensa Nacional, 1961-1967.
- NASCENTES, Antenor. **Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa**. Vol. 6. Rio de Janeiro: Bloch Editores S/A, 1976.
- NASCENTES, A. **Dicionário de Sinônimos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1981.
- NASCENTES, A. **Dicionário da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Bloch Editores S/A, 1988.
- NUNES, J. H. **Dicionários no Brasil: análise e história – do século XVI ao XIX**. Campinas, São Paulo, São José do Rio Preto: Pontes, Fapesp, Faperp, 2006.
- NUNES, J. H. **O dicionário como Observatório da Subjetividade no Final do Século XIX**. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, v. 24, p. 323-346, 2021.
- ORLANDI, E. P. **Lexicografia discursiva**. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 44, 2001a.
- ORLANDI, E. P. (Org.). **História das Ideias Linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. Campinas, SP: Pontes: Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001b.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- PETRI, V.; MEDEIROS, V. G. de. **Da língua partida: nomenclatura, coleção de vocábulos e glossários brasileiros**. *Letras*, v. 46, p. 43-66, 2013.
- ROQUETE, J. I.; FONSECA, J. da. **Diccionario dos Synonymos da Língua Portugueza**. Paris e Lisboa: Casa Editora e de Comissão, 1848a.
- ROQUETE, J. I.; FONSECA, J. da. **Diccionario da Língua Portugueza de José da Fonseca, feito inteiramente de novo e**

- consideravelmente aumentado por J.I. Roquete.** Pariz: Va. J. P. Aillaud, Guillard e.Ca., 1848b.
- VERDELHO, T. **Dicionários Portugueses, breve história.** Campinas: Pontes Editores; São Paulo: Humanitas FFLCH, p. 15-64, 2002.
- ZARDINI, de S. Z. **Levantamento bibliográfico de dicionários de sinônimos de língua portuguesa.** UNESP: São José de Rio Preto. Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, Curso de Letras, 2002.

CAPÍTULO 7

LÍNGUA(S) E SUJEITO(S) INDÍGENA(S) E AFRICANO(S) EM *O LINGUAJAR CARIOCA*, DE ANTENOR NASCENTES – PARTE I

Claudia Castellanos Pfeiffer
Thaís de Araujo da Costa
Vanise Medeiros

*A língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica.
A contribuição milionária de todos os erros.
Como falamos. Como somos.
(Andrade, 1997, p. 327)*

*Essa estereotípia [de uma humanidade incompleta do negro, que se contrapõe à completude humana do branco] justifica a exclusão e a marginalização histórica do negro. Ela legitima um projeto de nação que vem sendo construído nestes 500 anos: de hegemonia branca e exclusão ou admissão minoritária e subordinada de negros, indígenas e não-brancos em geral. [...] Um projeto que faz, intencionalmente, uma leitura do passado que omite a violência da escravidão e as diversas formas de resistência a ela desenvolvidas pelos negros [...].
(Carneiro, 1999, on-line)*

Preâmbulos

Nosso objetivo com este trabalho, inserido na História das Ideias Linguísticas brasileira, em diálogo estruturante com a Análise de Discurso Materialista, é compreender parte dos processos de significação em jogo nas discursividades que apontam para o(s) lugar(es) destinados à(s) língua(s) e ao(s) sujeito(s) indígena(s) e africano(s) na textualidade inscrita em *O Linguajar Carioca*, de Antenor Nascentes, nome de autor de fundamental importância no processo de gramatização brasileiro (Auroux, 1992; Orlandi, 2001). Para tanto, tomando como textualidade de análise a segunda edição dessa obra, na sua relação com a primeira, respectivamente publicadas em

1953 e 1922¹, organizamos nossa reflexão em três momentos. O primeiro é este preâmbulo, no qual dizemos das implicações de nossa tomada de posição teórica. O segundo momento constitui uma parte analítica em que nos debruçamos sobre os textos iniciais (capa, dedicatória, prefácio e primeiro capítulo) da segunda edição sempre na relação com a primeira. Na terceira e última parte, tentamos amarrar alguns fios do que foi possível observar em nosso percurso de leitura.

É preciso esclarecer que, inicialmente, também colocaríamos a análise do capítulo “Vocabulário” no segundo momento deste nosso capítulo. Porém, nossas análises sobre os textos iniciais e nossas considerações teóricas tomaram um espaço muito maior do que havíamos previsto. Com isso, consideramos melhor dividir o capítulo em duas partes que conversam entre si, mas têm sua independência também.

Voltando-nos, pois, ao presente capítulo, realçamos que nosso ponto de ancoragem, inicialmente, é a argumentação que se textualiza no gesto de formular sobre um *linguajar carioca*, colocando a ver, desde o título, a tensão entre o nacional e o regional. Como se verá, em cena teórico-analítica, entram a memória discursiva em que se inscrevem as relações entre línguas e os processos de identificação e de subjetivação dos sujeitos ditos e não ditos nessas relações que entrelaçam línguas, sujeitos e espaço.

Para começar, queremos pontuar algumas considerações sobre nossa posição em uma *história das ideias linguísticas materialista*². A publicação que aqui recortamos para análise é tomada enquanto um *instrumento linguístico* (Auroux, 1992; Orlandi, 2001; Costa; Goulart; Mello, 2023)³, que é, também, uma *materialidade* (Pêcheux *et alii*, 2016), ou seja, forma com *historicidade*⁴. Nosso gesto frente à materialidade leva em consideração que “no um há o outro, no

¹ Por ocasião da escrita deste capítulo, foi utilizada inicialmente a reedição organizada por Marcelo Rocha Barros Gonçalves e Roberto Leiser Baronas e publicada em formato digital pela editora Letraria em 2023.

² Assim formulamos na direção de apontar a especificidade de uma história das ideias que se faz a partir de sua relação estruturante com o paradigma materialista que sustenta a Análise de Discurso.

³ Pfeiffer, Costa e Medeiros (2022, p. 331, nota 2) dirão que considerar os instrumentos linguísticos, discursivamente, implica que o “prolongamento e acessibilidade projetados nos/pelos instrumentos [sejam] tomados enquanto efeitos”, ou seja, para as autoras é por meio dos instrumentos linguísticos enquanto tecnologias que “os discursos sobre as línguas, indissociavelmente relacionados à história, à ideologia e ao político, são (re)produzidos e colocados em circulação numa dada formação social, ao mesmo tempo em que a língua, imaginariamente instrumentalizada, se constitui/ é constituída ou fabricada, para retomar o termo de Auroux [1998]”.

⁴ Baseando-se nos escritos de Michel Pêcheux, Rodrigo Fonseca (2020, on-line) faz uma produtiva definição de historicidade, compreendendo-a enquanto “a relação que uma atualidade, uma determinada textualização de sentidos, estabelece com outras textualizações presentes em uma conjuntura e em uma memória”.

singular, há o plural, [...] no um há o disperso, há o difuso” (Orlandi, 2010, p. 23), pressupondo, pois, a diferença nas *materialidades significantes* – ou seja, “diferentes modos significantes pelos quais os sentidos se formulam por e para os sujeitos” (Lagazzi, 2011) na história – e ressaltando que compreendemos o plural como tenso e contraditório. Trata-se sempre de relações de força desiguais. No político, há divisão e há disputa pelos sentidos.

Por isso, compreendemos o processo de argumentação inscrito na formulação de um “linguajar carioca” enquanto desde sempre afetado pelo político – a divisão dos sentidos. Mas não só. Ele é igualmente afetado pela ideologia – o processo de estabilização e de construção de uma evidência, de uma direção dos sentidos. Nos afastamos, portanto, de tomar a argumentação no nível da intencionalidade, uma vez que

as intenções – que derivam do nível da formulação dos sentidos – já foram determinadas no nível da constituição do discurso em que as posições do sujeito já foram definidas por uma relação desigual e contraditória com o dizer. As intenções são assim produtos de processos de significação aos quais o sujeito não tem acesso direto. As filiações ideológicas já estão definidas e o jogo da argumentação não toca as posições dos sujeitos, ao contrário, deriva desse jogo, o significa. (Orlandi, 1998, p. 78)

Entrando um pouco mais na compreensão da argumentação, continuamos com Orlandi (2023a, p. 13) que nos dirá, apresentando sua *teoria discursiva da argumentação*, que, embora ela compartilhe

com O. Ducrot que a argumentação é uma questão de significação, e não persuasão, à diferença de O. Ducrot não afirmamos que “dizer é argumentar”. A relação que fazemos é, antes, com a historicidade e o político. Desse modo, a argumentação não está na língua. E o discurso não é argumentação, mas efeito de sentidos entre locutores. Em certas condições, da relação sujeito e sentido, e dada a articulação da interpretação com a ideologia, desencadeia-se o processo de argumentação. É, então, um funcionamento discursivo da ordem da política da linguagem. Um argumento desencadeia interpretações inscritas em uma formação discursiva, “enquanto lugar provisório da metáfora” (Pêcheux, 1988), em confronto com outras formações discursivas. A argumentação mobiliza, pois, a articulação de formações discursivas distintas, no funcionamento discursivo. (Orlandi, 2023a, p. 12)

À guisa de síntese, nas palavras da autora, a argumentação, tomada discursivamente, é pensada “como sustentação de sentidos, confronto e deslocamento na articulação entre formações discursivas distintas” (Orlandi, 2023a, p. 109), sendo, assim, “da ordem do processo de significação, da

interpretação, da ideologia” (Orlandi, 2023a, p. 42); em suma, “a argumentação é ideologicamente estruturada” (Orlandi, 2023a, p. 13).

Como se vê, em uma tomada materialista, o funcionamento histórico-político-ideológico da linguagem está sempre sendo levado em consideração para todo gesto de análise. Consideramos, pois, que a univocidade e a transparência dos sentidos é trabalho da ideologia; os sentidos não estão na língua, são tensamente divididos e contraditoriamente heterogêneos. E tudo isso se aplica à argumentação, tomada enquanto um processo que se inscreve na textualidade seja pela presença de significantes, seja por sua ausência.

É nosso trabalho, portanto, enquanto analistas-historiadoras (Horta Nunes, 2008), flagrar o “[...] que vem pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua que vai se historicizando aqui e ali [...]” (Orlandi, 2010, p. 30).

É preciso, ainda, em termos de preâmbulos, adensar nossa discussão em uma história das ideias materialista, trazendo à cena a relação língua/sujeito/espço, que se encontra fortemente presente no processo de argumentação por um “linguajar carioca”.

Para nossa reflexão, trazemos a proposta de Rodríguez-Alcalá⁵ para quem “a instrumentação das línguas, através da escrita e das gramáticas e dicionários, [pode ser considerada] como uma tecnologia urbana, através de um paralelo que pode ser estabelecido entre os processos de gramatização e de urbanização” (Rodríguez-Alcalá, 2011, p. 198).

Para a autora, então, os instrumentos linguísticos são tecnologias urbanas. Sua proposta se formula a partir

da constatação, ao debruçar-nos sobre a constituição das ideias linguísticas, de que a história da escrita e da gramática está relacionada à história da cidade, de que os processos de gramatização que se desencadearam a partir da escrita estiveram sempre acompanhados por processos de urbanização, nas mais diferentes formas que tais processos assumiram ao longo da história, de acordo com as condições sociais, culturais e políticas muito heterogêneas em que se operaram. (Rodríguez-Alcalá, 2011, p. 199)

Por isso é que Rodríguez-Alcalá afirma que “[a] escrita, a gramática e o dicionário são tecnologias do registro, da permanência, que ao instrumentarem a língua permitem instrumentar também o espaço-tempo de vida, participando assim da constituição da cidade” (Rodríguez-Alcalá, 2011, p. 200).

Continuando e sustentando-se na formulação de Orlandi (2001) de que os instrumentos linguísticos são objetos históricos – o que implica, para essa

⁵ Cf. também Rodríguez-Alcalá, 2008, 2020.

autora, sob os pressupostos de uma teoria materialista do discurso, que esses instrumentos afetam, necessariamente, as formações sociais e suas instituições –, Rodríguez-Alcalá (2011, p. 200) realça o fato discursivo fundamental de que a presença dos instrumentos linguísticos/tecnologias urbanas implica também a presença de um imaginário que lhes é indissociável e dos efeitos políticos que produzem. É nessa esteira que propõe uma “história das ciências que considera o funcionamento político das tecnologias linguísticas, através da análise de seus efeitos na constituição da forma das línguas, das sociedades e de seus espaços de vida” (Rodríguez-Alcalá, 2011, p. 214).

Língua, sujeito e espaço se articulam na configuração dos instrumentos linguísticos quando pensados como tecnologias urbanas. Essa articulação proposta por Rodríguez-Alcalá é particularmente produtiva em nosso trabalho justamente porque dizer de um “linguajar carioca” implica um certo imaginário de Rio de Janeiro e de cariocas, na sua relação tensa e contraditória com um certo imaginário de Brasil e de brasileiros, isto é, de sujeitos que se distribuem/são distribuídos em territórios delimitados – atribuindo-se/sendo-lhes atribuídos lugares e sentidos – em um país que não cessa de se configurar em meio a tensões e contradições. Nesse sentido, Rodríguez-Alcalá nos lembra que

[...] o imaginário da escrita e do urbano, que afetara num primeiro momento a relação entre europeus e índios, foi deslocando-se para a relação entre brasileiros e brasileiros, significados de acordo com sua inscrição no espaço (urbano/não urbano) e com o domínio das tecnologias linguísticas (letrados/iletrados), como se depreende de diversas pesquisas do Programa HIL. (Rodríguez-Alcalá, 2011, p. 213-214)

Fechamos, assim, nossos preâmbulos que assentam nossas considerações analíticas em nosso trabalho de leitura, o qual, como dito, visa compreender parte das formas de significar os sujeitos da(s) língua(s) e a(s) língua(s) em um instrumento linguístico que se formula na segunda década do século XX, momento em que uma parcela significativa de intelectuais-artistas participa/des-constrói um projeto de dizer o Brasil e os brasileiros.

Dizeres metalinguísticos no/do Brasil – construindo um *linguajar carioca*

Ainda nos situando...

Terminamos a seção anterior mencionando um projeto de dizer o Brasil e os brasileiros próprio à segunda década do século XX. Para a História das Ideias Linguísticas Materialista, isso faz parte de um processo de

descolonização que começa muito antes e não termina. Mas é preciso nos situarmos e, mais do que isso, nos posicionarmos frente a conceitos e processos que estão envolvidos nessa discussão para então chegarmos a nosso objeto de análise propriamente dito.

Nossa reflexão se faz no bojo de uma história descolonizadora-decolonial da ciência, trazendo para a discussão suas contradições em seus movimentos paradoxais, ao tempo de nos colocarmos em uma posição ética por uma descolonização que não seja neocolonizadora (cf. Orlandi 2023b) e, ainda mais, pela possibilidade de construção de uma tensão decolonial nas práticas descolonizadoras, como nos propõem Medeiros, Esteves e Bonfante (2023).

Em primeiro lugar, para nós, é fundamental que nunca deixemos de lembrar, ao nos debruçarmos em discursos sobre a(s) língua(s) no/do Brasil, que a história das ideias que se processa neste país tem como fato estruturante o acontecimento da colonização (Orlandi, 1990) que se atualiza em cada gesto de interpretação sobre a(s) língua(s) e seus sujeitos. Como nos dizem Gadet e Pêcheux (2004 [1981], p. 37), “[a] questão da língua é, portanto, uma questão de Estado, com uma política de invasão, de absorção e de anulação das diferenças”.

Essas políticas – invasão, absorção e anulação das diferenças – incidem em relações entre línguas que se fazem no interior das relações de força entre Estados, com suas políticas externas, e no interior das políticas de Estado que produzem a unidade na diversidade, podendo promover a atualização de uma memória inscrita na formação discursiva da colonização⁶. Quanto a isso, queremos nos referir à compreensão de Mariani de *colonização linguística*, marcada pela tensa “coexistência de povos com histórias e línguas distintas” (Mariani, 2004, p. 23), impondo no território conquistado “ideias linguísticas vigentes na metrópole e um imaginário colonizador entrelaçando língua e nação em um projeto único” (Mariani, 2004, p. 25). Dito de outro modo, são

povos e línguas que aqui já estavam; povos e línguas que para um novo espaço-tempo se deslocaram/foram deslocados; povos e línguas entre os quais se instituem relações de força assimétricas. É nesse espaço enunciativo disjuntivo que se pode dizer de um outro nativo e de um outro estrangeiro em um (des)encontro em que o imaginário de nação se forja a partir do “contato entre diferenças, contato que se dá pelo uso da força, não se realizando, portanto,

⁶ Uma atualização dessas tensões/dominações se efetua, por exemplo, como nos mostra Orlandi (2012), no discurso da mundialização. Diz a autora: “[n]essa posição, nas relações internacionais, pratica-se o relativismo cultural e linguístico, aceitando-se, como é próprio à ideologia do humanismo idealista, todas as culturas e as línguas, idealmente, enquanto, na estrutura política que realmente decide, somos dominados pelo monolinguismo da língua do poder. Porque este tem as reais condições de se impor, de se instrumentar, de concretizar relações entre os ‘falantes’ (usuários?) de diferentes partes do mundo” (Orlandi, 2012, p. 8).

sem tensões e confrontos” (Mariani, 2004, p. 23). (Pfeiffer; Costa; Goulart, 2024 – no prelo)

Se é preciso sempre lembrar do acontecimento da colonização, também é preciso trabalhar com o processo/conceito/proposição de descolonização linguística formulado por Orlandi (2009). Para tanto, é preciso que nos atentemos, conforme Medeiros, Esteves e Bonfante (2023), ao “percurso de historicização da língua de que trata Orlandi (2009) e com que trabalha desde *Terra à vista* (1990), quando se debruçou sobre o que chamou de ‘acontecimento linguístico da colonização’ (Orlandi, 2009, p. 171)”. Tal acontecimento é constituído por três momentos⁷, sendo o terceiro o que a autora nomeia como “descolonização linguística”, processo que

pode ser definido como esse imaginário no qual se dá também um acontecimento linguístico desta vez sustentado no fato de que a língua faz sentido em relação a sujeitos não mais submetidos a um poder que impõe uma língua sobre sujeitos de uma outra sociedade, de um outro Estado, de uma outra Nação. (Orlandi, 2009, p. 172)

Medeiros, Esteves e Bonfante (2023) ainda nos dizem que

[é] na assunção da autoria de um dizer sobre o que seria a língua em solo brasileiro – considerando a noção de língua imaginária, como aquela que se julga apreender em instrumentos linguísticos – que se pode compreender o processo de descolonização linguística de que trata Orlandi. (Medeiros; Esteves; Bonfante, 2023, p. 5)

Mas não só. Esse processo, como nos mostram os autores, é contraditório. Isso porque, como ressaltam, essa autoria está atrelada à sua relação com a escrita, é essa articulação que é estruturante do processo da descolonização linguística. Quanto a isso, eles lembram da afirmação de Orlandi de que “a gramatização [...] legitima a relação dos brasileiros com a escrita” (Orlandi, 2009, p. 176). É nesse sentido que os autores dirão que a descolonização linguística “diz respeito, portanto, à elite letrada, atualizando as divisões sociais pela língua e suas representações”, associando essa compreensão à outra afirmação de Orlandi de que “a gramática passa a ser um instrumento linguístico para distinguir brasileiros que conhecem a língua

⁷ O primeiro momento por ela destacado é marcado pela relação do colonizador com o que via; um movimento, conforme a autora, de “investimento na relação palavra/coisa” (Orlandi, 2009, p. 171). Já no segundo momento, temos a “construção discursiva de um referente [que] cede lugar à distinção, à classificação” (Orlandi, 2009, p. 172), ou seja, trata-se de um trabalho com a língua e com definições que vão favorecer, conforme a autora, “a gramatização da nossa língua” (Orlandi, 2009, p. 172).

corretamente e aqueles que não a conhecem” (Orlandi, 2009, p. 176, *itálico da autora*). Continuando, os autores dirão que

[t]al instrumento funciona, então, neste processo de descolonização linguística, de modo a ressaltar a diferença entre brasileiros letrados e não letrados; opera, enfim, como legitimador das desigualdades endógenas, reproduzindo o colonialismo em nível doméstico. (Medeiros; Esteves; Bonfante, 2023, p. 5)

Como se vê, trata-se de um processo contraditório e paradoxal, o que permite aos autores se perguntarem: “a descolonização linguística trabalha uma ruptura com Portugal, mas até que ponto implica uma ruptura com uma formação ideológica colonizadora/colonialista?” (Medeiros; Esteves; Bonfante, 2023, p. 5). Pergunta arrebatadora que nos desloca e provoca profundamente. Trazemos, para nos ajudar, sempre tendo como horizonte a descolonização e a colonização linguística, o modo como os autores sintetizam a decolonialidade, enquanto

um movimento intelectual e político que se lança à crítica dos paradigmas dominantes e as estruturas de poder legados pelo colonialismo (Quijano; Ennis, 2000; Mignolo, 2000). É uma resposta à propagação histórica de desigualdades globais, injustiças sociais e hegemonias culturais cujas raízes remontam ao colonialismo e ao imperialismo e que são perpetuadas pelos sistemas político-econômicos e pelas políticas linguísticas. O movimento decolonial é um apelo ao reconhecimento e à restituição dos danos causados pelo colonialismo, bem como uma tentativa de reivindicar e reimaginar futuros alternativos baseados na justiça social, econômica, política e, certamente, linguística. (Medeiros; Esteves; Bonfante, 2023, p. 6).

No entanto, como nos alertam os autores,

[s]e, por um lado, acerca da descolonização linguística (Orlandi, 2009), podemos dizer que se tratava de um projeto inscrito em uma classe social letrada, isto é, um projeto elitista que visava fomentar um projeto nacional de identidade e de língua até como forma de fazer face ao colonizador – não se pode deixar de notar que a descolonização linguística, tal como propõe Orlandi, é um processo do século XIX, marcado pela Independência do Brasil, com todas as suas contradições; por outro lado, a decolonialidade é um projeto diaspórico, um projeto antinação – inscrito em outro momento histórico-político (século XX) e não circunscrito a um certo espaço delimitado territorial e politicamente –, que busca encontrar na diáspora elementos culturais e linguísticos para as identidades. (Medeiros; Esteves; Bonfante, 2023, p. 12-13)

Ou seja, não há paralelismo, são conceitos e processos e proposições distintos. No entanto, a decolonialidade fricciona a descolonização enquanto

política linguística e científica. É nesse sentido que os autores, com os quais corroboramos, propõem que “o pensamento decolonial [exerça] uma pressão epistêmica e ética nos paradigmas que pensam a descolonização linguística no Brasil” (Medeiros; Esteves; Bonfante, 2023, p. 6), uma vez que

[o]s acontecimentos linguísticos decoloniais driblam o silenciamento para “credibilizar gramáticas produzidas por outras presenças e enunciadas por outros movimentos” (Rufino, 2019, p. 15), imergindo o interesse pela linguagem num desejo ardente de transgredir os limites epistêmicos e linguísticos erigidos pela empresa colonial. (Medeiros; Esteves; Bonfante, 2023, p. 15)

É, no ressoar da fricção, da provocação, da desestabilização contida, sobretudo, na pergunta inquietante e mobilizadora proposta pelos autores e acima referida – se a descolonização linguística no/do Brasil possibilita uma ruptura com Portugal, até que ponto esse gesto implica igualmente uma ruptura com uma formação ideológica colonizadora/colonialista? –, que seguimos junto com Modesto (2021) com sua importante proposição de levarmos em consideração “as determinações históricas dos processos de racialização na sua relação com as materialidades do discursivo [...] [de modo a compreender que] os discursos racializados não se limitam a discursos de ou sobre raça, podendo então interferir em outras instâncias discursivas” (Modesto, 2021, p. 1), como, por exemplo, no modo como é significada a contribuição negra e indígena na história do português, sendo quase invariavelmente apagada. Quanto a esse apagamento, realçamos a importância da produtiva formulação de Modesto e Fontana (2020) quando afirmam que as relações entre racismo e língua se fazem, no Brasil, dentro de uma história colonialista, sendo que essa história não se atém “apenas à história do período colonial do Brasil [...], a colonialidade [é compreendida] como uma dimensão ideológica que atravessa nossa história mantendo a dominação político-cultural” (Modesto; Fontana, 2020, p. 222). Por isso, retomamos que

[e]ssa dominação, de nosso ponto de vista, faz significar um início absoluto a partir da colonização, apagando, inclusive, todas as relações entre línguas e sujeitos que se fizeram a partir da colonização, mantendo com eficácia ideológica a história colonialista perpetrando o aniquilamento de línguas e de seus sujeitos de linguagem. (Pfeiffer; Costa; Goulart, 2024 – no prelo)

Nessa mesma esteira, trazemos o trabalho de Nogueira, Dias e Souza (2021) que, como já discutido em Pfeiffer, Costa e Goulart (no prelo), nos diz de um funcionamento discursivo em que há a menção às línguas indígenas em políticas linguísticas e de ensino, como a BNCC, mas que, no

entanto, essa menção funciona como encenação da defesa à variedade linguística enquanto são, de fato, silenciadas em sua diferença real. Esse silenciamento⁸

faz parte da história da(s) língua(s) no/do Brasil em que, sempre a partir de um imaginário de unidade, as línguas indígenas são tomadas meramente como acréscimos, um a mais que não afeta a história e o funcionamento da língua portuguesa. Indo adiante, as autoras se referem a outro trabalho – de Nogueira e Dias (2021) – em que nos mostram que “há um impossível, um real da língua, que se inscreve nesse jogo entre o que não pode/não deve e o que pode/deve ser dito, em que se diz para não dizer da diversidade linguística brasileira e da educação escolar indígena” (Dias; Nogueira; Souza, 2021, p. 323). (Pfeiffer; Costa; Goulart, 2024 – no prelo)

É no entremeio a esses percursos de compreensões e proposições em uma história das ideias linguísticas materialista que faremos nosso percurso de leitura sobre as relações de sentido em funcionamento na textualidade que sustenta a visibilidade de um “linguajar carioca”, procurando compreender as estabilizações de sentido que evidenciam determinados lugares destinados às línguas de origem indígena e africana na história das línguas no/do Brasil e, portanto, a seus sujeitos, na relação com o(s) espaço(s) interditados e autorizados. Para tanto, levaremos sempre em consideração, como nos diz Pêcheux (1975), que há um batimento contínuo entre memória e atualidade. Esses são, pois, nossos pontos de ancoragem para nos debruçarmos sobre a textualidade inscrita no nome de autor Antenor Nascentes em seu *O Linguajar Carioca*.

Nosso percurso

No âmbito do projeto Arquivos de Saberes Linguísticos (UERJ/Faperj), temos nos dedicado a investigar a produção do conhecimento linguístico-gramatical no/do Brasil, tomando como materialidades de análise instrumentos linguísticos que constituem os acervos dos arquivos em construção⁹. Para tanto, com base na proposta de Modesto (2021) sobre discursos racializados, como já nos referimos, temos nos perguntado, tendo em vista como pontuam Auroux (1992) e Orlandi e Guimarães (2001), sobre a relação de tais instrumentos com a constituição

⁸ Cf. Orlandi, 1992.

⁹ O Arquivos de Saberes Linguísticos (SaberLing) é um dos 22 arquivos que constituem o Grupo Arquivos de Língua (GAL-UFF). Para saber mais sobre o SaberLing e sobre o GAL, acesse: <https://www.saberling.institutodeletras.uerj.br/> e <https://gal.hypotheses.org/>, respectivamente.

da língua nacional, o que neles se diz sobre as línguas e os sujeitos nessas/dessas línguas, notadamente indígenas e africanas.os distribuídas.os desigualmente na relação espacial regional e nacional.

Nesse sentido, começamos nossa entrada na textualidade da segunda edição de *O Linguajar Carioca* de Antenor Nascentes mobilizadas pelas provocações e compreensões de Costa, Goulart e Mello (2023) que, ao colocarem lado a lado textualidades filiadas ao nome de autor Manuel Said Ali – nomeadas como gramáticas e que se debruçam sobre a dimensão nacional da língua – e a textualidade d’*O Linguajar Carioca* de Antenor Nascentes – não nomeada como gramática e que diz se debruçar sobre uma dimensão regional –, provocativamente perguntam

por que se diz gramática da língua portuguesa, mas não se diz gramática do linguajar carioca? E mais: por que, em Said Ali, diz-se sobre língua e, em Nascentes, sobre linguajar? Como língua e linguajar significam nessas materialidades? Ainda: se um gramático produz gramáticas, em que lugar de autoria Nascentes se inscreve/é inscrito ao dizer (gramaticalmente) sobre o que nomeia como “linguajar carioca” numa materialidade não nomeada como gramática e que também conta com um capítulo intitulado “Vocabulário”? (Costa; Goulart; Mello, 2023, p. 331)

Seguimos com as autoras, que nos dizem que a análise possibilitou compreender como nessas materialidades se faz significar o que Mariani definiu como colonização linguística (2004), depreendendo “sentidos que apontam para a unidade da língua do Brasil e também entre esta e a língua de Portugal, ainda que de modos distintos” (Costa; Goulart; Mello, 2023, p. 342). No entanto, especificadamente em *O Linguajar Carioca*, as autoras observam que,

ao se tentar apreender a fluidez da língua brasileira, descrevendo-a, instrumentalizando-a, produz-se uma língua imaginária (trans)regional que por vezes é tomada como metáfora do falar (e não da língua) nacional, deslocando para o Brasil o lugar de referência a partir do qual língua e sujeitos são significados. Como efeito desse movimento de instrumentação de um subfalar, a ambivalência entre unidade e diversidade constitutiva da gramatização brasileira e do processo de constituição da língua nacional do Brasil faz, tal como pontuaram Orlandi (2001; 2009) e Orlandi e Guimarães (2001), contraditoriamente, funcionar também o processo de descolonização linguística. (Costa; Goulart; Mello, 2023, p. 342-343)

Como síntese do movimento analítico em Nascentes, temos que,

[a]o mesmo tempo em que o dito falar brasileiro – e, por extensão, o que se formula como linguajar carioca – é colocado como uma versão alterada da língua portuguesa, atribuindo a essa língua um lugar de origem da língua do Brasil, no capítulo referente ao léxico os elementos dela provenientes são desse lugar destituídos. Essa destituição se dá a partir de dois deslocamentos concomitantes, a saber: 1. o dos elementos portugueses para um lugar secundário, ao lado de elementos indígenas e africanos; e 2. o do lugar de origem de itens lexicais para o território brasileiro. Assim, o Brasil (os seus diferentes espaços geográficos) passa a ser a referência da língua do Brasil (dos seus diferentes subfatares) e da sua unidade imaginária (sustentada, haja vista a relação entre o que se formula como forças centrífugas e centrípeta, pelo/no linguajar carioca), caracterizando, dessa maneira, o que, em referência ao espaço enunciativo nacional brasileiro, propomos chamar de movimento de dentro para dentro. (Costa; Goulart; Mello, 2023, p. 343)

Reflexão fortíssima que se materializa, por exemplo, quando as autoras mostram, ao analisar o capítulo “Léxico” que o subfalar carioca¹⁰, que é posto como cosmopolita, empresta elementos para outros subfatares e vice-versa. Nesse ponto, nada se diz sobre as línguas portuguesa, indígenas ou africanas ou sobre os sujeitos nessas/dessas línguas, mas a análise dos recortes efetuados no capítulo em questão demonstrou que o que se coloca como próprio do subfalar carioca, como *avacalhar* e *paredro*, filia-se ao léxico da chamada língua portuguesa (e, por meio desta, do latim e do grego, respectivamente) e que o que se coloca como próprio dos outros subfatares, como *urucubaca*, filia-se ao léxico de línguas indígenas (Costa; Goulart; Mello, 2023, p. 340). Assim, concluem as autoras afirmando que,

[n]outras palavras, o que a análise demonstrou é que dizer da dimensão regional (do linguajar carioca) é, em Nascentes, dizer da dimensão nacional (do falar brasileiro), isto é, dizer da sua parte posta como mais importante – porque transregional – é também dizer do todo. Assim, dado esse seu caráter transregional, o linguajar carioca parece funcionar não apenas como uma metonímia, mas como uma metáfora do falar brasileiro. (Costa; Goulart; Mello, 2023, p. 341)

E é transregional porque, conforme as autoras, no *Linguajar* o cosmopolitismo do subfalar carioca – isto é, o subfalar da “capital e mais importante cidade do Brasil” – é formulado como motivo que faz com que esse espaço exerça sobre os demais espaços regionais “uma força centrípeta que acarreta para o vocabular carioca termos oriundos de todos os Estados” e uma força contrária (centrífuga) que por eles “espalha [...] os neologismos cariocas” (Nascentes, 1953a, p. 181). Tendo isso em vista, Costa, Goulart e

¹⁰ Voltaremos a esse conceito mais adiante.

Mello destacam em nota o fato de não ser “qualquer linguajar ou subfalar que metaforiza o falar brasileiro, mas aquele que é significado como ‘cosmopolita’”, assinalando, assim, a necessidade de se “refletir, na esteira de Rodríguez-Alcalá (2011), sobre a constituição desse instrumento linguístico, na relação com o espaço, enquanto uma tecnologia urbana” (Costa; Goulart; Mello, 2023, p. 341, nota 24).

Diante disso, buscando dar continuidade ao percurso realizado pelas autoras, nos deixamos guiar pelas perguntas que fecham magistralmente o artigo:

se em Nascentes há, assim como em Said Ali, um gesto de descrição/instrumentalização que tem como produto a fabricação de uma língua imaginária, por que então não se fala em uma gramática do linguajar carioca ou do falar brasileiro? [...] [E mais:] até que ponto o processo de descolonização linguística, tal como empreendido no Brasil, pode se dar sem uma relação tensa, tão necessária quanto contraditória, com o de colonização[?]. (Costa; Goulart; Mello, 2023, p. 343-344)

A análise dos textos iniciais

Iniciamos nosso percurso pela segunda edição. Em sua capa, encontramos as menções ao nome de autor – Antenor Nascentes – e uma atribuição legitimadora – professor emérito do Colégio Pedro II¹¹. Trata-se de uma edição “Completamente refundida” que mantém, como na primeira edição, sua dedicatória a Amadeu Amaral, “que no *Dialeto Caipira* mostrou a verdadeira diretriz dos estudos dialectológicos no Brasil” (Nascentes, 1953, n.p.). Antenor Nascentes. Nome de autor que se filia a outro nome de autor. Amadeu Amaral. Movimento de legitimação e de enquadramento de uma posição – a de um dizer da Dialectologia¹² que, em alguma medida, se confronta a um dizer da Gramática, propriamente. A filiação à Dialectologia também se faz significar, como se verá adiante, no prefácio do autor à primeira edição da obra. O que isso pode nos dizer das paráfrases – *gramática do linguajar carioca* ou *gramática do falar brasileiro*, na relação com o nome *Linguajar Carioca* – propostas em Costa, Goulart e Mello (2023) acima referidas? Sigamos.

¹¹ Nascentes entrou no Colégio Pedro II, por meio de concurso, como professor de língua espanhola em 1919. Em 1928, com a extinção da cadeira de espanhol, assumiu a cadeira de língua portuguesa, tornando-se professor emérito em 1952 (Cf. Nascentes, 1953b). Assim, na primeira edição do *Linguajar*, após seu nome, comparece apenas “do Colégio Pedro II”.

¹² Quanto a isso, é sintomático (no sentido que lhe dá Althusser) encontrarmos na apresentação feita por Vanderci de Andrade Aguilera à reedição eletrônica da primeira edição do livro, organizada por Baronas e Barros Gonçalves, em 2023, quando afirma que a obra é “um clássico da literatura dialectológica” (Aguilera, 2023, p. 6).

No prefácio à segunda edição, encontramos

RD1¹³: Esgotada ha muito tempo a primeira edição desta obra, em que procuramos **fixar** o linguajar da **cidade do Rio de Janeiro** no primeiro centenário da Independencia, só agora as minhas múltiplas ocupações me permitem tirar a segunda.

Procurei conservar tanto quanto possível o texto da primeira edição, fazendo as emendas apontadas pela critica e que me pareceram justas, emendando eu mesmo um ou outro ponto, cortando o que me pareceu bom cortar, acrescentando novos dados collidos nestes trinta anos.

Mudei o título da obra por haver ele agora perdido a oportunidade.

Espero que o favor publico, que tão bem recebeu a primeira edição, se digne receber de igual modo a segunda. (Nascentes, 1953a, n.p., negritos nossos)

Observamos com interesse que há na textualidade como que uma paráfrase ao título da segunda edição – *o linguajar carioca* > *o linguajar da cidade do Rio de Janeiro*. Isso nos interessa sobremaneira para refletir sobre as relações língua, sujeito, espaço e sobre o funcionamento tanto metonímico quanto metafórico apontados por Costa, Goulart e Mello (2023) e referidos mais acima. Um linguajar que, como lemos em RD1, se procurou fixar (na ambivalência entre a descrição e a norma: fixa-se a descrição, fixa-se o linguajar enquanto norma). E também nos interessa a mudança do título – que na circulação das ideias linguísticas, é preciso dizer, é como se não existisse; não há referências à obra de Nascentes por seu primeiro título, esta é sempre referida pelo título da segunda edição, aquele que ficou na história. A diferença é mínima e muito significativa: *O Linguajar Carioca em 1922*. No título que se apresenta a partir da segunda edição, a circunscrição temporal é apagada em uma relação sobredeterminada pela espacial que se faz atemporal e, como Costa, Goulart e Mello (2023) mostram, também universalizante, no movimento tenso entre a historicização e a universalização de que nos fala Orlandi (2001). Observamos igualmente que não há menções aos sujeitos do linguajar no prefácio. Os sujeitos presentes são os especialistas (da geração atual e do próximo século¹⁴): o autor, os críticos, o público leitor.

No prefácio à primeira edição, que segue o prefácio à segunda edição, encontramos:

¹³ Lançamos mão de recortes discursivos tal como propõe Orlandi (1984).

¹⁴ Não podemos deixar de registrar, com euforia, o fato discursivo de que somos leitoras de 100 anos. Fazemos referência aqui à seguinte afirmação de Nascentes transcrita em R2: “Nosso trabalho não é para a geração atual; daqui a cem anos, os estudiosos encontrarão nele uma fotografia do estado da lingua e neste ponto serão mais felizes do que nós, que nada encontramos do falar de 1822”. A diferença é que não buscamos a “fotografia do estado da lingua”, mas o gesto de interpretação dessa fotografia inscrita em *O Linguajar Carioca*!

RD2: Sempre nos interessaram as questões de **dialectologia portuguesa no Brasil**. Anotávamos o que de mais importante encontramos quer na fonética, quer na morfologia, quer na sintaxe, quer no léxico.

Só depois, entretanto, que o grande mestre da **filologia romanica** [Meyer-Lübke], em escrito que se dignou dirigir-nos, pediu-nos informações a respeito das **alterações sofridas no Brasil pela língua portuguesa**, tivemos idéia de concatenar nossas notas.

Receberam elas grato agasalho na conceituada Revista do Brasil e agora, com ligeiras modificações, aparecem em volume.

Conhecemos bem o nosso meio; não ignoramos os remoques que nos hão de trazer os estudos de **patologia linguística**¹⁵ que empreendemos.

Paciência. Nosso trabalho não é para a geração atual; daqui a cem anos, os estudiosos encontrarão nele uma **fotografia do estado da língua** e neste ponto serão mais felizes do que nós, que nada encontramos do falar de 1822. Carpent tua poma nepotes¹⁶. (Nascentes, 1953a, n.p., negritos nossos)

Que saborosos os (des)encontros entre os prefácios. No prefácio da segunda edição, a circunscrição espacial é o Rio de Janeiro e não se faz presente o signifiante “língua”, mas tão somente o “linguajar”. No prefácio da primeira edição, a circunscrição espacial é o Brasil, que fala de uma *língua portuguesa* que sofre alterações NO Brasil (movimento da universalização novamente em que no outro da colonização há apenas apêndices, sem afetar a unidade da língua). Fala-se também de uma “fotografia do estado da língua”, formulação em que se desfaz a necessidade de explicitação da marca espacial que, no entanto, está inscrita discursivamente na elipse do adjunto que indicaria o nome e/ou a origem da língua em “fotografia do estado da língua Ø”; formulação ainda em que, fazendo ressoar o conceito de sincronia saussuriano¹⁷, diferentemente do que lemos no prefácio da segunda edição, se inscreve, igualmente por elipse, a marca temporal presente no título. Fotografia de que língua? De onde? De quando? De uma língua Ø de Ø retratada em Ø, em uma obra que se chama *O Linguajar Carioca em 1922*. Língua/linguajar; Brasil/Rio de Janeiro... um pelo outro... de modo paradoxal e contraditório... jogo metafórico potente.

Também é importante salientar que o lugar de onde se diz descrever as alterações é o de uma Dialectologia *portuguesa* NO Brasil, na ambivalência,

¹⁵ Remetemos o sintagma “patologia linguística” ao trabalho de Medeiros e Petri (2013, p. 45) em que as autoras nos mostram que o gesto de recortar e selecionar uma palavra enquanto uma *patologia* é da ordem do funcionamento já trabalhado por Medeiros (2012) de um *dentro-fora da língua*.

¹⁶ Do latim: *deixem seus netos colherem as maçãs* [tradução nossa].

¹⁷ Na edição brasileira do *Curso de Linguística Geral*, lemos: “[d]o mesmo modo, sincronia e diacronia designarão respectivamente um estado de língua e uma fase de evolução” (Saussure, 2006 [1970], p. 96).

muito própria dessas condições de produção, em que a elipse e a polissemia – já que o adjetivo *portuguesa*, que determina e, portanto, limita o substantivo *dialetologia*, pode ser lido tanto como *de Portugal* como *da língua portuguesa* ou de *portugueses* – jogam com o equívoco, fazendo ver a heterogeneidade constitutiva da língua e do conhecimento produzido sobre ela: Dialectologia da língua portuguesa no Brasil/Dialectologia de autoria de portugueses sobre a língua portuguesa no Brasil/Dialectologia de Portugal (e, logo, provavelmente feita por portugueses) sobre a língua portuguesa no Brasil. *No Brasil*: locução adverbial que delimita o dizer da Dialectologia portuguesa à língua NO (e não DO) espaço enunciativo brasileiro, mais uma vez colocando em questão a relação entre unidade e diversidade – é possível dizer dialetologicamente sobre a língua portuguesa (unidade) inscrita em distintos espaços enunciativos nacionais ou que, posteriormente, viriam a ser nacionais (diversidade), como Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe¹⁸, entre outros, mas aqui interessam *as alterações sofridas NO Brasil*.

E não nos esqueçamos de que a obra inicialmente se chama *O Linguajar Carioca em 1922* e de que, no prefácio à segunda edição, *linguajar carioca* é reformulado como *linguajar da cidade do Rio de Janeiro*. Assim, é muito interessante que, tal como a locução adverbial temporal “em 1922”, nem “linguajar” nem “Rio de Janeiro” estejam presentes no prefácio da primeira edição, em que se justifica a obra como uma espécie de resposta à consulta sobre “informações a respeito das **alterações sofridas no Brasil pela língua portuguesa**” que teria fornecido a oportunidade de reunir anotações esparsas. Ou seja: o *linguajar carioca* responde por essas alterações (da língua portuguesa *no Brasil*); as anotações de fonética, morfologia, sintaxe e léxico oriundas do interesse por questões de uma Dialectologia portuguesa *no Brasil* se consubstanciam no *linguajar carioca*. Mais uma vez vemos funcionando o linguajar carioca “não apenas como uma metonímia, mas como uma metáfora do falar brasileiro” (Costa; Goulart; Mello, 2023, p. 341).

Finalmente, nos perguntamos da relação paradigmática que vai se construindo na relação entre *Dialectologia portuguesa*, *Filologia românica*, *Patologia linguística*, referidas no prefácio da primeira edição. Importa observar que, na segunda edição, nenhuma menção disciplinar é feita salvo a menção a “emendas apontadas pela crítica”, que se supõe *especializada*. É interessante não apenas olhar para os domínios disciplinares – *Dialectologia*, *Filologia* e *Patologia* –, mas também para seus atributos: *portuguesa*, *românica* e *linguística*, que dizem de um particular e que vão na direção de um geral. Dialectologia, Filologia e Patologia sem atributos significam diferentemente de quando estão limitadas por “portuguesa”, “românica” e “linguística”. E,

¹⁸ Como se sabe, esses espaços africanos de colonização portuguesa só viriam a se tornar independentes em 1975.

mesmo que a limitação do atributo não seja da mesma dimensão, temos um geral que é particularizado em dupla direção de um efeito de legitimação. Importa notar também a assimetria presentificada nessa enumeração, que faz supor que o que se nomeia como “Patologia linguística” é um campo disciplinar à semelhança da “Dialetoologia portuguesa” e da “Filologia românica”, e não o objeto de diferentes campos disciplinares, dentre eles a própria Dialetoologia, como se lê no primeiro capítulo da obra sobre o qual nos deteremos adiante¹⁹. Como nota-lembrete, indicamos que os sujeitos referidos ainda são, tal como no prefácio à segunda edição, os especialistas, seja como autor, como interlocutor direto ou como uma geração que ainda está por vir e que fará proveito da obra.

Sigamos ao primeiro capítulo da obra, que, na segunda edição, se chama “O falar brasileiro”; e, na primeira edição, “O dialeto brasileiro”. Essa alteração nos remete, mais uma vez, à relação do todo e do um, mas também à relação entre “dialeto” e “falar” e a uma posição autoral que, nas tensões do debate especializado, se territorializa lá e cá, isto é, em Portugal e no Brasil, posicionando-se por uma formulação que se diz ser menos inconveniente.

Nesse capítulo, como lemos em R3, se textualiza uma posição de que as línguas sempre mudam. As razões das mudanças podem diferir, mas a mudança faz parte da história das línguas.

RD3: É fato por demais sabido que, mesmo dentro do próprio território, por diversas causas entre as quais sobressaem a lei do menor esforço e a necessidade de clareza de expressão, **as línguas tendem a alterar-se.**

Maiores alterações sofrem ainda, quando são **transplantadas** de uma **região** para outra. Assim, o latim se transformou nas atuais línguas românicas e estas, por sua vez, nas **colônias** muito vieram a diferir do **falar** das **metrópoles**: haja-se em vista o francês do Canadá e o espanhol da América. Outro tanto aconteceu ao português **implantado** em **nosso país**. (Nascentes, 1953a, p. 11, negritos nossos)

Como depreendemos do recorte, as alterações singulares que se dão nas línguas em espaços marcados pela colonização são resultado de terem sido *transplantadas/implantadas* de uma *região* para outra, de uma metrópole para suas colônias. Nessa discursividade, considera-se, pois, um movimento espacial de uma língua transportada, sem, no entanto, dizer das outras línguas e dos sujeitos que já estavam no espaço para o qual a língua da metrópole foi transplantada. Também nada se diz de outras línguas e sujeitos que foram retirados à força de seus espaços e trazidos ao Brasil violentamente no processo de escravização.

¹⁹ No referido capítulo, lemos: “[i]remos ver os erros, tentar explicar a razão de ser deles, do mesmo modo por que o médico estuda a etiologia das moléstias” (Nascentes, 1953a, p. 14).

No entanto, no recorte abaixo em que temos a reafirmação de que as línguas sempre mudam ao lado de mais uma especificação da singularidade da mudança, agora já não mais olhando de modo geral para países que foram colonizados, mas sim para o Brasil, outros sujeitos e línguas entram em cena, racializados.

RD4: Nem que fosse falada apenas por portugueses e seus descendentes puros, **nem por isso deixaria ela de alterar-se** graças às causas que apontamos acima; **mas a língua portuguesa no Brasil** sofreu **grandes alterações** porque teve de ser aprendida por **homens de duas raças que falavam línguas de estrutura inteiramente diversa do tipo flexional**. (Nascentes, 1953a, p. 11, negritos nossos)

Em RD4, ao dizer da língua NO espaço enunciativo brasileiro, justifica-se, por meio de uma oração subordinada adverbial causal, as grandes mudanças por que ela teria passado: *a língua portuguesa no Brasil sofreu grandes alterações porque teve de ser aprendida por homens de duas raças que falavam línguas de estrutura inteiramente diversa do tipo flexional*. Vemos a presença, agora, de sujeitos e de línguas que seriam a razão das “grandes alterações” da língua NO Brasil: “homens de duas **raças**” cujas línguas têm “estrutura inteiramente diversa do tipo flexional”. Línguas outras, sujeitos outros tomados pelo discurso da racialidade a partir do qual, conforme Costa, Goulart, Souza e Santos (2023, p. 305), “as raças e tudo o que está relacionado a elas são dispostos hierarquicamente, constituindo uma escala imaginária em que no nível mais alto se encontra a chamada raça branca (e o seu mundo)”. Línguas, sujeitos e espaço outros que, no dizer, se articulam na direção da alteração de uma língua tida como evidente enquanto a língua DO Brasil: a língua da ex-metrópole, a língua portuguesa.

Seguindo em nossas considerações, apontamos para uma diferença fundamental entre a primeira e a segunda edição no modo como essas relações se textualizam nesse primeiro capítulo. No texto da segunda edição, há a passagem direta entre o recorte acima (RD4) e o que segue abaixo (RD5). Textualidade que diz da polêmica em torno do que é um dialeto e se se pode dizer que há um dialeto brasileiro, apagando as relações com outras línguas e sujeitos que se fazem em um espaço fruto do processo de colonização ainda em andamento. A não ser pela menção vista em RD4 de “homens de duas raças que falavam línguas de estrutura inteiramente diversa do tipo flexional”, nada mais é dito a respeito desses homens e de suas línguas na sequência que se segue:

RD5: Querem uns que as variedades só constituam dialeto quando houver dificuldade de compreensão mutua entre os que a falam e os que os falam a

língua mãe; dão outros, como o **insigne Leite de Vasconcelos, a maior autoridade em dialectologia portuguesa**, o nome de dialeto às diferenciações locais de uma língua, admitindo dentro dos dialetos os subdialetos e dentro destes as variedades.

Haja ou não haja dialeto brasileiro, questão que se discute desde a celebre polemica entre **Alencar e Castilho**, o que não se pode contestar é a existência de variação entre a língua do Brasil e a de sua antiga metropole e é isso principalmente o que nos interessa e o que nos cumpre estudar.

Leite de Vasconcelos, na “Esquisse d’une dialectologie portugaise” mostra nosso dever de estudar o português do Brasil.

O grande Meyer-Lübke, na “Introdução ao estudo da filologia romanica”, só se refere ao chileno porque o castelhano do Chile é a unica variante romanica que até hoje recebeu um **estudo científico** e lamenta a escassez do material no tocante à evolução do romanico nas colonias. (Nascentes, 1953a, p. 12, negritos nossos)

Nesse recorte, podemos observar, além do apagamento já referido anteriormente, em RD3, a argumentação em nome de estudos científicos que está presente e que percorrerá toda a obra em defesa de um linguajar carioca. Podemos ainda observar a tensão entre filiações científicas e literárias europeias e brasileiras que, na relação de forças, tem na autoria europeia a legitimação da sustentação do que se afirma na obra, levando em consideração que Leite de Vasconcelos e Castilho são portugueses; Meyer-Lübke, suíço; e Alencar, brasileiro. Mas o que nos interessa mais propriamente é o fato discursivo de que, na primeira edição, nesse “mesmo” primeiro capítulo, há toda uma longa formulação que se encontra entre as passagens recortadas em RD4 e RD5 que não segue presente na segunda edição. Ou seja, na segunda edição, RD4 e RD5 estão em sequência direta. No entanto, na primeira edição, entre essas duas passagens há a que segue:

RD6: O **índio** foi o primeiro a aprender português; é natural, pois foi o povo autóctone.

Só mais tarde aparece o outro factor etnográfico, o **negro**. “No Brasil, o **escravo negro** foi introduzido ao tempo dos primeiros estabelecimentos. A escravidão **vermelha** precedeu de certo á **negra**, e daquella já se fala em 1531, quando Martim Affonso concedeu a Pedro de Góes permissão de levar para a Europa dezeseite **escravos índios**; mas desde cedo na Capitania de São Vicente são **escravos negros** que trabalham na agricultura da canna. Deve datar pelo menos do ano de 1532”. (João Ribeiro – Historia do Brasil).

Como se vê, é praticamente simultânea a **aprendizagem do português pelo índio e pelo negro**.

Desde meados, pois, do século XVI, colonos portugueses, índios, africanos, seus descendentes puros ou mestiçados, começaram, cada qual a seu jeito, a modificar a língua portuguesa e mais tarde as

modificações por eles introduzidas vieram a constituir a variante brasileira.

O afastamento da metrópole, a Independência política e outras causas tornaram autônomo o português do Brasil final. “A língua nacional, diz João Ribeiro, é essencialmente a língua portuguesa, mas **enriquecida** na América, **emancipada** e **livre** nos seus próprios movimentos”.

Submeter o nosso falar diferente às formas portuguesas é um absurdo desprezível e **servilmente colonial**, como diz o sr. Rupert Hughes relativamente ao falar norte-americano. **Certas leis da gramática portuguesa perderam aplicação entre nós; falamos diferentemente sem que por isso falemos errado**, pois nos exprimimos de acordo com os novos rumos por que marchou no Brasil a língua portuguesa.

O que se deu pode perfeitamente ser comparado com o processo de multiplicação vegetal conhecido pelo nome de mergulhia: até se criarem raízes, o ramo vergado e mergulhado no solo é sustentado pela seiva do vegetal que sofre a operação, uma vez brotadas raízes que possam haurir seiva para a nova planta, um corte no ramo a separa e ela vai separadamente prosseguir sua evolução.

Prosseguimos hoje evolução à parte, como a península ibérica prosseguiu a sua depois do desmembramento do império romano. Apesar da constante imigração portuguesa, apesar do constante intercâmbio literário entre Portugal e Brasil, nada pode deter a nossa marcha.

Estamos assistindo aos pródromos de uma transformação linguística que pouco percebemos: contemplamos o ponteiro das horas e como não o vemos mexer-se, cremo-lo fixo.

Na América espanhola dá-se o mesmo. Referindo-se à enxurrada de neologismos de construção que inunda e turva grande parte do que lá se escreve, diz Andrés Bello que “alterando la estructura del idioma, tiende a convertirlo en una multitud de dialectos irregulares, licenciosos, bárbaros; embriones de idiomas futuros, que durante una larga elaboración reproducirían en América lo que fué la Europa en el tenebroso período de la corrupción del latín.”

Essa variante independente constitui, porém, um dialecto?

A resposta depende do conceito que se fizer de dialecto. (Nascentes, 1922, p. 13-14, negritos e itálico nossos)

É muito significativo o que foi suprimido. De modo geral, sentimos ressoar discursividades muito próprias à década de 20 do século XX que reivindicam a singularidade popular, a independência intelectual-artística e, mais adiante, a antropofagia como um modo, também, de se contrapor ao processo colonizador eurocêntrico (afinal, não podemos esquecer que 1922 é também o ano da Semana de Arte Moderna). Por isso, nessa direção, a textualidade se marca pelo argumento de evitar uma submissão “servilmente colonial” – tomada de posição que ecoa também no primeiro excerto em epígrafe recortado do Manifesto Pau-Brasil, de Oswald de Andrade,

publicado em 1924, no qual se materializa, notadamente, no emprego da primeira pessoa do plural (*como falamos, como somos*), que diz de um nós brasileiro que se distingue de um nós português.

É igualmente por meio desse recurso linguístico que vemos, no RD6, a materialização de uma autoria brasileira sobre a sua língua, em: *submeter o nosso falar diferente às formas portuguesas é um absurdo desprezível e servilmente colonial; certas leis da gramática portuguesa perderam aplicação entre nós; falamos diferentemente sem que por isso falemos errado, pois nos exprimimos de acordo com os novos rumos por que marchou no Brasil a língua portuguesa; e prosseguimos hoje evolução à parte, como a península ibérica prosseguiu a sua depois do desmembramento do império romano*. A assunção dessa autoria brasileira caracteriza o que Orlandi (2009, p. 216), refletindo acerca do processo de descolonização linguística, chamou de gramatização brasileira do português, isto é, uma “gramatização feita de brasileiros para brasileiros” que tem como efeito a ruptura, em certa medida, com o conhecimento linguístico produzido em Portugal.

Mas não só. O que fica ausente diz também da alteração do título do capítulo em questão de *O dialeto brasileiro* para *O falar brasileiro*. Tal substituição, como podemos ler no RD5, se relaciona a uma disputa pelo sentido de *dialeto*, disputa esta em cujo cerne está a questão da compreensão mútua e que diz de uma polêmica nos estudos dialetológicos que se faz significar na obra de Nascentes.

A Leite de Vasconcelos, o dialetólogo lusitano mencionado em RD5, é atribuída a autoria de um mapa dialetológico do português. Na obra citada nesse recorte, *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise* (1901), dialeto é inicialmente definido como singularidades apresentadas pelo português vulgar no continente. O conceito, que englobaria ainda outras singularidades ditas análogas, é posteriormente subdividido e reformulado, como podemos ler a seguir:

Nessa classificação [dos dialetos portugueses], que é completamente provisória, eu incluirei, os *dialeto*s propriamente ditos, isto é, as diferenciações locais do português, e os *codialeto*s, isto é, os idiomas particulares que, embora hoje não sejam rigorosamente português, estão, no entanto, numa íntima relação com essa língua. (Vasconcelos, 1901, p. 28, tradução nossa)

Mais adiante, lemos ainda, no que compete aos “dialeto)s propriamente ditos”, que as diferenças observadas “não são grandes”, de modo que “um camponês do norte de Portugal compreende sem dificuldades um outro do Sul” (Vasconcelos, 1901, p. 33). Dialeto, sob essa perspectiva, convoca, pois, a diferença, mas desde que ela não seja muito grande a ponto de inviabilizar a compreensão mútua. Convoca, sobretudo, a semelhança, que permite a compreensão entre falantes de diferentes espaços, reforçando, portanto, o

imaginário de unidade linguística ao hierarquizar a relação entre a língua imaginária portuguesa e os dialetos, também imaginários, que dela teriam se originado²⁰ e inverter, com isso, a relação entre unidade e diversidade – primeiro, o que havia, no território que posteriormente viria ser Portugal, era a diversidade; só depois, por determinações históricas, políticas e ideológicas, se dá, paralelamente à constituição do Estado Nacional, a construção do imaginário de unidade linguística.

Cumpra assinalar ainda que o conceito de Vasconcelos filia-se marcadamente à formulação do padre inglês, historicamente significado como um grande lexicógrafo da língua portuguesa, Rafael Bluteau, no seu *Vocabulário Português e Latino* (1712-1721), em cujo verbete *dialeto* lemos: “Modo de falar proprio e particular de huma lingoa nas differentes partes do mesmo Reino: o que cõsiste no accento, ou na pronunciação, ou em certas palavras, ou no modo de declinar e conjugar” (Bluteau apud Vasconcelos, 1901, p. 16).

A contribuição de Leite de Vasconcelos residiria, nesse sentido, na distinção entre dialetos e codialetos e na consideração da dialeção em diferentes espaços, inclusive aqueles para onde a língua “teria sido levada” por meio do processo de colonização. Em seu mapa, os chamados dialetos da língua portuguesa são divididos em continentais, insulanos e ultramarinos, incluindo-se dentre estes o chamado *dialeto brasileiro*. É, pois, esse conceito que se faz significar nas duas edições da obra de Nascentes por meio da paráfrase vista em RD5 “diferenciações locais de uma língua”.

Como lemos no final de RD6, o autor pergunta se uma variante independente constitui um dialeto, ao que replica afirmando que “[a] resposta depende do conceito que se fizer de dialeto”. Considerando que, ao longo desse capítulo, faz-se significar o argumento do brasileiro como uma variante da chamada língua portuguesa, poderíamos parafrasear essa pergunta da seguinte forma: *a variante brasileira constitui um dialeto?* A resposta, como vimos, depende do conceito, e o conceito mobilizado, na primeira edição, filia-se ao nome de autor português Leite de Vasconcelos, de modo que o comparecimento do substantivo *dialeto* no título do primeiro capítulo aponta para uma resposta afirmativa a essa questão, o que nos leva a perguntar sobre os efeitos de sentidos produzidos pela substituição de *dialeto* por *falar* e pela supressão de RD6 nesse capítulo na segunda edição.

Antes, contudo, cabe observar que o que fica ausente diz também da ausência de sujeitos e línguas, na segunda edição, que materializam mais

²⁰ Costa, Goulart, Souza e Santos (2023, p. 308) pontuam que a consideração da dialeção constitui também “uma forma de dominar, de domesticar a alteridade vista como diferença e, por conseguinte, de fazer calar outra(s) história(s) sobre a(s) língua(s) e sobre o(s) sujeito(s) no/do Brasil”.

fortemente o processo da colonização. Não se fala do “índio” e do “negro” escravizados e de suas línguas, no primeiro capítulo da segunda edição, salvo pela passagem que resta, como o chapéu de Clémentis²¹: “*mas a língua portuguesa no Brasil sofreu grandes alterações porque teve de ser aprendida por homens de duas raças que falavam línguas de estrutura inteiramente diversa do tipo flexional*”. Passagem que não diz da escravização. Não diz da invasão. Não diz da imposição linguística (e política). Nela, há modalização, materializada na locução verbal com auxiliar “ter [de]”, que faz significar sentidos de obrigação ou necessidade, e na construção passiva analítica (“[a língua] *teve de ser aprendida por homens de duas raças*”), a partir da qual a *língua* é colocada na posição de sujeito paciente e *homens de duas raças*, na de agente dessa obrigação/necessidade de aprendizado. Tal modalização, articulada aos silenciamentos apontados, tem como efeito, porém, não apenas a apassivação da língua portuguesa no Brasil, mas também a da história, (re)produzindo aquilo que Galindo (2022) designou como uma “narrativa pacificada”.

Na primeira edição, temos sujeitos indígenas [ditos *índios*] e negros com suas línguas. Frutos da escravização, da colonização. Sujeitos e línguas lado a lado – “colonos portugueses, índios, africanos, seus descendentes puros ou mestiçados” – construindo a “variante brasileira”. Assim, podemos dizer que, na primeira edição, RD6 volta sobre RD4, notadamente sobre a parte em que se apresenta a causa das grandes alterações sofridas pela língua portuguesa no Brasil (a saber: *porque teve de ser aprendida por homens de duas raças que falavam línguas de estrutura inteiramente diversa do tipo flexional*), detalhando-a ao dizer aquilo que nela não se diz e que, na segunda edição, a qual, como pontuamos, tem uma maior circulação, dado o apagamento de RD6, continua não sendo dito. Esse apagamento nos permite ler no instrumento linguístico em análise ressonâncias do projeto de nação de que nos fala Sueli Carneiro (1999, online) no segundo excerto em epígrafe, isto é, um projeto “de hegemonia branca e exclusão ou admissão minoritária e subordinada de negros, indígenas e não-brancos em geral” e coloca em circulação “uma leitura do passado que omite a violência da escravidão” e – nós acrescentamos – do processo de colonização [linguística] como um todo.

²¹ Cf. Pêcheux, M. L'étrange miroir de l'Analyse du Discours. **Langages**, Paris, n. 62, p. 5-8, juin. 1981, publicação do prefácio de Pêcheux à tese de J-J Courtine “Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens”. Courtine reporta-se ao fato de que, em 1948, em Praga, o líder comunista Klement Gottwald fazia um pronunciamento público, na sacada de um palácio, quando um de seus camaradas, Vladimir Clémentis, empresta seu boné de pele a Gottwald. Uma foto é registrada do grupo. Anos mais tarde, Clémentis é considerado traidor, condenado à morte, e sua imagem é retirada das fotos relacionadas ao regime. No entanto, nesta em particular, seu boné permanece em Gottwald.

Na segunda edição, o que comparece são movimentos migratórios externos e internos, que já se faziam presentes na primeira edição, mas que na segunda contribuem para apagar a colonização inaugural. Diz-se dos movimentos de povoação que se dão por aqueles que já habitavam no Brasil, sem se referir a sujeitos, mas apenas a territórios, espaços (deslocando-se da região X para a região Y), e por aqueles que vêm da Europa (migração italiana e alemã, sobretudo), em um momento posterior à invasão europeia. Apesar desse apagamento, também aparecem outros sujeitos e línguas, referidos na contemporaneidade, de modo que, sobre o recorte regional/nacional, como assinalam Costa, Goulart e Mello (2023, p. 334), estabelece-se um “recorte social específico”, a partir do qual, em Nascentes (1953a, p. 14, negritos nossos), se diz tomar como objeto não “**a língua das classes cultas**”, mas “**a língua do povo**” ou “**popular**”. É essa língua que, vislumbrando um futuro que “seja aproveitável”, por meio do estudo dialetológico, diz-se buscar fixar, mesmo sabendo, com base na “história da filologia”, que, por maior que seja a campanha contra o **analfabetismo**, muitos deles [os erros próprios da língua do povo] hão de implantar-se na “**linguagem culta futura**”. Povo. Classes cultas. Cada qual com sua língua. Uma sustentada na oralidade do analfabetismo e outra na escrita, na correção²².

Seguimos, ainda no primeiro capítulo da segunda edição. Após defender-se que o português do Brasil não é o que Meyer-Lübke, do lugar da Filologia românica, designa como dialeto crioulo, o qual seria constituído por “palavras europeias com gramática de povo selvagem e bárbaro” (Nascentes, 1953a, p. 15), apresenta-se a justificativa que sustenta a substituição de *dialeto* brasileiro para *falar* brasileiro:

RD7: Que nome dar ao **português falado no Brasil**?

Leite de Vasconcelos, na *Esquisse*, colocou-o entre os dialetos ultramarinos do português.

Reconheceu que a denominação de dialeto iria ferir nossos melindres nacionais, mas justifica-se dizendo; se eu chamo dialeto, por exemplo, ao português de Trás-os-Montes, com mais forte razão devo dar este nome ao português do Brasil.

Com o progresso da ciência, não é mais possível hoje em dia aceitar a denominação dada por Leite de Vasconcelos.

Dialeto, segundo Marouzeau, *Lexique de terminologie linguistique*, é forma especial tomada por uma língua num dado domínio.

Define-se por um conjunto de particularidades tais que seu agrupamento dá impressão de fala distinta das falas vizinhas, a despeito do parentesco que as une.

²² O primeiro motivo que se coloca como justificativa para não se tomar como objeto a chamada língua das classes cultas é a sua correção: “[p]ouco nos interessa a língua das classes cultas, primeiro porque é correta” (Nascentes, 1953a, p. 14).

Nesta definição se enquadra, como faz ver Paiva Boléo, o estudo dos dialetos e falares portugueses, no domínio da nossa língua, o mirandês, ao passo que o minhoto, o beirão e o algarvio (acrescentemos o brasileiro) serão simples falares. Mas, que vem a ser falar?

Falar, segundo o mesmo Marouzeau, é um conjunto de meios de expressão empregados por um grupo no interior de um domínio linguístico.

É muito difícil, como observa Paiva Boléo, estabelecer distinções objetivas entre dialeto e falar, mas, em todo caso, ha menos inconveniente em chamar falar do que em chamar dialeto. (Nascentes, 1953a, p 16-17, negritos nossos)

Antes de mais nada, cumpre ressaltar que a sequência transcrita em RD7 não comparece na primeira edição, na qual, após a defesa de que o português do Brasil não é um dialeto crioulo, lemos: “[a]ceitamos o ponto de vista de Leite de Vasconcelos e com ele chamemos dialeto ao falar do Brasil” (Nascentes, 2023 [1922], p. 17). Da primeira à segunda edição, há, pois, um processo de desfiliação em relação ao conceito de dialeto inscrito no nome de autor do filólogo português Leite de Vasconcelos e de filiação ao que se textualiza junto ao nome de autor do filólogo francês Jules Marouzeau, na obra *Lexique de la Terminologie Linguistique*, de 1933. Dito isso, passemos às nossas considerações sobre o RD7.

É interessante que não há condições para se perguntar sobre o nome da língua que se fala no Brasil, vai-se direto para o “português”. A língua já tem nome. Trata-se, pois, meramente de uma variante brasileira e a polêmica científica fica restrita entre se definir *dialeto* e *falar* e tomar posição por um dos dois, sendo que é por essa última ideia que se posiciona a segunda edição. E isso porque, a partir de Marouzeau, dialeto passa a significar uma “forma especial tomada por uma língua num dado domínio”, que é definida “por um conjunto de particularidades tais que seu agrupamento dá impressão de fala distinta das falas vizinhas, a despeito do parentesco que as une”. Ou seja, entra em cena de modo distinto a questão da compreensão mútua.

Se, em Leite de Vasconcelos, o fato de haver compreensão mútua, apesar das diferenças, era o que possibilitava falar em dialeção de uma língua em diferentes espaços, e isso mesmo quando uma dada língua não é considerada “rigorosamente português”; em Marouzeau, são justamente os problemas de comunicação desencadeados pelas diferenças, isto é, pelos modos como os sujeitos-falantes de diferentes espaços percebem as falas vizinhas, que entram em jogo nesse conceito, ainda que tais “falas” sejam aparentadas. Assim, o mirandês, que, para Vasconcelos, é um *codialeto*, o qual, como vimos, é definido como idiomas particulares, não necessariamente aparentados do português, mas que, como ele, mantém relações; para

Marouzeau, é um *dialecto*²³. Igualmente, o brasileiro, que, para o primeiro, é um *dialecto*; para o segundo, é um *falar*, ou seja, como visto em RD7, “um conjunto de meios de expressão empregados por um grupo no interior de um domínio linguístico”. Dito de outro modo, a identificação ao conceito de Marouzeau impossibilita que o brasileiro continue sendo, na segunda edição, significado como um dialecto porque isso implicaria considerar a existência de particularidades tais que permitiriam percebê-lo como algo diferente do português. A sua consideração como falar, portanto, ao mesmo tempo em que coloca em cena o nacional, *o falar brasileiro*, subordinando-o a uma dimensão superior, a do domínio linguístico da língua portuguesa, reitera o imaginário de unidade linguística em diferentes espaços.

Para encerrar esta seção, cabe assinalar que, na segunda edição, há um capítulo a mais intitulado “Posição do linguajar carioca no conjunto do falar brasileiro”. A ausência desse capítulo na primeira edição importa muito. Parte do que se encontra no primeiro capítulo da primeira edição – o dialecto brasileiro – está presente no segundo capítulo da segunda edição, sobretudo no que se refere à discussão dos movimentos migratórios externos e internos das populações que foram ocupando os territórios brasileiros, e comparece de maneira mais rápida no primeiro capítulo da segunda edição; também está presente e modificada, no segundo capítulo da segunda edição, a proposta de estabelecer uma “divisão do dialecto brasileiro” (Nascentes, 1922, p. 20) presente no primeiro capítulo da 1ª edição²⁴.

Como efeito do processo de desfiliação/filiação que descrevemos acima, o que comparece enquanto **subdialetos** na primeira edição, comparece como **subfalares** na segunda edição, no segundo capítulo já mencionado, acrescido de um mapa que textualiza as divisões em seis subfalares: amazônico, nordestino, baiano, mineiro, fluminense, sulista, e indicando, igualmente, o *território incaracterístico*²⁵. Nessa proposta de delimitação de seis zonas de

²³ O Mirandês ou língua mirandesa é hoje hegemonicamente tomado como uma “variedade asturo-leonesa com presença multissecular em território português” (Martins, 2006). É reconhecido pela Lei n. 7/1999 como a língua oficial da comunidade de Miranda do Ouro, cidade raiana portuguesa localizada na sub-região das Trás-os-Montes e pertencente à região Norte e ao Distrito de Bragança (Faraco, 2019, p. 34).

²⁴ Como podemos ler em: “[c]om os poucos dados de que dispomos mal podemos esboçar uma divisão do dialecto brasileiro. Talvez possamos admitir quatro subdialectos: o **nortista** (Amazonas, Pará, litoral dos Estados desde o Maranhão até a Bahia), o **fluminense** (Espírito Santo, Rio de Janeiro, sul de Minas e zona da mata, Distrito Federal), o **sertanejo** (Mato Grosso, Goiás, norte de Minas, sertão dos estados litorâneos desde o Maranhão à Baía) e o **sulista** (S. Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e triângulo mineiro)” (Nascentes, 1922, p. 21, negritos nossos).

²⁵ O território incaracterístico, o linguajar carioca e a posição autoral legítima para tê-lo como objeto de estudo são, na segunda edição, assim justificados: “[o] perímetro compreendido entre a parte da fronteira boliviana (rios Verde, Guaporé, Mamoré até o Abunã), a fronteira

subfalares do que formula como o falar brasileiro, o Rio de Janeiro, conforme explicam Costa, Goulart e Mello (2023),

insere-se [...] no chamado subfalar fluminense, sendo, portanto, o linguajar carioca significado como “uma variedade” desse subfalar (ibid., p. 26), isto é, como uma subparte regional (variedade ou linguajar do Rio de Janeiro) de uma parte regional (subfalar fluminense) de um todo nacional (o “falar brasileiro”). (Costa; Goulart; Mello, 2023, p. 334)

Dizendo calcar-se tanto em critérios geográficos quanto históricos, e também na experimentação desses diferentes espaços, a divisão dialetal de Nascentes parte de propostas anteriores, supondo corrigi-las. Estão igualmente incluídas nesse horizonte de retrospectiva a divisão que comparece na primeira edição do *Linguajar* em 1922 e a revisão desta publicada em 1933 na quarta série de *O Idioma Nacional*²⁶.

Um fecho possível, em direção à continuidade...

Nesse momento de nossa trajetória de leitura, queremos retomar nossa discussão teórica para posteriormente seguir em direção a outras leituras de Nascentes, articulando a outros gestos analíticos que sua obra suscita.

de Mato Grosso com Amazonas e Pará (rios Madeira, Juparaná, Uru-guatás, Tres Barras, Cariái, Xingu, Fresco e Aiquí e a serra do Estrondo), é praticamente despovoado e portanto **incharacterístico**. Cada um destes subfalares apresenta variedades que não são de grande importância. O **linguajar carioca** é uma variedade do **subfalar fluminense**. Filho de pais cariocas, nascido e criado no atual Distrito Federal, considero-me um legítimo representante da fala genuinamente carioca e me senti habilitado a fazer o estudo dela, por isso e por não ter jamais sofrido influências estranhas” (Nascentes, 1953a, p. 26). Não vamos nos ater ao nome e à argumentação inscritos em “território incharacterístico”, porém, salta aos olhos o muito que poderíamos dizer sobre sujeitos, línguas e espaços significados nesse gesto de categorização que Cláudia Moura da Rocha durante a mesa “Nascentes e os estudos lexicais” do II SASLi predicou como *impressionista*.

²⁶ As diferenças de divisão entre a primeira e a segunda edição são assim justificadas: “[q]uando eu fiz aquela divisão, havia percorrido pequena parte do nosso território. Conhecia Minas, Espírito Santo, Estado do Rio, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Recife, Baía. Atendendo às ponderações de L. Gomes, alterei minha divisão de 1922 em 1933, quando fiz o mapa dialectológico do Brasil, constante da página 244 do quarto volume da minha série, *O Idioma Nacional*. Criei uma zona Norte para Amazonas e Pará, constituiu uma zona Nordeste com o litoral, do Maranhão ao norte do Espírito Santo, passei o Sul de Minas para o subdialeto sulista. (...) Hoje que já realizei o meu ardente desejo de percorrer todo o Brasil, do Oiapoc ao Xuí, de Recife a Cuiabá, fiz nova divisão que não considero nem posso considerar definitiva, mas sim um tanto próxima da verdade. Comuniquei-a a Serafim Silva Neto que dela se utilizou no citado artigo de ‘A Manhã’ e que a transcreveu na pág. 172 da Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil. Dividi o falar brasileiro em seis subfalares que reuni em dois grupos a que chamei do norte e do sul” (Nascentes, 1953a, p. 23-25).

Neste capítulo, pudemos observar com potência a argumentação enquanto “um funcionamento discursivo da ordem da política da linguagem” (Orlandi, 2023a, p. 12) no movimento autoral de dar corpo ao *linguajar carioca* seja em sua relação com o *dialeto* ou com o *falar brasileiro*. Ou seja, gestos de argumentação que se inscrevem “na ordem do processo de significação, da interpretação, da ideologia” (Orlandi, 2023a, p. 42).

Na tensão entre tratar-se de um *dialeto* ou de um *falar brasileiro*, contraditoriamente, diz-se pouco dizendo-se muito dos sujeitos e línguas indígenas e africanos.as. Sujeitos e línguas significados em discursividades racializadas que hierarquizam a apropriação das línguas, significadas como menores e/ou problemáticas; apagando esses sujeitos e línguas junto com a impossibilidade de se dizer de uma língua brasileira. Diz-se de uma *fala* do povo sustentada na oralidade do analfabetismo e de uma *língua* culta sustentada na correção da escrita.

O *Linguajar Carioca* é, lembremos, um instrumento linguístico tomado enquanto uma tecnologia urbana (Rodríguez-Alcalá, 2011, p. 198) que permite, por isso, “instrumentar também o espaço-tempo de vida, participando assim da constituição da cidade” (Rodríguez-Alcalá, 2011, p. 200). Conforme fomos entrando na textualidade d’O *Linguajar Carioca*, em um batimento entre descrição e interpretação, pudemos dar a ver gestos de análise que consideram o “funcionamento político das tecnologias linguísticas, através da análise de seus efeitos na constituição da forma das línguas, das sociedades e de seus espaços de vida” (Rodríguez-Alcalá, 2011, p. 214). Nessa direção, pudemos dar a saber que a posição a partir da qual se enuncia sobre o linguajar carioca e seus sujeitos e espaços, na tensão entre o regional e o nacional, é da posição de uma elite letrada metropolitana cuja alteridade se marca pelo inculto, pela periferia na metrópole, pelo iletrado, pela oralidade, pela dificuldade que faz mudar o português em razão de ele ser uma língua diferente das suas línguas com “estrutura inteiramente diversa do tipo flexional”.

Assim, se temos, na primeira edição, a assunção de uma autoria brasileira que defende que “[s]ubmeter o nosso falar diferente às formas portuguesas é um absurdo desprezível e servilmente colonial” (Nascentes, 1922, p. 12), inscrevendo-se, portanto, em um processo de descolonização linguística, temos, igualmente, conforme Medeiros, Esteves e Bonfante (2023, p. 5), a atualização de “divisões sociais pela língua e suas representações”. Como bem assevera Lagazzi (2013, p. 104), “a contradição nos desafia, no materialismo, a sempre tentar compreender que toda unidade se compõe por diferenças que não se dissipam e que se interdeterminam”.

Essas contradições, que vimos se inscreverem nas textualidades até aqui analisadas, nos fazem lembrar de que os processos de identificação são esburacados. Em nosso caso, a posição-sujeito, a partir da qual o nome de

autor Antenor Nascentes enuncia, oscila discursivamente – oscilação que, como depreendemos com Lagazzi (2015), é própria do processo de identificação que é

presidido pelo (des)conhecimento, e mais, o processo de identificação como um processo simbólico, um trabalho metafórico/metonímico na cadeia significante, justamente porque “o fato de que o *non-sens* do inconsciente, em que a interpelação encontra onde se agarrar, nunca é inteiramente recoberto nem obstruído pela evidência do sujeito-centro-sentido que é seu produto” (Pêcheux, 1988, p.300). Ou seja, a interpelação do sujeito à língua(gem), na história, está sempre exposta à incompletude e à contradição, sempre aberta à possibilidade de outras relações de identificação. (Lagazzi, 2015, p. 99)

Nesse sentido, chamamos a atenção para o que nossas análises permitiram compreender, a saber, que a discursividade inscrita no instrumento linguístico *O Linguajar Carioca*, em sua segunda edição, opera “como legitimador[a] das desigualdades endógenas, reproduzindo o colonialismo em nível doméstico” (Medeiros; Esteves; Bonfante, 2023, p. 5) uma vez que, dado o caráter transregional desse linguajar, conforme as análises de Costa, Goulart e Mello, “parece funcionar não apenas como uma metonímia, mas como uma metáfora do falar brasileiro” (Costa; Goulart; Mello, 2023, p. 341). No entanto, também pudemos ver que, na diferença colocada com o movimento de reedições, o caráter regional é circunscrito mais preponderantemente no prefácio da primeira edição, fazendo ressoar um processo metonímico mais que metafórico. Essa tensão nos fez voltar ao trajeto propositivo de Lagazzi (2013) em seu gesto discursivo de compreensão dos funcionamentos metafóricos e metonímicos. Segundo a autora,

[t]omando a cadeia significante como a estrutura de base para a realização da linguagem, metáfora e metonímia estarão sempre juntas, em determinação mútua, seleção e combinação, condensação e deslocamento, recalque e falta se constituindo em processos sempre em concomitância na realização da linguagem, a linguagem se produzindo no cruzamento desses processos. Metáfora e metonímia definindo o jogo da linguagem como um jogo significante e estruturando o discurso do inconsciente. [...] E tornando consequente meu investimento no cruzamento entre metáfora e metonímia, me proponho a falar em “metaforizações metonímicas da imagem”. (Lagazzi, 2013, p. 106-107; 109, grifos nossos)

A nosso ver, na primeira e na segunda edição, temos o funcionamento da ordem de uma metaforização metonímica em que linguajar, dialeto, subdialeto, falar, subfalar se inscrevem diferentemente nas contradições

equívocas de um nacional, um regional, uma unidade, uma diversidade na tensão entre Brasil/Portugal e Brasil/Brasil.

Eis um trabalho que não cessa de se expandir. Como já anunciamos, iniciamos nosso artigo com algumas pretensões, uma delas era voltar nosso olhar para língua e sujeitos no vocabulário em *O Linguajar Carioca*. Mas o trabalho se agigantou, porque é desmedido o que Nascentes nos possibilita ler, saber e refletir – ainda que nos atenhamos a uma de suas obras ou a partes de uma de suas obras –, e tomou rumos que não prevíamos. Para entrarmos no vocabulário, começamos por ler capa, dedicatória, prefácio, primeiro capítulo.... e veio a leitura de duas edições nos arrebatando. O confronto entre as edições de dois momentos distintos na nossa história – 1922 e 1953 – se fez imperioso. Prefácios e primeiro capítulo nos (des)velavam impasses tecidos pelo movimento de colonização e de descolonização linguística do Brasil do século XX. Prefácios e primeiro capítulo nos acenavam para dizeres possíveis e não possíveis sobre língua e sujeitos indígenas e africanos, mas também silenciavam línguas e sujeitos indígenas e africanos. As reflexões abriam searas que não tinham como ser podadas e não o fizemos, e também começaram a demandar outro(s) espaço(s), outro(s) texto(s) dado o tanto a analisar e a compreender. Ouvimos seu apelo e paramos aqui com o convite para prosseguirem na nossa jornada de leitura do vocabulário de Nascentes em outras paragens.

Referências

- ANDRADE, O. Manifesto da Poesia Pau-Brasil. *In*: Teles, G. M. **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro**: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. 16ª ed. São Paulo: Vozes, 1997.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 1992.
- AUROUX, S. **La raison, le langage et les normes**. Paris: PUF, 1998.
- CARNEIRO, S. “Terra nostra” só para os italianos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 dez. 1999. Opinião, [on-line]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2712199909.htm>. Acesso em: 7 fev. 2024.
- COSTA, T. de A. da; GOULART, B. A.; MELLO, G. N. de. Instrumentação linguística no espaço-tempo brasileiro: o nacional e o regional a partir de Said Ali e Nascentes. **Porto das Letras**, v. 9, n. 2, p. 312-346, 2023. DOI: 10.20873.239213.
- COSTA, T. de A. da; GOULART, B. A.; SOUZA, D. B. de; SANTOS, T. M. Língua(s) e sujeito(s) indígenas na/da Amazônia: perseguindo

- sentidos da(s) história(s) que a história da(s) língua(s) no/ do Brasil (não) conta. *In*: FRAGOSO, É. A.; DIAS, J. P.; OLIVEIRA JR., C. D. B. (org.). **Memória e atualidade da Amazônia: ensino e língua**, Campinas, SP: Pontes Editores, 2023, p. 281-310.
- DIAS, J.; NOGUEIRA, L. Gestos de Leitura da BNCC: Língua(s), Competência e Mundo do Trabalho no Ensino Fundamental. *In*: FLORES, Giovanna B. et al. (org.) **Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia**. Vol. 5. Ler o Brasil Hoje. Campinas: Pontes, 2021. p. 385-400.
- DIAS, J. P.; NOGUEIRA, L.; SOUZA, T. C. C. de. Sentidos de línguas brasileiras na BNCC: tensões entre imaginários de unidade e de diversidade. **Policromias** – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, v. 6, n. 3, p. 318-339, set.-dez. 2021.
- FARACO, C. A. **História do português**. São Paulo: Parábola, 2019.
- FONSECA, Rodrigo. Historicidade. *In*: Mariani, Bethania (Coord.), **Enciclopédia Virtual de Análise de Discurso e Áreas Afins (ENCIDIS)**. Niterói: UFF, 2020. Disponível em <https://youtu.be/fzKapXzLHbs>. Acesso: 12 set. 2020.
- GALINDO, C. W. **Latim em pó: um passeio pela formação do nosso português**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- GRANDE Dicionário Houaiss on-line**. *In*: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#3. Acesso em: 6 fev. 2024.
- HORTA NUNES, J. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. *In*: SCHERER, Amanda Eloina; PETRI, Verli (orgs). **Revista Letras: Língua, Sujeito e História**. v. 18. n. 37. Santa Maria, UFSM: Programa de pós-graduação em Letras, 2008, p. 107-133.
- LAGAZZI, S. Análise de Discurso: a materialidade significativa na história. *In*: DI RENZO, Ana Maria; DA MOTTA, Ana Luiza A. R.; OLIVEIRA, Tânia P. de (orgs.). **Linguagem, História e Memória** – discursos em movimento. Campinas: Pontes Editores, 2011. p. 275-290.
- LAGAZZI, S.. A imagem do corpo no foco da metáfora e da metonímia. REDISCO - Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo, v. v.2 n.1, p. 104-110, 2013.
- MARTINS, C. Mirandês: estado da arte, produtos e projectos. *In*: Associação portuguesa de linguística (org.). **Mostra de Linguística – A linguística em Portugal: estado da arte, projectos e produtos**. Reitoria da Universidade de Lisboa, 2006. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/144051121.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2024.
- MARIANI, B. **Colonização linguística: língua, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

- MEDEIROS, V. Um glossário contemporâneo: a língua merece que se lute por ela. **Revista Rua**, n. 18, 2012.
- MEDEIROS, V., BONFANTE, G. M., ESTEVES, P. M. da S. Descolonização e decolonialidade: considerações sobre línguas no espaço brasileiro, 2023. **Todas As Letras** - Revista De Língua E Literatura, 25(2), 1-17.
- MODESTO, R., FONTANA, L. da S. “Terreiro” e “macumba”: tensões de raça e classe nas ordens das significações. **Porto Das Letras**, 6(5), 219-244. 2020.
- MODESTO, R. Os discursos racializados. *In: Revista Abralin*, v. XX, n. 2, p. 1-19, 2021.
- NASCENTES, A. **O Linguajar Carioca**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Org. Simões, 1953a [1922].
- NASCENTES, A. **O Linguajar Carioca em 1922**. Rio de Janeiro: Livraria científica brasileira/ Sussekind de Mendonça & Comp., 1922.
- NASCENTES, A. **O Linguajar Carioca em 1922** [livro eletrônico]. Organização Marcelo Rocha Barros Gonçalves, Roberto Leiser Baronas. - Araraquara, SP: Letraria, 2023.
- NASCENTES, A. Discurso do Professor Antenor Nascentes ao receber o título de Professor Emérito do Colégio Pedro II na noite de 23 de setembro de 1952. *In: DOBBERT, Franz et alli* (org.). **Revista Internato**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, p. 135-142, 1953b.
- ORLANDI, E. Segmentar ou recortar. *In: Série Estudos*. n. 10. Faculdades Integradas de Uberaba (lingüística: Questões e Controvérsias), 1984. p. 9-26.
- ORLANDI, E. **Terra à vista, discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez, 1990.
- ORLANDI, E. **As formas do silêncio** – no movimento dos sentidos. 1ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- ORLANDI, E. **Discurso e argumentação: um observatório do político**. Fórum Lingüístico, Florianópolis, n. 1, p. 73-81, jul- dez, 1998.
- ORLANDI, E. (org.) **História das Idéias Lingüísticas: Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional**. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat, 2001.
- ORLANDI, E. Processo de descolonização lingüística e lusofonia. *In: ORLANDI, Eni* (org.). **Língua brasileira e outras histórias**. Campinas: RG editores, 2009.
- ORLANDI, E. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 9ª edição, Campinas, SP: Pontes, 2010.
- ORLANDI, E. Espaços lingüísticos e seus desafios: convergências e divergências. RUA [online]. 2012, n. 18. Volume 2. ISSN: 1413-2109 – Consultada no Portal Labeurb – **Revista do Laboratório de**

- Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade.** Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>.
- ORLANDI, E. **Argumentação e Análise de Discurso: conceito e análises.** 1ª edição, Campinas: Pontes, 2023a.
- ORLANDI, E. Reflexões sobre escrita, educação bilíngue e sociedade. In: FRAGOSO, Élcio; CAMARGOS, Quesler; FACUNDES, Sidney (orgs.) **Conhecimento, ensino e política de línguas na Amazônia.** Campinas: Pontes, 2023b.
- ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. Formação de um espaço de produção linguística: A gramática no Brasil. In: ORLANDI, E. (org.) **História das ideias linguísticas: Construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional.** Campinas, SP: Pontes; Cárceres, MT: Unemat, 2001.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** 1ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988 [1975].
- PÊCHEUX, M., GADET, F., CONEIN, B., COURTINE, J-J., MARANDIN, J-M. **Materialidades Discursivas.** Campinas: Editora da Unicamp, 2016 [1981].
- PÊCHEUX, M., GADET, F. **A Língua Inatingível.** Tradução de B. Mariani e M. E. Chaves de Mello. Campinas: Pontes. 2004 [1981].
- PETRI, V.; MEDEIROS, V. G. de. Da língua partida: nomenclatura, coleção de vocábulos e glossários brasileiros. **Letras**, [S. l.], n. 46, p. 43–66, 2013.
- PFEIFFER, C. R. C.; COSTA, T. de A. da; MEDEIROS, V. G. de. Notas sobre o “Vocabulário Orthographico da Língua Portuguesa, precedido das regras concernentes às principais dificuldades orthographicas da nossa língua”, de Said Ali. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 25, n. 49, p. 297-333, 2022. DOI: 10.20396/lil.v25i49.8669189. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/article/view/8669189>.
- PFEIFFER, C. R. C.; COSTA, T. de A. da; GOULART, B. A. O nativo, o nacional e o estrangeiro: história da(s) língua(s) no/do Brasil em dizeres de SAID ALI. In: Gesualda dos Santos Rasia; Lígia Negri e Patrícia Rodrigues (orgs.). **Celsul 25 Anos: Práticas linguageiras e gramaticais.** São Paulo: Mercado das Letras, 2024 (no prelo).
- RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Apresentação: Gramática, Escrita e Cidade. bvCLB – **Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem no Brasil.** 2008.
- RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Escrita e gramática como tecnologias urbanas: a cidade na história das línguas e das ideias linguísticas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 53, n. 2, p. 197-217, 2011.
- RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Relações entre língua, espaço e tecnologias: a Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem no Brasil como artefato de

- leitura da cidade. *In*: DIAS, C. P.; COSTA, G. C. da; BARBAI, M. A. (org.). **Artefatos de Leitura**. Campinas: Labeurb/Nudecri/Unicamp, 2020. p. 103-122.
- SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral** – organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27^a ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1970].
- VASCONCELOS, J. L. de. **Esquisse d'une dialectologie portugaise**. Thèse pour le Doctorat de l'Université de Paris (Faculté des Lettres). Paris, Lisboa: AULLAUD & C10, 1901.

CAPÍTULO 8

LÍNGUA(S) E SUJEITO(S) INDÍGENA(S) E AFRICANO(S) EM *O LINGUAJAR CARIOCA*, DE ANTENOR NASCENTES – PARTE II

Claudia Castellanos Pfeiffer
Thaís de Araujo da Costa

O racismo faz diferença
(Ta-Nechisi Coates, 2019, p. 17¹).

Introdução

Como apresentamos no capítulo anterior, nosso trabalho se insere no que estamos chamando de uma História das Ideias Linguísticas Materialista, a partir de nossa inscrição na História das Ideias Linguísticas, em diálogo estruturante com a Análise de Discurso Materialista. Nosso olhar se debruça sobre a obra conhecida como *O Linguajar Carioca* de Antenor Nascentes, nome de autor de fundamental importância no processo de gramatização brasileiro (Auroux, 1992; Orlandi, 2001). Como já pudemos observar na primeira parte de nosso percurso de leitura, em sua primeira edição (1922), o nome da obra é outro – *O Linguajar Carioca em 1922* –, no entanto, o efeito que se estabilizou é de que, desde sempre, o título foi o mesmo.

Já nos ocupamos de buscar compreender parte do que se inscreve na diferença e na coincidência entre essas duas edições (1922 e 1953) no que se refere à capa, à dedicatória, ao prefácio e ao primeiro capítulo. Propomos, agora, lançar nosso olhar ao capítulo “Vocabulário” da segunda edição, conversando produtivamente com o que Costa, Goulart e Mello (2023) compreenderam sobre o capítulo “Léxico” da mesma edição, e voltando-nos, quando oportuno, à primeira edição em suas diferenças. Nosso objetivo se mantém o mesmo, qual seja, queremos compreender parte dos processos de significação em jogo nas discursividades que apontam para o(s) lugar(es) destinado(s) à(s) língua(s) e ao(s) sujeito(s) indígena(s) e africano(s) nessa textualidade. Mais precisamente visamos compreender os efeitos dessa

¹ Prefácio à obra *A origem dos outros*, de Toni Morrison (2019).

tensão, buscando fazer ver o que (não) se diz sobre essas línguas e sujeitos no espaço regional/nacional.

Para dar corpo ao que formula como *linguajar carioca*, a primeira edição divide-se, após os textos iniciais já trabalhados anteriormente, em: “Fonologia”, “Morfologia”, “Sintaxe” e “Vocabulário”, nessa ordem. A segunda edição mantém a hierarquização em níveis linguísticos, o que nos diz da filiação a uma perspectiva formalista a partir da qual se dá a segmentação da língua em estratos, por vezes, incomunicáveis e com objetos próprios. Nela, há ainda a inclusão de um capítulo intitulado “Léxico” entre “Sintaxe” e “Vocabulário”, o que aponta também para um movimento entre a generalização e a especificação muito interessante na textualidade filiada a esse nome de autor. Em “Léxico” diz-se de modo geral sobre a constituição desse nível do chamado linguajar carioca, ao passo que em “Vocabulário” apresenta-se de modo específico os itens que o comporiam.

Tanto em “O dialecto brasileiro”, na primeira edição, como em “O falar brasileiro”, na segunda edição, como vimos anteriormente, presentifica-se, de modos distintos, a necessidade de responder-se à pergunta sobre as diferenças existentes entre o português do Brasil e o de Portugal. Nesse gesto, mobiliza-se a seguinte citação de Meyer-Lübke (apud Nascentes, 1922, p. 17; 1953, p. 14, grifo nosso): “[a] diferença mais notável (da língua das colônias e ex-colônias) relativamente aos românicos europeus dá-se naturalmente no vocabulário, por isso que a peculiar cultura destes países quase os obriga a receber muitas palavras *estranhas*”. No caso do Brasil, que palavras estranhas seriam essas? É o que buscaremos compreender na próxima seção, ainda perseguindo a relação entre línguas, sujeitos e espaço.

O vocabulário do linguajar carioca segundo Nascentes

Características gerais do capítulo: funcionamento e memória

Como vimos anteriormente, Costa, Goulart e Mello (2023), observando, no capítulo “Léxico” da segunda edição, o apagamento da filiação de palavras postas como próprias do chamado linguajar carioca às línguas portuguesa e indígena, concluem que há nesse capítulo dois deslocamentos concomitantes, a saber: “1. o dos elementos portugueses para um lugar secundário, ao lado de elementos indígenas e africanos” (Costa; Goulart; Mello, 2023, p. 343) – e isso a despeito de em outros capítulos, contraditoriamente, à língua portuguesa ser atribuído um lugar de origem da língua do Brasil –; e “2. o do lugar de origem de itens lexicais para o território brasileiro”, de modo que “o Brasil (os seus diferentes espaços geográficos) passa a ser a referência da língua do Brasil (dos seus diferentes subfalares) e

da sua unidade imaginária” (Costa; Goulart; Mello, 2023, p. 343). Com o objetivo de dar continuidade à reflexão sobre o funcionamento descrito pelas autoras, voltaremos aqui nosso olhar para o capítulo “Vocabulário”.

As duas edições contam com cerca de 780 verbetes. As alterações realizadas entre as edições são poucas e muito interessantes: dizem respeito à correção de ordem alfabética, inclusão ou retirada de verbebo e redução ou prolongamento da definição – o que pode implicar a inclusão de um termo técnico; da referência à língua posta como originária, em caso de neologismos reconhecidamente produzidos a partir de estrangeirismos, ou ainda da palavra “antiquado” após a definição, produzindo o efeito de não pertinência para 1953 do sentido registrado em 1922².

De um modo geral, o nome de entrada do verbebo é apresentado pela forma legitimada na/pela escrita formal, seguida de outra que supõe apreender a forma falada (*avançar, avançá; borboleta, brabuleta; coronel, coroné; doutor, dotó; embrulhar, embruiá; empada, impada* etc.), fazendo funcionar a tensão que vimos, no capítulo anterior, entre a fala do povo e a língua culta, entre oralidade proveniente do analfabetismo e escrita proveniente da erudição. Há, no entanto, mais raramente, entradas que só apresentam a forma legitimada ou, ainda mais raramente, só a forma falada (nesse caso, em sua maioria referente ao imaginário infantil, como *dandá, dodói, pipi*³). Essa antecedência regular da escrita sobre a oralidade nos chama bastante atenção por se tratar de uma obra que se propõe a descrever, a *fixar*, como se diz no prefácio à segunda edição, um *falar*. Há, pois, uma tensão entre a escrita e a oralidade em que se presume, na evidência, a unidade da escrita e a variedade da oralidade.

Também queremos observar que alguns sentidos registrados em Nascentes aparecem em dicionários contemporâneos de forma não marcada, isto é, a eles não é atribuída a marca de regionalismo próprio do Rio de Janeiro ou de uso informal. Consultamos para tal comparação, pela relevância que lhe é atribuída no espaço nacional e internacional, o *Grande Dicionário Houaiss on-line* (doravante GDH). Assim, temos, por exemplo, na primeira e na segunda edição para a entrada “baptizar” a definição “pôr água no leite ou no vinho” (Nascentes, 1922, p. 95; 1953, p. 184), que comparece no GDH (on-line) como “adulterar (líquido), misturando-lhe outro líquido (p. ex., água) (b. um vinho)”. O mesmo pode-se dizer da entrada “carioca” definida como “natural do Distrito Federal” na primeira edição (Nascentes, 1922, p. 100) e como “natural do Distrito Federal, relativo ao Distrito

² O estudo comparativo das alterações realizadas da primeira para a segunda edição nesse capítulo merece um trabalho à parte. Aqui, em função de nossos objetivos, iremos apontá-las genericamente.

³ Notamos, portanto, que a forma isolada proveniente da oralidade, sem ser antecedida pela escrita legitimada, se autoriza por se manifestar em uma fala infantil, em um vir-a-ser alfabetizado; letrado.

Federal” na segunda (Nascentes, 1953, p. 188)⁴. A primeira definição desse verbete no GDH (on-line) é “relativo à cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro, ou o que é seu natural ou habitante”.

Também flagramos no GDH a repetição formal, e igualmente sem qualquer marcação, de sentidos registrados em Nascentes, mas que produzem para nós um efeito de variação informal. Esse é o caso, por exemplo, de “Abiscoitar, abiscoitá”, definido em ambas as edições como “conseguir, obter” (Nascentes, 1922, p. 93; 1953, p. 183) e, no GDH (on-line, grifo nosso), como “(1844) t.d. *conseguir ou obter*; abichar <abiscoitaram muitas piadas entre os novos colegas>”. Tais comparecimentos nos permitem considerar que algumas definições, significadas em 1922/1953, em relação à língua de Portugal, como regionais (seja do Rio de Janeiro, seja do Brasil), hoje são tomadas como pertencentes ao léxico padrão da língua nomeada portuguesa no/do Brasil. Esse seria o caso de *batizar* e *carioca*. Mas, mais do que isso, em tais comparecimentos, a nosso ver, se faz significar também uma equivocidade espacial e/ou temporal, que produz para tais entradas e definições um efeito de universalidade, independentemente do espaço e do tempo em que tal língua é falada. Nesse sentido, é interessante observar ainda que, no GDH, o sentido inscrito no enunciado definidor de “Abiscoitar, abiscoitá” é datado como de 1844, ou seja, 78 anos antes da publicação da primeira edição da obra de Nascentes.

Já “boiar, boiá: dansar mal a quadrilha, comer”, “caju: tolo” e “chaleira, chalera: adulator” (Nascentes, 1922, p. 96; 98; 100, respectivamente; 1953, p. 185; 187; 188, respectivamente), por exemplo, comparecem com marca de regionalismo delimitado ao espaço do Rio de Janeiro e de informalidade, na primeira definição do primeiro caso, ou com marca de brasileirismo e informalidade, nos demais (GDH, on-line), e isto a despeito de a definição registrada em Nascentes ser quase integralmente repetida do ponto de vista formal. A exceção é que, no GDH, em “boiar”, com o apagamento do objeto “a quadrilha”, para o sentido de “dançar mal”, produz-se um efeito de generalização em relação a qualquer tipo de dança. Sobre o terceiro caso, cabe ainda pontuar que, após a definição, na segunda edição, foi incluída a palavra *antiquado*. O sentido fotografado, para utilizarmos uma expressão de Nascentes, em 1922, entretanto, sobretudo para a forma verbal *chaleirar*, segue não apenas dicionarizado como em circulação no Brasil.

Ainda perseguindo as ressonâncias do “Vocabulário” de Nascentes no discurso lexicográfico contemporâneo, notadamente a partir da análise comparativa com o GDH (on-line), pudemos também observar o não comparecimento de determinadas entradas e/ou definições. Não

⁴ Lembremos aqui que o Rio de Janeiro foi capital do Brasil de 1763 a 1960, quando esta então foi transferida para Brasília.

encontramos no GDH, por exemplo, o verbete “Fandaguaçu”, formado pela combinação do substantivo de origem espanhola *fandango* com o pospositivo de origem tupi *gma'su* (grande) e definido, na primeira edição, como “grande fandango, baile” e, na segunda edição, como “grande fandango, baile de arromba” (Nascentes, 1922, p. 108; 1953, p. 174). Já a entrada “cebola”, embora conste no GDH (on-line), não apresenta o sentido registrado em ambas as edições d’O *Linguajar*, qual seja, “relógio grande” (Nascentes, 1922, p. 100; 1953, p. 188), e isso apesar de esse sentido seguir em circulação no espaço enunciativo brasileiro.

Ademais, muitos dos sentidos que comparecem no “Vocabulário” são datados no GDH como anteriores ao século XX. Esse é o caso de “abonado” cuja datação, como vimos, é de 1844, mas há outros que são referidos ao século XVIII, como “banana: indivíduo sem energia; [certo]⁵ gesto obsceno” (Nascentes, 1922, p. 95; 1953, p. 184), reescrito, no GDH (on-line), como “indivíduo covarde”, marcado como informal e pejorativo e datado de 1727. Outros, como os de *boiar*, *caju* e *chaleira* supramencionados, recebem datação de 1922 – ano, como sabemos, de publicação da primeira edição d’O *Linguajar Carioca*. Nas referências do GDH (on-line), constam 11 obras de 1922, incluindo a que aqui tomamos como objeto de análise. Das outras 10, sete são literárias; uma é o volume I de *Gramática e Linguagem*, de Mário Barreto, e as outras duas referem-se a reedições de dicionários portugueses, sendo um técnico: o *Diccionario historico dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes ou a serviço de Portugal*, de Francisco Marques de Sousa Viterbo; e outro geral: o *Novo dictionario da lingua portuguesa*, de Antônio Cândido de Figueiredo. Deste último, tivemos acesso às edições de 1913 e de 1949. Na primeira, não comparecem os sentidos registrados em Nascentes para essas entradas, mas na segunda tais sentidos já se fazem presentes. Por isso, não há por ora como afirmar que a referência ao ano de 1922 em tais verbetes constitui-se como sintoma no GDH (on-line) de ressonâncias da obra de Nascentes.

Como vimos na parte I de nosso percurso de leitura, da primeira para a segunda edição, o título do livro passa por uma alteração significativa que apaga a circunscrição temporal do seu objeto: *O Linguajar Carioca em 1922* > *O Linguajar Carioca*. Essa alteração é assim justificada no prefácio à segunda edição: “[m]udei o título da obra por haver ele agora perdido a oportunidade” (Nascentes, 1953, n.p.). Tendo em vista as constatações até aqui expostas sobre o funcionamento do “Vocabulário”, como ler essa justificativa? Perdeu a oportunidade porque agora estamos em 1953 e o estado da língua fotografado é outro? Se assim é, por que não dizer *O Linguajar Carioca em 1953*? E mais, como se justificaria, nessa perspectiva, o apagamento e a manutenção de palavras/sentidos de 1922 para 1953 ou, ainda, o

⁵ Colocamos entre colchetes a inclusão feita na segunda edição.

comparecimento na primeira edição de sentidos hoje datados como anteriores a 1922? Estaria esse apagamento da circunscrição temporal no título relacionado a uma filiação de sentidos relativa à concepção de *estado da língua* em jogo? Se sim, ainda que o *Curso de Linguística Geral*, obra de 1916 cuja autoria é atribuída a Ferdinand de Saussure, não compareça nas referências das duas edições d'*O Linguajar*, o apagamento da locução que exprime a ideia de tempo poderia nos dizer da circulação das ideias saussurianas em solo brasileiro. Nesse caso, o conceito de *estado da língua* implicaria a consideração, a partir da segunda edição, não mais de recortes estanques como poderia fazer supor o título da primeira edição, mas sucessivos na constituição de uma diacronia, tal como estaria previsto na reflexão saussuriana⁶

Não temos respostas para essas questões, mas julgamos importante deixá-las aqui registradas enquanto provocações por entendermos que as

⁶ Para uma reflexão a respeito dos conceitos de sincronia e diacronia em Saussure, retomamos aqui as considerações de Costa (2021, p. 75-76): “[c]oncernente ao conceito de sincronia, Gadet ([1987] 1996, p. 55) propõe uma interessante reflexão. Afirma a autora: ‘Mas ‘sincronia’ não é para se considerar como um simples equivalente de ‘estado da língua’, realidade empírica que autoriza discussões (trata-se de um momento pontual ou de um período? Um período de que dimensão?)’. Em seguida, constatando que a língua está sempre mudando, conclui que não é possível observar o estado sincrônico, sendo necessário, por isso, tomar a sincronia como um conceito que permite definir teoricamente o sistema abstrato. No caderno II de anotações de Riedlinger do segundo curso de linguística geral ministrado por Saussure na Universidade de Genebra entre 1908 e 1909 (Riedlinger/Saussure, 1997), vemos que o linguista genebrino, reconhecendo essa indeterminação do conceito de sincronia que faz parecer que tudo que é simultâneo pertenceria a uma mesma ordem, teria inclusive proposto que, para se referir a uma língua determinada em um momento determinado, se acrescentasse antes do adjetivo sincrônico o prefixo *idio-* (idiosincrônico) – especificação essa que seria, pois, desnecessária ao se tratar de fenômenos diacrônicos. De Mauro ([1967] 2005), em edição crítica do *Curso*, lembra que, em 1929, os linguistas de Praga, criticando a separação entre sincronia e diacronia, defendiam a impossibilidade de se levantar barreiras intransponíveis entre a análise sincrônica e a análise diacrônica baseados no argumento de que se, por um lado, uma vez que a consciência dos falantes se limita aos estados em via de aparecimento ou de superação, é possível eliminar a consideração diacrônica da sincrônica, por outro, por ser no sistema que as transformações são produzidas, não é possível desconsiderar a sincronia nas análises diacrônicas. Para De Mauro, entretanto, esta, assim como outras discussões sobre o *Curso*, apresenta alguns equívocos, visto que ‘a atitude fundamental de Saussure é que a oposição entre sincronia e diacronia é uma oposição de ‘pontos de vista’; ela tem um caráter metodológico concernente ao pesquisador e ao seu objeto [...] e não ao conjunto de coisas das quais se ocupa o pesquisador, sua matéria’ (De Mauro, [1967] 2005, p. 453, tradução minha). De Mauro lembra ainda que, no *Curso*, afirma-se que a cada instante a língua implica simultaneamente um sistema estabelecido e uma evolução, sendo por isso ao mesmo tempo uma instituição atual e um produto do passado. Assim, conclui o comentarista, que, do ponto de vista do método da pesquisa e da exposição, é impossível negar a coexistência da dupla perspectiva sincrônica e diacrônica por consistir em ‘uma rigorosa consequência da noção de arbitrariedade do signo’ (De Mauro, [1967] 2005, p. 455, tradução minha)”.

filiações teórico-conceituais determinam o objeto língua descrito, fazendo-se significar na forma material do instrumento linguístico em análise.

Por último, importa ressaltar que essas ausências e presenças, no movimento de reedições d'O *Linguajar*, mas também destas em relação a dicionários contemporâneos, nos dizem da constituição em rede do discurso lexicográfico. Independentemente d'O *Linguajar* ser ou não a fonte referida no GDH (on-line) nas acepções datadas de 1922, ao lermos dicionários produzidos em diferentes épocas, como explicam Costa, Medeiros e Petri (2022, p. 18), “é possível reconhecer a força dos movimentos de repetição e ressonância estabelecendo a produção do conhecimento sobre a língua em redes”. Assim, entendemos que há um horizonte de retrospecto (Auroux, 1992) que constitui o dizer lexicográfico do capítulo “Vocabulário” d'O *Linguajar* desde a sua primeira edição, a qual, ao lado de outras textualidades, constitui ainda o horizonte da segunda. Dito de outro modo, tal “Vocabulário” não se produziu do nada, mas *a partir de e em relação a* outros dizeres já então em circulação. Sintomas disso são, por exemplo, as referências encontradas ao final do livro, de diversos vocabulários e dicionários – e, dentre estes, a edição de 1925 do dicionário de Figueiredo referido acima. Da mesma sorte, entendemos que a obra de Nascentes produz um horizonte de projeção (Auroux, 1992), isto é, se inscreve na memória e funda nessa uma região de dizeres (im)possíveis sobre o léxico do Rio de Janeiro/do Brasil, mas também da Língua Portuguesa, enquanto língua (trans)nacional (Costa, 2019), fazendo-se ecoar em dicionários contemporâneos como o GDH.

Línguas e sujeitos no vocabulário

Como dito, há línguas que comparecem marcadamente no “Vocabulário”. Assim, temos, desde a primeira edição, a referência a línguas que, a partir de empréstimos, estariam na origem de neologismos, como em: “cuca: cozinheiro; alteração do inglês *cook*” e “pixute: esplêndido, elegante (do francês *pschutt*)” (Nascentes, 1922, p. 103; *ibid.*, p. 120). Outra língua que se faz materialmente presente, embora não nomeada, é o latim, sobretudo na segunda edição, quando vemos a inclusão de termos técnicos filiados a um dizer da ciência: “condessa, condensa — fruta parecida com a de conde. Da *Anona reticulata* (família *Anonaceae*)” (Nascentes, 1953, p. 190, grifo nosso). Em ambos os casos, as línguas nomeadas e/ou em menção funcionam diferentemente como instrumentos de legitimação. No primeiro caso, considera-se que as formas provenientes de línguas outras se fazem significar nos nomes de entrada, sendo tais línguas nomeadas na definição como uma

⁷ A parte que sublinhamos foi incluída na segunda edição.

espécie de argumento de autoridade (por serem línguas nacionais, mas não de quaisquer nações). No segundo caso, embora a língua não seja nomeada, a expressão latina funciona como argumento de autoridade por colocar em cena o discurso da ciência. Ou seja, legitimam-se, assim, com a mobilização de tais línguas, respectivamente, a forma atribuída ao vocabulário carioca/brasileiro e a definição que se atribui ao nome de entrada.

Nada se diz sobre línguas indígenas e africanas. Nada se diz *sobre*, mas elas também se fazem presentes, e muito. Dos aproximadamente 780 verbetes, cerca de 30 nomes de entrada se filiam/são filiados a línguas indígenas, sem nomeá-las. Porém, conforme observado em consulta ao GDH (on-line), apenas o nome de uma língua indígena comparece, a saber, a que se designa como tupi. Dos 780 verbetes, cerca de 40, de acordo com o mesmo dicionário, se filiam/são filiados a línguas africanas diversas – dentre elas quimbundo, quicongo, umbundo, ambundo, suaíle, quinguana, ronga, nhúngue e outras não nomeadas, mas referidas genericamente como dialetos de um dado espaço (por exemplo, dialeto de Angola) ou, metonimicamente, pela alusão ao continente ou ao conjunto linguístico a que pertencem (nesse caso, diz-se que é de origem africana ou banta, respectivamente).

Esse movimento de ir ao GDH (on-line), a partir dos verbetes do “Vocabulário” de Nascentes, em busca de línguas indígenas e africanas, colocou para nós um efeito de (des)conhecimento sobre tais línguas produzido a partir do lugar do saber científico sobre a língua portuguesa. A origem, quando assinalada como indígena ou africana, na maioria das vezes, é tomada como provável, duvidosa ou controversa, havendo mais de um étimo possível em disputa, por vezes filiado a diferentes línguas africanas ou a línguas africanas e indígenas ou ainda a línguas outras. Outro ponto que merece destaque é que, quando se atribui o étimo a uma língua indígena, essa língua é sempre a que se nomeia como tupi e que, no discurso (meta)linguístico sobre a língua portuguesa, costuma-se tomar como a língua gramatizada, isto é, fixada pelos jesuítas no século XVI. Ou seja, enquanto, como efeito da gramatização, a língua indígena é posta como *uma*, apagando-se, assim, a heterogeneidade das línguas indígenas brasileiras e as suas contribuições para a língua do Brasil⁸, as línguas africanas são várias e dispersas⁹, tais quais os sujeitos negros africanos que foram sequestrados, escravizados e traficados para o Brasil colônia.

Quanto à forma como esses significantes são apresentados/ presentificados enquanto nomes de entrada, observamos dois tipos de

⁸ Sobre essa questão, ver, por exemplo, Costa; Goulart; Souza; Santos, 2023.

⁹ E isso a despeito de pelo menos uma dessas línguas ter também passado por gramatização no espaço brasileiro durante a colonização. Referimo-nos aqui à *Arte da língua de Angola*, do padre jesuíta Pedro Dias, a qual foi escrita na Bahia e publicada em Lisboa em 1697.

apropriação distintos: 1) aportuguesamento com adaptação gráfica¹⁰ e sonora da forma indígena ou africana, como em *guri* e *mandinga*, respectivamente, conforme o GDH (on-line), do tupi *guri'* (bagre marinho) ou, mais provavelmente, de *guri* (pequeno, criança) e do topônimo de origem banta *Manding*¹¹; e 2) formação de palavras por derivação com a combinação da base indígena ou africana a elementos mórficos portugueses, como em *gurizada* (guri+z+ada), *mandigaria* (manding+aria), *mandingueiro* (manding[u]+eiro).

Importa também observar que as palavras de origem indígena e africana, além de passarem por uma apropriação formal, comumente passam também por um processo de apropriação semântica por meio do qual são deslocadas das redes parafrásticas em que se inscreviam. Assim, por exemplo, se consideramos a etimologia de *mandinga* apresentada pelo GDH (on-line), temos que o nome do local onde se encontravam sujeitos significados pelo colonizador como feiticeiros passa, por meio do processo de conversão de substantivo próprio em comum, a identificar, metonimicamente, a prática a eles atribuídas, isto é, a feitiçaria (Nascentes, 1953, p. 198) ou o que se tem por seu produto: o *feitiço* (Nascentes, 1922, p. 114)¹². Do mesmo modo, *caipora*, do tupi, de acordo com o GDH (on-line), *kaa'pora* (habitante do mato), passa a sinônimo de *infeliz* (Nascentes, 1922, p. 98) ou *infeliz constantemente* (Nascentes, 1953, p. 186). Como de habitante do mato chega-se a infeliz talvez nunca possamos precisar, mas não podemos esquecer que é o olhar do colonizador que está em jogo, um colonizador, branco, cristão e urbano.

Que (não) dizer de língua é também (não) dizer sobre sujeito¹³ é pressuposto teórico de uma História das Ideias Linguísticas Materialista. Assim, entendemos que o apagamento das línguas indígenas e africanas no “Vocabulário”, bem como nos capítulos iniciais da obra de Nascentes, um

¹⁰ Não podemos esquecer que essas línguas eram originalmente ágrafas e que a sua escrita, pelo menos no caso das línguas indígenas, já constitui um processo de apropriação. Sobre isso, Cf. Mariani, 2004.

¹¹ Apesar de essa ser a etimologia tradicionalmente mais aceita, Lopes (2020), no *Novo Dicionário Banto do Brasil*, com ela não concorda, defendendo estar a palavra associada à prática do fetichismo entre os congueses, consistindo na conjugação de *ma-(e)dinga* (tipo de amuleto trazido no pescoço) e *ma-ndinga* (gritaria de injúria).

¹² Processo semelhante parece ocorrer com *canjerê*. Definido na primeira e na segunda edição de Nascentes como feitiçaria, é classificado pelo GDH (on-line) como de origem obscura, provavelmente africana. Lopes (2020, p. 75), no entanto, apresenta três étimos prováveis: “*njele*, cabaça cheia de pequenos objetos, usada nas longas sessões de exorcismo do povo ndau, de Moçambique”; “**nkengele*, rodopiar, girar”, do quicongo; ou “**khongela*, adorar, orar, rezar”, do ronga.

¹³ Sejamos enfáticas: dizer de língua é também *dizer e não dizer sobre o sujeito*; não dizer da língua é também *dizer e não dizer sobre o sujeito*.

homem preto – diga-se –, é efeito do apagamento dos sujeitos nessas/dessas línguas na construção do Brasil e da sua língua enquanto língua nacional. Apagamento este que, como assinala Sueli Carneiro (1999, on-line) no segundo excerto em epígrafe da primeira parte deste estudo, configura-se como “um projeto de nação que vem sendo construído nestes 500 anos” e que, como esclarece em outro momento (Carneiro, 2023, p. 49), está relacionado, por um lado, à instituição de uma “hierarquia cromática e de fenótipos que têm na base o negro retinto e no topo ‘o branco da terra’” e, por outro, à política de embranquecimento, enquanto projeto estético e eugênico.

Contudo, se não há no “Vocabulário” um dizer sobre línguas indígenas e africanas – o que há é um gesto de apropriação a partir da sua incorporação ao léxico do que se formula como *linguajar carioca* –, o mesmo não se dá em relação aos sujeitos brasileiros convocados nos modos de significar as palavras de entrada. Para refletir acerca desse comparecimento, recortamos verbetes em que: i) o nome de entrada diz sobre sujeitos e está etimologicamente filiado a línguas indígenas e africanas, identificadas, respectivamente, como LI e LA¹⁴ (Quadro 1) e ii) a definição presentifica dizeres racializados sobre sujeitos não brancos (Quadro 2). Esses nomes foram organizados nos Quadros 1 e 2 de acordo com aquilo que, na esteira da proposta de Horta Nunes (2006), designamos como espaços discursivos em um campo discursivo racializado.

Horta Nunes estabelece uma produtiva distinção entre seleção e determinação dos nomes inscritos nas entradas lexicais relacionadas a campo e espaço discursivos¹⁵. Para ele,

[a] seleção do nome coloca em jogo um determinado campo discursivo, aquele dos discursos possíveis para esse nome, consideradas as condições de produção do dicionário em questão. Já a determinação do nome seleciona no interior desse campo um espaço discursivo, em que funcionam de modo específico certas formações discursivas (Horta Nunes, 2006, p. 37).

Para nós, os espaços discursivos racializados são efeitos de sentido de gestos de interpretação em que seleções afetadas por discursividades racializadas (Modesto, 2021) – portanto, um campo discursivo – implicam em determinações dos nomes recortados para comporem o “Vocabulário”. Dito isto, passemos ao Quadro 1.

¹⁴ Como se verá, optamos por manter as duas filiações quando o GDH (on-line) coloca a origem do vocábulo como controversa, apresentando mais de um étimo possível, sendo ao menos um deles filiado a uma língua africana e outro a uma língua indígena.

¹⁵ Quanto às distinções entre universo, campo e espaço discursivos, remetemos à discussão que Costa (2019) faz a partir de Courtine (2009 [1981]) e Maingueneau (2007 [1984]).

Quadro 1 – Verbetes cujos nomes de entrada dizem sobre sujeitos racializados sem referência marcada na definição				
Espaços discursivos em um campo discursivo racializado	Nome de entrada	Definição 1ª ed. (1922)	Definição 2ª ed. (1953)	Origem provável segundo GDH
Nomes que significam os sujeitos pejorativamente	Arara	indivíduo tolo, inábil (p. 94)	Idem (p. 183)	LI
	Bagunceiro	[verbe te ausente]	indivíduo que bagunçaceia (p. 184)	LA
	Baiacu	indivíduo gorducho, inchado à semelhança do peixe que tem êsse nome (p. 95)	Idem (p. 184)	LI
	Banana	indivíduo sem energia [...] (p. 95)	Idem (p. 184)	LA
	Cabungo	indivíduo à-toa (p. 97)	Idem (p. 186)	LA
	Caju	tolos (p. 98)	Idem (p. 187)	LI
	Capenga	indivíduo que puxa de perna (p. 99)	indivíduo que puxa de uma perna (p. 187)	LA
	Careca, quereca	calvo (p. 100)	Idem (p. 188)	LA
	Coroca	velha desdentada e feia (p. 103)	Idem (p. 190)	LA/LI
	Pamonha	[...] indivíduo moleirão (p. 117)	Idem (p. 200)	LI
Punga	indivíduo sem valor (p. 120)	Idem (p. 202)	LA/LI	
Nomes que dizem de profissões ou práticas que demandam habilidade física	Capanga	guarda-costas de político (p. 99)	Idem (p. 190)	LA
	Capoeira, capuera	indivíduo hábil no jôgo da nacional de defesa (p. 99)	indivíduo hábil na capoeiragem (p. 188)	LI/LA
	Carapina	carpinteiro (p. 100)	Idem (p. 188)	LI
Nomes que designam praticantes de religiões afro	Mandingueiro, mandiguero	feiticeiro (p. 114)	Idem (p. 198)	LA
	Quimbandeiro	feiticeiro (p. 121)	Idem (p. 203)	LA
	Guri	menino (p. 112)	Idem (p. 197)	LI

Nomes que dizem de crianças	Gurizada	meninada (p. 112)	Idem (p. 197)	LI
Nomes que dizem do estado emocional dos sujeitos	Jaburu	indivíduo tristonho (p. 113)	Idem (p. 197)	LI
	Jururu	triste (aves) (p. 113)	Idem (p. 197)	LI
Nomes que dizem da naturalidade dos sujeitos	Carioca	natural do Distrito Federal (p. 100)	natural do Distrito Federal, relativo ao Distrito Federal (p. 188)	LI
Fonte: Elaboração autoral.				

No Quadro 1, salvo na entrada “carioca”, a racialidade é discursivizada no recorte na determinação dos nomes que, a partir de relações entre línguas, compõem, em sua maioria, sentidos pejorativos (*arara, baiacu, banana, bagunheiro, cabungo, caju, capenga, careca, coroca, pamonha, punga*) ou associados a trabalhos braçais ou práticas que demandam força física (*capanga, carapina, capoeira*) ou a religiões não cristãs (*mandingueiro, quimbandeiro*) ou a não adultos (isto é, sujeitos que estão fora do mundo adulto-responsável – *guri, gurizada*) ou ainda a sentimentos significados como ruins, negativos (*jaburu, jururu*).

Sob um funcionamento de metaforizações metonímicas (Lagazzi, 2011)¹⁶, os sujeitos indígenas e africanos se fazem presentes nas relações entre línguas, sob uma discursividade racializada. Ou seja, são nomes etimologicamente filiados a línguas indígenas e africanas que identificam sujeitos, a partir de redes de memória em que tais nomes se inscrevem/se escrevem em português, fazendo funcionar processos de identificação que constroem *margens*, constroem um *outro* na relação semanticamente estabilizada de um *comum*, de um *universal*, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, apagam a contribuição negra e indígena para a constituição da língua e da identidade nacional. A esses sujeitos, como vimos na primeira parte deste texto, cabe, na primeira edição, o lugar daquele que altera a língua do colonizador, construindo a variante brasileira. Com as alterações procedidas na segunda edição, porém, esse lugar é apagado, e o

¹⁶ Como vimos no capítulo anterior, para Lagazzi (2011, p. 106-107), “[t]omando a cadeia significativa como a estrutura de base para a realização da linguagem, metáfora e metonímia estarão sempre juntas, em determinação mútua, seleção e combinação, condensação e deslocamento, recalque e falta se constituindo em processos sempre em concomitância na realização da linguagem, a linguagem se produzindo no cruzamento desses processos”.

que a análise do “Vocabulário” tem nos permitido observar é justamente a manutenção desse apagamento.

Nesse sentido, merece destaque do Quadro 1 o verbete “capoeira, capuera” definido, na primeira edição, como “indivíduo hábil no jogo nacional de defesa” e, na segunda, reescrito como “indivíduo hábil na capoeiragem”. Cabe notar que, apesar da substituição nesse verbete de “jogo nacional de defesa” por “capoeiragem”, em ambas as edições, “capoeiragem, capuerage” é definida como “jogo nacional de defesa, como a *savate* francesa, o *boxe* inglês, o *jiu-jitsu* japonês” (Nascentes, 1922, p. 99; 1953, p. 188). Nesse enunciado definidor, o adjetivo “nacional”, que determina o substantivo “jogo”, associado à comparação introduzida pela conjunção “como” entre tal jogo e outros jogos cujos nomes são determinados por adjetivos pátrios, a saber, a “*savate francesa*”, o “*boxe inglês*” e o “*jiu-jitsu japonês*”, torna previsível a formulação *capoeiragem brasileira*, colocando em cena uma outra dimensão do apagamento de que temos falado.

No GDH, a despeito de serem apontados, a partir do dicionário etimológico de Nascentes, um étimo indígena e, a partir do dicionário de Nei Lopes, um étimo africano para a palavra *capoeira*, da qual se deriva *capoeiragem* com acréscimo do sufixo português *-agem*, em sua primeira definição, lemos: “arte marcial de ataque e defesa introduzida no Brasil por escravos bantos; capoeiragem [Atualmente praticada como jogo e esporte.]” (GDH, on-line) – formulação em que o sintagma sublinhado não apenas inscreve o sujeito preto africano como agente da ação de introduzir tal arte no Brasil, como também coloca a escravização em relação com esse processo nesse espaço.

Também no *Novo Dicionário Banto do Brasil*, de Nei Lopes, há na formulação do enunciado definidor “jogo atlético afro-brasileiro” (Lopes, 2020, p. 78) sentidos que, materializados no elemento mórfico antepositivo em destaque, convocam a origem africana da capoeira/capoeiragem, relacionando-a ao espaço nacional brasileiro. Ou seja, no GDH e em Nei Lopes encontramos o que se faz ausente no “Vocabulário” de Nascentes, em cuja definição, com a determinação do substantivo *jogo* pelo adjetivo *nacional* e com a comparação disso que se formula como “jogo nacional de defesa” a outros jogos também ditos nacionais, materializa-se o apagamento histórico da contribuição dos negros escravizados para a constituição do nacional. Ou melhor, incorpora-se a sua contribuição ao nacional sem, todavia, atribuir a tais sujeitos o lugar que lhes é historicamente de direito. Desse modo, a apropriação a que nos referimos anteriormente inscreve no significante, no linguístico, o apagamento dos corpos e de produtos histórico-culturais produzidos por sujeitos pretos, isto é, flagramos nessa apropriação o funcionamento discursivo e, portanto, o ideológico, já que a língua é a materialidade do discurso, e o discurso, como nos explica Orlandi (2007, p. 17), é “a materialidade específica da ideologia”.

Passemos agora para o Quadro 2.

Quadro 2 – Verbetes em cuja definição se presentificam dizeres racializados sobre sujeitos com referência marcada na definição			
Nome de entrada	Definição 1ª edição (1922)	Definição 2ª edição (1953)	Origem segundo GDH
Cabra	homem de côr (p. 97)	Idem (p. 186)	LAT
Charuto	indivíduo de côr preta (p. 100)	Idem (p. 189)	Tâmil-malaiala
Crioulo	nome delicado de tratar as pessoas de côr preta (p. 103)	Idem (p. 190)	LAT
Jaboticaba	mulher de cor preta (p. 113)	Idem (p. 197)	---
Jongo	dansa de pretos (p. 113)	Idem (p. 197)	LA
Pai-João	fantasia carnavalesca de preto velho (p. 117)	Idem (p. 200)	
Tição	Negra (p.123)	Idem (p. 204)	LA
Tio	indivíduo de côr preta (p. 123)	indivíduo velho de côr preta (p. 205)	LA

Fonte: Elaboração autoral.

No Quadro 2, temos sujeitos presentificados a partir de um dizer que coloca a cor em foco. Dos oito verbetes que constituem esse quadro, em quatro “cor” comparece como termo nuclear determinado pelo adjetivo “preta” no sintagma preposicional [de cor preta]. São eles: “charuto”, “crioulo”, “jaboticaba” e “tio”. Esse sintagma preposicional, porém, integra recursivamente uma estrutura maior determinando o seu núcleo (X). Temos, assim, nesses verbetes um sintagma nominal aqui representado por [X [de cor preta]], no qual X substitui no dizer o paradigma *indivíduo, pessoa, mulher, indivíduo*, respectivamente.

Em dois verbetes, “jongo” e “tição”, inscreve-se no funcionamento metafórico/metonímico a relação entre cor e pessoa em que funciona uma elipse discursiva referida no paradigma dos outros quatro verbetes: temos [dança [de pretos]] e [negra], em vez de, no primeiro caso, [dança de [X [(de cor) pret(a)]]] e, no segundo, [X negra] ou ainda [X [(de cor) preta]]. Decorre desse rearranjo sintático a substantivação de “preto” e “negra”. “Preto” é deslocado para a posição de núcleo do sintagma preposicional adjetival, de modo que aquilo que antes determinava o substantivo “cor” passa, em “jongo”, a determinar, diretamente o substantivo “dança”.

É também como nome referente à pessoa que “preto”, articulado a “velho”, comparece na definição de “Pai-João” enquanto “fantasia carnavalesca de preto velho”, no sintagma preposicional [de preto velho]. Nessa construção, tem-se não um sintagma constituído por um núcleo nominal determinado por adjetivo, mas apenas um item lexical introduzido

pela preposição *de*, o qual, produzido a partir do processo de lexicalização, projeta no dizer um referente discursivo específico. Noutras palavras, não se trata aqui de um “preto” qualquer caracterizado como “velho”. O nome de entrada do verbete “Pai-João” não diz de uma pessoa, mas de uma fantasia de uma entidade da religião umbanda que representa os ancestrais e a força da tradição africana, o *preto velho*. Há, nessa carnavalização do preto velho, também um gesto de apropriação a partir do qual a religião e a ancestralidade negra africana são significadas a partir de um outro lugar, que não o da crença, o do sagrado ou da deferência.

Já a substantivação de “negra”, na definição do verbete “tição”, implica o efeito metafórico de que nos fala Horta Nunes (2006), no qual uma palavra passa a valer pela outra (*negra* passa a valer por *tição* e vice-versa), apesar do desencontro entre os gêneros gramaticais atribuídos a essas palavras (*a negra*, *o tição*). Ao mesmo tempo, implica também um efeito de encapsulamento de uma estrutura mais complexa que poderia ser parafraseada, como assinalamos acima, como “mulher negra” ou ainda “mulher da cor preta”, o que aproximaria os sentidos de “jaboticaba” e “tição”.

Quanto a isso, importa observar que a definição registrada em Nascentes para “jaboticaba” não comparece no GDH (on-line) e que “tição”, de acordo com o que podemos depreender a partir desse dicionário, teria passado por um processo de especialização de sentido, designando, dentre outras possibilidades, *pejorativamente* “indivíduo negro”. Convém ainda pontuar que esse efeito de sentido que demanda uma distinção marcada pela adjetivação “pejorativo” também comparece nas definições apresentadas em seguida pelo GDH (on-line), quais sejam: “o diabo”, “indivíduo de má índole” e ainda “indivíduo muito moreno ou que está muito sujo”, nessa ordem. Todas essas definições são marcadas como pejorativas e, com exceção de “diabo”, figuradas. A sua disposição em ordem numérica após a definição não marcada “pedaço de lenha ou de carvão aceso ou meio queimado” – primeira definição que comparece no verbete – sugere que as demais definições foram deslocadas metaforicamente desta. Considerando-as enquanto parte de uma rede de sentidos a partir da qual o sujeito negro é discursivizado, deve-se destacar o deslizamento de “negro” ou “muito moreno” para “muito sujo”, numa associação entre cor da pele e falta de higiene, e para “má índole”, numa associação entre cor da pele e caráter. Outro destaque importante é a relação tecida entre cor da pele e “diabo”, entidade que, no discurso religioso cristão, está associada à maldade.

Já no verbete “cabra”, a elipse incide sobre o lugar que ocuparia o adjetivo “preta”, resultando no sintagma preposicional [de cor Ø], que, por sua vez, determina o substantivo “homem”. Tem-se aí um efeito diverso do observado em “jongo” e “tição”, nos quais “preto” e “negra” passam a ser empregados como nomeações para sujeitos. Em “cabra”, o sujeito é

nomeado como “homem” e caracterizado como “de cor”, fazendo ressoar um imaginário racialmente dividido ainda hoje presente em nossa formação social, no qual somente os sujeitos não brancos são racializados: *há homens e há homens de cor*. Dito de outro modo, não é preciso especificar “cor” porque essa marcação comumente ocorre quando se diz de sujeitos não brancos¹⁷. Assim, encontramos em Nascentes (1922, p. 93; 94), por exemplo, para o verbete “agregado” a seguinte definição “indivíduo que vive à custa de uma família”; para “almofadinha, armofadinha”, “homem elegante e efeminado”; e, para “arara”, “indivíduo tolo, inábil”. Nessas definições, não se faz preciso dizer da cor dos sujeitos em questão, seja porque a única interpretação possível em condições específicas de produção é que se trata de um sujeito branco, seja porque a característica descrita pode ser atribuída a sujeitos brancos ou não brancos independentemente, como no caso de “arara”.

Nas definições para “cabra” que encontramos no GDH (on-line), colocam-se sentidos sobre mestiçagem que em Nascentes significam pelo silêncio. Quando se diz da cor da pele dos sujeitos nomeados como “cabra”, diz-se “filho ou filha de pai mulato e mãe negra ou vice-versa” ou ainda “mestiço indefinido, de negro, índio ou branco, de pele escura”, sendo esta última definição marcada como *brasileirismo*. Nesse sentido, buscando pensar a historicidade de tais definições, poderíamos considerar que a não determinação de cor em Nascentes na formulação “homem de cor Ø” inscreve, pelo não dito, outras cores possíveis decorrentes da mestiçagem. Ou seja, “cabra” não seria somente o sujeito preto retinto, mas qualquer sujeito não lido socialmente como branco. Assim, poderíamos ter no lugar de Ø, em [homem [de cor Ø]], por exemplo, os adjetivos *parda, morena, escura* etc. É interessante ainda observar que uma outra definição que comparece no GDH (on-line) logo após as supramencionadas é “epíteto injurioso atribuído aos brasileiros pelos portugueses, na época das lutas de emancipação política”, na qual, a partir do lugar do colonizador, estabeleceu-se uma relação entre “mestiços” e “brasileiros”.

Outros dois pontos ainda reclamam análise. O primeiro é a substituição de “preta” por “negra”, em “tição”, a partir da qual parece funcionar um efeito de sinonímia entre esses dois significantes – efeito este que também se faz significar nos verbetes “negro” e “preto” do GDH (on-line). Esse efeito de sinonímia, como podemos depreender a partir de Paiva (2015), igualmente se presentifica em documentos sobre sujeitos africanos produzidos no final

¹⁷ Também Paiva (2015) observa essa regularidade em documentos sobre o Brasil produzidos do século XVI ao XVIII. Segundo o autor, “[s]ão incomuns as referências à ‘cor’ branca, não obstante serem frequentes as menções a ‘homens brancos’ e ‘gente branca’, pelo menos nas fontes relativas ao Brasil, onde parece ter sido mais usual a verbalização da ‘qualidade’ de branco” (Paiva, 2015, p. 157).

do século XVI, nos quais comparece ainda, num movimento de distinção dos sentidos atribuídos a esses dois significantes, “além de diferenças entre tonalidades da pele nos negros pertencentes a diferentes grupos, a forma de tratamento dispensada aos habitantes da Guiné – negros – e a cor da pele deles – preta” (Paiva, 2015, p. 154). Schwarcz (2017, p. 105), por seu turno, considerando especificamente o caso brasileiro, assevera que, “durante o período escravocrata, fazia-se uma distinção semântica entre [esses] dois nomes aparentemente sinônimos entre si: negro era o escravo insubmisso e rebelde, preto era o cativo fiel”. Há, pois, uma tensão constitutiva dos discursos racializados a partir da qual os sentidos de preto e negro ora se sobrepõem, ora se distanciam, e que, como vimos, ressoa no “Vocabulário” de Nascentes.

O segundo ponto refere-se à especialização do sentido da definição de “crioulo” enquanto “nome delicado de tratar as pessoas de côr preta”. De imediato, chama-nos atenção nessa definição a determinação de “nome” pelo adjetivo “delicado” – donde as seguintes questões: o que/por que “crioulo” seria um “nome delicado”? Esse seria um “nome delicado” para quem, para aquele que nomeia ou para quem é nomeado? Enfim, o que/como significa “delicado” no sintagma “nome delicado”, ou seja, o que sustenta a evidência de que dizer X é (in)delicado, sutil, afetuoso ou mesmo ofensivo? Justamente, um discurso racializado.

Indo ao GDH (on-line), encontramos as seguintes definições, que são as três primeiras das oito apresentadas: “diz-se de ou cria, escravo”; “que ou quem nasceu escravo nos países sul-americanos, p[or] opos[ição] a quem já chegou da África com essa destinação”; e “diz-se de ou negro nascido nas Américas”. Embora somente na última definição compareça de forma explícita a relação entre crioulos e sujeitos negros, essa relação de certa maneira também se faz significar nas outras duas no nome “escravo” e, na segunda, também no nome “África”. Além disso, nas três definições, o nome crioulo é posto em relação com nascimento, por meio de “cria” na primeira definição, da forma verbal “nasceu” na segunda e do adjetivo “nascido” na terceira. Nas duas últimas, comparece ainda relacionada a essa ideia de nascimento uma localização espacial, respectivamente, “nos países sul-americanos” e “nas Américas”.

Soma-se a isso, o fato de que, tanto no GDH (on-line) como em Galindo (2022), comparecem sentidos que apontam para a derivação de *crioulo* do verbo *criar* com acréscimo do sufixo *-oulo*, que, segundo o GDH, tem origem controversa. Uma outra explicação também nos é trazida pelo GDH (on-line) que, citando Nascentes, em seu *Dicionário Etimológico*¹⁸, assinala a possibilidade de ter havido uma alteração da palavra *criadouro* “na

¹⁸ Com base no que propõe Leite de Vasconcelos em *Antroponímia Portuguesa* (1928).

fala dos negros”, produzindo a seguinte deriva: “*creaouro> *creoro> *criouro> *crioulo”. Ainda de acordo com o GDH (on-line), esse termo, “us[ado] para designar ‘o negro nascido nas colônias’; deve ter-se difundido através do esp[anh]ol *criollo* (d1595) [no sentido de] ‘espanhol nascido nas colônias’”. O GDH (on-line) também assinala a documentação no século XVIII do correlato em inglês *creole* com o sentido de “indivíduo descendente de europeus nascido nas colônias do Oeste da Ásia ou nas colônias espanholas da América”, ou seja, nas colônias espanholas americanas e asiáticas, *crioulo* designaria sujeitos brancos nascidos nesse espaço outro que não o europeu. Sobre essa polissemia do termo crioulo, Bernand (2015) afirma ainda que:

Em 1810, no México, crioulos eram os espanhóis nascidos na América. Mas em Buenos Aires, nesse mesmo ano e no mesmo contexto revolucionário, os crioulos são as pessoas de cor, e não os “patricios”, que não querem ser confundidos com aqueles. No final do século XVI, os mestiços que dançam em uma sacristia são “crioulos” para o índio Guaman Poma de Ayala; nas Antilhas francesas, “créoles” são mulatos claros, e no Brasil *crioulo* é o filho dos negros de Angola ou da Guiné, mas o termo também é empregado no sentido de mulato. A *crioulização* ocorre quando uma “língua geral” se torna vernácula; em compensação, o “crioulismo” na Argentina é uma corrente artística e literária do século XIX, que busca o que lhe é “próprio”, rechaçando o alheio ou europeu. Nos departamentos franceses do Ultramar, *créolisation* é sinônimo de mestiçagem. (Bernand, 2015, p. 14)

Galindo (2022, p. 93), retomando a relação com o verbo *criar* para conceituar as chamadas “língua crioulas”, assinala que estas dizem respeito às línguas que “não vieram de fora, nasceram onde são faladas”. É nesse sentido que, a seu ver, a forma adjetivada comparece em formulações até hoje em circulação no Brasil como “cavalo crioulo” ou “queijo crioulo”, que são “nascidos ou feitos ali mesmo, não importados”. O autor ainda esclarece que no Brasil, durante o período da escravização, tal palavra era empregada para estabelecer “uma das inúmeras distinções que se faziam entre os escravizados, com fins de determinar seu preço, seu valor como mercadoria. Um negro crioulo, nascido na fazenda, tinha uma posição diferente da de um preto mina, ou áfrica, trazido de fora” (Galindo, 2022, p. 93)¹⁹ – donde o deslocamento que promoveu a especificação de sentido que se faz significar no “Vocabulário” de Nascentes.

¹⁹ Essa distinção se faz significar em Nascentes. No capítulo “O dialecto brasileiro”, na primeira edição, “O falar brasileiro”, na segunda, ao referir-se ao que designa como “dialectos ciroulos do português”, Nascentes (1922, p. 18; 1953a, p. 15, negrito nosso) afirma que “uma espécie de tais dialectos tínhamos [no Brasil] na linguagem dos pretos minas, hoje quase totalmente desaparecida”.

Os sentidos com os quais nos deparamos no GDH (on-line) e em Galindo (2022) nos levam a concluir que mais uma vez estamos diante de um silenciamento da escravização de negros no dizer de Nascentes. Nesse sentido, o adjetivo “delicado” presente na definição de “crioulo” que trazemos no Quadro 2 configura-se como efeito daquilo que Galindo nomeia como uma “narrativa pacificada”, podendo ainda nos dizer de um mal-estar²⁰ no espaço-tempo em que *O Linguajar* foi posto em circulação: a escravização é um tema “delicado”, que poderia ser lido como “sensível”, “difícil”, no sentido de que pode tanto comover quanto ofender. Logo, chamar uma pessoa de crioulo, por remeter a esse período, também é delicado, visto que poderia tocar numa ferida social que então ainda não estava (e até hoje não está) cicatrizada. Mais uma vez, não podemos esquecer que Nascentes era um homem preto.

Por último, gostaríamos ainda de refletir acerca da presença da forma material “cor” e do jogo de metaforizações metonímicas a ela relacionadas. De acordo com Schwarcz (2017, p. 103), no Brasil, as expressões referentes às cores “fazem às vezes de duplês das raças”, isto é, “cor serve como uma forma de negociar com a ‘raça’ ou a origem ou [de] evitar o conflito explícito”, e esse funcionamento “aponta para feições singulares do sistema brasileiro de marcação de diferenças”. Com base nas reflexões da autora, realizamos um percurso de leitura por uma forte pista que nos aponta para o censo demográfico brasileiro enquanto parte da conjuntura em que se inscreve a formulação do nome de autor Antenor Nascentes. Esse percurso pede um grande parêntese com vistas a compreender as discursividades racializadas em jogo quando da produção de ambas as edições.

Cor, condição e raça nos censos demográficos

Como adiantamos, entendemos que uma forma possível de buscar compreender o funcionamento do discurso racializado nas duas edições de *O Linguajar Carioca* é olhar para os modos como tal temática historicamente se presentifica e se atualiza nos censos demográficos, instrumentos forjados sob a égide do científico pelo Estado para categorização e, portanto, divisão dos sujeitos no/do espaço nacional.

Como explica Camargo (2010), em artigo que analisa do lugar da História Social os sentidos da chamada classificação racial nos primeiros censos brasileiros, o Brasil é um dos raros países em que essa classificação comparece desde o primeiro censo geral, realizado em 1872. Tal classificação,

²⁰ Fazemos alusão aqui ao conceito freudiano. Segundo Freud (2010, p. 108), neuróticos obsessivos podem não perceber o sentimento de culpa incutido pela cultura, sentindo-o como “um doloroso mal-estar”.

conforme o autor, implica “uma deliberada etnização na apreciação da população”, que, no caso de países latino-americanos, como o Brasil, caracteriza-se pela “produção de exclusões” (Camargo, 2010, p. 221). Essas exclusões podem ser observadas, como pontua, “[n]a segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do XX, quando foram frequentes as tentativas de se acelerar a homogeneização étnica da população, exaltando-se a capacidade assimiladora do ‘tipo’ nacional e a imagem de um povo branco e europeu” (Camargo, 2010, p. 221). Ou seja, também para a constituição dos censos demográficos impunha-se hegemonicamente uma determinação ideológica que, (a)firmando-se em prol da constituição do nacional, tinha como efeito o progressivo apagamento – ou exclusão, como diz Camargo – de sujeitos não brancos.

Quanto aos modos como a chamada classificação racial se presentifica nos censos, temos, de acordo com esse autor, em 1872 e 1890, o comparecimento do significante “raça” e a sua substituição pelo significante “cor” em 1940. Nos censos de 1900 e 1920, essa classificação não comparece; e, em 1910 e 1930, não são realizados censos.

Esse não comparecimento do quesito cor no censo de 1900, conforme Schwarcz (2017, p. 104), se deveu à “constatação de que este era mesmo um país mestiço e negro”. É possível que essa evidência também tenha se imposto ao censo de 1920, ou seja, na década em que foi publicada a primeira edição d’*O Linguajar*, e que tenha se presentificado na obra, por exemplo, por meio da não determinação de cor em “homem de cor”, na definição de “cabra”. Fato é, porém, que, apesar de o quesito racial não ter sido pesquisado nesse censo, o apagamento dos sujeitos não brancos se faz significar no seu texto introdutório, no qual, segundo Dos Anjos (2013, p. 110), afirma-se que “o Brasil atingiria a pureza étnica através da miscigenação e da imigração europeia”.

Note-se aqui, então, a atribuição de um sentido positivo à miscigenação: ela é o que pode levar o Brasil ao que se toma por “pureza étnica”, que se contrapõe àquele negativo posto em circulação no Brasil-colônia. Como lemos em Silva Neto (1963 [1951], p. 74, grifo nosso), por exemplo, ao longo dos séculos XVI e XVII, a coroa portuguesa enviou para a então colônia “donzelas pobres para casar com os portugueses e, de certo modo, *compensar* os mamelucos”, resultantes do que o autor nomeia como “contato inter-racial” entre “portugueses famintos de carne” e “índias, famintas de brancos”²¹. Ou seja, ora a miscigenação, quando se trata da relação, muitas vezes não consensual – diga-se –, entre brancos e indígenas ou negros, é vista negativamente, ora, quando se trata da relação entre mestiços e brancos visando à “pureza étnica”, isto é, a eliminação do

²¹ Essa sequência foi analisada por Costa; Goulart; Barros; Santos (2023).

mestiço, é vista positivamente. Isso porque não é o processo que está em jogo, mas o produto, isto é, a cor da pele, que esse processo tem como resultado. E a cor, conforme pontua Bernand (2015, p. 15), como “toda categoria que se funda na percepção de sentidos”, é “ambígua e subjetiva”, o que quer dizer que é passível de diferentes interpretações em condições de produção específicas – donde o “uso social da cor” de que nos fala Schwarcz (2017, p. 110), o qual, em seu entender, implica que a identificação racial no Brasil seja uma “questão relacional” a partir da qual são postas em circulação distintas definições.

Voltando aos censos, deve-se pontuar ainda que o significante “cor” se manteve como modo de designação genérico do sistema de classificação racial, com exceção do censo de 1970 do qual tal classificação mais uma vez foi excluída, até a edição de 2000, quando os dois significantes “raça” e “cor” passaram a comparecer lado a lado, enlaçados e, ao mesmo tempo diferenciados, pela presença da conjunção *ou* no sintagma “cor ou raça”. E essa equívocidade se dá porque tal con-junção não opera uma simples soma de pares, mas também uma disjunção sintática que nos aponta para disputas de sentidos, discursividades em tensão. Como nos ensina Guimarães (2007 [1987], p. 106), com *ou* “há sempre polifonia”, polifonia esta que coloca em cena o excesso e o político do processo de (re)produção de sentidos: ou bem raça é sinônimo de cor e qualquer resposta dada pelo informante refere-se a ambos, ou raça e cor dizem de realidades distintas, havendo dentre as opções apresentadas aos informantes no questionário aquelas que se referem à raça e aquelas que se referem à cor.

Especificamente sobre o quesito cor, Camargo (2010) e Dos Anjos (2013) destacam a sua variação de subcategorias ao longo das edições do censo. Sobre essa heterogeneidade, Schwarcz (2017, p. 103) assevera que “cor, no Brasil, é quase um vocabulário interno que abre para muitas derivações sociais”. De acordo com a autora, a generalização do termo “cor” por aqui, em detrimento de “raça”, se deveu à sua fluidez e à “a percepção geral [...] de que raça não é situação definitiva”, mas “situação passageira, quase uma circunstância”²², possibilitando a entrada em cena, em relação à cor, de outros quesitos, tais como: a cor do cabelo²³, o lugar social²⁴, do tempo e do próprio observador.

Camargo (2010), por sua vez, considera que a substituição de *raça* por *cor* no censo está relacionada à separação de duas categorias levantadas na

²² Essa circunstancialidade da raça se faz significar, conforme a autora, em nomeações como “queimada de praia, queimada de sol, tostada” (Schwarcz, 2017, p. 103).

²³ Como em: castanha, ou loira, loira-clara ou loura (Schwarcz, 2017, p. 103).

²⁴ A autora faz referência a uma entrevista realizada com um dentista negro do interior de Minas Gerais que fez menção ao período em que era negro e às dificuldades encontradas nesse período.

edição de 1872, a qual, a seu ver, é “emblemática] das contradições que pautavam a sociedade monárquico-escravista” (Camargo, 2010, p. 226) da época, a saber: cor e condição. De fato, o autor vai propor que a categoria condição seja tomada enquanto uma “chave de leitura” para a categoria raça, que, como vimos, se faz presente nos censos de 1872 e 1890.

O sistema de classificação do primeiro censo apresentava as seguintes subcategorias: “pretos”, “pardos”, “brancos” e “caboclos”. Enquanto os indígenas eram incluídos neste último, de acordo com Camargo (2010, p. 227), “[o]s dois primeiros grupos eram os únicos aplicáveis aos escravos, embora pudessem também enquadrar pessoas nascidas livres, além dos libertos”. Como efeito de uma série de políticas implantadas no país recém-independente²⁵, o sentido de “raça” – que, em circulação desde o período colonial, colocava em questão basicamente matrizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem aos quais a condição estava indissociavelmente ligada – não é mais suficiente para dizer de uma realidade em que se observa uma progressiva “multiplicação dos libertos, no quadro da crescente deslegitimação da escravidão” (Camargo, 2010, p. 227), acarretando a distinção dos sentidos de cor e condição. Dito de outro modo, nessas condições de produção outras, ser preto ou pardo deixa de significar necessariamente ser escravo. Em função disso, o autor pontua que no censo de 1872 o foco desloca-se da categoria raça para a categoria condição, que distingue os brasileiros em “escravos”, “livres” e “libertos”.

Paiva (2015), contudo, em seu estudo sobre a historicidade das definições e conceitos mobilizados na América espanhola e portuguesa para dizer da mestiçagem e do mundo do trabalho, assinala que a relação entre cor e condição já se colocava, antes da consolidação do racismo científico, em documentos dos séculos XVI a XVIII que diziam de pessoas não brancas. Em sua reflexão, na qual propõe “um léxico analítico dos termos utilizados para nomear o que ainda não tem nome”, a saber, “os seres híbridos produzidos pela mestiçagem biológica no continente americano” (Paiva, 2015, p. 11), o autor depreende o comparecimento regular em tais documentos da fórmula “nome + ‘qualidade’ + ‘condição’”. Tal modelo de identificação, classificação e distinção, como explica, teria se generalizado a partir do século XVI por todo o continente. Assim, enquanto “qualidade”, nesse imaginário, compreende as expressões que “hierarquizam e classificavam os indivíduos a partir de um conjunto de aspectos” (Paiva, 2015, p. 33), dentre os quais traços fenotípicos como cor da pele, tipo de cabelo e formato do nariz e boca, o termo “condição” refere-se às “condições

²⁵ Tais como: a abolição do tráfico negreiro, em 1850, e a promulgação de leis que prometiam a abolição gradual da escravidão – ventre livre (1871), sexagenários (1885) e proibição dos açoites (1886).

jurídicas possíveis a um indivíduo” na colônia (Paiva, 2015, p. 34), dentre as quais se encontram as elencadas por Camargo (2010).

Paiva (2015, p. 140) ainda pontua, no que compete à qualidade, que o termo *raça* não era tão comum nos documentos sobre os quais se debruçou em sua investigação, ainda que um sentido pejorativo associado a esse termo já estivesse em circulação pelo menos desde o século XVII. Em dicionários espanhóis do século XVI, conforme o autor, *raça* só comparece como “raio de sol” ou como “tipo de pano”, “provavelmente em referência a raio, fio, fiada ou listra específica do tecido”. *Raça* é, pois, nessas condições de produção, como sintetiza Bernand (2015, p. 16), “o que se vê, o que ressalta, o que destrói a harmonia do conjunto”.

O sentido de *raça* enquanto “raio de sol” também comparece, segundo Paiva (2015), em dicionários lusitanos da mesma época e se repete ao longo do século XVII, quando outras significações para *raça* passam a comparecer nos dicionários espanhóis, como *casta* ou *espécie* de animais. Tal termo também é então empregado “para identificar e julgar pejorativamente a origem moura ou judia de indivíduos e de linhagens biológicas” (Paiva, 2015, p. 141). Nos dicionários portugueses, porém, de acordo com Paiva, esse sentido negativo para *raça* só comparece no final do século XVIII. Sua hipótese é que, embora *raça* tenha sido o termo preferencialmente empregado no século XVII nas Américas para “desqualificação de origem”, passou a ser menos utilizado nesse espaço no século XVIII “possivelmente pela menor presença e pela memória menos próxima de mouros e de judeus”, bem como “pelo aumento generalizado de mestiços” (Paiva, 2015, p. 142).

Quanto à categoria “*cor*”, Paiva (2015, p. 154) explica que “já era aplicada como instrumento de identificação e classificação sociais antes de 1492”, tendo sido “incorporada e frequentemente usada no Novo Mundo, com as mesmas funções, desde os primeiros tempos da ocupação ibérica”. Com a chamada “descoberta” desse mundo novo, impõe-se ao colonizador a necessidade de dizer do outro identificando-o segundo aquilo que os aproximava e os distanciava. Com esse fito, era frequente a recorrência à *cor*. De acordo com o autor, nos primeiros anos de colonização da América espanhola e portuguesa, “[e]xplicita ou implicitamente, a *cor* da pele dos povos nativos era comparada com a dos conquistadores e a dos negros da África e do Oriente, ressaltando-se as diferenças e, por vezes, as semelhanças” (Paiva, 2015, p. 150).

O mesmo se deu em relação aos sujeitos de África. Em documentos do século XV, a *cor* comparece como “um dos elementos de identificação e talvez de avaliação de [...] preços” de escravizados africanos vendidos em Sevilha. Assim como Schwarcz (2017), Camargo (2010), Dos Anjos (2013) e Bernand (2015), Paiva (2015, p. 152) também chama atenção para os “relativismos das percepções em relações de alteridade, quando se compara

diferenças e diferentes” e para a necessidade de se refletir acerca das “imprecisões [d]as variações dos conceitos operados por pessoas as mais distintas, no tempo e no espaço, isto é, historicamente”. O autor ainda conclui que, a despeito de sua heterogeneidade e fluidez, a categoria cor “foi peça importante na conformação de dinâmicas de mestiçagens, subsidiou a organização das formas de trabalho e, desde o início, foi importante elemento constitutivo do léxico ibero-americano referente às mesclas biológicas e culturais” (Paiva, 2015, p. 161). Não é, pois, de se estranhar que cor compareça, em detrimento de raça, no “Vocabulário” de Nascentes, ainda que, de um modo geral, não tenhamos nele um dizer sobre a mestiçagem.

A mestiçagem, como vimos, se presentificou no censo de 1872 por meio das categorizações “pardo” e “caboclo”. No censo de 1890, o sistema de classificação racial é alterado, havendo a substituição de “pardos” por “mestiços”. Tal substituição materializa, como podemos depreender a partir de Camargo (2010), uma tomada de posição eugenista de branqueamento, segunda a qual a miscigenação é mais uma vez significada positivamente, já que promoveria a “diluição do sangue negro no cruzamento com os contingentes migratórios, que levaria ao gradual desaparecimento desta população” (Camargo, 2010, p. 234). Sob essa perspectiva, a miscigenação acelerada observada por meio desse instrumento estatístico era interpretada como um aumento da “contribuição expressiva do grupo branco e o equivalente declínio de ‘pretos’ e ‘caboclos’” (Camargo, 2010, p. 234).

Em 1920, década da publicação da primeira edição d’O *Linguajar*, como anunciamos, a classificação racial é retirada do censo. O motivo, segundo seus organizadores, estaria na falta de cientificidade decorrente da ocultação da verdade por parte dos informantes e pela inexistência de características nitidamente definidas em que possa se basear a observação estatística, em ambos os casos notadamente em relação a mestiços. O silêncio da classificação racial no censo de 1920 é, como caracteriza Camargo (2010), eloquente, no sentido em que nos diz da manutenção da hegemonia da ideologia do branqueamento biológico na formação social brasileira. Se não há como provar cientificamente que o número de mestiços vem aumentando, é melhor que não se diga nada, ou melhor, que se diga, em seu texto introdutório, como vimos com Dos Anjos (2013, p. 110), que o Brasil está em vias de atingir “a pureza étnica através da miscigenação e da imigração europeia”.

A década de 1930 é marcada, conforme Camargo (2010), por uma mudança do paradigma científico hegemônico no que concerne ao tratamento da questão racial no Brasil, havendo a sobreposição de uma perspectiva dita antropológica sobre o chamado racismo científico das décadas anteriores. O mito da democracia racial ganha força no governo Vargas, embora não tenha silenciado de todo os discursos racializados hegemônicos até então, os quais de certa maneira são atualizados pela

ideologia nazifascista a partir da qual a miscigenação volta a ser significanda negativamente. Desse modo, segundo o autor,

[o]s debates sobre a questão racial travavam-se [...] em um autêntico acordo sobre os terrenos do desacordo entre diferentes tradições, compondo um verdadeiro ecletismo nos estudos raciais, que concorria para a legitimação de seus proponentes e para a visibilidade de seu objeto. (Camargo, 2010, p. 245)

Tal contradição, como propõe Camargo, se faz significar no censo de 1940, que é, então, “ambiguamente marcado pelo surpreendente retorno da classificação racial e pela alteração delicada e profunda em sua terminologia, que doravante dará lugar à noção de ‘cor’” (Camargo, 2010, p. 245). A substituição de “raça” por “cor”, como pode ser lido em publicações atribuídas ao gabinete técnico do censo, coloca, então, em cena não mais “os tipos raciais originários, mas a ‘cor’, isto é, as tonalidades da pele, sem a antiga referência à continuidade sanguínea” (Camargo, 2010, p. 245). Dito de outro modo, a substituição de raça por cor no censo, nessas condições de produção, se deveu à necessidade de se dizer sobre uma realidade de mestiçagem marcada pela heterogeneidade de “tonalidades da pele” e para a qual os chamados “tipos raciais originários” já não eram mais suficientes. Embora essa substituição só tenha ocorrido cerca de 20 anos após a publicação da primeira edição de *O Linguajar*, o comparecimento de “cor” em lugar de “raça” nessa edição sugere que essas discursividades que se presentificam no censo de 1940 já estavam em circulação em nossa formação social pelo menos desde a década de 1920.

Cabe lembrar que esse foi também, contraditoriamente, o único censo da história em que não se operou com a subcategoria “pardo”, limitando-se o sistema de classificação a três variáveis de cor: “preta”, “branca” e “amarela” – esta última, ocorrendo pela primeira vez no censo, é a única, conforme Dos Anjos (2013, p. 105), que “evoca claramente ‘origem’ em sua definição”. Havia ainda a indicação de que, caso não houvesse identificação com uma das três variáveis apresentadas, que o quesito cor fosse preenchido com um traço (-), que seria interpretado na análise como “pardo” e incluiria ainda sujeitos identificados como indígenas. Considerando o constrangimento possivelmente ocasionado para alguns entrevistados e os dados resultantes, Camargo (2010) conclui ter sido o qualificativo “pardo” escamoteado por tal procedimento operacional. O autor ainda assinala como efeito desse procedimento a significação dos miscigenados como “elemento inadequado às categorias investigadas” (Camargo, 2010, p. 248). Assim, ao mesmo tempo em que o significante “cor” abre para outras tonalidades, a exclusão da categoria “pardo” ou ainda a sua identificação por meio de um traço contribui no censo de 1940 para o seu silenciamento.

No censo de 1950, quando se dá a publicação da segunda edição d’O *Linguajar*, há o retorno da subcategoria “pardo”, que, então, comparece ao lado das outras três e inclui, além de “índigenas”, aqueles que se declararam “mulatos”, “caboclos” e “cafusos”. Em decorrência da reincorporação da subcategoria “pardo” como unidade de análise e coleta, conforme Camargo, há uma grande discrepância entre os dados coletados nas duas edições, o que dificulta a realização de uma análise comparativa.

A despeito disso, como efeito da tensão entre os sentidos positivo e negativo atribuído à mestiçagem, a qual se atualiza no censo como uma tensão entre dizer dela e silenciá-la, também no “Vocabulário”, desde a sua primeira edição, opera-se um silenciamento sobre essa questão. Como demonstramos na seção anterior, na obra de Nascentes, não se diz marcadamente sobre mestiçagem, ainda que no comparecimento regular do significante “cor” possamos ouvir ecos de discursos que a tomam como objeto. Na segunda edição, tal funcionamento se mantém, o que mais uma vez traz à baila a questão do político, da divisão dos sentidos em relação a discursividades racializadas.

A historicização dos sentidos de “raça” e “cor” nos censos realizados no Brasil de 1872 a 1950, bem como de suas subcategorias, nos permite caracterizar o “Vocabulário” de Nascentes, tal como propõe Horta Nunes (2020) em relação aos dicionários, como um observatório de discursos e de palavras em circulação. É nesse sentido que entendemos que nele se materializam sentidos, alianças, tensões e disputas concernentes à questão racial no Brasil. Por isso, é bastante significativo que o discurso técnico-científico que se materializa em disputa nos censos não chegue a ser textualizado em destabilizações na relação de entradas lexicais e/ou de definições das mesmas entradas entre a primeira e a segunda edições que se inscrevem em plena polêmica no que se refere às discussões sobre o modo de nomear e de contar as divisões, distinções, diferenças da sociedade brasileira. Ou seja, marca-se no “Vocabulário”, nas suas duas edições, a estabilidade da cor preta como modo de identificação de todo um conjunto da população que fica subsumido ao nome da cor e de uma única cor.

Como podemos observar no Quadro 2, quando se diz racialmente sobre sujeitos, estes são caracterizados como negros/pretos. Nada se diz, a não ser pela elipse que vimos na definição de “cabra”, sobre o sujeito mestiço (pardo, moreno, caboclo, cafuso etc.) ou indígena. Isto é, esses sujeitos não são convocados à demanda desse dizer em que se diz sobre sujeitos racializados no espaço nacional. E essa não convocação, como buscamos demonstrar nesta seção, tem história.

Sobre os sujeitos mestiços e indígenas importa ainda observar, para concluir, que, como vimos, em 1872, a subcategoria “cabocla” incluía os indígenas e representava uma subcategoria diferente de “pardo”. A partir do

censo de 1940, indígenas passam a constituir a (não) subcategoria “pardo”, ao lado de mulatos, caboclos, cafuzos. No censo de 1960, conforme Dos Anjos (2013, p. 105), são considerados “pardos” somente indígenas “fora do aldeamento”. Paralelamente, surge, nessa edição, a categoria “indígena” em referência a “indígenas vivendo em aldeamentos ou postos indígenas” (Dos Anjos, 2013, p. 108). No censo de 1980, a subcategoria “pardo”, ao lado de “branco”, “preto” e “amarelo”, volta a significar também “indígena”. Somente no censo de 1991, de acordo com a autora, “indígena” teria passado a constituir uma subcategoria, ao lado de “branca”, “preta” e “amarela”, abrangendo pessoas que moram “dentro e fora do aldeamento”.

Palavras finais

Muito ainda poderíamos dizer a respeito das discursividades sobre raça/cor inscritas no “Vocabulário” de Nascentes. Mas, em função do espaço deste capítulo, deixaremos essa reflexão para uma outra oportunidade, apontando para a abertura de uma agenda de trabalho que estabeleça relações entre a historicidade da cor mobilizada em gestos classificatórios, como os de um censo demográfico, e a historicidade das línguas retomadas por gestos classificatórios e ou categorizantes e definitórios, como o de um vocabulário; ambos participando dos processos de identificação e subjetivação dos sujeitos.

Finalmente, como uma última palavra, queremos realçar, como comparece na epígrafe deste capítulo, que o racismo faz diferença, produz diferentes, constrói outros e estabelece fronteiras. Essa “necessidade de fronteiras”, como nos lembra Pêcheux (2008 [1982], p. 34), “coincide com a construção de laços de dependência face às múltiplas coisas-a-saber [no caso sobre sujeitos não brancos] consideradas como reservas de conhecimento acumuladas, máquinas-de-saber contra as ameaças de toda espécie”. A repetição histórica dessas coisas, e não de outras, o seu (não) comparecimento em espaços de produção de conhecimento científico sobre línguas e sujeitos, como o “Vocabulário” de Nascentes, tem como efeito a sua estabilização e a construção de um imaginário de “homogeneidade lógica, que condiciona o logicamente representável como conjunto de proposições suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas, [e que] é atravessado por uma série de equívocos” (Pêcheux, 2008 [1982], p. 32), os quais buscamos perseguir em nosso gesto analítico.

Assim é que, na relação entre os Quadros 1 e 2, vemos o apagamento dos sujeitos não brancos e das suas línguas. Em nosso movimento de leitura, deparamo-nos com modos de dizer que implicam discursos racializados sobre os sujeitos referidos nas determinações dos nomes selecionados a incorporar o “Vocabulário” porque são significados na diferença, no que

provoca ruído, no que demanda explicação, na língua partida (Petri; Medeiros, 2013) de uma sociedade dividida sob a evidência de sua unidade.

Referências

- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 1992.
- BERNARD, C. Nomear, descrever, separar, hierarquizar: nota breve sobre o livro de Eduardo França Paiva. *In*: Paiva, E. F. **Dar nome ao novo**: uma história lexical Ibero-Americana entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- CAMARGO, A. de P. R. Classificações raciais e formação do campo estatístico no Brasil (1872-1940). *In*: SENRA, N. de C.; CAMARGO, A. de P. R. (Orgs.). **Estatísticas nas Américas**: por uma agenda de estudos históricos comparados. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. p. 229-263.
- CARNEIRO, S. “Terra nostra” só para os italianos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1999. Opinião [on-line]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinioao/fz2712199909.htm>. Acesso em: 7 fev. 2024.
- CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2023.
- COSTA, T. de A. **Discurso gramatical brasileiro**: permanências e rupturas. Campinas: Pontes, 2019.
- COSTA, T. de A. Grammatica historica da lingua portugueza de Said Ali cem anos depois: considerações acerca do movimento de (res)significação de uma obra. **Língua e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 24, n. 48, p. 61-109, 2021.
- COSTA, T. de A.; MEDEIROS, V.; PETRI, V. Afeto: uma tentativa de circunscrever os sentidos de uma palavra do dicionário e para além dele. *In*: SALLES, Atilio Catosso; LUNKES, Fernanda Luzia; BRANCO, Luiza Castello (Orgs.). **Afeto(s) e(m) discurso**: movimentos dos sujeitos e dos sentidos na história. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 15-42, 2022.
- COSTA, T. de A. da; GOULART, B. A.; MELLO, G. N. de. Instrumentação linguística no espaço-tempo brasileiro: o nacional e o regional a partir de Said Ali e Nascentes. **Porto das Letras**, v. 9, n. 2, p. 312-346, 2023. DOI: 10.20873.239213.
- COSTA, T. de A. da; GOULART, B. A.; SOUZA, D. B. de; SANTOS, T. M. Língua(s) e sujeito(s) indígenas na/da Amazônia: perseguindo sentidos da(s) história(s) que a história da(s) língua(s) no/ do Brasil

- (não) conta. *In*: FRAGOSO, É. A.; DIAS, J. P.; OLIVEIRA JR., C. D. B. (Orgs.). **Memória e atualidade da Amazônia**: ensino e língua, Campinas, SP: Pontes Editores, p. 281-310, 2023.
- DOS ANJOS, G. A questão “cor” ou “raça” nos censos nacionais. *In*: **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 103-118, 2013.
- FREUD, S. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- GALINDO, C. **Latim em pó**: um passeio pela formação do nosso português. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- GDH. **Grande Dicionário Houaiss** (on-line). Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#3. Acesso em: 6 fev. 2024.
- GUIMARÃES, E. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do português. Campinas, SP: Pontes, 2007 [1987].
- HORTA NUNES, J. **Dicionários no Brasil**: análise e história do século XVI ao XIX. Campinas: Pontes editores, 2006.
- HORTA NUNES, J. Dicionário e discurso. *In*: **ENCIDIS – Enciclopédia Virtual de Análise de Discurso**. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2yjE_5oztpw&t=3s. Acesso em: 19 maio 2024.
- LAGAZZI, S. **Análise de Discurso**: a materialidade significativa na história. *In*: DI RENZO, Ana Maria; DA MOTTA, Ana Luiza A. R.; OLIVEIRA, Tânia P. de (Orgs.). *Linguagem, História e Memória* - discursos em movimento. Campinas: Pontes Editores, p. 275-290, 2011.
- LOPES, N. **Novo Dicionário Banto do Brasil**. 2ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Pall, 2020.
- MARIANI, B. **Colonização linguística**: língua, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas, SP: Pontes, 2004.
- MODESTO, R. Os discursos racializados. *In*: **Revista Abralín**, v. XX, n.2, p. 1-19, 2021.
- MORRISON, T. **A origem dos outros**: seis ensaios sobre racismo e literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- NASCENTES, A. **O Linguajar Carioca em 1922**. Rio de Janeiro: Livraria científica brasileira/Sussekind de Mendonça & Comp., 1922.
- NASCENTES, A. **O Linguajar Carioca**. 2. ed. RJ: Org. Simões, 1953.
- NASCENTES, A. **O Linguajar Carioca em 1922** [livro eletrônico]. organização Marcelo Rocha Barros Gonçalves, Roberto Leiser Baronas. Araraquara, SP: Letraria, 2023.
- ORLANDI. E (Org.). **História das Idéias Lingüísticas**: Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat, 2001.

- ORLANDI, E. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007.
- ORLANDI, E. Processo de descolonização linguística e lusofonia. In: ORLANDI, Eni (org.). **Língua brasileira e outras histórias**. Campinas: RG editores, 2009.
- PAIVA, E. F. **Dar nome ao novo: uma história lexical Ibero-Americana entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- PÊCHEUX, M. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni P. Orlando – 5ª Edição, Campinas, SP Pontes Editores, 2008 [1982].
- PETRI, V.; MEDEIROS, V. G. de. *Da língua partida: nomenclatura, coleção de vocábulos e glossários brasileiros*. Letras, [s.l.], n. 46, p. 43-66, 2013.
- SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral** – organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye; com a colaboração de Albert Riedlinger. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27. Ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1970].
- SCHWARCZ, L. M. Raça, cor e linguagem. In: KON, N. M.; ABUD, C. C.; SILVA, M. L. da (Orgs.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- SILVA NETO, S. da. As três fases da história da Língua Portuguesa no Brasil. In: **Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1963 [1951], p. 73-100.

CAPÍTULO 9

DO PRESTÍGIO INTELLECTUAL AOS LAÇOS AFETIVOS: A CORRESPONDÊNCIA INTERNACIONAL PASSIVA DE ANTENOR NASCENTES (1920-1970)

Laura Sokolowicz

*não é tanto a condição de intelectual que desencadeia
uma estratégia de sociabilidade e, sim, ao contrário, a
participação numa rede de contatos é que demarca a específica
inserção de um intelectual no mundo cultural.*
(Ângela de Castro Gomes, 2004, p. 51)

Este trabalho aborda o arquivo de cartas internacionais recebidas por Antenor Nascentes entre 1920 e 1970, hoje sob a guarda do Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM) do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Trata-se de setecentas e quarenta e sete cartas enviadas por importantes intelectuais e acadêmicos de diferentes partes do mundo que atuavam no campo da Filologia, da Dialetoлогия, da Lexicografia, da Fonética, da Antropologia.

Até o surgimento do telefone e do computador, a correspondência pessoal entre intelectuais era a prática mais comum para pedir, agradecer, elogiar e comentar alguma obra, informar, realizar convites, rememorar, estimular etc. Mas foi só a partir da segunda metade do século XX que o gênero epistolar passou (junto a diários íntimos, autobiografias e memórias) a ser considerado fonte privilegiada e objeto valioso de pesquisa (Gomes, 2004), tornando-se um espaço revelador dos interesses, projetos, ideias e produções dos intelectuais que se dedicaram a ele.

Mas, diferentemente das demais “escritas de si” (Gomes, 2004), a correspondência tem um destinatário específico, implica uma interlocução, um jogo interativo entre quem escreve e quem lê, um diálogo (presencial) em ausência (Bouvet, 2006). A carta configura-se assim como um texto relacional cuja preservação e arquivamento cabe a quem a recebe (o destinatário, o “outro”) e não a quem a escreve (Gomes, 2004). Guardar cartas, conjuntamente a outros objetos, é uma forma de “arquivar a própria vida”, uma prática de um registro autobiográfico que sobrevive ao tempo e à morte

(Artières, 1998). Assim foi com Antenor Nascentes. O arquivamento da sua correspondência pessoal tem, hoje, uma função pública particularmente preciosa para sondarmos a atividade profissional do filólogo carioca e a construção de laços afetivos e intelectuais.

Nosso gesto de leitura interpreta as missivas entrelaçando aspectos das condições de produção que afetam (e determinam) a formação do filólogo carioca – o destinatário das cartas –, suas ideias linguísticas e sua trajetória intelectual, num momento em que o país se modernizava; a cidade em que ele vivia, o Rio de Janeiro, vivenciava um intenso processo de urbanização e a língua nacional se via imersa em debates e disputas entre as tendências puristas que queriam impor a língua de Portugal e aqueles que queriam um distanciamento ou, até mesmo, uma separação definitiva. Confrontos e conflitos que deixaram suas marcas nos discursos em circulação e na produção de diversos instrumentos linguísticos: gramáticas, dicionários, ortografias etc.

Para tanto, o capítulo se estrutura em três partes: a primeira aborda aspectos da formação do sujeito destinatário do arquivo epistolar e, como parte do emaranhado de relações que constitui as condições de produção, a sociedade e o espaço onde ele se forma e se constitui como intelectual reconhecido, a cidade do Rio de Janeiro (capital da República por aqueles anos), que vivenciava um intenso processo de urbanização. A segunda parte ilumina aspectos das ideias linguísticas de Nascentes. Finalmente, a terceira aborda o arquivo epistolar, apresentando as suas particularidades e sua importância, bem como os principais missivistas e tópicos. Desse modo, a análise do arquivo põe em foco algumas questões. Por um lado, ela permite conhecer a rede de correspondentes que demarca a inserção de Nascentes numa trama internacional de intelectuais e acadêmicos que o reconhece e o legitima. Ao mesmo tempo, as missivas podem ser lidas como registros da vida intelectual, do desenvolvimento profissional e das ligações afetivas consolidadas ao longo do tempo.

A formação de um filólogo negro numa cidade que “se civiliza”

Antenor Nascentes, neto de uma escravizada liberta, nasceu no Rio de Janeiro em 17 de junho de 1886, dois anos antes da promulgação da Lei Áurea que, em 13 de maio de 1888, aboliu a escravidão. Seu sobrenome advém da família da qual sua avó paterna foi escrava, como era costume à época. O Rio, como se sabe, foi a maior cidade do hemisfério sul em população escravizada e chegou a ser o maior terminal de tráfico do Atlântico. Como apontou João José Reis, esses escravizados que aportaram ali durante séculos “marcaram em profundidade os costumes, o imaginário, a cultura e até, através de uma intensa miscigenação, o próprio perfil étnico-

racial da população” (Reis, 2000, p. 244). Foi nessa cidade, impactada pela presença de africanos e africanas e seus descendentes, que Nascentes nasceu, cresceu, estudou e se formou, participando desde jovem dos debates sobre os rumos que deveria seguir o português do Brasil.

De família pobre, fez o curso primário numa escola pública e, tirando a nota máxima nos exames de conclusão, assegurou seu ingresso no Colégio Pedro II (Ribeiro, 2014), onde cursou o ginásio como aluno bolsista integral¹. Para isso, contou com a ajuda da professora Dona Amélia Costa que, percebendo a vontade de estudar do menino e a falta de condições financeiras da família, prontificou-se a ajudá-lo para que não abandonasse a escola (Alves, 2006). Dedicado e disciplinado, recebeu o Prêmio Panteão Escolar pelo seu bom desempenho, garantindo a continuidade dos estudos na mesma instituição. Em uma passagem de *Itinerário de Pasárgada*, Manuel Bandeira, colega de Nascentes no Colégio Pedro II, lembraria:

eu não me destinava à literatura e não tratei de suprir por mim mesmo as deficiências dos meus professores, como fez meu colega Antenor Nascentes, tornado com os anos não só latinista mas também helenista insigne. (Bandeira, 1984, p. 27)

Nascentes parecia ter vislumbrado desde pequeno que a formação educacional era uma maneira eficaz de distinção e ascensão social naqueles anos (Schwarcz, 2017), e que “as letras [em especial] habilitavam [os negros] a penetrar na tradição do grupo dominante” (Silva Neto, 1963 apud Lucchesi, 2015, p. 120). Formou-se em 1902 como bacharel em Ciências e Letras, naquela mesma instituição, e na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, também sediada no Pedro II, onde obteve um segundo título em 1908.

O Rio de Janeiro de sua época passava por uma importante reforma urbanística, que transformaria o centro da velha capital de ares coloniais na moderna capital da República. Inspirada nas reformas de Paris, o Rio “se civilizava” – segundo expressão utilizada nos jornais da época para anunciar as reformas do prefeito Pereira Passos² – e buscava afastar do centro as camadas mais pobres da população, com a demolição dos velhos cortiços que acabariam impulsionando as ocupações de morros e originando as primeiras favelas. Por esse centro em intensa transformação – onde estava localizado o Colégio e de onde os mais pobres, muitos deles negros, iam sendo expulsos – circulava Nascentes no seu dia a dia.

¹ Nessa época, o colégio não era gratuito.

² Sobre as reformas de Pereira Passos ver: Benchimol (1992) e Del Brenna (1985).

Com sua formação, ele não teria dificuldades para passar em concursos públicos: foi primeiro funcionário dos Correios e Telégrafos e, ao se graduar em Direito, prestou concurso na Secretaria do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em 1904 (Silva, 2012). Também foi professor em escolas particulares, até que, em 1919, após outro concurso público em que obtém o primeiro lugar, assume no próprio Pedro II a cadeira de espanhol. Ao longo de sua trajetória, participou de discussões e elaboração de vários programas de ensino de importantes instituições de nível superior e exerceu atividades didáticas no departamento de Letras da Universidade Federal Fluminense, no Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (Silva, 2012).

Nascentes era neto de uma escravizada num país onde “a partir de argumentos biológicos e sociais se apontava para um futuro branco e pacífico, com os negros e mulatos desaparecendo para dar lugar a uma civilização ordenada e crescentemente branqueada” (Schwarcz; Starling, 2015, p. 343). A eugenia estava na ordem do dia, e o racismo e a exclusão social e política pautavam o pensamento das oligarquias republicanas dominantes (Napolitano, 2017), incidindo nos espaços por onde Nascentes circulava. Algumas poucas falas e escritos de Nascentes e de comentaristas da sua obra funcionam hoje como indícios, detalhes menos evidentes (Ginzburg, 1989), nos quais se faz referência às dificuldades de um descendente de negro num país marcado pela escravidão.

Bortolaza (2006) recolhe testemunhos e lembranças de alunos do curso “Língua Portuguesa: ortografia e estruturalismo”, ministrado por Nascentes no Paraná, em 1967. Nello Attilio Ubaldi conta que Nascentes “lia em português com desenvoltura textos escritos em alemão, deixando os ouvintes boquiabertos”³, e que ele próprio explicava que queria mostrar “que um descendente de negro era capaz e que o brasileiro não era o que imaginavam muitos” (Bortolaza, 2006, p. 2). Joaquim Carvalho da Silva, outro aluno do curso, conta que o acompanhou em diversos passeios e que neles “muito comentou sobre como era discriminado por ser descendente de negro” (Bortolaza, 2006, p. 2). Nesses depoimentos, temos reflexões que, embora pouco abordadas por ele e pelos estudiosos de sua vida e obra, deixam transparecer como a identidade racial o afetava. Reflexões esboçadas no fim da vida, quando já era um intelectual reconhecido e de circulação internacional, por aquele que se constituiu como um dos principais filólogos do Brasil.

³ Em entrevista concedida a Pedro Bloch, publicada em 2006, Nascentes afirma que Saïd Ali tinha sido o magnífico professor de alemão que saiu falando do Colégio Pedro II. Isso dá uma pista do nível da formação linguística no começo do século XX nessa instituição.

Nascentes, segundo Cunha (2003, p. 164), foi “quem primeiro esboçou a periodização da história da filologia portuguesa no Brasil”, uma contribuição que serviria de base para os que posteriormente escreveriam sobre o assunto. Tornou-se uma figura de destaque não só na cena filológica do século XX, contribuindo para os estudos do português e para a construção do saber linguístico, por meio da vastíssima produção publicada em mais de seis décadas, mas também na história e na construção de uma memória sobre a língua espanhola no Brasil. Classificado em primeiro lugar no concurso público que selecionou o primeiro professor catedrático para a cadeira de espanhol, criada no Colégio Pedro II pela Lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919, foi Nascentes quem elaborou a primeira gramática de espanhol produzida no Brasil, a *Gramática da Língua Espanhola para uso dos brasileiros* (1920). Claramente pedagógica, a obra buscava atender às demandas geradas pela política linguística do Estado brasileiro, que introduzira o ensino dessa língua.

Sua carreira se firma já na década de 1920, quando começa a dar aulas no Pedro II e passa a fazer parte de diversas instituições e comissões, como a Comissão de Unificação da Ortografia Oficial (1924), e participa, no mesmo ano, da conferência oficial promovida pelo Instituto Histórico para tratar da grafia dos nomes geográficos. Foi ainda membro fundador da Academia Brasileira de Filologia (1944) e acadêmico correspondente da Academia das Ciências de Lisboa⁴. Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), participa como conferencista dos eventos promovidos pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) sobre a “linguagem como fundamento da reconstrução nacional” (Silva, 2012, n.p.) e recebe um convite do Ministro Capanema para elaborar o Vocabulário Ortográfico da Língua Nacional. Já durante o governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961), também participa na elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) (Baldini, 1999).

Ao mesmo tempo em que ia se tornando essa figura destacada, cuja atuação – intensa e próxima ao aparelho do Estado – atravessaria importantes períodos políticos do Brasil, Nascentes foi autor de uma vastíssima produção científica. Obras didáticas dirigidas à escola, filológicas, do campo da Lexicografia, da Fraseologia e da Dialectologia, além de obras que relatam as suas viagens pela América do Sul e pelos Estados Unidos. Nascentes chegou a ser uma das pessoas mais importantes das letras no Brasil e, como testemunha o arquivo epistolar, foi referência quando, em redes transnacionais, a questão era o português no/do Brasil.

A análise das cartas que Nascentes recebeu permite aprofundar sua biografia intelectual, pois que, interpretadas em sua dimensão histórica e nas

⁴ Em carta enviada a Nascentes, em 1967, a Academia das Ciências de Lisboa remete o diploma da sua eleição para ocupar esse cargo.

condições socioeconômicas e culturais de uma época, funcionam como testemunhos da estruturação do campo intelectual e das redes de sociabilidade nas quais estava inserido. Se, por um lado, elas dão visibilidade à inserção internacional de Nascentes, por outro, permitem rastrear o saber sobre as línguas que estava sendo construído e que se serve das cartas como forma de construção, circulação e validação do saber.

Nascentes e as ideias linguísticas

As ideias linguísticas de Antenor Nascentes se inscrevem de forma clara em duas das mais importantes reflexões e polêmicas do campo linguístico da época. Por um lado, o estudo da diversidade da língua ao interior das nações, pesquisando, em seu caso, a divisão do Brasil em termos linguísticos – os “subdialetos”. Do outro, o estudo das diferenças do português brasileiro – “variante brasileira”, “falar brasileiro” – e do português de Portugal, que implicava num reconhecimento das transformações que sofrem as “línguas transplantadas” nos processos de conquista e colonização na América Latina (Nascentes, 1922).

Em diversos escritos, produzidos em momentos diferentes de sua carreira e de sua produção científica, Nascentes deixa transparecer como entende a língua – o “Idioma Nacional”, como preferia chamá-la (nem língua portuguesa, nem língua brasileira)⁵. Ele afirma: “o certo é que a diferença entre elas é tão grande que chega a levar à impressão errada de que as línguas são duas” (Nascentes, 2003a, p. 392)⁶. A frase, que se referia à diferença na pronúncia da língua em Portugal e no Brasil, parece conter uma síntese do seu pensamento. Se as diferenças eram claras e significativas, no entanto, do seu ponto de vista, isso não deveria criar uma situação de ruptura e, por isso, considerava “errado” pensar “que as línguas [eram] duas”.

Em carta escrita em resposta às críticas de Jorge Guimarães Dupiás ao livro *O Linguajar Carioca*, Nascentes comenta: “não sou tão partidário, como a V. Ex.a. pareceu, da separação linguística absoluta entre Portugal e o Brasil” e imediatamente acrescenta: “acredito que os elementos conservadores, a comunicação constante dos dois países e outras causas concorrerão para se manter uma relativa unidade, o que não exclui a existência de diferenças mais ou menos importantes” (Nascentes, 2003b [1924], p. 613). Apesar de assinalar as diferenças, Nascentes insistia que não se podia pensar em línguas diferentes. Assim se expressava sobre o vocabulário no artigo “A língua

⁵ *O Idioma Nacional*: série didática produzida por Nascentes, cujo primeiro volume é de 1927.

⁶ Publicado inicialmente em Roques, 1954. Na mesma direção, na Introdução de *O Idioma Nacional* (1927, p. 8), afirma: “uma criança brasileira de quatro anos até distingue logo quando quem fala é um patricio seu ou é um português”.

brasileira”: “A língua falada e escrita no Brasil é a língua portuguesa com alterações pelo uso de vocábulos exclusivamente nacionais ou regionais que enriqueceram a língua, tornando-a mais opulenta, mas que não bastam para construir língua nova” (Nascentes, 2003c, p. 312).

Também expressou as diferenças com relação à sintaxe. No artigo “Quarenta anos de amizade”, o próprio Nascentes conta uma história que aconteceu com Manuel Bandeira, seu colega de escola, com quem teve uma relação “que o tempo”, ele diz, “se encarregou de transformar em amizade até [aquele momento] inquebrantada”. E acrescenta:

Bandeira era dos mais vivos do grupo, dos mais brigões; corrigia qualquer erro que se cometesse. Foi com ele que comecei a tomar cuidado com a colocação dos pronomes à portuguesa. Não lhe agradeço este serviço; criou-me um hábito que hoje me impede de colocar os pronomes à brasileira. (Nascentes, 2003d, p. 726)

Curioso notar como cada um via no outro uma “erudição” que implicava, no caso de Nascentes, no “impedimento” do uso dos pronomes à “brasileira”. Nascentes foi um observador dos modos diferentes do funcionamento linguístico em ambos os lados do Atlântico. Mesmo não reconhecendo a intensidade que permitiria falar em duas línguas diferentes, nota-se que seus escritos estão atravessados pela descrição dessas diferenças. Em 1929, refletindo sobre a língua que se fala no Brasil, afirmava que não teve a coragem de chamá-la portuguesa, sendo esse o motivo para intitular a série de livros escrita para a escola de *O Idioma Nacional*.

No Prólogo de *O Linguajar Carioca* (1922), uma obra fundamental da história da Dialetologia, “um avanço numa época em que a tradição gramatical era muito comum e muito ainda não se tinha livrado da influência portuguesa” (Ribeiro, 2014, p. 7), Nascentes expõe sua visão com relação à língua nacional, permitindo vislumbrar a compreensão histórica e social que o autor tinha sobre ela. No Prefácio da obra, fica clara a sua compreensão dos processos de transformação das línguas: “*é facto por demais sabido que, mesmo dentro do próprio território, por diversas causas entre as quais sobressaem a lei do menor esforço e a necessidade de clareza de expressão, as línguas tendem a alterar-se*” (Nascentes, 1922, p. 11, grifos nossos).

E continua a explicação afirmando que:

Maiores alterações sofrem ainda, quando são transplantadas de uma região para outra. Assim, o latim se transformou nas actuais línguas românicas e estas, por sua vez, nas colônias muito vieram a diferir do falar das metrópoles: haja-se em vista o francês do Canadá e o espanhol da América. Outro tanto aconteceu ao português implantado em nosso país. (Nascentes, 1922, p. 11)

Nascentes se mostra conhecedor das diferenças entre a língua das colônias e das metrópoles (ou ex-metrópoles) e, ao mesmo tempo, consciente de que era necessário um estudo apurado para fixar as causas das alterações, no entanto, vai apresentando alguns dos motivos mais evidentes:

Nem que fosse falada apenas por portugueses e seus descendentes puros, nem por isso deixaria ela de alterar-se graças às causas que apontamos acima; mas a língua portuguesa no Brasil sofreu grandes alterações porque teve de ser aprendida por homens de duas raças que falavam línguas de estrutura inteiramente diversa do tipo flexional.

O índio foi o primeiro a aprender o português; é natural, pois foi o povo autóctone.

Só mais tarde aparece o outro factor etnográfico, o negro.

Desde meados, pois, do século XVI, colonos portugueses, índios, africanos, seus descendentes puros ou mestiçados, começaram, cada qual a seu jeito, a modificar a língua portuguesa e mais tarde as modificações por eles introduzidas vieram a constituir a variante brasileira.

O afastamento da metrópole, a independência política e outras causas tornaram autônomo o português do Brasil. (Nascentes, 1922, p. 12)

E, citando João Ribeiro, conclui: “a língua nacional é essencialmente a língua portuguesa, mas enriquecida na América, emancipada e livre nos seus próprios movimentos” (Nascentes, 1922, p. 12). A ideia de emancipação e liberdade da língua é recorrente em seus escritos.

Para Nascentes, como se vê, não era possível que a língua não se transformasse. E mais ainda no Brasil, onde teve que ser aprendida por indígenas e negros. O contato linguístico foi o principal fator de modificação e essas sucessivas modificações constituíram a “variante brasileira”, autônoma do português de Portugal, incluso, pelo “afastamento da metrópole” e pela “independência política”. E, naquela que talvez seja uma das afirmações mais expressivas dessa espécie de manifesto sobre a língua, o autor se mostra sensível à dimensão política da língua: “submeter o nosso falar diferente às formas portuguesas é um absurdo desprezível e servilmente colonial” (Nascentes, 1922, p. 12).

Das entrelinhas parece surgir a ideia de uma língua nacional que vai sendo construída a partir de particularidades. Não reconhecer a soberania que a língua portuguesa foi adquirindo nos novos territórios seria “um absurdo desprezível e servilmente colonial”. Para o autor, a língua no Brasil seguiu outros rumos:

Certas leis da gramática portuguesa perderam aplicação entre nós; falamos diferentemente sim que por isso falemos errado, pois nos exprimimos de acordo com os novos rumos por que marchou no Brasil a língua portuguesa⁷. Apesar da constante imigração portuguesa, apesar do constante intercâmbio literário entre Portugal e Brasil, nada pode deter a nossa marcha. (Nascentes, 1922, p. 13)

Era um falar diferente, mas, no entanto, não era um falar errado⁸. O português em terras brasileiras “[prosseguiu] hoje evolução à parte”, afirma, “como a península ibérica prosseguiu a sua depois do desmembramento do império romano” (Nascentes, 1922, p. 13)⁹. Mais uma vez, o autor compara a evolução do português no Brasil com outros processos históricos de transformação das línguas.

Os trechos de seus escritos, aqui apresentados, permitem uma aproximação às concepções linguísticas do autor e nos levam a inferir que, para Nascentes, a transformação da língua – que foi constituindo a “variante brasileira”¹⁰ – era uma expressão da soberania com relação a Portugal (uma colocação que apresenta uma clara consciência da dimensão política da língua). Também nos permitem pensar que a posição de Nascentes em matéria linguística não era exatamente purista: as diferenças com relação ao português de Portugal não significavam “um falar errado” e, ademais, nada podia deter a marcha do português no Brasil: nem a “constante imigração portuguesa” nem o “constante intercâmbio literário entre Portugal e Brasil”, dois aspectos que tendiam a manter certa unidade.

Mesmo autores que atribuíram a Nascentes uma posição lusitana – que coloca a língua do/no Brasil como erro, desvio, moléstia – também reconheceram os “sentidos que rompem (em certa medida) com [o]

⁷ No parágrafo seguinte, o autor afirma que o que se deu com a língua pode ser comparado com o processo de multiplicação vegetal conhecido pelo nome de *mergulhia*. Como vemos, em suas concepções, está presente essa ciência linguística biologizante e naturalista, a “ciência aceita” na época a partir da qual vai expandindo as concepções.

⁸ Essa é a leitura modernista, lembremos que o lançamento de *O Linguajar Carioca* coincide com a semana modernista de 1922, levada adiante em São Paulo.

⁹ Impossível não pensar em Mário de Andrade – amigo de Manuel Bandeira e com quem Nascentes trabalhou e se correspondeu –, que anos depois daria início a uma sistematização literária da língua falada no Brasil. Pensamos aqui na *Gramatiquinha do Brasil*, obra inacabada na qual Mário trabalhou entre 1922 e 1945.

¹⁰ A questão para o autor era entender se essa variante independente constituía um dialeto. E de forma muito afinada com um saber científico, afirma que a resposta depende do conceito que se fizer de dialeto. Mas, para o autor, a questão ia além da designação: “haja ou não haja dialeto brasileiro, questão que se discute desde a célebre polêmica entre Alencar e Castilho, o que não se pode contestar é a existência da variação entre a língua do Brasil e a de sua antiga metrópole e é isso principalmente o que nos interessa e o que nos cumpre estudar” (Nascentes, 1922, p. 14).

assujeitamento da língua do Brasil à língua portuguesa” (Mattos; Medeiros, 2013, p. 4). Portanto, essa “posição lusitana”, num filólogo que fala da transformação das “línguas transplantadas” e da importância dos contatos linguísticos para que essas transformações ocorram, torna-se matizada. E, especialmente, em um autor que associa língua à soberania. Nos recortes aqui apresentados, buscamos jogar luz no outro lado da contradição constitutiva das ideias, dos discursos, dos sujeitos, iluminando o reconhecimento que Nascentes faz da língua do/no Brasil como sendo um falar diferente, autônomo e soberano das formas que a língua tinha em Portugal.

O arquivo epistolar: particularidades, missivistas, tópicos

As ideias linguísticas de Antenor Nascentes circularam internacionalmente ao longo das décadas por meio das cartas e, especialmente, pelos inúmeros envios de suas obras ao exterior, frutos de um amplo e variado interesse científico que o levou a muitos setores da Filologia Portuguesa.

O arquivo epistolar aqui analisado é testemunho da enormidade de seu empreendimento e da recepção elogiosa de seus livros, permitindo-nos acessar uma dimensão da vida do filólogo carioca que de outra forma não teríamos notícias.

Nascentes havia recomendado vivamente ao seu filho, Olavo Aníbal, que o acervo de sua biblioteca, incluindo nela os fichários com as pesquisas filológicas e a correspondência nacional, internacional e familiar, fosse doado ao Colégio Pedro II. A doação ocorreu em 21 de setembro de 1990, mas as cartas internacionais passivas foram catalogadas apenas em 2010, gerando o *Catálogo da correspondência internacional passiva do Professor Antenor Nascentes*, realizado pela Comissão de Memória Histórica do Colégio Pedro II. Só recentemente esse acervo da correspondência internacional foi disponibilizado para pesquisa. O catálogo apresenta uma pequena tabela para cada carta, contendo ano, local, remetente e, muito sinteticamente, o conteúdo da mesma. Além disso, traz dois índices finais: um índice onomástico com os missivistas e instituições que encaminharam cartas a Nascentes, por ordem alfabética e com o número das cartas do catálogo; e outro geográfico, que apresenta, também por ordem alfabética, os países a partir dos quais a correspondência foi encaminhada.

Os índices do catálogo trazem descrições que auxiliam na construção de recortes e séries. Entretanto, os sentidos que emanam do conjunto das cartas não são evidentes, pois, como afirma Orlandi (1996, p. 9) “não há sentido sem interpretação”, gesto que cabe ao analista. Que gestos interpretativos podemos fazer desse arquivo epistolar tão rico e tão diverso, tanto na procedência das cartas, quanto dos missivistas e tópicos? O que este

capítulo busca apresentar são as primeiras leituras e interpretações desse vasto acervo.

As cartas nos permitem compreender o lugar de prestígio ocupado por Nascentes na comunidade internacional, cujos integrantes solicitavam informações sobre o português brasileiro e sobre a Dialectologia do português do Brasil. Também o parabenizavam pelas obras que constante e incansavelmente enviava aos principais intelectuais, centros, institutos e universidades espalhados pelo mundo. Há consultas bibliográficas, discussões sobre problemas linguísticos, envio de obras e textos que atravessavam o oceano em ambas as direções, leituras críticas, comentários, solicitações, convites. Há muitos elogios e agradecimentos às obras enviadas por Nascentes, valorações positivas que, entendemos, tiveram um papel determinante em seu empoderamento intelectual e em seu posicionamento como um dos principais referentes do português do Brasil. Valorações que foram construindo essa figura internacional e, alimentando, em uma via de mão dupla, o enorme empreendimento do filólogo carioca. Isso nos parece um ponto-chave. De modo especial, as cartas nos permitem acompanhar o modo como Nascentes se projeta no exterior como referência intelectual do português em terras brasileiras e o processo por meio do qual se constrói uma rede de sociabilidade e de intercâmbio que o reconhece e o legitima. O arquivo das cartas recebidas por Nascentes, provenientes de localidades estrangeiras, é indício do que acabamos de afirmar.

As missivas foram um importante instrumento no processo de construção coletiva do conhecimento. Mas, além do intercâmbio acadêmico, as cartas construía e fortaleciam laços sociais. Em meio às discussões linguísticas, encontramos perguntas sobre a família, saúde, viagens, amigos, comentários sobre a guerra e sobre o acidente aéreo sofrido pelo carioca em Trinidad e Tobago em 1936¹¹. A correspondência recebida por Nascentes se estende de 1920 a 1970. São décadas de expansão do campo, em que a ampliação de eventos e publicações técnicas permite também a ampliação dos diálogos e as trocas entre profissionais de diversas partes do mundo.

Que o arquivo contenha apenas as cartas passivas traz à pesquisa certas particularidades, definindo Nascentes pelas suas relações e pela projeção da imagem do destinatário feita pelos epistológrafos (Haroche-Bouzinac, 2016). Embora as cartas do filólogo carioca estejam ausentes – abrindo uma lacuna da comunicação epistolar –, as missivas analisadas não são textos autônomos, inscrevendo-se numa rede intertextual que, se não pode ser totalmente recuperada, pode ser reconstruída ou imaginada em diversas direções pelos

¹¹ Em carta de 24 de abril de 1936, Concha Romero James, da Oficina de Cooperação Intelectual (Washington, Estados Unidos), lamenta pela “tan dura experiencia” vivida por Nascentes no acidente ocorrido em viagem aos Estados Unidos.

rastros que nelas aparecem e que nos permitem levantar algumas hipóteses sobre essa “letra ausente”.

Nossas primeiras leituras do acervo epistolar tiveram como objetivo “deixar falar” o arquivo, buscando mapear o que essa correspondência nos diz: quais são as regiões temáticas preferenciais (Beata Neves, 1988); quem são os missivistas e que laços os unia a Nascentes; qual é o lugar social de quem escreve: a posição ocupada na cena filológica internacional e nos campos intelectual e político. Também nos aproximam dos períodos em que se adensa o arquivo e das pessoas que mantêm com ele uma correspondência mais assídua. O estudo do arquivo abre, evidentemente, muitos desdobramentos e possibilidades investigativas para aspectos mais específicos. Trazemos neste texto algumas ideias mais gerais que até aqui puderam ser elaboradas.

Os missivistas

Os missivistas ocupavam posições importantes em instituições das mais diversas: professores, secretários, diretores, cônsules, antropólogos, filólogos, romanistas, entre outras personalidades das letras. Um epistolário plurilíngue. Cartas em espanhol, português, inglês, francês, italiano, alemão, línguas que juntamente com o latim e o grego Nascentes dominava. Missivas enviadas por linguistas, lexicógrafos e filólogos, como o suíço Meyer Lübke (1861-1936), o alemão Rodolfo Lenz (1863-1938)¹², o chileno Rodolfo Oroz (1895-1997)¹³, o espanhol Amado Alonso (1896-1952)¹⁴, pelo importante etnólogo e antropólogo cubano Fernando Ortiz (1881-1969), pelo diretor da Academia Venezuelana correspondente da Espanhola Juan José Abreu (1875-1950), pelo embaixador do México no Brasil Alfonso Reyes (1889-1959), pelo linguista e romanista alemão Fritz Krüger (1889-1974), radicado na Argentina após a segunda guerra e que escreve para Nascentes ora em alemão, ora em português. De Portugal, que constitui a origem mais numerosa dos envios, missivas de Francisco Rebelo Gonçalves (1907-1982), um dos maiores filólogos e lexicógrafos da língua portuguesa do último século, José Pedro Machado (1914-2005), filólogo, historiador, bibliógrafo e arabista, e de muitos outros remetentes de Coimbra e Lisboa, além do Centro de Estudos Filológicos, da Academia de Filologia e da Academia de Ciências

¹² Lenz chega ao Chile no início dos anos 1890 integrando a lista de professores destinados ao projeto da criação do Instituto Pedagógico em Santiago para a formação docente (Ennis; Soltmann, 2022).

¹³ Oroz foi diretor do Instituto Pedagógico entre 1933 e 1944, fundador do Instituto de Filologia do Chile e presidente da Academia Chilena da Língua, além de exercer o cargo de professor na Universidade de Chile.

¹⁴ Alonso dirigiu o Instituto de Filologia da Universidade de Buenos Aires entre 1927 e 1946.

desse país. Dos Estados Unidos, destaque para a Universidade de Stanford e a União Pan-americana em Washington; da Alemanha, a Universidade de Hamburgo e o Instituto de Estudos Luso-brasileiros da Universidade de Colônia. Os remetentes se estendem por uma extensa gama de países e instituições que não cabe aqui recuperar totalmente.

Os tópicos

Entre os missivistas havia importantes linguistas, filólogos e antropólogos interessados (assim como Nascentes) nas transformações do português em território brasileiro. Um exemplo significativo dessa prática é o pedido de informações feito pelo importante filólogo suíço Meyer-Lübke¹⁵ a respeito das alterações sofridas no Brasil pela língua portuguesa. Esse pedido foi o que lhe despertou – como conta o próprio Nascentes (1922) – a ideia de organizar as notas sobre as questões da Dialectologia Portuguesa no Brasil, que teve como resultado a primeira edição de *O Linguajar Carioca* (1922).

Já Amado Alonso, em carta enviada de Buenos Aires, em 1936, pede notícias sobre as polêmicas em torno da designação da língua:

Necesito noticias concretas sobre el pleito brasileño de la lengua y en especial sobre las denominaciones. ¿Fue el parlamento el que decretó llamarla brasileña no portuguesa? [...] Estoy escribiendo un estudio sobre castellano y español y me gustaría añadir algunas buenas referencias al Brasil. ¿Se ha llamado ahí también lengua nacional? (Alonso, 1936, n.p. [fragmento])

A resposta de Nascentes foi referência valiosa, incorporada por Alonso no capítulo “Paralelo brasileño” do seu importante livro *Castellano, español, idioma nacional* (1938). Nele, reproduz a carta enviada pelo seu “distinguido colega y amigo don Antenor Nascentes”:

Un concejal “jacobino” (es decir, enemigo de los colonizadores), propuso que en las escuelas de la Municipalidad de Rio de Janeiro se cambiase el nombre de “lingua portuguesa” por el de “lingua brasileira”. El ayuntamiento (Conselho Municipal) aprobó el proyecto. El alcalde (Prefeito) lo vetó pero el veto no prosperó porque no obtuvo los votos necesarios. Un diputado imitador presentó a la Cámara un proyecto análogo para extender el nuevo nombre a todo el país, pero felizmente hasta hoy el proyecto duerme en la cartera de una Comisión. (Alonso, 1943 [1938], p. 134)

¹⁵ Uma década depois, o grande especialista da romanística europeia escreveu em alemão o Prefácio do *Dicionário Etimológico* (1932) de Antenor Nascentes.

Em uma outra missiva, de 10 de dezembro de 1937, Amado Alonso pergunta sobre a proposta já feita a Nascentes, para a elaboração do tomo brasileiro da Biblioteca Dialeológica Hispano Americana que o filólogo espanhol estava organizando:

Mi querido amigo: ya he leído con placer su viaje por la América do Sul, algunas de cuyas páginas fueron vividas junto a mí. Muchas gracias. ¿Qué ha pensado de mi proposición para hacernos el tomo brasileño de la Biblioteca Dialeológica Hispano Americana? (Alonso, 1937, n.p. [fragmento])

Além da leitura prazerosa dos relatos de viagens, a missiva de Alonso destaca o lugar central que Nascentes tinha quando a questão era a língua do Brasil: tinha solicitado ao filólogo carioca a realização do tomo brasileiro que integraria a Biblioteca Dialeológica Hispano Americana.

Também Fritz Krüger, já trabalhando no Instituto de Linguística da Universidade Nacional de Cuyo (Mendoza, Argentina), em carta de 13 de março de 1963, solicita a Nascentes um artigo que escrevera em 1958 e que seria muito proveitoso para um trabalho sobre cultura popular que estava elaborando:

Muy apreciado amigo:

Hace mucho tiempo que no recibo noticias tuyas. Hoy me dirijo a usted para pedirle un favor.

Es referente a su artículo “Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil”, el cual me sería muy útil en la confección de un trabajo sobre Cultura popular que estoy preparando para la Enciclopedia de Filología Española de Madrid. Le quedaré muy agradecido si puede usted enviarme un ejemplar.

Por este mismo correo le enviamos Anales VIII, cuyo contenido le mostrará que cualquier informe sobre lingüística y etnografía brasileña nos interesa muchísimo. (Krüger, 1963, n.p. [fragmento])

A série de missivas de Meyer-Lübke, Alonso e Krüger (dentre outras muitas que poderíamos apresentar) dá indícios da construção de redes de trabalho e colaboração entre estudiosos e centros distantes e da figura de Nascentes como importante referência para as questões sobre o português do Brasil. Diversas cartas enviadas de Praga pelo professor e filólogo tcheco Zdenek Hampejs entre 1961 e 1963 também são marcas e testemunho dessa referência central do filólogo carioca. Em uma delas, de 23 de janeiro de 1963, Hampejs comenta a importância da obra de Nascentes para a escrita em processo de um dicionário português-tcheco:

Gostaria de saber se já se vende o seu Dicionário Académico. Não sabe imaginar como preciso de um exemplar da sua obra para poder concluir o meu

dicionário português-tcheco! A publicação desta obra minha depende da consulta do dicionário de NA! Como é, pois? Estou ansioso em ter notícias a este respeito e naturalmente todas as outras! (Hampejs, 1963, n.p. [fragmento])

Hampejs havia sido aluno do Nascentes. Assim o testemunham as saudações nas diversas cartas: “Meu caríssimo Mestre”, “Prezado Professor e Amigo”, “Meu caro Professor”. Especialmente uma delas, enviada em 15 de abril de 1962, em que menciona a saudade das reuniões “de sexta-feira” das quais participara no Brasil junto ao filólogo carioca e que tinham sido tão importantes na sua formação:

Espero com impaciência as suas notícias. Não preciso de dizer que tenho muita saudade do Sr., de sua família, do Brasil. Aquelas nossas reuniões de sexta-feira! Ninguém dedicou tanta atenção, em matéria de filologia, a este pobre diabo que o Sr. Realmente, toda minha vida está marcada com a influência da sua forte personalidade, de seu gênio trabalhador, honesto, brasileiro. (Hampejs, 1962, n.p. [fragmento])

Desde a sua primeira década, o arquivo epistolar é testemunho da colaboração entre estudiosos, muitos dos quais estavam à frente de importantes espaços de ciência. Em 1929, o professor Oliveira Guimarães, da Faculdade de Letras de Coimbra, tinha proferido uma palestra sobre Fonética no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, onde o carioca dava aula de português (Medeiros; Demasi, 2006). Interessado no assunto e com a autorização do diretor, Nascentes encomendou um laboratório. Em carta de 14 de junho de 1929, escrevia Guimarães:

Quanto à aparelhagem de um laboratório de Fonética, devo dizer a V Exa que não custará grandes somas. Eu ainda não tenho um quimógrafo elétrico, sirvo-me de um movido por um mecanismo de relojoaria, que não é absolutamente isócrono e por isso não me proporciona dados absolutamente seguros. Estou em véspera de conseguir um novo aparelho dessa natureza. Quando o tiver e depois de experimentado, lhe darei os meus informes com toda a precisão, indicando casas fornecedoras, preços, etc, tanto deste como de todos os outros aparelhos. (Guimarães, 1929, n.p. [fragmento])

Era uma época em que os laboratórios começavam a ser montados, mas, segundo afirmam Medeiros e Demasi (2006), esse nunca chegou às terras brasileiras¹⁶. Na extensa carta, o filólogo português também agradece

¹⁶ Anos mais tarde, também Amado Alonso escreve a Nascentes sobre os aparelhos que serviam ao desenvolvimento da Fonética Experimental. Em carta de 2 de novembro de 1937, enviada de Buenos Aires, onde estava à frente do Instituto de Filologia da Universidade dessa cidade, comenta: “En materia de fonética experimental aquí tenemos el viejo quimógrafo que

os comentários de Nascentes sobre a sua Fonética e menciona a importância do livro enviado (*O Linguajar Carioca*). Era o começo de uma relação cultivada por meio de uma correspondência regular e de afetos gerados pela troca intelectual:

Não escondo a V Exa que me sensibilizaram profundamente os seus amáveis juízos sobre a minha Fonética, principalmente porque neles descortino quase um acto de telepatia, ou seja, de um afecto gerado a distancia por afinidades intelectuais e que muito me toca. (Guimarães, 1929, n.p. [fragmento])

As missivas provenientes de Portugal são as mais numerosas. Filólogos, professores das principais universidades, escritores, representantes de instituições acadêmicas e filológicas que, de modo geral, agradecem, comentam e elogiam as obras enviadas pelo próprio Nascentes e o seu método de trabalho. Vozes que representam o pensamento oficial das instituições lusitanas e dos investigadores portugueses da “língua comum”, assim referenciado em várias das cartas.

Embora as cartas assinadas por Nascentes não integrem o acervo estudado, elas pressupõem o outro lado da comunicação epistolar, a outra parte do diálogo dos missivistas, a “voz ausente” que muitas vezes se deixa ouvir nas respostas recebidas, ao fazerem referência explícita a perguntas feitas por ele, como aparece nestes excertos da carta enviada de Coimbra pelo professor Guimarães, em 14 de junho de 1929, e respondidas no corpo da mesma: “Quanto à pergunta que V. Exa me faz sobre se eu estaria disposto a colaborar consigo na organização de um dicionário ortológico”; “Pergunta-me V Exa qual é a cadeira que rejoy”; ou ainda “Quanto à aparelhagem de um laboratório de fonética” (Guimarães, 1929, n.p.).

Algumas das cartas respondem também a solicitações do próprio Nascentes. É o caso da missiva enviada em 5 de setembro de 1925 por Fernando Ortiz (1881-1969), interessado no papel do negro na formação do espanhol nas Américas e na cultura afro-cubana:

He tenido el gusto de recibir su carta del día 8 del pasado agosto, y me es muy grato enviarle en paquete certificado un ejemplar del libro que a Ud. interesa titulado “Glosario de Afronegrismos”. No tiene que enviarme precio alguno por él, pero le agradeceré muy mucho el envío de sus estudios de etimología, para los cuales desea utilizar mi obra; así como una nota del juicio crítico que

servió a Navarro Tomás para sus experiencias. Pero siempre me falla alguno de sus aparatos auxiliares (tamborcillos, diapasón, soporte, etc.)” (Alonso, 1937) e, um pouco adiante, continua: “Aparatos no se pueden comprar aqui, yo tengo algunos catálogos de Francia y Alemania pero, por cuestión del cambio, ahora se tiene que comprar en Francia, En España ya se hacían buenisimos aparatos (los uruguayos los encargaron allí), pero la guerra!” (ibidem.).

a Ud. merezca la obra, juicio que por ser de Ud. tiene que ser imparcial y valioso. (Ortiz, 1925, n.p. [fragmento])

A história desse movimento intelectual se materializa no intercâmbio epistolar do qual o filólogo carioca participava ativamente, não só enviando e solicitando obras, mas também comentando e emitindo “juízo crítico”, “imparcial y valioso”, como menciona Ortiz. Em *O Linguajar Carioca* (1922), Nascentes já mencionara a importância do indígena e do negro (raças que tinham línguas flexionais diferentes do português) na transformação da língua em terras brasileiras. Tanto Ortiz quanto Nascentes estavam interessados nas influências negras e indígenas nas transformações das línguas transplantadas à América nos processos de colonização e conquista, e suas cartas testemunham as preocupações de época e a construção do saber linguístico¹⁷.

Se algumas das cartas respondem perguntas e solicitações de Nascentes, a leitura do arquivo nos ajuda a perceber como o filólogo carioca estava atento a solicitações e sugestões feitas por terceiros, permitindo recuperar o modo como redes de sociabilidade e de trocas intelectuais iam sendo construídas e se consolidavam. Em carta de 13 de janeiro de 1933, Ildefonso Falcão, Consul do Brasil em Colônia (Alemanha), sugere o oferecimento do *Dicionário Etimológico* ao Instituto Teuto-Luso Brasileiro de Colônia, “criado em 1931 por iniciativa do eminente filólogo Leo Spitzer”.

A dádiva de um exemplar de seu Dicionário Etimológico eu a sugiro a V.S. por não me ser estranho, ao lado da falta de recursos do Instituto, o grande interesse pelo seu trabalho que, na opinião do Prof. Leo Spitzer, é o melhor e mais completo até agora editado. Esse exemplar que V.S. ofereceria destina-se à biblioteca do Instituto, que é dirigida por um jovem professor de larga cultura, o Dr. Ivo Dane. (Falcão, 1933, n.p. [fragmento])

Do envio do exemplar ao Instituto, só temos notícia pela carta que dez meses depois (24 de novembro de 1933) o próprio diretor envia de Colônia a Nascentes em agradecimento do livro recebido:

Excelentíssimo senhor:

Perdoe-me V. Exca por só agora vir a agradecer o “Dicionário Etimológico da língua portuguesa”, que V. Exca teve a amabilidade de oferecer. Com efeito só há pouco tempo é que o livro me chegou às mãos visto que ele foi recebido pelo Seminário Românico e não pelo nosso Instituto. É com um grande prazer que manifesto a V. Exca. Todo o meu reconhecimento e gratidão pela valiosa oferta dum livro que é de grande utilidade para os nossos estudos da língua

¹⁷ As cartas de Guimarães e de Fernando Ortiz são apenas dois exemplos das muitas cartas em que se consegue ouvir a “voz ausente” do filólogo carioca.

brasileira tanto mais que se trata de obra dum autor ilustre e bem conhecido no mundo das letras. (Dane, 1933, n.p. [fragmento])

Reconhecimento, gratidão, elogio e agradecimento pelo envio de uma obra, de um artigo, de uma publicação ou pelas informações solicitadas, prática frequente nas primeiras décadas do século XX¹⁸. Essa é a região temática mais povoada de cartas. Já na primeira missiva do arquivo – enviada em espanhol, de Montevidéu (Uruguai), em 1920 –, o escritor e advogado Daniel García Acevedo (1868-1946) cumprimenta Nascentes pela tese (*Um ensaio de fonética diferencial luso-castelhana. Dos elementos gregos que se encontram no espanhol*, 1919) apresentada no concurso em que foi o primeiro colocado para ocupar o cargo de professor da cadeira de espanhol do Colégio Pedro II. Acevedo felicita o autor pelos “magníficos trabajos presentados al concurso” que “sirven para consagrar el carácter de erudito en las materias que con tanta profundidad de conocimientos trataba” (Acevedo, 1920, n.p.).

A cada nova obra publicada, os agradecimentos e elogios das missivas revelam a incansável tarefa de Nascentes em fazer circular suas publicações para além das fronteiras nacionais. Vejamos alguns recortes do arquivo epistolar que fazem referência a duas obras fundamentais na construção do saber linguístico, dialetológico e filológico do Brasil: *O Linguajar Carioca* e o *Dicionário Etimológico*.

Em 15 de março de 1924, o filólogo e escritor português Candido Figueiredo (1845-1925) escrevia a Nascentes:

Muito obrigado pela amável oferta do Linguajar Carioca. Eu já conhecia a obra nomeada de V. Ex. mas só agora tive o prazer de apreciar diretamente a sua ilustração e a seriedade do seu trabalho. Vê-se que é obra de quem sabe o que faz e procura ser útil. (Figueiredo, 1924, n.p. [fragmento])

Como em muitas das cartas, vemos o reconhecimento internacional de Nascentes e de sua obra, nesse caso vindo de um importante representante da Filologia Portuguesa: “obra de quem sabe o que faz” e, ao mesmo tempo, “procura ser útil”. Vale lembrar aqui as palavras do próprio Nascentes no Prefácio de *O Linguajar Carioca* (1922, p. 9): “Nosso trabalho não é para a geração atual; daqui a cem anos, os estudiosos encontrarão nele uma fotografia do estado da língua e neste ponto serão mais felizes do que nós que nada encontramos do falar de 1822”.

¹⁸ Mário de Andrade definira o gênero carta na crônica “Amadeu Amaral”: capaz de ser, especialmente a partir dos anos 1920, “o veículo e o lugar propício a discussões de várias ordens” (Moraes, 2007, p. 30).

Nascentes projetava seu trabalho para o futuro, revelando-se um estudioso consciente da construção de conhecimento sobre a língua e da importância histórica desse conhecimento.

São muitas as missivas que elogiam e agradecem com afincos o envio do *Dicionário Etimológico* (1932) – obra que Nascentes tomava como uma de suas maiores realizações. Não é de menor importância lembrar que o *Dicionário* fora montado a partir das mais de 40.000 fichas que Nascentes escrevera a partir de 1911, quando na impossibilidade de adquirir o *Dicionário* de Adolfo Coelho – como conta na Introdução da obra (Nascentes, 1932) – resolveu fazer um pequeno vocabulário etimológico para seu uso próprio e, ainda, que chegou a hipotecar sua casa para conseguir fundos para sua realização.

Francisco Rebelo Gonçalves agradecia assim o envio do *Dicionário Etimológico* em carta enviada de Lisboa, em 16 de janeiro de 1933:

Prezado colega e amigo

Ao magnífico oferecimento do *Dicionário etimológico* devia eu ter dado imediato agradecimento, tão viva foi a impressão de maravilha que ele me causou.

Do *Dicionário Etimológico* já tive ocasião de dizer algo e muito me honrei em ser publicada a minha modestíssima opinião. Mas creia que muito mais diria se, em vez da ideia que pude ter através de uma folha, tivesse já ideia do monumental conjunto que a obra forma. (Gonçalves, 1933, n.p. [fragmento])

Gonçalves também comenta a “verdadeira impressão de assombro” pelo esforço extraordinário e se refere à convicção de que o *Dicionário* “representa um dos serviços maiores que em todos os tempos se tem prestado à nossa cultura” (ibidem.). Antes de se despedir, menciona que Sá Nogueira falará do *Dicionário* no Boletim de Filologia e que ele o fará na Revista da Faculdade de Letras. As cartas não só expõem as primeiras impressões que os leitores tiveram das obras enviadas, mas prometem a divulgação das mesmas em revistas especializadas.

Em abril do mesmo ano (11 de abril de 1933), o Secretário Geral da Academia de Ciências de Lisboa também escreve agradecendo o envio e comunicando a excelente acolhida e a constante consulta à obra. Poucos meses depois, em junho (29 de junho de 1933), foi a vez de Fritz Krüger – diretor do Seminário de Línguas Românicas da Universidade de Hamburgo – agradecer o envio, afirmando que “foi uma esplendida ideia que V. Exa se tivesse consagrado a esta importante tarefa” (Krüger, 1933, n.p.). Também menciona que, logo que fosse possível, faria uma referência a essa notável obra.

Ainda em 1933, recebe elogios de diversas personalidades da Universidade de Stanford (Estados Unidos) e do diretor do Instituto de Estudos Luso-brasileiros da Universidade de Colônia (Alemanha). Em

1934, os agradecimentos chegam da Espanha: Garcia de Diego, do Instituto C. Cisneros de Madri, reitera os sentimentos de admiração e agradecimento. Também Amado Alonso, do Instituto de Filologia da Universidade de Buenos Aires, escreve a Nascentes anunciando que “el espléndido regalo de su *Diccionario Etimológico*” já estava em suas mãos. Em 22 de maio de 1935, Rodolfo Oroz, do Instituto Pedagógico da Universidade de Chile, manifesta o interesse pelo *Diccionario*: “Tengo mucho interés de conocer el Diccionario que usted publicó hace algunos años y del cual he tenido espléndidas referencias” (Oroz, 1935, n.p.). Em 1º de julho desse mesmo ano, Alfonso Reyes, embaixador do México no Brasil, agradece o envio do exemplar dedicado à Universidade Nacional do México e menciona que nesse mesmo dia o enviaria ao seu destino. A lista de agradecimentos e elogios se estende a cada livro publicado, fato que representa uma marca da rede intelectual constituída ao longo das décadas e das muitas e ininterruptas trocas epistolares.

Os agradecimentos pelo envio das obras nos falam dos permanentes investimentos econômicos e intelectuais do filólogo carioca para fazer circular suas obras. A enormidade do seu empreendimento nos leva a interpretar que não foram apenas cartas e envios, mas um modo de se construir intelectualmente e de se projetar como homem de mundo e referência internacional. Consciente da sua posição periférica e, ao mesmo tempo, de sua capacidade intelectual, um dos mecanismos de distribuição era justamente os envios feitos pelo próprio autor.

Na última carta datada do arquivo epistolar, enviada de Lisboa em 1970, José Pedro Machado solicita notícias do filólogo carioca, com quem manteve uma correspondência constante ao longo dos anos (45 cartas enviadas entre 1940 e 1970 e uma posterior sem data). Essa carta ilumina outra região do arquivo: as ligações intelectuais, mas também afetivas que foram sendo construídas e que se consolidaram no transcorrer do tempo. Acompanhando a série de cartas escritas por Machado, podemos observar as transformações das saudações: de formas de tratamento mais formais e distantes a vocativos amistosos. De um “Exmo Sr. Prof. Antenor Nascentes”, na primeira carta, de 1940, ou “Querido mestre” e “Meu caro Prof. Nascentes”, em 1953, a “Meu querido Prof. Nascentes”, em 1963, carta em que se despede com palavras amistosas, próximas, familiares: “Lembranças da Elza e dos guris. Recomende-me à Senhora D. Salomé, filhos e genro e nora. Beijos para os netinhos. Aceite ainda saudações muito afetuosas do José Pedro Machado” (Machado, 1962, n.p.).

Transitamos aqui por alguns dos tópicos que emergem na leitura desse rico e particular acervo de missivas: agradecimentos, elogios, trocas intelectuais, afetos, convites, buscando evidenciar as muitas séries e interpretações que podem (e ainda poderão) ser feitas a partir dele.

Concluindo...

O estudo das cartas, enviadas ao longo de mais de cinco décadas, oferece ao campo da História da Filologia no Brasil um maior conhecimento sobre a circulação, a reputação e o prestígio internacional de Antenor Nascentes, dando visibilidade às redes sociais e intelectuais que dão a esse filólogo negro, que atuou durante grande parte do século XX, um lugar de destaque na cena internacional. Essas redes se constituíram com diversos intelectuais da Europa e da América, tendo em Portugal a origem do maior número de missivas. Com os correspondentes portugueses, Nascentes discutiu e comentou obras, participou de reuniões para debater o acordo ortográfico (Silva, 2012) e deles recebeu convites para realizar palestras e conferências e para diversas entrevistas e reportagens.

Após o lançamento de cada livro, as cartas são testemunho dos envios de Nascentes, evidenciando o seu empenho na divulgação de suas obras e garantindo que elas pudessem efetivamente ser lidas pelos mais diversos intelectuais e integrassem o acervo de diversas bibliotecas. Se o período inicial do arquivo, nos anos 1920, contém poucas cartas (25 nessa primeira década), já na década seguinte ele se adensa (totalizando 106 cartas), especialmente durante o ano de 1933, após um importante acontecimento: o lançamento do *Dicionário Etimológico* (1932). Das vinte cartas recebidas nesse ano, mais da metade justamente agradece o envio da obra e elogia “o esforço”, “a simplificação extraordinária das preocupações dos investigadores de etimologias da nossa língua comum” (Academia das Ciências de Lisboa); “a esplêndida e importante tarefa” (Fritz Krüger, Universidade de Hamburgo); “o monumental conjunto que a obra forma” (Francisco Rebelo Gonçalves); “a grande utilidade para os nossos estudos da língua brasileira” (Ivo Dane, secretário do Instituto de Estudos Luso-brasileiros, Universidade de Colônia); entre tantos outros comentários. O que se nota, com esse exemplo, é que o arquivo acelera e desacelera de acordo com determinados acontecimentos e momentos de vida do filólogo. E, também, de acordo a contextos sócio-históricos mais amplos, como a desaceleração ocorrida ao longo da segunda guerra mundial.

As cartas também são testemunho da profissionalização internacional do filólogo carioca por meio dos diversos convites para dar conferências e para participar de publicações e homenagens a importantes personalidades das letras. Na década de 1950, já considerado um “autor ilustre e bem conhecido no mundo das letras”, como menciona Ivo Dane, Nascentes recebe 240 cartas. Assim, as missivas se constituem como registros da vida intelectual, do desenvolvimento profissional do filólogo carioca e das ligações afetivas que esse trânsito internacional lhe permitiu consolidar ao longo das décadas.

Nascentes produziu uma obra brilhante e em algum sentido improvável, em uma sociedade que estava (e ainda está) marcada pelas questões raciais, vinculadas a um passado escravocrata naquele tempo nem tão distante. Empenhou tempo, dinheiro, esforços múltiplos na construção de sua presença no campo, investindo na divulgação de seus escritos e de suas ideias linguísticas, o que garantiu que suas obras pudessem chegar aos mais variados países e aos diversos profissionais que também iam constituindo esses debates. Assim, o arquivo epistolar é testemunho de uma rede de sociabilidade e troca intelectual na qual, a partir de uma periferia territorial, racial e linguística, Nascentes se projeta como referência intelectual de um campo: o do português do Brasil e, fundamentalmente, como um homem de mundo.

Referências

- ALONSO, A. **Castellano, español, idioma nacional**. Buenos Aires: Editorial Losada, 5 ed. [1938] 1943.
- ALVES, T. N. Fala de Therezinha Nascentes Alves. *In: Cadernos do X Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, v. X, n. 7, 2006. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xcnlf/17/01.htm>. Acesso em: 26 ago. 2017.
- ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. *In: Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.
- BAETA NEVES, L. F. ***As máscaras da totalidade totalitária. Memória e produção social***. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- BALDINI, L. **A Nomenclatura Gramatical Brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada**. Dissertação (Mestrado em Linguística), IEL, Unicamp, Campinas, 1999.
- BANDEIRA, M. **Itinerário de Pasárgada**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 3 ed. 1984.
- BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Divisão de Editoração, 1992.
- BORTOLAZA, J. Antenor Nascentes. Testemunhos e considerações etimológicas. **Texto apresentado no X Congresso Nacional de Linguística e Filologia e transcrito na série de Cadernos**. s. X, n. 17, em homenagem a Antenor Nascentes, 2006. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xcnlf/17/04.htm>. Acesso em: 15 set. 2017.
- BOUVET, N. E. **La escrita epistolar**. Buenos Aires: Eudeba, 2006.

- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação Informatizada** – LEI Nº 3.674, DE 7 DE JANEIRO DE 1919 – Publicação Original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3674-7-janeiro-1919-570619-publicacaooriginal-93752-pl.html>. Acesso em: 10 de março de 2018.
- CUNHA, Celso. Presença de Antenor Nascentes. *In*: NETO, B. (Org.). **Estudos Filológicos**. Volume dedicado à memória de Antenor Nascentes. Rio de Janeiro, 2003.
- DEL BRENNA, G. R. (Org.). **O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II**. Rio de Janeiro: Index, 1985.
- ENNIS, J. A.; SOLTSMANN, C. (Eds. y Trad.). **Robert Lehmann-Nitsche y Rudolf Lenz: Epistolario (1897-1928)**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación; Ensenada: IdIHCS; Berlín: Ibero-Amerikanisches Institut; Santiago de Chile: UMCE, 2022.
- GINZBURG, C. Sinais. Raízes de um paradigma indiciário. *In*: **Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- GOMES, A. de C. **Escrita de si, Escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- HAROCHE-BOUZINAC, G. **Escritas epistolares**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.
- LUCCHESI, D. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.
- MATTOS, T., MEDEIROS, V. O Linguajar Carioca, de Nascentes: Discurso naturalista e dizeres sobre a língua nacional. *In*: **Entremeios: Revista de estudos do discurso**. v. 7, 2013.
- MEDEIROS, B. R.; DEMASI, R. **A história que nos conta o acervo do Laboratório de Fonética da USP**. 2006 Disponível em: https://cedoch.fflch.usp.br/sites/cedoch.fflch.usp.br/files/inline-files/A_historia_do_acervo_historico_do_Laboratorio.pdf 2006. Acesso em: 6 dez. 2023.
- MORAES, M. A. de. Epistolografia e Crítica genética. *In*: **Ciência e Cultura**, v. 59, n. 1, São Paulo, p. 30-32, 2007.
- NAPOLITANO, M. **História do Brasil república: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Contexto, 2017.
- NASCENTES, A. **Um ensaio de phonetica diferencial luso-castellana. Dos elementos gregos que se encontram no espanhol**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1919.
- NASCENTES, A. **Gramática da Língua Espanhola para uso dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello, 1920.
- NASCENTES, A. **O Linguajar Carioca**. Rio de Janeiro: Süsskind de Mendonça & Comp., 1922.

- NASCENTES, A. A pronúncia brasileira da Língua Portuguesa. *In*: NETO, B. (Org.). **Estudos Filológicos**. Volume dedicado à memória de Antenor Nascentes. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2003a.
- NASCENTES, Antenor. Carta ao Exmo. Sr. Jorge Guimarães Daupias. *In*: NETO, Barbadinho (Org.), *Estudos Filológicos*. Volume dedicado à memória de Antenor Nascentes. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2003b.
- NASCENTES, A. Língua brasileira. *In*: NETO, B. (Org.). **Estudos Filológicos**. Volume dedicado à memória de Antenor Nascentes. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2003c.
- NASCENTES, A. Quarenta anos de amizade. *In*: NETO, B. (Org.). **Estudos Filológicos**. Volume dedicado à memória de Antenor Nascentes. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 2003d.
- ORLANDI, E. P. **Interpretação. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- REIS, J. J. “Nos achamos em campo a tratar da liberdade”: a resistência negra no Brasil oitocentista. *In*: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta**. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, p. 241-263, 2000.
- RIBEIRO, M. Editorial. *In*: **Revista Brasileira de Filologia**, 2014.
- ROQUES, M. **Mélanges de linguistique et de littérature romanes**. Paris: Librairie Marcel Didier, t. III, MCMLII, 1954.
- SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.
- SCHWARCZ, L. M. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SILVA, A. M. da. **Itinerários da Produção Intelectual de Antenor de Veras Nascentes na Comunicação Científica**. Dissertação de mestrado (Ciências da Informação. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, 2012.

Correspondência internacional passiva de Antenor Nascentes. Arquivo hospedado no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II.

- ACEVEDO, Daniel García. Correspondência 01. Montevideu (Uruguai), 2 de setembro de 1920.
- ALONSO, Amado. Correspondência 86E. Buenos Aires (Argentina), 27 de julho de 1936.
- ALONSO, Amado. Correspondência 93E. Buenos Aires (Argentina), 2 de novembro de 1937.

ALONSO, Amado. Correspondência 106. Buenos Aires (Argentina), 10 de dezembro de 1937.

DANE, Ivo. Correspondência 55. Colônia (Alemanha), 24 de novembro de 1933.

FALCÃO, Ildefonso. Correspondência 40. Colônia (Alemanha), 13 de janeiro de 1933.

FIGUEIREDO, Candido. Correspondência 02. Lisboa (Portugal), 15 de março de 1924.

GONÇALVES, Francisco Rebelo. Correspondência 43.1. Lisboa (Portugal), 16 de janeiro de 1933.

GUIMARÃES. Correspondência 19.1. Coimbra (Portugal), 14 de junho de 1929.

HAMPEJS, Zdenek. Correspondência 511. Praga (República Tcheca), 15 de abril de 1962.

HAMPEJS, Zdenek. Correspondência 539. Praga (República Tcheca), 23 de janeiro de 1963.

KRÜGER, Fritz. Correspondência 49. Hamburgo (Alemanha), 29 de junho de 1933.

KRÜGER, Fritz. Correspondência 544. Mendoza (Argentina), 13 de março de 1963.

MACHADO, José Pedro. Correspondência 510. Lisboa (Portugal), 13 de abril de 1962.

OROZ, Rodolfo. Correspondência 68. Santiago (Chile), 22 de maio de 1935.

ORTIZ, Fernando. Correspondência 04. Habana (Cuba), 5 de setembro de 1925.

CAPÍTULO 10

NAS MARGENS, NAS CORRESPONDÊNCIAS: DISCURSOS SOBRE A LÍNGUA EM MÁRIO DE ANDRADE E ANTENOR NASCENTES NOS ARQUIVOS PESSOAIS

Lívia Letícia Belmiro Buscácio

“Saúde e alegria!” escreve Antenor a Mário, em resposta à carta sobre o Congresso da Língua Nacional Cantada (1937). De braços abertos e com o desejo de “saúde e alegria”, escrevi este capítulo¹. Resgato de arquivos pessoais dos autores correspondências e anotações às margens dos livros para a formação do arquivo discursivo que realizei para este ensaio, aliado aos rascunhos e leituras que não couberam na minha tese de doutorado, intitulada “Mário de Andrade, um arquivo de saberes sobre a língua do/no Brasil” (UFF, 2014)². Com base na História das Ideias Linguísticas (Auroux; Orlandi) e na Análise de Discurso Materialista (Pêcheux; Orlandi), analisei na tese correspondências entre Mário de Andrade, Pio Lourenço Corrêa, Sousa da Silveira e Manuel Bandeira, discursividades sobre a língua do/no Brasil na tensão entre os lugares que fluem e se embatem para dizer e saber sobre a língua naquelas condições de produção: o gramático, o filólogo, o literato, o naturalista, dentre muitos outros. Na busca pela escrita de si na correspondência, encontrei deste meu lugar de leitora a possibilidade de garimpar nos arquivos pessoais pelo nome de autor ouro em letras: cadernos de notas, margens de livros, cartas, bilhetes, postais, fotografias, relatos de viagens, projetos. Muito ouro não coube na tese, mas ficou guardado pela leitora apaixonada. Então, o presente capítulo é uma partilha dessa minha gaveta de guardados, como diz Iberê Camargo (2009), do gesto de organização do arquivo do lugar de analista de discurso, do ato de recortar o arquivo de pesquisa, como nos ensina Orlandi (1984), lidando com a

¹ O presente capítulo foi apresentado no II Seminário do Arquivo de Saberes Linguísticos, organizado por Thais Costa, Vanise Medeiros e Claudia Pfeiffer, no Instituto de Letras da UERJ, em 2024.

² Fui orientada no doutorado em Estudos da linguagem da UFF por Vanise Medeiros e coorientada por José Luis Jobim.

opacidade do arquivo e do próprio lugar do analista, submetidos à interpretação, conforme Mariani (2010).

Cúmplices de uma mesma discursividade sobre a língua do/no Brasil, intelectuais que tiveram sua negritude sob um véu escondido por tempo demais, os laços entre Antenor Nascentes e Mário de Andrade são materializados de diversas maneiras: pelas ações dos homens de letras no espaço público, em relação à pesquisa e difusão de saberes linguísticos; no espaço privado, pelas cartas compartilhadas e anotações de leitura às margens dos livros da biblioteca pessoal, pelos exemplares com dedicatória.

Homens de letras, idealizaram o Gabinete de Fonética Experimental, em uma busca pioneira de Mário de Andrade, Manuel Bandeira e Antenor Nascentes por escutar e registrar falares e cantigas em terras brasileiras, com os projetos *Arquivos da palavra* e *Pronúncias regionais do Brasil*. Sobre os caminhos intelectuais de Mário e Nascentes, encontramos em Ana Maria da Silva (2012) e Telê Porto (1972) uma bússola para guiar uma analista de discurso pelos arquivos. As ações pelo Gabinete se deram entre 1935 e 1938, quando Mário de Andrade estava à frente do Departamento de Cultura e também sofreu com os pesos institucionais e governamentais, conforme Rodrigues (1992). Na mesma época, Antenor Nascentes e Mário de Andrade atuaram também na formulação e organização do Congresso da Língua Nacional Cantada (1937), em cujos Anais as observações e resultados dos projetos foram publicados; e em outros eventos, dedicados à paixão dos homens de letras pelos falares do/no Brasil, em uma identificação com a Filologia e uma Geografia Linguística que estava sendo gestada naquelas condições sociais, históricas e ideológicas de produção do discurso, logo, condições dos saberes linguísticos semeados ali.

No espaço privado, encontramos a correspondência entre Mário de Andrade e Antenor Nascentes, que versam tanto pela escrita da intimidade quanto pela escrita sobre algo público, como as ações e projetos em parceria e mesmo a partilha de saberes sobre a língua do/no Brasil – o que será objeto de minha análise. Além disso, podemos ver os gestos sob a assinatura de Mário de Andrade, no lugar de leitor, nas margens dos exemplares de obras de Antenor Nascentes, como *O linguajar carioca* (1922) e *Estudos filológicos* (1939), contidos na Biblioteca Mário de Andrade da USP, que resguarda a biblioteca pessoal do autor³. De início e por princípio, o público e o privado fluem nos lugares sociais e discursivos exercidos por Antenor Nascentes e

³ Desde 1968, a Biblioteca Mário de Andrade é administrada pelo IEB-USP, composta por 17.624 volumes. Atualmente, é possível acessar o acervo pelo catálogo eletrônico: http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/consultaDocumentos.asp?Tipo_Consulta=Acervo&Acervo_Codigo=10&Setor_Codigo=6.

Mário de Andrade, nomes de autor que formam arquivos, de onde são formulados e promovidos saberes linguísticos.

Levando um olhar para os laços entre Mário de Andrade e Antenor Nascentes, atados pela formulação e circulação de saberes sobre a língua em terras brasileiras, o presente capítulo seguirá desta maneira: de modo a compreender as condições de produção e o exercício dos lugares sociais e discursivos desses autores, abordarei brevemente a iniciativa conjunta do Gabinete de Fonética Experimental; em um segundo momento, analisarei o funcionamento dos arquivos ligados ao nome de cada autor; em sequência, apresentarei meu gesto de leitura sobre as correspondências entre Antenor e Mário e as anotações de Mário de Andrade nas margens das obras de Nascentes, encontradas no acervo bibliófilo pessoal do autor disponível na Biblioteca Mário de Andrade na USP, encaminharei para um efeito de retomada, de fechamento da gaveta de guardados.

Do Laboratório de Fonética Experimental de Mário de Andrade e Antenor Nascentes

Mário de Andrade dirigiu o Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo de 1935 a 1938, quando Gustavo Capanema ocupava o lugar de Ministro da Educação e Saúde Pública do governo Vargas, e fundou a Sociedade de Etnografia e Folclore, com a antropóloga Dina Levi-Strauss, conforme Rodrigues (1992). Como ação da Sociedade, foi proposto o *Gabinete de Fonética Experimental*, cujos integrantes eram Antenor Nascentes e Manuel Bandeira. Inicialmente, seriam desenvolvidos no Laboratório dois projetos que visavam a gravação e o registro dos falares no Brasil: o *Arquivo da palavra* e o *Pronúncias regionais do Brasil*. Quanto ao gesto de organização de uma pesquisa filológica para produzir saberes sobre a língua do/no Brasil, pode-se averiguar em Rodrigues (1992, p. 20) sobre a formação dos projetos: o “Arquivo da palavra, [era] subdividido em dois ramos: o registro das vozes dos homens ilustres e os registros destinados especificamente aos estudos de Fonética”. Já o *Pronúncias regionais do Brasil* consistia na

fixação em disco da pronúncia de dois informantes alfabetizados, um culto e um inculco, de cada uma das sete regiões ou zonas fonéticas em que se considerou dividido o Brasil, com vistas a um estudo comparativo exato das dicções dessas regiões. (Rodrigues, 1992, p. 21)

É possível ler o registro das atividades e os resultados do *Arquivos da palavra* e *Pronúncias regionais do Brasil*, segundo Rodrigues (1992), nos Anais do Congresso da Língua Nacional Cantada. Cabe ressaltar que esses projetos produziram no Brasil as primeiras pesquisas fonéticas com registro fonográfico

dos falares, veiculando uma divisão em “sete regiões ou zonas fonéticas”, a qual foi elaborada por Antenor Nascentes ao longo de sua trajetória como filólogo, resultando no *Atlas linguístico do Brasil*⁴. A elaboração da divisão é fruto neste autor da veiculação dos saberes da Filologia gestando a Geografia Linguística no Brasil. Ambos os projetos têm uma convergência, promovida pela inscrição da posição-gramático no lugar discursivo do filólogo. O iletrado não compareceria no lugar discursivo de informante para o registro de uma língua falada no Brasil, uma vez que seriam recolhidos apenas falares de pessoas alfabetizadas, cuja língua já teria passado pelo processo de higienização promovido pelos modos de ensino da língua do/no Brasil no cordão com a memória lusitana. Mas há algo da língua que resiste, na necessidade da presença de um inculto, para o exercício da ciência do filólogo.

Ainda que seja indiscutível a importância e o pioneirismo das atividades, tanto pelo caráter instaurador de um modo de produzir saberes sobre a língua do/no Brasil instrumentalizado por uma tecnologia de ponta à época, o registro fonográfico, como pela relação com um imaginário de nacionalidade para o Brasil pela escuta da língua fluida⁵, os projetos foram ceifados pela dura mão do Estado, culminando com a extirpação de Mário de Andrade do Departamento de Cultura, o que acarretou em uma transferência forçada para o Rio de Janeiro, conforme Duarte (1971). Werneck de Castro reúne uma correspondência travada com o autor entre 1940 e 1945 em sua biografia *Mário de Andrade, exílio no Rio* (1989), produzindo um imaginário de exílio durante a permanência de Mário de Andrade no Rio, de 1938 a 1941, após a saída do Departamento de Cultura, resultado da intervenção do Estado Novo na vida intelectual do país. E cito Castro justamente para olhar para as condições de produção a que os homens de letras, Andrade e Nascentes, estavam submetidos, sobretudo pelo Estado. Pagotto (2006), ao resenhar sobre a edição de *Estudos filológicos*, publicada em 2003 pela Academia Brasileira de Letras, também observa isso em Nascentes:

é possível vislumbrar quadros diversos de como era o funcionamento da pesquisa linguística no Brasil e do quanto Antenor Nascentes teria sido uma figura de proa, um homem do seu tempo mirando adiante; sobretudo emerge com contornos claros a implementação de um projeto de ciência da linguagem, que se implementa, conquista instituições, forma toda uma geração, mas que não foi capaz de ter a força e a continuidade nas gerações seguintes. (Pagotto, 2006, p. 96)

⁴ O *Atlas*, antes inédito, pode ser encontrado em: Nascentes, 2011.

⁵ Cabe trazer as noções de língua imaginária e a língua fluida, conforme Orlandi (2002, p.29): “a língua imaginária é a que os analistas fixam com suas sistematizações e a língua fluida é a que não se deixa imobilizar nas redes de sistemas e fórmulas”.

A força perdida não é a do intelectual, do pesquisador, do filólogo, do autor ou mesmo do projeto: é uma perda produzida pelo institucional, pela falta de recursos, investimento e continuidade, ainda que Nascentes tenha percorrido uma saga por apoio institucional, ora com êxito provisório, ora não, como analisa Pagotto (2006, p. 105-111). Como diz Mário de Andrade (2002, p. 285), “mas tudo vai se acabando agora que o Brasil principia”. Parece ser um mote que atravessa a vida intelectual brasileira. Porém, para sorte e pela resistência do funcionamento do nome de autor na memória da língua, Andrade e Nascentes seguiram e seguem atuando na circulação dos saberes linguísticos em solo brasileiro. E, nesse sentido, há um outro papel institucional, o da administração dos acervos pessoais desses autores por arquivos públicos, no caso de Mário de Andrade e Antenor Nascentes: o Instituto de Estudos Brasileiros da USP, e o Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes, atualmente circunscrito ao Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. É o que tentarei costurar a seguir.

Dos arquivos pessoais e suas tensões

Tratarei sobre os arquivos pessoais, entre o disperso e o contido pelo institucional, inéditos e escondidos: correspondências entre Antenor e Mário, anotações de Mário de Andrade nas margens das obras de Antenor Nascentes, *O linguajar carioca* (1922) e *Estudos filológicos* (1939), no recorte do dizer sobre a língua do/no Brasil. São gestos de leituras e escritas de si e do outro alinhados à formulação e circulação de saberes linguísticos do/no Brasil.

Sobre o arquivo, há muitos desdobramentos. O funcionamento do autor como um princípio de organização do arquivo é professado por Foucault (1992), isto é, a partir do nome de autor podem ser reunidos materiais que constituem uma obra. Pensando pela Análise de Discurso Materialista, propus que discursividades em tensão são mobilizadas da memória para uma atualidade pelo nome de autor enquanto acontecimento discursivo (Buscácio, 2014; 2019): lemos os nomes de Mário de Andrade e Antenor Nascentes nas lombadas dos livros, nomeando escolas e ruas, bibliotecas e arquivos, inclusive, constituindo os respectivos acervos pessoais, abrigados pelo institucional, respectivamente, (a.) no Arquivo Mário de Andrade, a Biblioteca Mário de Andrade e a Coleção de Artes Visuais pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP (IEB-USP), e (b.) no Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes pelo Colégio Pedro II. Outro ponto é analisar os gestos de organização do arquivo, como ensina Pêcheux (2011[1994]), por meio da análise de suas condições de produção, de que lugar se organiza um arquivo, o que está nele incluído e o que fica de fora. Há de se considerar também uma relação entre

nome de autor, arquivo e instituição, em tensão com as práticas de arquivo de si, isto é, o gesto de organização do autor sobre suas anotações, as bibliotecas pessoais, as correspondências, o que formulei em trabalhos anteriores (2014; 2015). Tal gesto é atravessado pelo excesso e pela falta, conforme Roudinesco (2006), ao analisar os arquivos de Freud e Lacan e, aqui, os arquivos de Mário de Andrade e Antenor Nascentes.

A respeito desse arquivo que transborda e é organizado pelo institucional, temos o Arquivo Mário de Andrade, sob tutela do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, descrito e narrado por Lopez (2003) e Moraes (2003, 2007). Há uma tensão entre o gesto de arquivo de si e o institucional, que, pelo saber da Biblioteconomia, padroniza, cataloga e preserva o arquivo do autor: uma biblioteca com cerca de dezessete mil livros, um arquivo com quase oito mil cartas, uma coleção de artes plásticas e outra de música, manuscritos, fichas de estudos, dentre outros. É possível, do lugar de leitora e pesquisadora, buscar materiais e acessar o arquivo a partir do gesto de organização da instituição. E o gesto do autor em arquivar-se, numa catalogação outra de seus livros pessoais, correspondências, cadernos de notas, permanece na materialidade do arquivo, mas não ocupa mais um lugar de guia, de orientação, que compete ao IEB desde 1968.

Já o acervo de Antenor Nascentes, que foi o primeiro professor de espanhol do Colégio Pedro II (1919), está atualmente circunscrito ao Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (CEDOM), segundo Cardoso, Córbo e Andrade (2021, p. 182), do campo da Ciência da Informação. Os autores retomam a trajetória de institucionalização do arquivo:

criado em 1990, o Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes e inaugurado, 1992, no Campus São Cristóvão ... subordinados ao Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II, em 2014. Além dele, outros quatro setores fazem parte do CEDOM: o Núcleo de Documentação e Memória, a Biblioteca Histórica, o Museu Histórico e o Laboratório de Digitalização do Acervo Histórico. No ano de 2018, este único setor que estava localizado em outro Campus, deslocado dos demais setores que compunham o Centro de Documentação e Memória, foi transportado para o Campus Centro. (Cardoso; Córbo; Andrade, 2021, p. 186)

Desde o ano de 2006, o Laboratório de Digitalização do Acervo Histórico do Colégio Pedro II (LADAH) produziu a digitalização e divulgação do dicionário etimológico e das teses de cátedra para a cadeira de espanhol apresentadas por Antenor Nascentes e David Perez. Além disso, um gesto de organização pelo institucional foi o catálogo de suas cartas internacionais passivas “provenientes de 40 países, totalizando 701 correspondências no período de 1920 a 1970” (Silva, 2012, p. 58). Contudo, “houve uma

descontinuidade nas atividades de digitalização de documentos por falta de recursos humanos, tecnológicos e financeiros” (Silva, 2012, p. 58). Quando visitei a Sala Antenor Nascentes, em 2012, para buscar correspondências e experimentar o arquivo, ele ainda estava em São Cristóvão e em processo de organização. Na dispersão de uma falta de catálogo, fomos eu e a bibliotecária Ana Maria Silva buscando pistas, manuseando os documentos, em sua maioria por falta de recursos, sem os cuidados de preservação e restauro que caberiam à instituição que arquiva. Segundo Elizabeth Monteiro, bibliotecária coordenadora do CEDOM, durante o II Seminário do Arquivo de Saberes Linguísticos (2024), tivemos a grata alegria de saber do processo de preservação iniciado após tantos anos de luta e que demanda ainda recursos para que o acervo possa ser disponibilizado com segurança para pesquisa. É importantíssimo que não percamos de vista que as condições de produção, condições materiais de investimento público, podem possibilitar ou barrar gestos de leitura do arquivo e mesmo a permanência dos arquivos, sobretudo de acervos pessoais, tanto quanto as dificuldades e impasses enfrentados outrora pelos autores. E jamais podemos esquecer dos gestos de resistência produzidos do lugar de quem lida diariamente com o arquivo, de servidores públicos, na luta por recursos e insumos pela salvaguarda dos arquivos, como por exemplo no caso de Ana Maria Silva e Elizabeth Monteiro, no arquivo de Antenor Nascentes, e toda equipe que construiu a trajetória do IEB-USP. Um amor pelo arquivo e pelo autor.

Do lugar de analista de discurso, de quem lê arquivos, ama-se o sabor e a errância pelos arquivos (Farge, 2009), ama-se o formar um arquivo discursivo, por meio da reunião de materiais guiada por um trajeto temático (Guilhaumou; Maldidier, 2010), realizada pelo gesto de leitura do analista. Em uma tentativa de buscar pistas das correspondências que Antenor Nascentes enviou a Mário de Andrade, a partir das datas das cartas enviadas por Mário de Andrade guardadas pelo IEB, encontrei em 2012, sem catalogação nos moldes da arquivística, apenas com a descrição, quatro missivas resguardadas em pastas azuis de poliamida na Sala Antenor Nascentes da Biblioteca geral do Colégio Pedro II. A primeira, de 21 de maio de 1936, trata do adiamento do Congresso da Língua Nacional Cantada; a carta-convide para a apresentação no referido congresso datada de 17 de março de 1937; uma carta solicitando o artigo de Nascentes para a publicação nos Anais do Congresso, de 18 de maio de 1937; e uma última carta comentando os relatórios do Congresso e a produção dos Anais, de 22 de julho de 1937. Guiada pelo catálogo do IEB, três correspondências em que Antenor Nascentes ocupa o lugar de remetente comparecem no Arquivo do IEB: uma carta, de 30 de agosto de 1937, referente ao pedido de Mário de Andrade em outra carta para uma explanação sobre sua apresentação no Primeiro Congresso Brasileiro de Ensino Rural; um telegrama de 4 de agosto

de 1938 com cumprimentos a Mário de Andrade pela nomeação como professor de Estética e Filosofia da Arte na Universidade do Distrito Federal, indicando o recebimento dos Anais do I Congresso da Língua Nacional Cantada, dirigido por Mário de Andrade; e um cartão de visita de Antenor Nascentes, datado de 13 de abril de 1940, com a inscrição “Sumamente Agradecido”. A carta de 18 de maio de 1937, de Mário-remetente, e a carta de 30 de agosto de 1937, de Antenor-remetente, comparecerão na análise por serem o meio em que se imprime um “discurso sobre” a língua que também comparece nas anotações de Mário de Andrade nas margens dos livros de autoria de Nascentes. Cabe destacar que o gesto de organização dos arquivos institucionais sobre as correspondências está materializado na descrição que precede cada carta, descrição que ampara a leitura do arquivo por sintetizar a temática do material, descrição que dá pistas a quem exerce o lugar de leitura de arquivos, no caso aqui, o lugar de analista de discurso. E é preciso considerar também que cartas podem ter sido perdidas e até futuramente encontradas na dispersão da memória e do acaso.

Na próxima seção, apresentarei uma interpretação do arquivo discursivo: fotografias tiradas por mim das páginas com marginalias de Mário de Andrade nos exemplares de *O linguajar carioca* e *Estudos filológicos*, com a transcrição em sequência; e os trechos das cartas de 18 e 30 de maio de 1937 em que se materializam dizeres sobre a língua do/no Brasil.

Dos gestos de leitura e escrita de si e do outro, nas correspondências, nas margens dos livros

Vamos, então, às correspondências e marginalias com notas de leitura de Mário de Andrade dos livros *O linguajar carioca* (1922) e *Estudos filológicos* (1939). Meu gesto de organização e recorte do arquivo discursivo consiste no dizer sobre a língua do/no Brasil, estabelecendo relações entre os saberes linguísticos impressos nos materiais. Organizei a análise movida por dois recortes, sobre os quais produzo gestos de leitura, na opacidade da interpretação. As descrições das correspondências foram produzidas pelo gesto do lugar de quem organiza o arquivo institucional e servem como guia para a leitura de quem analisa o arquivo sob outro olhar e lugar, como o lugar de analista de discurso.

O primeiro recorte é composto pela escrita de Mário nas margens de *O linguajar carioca*, do trecho comentado do livro de Nascentes e de uma carta de Mário de Andrade no lugar de remetente de 18 de maio de 1937, sobre o Congresso da Língua Nacional Cantada. Alinhei as sequências conforme os dizeres dos autores sobre os falares.

Recorte 1

1. Marginalia de Mário de Andrade em *O linguajar carioca*.

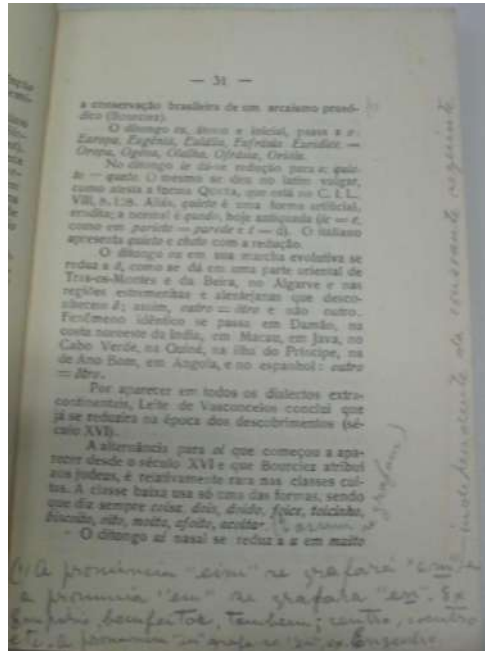


Imagem 1: Anotações de Mário de Andrade no seu exemplar de *O linguajar carioca* (p. 31)

Fonte: Biblioteca Pessoal de Mário de Andrade

a. Transcrição do manuscrito: “(E assim se grafam)”; “(1) A pronúncia ‘eim’ se grafará ‘em’ – independente da consoante seguinte – e a pronúncia ‘em’ se grafará ‘en’. Ex. Emporio, bemfeitor, também; centro, coentro etc. A pronúncia ‘in’ grafa-se ‘en’, ex. Engenho”;

b. De *O linguajar carioca*:

O ditongo nasal grafado ‘em’ soa com *e* nasal e *i*, como no Baixo A lentejo e no Algarve: *também* = *tombei* e não *tambãe*, o que representa a conservação brasileira de um *arcaísmo prosódico* (Bourciez) (Nascentes, 1922, p. 30).

Por aparecer em todos os dialetos extracontinentais, **Leite de Vasconcelos** conclui que já se reduzira **na época dos descobrimentos (século XVI)**. A alternância para *oi* que começou a aparecer desde o século XVI e que Bourciez atribui aos judeus, é relativamente **rara nas classes cultas**. **A classe baixa** usa

só umas das formas, sendo que diz *coisa, dois, doído, foice, toicinbo, biscoito, oito, moita, afoito, acoita* (Nascentes, 1922, p. 30-31).

2. Correspondência de 18 de maio de 1937: “Remetente: Mário de Andrade Carta em papel timbrado da Prefeitura do Município de S. Paulo, Departamento Municipal de Cultura 18 de maio de 1937 – Solicita as teses e comunicações para o Congresso da Língua Nacional Cantada, com antecedência de 15 a 7 dias antes do evento, de 7 de julho de 1937, para serem mimeografadas e distribuídas aos congressistas”⁶;

Outra coisa: já estou confeccionando a redação definitiva do ex-Anteprojeto que ainda não sei como intitular agora. Assim que a coisa estiver pronta, irei ao Rio para estudarmos juntos o resultado e você fazer as mudanças convenientes. Mas desde já chamo sua atenção para o lugar do último período da pg 11, em que você propôs a substituição da terminologia ‘vogais mudas’ por ‘vogais reduzidas’. Tal como ficou, deu como resultado uma incongruência com o resto do período. O que pretendeu caracterizar o Anteprojeto foi justamente a diferença existente entre Portugal e Brasil que faz lá dizerem ‘minino’ e ‘saudad’ e cá dizermos ‘minino’ e ‘saudadi’. Si conservarmos ‘reduzidas’ em lugar de ‘mudas’, como mudar a frase que vem logo em seguida ‘Reduzidas (no Brasil) porém nunca mudas?’ Pormos ‘surdas e não exatamente reduzidas?’ Ou de que outra maneira? Deixo êste probleminha á sua maior ciência e me desculpe. (Andrade, 1937, n.p. [fragmento])

As anotações de Mário de Andrade às margens das obras de Nascentes revelam não apenas um lugar de leitor, mas um lugar de leitor de instrumentos linguísticos, pois, como afirmam Costa, Goulart e Mello (2023), ainda que a obra de Nascentes não guarde em seu título o significante *gramática*, *O linguajar carioca* carrega

os três elementos que compõem uma gramática de acordo com a reflexão de Auroux (2009 [1992], p. 66), a saber: “categorização das unidades”, “exemplos” e “regras mais ou menos explícitas para construir enunciados”. Ele também contempla o “conteúdo relativamente estável” (ibid., loc. cit.) que comumente se faz presente, segundo o filósofo francês, em gramáticas, dividindo-se a edição aqui analisada em: *Prefácio*; *Prefácio da primeira edição*; *O falar brasileiro*; *Posição do linguajar carioca no conjunto do falar brasileiro*; *Fonética*; *Morfologia*; *Sintaxe*; *Léxico*; e *Vocabulário*. (Costa, Goulart, Mello, 2023, p. 331)

Pelas margens dos livros e pela correspondência, o lugar de leitor ganha pelo nome de autor Mário de Andrade um poder dizer sobre a língua e

⁶ Descrição encontrada em anexo à carta na Sala Antenor Nascentes do Colégio Pedro II.

promover saberes sobre a língua, mobilizando a escuta da posição-filólogo para a música da língua em terras brasileiras: fala-se “eim”, grafa-se “em”, grafa-se “en”, fala-se “in”. É uma posição que comparece na correspondência também ao apontar para a necessidade de revisão da escrita, ou melhor, para o estranhamento causado por uma posição-gramático que tensiona a posição-filólogo no saber linguístico em Nascentes. Retomo o recorte: “a substituição da terminologia “vogais mudas” por “vogais reduzidas”... O que pretendeu caracterizar o Anteprojeto foi justamente a diferença existente entre Portugal e Brasil que faz lá dizerem “mínino” e “saudad” e cá dizermos “mjnino” e “saudadi”.

Tanto em *O linguajar carioca*, como na correspondência sobre o trabalho de Nascentes nos *Anais do Congresso da Língua Nacional Cantada*, emerge uma posição-gramático no dizer do filólogo: “Arcaísmo prosódico”, “época dos descobrimentos”, “vogais mudas” no falar do/no Brasil. Conforme Medeiros (2008), arcaísmo é uma denominação que estabelece um retesamento com brasileiro, por ser significado como marca de sobrevivência da língua portuguesa europeia na língua no Brasil. E não é qualquer língua portuguesa, é a imaginada como contínuo de uma mãe latina. É um saber evocado em *O linguajar carioca* pelo nome de outro filólogo, português, Leite de Vasconcelos. A fala não letrada, inculta, da “classe baixa”, como visto em Nascentes, desde que dita no arcaísmo, pode compor o idioma nacional no Brasil, dando forma a uma língua que também é do gramático, restos da memória lusitana que formariam a língua no Brasil, nessa filiação da posição-gramático e da posição-filólogo à formação discursiva lusitana, em uma tensão no dizer do filólogo, segundo Medeiros e Mattos (2013), saber que também comparece nas correspondências de Mário de Andrade que analisei na tese (Buscácio, 2014). Dizer da língua do/no Brasil como arcaísmo é algo que insiste, como podemos ver na palestra “Antenor Nascentes, um tardio na cadeira 41”, proferida em 2021 por Evanildo Bechara sobre Antenor Nascentes para um episódio da série Cadeira 41, idealizado por Ana Maria Machado e transmitido pelo canal da Academia Brasileira de Letras⁷. Como analisam Medeiros e Mattos, “de um lado, a língua matriz portuguesa; de outro, a ‘língua filha’, a língua que dela deriva, a língua que não é língua, mas dialetação; a língua que é filha bastarda” (Medeiros; Mattos, 2013, p. 253).

Atenta ao retesamento discursivo presente no Recorte 1, formo o Recorte 2, composto pela correspondência enviada por Antenor Nascentes a Mário de Andrade, de 30 de agosto de 1937, além do Congresso da Língua Nacional Cantada e o que dele deriva de escrita, como o projeto de tese de

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ECDZJt5HTFc>. Acesso em: 3 mai. 2024.

Nascentes que viria a se tornar a obra *Estudos filológicos* (1939), *O idioma nacional* (1944), e o exemplar do *Estudos filológicos* da biblioteca pessoal de Mário de Andrade, com dedicatória de Nascentes, no qual está materializado um gesto de catalogação e de leitura de instrumentos linguísticos nas anotações às margens por Mário de Andrade.

Recorte 2

1. Correspondência: “Remetente: Antenor Nascentes – 30 ago. 1937. O remetente dá notícias de seu trabalho em livro a ser intitulado Ensaio de Gramática do dialeto em transição para língua nacional”⁸;

Não obstante isso, a minha tese constara dos Anais daquele memorável conclave, e ela será o meu ‘assunto’ no próximo Congresso Ruralista, pois propugno intransigentemente pelo conceito dialetal brasileiro (‘Esquise...’, Leite de Vasconcelos), pela autonomia de nosso genuíno falar, e sou contra o ensino de português no Brasil como ‘língua materna’. Metade de minhas obscuras aulas é destarte consagrada ao estudo de nosso linguajar. Comunico-lhe que até o fim do ano terei recolhido elementos em minha pequeníssima biblioteca, para a feitura nas férias de um livro ‘padrão’ – gramática – de que já lhe falei. Procurarei nêlo seguir e expor o que já está generalizado em todo o território nacional. Será um livro de unificação dos falares brasileiros, uma tentativa de constituição linguística, sob a epígrafe: ‘Ensaio de Gramática do Dialeto Brasileiro em transição para Língua Nacional. (Nascentes, 1937, n.p. [fragmento]).

⁸ Descrição encontrada em anexo à carta no Arquivo Mário de Andrade do IEB-USP.

2. Exemplar de *Estudos filológicos* na biblioteca pessoal de Mário de Andrade.

a. Folha de rosto

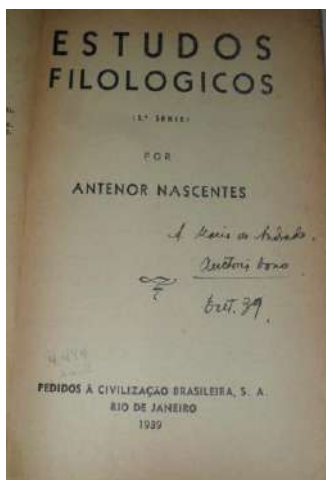


Imagem 2: Folha de rosto do exemplar de *Estudos Filológicos*, com dedicatória de Nascentes à Mário de Andrade

Fonte: Biblioteca Pessoal de Mário de Andrade

b. Marginalia de Mário de Andrade nos *Estudos filológicos*:

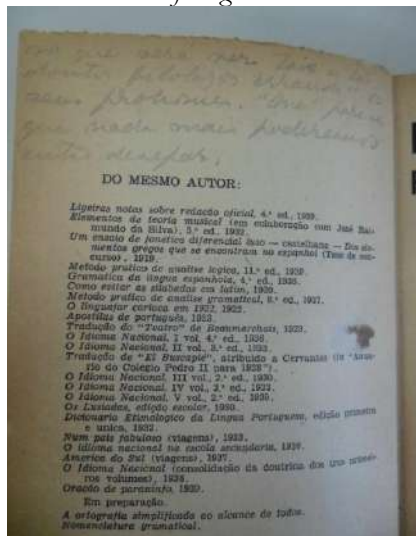
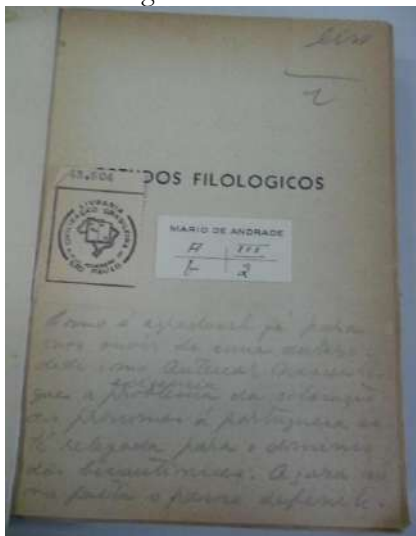


Imagem 3 e 4: Marginalias de Mário de Andrade no exemplar de *Estudos filológicos* em sua biblioteca pessoal

Fonte: Biblioteca Pessoal de Mário de Andrade

c. Transcrição do manuscrito (grifo nosso): “Como é agradável já para nos ouvir de uma autoridade como exigencia Antenor Nascentes que o problema da colocação dos pronomes á portuguesa está relegada discussão das bisantinices. Agora só nos falta o passo definitivo que será ver tais e tão doutos filólogos ‘errando’ os seus pronomes. ‘Me’ parece que nada mais então poderemos desejar”.

A tensão entre a posição-filólogo e a posição-gramático vista na análise do Recorte 1 comparece também no Recorte 2, em carta escrita por Antenor a Mário: retomando o filólogo português Leite de Vasconcelos, vemos a defesa – “pelo conceito dialetal brasileiro”, “pela autonomia de nosso genuíno falar”, ao dizer sobre o processo de escrita que resultou em *Estudos filológicos* (1939) e em *O idioma nacional* (1944): “um livro de unificação dos falares brasileiros, uma tentativa de constituição linguística, sob a epígrafe: ‘Ensaio de Gramática do Dialeto Brasileiro em transição para Língua Nacional’”. Na carta, está materializado “língua materna” e “nosso genuíno falar” na mesma cadeia parafrástica de “nosso linguajar”, oscilando entre o nacional e o regional, em uma ruptura da posição-filólogo com um “ensino de português no Brasil como língua materna”: é contra uma posição-gramático de onde se ensinaria a língua na herança europeia, é pelo ensino da “língua materna” pautado nos saberes da Filologia, um saber científico sobre a língua. Comparece também uma memória de futuro no dizer do autor, uma prospecção de gramática que veicularia uma “língua padrão” do/no Brasil, “um livro de unificação dos falares brasileiros”. Contudo, essa ideia linguística em Nascentes é assinalada pela contradição. Vale retomar as análises de “linguajar” por Costa, Goulart e Mello (2023) no retesamento entre o nacional e o regional, podendo mobilizar também pela contradição uma memória gramatical latina (Costa, Goulart, Mello, 2023, p. 339), em um dizer da língua do/no Brasil como arcaísmo, como analisei anteriormente.

E que saberes comparecem nas margens, no lugar de leitor de instrumentos linguísticos em Mário de Andrade? Encontrei na Biblioteca Mário de Andrade um exemplar do *Estudos filológicos*, autografado por Antenor Nascentes e dedicado em latim à Mário, *auctoris dono*, traduzido como “um presente do autor”. Nota-se nas escritas no exemplar, além dos saberes linguísticos, um gesto de organização da própria biblioteca, na prática do “arquivo de si” na etiqueta catalográfica feita por Mário, em um saber próprio sobre o lugar de leitor e bibliófilo que o autor exerce, para além da Arquivística e da Arquivologia. Segundo Christine Nougaret (2002; 1999), esses campos de saber já instituíam modos de gestão de fundos pessoais, bibliotecas e arquivos desde a segunda metade do século XIX. E, conforme Lopez (2003), foi necessário tirar do caos o arquivo pessoal de Mário de Andrade a partir dos saberes da Arquivística, colocando um véu no gesto de organização dos livros,

cartas e demais materiais feitos pelo autor, mas que continuam na materialidade do manuscrito, da marginália, sob a grafia do autor.

A marginália de Mário de Andrade sobre os *Estudos filológicos* é composta por notas manuscritas em uma conversa do Mário leitor com o livro, em que flui o funcionamento discursivo da autoria para dizer sobre a língua, por produzir deslocamentos e mobilizar um outro saber linguístico para além do publicado no livro. É interessante notar a sobreposição entre exigência e problema sobre a colocação pronominal na escrita de Mário sobre o livro, em um companheirismo, identificação e reconhecimento da “autoridade de Antenor Nascentes” para dizer sobre a língua do/no Brasil – “*Me parece que nada mais então poderemos desejar*”. Tal saber sobre a colocação pronominal é veiculado também por Said Ali (1919), autor em que “se materializam as reflexões sobre a língua pelas suas relações de valor” (Buscácio, 2014, p. 200), aliado ao que é dito por herança do português arcaico em terras brasileiras, isto é, pela posição-linguista no encontro com a posição-filólogo atravessada pela posição-gramático promovendo um saber sobre a língua do/no Brasil, como analisei na tese.

E, voltando à última carta, de Antenor a Mário, de 30 de agosto de 1937, o amor pelo saber sobre a língua e a intimidade que constitui a correspondência e as marginais aparecem, a ponto de os dizeres parecerem se confundir nos nomes de autor:

Espero dêste modo merecer à bondade de seus adminículos intelectuais quando dêles necessitar, pondo-o constantemente ao par do andamento de meu trabalho. Sei de antemão a enormidade da empresa que me imponho e pretendo vencer, com ou sem sacrifício. Mas se é grande o cometimento, maior é o meu amor às coisas do Brasil, principalmente à *nossa linguagem*. (Nascentes, 1937, n.p., grifo nosso [fragmento])

Poderia ser lido em Mário de Andrade? Poderia ser lido em Antenor Nascentes? A partilha de um projeto de futuro para o Brasil enquanto nação é firmada no dizer de ambos pela formulação de saberes linguísticos na escuta da língua, escuta marcada pela contradição de denominá-la no lugar do dialeto – “nosso linguajar”, “nosso genuíno falar”, “nossa linguagem” – de uma língua outra e também de pertença a quem está autorizado a promover saberes linguísticos nessa discursividade, de uma “nossa língua”, como na seqüência abaixo:

Não lhe quero roubar mais o tempo com esta fastidiosa parlenda. *Apresento ao autor de “Macunaima”, livro que estudo no que diz respeito à nossa língua*, o meu protesto de estima e os meus agradecimentos pela carta com que me honrou, e onde li a solidariedade de um amigo na angústia desoladora do meu anonimato e o conforto de tão generosa figura na luta que venho iniciando

contra as idéias retrógradas, o preconceito malsão que nos rebaixa e que Renato Mendonça, Marroquim, Nascentes e mais uma meia-dúzia de filólogos tiveram a coragem de romper. É já seu amigo e mais admirador ainda o Antenor Nascentes. (Nascentes, 1937, n.p., grifo nosso [fragmento])

Fecho aqui, na manifestação no dizer de Nascentes de outros nomes de autor no lugar do filólogo que promovem rupturas e deslocamentos no saber sobre a língua do/no Brasil, Mário Marroquim do Nascimento, autor de *A Língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco (1934)*; Renato Mendonça, autor de *A influência africana no Português do Brasil (1933)*. É preciso ter em mente, do lugar de analista de discurso que trabalha com História das Ideias Linguísticas, que tal movimento de ruptura na produção de saberes linguísticos também é marcado pelo retorno a uma tradição de saberes e idéias linguísticas, que comparece pela contradição discursiva. Exercer o ofício de amante da língua com coragem de romper: pois resistência é feita de rupturas, tensões e contradições.

De uma retomada à gaveta de guardados

Ao abrir pastas e documentos de texto na tela de meu computador, abrigados conforme a temática e nome de autor, como Antenor Nascentes e Mário de Andrade, além dos cadernos de notas reunidos para a tese, que agora ganham outros rumos de escrita, revelo uma prática de arquivo de si do lugar de pesquisadora, de analista de discurso, de leitora. É a minha gaveta de guardados, que acolhe correspondências, manuscritos, fotografias das páginas dos exemplares de livros das bibliotecas pessoais, e que compartilhei neste capítulo de forma a torná-los públicos, parcialmente, pelo recorte de meu gesto de leitura. É imprescindível para esse ato uma análise discursiva das condições dos arquivos, dos materiais guardados na gaveta, da formulação e circulação dos saberes linguísticos e sua relação com o nome de autor. Dessa maneira, organizei minha escrita e dispus o arquivo discursivo em três momentos: comecei pela questão do funcionamento do arquivo em sua relação com o institucional e com o nome de autor; em seguida, apresentei as correspondências entre Antenor e Mário e notas de leitura de Mário de Andrade nas margens dos livros de Antenor Nascentes, em um gesto de leitura e escrita das marginálias. Escrever este capítulo foi uma oportunidade para mim, leitora apaixonada, de (re)experienciar os trajetos pelos arquivos: reviver as descobertas, os desvios, os escondidos, as sensações que o sabor dos arquivos proporciona a quem os lê. Também ofereceu mais um mergulho na função-autor, no dizer do lugar do literato e do filólogo, atravessado por muitos outros lugares que assinalam os homens de letras, intelectuais que produziram e de onde circularam idéias e saberes

linguísticos, que lutaram com a palavra por projetos para o Brasil e nossa língua. E me fez pensar tanto com alegria na importância das ações intelectuais desses homens de letras, quanto com certo pesar por terem sido ceifados tantas vezes, mas resistido. Foi um reencontro com a intimidade da correspondência, na qual o privado e o público confluem nos dizeres sobre a língua vinculado ao nome de autor, que mobilizam saberes e ideias linguísticas. E minha escrita é apenas uma forma de compartilhar a experiência de leitora e de emergir da memória da língua do/no Brasil os nomes de Mário de Andrade e Antenor Nascentes em relação aos saberes e ideias linguísticos sobre a língua do/no Brasil, suas rupturas, deslocamentos e retornos. Fecho a gaveta de guardados, sem jamais trancá-la.

Referências

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **6º Ciclo | Antenor Nascentes, um tardio na cadeira 41**, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ECDZJt5HTFc>. Acesso em: 3 mai. 2024.
- ANDRADE, Mário de. **O empalhador de Passarinho**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.
- BUSCÁCIO, L. L. B. **Mário de Andrade: um arquivo de saberes sobre a língua do/no Brasil**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem do Instituto de Letras da UFF, 2014.
- BUSCÁCIO, L. L. B. Mário de Andrade, um nome, um arquivo, um acontecimento. In: SCHERER, A.; SOUSA, L.; MEDEIROS, V.; PETRI, V. (Org.). **Efeitos da língua em discurso**. 1 ed., v. 1. São Carlos: Pedro & João, p. 140-155, 2019.
- CAMARGO, I. **Gaveta de guardados**. São Paulo: Cosac Naif, 2009.
- CARDOSO, T.; CÔRBO, P.; ANDRADE, D. O patrimônio documental de Antenor Veras Nascentes. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande v. 35, n. 2, p. 181-195, 2021.
- CASTRO, M. W. Mário de Andrade, exílio no Rio. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- COSTA, T. de A. da; GOULART, B. A.; MELLO, G. N. Instrumentação linguística no espaço-tempo brasileiro: o nacional e o regional a partir de Said Ali e Nascentes. **Porto das Letras**, v. 9, p. 312-346, 2023.
- DUARTE, P. **Mário de Andrade por ele mesmo**. São Paulo: EDART, 1971.
- FARGE, A. **O sabor do arquivo**. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: EDUSP, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Ed. Passagens, 2012.

- GUILHAUMOU, J., MALDIDIÉ, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. *In*: ORLANDI, E. (Org.) **Gestos de Leitura**. Campinas: UNICAMP, 2010 [1994].
- LOPEZ, A. P. A. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. **Revista Gragoatá, Acervos literários**, n. 15. Niterói: p. 69-82, 2003.
- LOPEZ, A. P. A. **Mário de Andrade: ramais e caminho**. São Paulo: Duas Cidades, 1972.
- MARIANI, B. S. C. Arquivo e língua nacional. *In*: TEDESCO, M. T.; MEDEIROS, V. G. de (Org.). **Travessias nos estudos de língua portuguesa: homenagem a Evanildo Bechara e Olmar Guterres**. Rio de Janeiro: Dialogarts, v. 1, 2010.
- MEDEIROS, V.; MATTOS, T. O linguajar carioca, de Nascentes: o discurso naturalista nos dizeres sobre língua nacional nos anos 1920. **Revista SOLETRAS**, v. 25, p. 241-255, 2013.
- MEDEIROS, V. A língua em solo brasileiro na Revista Brasileira no período JK. **Revista da ANPOLL**, n. 25, 2008.
- MENDONÇA, R.. **A influência africana no português do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- MORAES, Marcos Antonio de. **Orgulho de Jamais aconselhar. A epistolografia de Mário de Andrade**. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 2007.
- NASCENTES, A. O linguajar carioca. Rio de Janeiro: Sussekind de Mendonça, 1922. Disponível em: <https://www.letraria.net/o-linguajar-carioca-em-1922/>. Acesso em: 10 de janeiro de 2024.
- NASCENTES, A. **O idioma nacional**. Rio de Janeiro: Livraria Machado/Livraria Alves, 2 ed., 1933.
- NASCENTES, A. **Estudos Filológicos**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1 ed., 1939.
- NASCENTES, A. **Estudos Filológicos: volume dedicado à memória de Antenor Nascentes**. *In*: NETO, Raimundo Barbadinho (Org.). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2 ed., 2011.
- NASCIMENTO, M. M. **A Língua do Nordeste: Alagoas e Pernambuco**, Rio de Janeiro: Ed. Nacional 1934.
- NOUGARET, C. (Org.). **Les instruments de recherche dans les archives**. Paris: Direction des Archives de France, 1999.
- ORLANDI, E. Segmentar ou recortar. *In*: **Linguística: questões e controvérsias**, publicação do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, Série Estudos – 10, p. 9-26, 1984.
- PAGOTTO, E. G. Estudos filológicos de Antenor Nascentes ou o nariz de José Oiticica. **Língua e instrumentos linguísticos**, v. 9, n. 17. Campinas: Ed. Unicamp, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.>

sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/issue/view/1685>. Acesso em: 3 mar. 2024.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, Eni P. (org). **Gestos de leitura**. Campinas: Editora da Unicamp, [1994] 2011.

RODRIGUES, A. C. S. Mário de Andrade e o Projeto Pronúncias Regionais do Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 33, p. 17-34, 1992.

ROUDINESCO, E. **A análise e o arquivo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SILVA, A. M. da. **Itinerários da produção intelectual de Antenor de Veras Nascentes na comunicação científica**. 2012. 105 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

Referências do Arquivo

Correspondências no Arquivo Mário de Andrade do IEB e do Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes do Colégio Pedro II:

1. Arquivo Mário de Andrade IEB-USP – 3 correspondências passivas – Antenor Nascentes remetente:

- uma carta, de 30 de agosto de 1937, referente ao pedido de Mário de Andrade em outra carta para uma explanação sobre sua apresentação no “Primeiro Congresso Brasileiro de Ensino Rural”;
- um telegrama de 4 de agosto de 1938 com cumprimentos a Mário de Andrade pela nomeação como professor de Estética e Filosofia da Arte na Universidade do Distrito Federal, indicando o recebimento dos Anais do I Congresso da Língua Nacional Cantada, dirigido por Mário de Andrade;
- um cartão de visita de Antenor Nascentes, datado de 13 de abril de 1940, com a inscrição “Sumamente Agradecido”.

2. Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes do Colégio Pedro II – 4 correspondências passivas – Mário de Andrade remetente:

- 21 de maio de 1936, trata do adiamento do Congresso da Língua Nacional Cantada;
- a carta-convite para a apresentação no referido congresso datada de 17 de março de 1937;
- uma carta solicitando o artigo de Nascentes para a publicação nos Anais do Congresso, de 18 de maio de 1937;

- uma carta comentando os relatórios do congresso e a produção dos Anais, de 22 de julho de 1937.

CAPÍTULO 11

ANTENOR NASCENTES E MÁRIO DE ANDRADE: UM PROJETO DE NAÇÃO BRASILEIRA E DE UMA LÍNGUA FALADA E ESCRITA NO/DO BRASIL

Marcelo Moraes Caetano

Introdução: Nascentes e Andrade: cultura e língua brasileiras vivas

Mário de Andrade é conhecido como literato (escritor e crítico literário), etnógrafo, musicólogo e político. Destacam-se em sua biografia, entre outras participações no cenário cultural e político do Brasil, a concretização da Semana de Artes Modernas, na cidade de São Paulo, no ano de 1922, e o cargo de diretor do Departamento de Cultura de São Paulo, entre 1936 e 1938, período em que foi assistido, entre outros, por Antenor Nascentes e Manuel Bandeira.

Antenor Nascentes, o filólogo, gramático e linguista erudito que trouxe para o Brasil, e até antecipou em termos mundiais, formulações da nascitura linguística enquanto ciência da linguagem, convergia com Mário de Andrade, como veremos, em diversas perspectivas antropológicas brasileiras, bem como, também, na formação musical de que dispunha. É de sua autoria, por exemplo, uma obra que, nos preâmbulos de seu *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, de 1932 (na segunda tiragem da primeira edição, datada de 1955), vem listada como *Elementos de teoria musical (em colaboração com José Raimundo da Silva)*; 8.a ed., 1953.

Parte significativa do intento de Mário de Andrade era buscar a aplicação da pergunta antropológica fundamental: o que distingue o ser humano dos demais animais? Porém, no caso de Mário de Andrade, ele o fazia não à espécie humana como um todo, mas, sim, ao Brasil em particular. Em outras palavras, a questão que se formula quando se buscam subsídios antropológicos, em seu caso, é: o que distingue o Brasil como país dos demais países?

Sua preocupação em definir e delimitar as idiosincrasias brasileiras, portanto, fez com que ele se cercasse dos maiores conhecedores e pesquisadores de suas áreas específicas para apresentar uma espécie de cartografia cultural ou antropológica do Brasil, que passava grandemente pela

descrição de uma língua que expressasse o conteúdo dessa cultura. De certa forma, o que ele percebia e perseguia era a existência de um projeto de país, lastreado por suas características concretamente descritíveis e materialmente comprováveis.

É importantíssimo notar que Mário de Andrade foi o intelectual que, junto com Gilberto Freyre, interrompeu a cadeia cognitiva marcada no Brasil pelo diplomata francês Arthur de Gobineau, conhecido por defender, no século XIX, em território brasileiro, a tese do autoproclamado “racismo científico”, segundo o qual a miscigenação – não apenas étnica, mas também cultural – causaria paulatina degenerescência da humanidade. Voltarei a esse ponto fundamental de ruptura promovida por Mário de Andrade e, na seara linguística, acompanhada por Antenor Nascentes, já que isso diz respeito a uma trajetória sobre língua e cultura brasileiras que caminharam para a perspectiva da descolonização e, portanto, divergiram da aludida tese do “racismo científico”, etnocêntrica e hegemônica até então.

Com a preocupação de delimitar o espaço brasileiro segundo suas características de sincretismo, repudiadas pelo “racismo científico” e seus seguidores, Mário de Andrade planejou e implementou, por exemplo, a “Sociedade de Etnografia e Folclore”, enquanto à frente do aludido Departamento de Cultura de São Paulo, dirigido por ele entre 1936 e 1938, como foi dito. Isso resultou, dentre muitas outras consequências, no projeto de um dicionário nacional de termos técnicos de Folclore e Etnografia.

Os documentos e arquivos produzidos nessa fase reafirmam o interesse de Mário de Andrade pela variante brasileira da língua portuguesa, razão por que nutria tanta afinidade com Antenor Nascentes, cuja perspectiva de língua se afinava muito com esse propósito.

Já em 1922, no “Prefácio interessantíssimo” da sua *Pauliceia desvairada*, Mário de Andrade faz convergirem seus interesses de pesquisador na elaboração do esboço de um projeto de Brasil que, como dissemos, passa pela constatação e documentação de variedade brasileira da língua. Já se criava, ali, o embrião para a produção da sua *Gramatiquinha*, que se inicia em 1922, é idealizada de forma mais contundente em 1925 e 1926, e finalmente encontra sua elaboração entre 1927 e 1929. Tratarei das duas obras adiante.

Devo registrar aqui que, no carnaval do ano de 2024, a Escola de Samba campeã em São Paulo, *Mocidade Alegre*, trouxe como tema e enredo essa busca de Mário de Andrade. O título do enredo foi “Brasiléia desvairada [*sic*]: a busca de Mário de Andrade por um país”. Esse dado é relevante uma vez que parte da grande preocupação de Mário de Andrade no seu projeto cultural e linguístico de Brasil passava, necessariamente, pelo caldeamento com as culturas populares, das quais o carnaval (tão retratado em sua obra) e as Escolas de Samba são partes integrantes. A sua presença ainda hoje no esteio de uma manifestação cultural brasileira tão autônoma e legítima como

o carnaval é prova substancial de que seu projeto antropológico-linguístico brasileiro prosperou e perdura, tendo-se embrenhado nas muitas classes sociais brasileiras.

No que diz respeito à formação erudita de Antenor Nascentes, professor catedrático do Colégio Pedro II, embora fosse filólogo e neogramático, deve-se considerar que ele considerava imprescindível a leitura de autores que, naquela época, traziam a linguística a um novo patamar investigativo então muito revolucionário. É nesse cenário que ele recomenda em seu *O idioma nacional*, por exemplo, que fossem lidos e estudados autores como Ferdinand de Saussure, Antoine Meillet, Max Müller, Archibald Sayce, Pacheco Júnior, Alfredo Trombetti, Gonçalves Viana.

Desse modo, o que se constata é que a preocupação tanto de Mário de Andrade quanto de Antenor Nascentes não era exclusivamente com o que Saussure chamaria de *langue*, uma entidade abstrata e intangível, patrimônio que precede o indivíduo em seu nascimento e o sucede após a sua morte, encarada pelo mestre de Genebra como um “fato social”, à luz de suas conhecidas leituras do sociólogo Émile Durkheim. Mário de Andrade e Antenor Nascentes, em vez disso, voltavam seus aparatos investigativos para o que o mesmo Saussure chamaria de *parole*, a língua viva, concretizada nas ações e usos discursivos concretos, espontâneos, mais encontrados na modalidade de língua falada.

As concepções de Mário de Andrade e de Antenor Nascentes sobre língua possuem campos de interseção nítidos com o que Auroux viria a tratar, décadas depois, com um conceito como “hiperlíngua”. Damos espaço a Nunes:

Para o estudo das condições de produção dos dicionários tem sido muito produtivo o conceito de *hiperlíngua*, de S. Auroux. Segundo esse autor, a *hiperlíngua* diz respeito não à língua de forma abstrata, mas sim, ao espaço-tempo onde se encontram os sujeitos falantes e onde se inserem também os instrumentos linguísticos, que transformam as relações que esses falantes entretêm com a língua. Como mostra Auroux, sem os instrumentos linguísticos talvez não se tivessem formado os espaços relativamente homogêneos das línguas nacionais, com as reduções das diferenças dialetais nos territórios em que eles circulam. No Brasil, acrescenta-se a isso o controle do multilinguismo, ou seja, da presença das línguas indígenas e africanas bem como das línguas de imigrantes. (Nunes, 2008, p. 356)

Também Orlandi distingue o que chama de a *língua imaginária* daquilo a que nomeia a *língua fluida*. “A língua imaginária é aquela que os analistas fixam com suas sistematizações e a língua fluida é aquela que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas” (Orlandi, 1990, p. 75).

Falantes e cantantes brasileiros por uma língua nacional verdadeira

Com esse interesse, e amparado por Nascentes, Mário de Andrade criou, dentro do Departamento de Cultura, um setor específico denominado “Divisão de Expansão Cultural”, que buscava gravar falantes cultos brasileiros com objetivos, inclusive, de aprofundamento em estudos de fonética. A essa empreitada, Mário de Andrade chamou de “Arquivo da palavra”, o qual viria a complementar-se com o projeto “Pronúncias regionais do Brasil”, este último uma sugestão de Manuel Bandeira, em tudo afinada à ideia de se proceder a uma pesquisa dialetológica no território brasileiro, enfatizando-se, assim, a língua falada (muito mais rica em seus aspectos de variação e mudança), deixando-se para outros planos, que não foram, entretanto, negligenciados, a língua escrita, inclusive nos gêneros literários.

Nascentes, a par de foneticista e dialetólogo (e suas outras formações, há pouco mencionadas), era também lexicógrafo, o que evidenciava sua ocupação não apenas com a língua falada no Brasil, mas também com o registro escrito dessa língua. Assim foi que coube a ele a autoria, dentre outros, das seguintes obras referenciais: *Dicionário da língua portuguesa*, da Academia Brasileira de Letras, terminado em 1946 e publicado em 1956; e *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, de 1932.

A propósito dessa obra, Horácio Rolim de Freitas nos sintetiza:

O *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de Antenor Nascentes, teve sua 1ª edição em 1932, merecendo o prefácio de Meyer-Lübke, o autor do monumental e indispensável *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*, mais conhecido como REW. Nascentes não pôde atualizá-lo, pois a preciosa fonte, o REW, teve sua 3ª edição em 1935, um ano após a morte de seu autor. Em 1966, Nascentes publica, pelo Instituto Nacional do Livro, o *Dicionário Etimológico Resumido*, com o registro do étimo sem comentários. Apesar de passados já 70 anos (1932- 2002), a obra de Nascentes ainda é de consulta indispensável. [...]. (Freitas, 2002, p. 113)

Como se percebe, Mário de Andrade capitaneava uma concepção não apenas de língua – falada ou escrita – no Brasil, mas também desenhava um projeto de nação que encontra guarida em outros que já haviam sido iniciados ou concluídos. Obras como *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral, de 1920, e *O linguajar carioca*, de Antenor Nascentes, de 1922, eram pesquisas dialetológicas com objetivos semelhantes em muitos aspectos.

A dialetologia, como parte inerente à filologia, nasceu com a denominação de “Geografia linguística”, de que o Atlas linguístico francês, de Gilliéron e Edmont (publicado em fascículos de 1902 a 1903), é exemplo primogênito.

A obra de Adolfo Coelho *Os dialetos românicos ou neolatinos na África, Ásia e América*, de 1881, é considerada o marco inicial das obras do gênero em língua portuguesa. Após esta obra, e avaliando-a definitivamente, surgiu *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, de 1901, elaborada por Leite de Vasconcelos. No entanto, embora ainda numa perspectiva distante da moderna metodologia científica, o primeiro dialetólogo português, de fato, foi Jerônimo Contador de Argote, que, em 1725, escreveu *Regras da língua portuguesa*. Verney, em 1746, em sua *A verdadeira arte de estudar*, traz também contribuições à dialetologia, por exemplo quando, prescritivamente, determina que não se pronuncie a africada onde houver a grafia –ch- ou –x- (/tʃe/), evitando-se, segundoparâmetros da época, “galeguismos”. Com isso, se fundam os estudos da dialetologia como fundamentais à linguística, à linguística histórica, à filologia e às histórias (interna e externa) das línguas. (Caetano, 2020, p. 20-21)

Foi nos estudos de fonética que a assessoria de Antenor Nascentes a Mário de Andrade se mostrou primeiramente essencial. Também Manuel Bandeira emprestou imensa contribuição a esse estudo. Nos *Anais do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada*, (O Congresso ocorreu em 1937, e os Anais são de 1938), encontram-se registros de pronúncias de falantes alfabetizados sempre em dicotomias entre “cultos” e “incultos”, das sete zonas fonéticas em que, com isoglossas, se considerava o Brasil. As sete regiões eram assim distribuídas: nortista, nordestino, baiano, carioca, paulista, mineiro e rio-grandense. O objetivo de Mário de Andrade era promover uma espécie de síntese que fornecesse a definição de uma pronúncia nacional como marca de sua identidade brasileira em relação à língua portuguesa.

Antenor Nascentes, em sua citada obra *O linguajar carioca*, dividira inicialmente o Brasil em duas grandes isoglossas: regiões norte (até a Bahia) e sul (da Bahia para baixo). Ele propõe ainda quatro subdialetos: “o nortista (Amazonas, Pará, litoral dos estados desde o Maranhão até a Bahia), o fluminense (Espírito Santo, Rio de Janeiro, sul de Minas Gerais e Zona da Mata, Distrito Federal), o sertanejo (Mato Grosso, Goiás, norte de Minas, sertão dos estados litorâneos desde o Maranhão até a Bahia) e o sulista (São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Triângulo Mineiro)” (1953 [1922], p. 20-21).

A obrigatoriedade de que os falantes fossem alfabetizados se deveu à circunstância de que haveria um texto-base escrito por Manuel Bandeira para ser lido e registrado em disco. Também a recitação das orações do Pai-Nosso e da Ave-Maria constituíram material fonográfico desse intercurso.

Com efeito, algumas críticas foram endereçadas à metodologia empregada pelos pesquisadores. A primeira versava sobre o artificialismo do “texto” escrito por Manuel Bandeira para servir de base à leitura dos falantes e detecção fonética, uma vez que se tratava de frases esparsas, soltas, sem concatenação semântica, sem qualquer coesão ou coerência. Não que o uso

da leitura fosse considerado, por si só, como ilegítimo para o fim de captação fonética, já que o método andava em parêntese com o uso de entrevistas para o mesmo fim.

A segunda grande crítica se dava ao fato de que apenas um informante era selecionado para representar o estrato “culto”, e um informante o era para representar o estrato “inculto”. A questão levantada aqui, portanto, diz mais respeito ao quantitativo de exemplares coletados. Não se pode deixar de observar que a precariedade do aparato técnico de registro fonográfico também comprometeu os resultados obtidos.

No entanto, deve-se mencionar que o recurso técnico de gravação era inovador no Brasil, sendo, por aqui, o primeiro caso da aplicação desse método. O próprio Antenor Nascentes lamentou não ter possuído essa tecnologia na década anterior, quando elaborou obras de ensino de língua (e pronúncia) padrão a serem aplicadas em escolas normais, profissionais e primárias no Rio de Janeiro, como foi o caso de sua coleção *O idioma nacional*, produzido entre 1926 e 1929, com reedições que atualizavam e reviam conceitos apresentados nesse primeiro momento de elaboração da obra. Nessa coletânea monográfica, Nascentes já considerava que a língua portuguesa do Brasil apresentava distinções bastantes diante da língua lusitana.

Antenor Nascentes, autoridade em fonética, propôs a Mário de Andrade a aferição de treze fonemas, que estão registrados nos Anais do Congresso citado. Eram eles: “vogais protônicas; hiatos; *l* velar; *r* consoante surda; *s* consoante sonora; *s* final; *z* final; *lh*; *nh*; grupos consonantais” (Anais do PCLNC, 1938, p. 182). Manuel Bandeira, com a ajuda de Souza da Silveira, acrescentou alguns outros parâmetros fonéticos, como “[...] o tônico em Antônio, homem; [...] ou em afrouxe; e em feche; ei em assembleia; [...] ai em Jaime; influência da vogal tônica sobre a protônica (esqueceu, esqueci)” (Bandeira, 1938, p. 184).

Assim como Mário de Andrade, Nascentes propugnava, então, por uma língua nacional brasileira cujo ensino não deveria se escorar em gramáticas baseadas na variante europeia da língua portuguesa. Essa postura metodológica levou para as salas de aula autores da literatura brasileira, num momento em que os autores lusitanos eram os que serviam como ancoragem para os estudos da língua portuguesa. Não foi mero acaso que sua obra *O linguajar carioca* tenha vindo à luz no ano de 1922, o mesmo da Semana de Artes Modernas, num conjunto de cognições e complexos atitudinais da intelectualidade brasileira diante dos 100 anos da independência da colônia brasileira em relação à metrópole portuguesa (1822).

A dialetologia comprovando uma gramatiquinha brasileira

A década de 1920 representou importante ponto de mudança epistêmica em relação aos estudos da língua portuguesa no Brasil:

Até 1920, ano em que *O dialeto caipira* veio a público, os estudos dialetais no Brasil eram basicamente no campo do léxico, resultando na elaboração de dicionários, vocabulários e léxicos, de brasileirismos e de regionalismos. A publicação do trabalho de Amadeu, seguida, em 1922, de *O linguajar carioca*, de Antenor Nascentes, é marco de uma nova abordagem no estudo dialetal no Brasil. Os trabalhos de natureza lexicográfica continuam, mas os estudos dialetais, a partir de então, passam a incluir também os aspectos fonéticos, morfológicos e sintáticos. Apesar de não se realizar um trabalho de campo sistemático – como o que vai ser proposto a partir da década de 1950 –, havia a observação direta do “acontecer” da língua, orientações quanto à metodologia de abordagem e de anotações, bem como um interesse especial pelos diferentes aspectos da realidade do falante.

A partir de 1930, os trabalhos vão se caracterizar por abordagens gramaticais e ainda lexicais. São deste período *O vocabulário pernambucano*, de Pereira da Costa (1937) e *A língua do Brasil*, de Gladstone Chaves de Melo (1934). Embora a preocupação com os estudos dialetológicos e de geografia linguística no país tenham tomado forma bastante concreta nos anos 1950, apenas na década seguinte é publicado o primeiro atlas linguístico brasileiro (*Atlas prévio dos falares baianos*, coordenado por Nelson Rossi). A este se sucedem outros, especialmente no Nordeste. Inauguram-se, ainda na década de 1960, os estudos voltados para a língua urbana, agora utilizando-se de *corpora* constituídos de forma sistemática, em gravações magnéticas ou em bases de dados.

Amadeu Amaral afirma que, para se reconhecer a existência de um “dialeto brasileiro” ou de uma “língua brasileira”, como queriam alguns, seria preciso que se conhecesse efetivamente este dialeto (ou esta língua), e que as discussões fossem além do campo social e político. (Carmo, 2008, p. 375-376)

A assessoria de Nascentes a Mário de Andrade ajudou este último a buscar subsídios que lhe permitissem reconhecer marcas características da variante brasileira em todo o Brasil, com base em estudos técnicos sobre língua e linguagem, constituídos a partir da imensa erudição filológico-gramatical de Antenor Nascentes.

Deve-se enfatizar também que, posteriormente, em função de seus ofícios de etnógrafo e musicólogo, Mário de Andrade viajou por parte substancial do território nacional, verificando pessoalmente a aplicabilidade das metodologias e das descrições propostas por Nascentes.

Em *A gramatiquinha da fala brasileira*, de 1937, na seção “Língua brasileira”, Mário de Andrade promove um índice assim estabelecido:

Índice

Introdução – cap. I

Fonologia

Fonética, prosódia e ortografia – cap. II-IV

Lexiologia

Palavra – cap. V

Substantivo – cap. VI

(substantivo propriamente dito)

(pronome)

Verbo – cap. VII

(substantivo verbal)

Adjetivo – cap. VIII

(substantivo qualificativo)

Advérbio – cap. IX

Interjeições – cap. X

Partículas sintáticas – cap. XI

Artigo – cap. XII

Partículas determinativas – cap. XIII

(adjetivos determinativos)

Numerais – cap. XIV

Preposições – cap. XV

Conjunções – cap. XVI

Formação de palavras – cap. XVII

Sintaxe

Dicção e seus elementos – cap. XVIII

Frase – cap. XIX

Emprego do substantivo – cap. XX

Psicologia do pronome – cap. XXI

Psicologia da ação – cap. XXII

(verbo)

Psicologia do limite – cap. XXIII

(adjetivo, advérbio)

Psicologia das partículas sintáticas – cap. XXIV

Pontuação – cap. XXV

Estilística

Frase ou verso – cap. XXVI

Figuração – cap. XXVII

Vícios – cap. XXVIII

Prosa e poesia – cap. XXIX

Psicologia da fala brasileira – cap. XXX

E se na Lexiologia, pois que eu vou já fazer uma distinção e mudança importante, tirando as partículas sintáticas do número das palavras reais, se em vez de capítulos especiais sobre substantivo, verbo, adjetivo, pronome, eu fizesse capítulos sobre: Do Gênero (o indivíduo se

considerando em si, aqui entram considerações sobre masculino e feminino quer no substantivo, quer no adjetivo, quer no pronome (refletir bem se no brasileiro não tem casos parecidos com os citados por Dauzat, *Philosophie du langage*, grifo, p. 213). Do Número (o indivíduo se considerando em sociedade. Aqui entram plural e singular no substantivo, no pronome, no adjetivo, no verbo, ver nota sobre Dauzat que vem linhas atrás). Do Tempo (o indivíduo se considerando em relação ao tempo)? Esboço de capitulação pra Lexiologia.

Lexiologia

Palavra – cap. V

Do Gênero – cap. VI

Do número – cap. VII

Do tempo – cap. VIII

Advérbio

Interjeição

Etc. (ANDRADE, 2022 [1937], p. 41-44)

A sua *Gramatiquinha* possui antes um caráter ensaístico, filosófico, crítico. Isso não impede que algumas observações estabeleçam certo rigor gramaticográfico, devido às reflexões linguísticas a que Mário de Andrade chegava amparado por gramáticos e dialetólogos notórios de sua época, como o próprio Antenor Nascentes, João Ribeiro, Amadeu Amaral. Numa das muitas observações prévias à descrição proposta, Mário de Andrade tece a seguinte nota:

(18)

Esta gramática, pois que gramática implica no seu conceito o conjunto de normas com que torna conscientes a organização duma ou mais falas, esta gramática parece estar em contradição com o meu sentimento. É certo que não tive jamais a pretensão de criar a fala brasileira. Não tem contradição. Só quis mostrar que o meu trabalho não foi leviano, foi sério. Bem que matutei e trabalhei pra dar pro meu estilo novo normas que organizassem-o [sic]. Se cada um fizer também das observações e estudos pessoais a sua gramatiquinha muito que isso facilitará pra daqui a uns cinquenta anos a salientar normas gerais, não só da fala oral transitória e vaga porém da expressão literária impressa, isto é, da estilização erudita da linguagem oral. Essa estilização é que determina a cultura civilizada duma raça sob o ponto-de-vista expressivo. Linguístico. (Andrade, 2022 [1937], p. 54)

Ao descrever o que consideramos hoje como categorias ou classes morfológicas ou morfossintáticas, Mário de Andrade cria as seguintes reflexões:

(20)

A palavra é uma entidade. O substantivo é uma entidade qualificativa. O adjetivo é uma entidade limitativa. O verbo é uma entidade acionadora e vitalizadora. O advérbio é uma entidade modalitativa e modificativa. O pronome é uma entidade personalitativa. A preposição não é uma entidade, é ligadura de entidades etc.

(21)

A frase é um substantivo. Mesmo se eu falo “Você é burro” eu criei um substantivo, isto é, uma entidade qualificativa. (Andrade, 2022 [1937], p. 55)

Na seção “Ideias para capítulos particulares”, Mário de Andrade escreve o que ele chama de “Início”, servindo perfeitamente de elo com sua visão de projeto de Brasil conectado indissolúvelmente a uma língua falada e também escrita no/do Brasil:

Nesse mostrengo político [Brasil] existe uma língua oficial emprestada e que não representa nem a psicologia, nem as tendências, nem a índole, nem as necessidades, nem os ideais do simulacro de povo que se chama o povo brasileiro. Essa língua oficial se chama língua portuguesa e vem feitinha de cinco em cinco anos dos legisladores lusitanos. O governo encomenda gramáticas de lá e os representantes da nossa maquinária política, os chamados empregados públicos que com mais acerto se chamariam de empregados governamentais, presidentes, deputados, senadores, chefes-de-seção etc. etc. são martirizados pela obrigação diária de falar essa coisa estranha que de longe vem. (Andrade, 2022 [1937], p. 67)

Outro momento em que se percebe a prontidão para se criar um projeto de Brasil é na descrição que Mário de Andrade propicia acerca das Interjeições. O que mais chama a atenção é a dicotomia freudiana que ele utiliza, separando civilização e cultura de primitivo e selvagem. A mesma inflexão de Freud ocorre quando o Autor classifica segundo critérios de “inconscientemente” ou “subconscientemente”:

A interjeição é o único remanescente esporádico da linguagem primitiva e que permaneceu nas línguas organizadas, pra expressar os casos de sentimento intenso por demais em que a gente perde toda organização psicológica de civilização e de cultura, e o homem primitivo, o selvagem que a gente tem dentro de si aparece. Quanto mais culto e mais civilizado o homem menos interjeições tem sua linguagem. Nas línguas organizadas a interjeição não tem qualificação nem classificação relacional dentro da frase porque ela é um ato reflexo quase que puramente fisiológico ao passo que as linguagens seja inconscientemente seja subconscientemente são organizações de ordem intelectual. (Andrade, 2022 [1937], p. 75)

Também ao falar de “Figuração” (Capítulo XXVII), Mário de Andrade preceitua:

Elipse – Pleonasma – Anacoluto – Imagem ou Tropo

Estudar a imagem em Catulo, e na poesia legitimamente popular. Estudá-la nos índios Poranduba, contos dos Caxinauás¹, poemas primitivos citados [junto?] os poemas de Anchieta. Estudá-la nos românticos e nos contos Populares. (Andrade, 2022 [1937], p. 91)

Por sua vez, em “Vícios” (Capítulo XXVIII), Mário de Andrade vai contra os elementos importados que se incrustam na língua, diferentemente da tradição gramatical brasileira que, por via de regra, considera como “vícios” exatamente construções lexicais, morfológicas, sintáticas ou estilísticas autônomas das terras brasileiras. Assim se expressa o Autor: “Atacar os arcaísmos, as palavras rebuscadas e pedantes, os termos científicos e inúteis desde que o livro não seja técnico” (Andrade, 2022 [1937], p. 93).

Todas as reflexões, orientações e prescrições vêm, assim, no sentido de defender o elemento cultural brasileiro, isto é, o que de autônomo e espontâneo surgir na fala e na escrita do povo que vive no território americano que usa, concretamente, a língua portuguesa.

Ao criar um item quase conclusivo intitulado “Língua brasileira”, diz Mário de Andrade:

Língua Brasileira

Inda não existe. No entanto na pronúncia temos já uma língua inteiramente apartada da fala portuguesa. Essa pronúncia e toda a fenomenologia fonética já nos teriam levado pra outra fala se não fosse reação erudita. Os benefícios e os males da erudição. A falsa erudição que não tem coragem pra ir pra diante pela observação dos fatos, porém se orgulha de mostrar que ficou pra trás por saber o passado e ter lido nos livros. O fato é que se nossa fala oral se diferencia bem já da portuguesa, então língua literária é que não temos mesmo nada de nada porque mesmo um Castro Alves, um Álvares de Azevedo, um Alencar, um Machado de Assis, um Monteiro Lobato, um Ribeiro Couto, um Prudente de Moraes, neto, pra ir até os mocinhos aparecendo, que escrevem numa fala desprevenida de gramática clássica, e bem brasileiros na prosa, sem querer, inconscientemente se deixam levar pelas tradições adquiridas na escola e no convívio dos livros. E dessas tradições a mais pior é o preconceito dos olhos. Os olhos... Mal danado que eles fazem pra gente... Já miram dum jeito a coisa

¹ Em artigo que traduzi recentemente do alemão, escrito em 1919 por Ferdinand Hestermann, temos notícia de um texto de Said Ali de 1912 em que ele pesquisa, juntamente com Capistrano de Abreu, o povo Caxinauá, de que fala Mário de Andrade. Essa conexão sugere fortemente o pioneirismo de Ali e Abreu em questões sobre o Brasil que viriam a ser aprofundadas por Andrade e Nascentes, aqui abordadas. Cf. Costa; Souza, 2024.

escrita. Veem de outra, acham feio. E levam a gente a afirmações como essa que tanta gente me faz de que não fala pra e sim para. Quando lê, sei que lê para. Porém é incontestável que a dicção pra é geral e até geral não só entre brasileiros como até entre portugueses. Porém não discuto fatos especiais agora. A verdade é que a gente não possui ainda uma fala brasileira distinta. A gente inda está naquela fase de desagregação da fala portuguesa em que a fenomenologia poucas normas gerais apresenta. Tudo se resume a fenômenos pessoais. Um fala assim, outro fala assado. (Andrade, 2022 [1937], p. 101)

Logo em seguida, porém, o mesmo Mário de Andrade parece apresentar conclusão que cria certo contraste com essa anterior. Escreve ele:

Uma constatação importante é esta a que cheguei: não tem “brasileirismos”. Desde que um fulano fale uma palavra e essa palavra ou esse modismo se generalize, ele faz parte da língua. Assim os chamados brasileirismos por simples bobagem de comodismo gramatical não são brasileirismos nem nada, são palavras, sintaxes novas incorporadas à fala portuguesa e portanto fazendo parte dela legitimamente. Pertencem à língua portuguesa. Assim não é contra a língua portuguesa que eu reajo. Eu só raciocino isto: a gente é um povo livre, um povo com entidade social, falando a sua fala. Ora que tem que ver essa fala com o português! É nossa fala, pouco me importa agora que venha dum pai português com tangente pelas fêmeas negras e tapuias. É minha fala. É minha? É! Então falo o brasileiro, observando o brasileiro que se fala no Brasil e introduzindo nele minha individualidade. (Andrade, 2022 [1937], p. 102)

E adiante, esquematiza:

Se fulano escreve “que deve-se”, “Sente nessa cadeira”, “me acho”, “vou na cidade”, “falou pra mim” etc. etc., não é porque me imite porém porque concorda com o que ele imagina verdades da fala brasileira, é que eu imitei da fala oral dos outros. Outras causas que impedem a generalização atual e rápida da fala brasileira:

A vaidade de querer ser o primeiro;
O preconceito do passado;
A preguiça de mudar uma sinceridade do costume por uma sinceridade nova inda só na inteligência;
A falta de conhecimentos;
A preguiça de aprender;
O medo da moda não pegar e as obras perigarem não durando;
A vontade de ser eterno e clássico. (Andrade, 2022 [1937], p.103)

(Des)colonização brasileira na equação da cultura e da língua nacionais

Como Eni Orlandi nos lembra, a história dos instrumentos linguísticos (prototipicamente gramáticas e dicionários) no Brasil não poderia deixar de perpassar as relações de colonização a que fomos submetidos, tendo a Europa – mais fortemente (mas não exclusivamente) Portugal – como continente metropolitano:

Trata-se do caso em que há extensão do uso de uma língua já instrumentalizada (ou em curso de instrumentalização sobre um território dado) para outro território. É o caso que se produziu nas grandes colonizações ocidentais (ínglesa, francesa, portuguesa, espanhola, na América, em especial). (Orlandi, 2001, p. 35)

Dessa forma, a colonização atravessava, também, a literatura e, como consequência, o nosso processo de gramatização. Este, por sua vez, situava todas as circunstâncias antropológicas brasileiras – linguística, política, econômica – como se se tratasse de substratos em relação ao superestrato europeu, para usar teoria compartilhada por Matoso Câmara. Dito de outra forma, a Europa era considerada como o modelo de “civilização” a ser expandido não apenas ao Novo Mundo, como também a territórios não europeus cujas histórias culturais, não raro, eram muito mais antigas do que as da própria Europa, como era o caso da África.

Nascentes demonstrava até “menosprezo” pelo período colonial brasileiro, como explicitado aqui por Cavaliere:

Mas, do ponto de vista historiográfico, o texto de Nascentes que mais contribui para os estudos brasileiros é sem dúvida *A Filologia Portuguesa no Brasil* (Nascentes, 2003:188). Também escrito no profícuo ano de 1939, constitui estudo pioneiro na edificação de uma periodização da Linguística e da Filologia em nossa terra, razão por que costuma ser tomado por base em textos congêneres que vêm sendo publicados recentemente no Brasil. Nascentes idealiza nosso percurso filológico em quatro períodos: a) período embrionário, que inicia nos tempos “em que começou a cultura brasileira” até 1935, quando vem a lume o *Compêndio de Língua Nacional*, de Antônio Álvares Pereira, o Coruja; b) período empírico, que vai de 1835 a 1881, ano da primeira edição da *Gramática portuguesa*, de Julio Ribeiro; c) período gramatical, que segue de 1881 a 1939; d) período científico, que o autor projeta para além de 1939, com a criação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Não obstante a coerência sistêmica, alguma crítica se pode conferir a certos critérios norteadores desse quadro periódico. Primeiro, é controverso definir em que época começou a cultura brasileira, razão por que igualmente controverso o termo a quo do denominado período embrionário. Se

considerarmos a produção literária do Brasil – e bastaria ficarmos por aqui – como critério norteador para estabelecimento do início da cultura nacional, não seria coerente incluir em seus domínios a obra de Anchieta? E a produção literária dos setecentos não terá expressão nacional? São dados que nos conduzem para admitir como brasileira a personalidade cultural da colônia, logo digna de referência historiográfica se o assunto é historiografia brasileira. No entanto, a postura de Nascentes com respeito a esse primeiro período é de flagrante menosprezo, sob a constatação de que “obedece exclusivamente a orientação portuguesa”. Ao cuidar, por exemplo, do Epítome de gramática da língua portuguesa, de Antonio de Moraes Silva, concebido em 1802 e publicado em 1806, Nascentes opta por desconsiderá-lo como obra genuinamente brasileira: “rigorosamente falando, se pode considerar um livro português, pois não se detém nas diferenças que já apresentava o falar brasileiro” (Nascentes, 2003:188). Dessa observação abstrai-se um conceito de nacionalidade textual imiscuído com o de compromisso nacionalista, que traz severas consequências historiográficas. (Cavaliere, 2006, p. 69-70, sublinhado meu)

Em *Os Lusíadas*, Camões explicita a visão eurocêntrica *versus* a de toda uma cosmologia “inculta e toda cheia de bruteza”, *in loco*, em pleno ano de 1572, quando põe esse discurso na boca de um dos personagens do seu poema épico:

Vês Europa Cristã, mais alta e clara
Que as outras em polícia e fortaleza.
Vês África, dos bens do mundo avara,
Inculta e toda cheia de bruteza;
Co Cabo que até aqui se vos negara,
Que assentou pera o Austro a Natureza.
Olha essa terra toda, que se habita
Dessa gente sem Lei, quase infinita. (Camões, 2020 [1572], p. 151)

Para olharmos a seara brasileira nessa perspectiva colonialista, é muito interessante comparar-se essa estrofe de *Os Lusíadas* com o poema de Castro Alves que ficou conhecido como “O navio negreiro”, onde o poeta romântico baiano narra, em forma épica, como na obra camoniana, a desgraça e a desventura dos povos negros africanos que foram traficados para o Brasil. A obra de Castro Alves foi escrita em 1868, quase vinte anos após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico de escravizados ao Brasil, mas a obra foi publicada postumamente em 1883:

Ontem a Serra Leoa,
A guerra, a caça ao leão,
O sono dormido à toa
Sob as tendas d'amplidão!

Hoje... o porão negro, fundo,
Infecto, apertado, imundo,
Tendo a peste por jaguar...
E o sono sempre cortado
Pelo arranco de um finado,
E o baque de um corpo ao mar...

Ontem plena liberdade,
A vontade por poder...
Hoje... cúm'lo de maldade,
Nem são livres p'ra morrer.
Prende-os a mesma corrente
— Férrea, lúgubre serpente —
Nas roscas da escravidão.
E assim zombando da morte,
Dança a lúgubre coorte
Ao som do açoute... Irrisão!...

Senhor Deus dos desgraçados!
Dizei-me vós, Senhor Deus,
Se eu deliro... ou se é verdade
Tanto horror perante os céus?!...
Ó mar, por que não apagas
Co'a esponja de tuas vagas
Do teu manto este borrão?
Astros! noites! tempestades!
Rolai das imensidades!
Varrei os mares, tufão! ... (Alves, 2020 [1883], p. 5-6)

Antonio Carlos Secchin traz dois alertas importantíssimos:

O leitor de hoje pode supor, pelo arraigado prestígio de Castro Alves, que o combate à escravidão foi o nutriente ideológico do país, nos decênios finais do século XIX no Brasil. O tema da escravatura, no entanto, dividia opiniões, enquanto o mito da pátria necessita de consenso para fortalecer-se. Daí que o grande fator de imantação cívica, mais do que o combate à escravidão, tenha sido a guerra do Paraguai, em que os brasileiros se sentiam imantados contra o inimigo comum.

[...]

O discurso antiescravagista romântico se pautou por duas claves, a piedosa e a pragmática. Pela primeira, o espírito cristão da sociedade brasileira deveria condoer-se das maldades cometidas contra os africanos e seus descendentes em solo pátrio. Pela segunda, pragmática, era melhor libertá-los antes que eles o fizessem por si mesmos, pois daí poderia advir feroz retaliação, ameaçando a integridade e as propriedades dos homens brancos. (Secchin, 2010, p. 56-58)

A guerra do Paraguai, que Secchin menciona aqui, foi um fator muito importante para fortalecer os militares no segundo reinado. Foi uma guerra que durou de 1864 a 1870. Sem grande relevância anterior, os militares se consideraram os “salvadores da pátria”, por terem vencido a guerra, junto com Argentina e Uruguai. Com isso, puderam confrontar D. Pedro II e acabar dando o golpe militar que seria a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889. A própria questão da abolição da escravidão, um ano antes, em 13 de maio de 1888, sem que o império pagasse indenização aos fazendeiros, fez com que estes também se revoltassem contra o império e passassem a ser chamados de “republicanos de última hora”, apoiando a Proclamação da República. Aqui se encaixa a frase de Rebouças a Nabuco: “A República foi proclamada contra o 13 de maio”.

Todo esse *ethos* antropológico projetado sobre o Brasil e suas expressões, sobretudo a linguística, tiveram em Mário de Andrade um verdadeiro antípoda, que se recusava a enxergar o Brasil como território cuja cultura fora herdada de terras europeias, aqui impostas como superiores à própria civilização e cultura brasileiras, autônomas e legítimas. Antenor Nascentes, com efeito, comungava desse mesmo viés de Mário de Andrade, não sendo por outra razão que a parceria entre ambos tenha sido profícua para um e para o outro.

Até essa ruptura epistemológica promovida por pensadores como Mário de Andrade e Nascentes (é importante citar Gilberto Freyre nesse momento histórico também), todos os intelectuais brasileiros, sem exceção, reproduziam, ainda que inconscientemente, a visão de uma alegada inferioridade do povo brasileiro e, portanto, de suas manifestações culturais.

Devemos citar a conhecida introdução de *Os sertões*, de 1902, em que Euclides da Cunha desenha o interiorano sertanejo assim:

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral. A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas. É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gigante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente. (Cunha, 1984 [1902], p. 10)

É preciso lembrar que Mário de Andrade se opôs energicamente contra essa corrente, algo que o distingue e de certa forma inaugura uma nova tradição na intelectualidade brasileira, agora ciente do racismo que a estrutura, capaz, portanto, de criar mecanismos que se mostrem avessos a esse fardo até então dissimulado.

O capítulo VII de *Macunaíma*, de Mário de Andrade, é intitulado “Macumba”, que é a forma corriqueira, que pode ser ou não pejorativa, pela qual no Brasil se faz menção às religiões afro-brasileiras. É uma das seções do livro que mostram como o sincretismo e a não hierarquia classista (raízes do “homem cordial” buarquiano) são partes intrínsecas dessas religiões em seus aparatos simbólico-ritualísticos altamente carnavalizados, que trazem em “Olelé Rui Barbosa” uma síntese fantástica do tipo brasileiro, inclusive rebelde ao modelo eurocêntrico de civilização, e autônomo a este, o que se comprova com o final de barbárie que caracteriza o capítulo aludido:

Então a macumba principiou de deveras se fazendo um çairê pra saudar os santos. E era assim: Na ponta vinha o ogã tocador de atabaque, um negrão filho de Ogum, bexiguento e fadista de profissão, se chamando Olelé Rui Barbosa. Tabaque mexemexia acertado num ritmo que manejou toda a procissão. E as velas jogaram nas paredes de papel com florzinhas, sombras tremendo vagarentas feito assombração. Atrás do ogã vinha tia Ciata quase sem mexer, só beijos puxando a reza monótona. Então seguiam advogados taifeiros curandeiros poetas o herói gatunos portugas senadores, todas essas gentes dançando e cantando a resposta da reza. E era assim:

– Va-mo sa-ra-vá!... (Andrade, 1979 [1928], p. 74, sublinhado meu)

Adiante, Mário de Andrade, no mesmo capítulo, enfatiza a mistura generalizada que a Macumba pressupõe:

O par de nuas executava um jongo improvisado e festeiro que ritmavam os estralos dos ossos da tia, os juques dos peitos da gorda e o ogã com batidos chatos. Todos estavam nus também e se esperava a escolha do Filho de Exu pelo grande Cão presente. Jongo temível... Macunaíma fremia de esperança querendo o cariapemba pra pedir uma tunda em Venceslau Pietro Pietra. Não se sabe o que deu nele de sopetão, entrou gingando no meio da sala derrubou Exu e caiu por cima brincando com vitória. E a consagração do Filho de Exu novo era celebrada por licenças de todos e todos se urarizaram em honra do filho novo do icá.

Terminada a cerimônia o diabo foi conduzido pra tripeça, principiando a adoração. Os ladrões os senadores os jecas os negros as senhoras os futeboleres, todos, vinham se rojando por debaixo do pó alaranjado a saleta e depois de batida a cabeça com o lado esquerdo no chão, beijavam o joelho, beijavam todo o corpo do uamoti. [...] (Andrade, 1979 [1928], p-78-79, sublinhado meu)

Há outra questão que Mário de Andrade, musicólogo exímio que era, terá encontrado. A questão dos “versos harmônicos”, e não apenas “melódicos”, que ele expõe no mesmo local da mesma “Pauliceia desvairada”:

Sei construir teorias engenhosas. Quer ver?

A poética está muito mais atrasada que a música.

Esta abandonou, talvez mesmo antes do século 8, o regime da melodia quando muito oitavada, para enriquecer-se com os infinitos recursos da harmonia.

A poética, com rara exceção até meados do século 19 francês, foi essencialmente melódica.

Chamo de verso melódico o mesmo que melodia musical: arabesco horizontal de vozes (sons) consecutivas, contendo pensamento inteligível.

Ora, si em vez de unicamente usar versos melódicos horizontais:

"Mnezarete, a divina, a pálida Phrynea Comparece ante a austera e rígida assemblea Do Arcópagu supremo ... "

fizemos que se sigam palavras sem ligação imediata entre si: estas palavras, pelo fato mesmo de se não seguirem intelectual, gramaticalmente, se sobrepõem umas às outras, para a nossa sensação, formando não mais melodias, mas harmonias.

Explico melhor:

Harmonia: combinação de sons simultâneos.

Exemplo:

"Arroubos .. Lutas ... Seta ... Cantigas ... Povoar! ..."

Estas palavras não se ligam. Não formam enumeração. Cada uma é frase, período elíptico, reduzido ao mínimo telegráfico. (Andrade, 1987 [1922], p. 68)

A comparação de Mário de Andrade entre a música e a poética é instigante. Naturalmente, a poética não está "mais atrasada" do que a música, como ele postula. É uma afirmação antes provocativa do que literal. O fato é que a poética não apela à harmonia como recurso comunicativo ou expressivo porque lida com a linguagem verbal, com as línguas humanas e, por isso, não pode criar "simultaneidades" no plano da expressão, no sentido estrito, algo que a música pode fazer.

É por essa razão que Mário de Andrade propõe que haja "versos harmônicos", que, para desdobrarmos o conceito, podem ser considerados como aqueles que lidam com o que Saussure chamará de "relações associativas" (ou "paradigma", como ficaram mais conhecidas). Isto é, no plano do conteúdo, mas não no plano da expressão, as relações semânticas elípticas, ocultas, são evocadas pelas palavras esparsas sintaticamente na linha do verso, sem coesão explícita entre elas (repare-se como Mário de Andrade se vale das reticências para apô-las em seus exemplos), apelando à memória e às sensações e afetos do receptor estético, que passa a operar simultaneidades ("harmonia", e não mera "melodia") ao receptionar as palavras nos versos, construindo acordes, em vez de mera linha ou sequência melódico-comunicativa, em cada uma das palavras, uma por uma, como semitotalidades significativas, num "mínimo telegráfico".

Em relação ao anteparo da crítica de cunho linguístico, Nascentes lastreava a concepção progressista de Mário de Andrade, ancorada na

postulação da autonomia da cultura e da língua no/do Brasil. Isso pode ser visto pelo prisma de Cavaliere acerca de Nascentes, mais uma vez:

Com efeito, a implicância de Nascentes centrava-se em certa corrente que seguia a “praga das consultas” e afirmava que “o que não está nos clássicos está errado”. Era como se, para mais uma vez aqui repetirmos suas palavras, a língua tivesse perdido o direito de transformar-se. Decerto que o normativismo vazio não conduz a bom termo, nem contribui para entendermos melhor a língua que falamos; não se pode, entretanto, negar que muitos desses textos dirigidos a consulentes, da lavra de um Mário Barreto ou de um Cândido de Figueiredo, não raro tocavam questões interessantes e enriqueciam bastante o conhecimento das variáveis de língua escrita mais prestigiadas à época. O inconveniente, e aqui havemos de concordar irrestritamente com Nascentes, é transpor para a sala de aula regras de comportamento linguístico que condenem gratuitamente um padrão culto genuinamente brasileiro. Por sinal, a clarividência dessa repulsa em Nascentes é testemunho de seu compromisso com o ensino plural e pautado na exemplaridade instituída em solo americano. (Cavaliere, 2006, p. 71)

Considerações finais: Nascentes e Mário por um Brasil com identidade própria

Como foi visto, Mário de Andrade, com seu imenso prestígio, cercou-se de estudiosos igualmente prestigiados para expressar sua concepção de um país baseada na autonomia cultural.

O intelectual e artista logo percebeu que parte muito significativa do ethos cultural brasileiro de sua época era meramente importado da Europa, reproduzindo os modos de produção instaurados pela relação do pacto colonial que primeiramente caracterizou o Brasil, em que o Brasil se submetia, como Estado-vassalo, às metrópoles que o exploravam e subestimavam.

Ele percebeu também que um dos elementos mais essenciais da cultura é a língua do povo. Por isso, foi em busca de estudiosos de língua cujos pontos de vista antropológicos convergissem com o seu.

A figura de Antenor Nascentes foi fundamental para essa empreitada. O gramático, filólogo, linguista, lexicógrafo, dialetólogo Nascentes pôs a serviço de Mário de Andrade, bem como de sua produção intelectual, sua perspectiva de mundo ancorada, como a de Mário de Andrade, na proposta de uma autonomia cultural brasileira, independente de suas metrópoles antigas ou contemporâneas.

A base para esses dois intelectuais foi, entre outras, a busca pelos elementos da cultura popular e da sua expressão, isto é, a língua falada espontânea em todo o território nacional. A partir desses dados, foram

criados dicionários, livros didáticos, arquivos, documentos que registravam elementos da cultura brasileira em sua manifestação concreta.

Um fator de importância central foi o destemor de Mário de Andrade ao romper com praticamente toda a intelectualidade brasileira que, até a década de XX, ainda reproduzia os pressupostos do “racismo científico”, que via na miscigenação brasileira, étnica e cultural, um componente de degeneração. Mário de Andrade, ao contrário, apostou no sincretismo e nas misturas dos elementos presentes em território brasileiro como verdadeiros criadores de uma cultura nacional completamente autônoma e distinta da Europa ou de outros territórios com visões colonialistas e imperialistas. Antenor Nascentes seguia Mário de Andrade como um dos primeiros intelectuais de altíssimo peso no Brasil a promover e sustentar essa ruptura.

São, portanto, personalidades riquíssimas para a descrição lúcida da cultura brasileira, que dispensaram delírios megalomânicos e desnecessários que punham o Brasil como eterno tutelado de metrópoles poderosas.

A autonomia defendida e comprovada por Mário de Andrade e Antenor Nascentes serve, até os dias de hoje, como verdadeiro parâmetro de uma identidade nacional que não precisa, nem deve, copiar aspectos coloniais a que foi submetida. Nossa identidade, pelo contrário, passa por um viés assimilador e renovador de culturas estrangeiras, ao qual se somam características totalmente autóctones e fincadas na demarcação geográfica do território brasileiro.

Referências

- ALVES, C. A. F. de. **O navio negroiro**. [1883] 2020. Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. USP. A Escola do Futuro da Universidade de São Paulo. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=1786. Acesso em 17 de fevereiro de 2024
- ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO DA LÍNGUA NACIONAL CANTADA. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938.
- ANDRADE, M. de. **A gramatiquinha da fala brasileira**. Brasília: FUNAG Itamaraty, [1937] 2022.
- ANDRADE, M. de. **Macunaíma, o herói sem nenhum caráter**. 17ª. Ed. São Paulo: Martins, [1928] 1979.
- ANDRADE, M. de. “Prefácio interessantíssimo” da *Pauliceia desvairada*. In. **Poesias completas** / Mário de Andrade; edição crítica de Diléa Zanotto Manilo. - Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1922] 1987.

- CAETANO, M. M. **Morfologia da língua portuguesa volume 1**: breve história filológica do latim ao século XX. Seattle: Amazon Books, 2020.
- CAMÕES, L. V. de. **Os lusíadas**. São Paulo: Faro Editorial, [1572] 2022.
- CARMO, L. do. “A voz do caipira em Amadeu Amaral”. In: Lima, S. I.; Carmo, L. do. (Orgs.). **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, p. 375-393, 2008.
- CAVALIERE, R. S. “Os estudos historiográficos de Antenor Nascentes”. In: **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 32, 2º. p. 65-72. Sem. 2006.
- COSTA, T. A.; SOUZA, D. B. (orgs.). **Manuel Said Ali Ida**. Primeiros escritos e outros textos. 1886-1945. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.
- CUNHA, E. da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984 [1902].
- FREITAS, H. R. de. “Dicionários e etimologias”. In: **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 110-120, segundo semestre de 2002.
- NASCENTES, A. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, [1932] 1955.
- NASCENTES, A. **Estudos filológicos**: volume dedicado à memória de Antenor Nascentes. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003.
- NASCENTES, A. **O linguajar carioca**. Rio de Janeiro: Organização Simões, [1922] 1953.
- NUNES, J. H. “Dicionário, sociedade e língua nacional: o surgimento dos dicionários monolíngues no Brasil” In: Lima, Stolze I.; Carmo, Laura do. (Orgs.) **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, p. 353-374, 2008.
- ORLANDI, E. P. (Org.). **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001.
- ORLANDI, E. P. **Terra à vista – discurso do confronto**: Velho e Novo Mundo. Campinas: Ed. da Unicamp; São Paulo: Cortez, 1990.
- SECCHIN, A. C. **Memórias de um leitor de poesia & outros ensaios**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2010.

CAPÍTULO 12

A FILOLOGIA SEGUNDO ANTENOR NASCENTES

Cynthia Vilaça

Não é novidade a falta de consenso entre os estudiosos no que diz respeito ao conceito de Filologia e aos limites de seu campo de atuação, o qual não raramente apresenta interseção ou coincidência com o da Linguística (especialmente, a vertente diacrônica e/ou histórica), com o da Crítica Textual ou com o das Ciências da Literatura. Modernamente, no Brasil e em outros países, o termo “filologia” tem sido usado com pelo menos três sentidos distintos:

1. em sentido amplo, como área do conhecimento que abrange qualquer estudo ou atividade relacionada à língua no texto, especialmente no texto literário escrito, isto é, a conteúdos encontrados em cursos de Letras, podendo ser usado no lugar de termos mais específicos, como Linguística, Crítica Textual, Teoria da Literatura, Hermenêutica, Gramaticologia, Estilística etc. Partilharam dessa concepção do termo, estudiosos como Raphael Bluteau¹, Carolina Michaëlis de Vasconcelos², José Leite de Vasconcelos³, Serafim da Silva Neto, Erich Auerbach, entre outros;

2. em sentido restrito, como sinônimo de Crítica Textual, campo do conhecimento que se ocupa da restituição da forma genuína dos textos (considerados patrimônios culturais), com o intuito de garantir a sua transmissão e preservação e, secundariamente, de preparar bases de dados fidedignas para estudos relacionados a outras ciências que se utilizam do texto escrito como fonte, especialmente a Linguística e a Teoria da Literatura. Esse foi o sentido assumido por Ferdinand de Saussure⁴, pelo crítico textual Maximiano de Carvalho e Silva, pela linguista histórica Rosa Virgínia Mattos e Silva, entre outros;

3. em sentido também restrito, como área do conhecimento que se desdobra em duas vertentes ou linhas de pesquisa: a Crítica Textual e a Linguística Histórica. Essa aceção foi notada pela estudiosa Rosa Carvalho

¹ BLUTEAU (1712). Cf. seção “Referências” deste capítulo.

² VASCONCELOS (s.d.). Cf. seção “Referências” deste capítulo.

³ VASCONCELLOS (1911). Cf. seção “Referências” deste capítulo.

⁴ SAUSSURE (1971). Cf. seção “Referências” deste capítulo.

(2003) e reflete a distribuição do conteúdo da área de Filologia Românica no curso de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, por exemplo, em duas disciplinas principais, a saber: *Filologia Românica: Histórica das Línguas Românicas* e *Filologia Românica: Crítica Textual*.

Neste capítulo, buscamos contribuir com a história das ideias e dos estudos sobre linguagem no Brasil, identificando o entendimento do termo “filologia” por Antenor Nascentes, personalidade homenageada neste livro.

Professor, filólogo/linguista/dialetólogo, ensaísta, editor de textos literários, lexicógrafo e tradutor, Nascentes se insere no panorama dos estudos sobre línguas e literaturas no Brasil no curso do século XX. Tendo ocupado a cátedra de Filologia Românica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Rio de Janeiro, e, como fundador, a Cadeira n.º 3 da Academia Brasileira de Filologia⁵, ele se serviu do termo “filologia” para identificar estudos com perspectivas diversas.

Isto posto, iniciaremos a exposição apresentando o problema da polissemia do termo “filologia” por meio de um breve esboço da história de uso desse termo, de Platão ao século XX. Em seguida, classificaremos os usos do termo por Antenor Nascentes a partir de informações constantes de sua produção bibliográfica.

“Filologia”: um termo milenar polissêmico

As primeiras atestações da união dos radicais gregos *φίλος* (*philos*) “amor, afinidade, apreço” e *λόγος* (*logos*) “palavra” (objeto e não sujeito do amor) aparecem em textos de Platão e de Aristóteles (séculos V-IV a.C.), configurando o adjetivo “filólogo”, usado por esses autores para qualificar aqueles que tinham “gosto pela palavra”, isto é, os que tinham prazer ou facilidade em discursar e/ou apreender a expressão do pensamento alheio e, assim, adquiriam conhecimento.

No século III a.C., o termo começa a se especializar, deixa de servir para caracterizar qualquer pessoa que gostasse de falar, escrever ou ouvir para designar estudiosos renomados. Eratóstenes de Cirene (276-194 a.C.), chefe da afamada Biblioteca de Alexandria (no Egito) e considerado o supramundo da erudição de seu tempo, é o primeiro a reivindicar para si o título de filólogo. A partir desse fato, Cambraia (2005, p. 15) observa que o valor semântico básico de *logos* encontrado em Platão e Aristóteles, teria, portanto, sofrido deslocamentos metonímicos, passando pela seguinte trajetória: “palavra” > “sentença” > “discurso” > “conhecimento” > “erudição”.

Ainda sobre o processo de especialização de uso do termo em questão, é fundamental mencionar a experiência dos primeiros diretores da tal Biblioteca

⁵ A Academia Brasileira de Filologia foi fundada 1944.

de Alexandria (séculos III a I a.C.): Zenódoto de Éfeso (325-234 a.C.), Aristófanes de Bizâncio (258-180 a.C.) e Aristarco de Samotrácia (216-144 a.C.). Curiosos com as variantes textuais encontradas no processo de comparação de diferentes cópias da obra de Homero, esses estudiosos constituíram um sistema de crítica (“correção”) fundamentado no uso de sinais, com o intuito de evidenciar seu julgamento relativo à genuinidade de cada variante; além disso, fixaram a forma dos textos e ofereceram auxílios ao leitor por meio de comentários e da transliteração de textos em outros alfabetos para o utilizado na época (cf. Cambraia, 2005, p. 38-40). Para a grande maioria dos filólogos, a prática desses alexandrinos marca o nascimento de um dos sentidos restritos de “filologia”: área do conhecimento cujos métodos e técnicas têm por objetivo “fixar, interpretar e comentar os textos” (como esclarece Saussure, 1971, p. 13), acepção moderna surgida a partir do movimento iniciado por Friedrich August Wolf, o qual, ao se matricular na Universidade de Götting em 1777 como *studiosus philologiae* (e não *theologiae*, como esperado na época), teria definido Filologia como o “estudo do que é necessário para conhecer a correta interpretação de um texto literário” (segundo Herrero, 1988, p. 17). Essa concepção equivale à do termo “crítica textual”⁶, a não ser pelo adjetivo “literário”, visto que, modernamente, os críticos textuais lidam também com textos de ordem pragmática.

Segundo Bassetto (2005, p. 17-37), que catalogou 56 ocorrências do termo “filólogo” em autores gregos e latinos, — entre eles: Cícero, Estrabão, Ateneu, Longinus e Plutarco — o vocábulo quase sempre se mostra relacionado a “[...] homens de letras e autores de qualquer tipo de obra escrita” (Bassetto, 2005, p. 20). Esse sentido permitia constantes associações entre a figura do filólogo e a de outros tipos de estudiosos, sobretudo filósofos e gramáticos⁷. Isso mostra que quaisquer experiências ou práticas relacionadas ao trabalho com textos escritos poderiam ser abrigadas no grande campo da Filologia. Esta parece ser a base para a concepção lata de “filologia” que ainda persiste, isto é, como área do conhecimento que engloba qualquer trabalho relacionado ao estudo de textos com objetivos diversos: linguísticos, literários, filosóficos, crítico-textuais, sócio-históricos etc.

Entre os séculos VI e XIV, o termo “filólogo” teria deixado de ser corrente no Ocidente, graças à difusão do cristianismo, cuja mentalidade propunha a supressão de tudo o que não se pudesse cristianizar, o que incluía a cultura greco-latina (cf. Bassetto, 2005, p. 28).

⁶ O termo “crítica textual” tem sido usado desde as últimas décadas do século XIX por vários estudiosos que tentam solucionar problemas advindos da polissemia do termo “filologia”.

⁷ D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos (s.d., p. 130) afirma, a propósito, que “[...] *filologia* foi moldada sobre *filosofia*, e que filósofos foram os que iniciaram a filologia — isto é, os primeiros filólogos.”

A partir do século XV, as práticas filológicas em sentido restrito – Crítica Textual são retomadas por ilustres humanistas — como os franceses Joseph Justus Scaliger e Claude Saumaise, além do suíço Isaac Casaubon — que buscavam explicações para os textos antigos. Ainda no Renascimento, surge o interesse pelas línguas regionais (mais tarde, nacionais), propiciando o aparecimento de gramáticas e dicionários nessas línguas, bem como a preocupação a respeito da origem das línguas conhecidas. Nessa época, os filólogos passam a ser identificados como aqueles que pesquisam questões linguísticas e literárias a partir de textos, sobretudo os escritos e antigos (cf. Bassetto, 2005, p. 29).

De acordo com Bassetto (2005, p. 30), embora ocorrências do termo “filologia” sejam raras nos séculos XVII e XVIII, a produção relativa aos estudos de natureza linguística foi bastante significativa. Em 1660, tem-se, por exemplo, a publicação da famosa *Gramática de Port-Royal*⁸ por Antoine Arnauld e Claude Lancelot. Ainda nesses séculos, são publicadas outras gramáticas, além de propostas de reforma ortográfica e vários estudos sobre fonética e estilística.

No domínio lusófono, o padre Raphael Bluteau é o primeiro a apresentar uma definição para o termo “filologia” em seu *Vocabulário portuguez e latino* (1712), a qual segue a concepção lata de “estudo das letras humanas”. O lexicógrafo enfatiza, no entanto, o valor etimológico literal de *logos*, “palavra” (não o discurso ou o texto), como o objeto de estudo da ciência filológica.

PHILOLOGIA. He palavra Grega composta de *Philos*, Amigo, & *Logos*, discurso, & Philologia val o mesmo que Estudo das letras humanas, começando da Grammatica, (que antigamente era a parte principal da Philologia,) & prosseguindo com a eloquencia Oratoria, e Poetica, com as notícias da Historia antiga, & moderna, com a intelligencia, interpretação, & Critica dos Authores, com a erudição sagrada, & profana, & géralmente com a comprehensão, & applicação de todas as cousas, que podem ornar o engenho, & discurso humano. Rigorosamente falando, Philologia he a parte das sciencias, que tem por objeto as palavras, & propriedade dellas. (Bluteau, 1712, t. VI, p. 482, fragmento)

Quase oitenta anos depois, o renomado lexicógrafo brasileiro Antônio de Moraes Silva publica em Lisboa uma versão revista e aumentada do *Vocabulário* de Bluteau, na qual o verbete PHILOLOGIA aparece bem alterado. Vejamos:

⁸ Título original: *Grammaire générale et raisonnée contenant les fondemens de l'art de parler, expliqués d'une manière claire et naturelle*.

PHILOLOGIA, s.f. a arte, que trata da intelligencia, e interpretação critica Grammatical, ou Rhetorica, dos autores, das antiguidades, historias, &c. (Moraes Silva, 1789, tomo 2, p. 198)

A definição registrada por Moraes Silva enquadra-se também no sentido amplo do termo; no entanto, segundo o lexicógrafo, Filologia é arte (não ciência, como classificou o Bluteau) que trata da interpretação e da crítica (gramatical ou retórica) dos textos escritos por autores (de textos literários, subentende-se).

Ainda no XVIII, destacam-se a abordagem filosófica em estudos sobre a linguagem, além de pesquisas e teorias sobre relações genealógicas entre as línguas. Nesse contexto, sobressai a constatação do parentesco entre o sânscrito, o grego, o latim, o celta, o gótico e o persa antigo, comunicada por William Jones à Sociedade Asiática de Bengala em 1786. Até então, todos os que se ocupavam de questões de linguagem eram chamados de filólogos. Entretanto, como observa Carolina Michaëlis de Vasconcelos, à medida que os estudos sobre as línguas se aprofundavam, sentia-se a necessidade de “separar o estudo das *línguas* do das literaturas de cada uma delas” (Vasconcelos, s.d., p. 133).

O aperfeiçoamento dos estudos sobre o sânscrito fomenta, no século XIX, o desenvolvimento dos estudos comparativos das línguas e, por conseguinte, o surgimento do chamado método Histórico-comparativo, fruto das experiências de pesquisa de Franz Bopp (1816; 1833-1852), Rasmus Rask (1818) e Jacob Grimm (1819-1847). As obras desses três estudiosos representam a primeira fase na história da ciência linguística, à qual segue a fase naturalista, bem representada pelo trabalho de August Schleicher (1861), e a positivista, manifestada pela escola dos neogramáticos (Scherer, Leskien, Osthoff, Brugmann, Delbrück etc.) nas três últimas décadas do século XIX. Como veremos mais adiante, a doutrina dos neogramáticos, baseada nas chamadas “leis fonéticas” e no princípio da “analogia”, influenciou bastante os trabalhos de Antenor Nascentes, que considera o neogramático romanista Wilhelm Meyer Lübke seu grande mestre.

No fim do século XIX, começam a despontar estudos relacionados à distribuição de variedades linguísticas no espaço geográfico, os quais se baseavam essencialmente na língua falada (ao contrário dos estudos anteriores, baseados apenas em textos escritos). Tratava-se de uma reação ao princípio de “validade absoluta” das leis fonéticas. Nesse momento, erguem-se as vozes dos empenhados principalmente no estudo de fatos linguísticos românicos, como as de Graziadio Isaia Ascoli e de Jules Gilliéron, o fundador da Geografia Linguística que tanto inspirou os trabalhos de cunho dialetológico produzidos por Nascentes. Surgem os conceitos de interferência, de parentesco secundário ou cultural, de etimologia popular.

Nessa perspectiva, a análise da mudança fonética leva em conta não apenas a influência dos sons vizinhos, mas também considera a função semântica da unidade lexical na qual a mudança foi observada. A Geografia Linguística serviu de fundamento e inspiração para a criação de outros métodos e correntes de investigação voltados para o estudo dos significados, como: a corrente Palavras e Coisas, o método Onomasiológico, a Linguística Espacial, a Teoria das Ondas etc. Paralelamente, no plano teórico, desenvolvia-se um método dito Idealista, de caráter filosófico, que marcou o advento do individual, do subjetivo, do criativo no âmbito da problemática linguística; seu maior representante foi o estudioso alemão Karl Vossler (1904, 1913).

Francisco Adolpho Coelho (1847-1919), estudioso que leva o mérito de ter introduzido os métodos filológicos modernos — nomeadamente, os princípios do método Histórico-comparativo aplicados por Friedrich Diez às línguas românicas — no estudo da língua portuguesa em Portugal⁹, assume a concepção de Wolf (1777). Para o filólogo português, a Filologia se ocupa essencialmente do estudo dos textos literários escritos de todos os pontos de vista: crítico textual, linguístico, literário, histórico, estilístico, exegético etc. Portanto, os estudos de língua e de outras ciências correlatas seriam auxiliares para a Filologia, não o seu objeto principal. Vejamos o trecho da terceira edição de “*A língua portuguesa: noções de glottologia geral e especial portuguesa*” (1897), no qual ele esclarece o que entende sobre o escopo da Filologia:

A philologia estuda os monumentos litterarios de todos os pontos de vista; busca restituil-os a uma fôrma tão próxima quanto possível d'aquella em que elles saíram das mãos dos seus auctores, e que as copias e impressões alteraram; explica todas as particularidades de linguagem, de estylo, as allusões historicas, as tradições, os mythos, os costumes que nos apparecem nesses monumentos; determina as influencias diversas que elles revelam, a genese das ideas, o desenvolvimento dos typos litterarios, etc. O fim capital da philologia é estabelecer qual é o valor d'um monumento litterario, d'um lado no ponto de vista particular da historia do povo que o produziu, d'outro no ponto de vista geral humano (Coelho, 1897, p. 10-11, itálico do autor).

Ainda no universo lusófono, o próximo grande nome a tratar dos termos usados para identificar os estudos relativos às línguas e suas literaturas é o do Dr. José Leite de Vasconcellos (1858-1941), responsável por apresentar a primeira classificação e caracterização dos dialetos do português em sua tese de doutorado, intitulada *Esquisse d'une dialectologie portugaise*

⁹ COELHO, F. A. **A língua portuguesa**: phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1868.

(Faculté des Lettres da Université de Paris, 1901). Logo no prefácio da tese, cita o termo “filologia” como uma área do conhecimento que abrange os estudos dialetológicos. Vejamos:

Escolhi um tema filológico como tese, porque os cursos que frequentei na Universidade de Paris são cursos de filologia; e, nesta área, dei preferência à dialetologia portuguesa, porque desta forma este tema será tratado pela primeira vez na sua totalidade (Vasconcellos, 1901, p. 5, tradução nossa)¹⁰.

Como veremos mais adiante, os trabalhos de Leite de Vasconcellos exerceram grande influência na formação de Antenor Nascentes, além de terem servido de base para as suas obras de caráter dialetológico.

Na seção introdutória de outra obra bastante conhecida, *Lições de Philologia Portuguesa* (Vasconcellos, 1911, p. 3), o estudioso português esclarece que à Gramática competem as análises sintática, morfológica e fonética, e que essa ciência faz parte “[...] de outra disciplina mais vasta, a qual soe chamar-se GLOTTOLOGIA, GLOTTICA, OU LINGÜÍSTICA. [...] os Franceses dizem commummente *Linguistique*; os Italianos *Glottologia*. Em Portugal ha exemplos do uso de todos três” (Vasconcellos, 1911, p. 7); e acrescenta: “[h]a também quem tome *Philologia* na accepção de *Glottologia*” (Vasconcellos, 1911, p. 8). Ao final da referida seção, Leite de Vasconcellos apresenta o seu entendimento do termo “filologia portuguesa”: “[n]as minhas preleções entendo geralmente por PHILOGIA PORTUGUESA o estudo da nossa lingua em toda a sua amplitude, e o dos textos, em prosa e em verso, que servem para a documentar. Deixo de fora a Historia da litteratura propriamente dita” (Vasconcellos, 1911, p. 9). Por essas palavras, é possível perceber que o filólogo, além de adotar a concepção lata do termo “filologia” — excluindo, entretanto, a preocupação com a história da literatura —, estabelece uma relação entre Filologia, Linguística e Gramática. Para ele, Filologia seria uma ciência mais ampla, que abarcaria a Linguística (a qual Vasconcellos prefere chamar de Glotologia), da qual faria parte a Gramática.

Dona Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925), ao contrário de seu amigo Leite de Vasconcellos, não exclui a história da literatura do campo da Filologia, quando afirma:

[...] a meu ver, tanto são *filólogos* os historiadores e investigadores de *litteraturas*, como os historiadores e investigadores de línguas que procuram resolver cientificamente problemas positivos, historiando e comparando, quer

¹⁰ No original: “J’ai choisi un sujet philologique comme thèse, parce que les cours que j’ai fréquentés à l’Université de Paris sont des cours de philologie; et, dans ce domaine, j’ai donné la préférence à la dialectologie portugaise, parce qu’ainsi ce sujet sera traité pour la première fois dans son ensemble [...]”

fonéticos, morfológicos, sintáticos — gramaticais, portanto — quer etimológicos, semasiológicos, onomasiológicos (lexicográficos) ou dialectológicos — isto é, *de origens*.

E também são *filólogos* os glotólogos pelo assunto que êles cultivam, qual é a *linguagem em si*, sem fins práticos nem literários, só por ela mesma, como suprema das instituições humanas, de natureza psicofisiológica [...]. (Vasconcelos, s.d., p. 154, itálicos da autora)

De acordo com Bassetto (2005, p. 33), nos movimentos, correntes e teorias de investigação que surgiram no fim do século XIX e no início do século XX, não se faz distinção entre os termos “filologia” e “linguística”. No entanto, a partir da publicação do *Cours de Linguistique Générale* (1916), obra póstuma do pai da Linguística moderna, o suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913), começa a se fazer mais evidente e talvez necessária a distinção entre o campo de estudos coberto por cada um desses dois termos. Nessa obra, os discípulos de Saussure (Charles Bally e Alberto Sechehaye), com base nas anotações de aulas, esclarecem que o mestre genebrino distinguia três fases para o estudo da linguagem: a primeira, inaugurada pelos gregos, é identificada como *gramática*; a segunda fase é a *filológica*, iniciada com os alexandrinos e, a partir de 1777, ancorada ao movimento iniciado por Friedrich Wolf; e a terceira é denominada *filologia comparativa* ou *gramática comparada*, introduzida por William Jones e desenvolvida principalmente por Franz Bopp. Embora pareça considerar os termos “filologia” e “gramática” como equivalentes do ponto de vista semântico nessa classificação, Saussure faz questão de definir de forma mais precisa o objeto da Filologia:

A língua não é o único objeto da filologia, que pretende sobretudo fixar, interpretar, comentar os textos; este primeiro estudo levou-a a tratar também da história literária, dos costumes, das instituições, etc.; em toda parte ela utiliza o seu próprio método, que é a crítica. Se ela aborda questões linguísticas, é principalmente para comparar textos de épocas diferentes, determinar a língua particular de cada autor, decifrar e explicar inscrições escritas numa língua arcaica ou obscura. (Saussure, 1971, p. 13, tradução nossa)¹¹

¹¹ No original: “La langue n'est pas l'unique objet de la philologie, qui veut avant tout fixer, interpréter, commenter les textes; cette première étude l'amène à s'occuper aussi de l'histoire littéraire, des mœurs, des institutions, etc.; partout elle use de sa méthode propre, qui est la critique. Si elle aborde les questions linguistiques, c'est surtout pour comparer des textes de différentes époques, déterminer la langue particulière à chaque auteur, déchiffrer et expliquer des inscriptions rédigées dans une langue archaïque ou obscure.”

Por essa definição, é possível perceber que, para Saussure, assim como para Adolpho Coelho (1897), o campo de atuação da Filologia coincide com o da Crítica Textual.

Dos estudiosos brasileiros dedicados a questões de linguagem, citaremos apenas dois muito reverenciados por Antenor Nascentes: Manuel Said Ali Ida (1861-1953) e Serafim da Silva Neto (1917-1960).

Said Ali, um dos maiores nomes da Linguística Histórica Brasileira, não costumava usar o termo “filologia” para identificar estudos linguísticos. Em “Prosa e verso”, artigo publicado no *Jornal Novidades* em 1887, ele exalta a ciência de uma forma geral e, em especial, a ciência da linguagem, que se construía com base na observação e por estudos comparativos, os quais levavam à formulação de leis e fenômenos que passaram a ser dispostos em livros chamados gramáticas, bem representadas pelos escritos de Bopp, Schleicher, Grimm e Diez. Nesse texto, observamos que Said Ali abriga os trabalhos dos comparatistas de seu século no domínio da ciência da linguagem; e usa o termo “gramática” para se referir ao livro onde se encontram compendiados os resultados obtidos pelos cientistas da linguagem. Em outro artigo, “Bibliographia – Um Livro Novo”, este publicado no *Jornal do Brazil* em 1891, Said Ali faz uma avaliação crítica do mais recente dicionário da língua portuguesa, o *Diccionario Manual Ethymologico da Lingua Portuguesa*, de F. Adolpho Coelho (1890), referindo-se ao autor do dicionário como filólogo. Em certo ponto desse texto, faz o seguinte comentário: “[a] origem das palavras tem, na verdade, importancia para os philologos e para os pedantes [...]”, pelo qual se pode deduzir que pensava a Filologia, no mínimo, como estudo dos textos, dos discursos, com o objetivo de interpretá-los. Em sua *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (1931), na qual se encontram reunidas duas de suas obras anteriores — *Lexeologia do Português Histórico* (1921) e *Formação de palavras e sintaxe do português histórico* (1923) —, não se encontrou menção ao termo “filologia”.

Já Silva Neto, considerado por Nascentes (1962, p. 404) “o caso mais estupendo [...] de precocidade filológica (aos dezoito anos publica o *Appendix Probi*, trabalho premiado pela Academia Brasileira de Letras!) [...]”, assume claramente o conceito lato do termo “filologia”: “[p]or *Filologia Portuguesa* devemos entender todos os estudos referentes à nossa língua e literatura” (Silva Neto, 1956, p. 17).

Conhecendo, então, um pouco mais sobre a evolução semântica do termo “filologia”, convém fazermos uma síntese dos sentidos que lhe são atribuídos a partir do momento em que começa a se especializar. Pelo que pudemos notar, o termo foi empregado pelos estudiosos com pelo menos quatro sentidos:

1. gosto pelo conhecimento/erudição (a partir de Eratóstenes no séc. III a.C. até o séc. VI): **sentido super amplo**, já que pode envolver

conhecimentos de natureza bastante variada (matemática, gramática, literatura, geografia, astronomia etc.), e que está em desuso;

2. estudo das letras humanas, área do conhecimento que engloba qualquer atividade que envolva estudo de textos (especialmente escritos) com objetivos diversos: linguísticos, gramaticais, literários, filosóficos, crítico-textuais, sócio-históricos, exegéticos etc.: **sentido amplo** que circula desde a antiguidade clássica até os nossos dias;

3. campo do conhecimento cujos métodos e técnicas têm por objetivo fixar, interpretar e comentar os textos (começa com os alexandrinos no séc. III a.C. e ainda circula nos meios acadêmicos): **sentido restrito** que tem sua versão moderna estabelecida por Wolf (1977) e equivale ao de Crítica Textual;

4. estudo sobre mudança linguística ou sobre distribuição de variedades linguísticas no espaço geográfico, em geral, de cunho histórico-diacrônico, que considera uma língua ou uma família de línguas; no princípio, tomando como base documentos escritos apenas, posteriormente, considerando manifestações orais (tem início no séc. XIX e ainda persiste nos meios acadêmicos): **sentido também restrito** que por vezes foi visto como equivalente ao de Glotologia/Glótica ou de Linguística (especialmente, Linguística Histórica, Geolinguística ou Dialetoleologia).

Essa síntese nos ajudará a cumprir o objetivo proposto no início deste capítulo, isto é, apresentar o entendimento do termo “filologia” por Antenor Nascentes. Para os três sentidos que ainda estão em uso (2, 3 e 4), atribuímos siglas que serão retomadas ao final da seção seguinte, quais sejam: (2) sentido amplo – letras humanas = **A-LTR**, (3) sentido restrito – Crítica Textual = **R-CT** e (4) sentido restrito – Linguística Histórica/Dialetoleologia = **R-LHD**.

O uso do termo “filologia” por Antenor Nascentes

Antenor de Veras Nascentes (1886-1972) nasceu em 17 de junho de 1886 na cidade do Rio de Janeiro, onde morreu em 6 de setembro de 1972, com 86 anos. Embora em sua época ainda não existissem cursos de Letras¹², sua formação foi bastante orientada para a área dos estudos linguísticos. Em 1902, concluiu o curso de Ciências e Letras pelo Ginásio Nacional (atual Colégio Pedro II) e, no ano seguinte, começou a lecionar humanidades. Em 1908, graduou-se em Direito pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Autor de obras de grande relevância para os estudos de Língua Portuguesa e de Filologia Românica, Nascentes procurou incansavelmente acompanhar as publicações de sua área e contribuir com o ensino e a pesquisa na área de Letras no Brasil.

¹² Os primeiros cursos de Letras no Brasil surgem nos anos 1930.

Diante da impossibilidade de observarmos o uso do termo “filologia” pelo autor em todas as suas obras, escolhemos apenas dez entre elas: algumas por serem destinadas a um público mais geral (os dicionários); outras por atenderem a um público amplo, mas específico (as obras de caráter didático, escritas para alunos do ensino básico e superior); outras por serem destinadas a especialistas.

A fim de percebermos se Nascentes mudou de ideia com relação ao conceito de “filologia” ao longo do tempo, decidimos organizar a exposição desta seção de forma cronológica. Sendo assim, considerando a data da primeira edição de cada obra selecionada, as apresentaremos nesta sequência:

- 1º *Um Ensaio de Fonética Diferencial Luso-Castelhana — Dos elementos gregos que se encontram em espanhol* (1919);
- 2º *O linguajar carioca em 1922* (1922);
- 3º *O Idioma Nacional (Gramática Histórica)* (1928, 1933);
- 4º *O Idioma Nacional (Noções de Estilística e Literatura)* (1929, 1935);
- 5º *Os Lusíadas* (1930);
- 6º *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (1932);
- 7º *Estudos Filológicos* (1939);
- 8º *Elementos de Filologia Românica* (1954);
- 9º “A Filologia Românica no Brasil” (1962);
- 10º *Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras* (1972).

A primeira obra, *Um Ensaio de Fonética Diferencial Luso-Castelhana — Dos elementos gregos que se encontram em espanhol*, é a tese que garantiu a Nascentes a aprovação, em primeiro lugar, no concurso para professor catedrático de espanhol do Colégio Pedro II em 1919. Na seção introdutória da primeira parte desse trabalho, sobre fonética diferencial luso-castelhana, Nascentes discorre de forma bastante resumida sobre fatos de história interna e externa das línguas românicas¹³, e trata especialmente de possíveis fatores que levaram à dialeção do latim, procurando esclarecer a diferença entre língua e dialeto. No desenvolvimento desses temas, o autor conta com ideias de renomados estudiosos, a saber: Diez, Hovelacque, Ascoli, Schuchardt, Groeber, Meyer Lübke, Brugmann, Meillet e João Ribeiro. Na seção seguinte, tece comentários a respeito da história (compartilhada) dos dialetos românicos da península ibérica, destacando a grande semelhança entre o português e o espanhol, a qual resume por meio das palavras de Rui Barbosa: “nem duas fructas pegadas uma a outra serão mais inconhas, nem dous fetos do mesmo parto mais gemeos”, do que o espanhol e o portuguez” (Barbosa apud Nascentes, 1919, p. 10-11). Na sequência, justifica a escolha do tema de

¹³ Na época, nove: romeno, dalmático, rético, italiano, sardo, provençal, francês, castelhano e português.

sua tese: embora muito semelhantes, essas duas línguas se diferenciam principalmente por traços fonéticos. Começando pelo conceito de leis fonéticas dos neogramáticos, Nascentes segue apresentando de forma bastante detalhada os fatos relacionados ao vocalismo e ao consonantismo das duas línguas comparadas. A última seção do texto tem como conteúdo uma lista de 234 palavras portuguesas que representam empréstimos espanhóis ou hispano-americanos. Cada palavra é acompanhada por comentários explicativos e referências a obras lexicográficas que lhes serviram como fundamento. Vejamos um exemplo:

Baunilha — (Aul.) De *vainilla*, diminutivo de *vaina*, do lat. *vagina*; a vagem da baunilha é alongada em forma de *bainba*. Os espanhóis a encontraram no México como condimento do chocolate. O fr *vanille* tem a mesma origem (Brachet, Brunot, Darmsteter). (Nascentes, 1919, p. 75)

Na segunda parte da tese, Nascentes versa sobre os elementos gregos presentes no espanhol, distribuindo-os em três classes: a dos que entraram de forma direta; a dos mediatos, que entraram por meio do latim, do árabe; e a dos de formação neológica. Em suas reflexões sobre o tema, o autor cita Sarmiento, Baret, Soldevilla, Diez, Meyer Lübke. O texto tem ao todo 53 páginas e o estudioso brasileiro dedica 49 delas aos elementos gregos que serviram para a formação de novas palavras (simples, compostas e derivadas) em espanhol. É importante salientar que os termos “filólogo/filologia” não figuram nessa obra do estudioso brasileiro. O único termo encontrado para abarcar os temas que desenvolveu foi “glotologia”, o qual aparece quando o autor discute a relação entre língua e dialeto: “[q]ualquer livro de glotologia nos ensina que, em substancia, *lingua* exprime o mesmo que dialecto, isto é, o complexo de signaes oraes de que se serve um povo como meio de representar os proprios pensamentos” (Nascentes, 1919, p. 6).

Três anos mais tarde, veio a público uma das mais brilhantes obras de Nascentes, *O Linguajar Carioca em 1922*, na qual o já demonstrado interesse por dialetologia se volta para o português brasileiro. O autor dedica sua obra a Amadeu Amaral, responsável por mostrar “a verdadeira diretriz dos estudos dialetológicos no Brasil”. No prefácio da obra, esclarece que esta foi motivada por um pedido do “grande mestre da filologia românica”¹⁴, o qual teria escrito a Nascentes, solicitando informações sobre alterações sofridas pela língua portuguesa no Brasil. As notas organizadas pelo autor foram primeiramente publicadas na *Revista do Brasil* e se apresentam, “com ligeiras modificações”, em *O Linguajar Carioca*. Ainda no prefácio, classifica os estudos empreendidos como de “patologia linguística”. O livro tem início com uma seção intitulada

¹⁴ Referência a Meyer Lübke (1861-1936), conforme esclarece Bechara (2014, p. 16).

“O dialecto brasileiro”, na qual Nascentes discorre brevemente sobre a mudança linguística e suas possíveis causas, evidenciando a autonomia do português do Brasil em relação à variedade da antiga metrópole. Sua forma moderna de entender o fenômeno linguístico se revela logo nas primeiras páginas, quando categoriza o estudo apresentado como dialetológico e afirma que este terá como base a língua do povo, mostrando-se consciente de que os erros notados um dia seriam implantados na linguagem culta, “como nos ensina a história da filologia” — comenta (Nascentes, 1922, p. 16). Na página seguinte, o termo “filologia” manifesta-se novamente: “[...] o português do Brasil não é o que em filologia românica se chama um dialecto crioulo” (Nascentes, 1922, p. 17). Ao fim dessa primeira seção, o autor apresenta sua tese a respeito da distribuição das variedades linguísticas no Brasil: a grande divisão entre norte (da Bahia para cima) e sul (abaixo da Bahia); e a delimitação de quatro subdialetos (nortista, fluminense, sertanejo e sulista). Para sustentar suas reflexões, Nascentes se apoia essencialmente em Leite de Vasconcellos e Meyer Lübke, além de fazer referência a ideias presentes nos textos de João Ribeiro, Andrés Bello, Rupert Hughes, Rodolfo Lenz e Raja Gabaglia. O conteúdo das próximas seções dessa obra-prima de Nascentes segue distribuído em outras cinco seções: fonologia, morfologia, sintaxe, léxico/vocabulário. A mais vultosa delas é a última, que contém uma lista com 849 palavras acompanhadas de variantes (quando existiam) e de seus respectivos valores semânticos. Eis alguns exemplos:

Almofadinha, armofadinha — Homem elegante e efeminado. (p. 93)

Aparelho, apareio — telefone. (p. 94)

Chispar, sispá — correr como uma *chispa*. (p. 101)

Forrobodó — baile. (110)

Sapo — fiscal disfarçado (da Prefeitura, da *Ligbt*). (p. 122)

Tia — solteirona. (p. 123)

Tio — indivíduo de côr preta. (p. 123)

Nove anos após da aprovação no concurso do Colégio Pedro II, Nascentes transferiu-se da cátedra de Espanhol para a de Português, por decreto de 23 de janeiro de 1928. No mesmo ano, publicou o quarto volume da série *O Idioma Nacional*, cujo conteúdo é identificado como “Gramática Histórica”. Esse material, dirigido ao público estudantil, traz informações sobre a história interna e externa da língua portuguesa e, ao final, trechos de textos representativos de diversas sincronias dessa língua para servirem de corpus para aplicação dos conhecimentos expostos no livro, a “parte prática” (indispensável a um “compêndio didático”¹⁵), a qual deve envolver:

¹⁵ Classificação da obra feita pelo próprio autor (Nascentes, 1928 [1933], p. 5).

Leitura e declamação impecáveis.
Preleção sôbre assunto estudado.
Composição escrita.
Análise etimológica á luz das leis fonéticas.
Observações sôbre a morfologia e a sintaxe arcaicas de um trecho.
Atualização de textos arcaicos.
Caracterização da época de um trecho dado. (Nascentes, 1928 [1933, p. 269])

No prefácio da obra, Nascentes justifica a escolha do tom aplicado ao tratamento do assunto e, indiretamente, identifica o conteúdo apresentado como “filologia românica”: “[...] preferimos, em vez do tom dogmático, adotar o processo de narração dos fatos, seguido pelos autores que versam assunto de filologia românica” (Nascentes, 1928 [1933, p. 5]). Contudo, na primeira página do capítulo inicial do livro, classifica o estudo como do âmbito da gramática histórica, área que abarca estudos cujo objeto é a “língua no passado” (Nascentes, 1928 [1933, p. 7]), por meio do método Histórico-comparativo (Nascentes, 1928 [1933, p. 8]) e, logo em seguida, apresenta a divergência dos estudiosos com relação à escolha do termo designativo dos estudos de linguagem:

O complexo de observações sistemáticas sôbre a origem e o desenvolvimento da linguagem constitui a ciência chamada por uns linguística (Hovelacque, de Saussure), por outros ciência da linguagem (Max Muller), por outros filologia comparada (Sayce), por outros glotologia (di Gregorio, Pacheco Júnior, Trombetti). (Nascentes, 1928 [1933, p. 8])

Na sequência, mostra sua preferência pelo termo “linguística”: “[a] linguística classifica as numerosas línguas existentes no globo terrestre, levando em conta a estrutura delas ou o parentesco que as liga” (Nascentes, 1928 [1933, p. 9]), escolha que o autor mantém quando identifica como linguistas os que se ocupam do estabelecimento das leis gerais que regem transformações fonéticas (Nascentes, 1928 [1933, p. 47]).

O quinto e último volume da coleção *O Idioma Nacional*, publicado em 1929, traz “Noções de Estilística e Literatura”. Nesse livro, não há menção ao termo “filologia”, nem mesmo no índice ideográfico dos cinco volumes, o qual se localiza ao final do livro. Segundo Nascentes, esse volume “[é] o coroamento do ensino da língua e o preparo do estudo da literatura” (Nascentes, 1929 [1935, p. 5]). Nesse trecho, fica evidente a separação entre estudo da língua e da literatura pelo autor.

Sem dúvida, um dos mais notáveis trabalhos de Antenor Nascentes no domínio da Filologia em sentido restrito – Crítica Textual foi a edição escolar

comentada de *Os Lusíadas* (1930), de Camões¹⁶. Nesse trabalho, o editor só menciona o termo “filologia” ao se referir ao Dr. Leite de Vasconcellos, “mestre da filologia portuguesa” (Nascentes, cf. Camões, 1930, p. 6), de quem discorda com relação ao grau de intervenção no texto permitido ao seu editor. Trata-se de um trabalho primoroso, no qual Nascentes procede como os grandes conhecedores dos princípios filológicos, referindo-se à fonte eleita como modelo para a transcrição do texto (no caso, a edição *princeps* de 1572), justificando a escolha do tipo de edição (escolar, não crítica) e registrando toda sorte de intervenção que fez no texto apresentado em relação ao testemunho usado como fonte. Os comentários elucidativos são, em geral, de natureza sintática, morfológica ou semântica e têm caráter histórico; encontram-se após o texto de Camões, organizados por canto (do primeiro ao décimo). Consciente de não estar apresentando a versão mais fidedigna do texto, Nascentes assim conclui o prefácio da obra:

Fiquem para os doutos as edições com a forma restituída do poema, as fotografadas.

O essencial é a ideia e esta, para os escolares e para o povo, aparece nas edições adaptadas melhor do que nas restituídas. (Nascentes, cf. Camões, 1930, p. 7)

A próxima obra de Nascentes escolhida para o estudo do entendimento do termo “filologia” pelo renomado estudioso brasileiro é o seu *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, que saiu em 1932 com prefácio (em alemão) do romanista suíço Wilhelm Meyer Lübke (1861-1936), responsável por consolidar os estudos da Linguística Românica com o conteúdo apresentado em duas obras consagradas: a *Gramática das Línguas Românicas* (*Grammatik der romanischen Sprachen* - Leipzig, 1890/1892) e o *Dicionário Etimológico Românico* (*Romanisches Etymologisches Wörterbuch* - Heidelberg, 1911-1920). As ideias do mestre romanista várias vezes mencionado nesta seção parecem ser o fio condutor de todos os trabalhos de Nascentes que envolvem línguas românicas, especialmente os feitos em perspectiva histórico-diacrônica. O *Dicionário Etimológico* preparado por Nascentes costuma ser citado como o trabalho que o inseriu no cenário internacional de estudos românicos. A seguir, o que aqui nos interessa: o verbete “filologia”, extraído desse dicionário.

FILOLOGIA — Do gr. *philologia*, amor aos discursos, á erudição, ás letras; pelo lat. *philologia*. O vocábulo aparece pela primeira vez em Platão. Na Renascença significava conhecimento relativo á antiguidade greco-latina. No fim do século XVIII todas as manifestações do espírito humano no tempo e

¹⁶ Outra produção filológica em sentido restrito – Crítica Textual de Nascentes foi a *Edição Crítica das Poesias Completas de Laurindo Rabelo* (1963).

no espaço. Depois, o conjunto de estudos necessários para adquirir o conhecimento literário de uma língua. (Nascentes, 1932, p. 337)

Como podemos observar, o verbete contém, além da informação etimológica básica, o valor semântico atribuído ao termo em períodos sucessivos. Entendemos que a última acepção, que segue (em essência) a proposta de Wolf (1777), é a que figurava no momento da redação do verbete.

O volume *Estudos Filológicos* (1939) configura-se como uma coletânea de onze textos de Nascentes, seis inéditos e cinco já apresentados em outro lugar. O primeiro texto, “Expansão da língua portuguesa no Brasil”, é identificado pelo autor como parte inicial de um trabalho “[...] apresentado pela legação do Brasil em Copenhague como contribuição brasileira ao III Congresso Internacional de Linguística (1937)” (Nascentes, 1939, p. 6, nota). Esse trabalho, que foi encomendado pelo Serviço de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores, revela a notoriedade de que já desfrutava Nascentes no cenário internacional. No segundo texto, “Independência literária e unidade linguística”, o autor defende que a independência literária do Brasil em relação à antiga metrópole coincidiu com a inauguração do nosso romantismo, que teve origem francesa (Nascentes, 1939, p. 15); e que a unidade linguística entre as variedades brasileira e europeia do português se faz sentir na língua literária, ao passo que a dialetação é favorecida pela classe inculta (Nascentes, 1939, p. 17-19). No terceiro, “A Filologia Portuguesa no Brasil (esboço histórico)”, apresenta a história da Filologia Portuguesa no Brasil segmentada em quatro períodos: o embrionário (do início da cultura brasileira até a publicação do “Compendio da gramatica da lingua nacional”, de Antônio Alvares Pereira Coruja, em 1835); o empírico (de 1835 a 1881, quando foi publicada a “Gramatica Portuguesa”, de Júlio Ribeiro); o gramatical (de 1881 a 1939, ano da fundação da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil); e o científico (a partir de 1939). Em todos os períodos, as obras citadas são essencialmente estudos de língua, em perspectiva sincrônica ou diacrônica. O quarto texto do volume, da área de terminologia, intitula-se “Nomenclatura mineralogica e geologica”. No quinto texto, “Língua brasileira”, Nascentes traz à baila a discussão a respeito da autonomia do português falado no Brasil. O sexto texto não é inédito, havia sido publicado no “Correio da Manhã” em 20 de novembro de 1935; denomina-se “Instituto de Filologia” e trata da fundação e das tarefas propostas por esse instituto, que passaria a abrigar estudos de línguas e literaturas, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

O sétimo texto, nomeado “Filologia Românica”, merece ser descrito em parágrafo à parte. Trata-se da transcrição da lição inaugural da cadeira dessa disciplina na Universidade do Distrito Federal em 19 de julho de 1937.

Nesse texto, o autor ressalta a importância dos estudos comparativos entre línguas genealogicamente afins para propósitos especulativos (“elucidação de seus problemas particulares”), práticos (aprendizagem de outras línguas do mesmo grupo) e literários (instrumentação para acesso direto a textos literários na língua de origem). Mais adiante, Nascentes afirma que “[o] surto da filologia romanica coincidiu com o da linguística” (Nascentes, 1939, p. 74) e, na sequência, faz uma breve exposição dos avanços dos estudos de línguas no século XIX, mencionando Bopp, Grimm, Reynouard, Schlegel, Diefenbach, Diez, Gaston Paris, Bourciez e Meyer Lübke. A seguir, citando um trecho de Georges Millardet (*Linguistique et Dialectologie Romanes*, p. 20), defende que a fonética experimental, “encorajada e sustentada por Gaston Paris”, nasceu no “no seio da filologia romanica” (Nascentes, 1939, p. 83), quando os romanistas passaram a estudar as manifestações da língua de uso corrente, e não mais apenas as fixadas em textos escritos. A partir desse ponto, passa a elencar outros métodos de análise linguística cujos princípios e objetivos divergiam dos preconizados pelo método Histórico-comparativo, que vigorou no séc. XIX. Dos novos métodos, Nascentes destaca dois: a Geografia Linguística e o Idealismo. Ao final do texto, menciona duas de suas obras como produção brasileira na área de romanística — *O línguajar carioca em 1922* e o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* —; e afirma que a contribuição brasileira para filologia românica deve ser a da dialetologia. Pelo conteúdo dessa lição inaugural, é possível depreender que Nascentes entendia Filologia Românica como um “ramo do saber humano” (Nascentes, 1939, p. 88) dedicado aos estudos comparativos (sincrônicos ou diacrônicos) das línguas e dialetos provenientes do latim.

No oitavo texto do volume *Estudos Filológicos*, “O Colégio Pedro II e a filologia portuguesa”, o autor fala sobre o cultivo da Filologia Portuguesa na referida Instituição, listando os ocupantes da cadeira de português de 1838 a 1936 e apresentando as contribuições de cada um deles. O nono texto, “Esbozo de comparación del español con el portugués” é a transcrição de uma conferência lida na Universidade do Chile em janeiro de 1936 e publicada nos “Anales de la Universidad de Chile”. Nesse texto, o autor compara o português e o espanhol dos pontos de vista fonético, morfológico, sintático e lexical. O penúltimo texto do volume, “Questões de fonética”, é uma longa carta dirigida ao professor José Oiticica em dezembro de 1938 em resposta à crítica feita pelo destinatário a uma “partezinha da nova edição de ‘O Idioma Nacional’” (publicada pela Companhia Editora Nacional em 1937). O último texto, “Panorama atual dos estudos filológicos no Brasil”, é uma crítica ao estado da arte relativo aos estudos filológicos no Brasil. Segundo Nascentes, a Filologia no Brasil, ainda à época da escrita do texto, se restringia ao certo ou errado com base nos textos literários clássicos portugueses, desconsiderando o conceito mais moderno de língua como

fenômeno social, vivo, mutável e em desenvolvimento. O autor critica, ademais, os que fazem Filologia por diletantismo. Finalmente, coloca sua esperança de mudança de rumo da Filologia Brasileira na “[...] intervenção dos jovens que se matricularem na Faculdade Nacional de Filosofia, recém-criada na Universidade do Brasil e nas equiparadas futuras” (Nascentes, 1939, p. 149), e lista o que considera “mais indispensável no campo dos estudos filológicos em nosso país”: 1) estudos idealistas; 2) estudos estilísticos; 3) estudos de psicologia da linguagem; 4) geografia linguística; 5) toponímia brasileira; 6) pronúncia normal brasileira (organização de um vocabulário em que se indiquem ortoépia e prosódia); 7) regência (de verbos em orientação não clássica, substantivos, adjetivos e advérbios); 8) fraseologia; 9) dialetologia brasileira; 10) um vocabulário completo de brasileirismos; 11) um vocabulário de gíria; 12) fixação da nomenclatura gramatical; e 13) fonética experimental. Para cada item listado, Nascentes dá notícia sobre o estado da arte e oferece possíveis orientações teóricas. Essa lista nos permite perceber o uso do termo “filologia” em seu sentido amplo por Nascentes.

Quinze anos depois, publica *Elementos de Filologia Românica* (1954), obra na qual Nascentes já aparece identificado como professor catedrático de Filologia Românica da Universidade do Distrito Federal e da Universidade Fluminense. No prefácio, o autor explica a motivação para a escrita dessa obra, a qual afirma ser o primeiro compêndio sobre Filologia Românica publicado no Brasil. Esse livro se inicia com um breve histórico da Filologia Românica, do seu precursor Dante Alighieri (*De vulgari eloquentia*) ao brasileiro Theodoro Maurer Jr.; em seguida, há informações sobre a expansão romana, sobre o termo “România” e sobre a propagação das línguas românicas para além do continente europeu. O capítulo seguinte começa com a definição do problema da Filologia Românica:

[...] explicar as mudanças do latim nas línguas românicas e delimitá-las no tempo e no espaço.

No tempo: dada uma forma latina, chegar à forma romanica resultante nas varias linguas, ou dada uma forma romanica, chegar à forma latina correspondente. [...]

No espaço: dado um fenômeno, caracterizá-lo nas varias linguas e depois sistematizá-lo. (Nascentes, 1954, p. 19)

Por essa citação, é possível afirmar que, quando acompanhada do adjetivo “românica”, na visão de Nascentes, a Filologia equivalia aos estudos de Linguística Histórica Românica, o que permanece sendo o conteúdo das ementas dessa disciplina em diversas instituições superiores de ensino brasileiras (a Universidade do Estado do Rio de Janeiro entre elas). Ainda nesse capítulo, o autor trata da classificação das línguas e dialetos românicos.

Na sequência, há um capítulo sobre latim vulgar, dois sobre fonética das línguas românicas, cinco sobre morfologia dessas línguas e um sobre sintaxe, todos em perspectiva diacrônica. Como o conteúdo apresentado reflete o teor da Filologia do séc. XIX, essencialmente o método Histórico-comparativo, o qual se utiliza de textos escritos como corpus, e considerando que o material tem caráter didático, ao final, há textos em línguas românicas.

Saltemos oito anos e encontraremos notícias atualizadas em “A Filologia Românica no Brasil”, separata da revista *Romanitas* publicada em 1962. Em oito páginas, Nascentes narra a história de ensino da Filologia Românica no Brasil, que teve início em São Paulo, na ocasião em que os beneditinos fundaram a Faculdade de Letras *Sedes Sapientiae*¹⁷. Lembra, entretanto, que, mesmo antes da criação das universidades, a Filologia Românica já era conhecida por parte dos filólogos brasileiros, que citavam Diez desde 1869¹⁸; e Meyer Lübke desde 1919 (pelo próprio Nascentes em *Um Ensaio de Fonética Diferencial Luso-Castelhana*). No entanto, conforme aponta Nascentes, a visão românica só se impôs no Brasil após a criação das Faculdades de Filosofia; antes disso, os filólogos brasileiros se limitavam a ir ao latim e, às vezes, ao grego. Como pertencentes à camada de novos filólogos cujos trabalhos denotam a “indispensável visão românica”, Nascentes cita: Aires da Mata Machado Filho, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha, Segismundo Spina, Wilton Cardoso, Mansur Guérios, Teodoro Maurer Filho, Sílvio Elia, Joaquim Mattoso Camara Jr. e a si próprio¹⁹ (pela publicação de *Elementos de filologia românica*) (Nascentes, 1962, p. 404). De todos eles, apenas a Câmara Jr. Nascentes se refere como linguista. Ressalta, entre os filólogos anteriores à criação das faculdades de filosofia no Brasil, a figura do Pe. Augusto Magne, primeiro professor de Filologia Românica da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), autor de uma tese sobre os *Juramentos de Estrasburgo* e de uma edição crítica da *Demanda do Santo Graal*, acompanhada de notas e glossário. A menção a esses trabalhos do Pe. Augusto Magne nos permite perceber que Nascentes também usava o termo “filologia românica” como uma grande área que se desdobra em duas vertentes: a Crítica Textual e a Linguística Histórica (possibilidade de entendimento apresentada na introdução deste capítulo). Na sequência, Nascentes lista os participantes e os trabalhos apresentados em um evento importante de cunho internacional sediado pela Universidade

¹⁷ Nascentes não menciona a data da fundação dessa faculdade. Supomos ser 1932.

¹⁸ De acordo com Nascentes, a primeira citação das doutrinas do pai da filologia românica no Brasil foi feita pelo professor Carlos Hoefler em um opúsculo publicado no Rio de Janeiro em 1869 (Nascentes, 1962, p. 402).

¹⁹ À época, Nascentes ainda ocupava o cargo de professor de Filologia Românica da Universidade do Distrito Federal, que tinha passado a se chamar Universidade do Estado da Guanabara e, a partir de 1975, se chamaria Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

do Brasil: o primeiro Simpósio Brasileiro de Filologia Românica, que aconteceu entre 20 e 27 de agosto de 1958.

A última das obras eleitas para o entendimento da perspectiva de Nascentes a respeito do conceito de “filologia” é o seu *Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras*²⁰, publicado no ano em que faleceu (1972) pela Bloch Editores. Poderíamos ter escolhido o famoso *Dicionário da Língua Portuguesa* (1961-1967), também feito sob encomenda da Academia Brasileira de Letras (ABL). Ao selecionarmos o dicionário de 1972, intencionamos mostrar aquela terá sido a última versão desejada pelo autor como definição do termo “filologia”; no entanto, esta em nada se difere da apresentada no dicionário de 1961-1967. Ei-la:

Filologia s.f. Estudo científico de uma língua, especialmente diacrônico, através de sua literatura, abrangendo tanto a crítica de textos quanto a compreensão dos fenômenos culturais da civilização que os produziu. (Do gr.: philologia, pelo lat.: philologia.). (Nascentes, 1976, p. 741)

Essa definição confirma, em parte, a noção de “filologia” que deduzimos do texto “A Filologia Românica no Brasil” (1962), isto é, como área do conhecimento que abrange os estudos de língua (principalmente em perspectiva diacrônica) e a crítica dos textos, que inclui o estudo do que for necessário para compreendê-los (os “fenômenos culturais da civilização que os produziu”). Entretanto, Nascentes parece restringir o corpus a textos literários, o que nos leva a pensar na possibilidade de exclusão dos estudos dialetológicos (tão prezados por ele) do âmbito da Filologia. Além disso, ao consultarmos o verbete “linguística” no mesmo dicionário, encontramos a mesma ideia de estudo de língua do ponto de vista diacrônico nas rubricas “linguística diacrônica” e “linguística histórica” (cf. Nascentes, 1976, p. 995), o que mostra a persistente interseção entre a área de atuação da Filologia e da Linguística. Finalmente, notamos a presença do termo “filologia” acompanhado do adjetivo “românica” no verbete “romanística”, como equivalente semântico (cf. Nascentes, 1976, p. 1458).

Enfim, com o intuito de construir uma espécie de conclusão a respeito da compreensão do termo “filologia” por Antenor Nascentes, elaboramos um quadro sinóptico, no qual expomos de forma mais objetiva o conteúdo desenvolvido nesta seção. Assim, para cada obra do autor que analisamos, registramos: a presença ou ausência do termo “filologia”, sozinho ou acompanhado por um adjetivo; o sentido (dado ou presumido) atribuído ao termo, por meio das siglas estabelecidas no fim da seção anterior (A-LTR, R-

²⁰ Neste trabalho, tomamos como fonte para citação a versão saída em 1976.

CT e R-LHD); e outros termos usados para caracterizar os temas apresentados na obra.

Quadro 1 – O termo “filologia” em obras de Antenor Nascentes			
Obra	Presença do termo “filologia”	Sentido atribuído ao termo “filologia” (dado ou presumido)	Outros termos usados para caracterizar o(s) tema(s) apresentado(s)
<i>Um Ensaio de Fonética Diferencial Luso-Castelhana — Dos elementos gregos que se encontram em espanhol</i> (1919)	-	-	glotologia
<i>O linguajar carioca em 1922</i> (1922)	filologia	R-LHD	dialetologia patologia linguística
	filologia românica	R-LHD	
<i>O Idioma Nacional (Gramática Histórica)</i> (1928, 1933)	filologia românica	R-LHD	gramática histórica linguística
<i>O Idioma Nacional (Noções de Estilística e Literatura)</i> (1929, 1935)	-	-	estilística literatura
<i>Os Lusíadas</i> (1930)	filologia portuguesa	R-CT	
<i>Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa</i> (1932)	filologia	R-CT	
<i>Estudos Filológicos</i> (1939)	filologia	A-LTR	linguística
	filologia portuguesa	R-LHD	
	filologia românica	R-LHD	
	filologia brasileira	R-LHD	
<i>Elementos de Filologia Românica</i> (1954)	filologia românica	R-LHD	
“A Filologia Românica no Brasil” (1962)	filologia românica	R-LHD R-CT	
<i>Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras</i> (1972)	filologia	R-LHD + R-CT	linguística
	filologia românica	R-LHD + R-CT	

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro nos permite observar com clareza que Nascentes:

- no início de sua carreira como pesquisador, preferia o termo “glotologia” para identificar estudos de natureza linguística (assim como seu mestre, Dr. Leite de Vasconcellos), tendo-o substituído por “linguística” ou

por termos mais específicos, como “gramática histórica” ou “dialetologia”, ao longo do tempo;

- tendeu a separar os estudos de língua dos de literatura, não usando o termo “filologia” para classificar estudos que sejam exclusivamente literários ou estilísticos;

- empregou com muito mais frequência o sentido restrito – Linguística Histórica/Dialetologia, provavelmente por ter se dedicado mais a essa área do que à Crítica Textual;

- só usou o sentido amplo para o termo “filologia” em dois textos, ambos publicados no volume *Estudos Filológicos*: “Instituto de Filologia” e “Panorama atual dos estudos filológicos no Brasil”;

- ao usar o termo “filologia” acompanhado pelos adjetivos “portuguesa” e “brasileira”, incluiu sob essa rubrica trabalhos de natureza linguística ou crítico-textual;

- ao usar o termo “filologia” acompanhado pelo adjetivo “românica”, quase sempre se referiu a trabalhos de natureza linguística, apenas em dois trabalhos (“A Filologia Românica no Brasil” e *Dicionário Ilustrado*) incluiu estudos crítico-textuais sob essa rubrica.

Considerações finais

Calmo, apagado, rotineiro, conservador e metódico: assim se descreve Antenor Nascentes (1939, p. 142); assim ainda caracterizamos tantos filólogos se ocupam de documentar o nosso patrimônio cultural, nossa língua, nossa história. Neste texto, intencionamos apresentar o entendimento do termo “filologia” por esse proeminente e incansável estudioso que tantas contribuições legou à área de estudos linguísticos no Brasil, particularmente, no campo da lexicografia e da dialetologia.

Embora desejassemos, o tempo e o espaço impediram o esgotamento do tema aqui proposto e de sua exploração em todas as obras de Nascentes. Para este trabalho, escolhemos apenas dez entre elas. O exame detalhado das obras selecionadas mostrou que o pesquisador brasileiro empregou o termo “filologia” nas três acepções comentadas no início deste capítulo. Notamos, contudo, uma frequência muito maior de uso do termo para se referir a investigações sobre mudança linguística ou sobre distribuição de variedades linguísticas no espaço geográfico, quase sempre, de caráter histórico-diacrônico, que levam em conta uma língua ou uma família de línguas.

Referências

- AUERBACH, E. **Introdução aos estudos literários**. São Paulo: Editora Cultrix, 1970. Título original: Introduction aux études de philologie romane.
- BASSETTO, Bruno F. **Elementos de filologia românica**. v. 1: história externa. São Paulo: EdUsp, 2005.
- BECHARA, Evanildo. Antenor Nascentes - romanista. **Revista da Academia Brasileira de Filologia**. Nova Fase, Rio de Janeiro, n. XIV, p. 22-30, primeiro semestre 2014.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário portuguez e latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712.
- CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CAMÕES, Luís V. de. **Os Lusíadas de Luís de Camões**. Edição escolar de Antenor Nascentes. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, Typographia A Encadernadora do Rio de Janeiro, 1930.
- CARVALHO, R. B. S. A Filologia e seu objeto: diferentes perspectivas de estudo. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 44-50, 2003.
- COELHO, F. A. **A língua portugueza**: phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1868.
- COELHO, Francisco A. **A língua portugueza**: noções de glottologia geral e especial portugueza. 3.ed. Porto: Magalhães & Moniz Editores, 1897.
- HERRERO, Víctor J. **Introducción al estudio de la filologia latina**. 2.ed. Madrid: Gredos, 1988.
- MATTOS E SILVA, R. V. **Caminhos da Linguística Histórica**: ouvir o inaudível. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MORAES SILVA, A. de. **Diccionario da lingua portugueza** composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Officina de Simao Thaddeo Ferreira, 1789.
- NASCENTES, Antenor. **Um Ensaio de Fonética Diferencial Luso-Castelhana — Dos elementos gregos que se encontram em espanhol**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 1919.
- NASCENTES, A. **O Linguajar Carioca em 1922**. Rio de Janeiro: Livraria Scientifica Brasileira/Süssekind de Mendonça & Comp., 1922.
- NASCENTES, A. **O Idioma Nacional (Gramática Histórica)**. v. IV. 2.ed. Rio de Janeiro: Typographia A Encadernadora do Rio de Janeiro, depositários - Livraria Machado e Livraria Alves, 1933.

- NASCENTES, A. **O Idioma Nacional (Noções de Estilística e Literatura)**. v. V. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, depositários - Livraria Alves e Livraria Briguier, 1935.
- NASCENTES, A. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1932.
- NASCENTES, A. **Estudos filológicos** (1ª série). Rio de Janeiro: Pedidos à Civilização Brasileira S. A., 1939.
- NASCENTES, A. **Elementos de Filologia Românica**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954. (Coleção Padre Nobrega, 4).
- NASCENTES, A. A Filologia Românica no Brasil. Separata da revista **Romanitas**, Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Romanistas, ano IV, nº 5, 1962.
- NASCENTES, A. **Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras**. Rio de Janeiro, Bloch Editores S/A, 1972 [1976].
- SAID ALI, M. Prosa e Verso. **Jornal Novidades**, Rio de Janeiro, 4 abr. 1887. p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830321&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=274>. Acesso em: 13 jan. 2024.
- SAID ALI, M. Bibliographia – Um Livro Novo. **Jornal do Brazil**, Rio de Janeiro, 11 abr. 1891. p. 2. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_01&Pesq=%22said%20ali%22&pagfis=18. Acesso em: 13 jan. 2024.
- SAUSSURE, F. **Cours de linguistique générale**. Publié par Charles Bally e Albert Sechehaye. Paris, Payot, 1971.
- SILVA, M. de C. E. A palavra filologia e suas diferentes acepções: os problemas da polissemia. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 53, p. 53-70, 2001.
- SILVA NETO, S. **Manual de Filologia Portuguesa**. rio de janeiro: acadêmica, 1952.
- SILVA NETO, S. **Fontes do Latim Vulgar**. O Appendix Probi. 3.ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1956.
- VASCONCELLOS, J. L. de. **Esquisse d'une dialectologie portugaise**. Paris/Lisboa: Aillaud & cie, 1901.
- VASCONCELLOS, J. L. de. **Lições de Philologia Portuguesa dadas na Bibliotheca Nacional de Lisboa**. Lisboa: Livraria Classica Editora de A. M. Teixeira & Cia./Imprensa Portuguesa, 1911.
- VASCONCELOS, C. M. **Lições de filologia portuguesa**: segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13. Lisboa: Revista de Portugal - Série A, [s.d.].

CAPÍTULO 13

SENTIDOS DE LÍNGUA (S) E SUJEITO (S) NA *GRAMÁTICA DA LÍNGUA ESPANHOLA PARA USO DOS BRASILEIROS*, DE ANTENOR NASCENTES

Joyce Palha Colaça

Uma breve incursão (ou parênteses iniciais)

Ler gramáticas como se fossem romances pressupõe, portanto, ter em vista que nelas são narradas histórias em que língua, sujeitos e sociedades encontram-se enredados numa trama logicamente estabilizada.

(Costa, 2019, p. 17)

Trago como epígrafe para este trabalho um fragmento da obra “Discurso gramatical brasileiro: permanências e rupturas”, resultado da tese de Doutorado de Thaís de Araujo da Costa. Esse enunciado que a autora costuma replicar – “ler gramáticas como se fossem romances” – lhe foi dito por outra professora, mas chegou a mim pela autora e por seu desejo por gramáticas. Foi pela proximidade com o trabalho de Costa que comecei a ter outro olhar para esses instrumentos e pude começar a concebê-los como objeto. Por este motivo, nesta obra quis apresentar como corpus a leitura do meu primeiro romance gramatical, a *Gramática da língua espanhola para uso dos brasileiros*, de Antenor Nascentes.

É portanto por amor que alguém se torna “louco pela língua”: por amor e inicialmente por apego primeiro ao corpo da mãe, quando sua insistência toma a forma de um amor da língua-mãe ou da língua materna.

Então o simbólico faz irrupção diretamente no corpo, as palavras tornam-se peças de órgãos, pedaços do corpo esfacelado que o “logófico” vai desmontar e transformar para tentar reconstruir ao mesmo tempo a história de seu corpo e a da sua língua que nele se inscreve: essa “loucura das palavras”, que pode desembocar na escrita (Rabelais, Joyce, Artaud ou Beckett), na poesia (Mallarmé) ou na teoria lingüística, persegue sem trégua o laço umbilical que liga o significante ao

significado, para rompê-lo, reconstruí-lo ou transfigurá-lo [...]. (Gadet; Pêcheux, 2010, p. 45, grifos e negrito da autora)

Essa “loucura das palavras pode desembocar na escrita, na poesia ou na teoria linguística”, como afirmam Gadet e Pêcheux, ou nas gramáticas. Podemos dizer que nós somos loucas por nossas línguas e os gramáticos, como Antenor Nascentes, também.

Vale dizer que, em nossa loucura discursiva, não tomamos a gramática como evidência, em uma leitura descompromissada que a vê como rito a ser seguido, mas como objeto, como construção, para equivocá-la a partir de sua estrutura, de sua história, de sua materialidade.

Nesta obra, estamos, então, reunidas e reunidos, como loucos pelas línguas, enrolados pelo que Buscácio (2019) chamou de nome de autor. É o nome de Antenor Nascentes, professor, filólogo e gramático sobre o qual se embasa essa obra¹, a quem rendemos homenagem. É sobre Antenor Nascentes que se montou um arquivo, uma exposição, um evento e um livro, que buscam pesquisar, selecionar, catalogar, organizar e produzir um gesto de institucionalização de arquivo com suas movências, incompletudes e contradições. O que se tem feito é também a curadoria do arquivo, por sujeitos que, no lugar de pesquisadores da linguagem, se colocam frente ao diverso para não só reproduzir memórias, mas para fazer deslizarem os sentidos sobre o autor, que passam por rios caudalosos (Pagotto, 2024)² até a constante reafirmação de seu protagonismo como intelectual negro (Modesto, 2024)³.

De minha parte, peço, portanto, aqui, licença para me debruçar sobre esta temática, principalmente àqueles que se dedicam ao estudo desse objeto que tomo em minha fala sobre o qual farei uma incursão, um atrevimento, uma leitura da gramática, para tentar contribuir com a produção em História das Ideias Linguísticas em solo brasileiro, trago as reflexões de Medeiros sobre as línguas (2008, 2010), estabelecendo como objetivo de nossa análise um autor que fala sobre uma língua que não é nossa, e que nos é singularmente estrangeira, como diria Celada (2002).

A partir dessas primeiras considerações, organizei esta breve reflexão em quatro partes, estando esta introdução incluída, a segunda parte intitulada

¹ Este livro é resultado do II Seminário do Arquivos de Saberes Linguísticos: homenagem a Antenor Nascentes, centrado também no nome do autor.

² Referência à fala do professor Eugênio Pagotto, “Rios perenes, Nascentes caudaloso”, na abertura do referido evento. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BY7U0bLRBqI&list=PLIhYsFaiIdKfA7H0LtXDOJ5l8uZd7K0Vc&ab_channel=ArquivosdeSaberesLingu%C3%ADsticos. Acesso em: 30 abr. 2024.

³ O trabalho de Modesto se intitulava “Intelectuais negros nos estudos da linguagem: um projeto de pesquisa”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=USHAgoxNVXM&ab_channel=ArquivosdeSaberesLingu%C3%ADsticos. Acesso em: 30 abr. 2024.

saberes sobre gramática, a terceira em que proponho um gesto de leitura sobre “A Gramática da Língua Espanhola para uso dos brasileiros” e as considerações incompletas, já que este é apenas o início de uma aproximação às gramáticas e ao próprio Nascentes.

Saberes sobre gramáticas

No minicurso intitulado “Arquivos de instrumentos linguísticos: gramáticas”, Aquino fez uma reflexão sobre a gramática como objeto teórico. Para o pesquisador, a gramática nasce não como objeto teórico, ela nunca foi pensada para a reflexão sobre a língua, ela foi criada como um manual de bicicleta⁴ (Aquino, 2024). Não consegui me afastar dessa fala, tomando fôlego a partir do que nos ensinam Gadet & Pêcheux, (2010 [1981]): “A *metáfora* também merece que *se lute por ela*”. E me peguei pensando nessa relação entre gramática e bicicleta. Falar, tal como andar de bicicleta, não se aprende em manuais. Os manuais estabilizam saberes sobre, no caso das gramáticas, como instrumentos que são, reproduzem um metasaber.

[...] “sua invenção” se constitui uma entrada, a operação de passagem de uma aptidão epilinguística (operatória, mas não consciente ou semiconsciente, estreitamente ligada às práticas e as circunstâncias especiais da comunicação) para a construção de um saber propriamente metalingüístico: **uma representação consciente, aberta à transmissão tanto relativamente estabilizada quanto relativamente móvel, submetida, enfim, para o historiador das ideias linguísticas ao regime de historicidade variável no tempo.** (Colombat, Fournier e Puech, 2017, p. 49, negrito da autora)

Não é que se exclua desse andar de bicicleta uma reflexão sobre o gesto de pôr um pé frente ao outro, mas ninguém abre um manual de instruções para ensinar a uma criança a falar ou a andar de bicicleta. Ou seríamos como Cortázar, em suas “Instrucciones para subir una escalera o instrucciones para llorar”:

Dejando de lado los motivos, atengámonos a la manera correcta de llorar, entendiendo por esto un llanto que no ingrese en el escándalo, ni que insulte a la sonrisa con su paralela y torpe semejanza. El llanto medio u ordinario consiste en una contracción general del rostro y un sonido espasmódico acompañado de lágrimas y mocos, estos últimos al final, pues el llanto se acaba en el momento en que uno se suena enérgicamente. Para llorar, dirija la imaginación hacia usted mismo, y si esto le resulta imposible por haber

⁴ Essa frase foi dita por José Edicarlos de Aquino, em seu minicurso, no âmbito do evento, no dia 08 de março de 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HUDz09JV4es&tab_channel=ArquivosdeSaberesLingu%C3%ADsticos Acesso em: 30 abr. 2024.

contraído el hábito de creer en el mundo exterior, piense en un pato cubierto de hormigas o en esos golfos del estrecho de Magallanes en los que no entra nadie, nunca. Llegado el llanto, se tapaná con decoro el rostro usando ambas manos con la palma hacia adentro. Los niños llorarán con la manga del saco contra la cara, y de preferencia en un rincón del cuarto. Duración media del llanto, tres minutos. FIN. (Cortázar, 1962, p. 3)

Assim como não aprendemos a chorar como em um manual de instruções, o que Aquino traz é que também não se aprende a língua desse modo. As gramáticas funcionam, portanto, como um lugar de saberes sobre, que não dão conta da língua e sobre a qual não se debruça para aprender a falar... ao menos no que se refere à língua materna. Quando falamos em língua materna, a gramática funciona como esse instrumento, esse lugar de consulta sobre uma língua imaginária, que faz circular saberes recortados sobre o que é a língua, mas não como a língua. (Há controvérsias sobre as quais não me debruçarei – vou usar o mesmo recurso que Nascentes – vou deixar esse probleminha para vocês, estudiosos da língua materna). A escola, por anos, reproduziu o imaginário de que esses saberes poderiam tomar o lugar da língua, mas esse lugar de memória não é o único reproduzido. De outro modo, se olhamos para a educação linguística em espanhol no Brasil, o que vemos, com frequência, é o estudo da sistematização gramatical como sendo o estudo da própria língua. São recortados fragmentos de linguagem, materialidades diversas, esparsas e supostamente descomprometidas para a educação da própria língua. Não *sobre* a língua, da própria. A educação de uma língua estrangeira se confunde com a aprendizagem das regras da gramática, e é assim que a metalinguagem se sobrepõe à própria língua. Segundo Aurox,

A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural; é preciso concebê-la também como um *instrumento linguístico*: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram juntas na competência de um mesmo locutor. Isso é ainda mais verdadeira acerca dos dicionários: qualquer que seja minha competência linguística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngües que serão produzidos a partir do final do Renascimento (o contrário tornaria esses dicionários inúteis a qualquer outro fim que não fosse a aprendizagem de línguas estrangeiras). Isso significa que o aparecimento dos instrumentos linguísticos não deixa intactas as práticas linguísticas humanas. (Aurox, 2009 [1992], p. 71)

Concebemos, destarte, as gramáticas como lugares de materialização de discursos, entendendo no que se refere ao trabalho de Antenor Nascentes circulam não só saberes sobre as línguas, mas também sobre os sujeitos. A

Gramática da Língua Espanhola para uso dos brasileiros funciona em um duplo embate: i. organizar, produzir e difundir saberes sobre a língua espanhola em comparação com a portuguesa; e ii. promover uma aprendizagem comparativa entre o português (brasileiro) e o espanhol (europeu). Na próxima parte deste texto, vou me concentrar no segundo aspecto de sua gramática.

A Gramática da Língua Espanhola para uso dos brasileiros

Abandonemos por um instante a evidência da linguagem da soberania e nos atenhamos ao mínimo: falar de língua e de partição é reconhecer que não se pode dizer tudo. Em outras palavras, o puro conceito de língua é o de um não-todo marcando a língua; ou, ainda, a língua é o que sustenta a língua na qualidade de não toda. (Milner, 2012, p. 28)

Imagina-se muitas vezes a tarefa de comparar duas línguas como a de apropriar-se de duas realidades já dadas e passar a observar suas semelhanças e diferenças. Porém, até que ponto as línguas precedem completamente esse trabalho de comparação? Acaso esse trabalho não envolve decisões que têm a ver com o que se delimita como cada uma das línguas em questão? E é cada uma delas uma identidade que todos percebem mesmo seu contorno? (Fanjul e González, 2014, p. 7)

Se a língua é não-toda, se o que há é da ordem da impossibilidade de se dizer tudo, nas gramáticas o que há é também um gesto do gramático, como iluminam Fanjul e González, de sistematizar aquilo que, inscrito em uma formação discursiva sobre o que é ensinar espanhol no Brasil e para brasileiros, se pode e se deve dizer. Nessa direção, a organização de uma gramática para uso de brasileiros coloca de antemão uma questão. Visto que já sabemos que nomear é significar (Mariani, 1998; Colaça, 2022). Centrem-nos no título da obra:

SD 1: A Gramática de Língua Espanhola para uso dos brasileiros.

Se tomarmos a metáfora da bicicleta ou de como devemos aprender a chorar, quando se trata de uma gramática de uma língua ou outra, se coloca a gramática da língua como central na educação linguística da própria língua. A partir de sistemas gramaticais, os recortes de língua presentes nas gramáticas passam a ser o que se tem na própria língua. (isso fica bastante explicitado na gramática de Nascentes, pela própria materialidade das línguas que aí comparecem, pois é uma gramática escrita em língua portuguesa). Então nos perguntamos: que imagem de língua e de sujeito brasileiro comparecem aí? É pelo título que começa o questionamento.

SD 2: O espanhol é, como o português, uma língua de origem latina. É uma língua sonora, graciosa, falada por sessenta milhões de pessoas, na Espanha, nas três Américas e em outros pontos do globo. (Nascentes, 1920, III)

Parece-me importante destacar aqui dois movimentos: o primeiro é o de compreender uma filiação de Antenor Nascentes aos estudos da linguística comparativa, o que comparece nesse enunciado que abre a introdução da obra. Considerar famílias, troncos e filiações foi um movimento que ganhou força no século XIX e, como se lê, seguia reverberando entre linguistas e gramáticos no início do século XX.

Quadro 1 – Comparação entre o sumário da *Gramática*, de 1920, e a Portaria Ministerial 127, 1943.

Sumário da <i>Gramática</i> 1920	Portaria Ministerial 127/1943
<ul style="list-style-type: none"> - Introdução - <u>Alfabeto, pronuncia das letras</u> <ul style="list-style-type: none"> Vogais e grupos vocálicos. Consoantes e grupos consoânticos. Notações léxicas e syntacticas. Abreviaturas - Orthographia - Prosódia - Artigo - <u>Substantivo</u> - <u>Adjectivos qualificativos</u> - <u>Adjectivos determinativos</u> - Graus de significação - <u>Pronomes</u> - <u>Verbos regulares</u> - <u>Verbos irregulares</u> - <u>Preposições</u> - <u>Adverbios</u> - <u>Conjunções</u> - <u>Interjeições</u> - <u>Formação das palavras. Composição e derivação</u> <ul style="list-style-type: none"> - Da syntaxe em geral - Syntaxe do artigo, do substantivo e do adjectivo - Syntaxe do pronome - Syntaxe do verbo - Syntaxe das palavras invariáveis - <u>Arcaísmos e neologismos</u> - <u>Barbarismos e solecismos</u> - <u>Idiotismos</u> - Noções praticas de phonetica - Noções de semantica 	<p>Programa de Espanhol dos Cursos Clássico e Científico</p> <p>I. Leitura: Far-se-á em trechos fáceis, em prova e em verso, que tenham por assunto principal a paisagem e a vida na Espanha e nos países americanos de língua espanhola e, posteriormente, por já aspirar a constituir uma iniciação literária, em excertos dos maiores escritores espanhóis e hispano-americanos.</p> <p>II. Gramática: Com o apoio nessa leitura, se tratará do seguinte: Unidade I: 1. Artigos, substantivo, adjectivo, pronomes e numerais. 2. Flexões de número, género e grau. Unidade II: 1. Verbos: pessoas, números, tempos e modos. 2. Vozes. 3. Verbos auxiliares <i>haber</i> e <i>ser</i>. 4. <u>Verbos regulares e irregulares.</u> Unidade III: 1. <u>Formação das palavras. Composição e derivação.</u> Prefixos e sufixos. 2. Principais regras de concordância. 3. Regência. 4. Construção. 5. <u>Arcaísmos e neologismos.</u> 6. <u>Barbarismos e solecismos.</u> 7. <u>Idiotismos.</u></p> <p>III. Noções de história literária: Dar-se-ão ainda as seguintes noções de história literária: Unidade I: Períodos em que se divide a história da literatura espanhola, com indicação dos principais escritores e de suas principais obras. Unidade II: Os principais escritores e suas principais obras, dos países americanos de língua espanhola.</p> <p>IV. Outros exercícios: Além da leitura e dos exercícios próprios de cada unidade de gramática e de história literária, haverá: 1. Exposições orais, reprodução livre dos trechos lidos na aula. 2. Exercícios para ampliação do vocabulário. 3. Exercícios de redação e de composição. 4. Exercícios de ortofonia e de ortografia. 5. Exercícios de tradução e de versão.</p>

Fonte: Alexandre, 2019, p. 1022

Em sua análise sobre a mesma gramática, Alexandre (2019) centrou seu olhar na introdução e no prefácio. Recorto um fragmento de seu texto: “percebo na obra que há muito de se refletir sobre não apenas a proximidade/distância entre os dois idiomas, mas também a forma como esse aspecto é tratado nas explicações gramaticais e exemplificações” (Alexandre, 2019, p. 1021). Segundo o autor, é também sobre essa obra de Nascentes que ressoarão sentidos para o ensino de língua espanhola no Brasil, tanto no que se refere a uma aproximação entre o português e o espanhol, como na materialização do seu sumário, que segundo o autor, se reproduz de maneira coincidente na Portaria Ministerial 127/1943 que instituiu o programa de espanhol dos cursos clássico e científico.

Alexandre tece sua análise a partir do campo da Historiografia da Linguística, tomando-a como “capaz de descrever e explicar, baseada cientificamente, o desenvolvimento do conhecimento linguístico na esteira da história (Swiggers, 2012)” (Alexandre, 2019, p. 1023). Aqui, produzirei uma análise, partindo das considerações do autor, tentando produzir um movimento de compreensão a partir da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas, produzindo um gesto de leitura que põe em relação a historicidade, a memória e os efeitos de sentidos. Também deixarei alguns excertos da introdução aqui, mas logo passarei a outros tópicos da obra, para não repetir o que já está muito bem recortado em Alexandre (2019).

SD 3: O espanhol é parecidíssimo com o português, como toda a gente o sabe. Quem conhece o português, com facilidade lê e compreende o espanhol; sentirá, é verdade, algumas deficiências. Além disso é uma língua familiar a nós por causa da imigração espanhola em nosso país, das companhias dramáticas, de operetas e zarzuelas que anualmente nos visitam, das relações com as repúblicas vizinhas.

A extrema semelhança das duas línguas, entretanto (parece até um paradoxo), é a maior dificuldade que encontramos, pois quando mal pensamos que uma palavra, uma locução, ou uma forma, se encontra em ambas as línguas, defrontamos profunda diferença.

Dahi a necessidade de precisarmos fixar especialmente o que ha de diferente nas duas línguas; foi esse o nosso escopo. (Nascentes, 1920, p. IV, grifos e negrito da autora)

SD 4: O alfabeto espanhol tem as mesmas letras que o português, possuindo mais três que neste não existem: o ch, o ll e o ñ. O ch vem depois do c, o ll depois do l e o ñ depois do n. (Nascentes, 2019, p. 7. Capítulo 1 – Pronúncia das letras, grifos e negrito da autora)

Como se lê, se na introdução Nascentes já apontava uma proximidade, é ao longo da gramática que ele vai procurando reforçar a sua tese, trazendo

elementos de uma língua e outra, contrastivamente. Alexandre (*op. cit.*) chama a atenção para o fato de haver aí um movimento inicial sobre o que seria uma análise contrastiva, que se fixaria no Brasil mais próximo aos anos 60.

Tanto nos capítulos I e III, nas seções que tratam da *pronúncia das letras* e da *ortografia*, podemos depreender outros gestos que vão fazendo deslizar os sentidos de aproximação entre o português e o espanhol, como podemos ler nas SD 5 e 6:

SD 5: O c brando não deve ser pronunciado como s, como faz a generalidade dos americanos (RUFINO JOSÉ CUERVO); isto constitui um grave defeito que os espanhóis chamam *sesar*. **Ha um vício de pronúncia brasileira que faz ciciar o c brando e o s sibilante;** este vício aparece nas crianças e nas pessoas que têm dentadura postiça superior. (Nascentes, 1920, p. 8. Capítulo 1 – Pronúncia das letras, grifos e negrito da autora.)

SD 6: **A graphia espanhola é uma das facéis existentes.** Desde sua fundação, a Academia tem estabelecido aos poucos um *systema orthographico* que, apoiado pelo Governo, foi geralmente aceito. (Nascentes, 1920, p. 13. Capítulo III – Orthographia, grifos e negrito da autora)

O imaginário da aproximação entre as línguas e o da língua espanhola como fácil ressoa na atualidade tanto nos documentos sobre a língua espanhola, como nas políticas linguísticas que se instituem sobre esta língua. Alexandre (*op. cit.*) traça sua análise indicando como as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM-2006) se apropriam desses dizerem e produzem gestos que estabilizam tais sentidos⁵.

Avançando um pouco na análise e deixando de lado as questões apontadas por Alexandre (2019), me debrucei também sobre recortes que delineiam uma língua vinculada a uma perspectiva de domínio da Real Academia Espanhola, retomada por Nascentes apenas como *a* Academia. Em sua gramática, a Academia ocupa o lugar daquela que pode dizer sobre a língua.

SD 7: **O dicionário da Academia resolve qualquer dúvida sobre a orthographia castelhana.** (Nascentes, 1920, p. 14. Capítulo III – Orthographia, grifos e negrito da autora)

SD 8: Não ha duvida sobre a acentuação de palavra espanhola alguma. Neste particular, como em orthographia, **a Academia com sua soberana autoridade em boa hora procedeu a uma completa systematização.** (Nascentes, 1920, p. 15. Capítulo IV – Prosodia, grifos e negrito da autora)

⁵ Para ler sobre este tema, conferir Alexandre (2019).

SD 9: O v na maior parte da Espanha tem pronúncia igual á do b. **(ACADEMIA)**. Em boca de catalães e valencianos o v espanhol sôa como o v portuguez, mas "nas demais regiões só com affectação estudada se pronuncia assim, por empenho de distinguir ao falar o v e o b da ortho- graphia academica". (PIDAL).

O × tem som duplo "parecido com o do k ou do g seguidos de s". **(ACADEMIA)**. (Nascentes, 1920, p. 10, Capítulo I, grifos e negrito da autora)

SD 10: A Academia admite quatro triphthongs: a i , iei, uai (uay), uei (uey). (Nascentes, 1920, p. 11, Capítulo II, grifos e negrito da autora)

SD 11: As abreviaturas são mais ou menos as mesmas; apontemos algumas mais communs que apresentam insignificantes diferenças: Exc.mo, Exc.", Sr. ou S', Sa. ou Sra., Srta. - Señorita, U., V. ou Ud. - Usted, Uds. - Ustedes. (Nascentes, 1920, p. 13, Capítulo II, grifos e negrito da autora)

A língua espanhola passa a figurar como sendo a língua da Academia, aquela ditada por ela. Lagares (2013) nos ensina sobre a política pan-hispânica e como o domínio da *Real Academia de la Lengua* se expandiu e se consolidou com uma política expansionista. Se, em um primeiro momento, tínhamos a língua como a companheira do império, como afirmava Antonio de Nebrija (1492), podemos dizer que, hoje, a língua é a companheira do capital. A política expansionista da Espanha e de sua língua, reforçada por um imaginário de uma Academia forte e soberana, ressoam e fazem instituir gestos políticos sobre a língua espanhola no Brasil até a atualidade, inclusive, sobre as políticas educacionais voltadas para a formação de professoras e professores dessa língua. São conhecidos os trabalhos que citam o Projeto Oye, de 2006 (Cruz, 2016; Paraquett, 2018), pelo qual a Espanha oferecia formação para suprir a demanda de professores de espanhol na rede de ensino, após a Lei 11.161/2005, que instituiu a oferta obrigatória de língua espanhola no ensino médio da escola pública brasileira. Não vou me estender sobre esse assunto, mas outras propostas ressoaram dentro de programas como o resistente Idiomas sem Fronteiras para o qual foi oferecido que nossos cursos, dentro das universidades, estivessem vinculados à *Consejería de Educación da Espanha* e ao *Instituto Cervantes*, através de seus testes de proficiência que visibilizam marcas da historicidade do ensino de Espanhol no Brasil e de um imaginário de língua, de produção de saberes e de domínio sobre esta.

Feitas essas divagações, volto para Antenor Nascentes, apontando, portanto, três direções de sentidos sobre língua em sua obra:

1. A língua espanhola é uma língua próxima da língua portuguesa; 2. A língua espanhola é fácil; e 3. O seu ideal de língua é o ideal da *Real Academia de la Lengua Española*.

Por esse paradigma, aponto a contradição que se enlaça na memória da gramática entre o gesto de instituição do próprio instrumento e o que se diz sobre a língua em sua textualidade. Pelo gesto, o que fica é uma gramática de espanhol para brasileiros, considerando os interlocutores deste texto a partir desse espaço nacional, do lugar da língua espanhola em solo brasileiro, mas na sua discursividade também se reproduz a memória do domínio da língua, daquela que é parecida ao português, mas que é regida, instituída e institucionalizada pela Academia.

Traçado este primeiro caminho, passamos então a tratar do sujeito em Nascentes. No que se refere ao sujeito falante desta língua, aquele que se identifica com ela, que a estuda e que nela passa a se significar, ele é tratado como incapaz. Ao apresentar as variedades da língua espanhola, tomado por uma normatização que buscava padronizar os falares, Nascentes apresenta a variedade e suas produções como sendo da ordem da *deficiência*.

SD 3: O espanhol é parecidíssimo com o português, como toda a gente o sabe. Quem conhece o português, com facilidade lê e compreende o espanhol; **sentirá, é verdade, algumas deficiências**. Além disso é uma língua familiar a nós por causa da imigração espanhola em nosso país, das companhias dramáticas, de operetas e zarzuelas que anualmente nos visitam, das relações com as repúblicas vizinhas.

A extrema semelhança das duas línguas, entretanto (parece até um paradoxo), é a maior dificuldade que encontramos, pois quando mal pensamos que uma palavra, uma locução, ou uma forma, se encontra em ambas as línguas, defrontamos profunda diferença.

Dahi a necessidade de precisarmos fixar especialmente o que ha de diferente nas duas línguas; foi esse o nosso escopo. (Nascentes, 1920, p. IV, grifos e negrito da autora)

Além da deficiência, a imigração comparece como sendo um dos motivos da familiaridade entre as línguas. Marcas de um sujeito que vive nessa relação dúbia com a língua espanhola vão tomando corpo em alguns aspectos da Gramática, principalmente no capítulo que se refere à *Pronúncia das letras*.

SD 5: O C brando não deve ser pronunciado como S, como faz a generalidade dos americanos. (RUFINO JOSÉ CUERVO) Isto constitui um **grave defeito** que os espanhóis chamam *sesear*. Há um **vício** de pronúncia brasileira que faz ciciar e o C brando e o s sibilante. Este vício **aparece nas crianças e nas pessoas que têm dentadura postiça superior**. (Nascentes, 1920, p. 8. Capítulo I – Pronúncia das Letras, grifos e negrito da autora)

SD 12: O z sôa geralmente como o c ciciado. "Por exceção, se pronuncia z sonoro (como em português) por contágio de uma consoante sonora seguinte:

brizna, hazlo, p o r t a z g o ". (PIDAL). **É um barbarismo pronunciar o Z como S. A pronuncia diferente destas duas letras** as vezes distingue paronymos: casa, caza, losa, loza, o que tambem se dá com o c: cima, sima; concejo, consejo. Para mostrar a falta de compreensão que traz **a má pronuncia errada destas letras** a Academia cita o caso de um cicioso que, querendo dizer que **o padre tinha casado dois servos de Deus, disse que o sacerdote tinha caçado dois cervos de Deus: El cura ha cazado hoy dos grandes ciervos de Dios.** (Nascentes, 1920, p. 10. Capítulo I – Pronúncia das Letras, grifos e negrito da autora)

É interessante notar que quando se trata de alterações que ocorrem em território espanhol, não há uma relação com o erro, como se lê na sequência a seguir:

SD 13: Usam-se as formas curtas mi, tu, su, antes do substantivo; as formas mio, tuyo, suyo; mi padre, padre mio. No primeiro caso, repelem o artigo; No segundo, aceitam. **No espanhol moderno, só entre um povo em muitas partes de Castéla, Avella, Leão e Astúria, se usa o artigo com as formas curtas, por arcaísmo,** ainda se conserva o padre nosso, venga a nós, el tu reino. (Nascentes, 1920, p. 26. Capítulo VIII – Adjetivos determinativos, grifos e negrito da autora)

SD 14: **O ysôa como i. Diante de vogal seu som lembra imperfeitamente o do i portuguez;** Toro y Gomez chega a representar por *dj*, som do *j* inglez em *John* ou do *g* italiano antes de *e* ou de *i*. **O som verdadeiro** neste caso é o do *iott* allemão em *jemand*. O *y*, inicial ou medio, no Prata sôa como o nosso *j*. (Nascentes, 1920, p. 10. Alfabeta – Pronúncia das letras, grifos e negrito da autora)

Assim, o que se estabelece de um lado é o erro para o que seriam os americanismos e variedade, mudança ou arcaísmo, no caso do espanhol peninsular. Como se lê, a questão não está na língua, mas nos sujeitos que a falam e no lugar de prestígio (ou não) que ocupam. A relação língua x sujeito se dá, secundariamente, pelo lugar de enunciação que marca formas de valorização na obra de Nascentes, sempre na relação advinda de uma suposta soberania da *Real Academia Espanhola*.

Considerações incompletas

Lembro que estamos em 1920, temporalidade onde as condições de produção moldam a imagem sobre um determinado sujeito nacional em contraoposição ao europeu. Podemos dizer que aqui se marcam então três pré-construídos:

1. Não é uma gramática produzida por europeus sobre a língua espanhola. É um brasileiro que institui um gesto de dizer sobre a gramática de outra língua que não a sua, dita materna.

2. O pré-construído é que seria uma gramática de língua para brasileiros. Então, não é uma gramática para sistematizar aqueles que têm a língua como materna, mas com outro foco, com foco no outro.

3. O terceiro ponto que quero destacar é a questão do uso: o uso como aquilo que se coloca como um instrumento, o que se pode ou não fazer/dizer, que se coloca como exterior ao sujeito, uma concepção de língua que constitui esse lugar do uso regido por uma instituição que detém o poder sobre a língua.

É interessante perceber que a justificativa sobre a importância do estudo ou para o aprendizado de língua espanhola no Brasil é a proximidade com os países da América, o que especialmente se coloca no dizer de Antenor Nascentes. A América Hispânica comparece como argumento para a necessidade do estudo da língua, mas o foco é o falar de Castela, especialmente lembrando o que se preconiza, domina ou demoniza a Academia. Tudo que é colocado como contrário à Academia fica na ordem do erro, do inconveniente, do incorreto.

Embora se afaste de uma ideia de castelhano e de uma gramática do europeu, o que há, é uma reprodução comentada do que diz a Academia, além da frequência do nome de Menéndez Pidal, autor que comparece na obra como referência. Nos comentários, entra uma repetição que insiste em comparar sons do português no falar em língua espanhola, seja por aproximação, seja por oposição.

Considerando as discussões empreendidas por Costa, Goulart, Melo (2023) é possível pensar numa retomada, como fazem as autoras, sobre uma tensão entre o regional e o nacional, que na gramática se materializa em uma direção ao estrangeiro.

Há uma repetição que coloca o saber sobre a língua espanhola como sendo o domínio da Academia, estando o nacional, o próprio do Brasil, representado pela Língua Portuguesa. Ademais, nessa relação, tudo que se refere à língua portuguesa e ao falante brasileiro é também colocado na ordem do erro. Se na tensão, mostrada entre o local e o nacional do Linguajar Carioca, o erro está na conta do sujeito negro e do sujeito indígena, em língua espanhola o erro está na relação com a língua portuguesa e nas “manias” da língua falada na América. Há, portanto, um gesto que advém dos estudos contrastivos e que desemboca na análise de erros, que envolve, de certo modo, até a atualidade, o âmbito da educação em língua espanhola no Brasil.

Assim, é possível dizer que esse gesto que desemboca nos estudos comparativos pela noção de erro se afasta de um lugar de exaltação nacional. Estabelece-se, assim, a tensão entre um certo movimento nacionalista,

condições históricas de produção em que se inscreviam os discursos no início do século XX, e a gramática produzida exclusivamente para uso de brasileiros. Há, portanto, um afastamento de uma proposta do nacional pela crítica às marcas próprias da língua do outro, em uma postura que se inscreve em uma formação discursiva que podemos nomear como colonizada. Pela imagem da colônia, materializada por seus supostos saberes sobre a língua e sobre os sujeitos que ocupam lugares e territórios, foi produzido um *Linguajar Carioca*, e uma gramática da língua espanhola para brasileiros. A Academia perpassa toda a obra de Nascentes como um lugar de autoridade sobre a língua, sendo esta a quem cabe, deve e pode ser dito seja sobre as letras do alfabeto, da prosódia ou da ortografia.

Por fim, é possível dizer que o que fica do trabalho de Antenor Nascentes como gramático é um movimento de resistência, uma tentativa de afastar-se de uma ideia colonizadora, que o fez produzir uma gramática pensando o nacional, o seu espaço de atuação/enunciação. Finalizo, portanto, exaltando essa tensão entre o dizer o mesmo e o diferente na história, esse lugar por ele ocupado de produção/reprodução/deslizamento de sentidos, questões, certamente, fundamentais para o trabalho da Análise de Discurso Materialista.

Referências

- ALEXANDRE, D. J. Antenor Nascentes e a ‘Grammatica da Lingua Espanhola para uso dos brasileiros’ (1920): gesto inaugural em torno das reflexões sobre a (não) proximidade entre o português e o espanhol. **Revista Eventos Pedagógicos**. Número Regular: Práticas discursivas e concepção/ensino-aprendizagem de língua(s) na contemporaneidade, v. 10, n. 2 (27. ed.), p. 1015-1031, ago./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/10210>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 2009 [1992].
- BRASIL. Decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915. Reorganiza o ensino secundário e o superior na Republica. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html#:~:text=DECRETA%3A,com%20as%20disposi%C3%A7%C3%B5es%20deste%20decreto>. Acesso em: 05 mar. 2024.
- BUSCÁCIO, L. B. Mário de Andrade, um nome de autor, um arquivo, um acontecimento na memória da língua do/no Brasil. In: Scherer, A.;

- Sousa, L.; Medeiros, V.; Petri, V. (Org.). Efeitos da língua em discurso. São Carlos: Pedro e João Editores, 2019, p. 101-116.
- CELADA, M. T. **O espanhol para o brasileiro: uma língua singularmente estrangeira**. Tese. Doutorado em Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- COLAÇA, J. P. Discursos de/sobre América Latina nas aulas de Língua Espanhola: “A história que a História não conta”. **Caderno de Letras** - UFPEL, v. 2022, p. 89-110, 2022.
- COLOMBAT, B. FOURNIER, J-M. PUECH, C. **Uma história das Ideias Linguísticas**. Trad. Jacqueline León e Marli Quadros Leite. São Paulo. Editora Contexto, 2017.
- CORTÁZAR, J. Historias de cronopios y de famas. Buenos Aires: Alfaguara, 1962.
- COSTA, T. A. **Discurso gramatical brasileiro: permanências e rupturas**. Campinas: Pontes Editores, 2019
- COSTA, T. A.; GOULART, B. A.; MELLO, G. N. Instrumentação linguística no espaço-tempo brasileiro: o nacional e o regional a partir de Said Ali e Nascentes. **Porto das Letras**, v. 9, p. 312-346, 2023.
- CRUZ, E. S. O projeto OYE (2006) e a formação de professores de espanhol no Brasil: crise, desregulação e resistência(s). Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. 2016. 290 p.
- FANJUL, A. P.; GONZÁLEZ, N. M. (Orgs.) Espanhol e português brasileiro: estudos comparados. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- GADET, F. PÊCHEUX, M. A língua inatingível: o discurso na história da linguística. 2ª ed. Campinas, Editora RG, 2010 [1981].
- LAGARES, X. C. Ensino de espanhol no Brasil: uma (complexa) questão de política linguística. In: Nicolaidis, Christine; Silva, Kleber aparecido da.; Tilio, Rogério; Rocha, Hilsdorf Claudia. (Org.). **Política e políticas linguísticas**. 1ed.Campinas: Pontes, 2013, v. 1, p. 181-198.
- MEDEIROS, V. A língua em solo brasileiro na Revista Brasileira no período JK. **Revista da ANPOLL**, v. 1, p. 243-264, 2008.
- MEDEIROS, V. Jornal, arquivo e instrumento lingüístico. In: Mariani, B.; Medeiros, V. (Org.). **Idéias Lingüísticas: formulação e circulação no período JK**. 1ed.Campinas: RG, 2010, v. 1, p. 83-105.
- MILNER, J-C. **O amor da língua**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- MODESTO, R. **II Seminário do Arquivos de Saberes Linguísticos – Mesa I** (UERJ, 13/3/2024). Youtube, 06 abr. 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BY7U0bLRBqI&list=PLIhYsFaiIdKfA7H0LxDOJ5l8uZd7K0Vc&ab_channel=ArquivosdeSaberesLingu%C3%ADsticos. Acesso em: 10 abr. 2024.

- NASCENTES, A. **Gramática da língua espanhola para uso dos brasileiros**. Rio de Janeiro: Livraria Drummond, 1920.
- ORLANDI, E. Entrevista com Eni Orlandi. In: COLAÇA, Joyce Palha. FARIA, Michel Marques de. COSTA, Thaís de Araújo da. (Org.). **Encontros com professoras-pesquisadoras: educação, práxis e discurso**. Campinas, SP: Unicamp/ Publicações IEL, 2023, p. 105-116.
- PAGOTTO, E. **II Seminário do Arquivos de Saberes Linguísticos** - Conferência de Abertura (UERJ, 13/3/2024). Youtube, 06 abr. 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BY7U0bLRBqI&list=PLIhYsFaiIdKfA7H0LtXDOJ518uZd7K0Vc&ab_channel=ArquivosdeSaberesLingu%C3%ADsticos. Acesso em: 10 abr. 2024.
- PARAQUETT, M. E La nave va: livros didáticos de espanhol no Brasil. In: BARROS, Cristiano Silva de; COSTA, E. G. M; FREITAS, L. M. A. (Org.). **O livro didático de espanhol na escola brasileira**. 1ed.Campinas-SP: Pontes, 2018, v. 1, p. 35-48.
- PFEIFFER, C. R. C. **Que Autor é este?** Dissertação. Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Campinas: Unicamp, 1995. 146p.

CAPÍTULO 14

ANTENOR NASCENTES E “OS LAÇOS ESSENCIAIS ENTRE A LINGUAGEM E A VIDA”

Gesualda dos Santos Rasia

Antenor Nascentes foi figura de proa, um homem do seu tempo, mirando adiante...
(Pagotto, 2006, p. 96)

Para início de conversa: a obra de Antenor Nascentes por lentes autorizadas

A epígrafe deste texto, de autoria do prof. Emilio Pagotto, assim como o título que a ele dei sintetizam um dos elementos que marcam a obra de Antenor Nascentes: a inseparabilidade entre a língua e a vida que pulsa dentro e fora dela, em que pesem as condições de produção de sua obra, contemporânea à emergência e consolidação da Linguística em seu estatuto de ciência.

Filólogo, gramático, linguista e lexicógrafo, etimólogo e dialectólogo. Tal multifacetamento constituiu sua trajetória e obra com atenção acurada aos encontros e desencontros dos distintos campos de investigação. *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (1932), o primeiro do Brasil; *A ortografia simplificada ao alcance de todos* (1941); *Tesouro da fraseologia brasileira* (1945); *A gíria brasileira* (1953); *O linguajar carioca* (1953); *Bases para elaboração do Atlas linguístico do Brasil* (1961) são apenas alguns dos exemplos de questões e temas com os quais o professor Nascentes se ocupou. Na riqueza e diversidade de abordagem, dois aspectos se sobressaem: a acuidade do olhar científico-investigativo sobre a linguagem, junto à preocupação com “ajudar os que precisam ser ajudados”, nas palavras de Bechara (2019), em conferência por ocasião da justa outorga, a Nascentes, da cadeira 41, na Academia Brasileira. Assim, não é acaso que, antes de produzir conhecimento sobre a língua, tenha escrito um manual para tirar dúvidas sobre assuntos jurídicos, material este pensado sobretudo para leigos no assunto, sobre o que é também Bechara (2019) que nos informa.

Nascentes foi um estudioso “inserido em um mundo em que o saber linguístico é sempre intervencionista, procura substituir a intervenção meramente dogmática dos puristas, por uma intervenção racional, fruto da investigação metódica.” (Pagotto, 2006, p. 111). A incursão que ora faço em sua obra, passadas já duas décadas do século XXI, segue este indício: as marcas que nos autorizam a localizá-lo como homem de seu tempo, ao mesmo tempo em que à frente dele se colocava. Nesse projeto, é mais uma vez o professor Pagotto quem nos auxilia a melhor compreender o movimento de feição fortemente dialética na obra desse pensador, apontando nela “uma visão extremamente orgânica de tudo, ao mesmo tempo em que o mundo real vaza para dentro dos textos, com os cutucões mais comezinhos.” (2003, p. 102).

Meu passeio por sua obra recorta os 4 primeiros dos 5 volumes da coletânea *O idioma nacional*, (V. I – 1926; V. II – 1927; V. III – 1928; V. IV - 1928), acrescida da obra *O idioma nacional na escola secundária* (1935). Os pressupostos que norteiam minha investigação encontram-se no aporte da HIL em diálogo com fundamentos dos estudos do discurso de perspectiva materialista. A entrada nos volumes citados, enquanto arquivo, está organizada a partir de quatro recortes: um primeiro, que problematiza aspectos internos à língua nacional e à sua exterioridade; um segundo, que coloca em relação a língua do povo e a língua culta, com foco na dimensão social da língua; um terceiro, no qual pauto a dimensão étnico-racial no registro que Nascentes faz da língua nacional, e um quarto, que, em uma espécie de retomada dos anteriores, contempla as relações entre a língua e sua exterioridade interna, aquilo que o próprio Nascentes designou de “a língua viva”.

Contribuições de Antenor Nascentes para o projeto de língua nacional:

A emergência da coletânea *O Idioma Nacional* se dá em uma temporalidade na qual o português já está estabelecido como língua oficial e nacional, ainda que tais dimensões tenham se estabelecido com sobreposições. O processo de oficialização se deu em 1826, data em que se formula a questão da língua nacional no parlamento brasileiro, no âmbito de um projeto de transformação da *língua do colonizador* na *língua da nação brasileira*. Guimarães (2005, p. 25) sintetiza o espírito desse tempo, afirmando ser a época em que se sobressaiu um “sentimento do português como língua nacional do Brasil”, materializado no *processo de gramatização brasileiro* que então se estabelecia.

Uma das percepções que nos salta aos olhos quando retrocedemos no tempo é a pujança de uma obra que se manteve sendo reeditada por quatro

décadas. Nas condições históricas em que emergiu, um conjunto significativo de produções inscreviam-se no mesmo projeto de registro do que é a língua nacional. A título de exemplo, citamos apenas algumas: *Língua nacional*, de Cândido Jucá Filho (1937); *A língua brasileira*, de Edgar Sanches (1940); *O problema da língua brasileira*, de Sílvio Elia (1940); *O dialeto brasileiro*, de Ciro T. de Pádua (1942); *Idioma nacional*, de Júlio Guimarães Sampaio (1942); *O português do Brasil*, de Renato Mendonça (1937); *A língua do Brasil*, de Gladstone Chaves de Melo (1946).

Trata-se, por um lado, de uma empreitada para dizer o que é a língua-identidade nacional, lembrando que diferentes campos trabalhavam no sentido de consolidar a identidade nacional, dentre eles, destacamos o da literatura, das artes e da produção do conhecimento linguístico. Por outro lado, não totalmente desvinculado deste, trata-se de definir qual o estatuto da inserção da obra em um processo de gramatização que funcionava “Como instrumento de estabilização, (que) pressupõe o estancamento da língua a ser gramatizada, apagando outras línguas que produzem as instabilidades e as polêmicas em torno da língua que falamos.” (Pfeiffer, 2001, p. 168).

É nesse espírito que a produção de conhecimento linguístico, ao sistematizar e registrar o que é a língua legítima do Estado-nação brasileiro, diz também sobre a constituição de seu processo identitário, tecido entre a alienação à matriz portuguesa e a legitimação das cores locais, sobretudo indígenas e africanas, em meio, ainda, às línguas dos imigrantes que então chegavam, fruto de políticas de governo.

Tais condições de produção conformaram a feição de nosso patrimônio linguístico, que se materializou, não sem contradições, na instância dos instrumentos linguísticos, os quais eram compostos, à época, por gramáticas, dicionários, tratados filológicos, antologias, dentre outros. A constituição da língua nacional e da constituição do saber metalinguístico sobre ela não são e nem poderiam ser instâncias estanques, embora tenham assumido particularidades específicas em diferentes períodos. A propósito, nos inquieta, nessa investida, a dificuldade mesma de definir o estatuto da coletânea *O Idioma Nacional*. A título de exemplo, arrolamos alguns dos modos de nomeá-la, os quais encontramos em busca online: “coleção monográfica”; “livro didático”, “livro escolar”, “uma gramática”, dentre outros.

Embora o autor assuma a função didática de sua obra, ela não se resume a isso, haja vista as diferentes feições que conduzem suas formulações, com idas e vindas entre o normativo e o descritivo, o que nos permite afirmar que Nascentes se coloca, nessa produção, a partir das diferentes lentes por meio das quais trabalhou: como gramático e linguista, mas também como filólogo.

Tais idas e vindas desenham-se na forma de um *continuum*, em consonância com outros estudiosos que também consideraram a língua em sua integralidade de manifestações, como foi o caso, por exemplo, de Manuel

Said Ali (1861-1953). Assim, perscrutamos, neste estudo, os movimentos que tecem divisões fluidas, procurando apreender como sentidos são produzidos, recobertos, sobrepostos e desestabilizados.

Para tanto, tomamos como ponto de partida do trajeto um recorte do volume I da coletânea *O Idioma Nacional*, constante no prefácio da 4ª. edição:

1. Entendemos que tôdas as modalidades fonéticas, semânticas e sintáticas, correntes no Brasil, devem ser preferidas, pois representam o genuíno modo de falar do **nosso povo**. (Nascentes, 1936, V. I, p. 6)¹

Para abarcar a língua em sua plenitude de formas e de ocorrências, Nascentes recorta manifestações de fala que já se colocam na instância pré-construída da diferenciação para com a “língua-mãe”: é a língua *do nosso povo*. Os recortes que fizemos para análise neste estudo são representativos dos diferentes níveis de análise linguística, e a partir deles mapeamos os movimentos que concorrem para compor os sentidos do que seria esse *genuíno modo de falar*, que estatuto ele tem em relação ao seu duplo constitutivo: a língua-outra, a de fora; e as línguas-outras do seu dentro. Com relação a esse segundo viés, indagamo-nos se a designação “nosso povo” recobriria alguma especificação relativa a classes sociais. Também nos perguntamos: como outras designações contribuem para o estabelecimento de diferentes fronteiras e especificações? Atentemos, para tanto, a um primeiro conjunto de enunciados, nos quais paráfrases da *língua do povo* ganham forma e vão constituindo sentidos em deslizamento:

2. A **linguagem popular** emprega, às vezes, o adverbio *sempre* com a significação de *realmente, efetivamente, afinal*. Ex.: *Fulano sempre é um incivil*. (V. II, p. 109)

3. Assim, por um processo chamado **etimologia popular, o povo** ligando idéas representadas pelas palavras, a estas dá formas que a verdadeira origem repudia. *Vagabundo* vem do latim *vagabundus* mas o povo fez *vagamundo*. Na palavra *necromante*, que designava o que evocava mortos (*nekéros*) viram-se as artes da magia negra e daí a transformação para *nigromante*. (V. IV, p. 102)

4. **Há indecisos** a respeito do timbre do *o* em muitas palavras.

Aconselhamos o timbre aberto, entre outras palavras, em *cachopa, chofre, coldre* [...] Depois do *e* não se deve pronunciar o *u*, entre outras, nas seguintes palavras *exangue, langue* e derivadas, *extinguir, distinguir, pingue*” (V. I, p. 19).

Nos ditongos *ai, ei*, nem se deve fazer sobressair demais o som do *i* (afetação), nem tampouco eliminá-lo (**pronúncia popular**). Ex.: *baixo, beijo*. (V. I, p. 22)²

¹ Os destaques em negrito são nossos.

² Idem.

Enquanto o enunciado 1 materializa uma posição de privilégio às formas do português do Brasil na relação com a língua-mãe, nos enunciados 2 a 4 é a perspectiva das relações internas da língua que se encontra em causa. O sintagma *do povo* desdobra-se para *popular*, produzindo sentidos que não necessariamente são sinônimos. Enquanto *do nosso povo* traduz pertencimento e identidade nacional, especialmente pela determinação que lhe antecede, *popular* recorta a diferença relacionada a estratos econômicos e/ou culturais. Importante ressaltar que o enunciado 2, tratando do emprego do advérbio, assume caráter descritivo, apresentando diferentes possibilidades, sem expressão, ao menos explícita, de juízo de valor. Com relação ao enunciado 3, sobressai nele o caráter da criatividade dos sujeitos em sua relação com a língua, aspecto que possibilita a recriação de formas a partir dos modos como o falante apreende a experiência com o mundo. Ao destacar que a “verdadeira origem” repudia tais analogias, a exemplo de *vagamundo* por *vagabundo*, Nascentes imprime caráter normativo à nuance filológica da exposição que põe em tela, ao mesmo tempo em que traz a lume a disputa em torno dos espaços de legitimação da língua. Já no que concerne ao enunciado 4, o caráter normativo sobressai, marcado nas formas injuntivas “não se deve”, em contraste ao “aconselhamos”, do mesmo recorte. O que está sendo normativizado é a pronúncia dos sons de /i/ e de /u/ em determinados contextos vocálicos. A proposta é de um suposto equilíbrio entre o popular e a afetação, com eliminação das marcas de ambos os traços. Diante disso, nos perguntamos sobre em que consistiria tal afetação: artificialidade? Traço marcador de classe social privilegiada? Projeção de elitismo? E, sobretudo, seria essa língua isenta de marcas do social? É dessa discussão que nos ocuparemos na próxima seção.

Entre a língua popular e a culta

Tudo nos leva a crer que a assepsia de marcas não se constitui o projeto do filólogo, haja vista que o falar do povo, a linguagem popular, constitui-se um modo de significar a língua que percorre sua obra, ainda que com deslizamentos. No entanto, é importante termos presente que a coletânea tem a dimensão didática como fim primeiro, e nesse contexto, a língua escrita assume proeminência, o que nos leva a indagar acerca do estatuto da língua falada em sua obra. Para tanto, sigamos para recorte que trata da língua falada:

5. No Brasil domina a conjugação regular **na língua culta** e a irregular na **linguagem do povo**. (V. I, p. 186)

6. A **língua culta** tem termos literários, palavras abstratas totalmente alheias ao **falar do povo**. Este por sua vez emprega termos próprios do seu linguajar

e da tecnologia das diversas profissões, inteiramente desconhecidos das **classes cultas**”. (V. IV, p. 215)³

Os sentidos de *linguagem popular* desdobram-se nas formulações *linguagem do povo* e *falar do povo* (enunciados 5 e 6), expressões que não produzem o mesmo efeito de sentido de *língua do nosso povo*. Nas referidas expressões ganha forma material a divisão interna, haja vista o que lhes contrasta: a *língua culta* ou a *língua das classes cultas*. A coletânea *O Idioma Nacional* data das primeiras décadas do século XX, conforme já referido, e nela já se faz presente a relação linguagem e estratificação social, mesmo que de forma incipiente. Além disso, há um aspecto nessa tomada que, de certo modo, foi tangenciada por Labov (1927)⁴ e seus sucessores: a inseparabilidade entre a língua e a experiência material cotidiana dos sujeitos falantes.

Outro aspecto que chama nossa atenção é que ao traço distintivo de classes sociais pela ordem do econômico soma-se a distinção pela ordem do acesso aos bens culturais, sobretudo o letramento. É assim que o adjetivo *culta* produz determinações tanto sobre a língua quanto sobre a classe que utiliza essa modalidade, em oposição a *popular*, adjetivo do mesmo modo determinante de língua e de classe.

Para melhor refletirmos sobre sentidos possíveis de *língua culta*, assim como de *classe culta*, é importante dimensionarmos o contexto histórico dos anos 20 no que concerne ao processo de escolarização. Romanelli (1982) registra que nessa época, a taxa de escolarização dos 5 aos 19 anos era de apenas 9%. O país estava passando de uma feição predominantemente agrária para outra mais urbana, em processo de industrialização, com fortes demandas das classes populares por formação. Nascentes faz referência, inclusive, à escassez de educandários e de mestres.

A ampliação da oferta educacional que se deu nos anos subsequentes, especialmente até a década de 40, quando o percentual da população escolarizada no mesmo estrato anteriormente citado saltou para 21,43%, ainda conforme Romanelli, explica, em parte, a grande difusão da coletânea *O Idioma nacional*.

A obra inscrevia-se, assim, em projeto de dupla feição: estabelecer a cor local da língua, com suas múltiplas e variadas nuances, o que implicava também as variações relacionadas a estratos sociais, ao mesmo tempo em que buscava lapidar essa mesma língua, com vistas a prover os alunos das formas de uso mais bem avaliadas. Não coincidentemente, portanto, um dos aspectos para os quais Nascentes chama a atenção na obra *O Idioma nacional*

³ Os destaques são nossos.

⁴ A este estudioso é debitado o pioneirismo na sistematização dos estudos sobre a variação linguística.

na Escola Secundária é que “A correção começa pelos plurais e femininos de substantivos e adjetivos, tempos de verbos regulares, regras gerais de concordância de substantivo e adjetivo e de verbo com sujeito [...]” (1935, p. 28). Estudos sociolinguísticos contemporâneos⁵ têm comprovado que a variável concordância, seja nominal ou verbal, é um dos aspectos linguísticos que mais se presta à demarcação social dos sujeitos, uma vez que o não-uso da norma-padrão é associado à baixa escolarização, em que pese o uso de formas variáveis pelos mesmos sujeitos em diferentes situações.

Diante disso, é possível pensarmos o projeto linguístico pedagógico de Nascentes no escopo do ensino secundário como padronizador, portador, contudo, de uma particularidade que o coloca fora de uma feição meramente normativista:

7. É necessário combater o gravíssimo erro de uma língua se aprende pela respectiva gramática. Esta limita-se a auxiliar aquela aprendizagem, mas não é estudando-a de qualquer modo, arbitrariamente, decorando definições, classificações, e nomes sonoros, que nada dizem ou dizem muito pouco. O principal papel da gramática é aperfeiçoar. (Nascentes, 1935, p. 78)

O problema que ele levanta diz respeito à necessidade da valorização da capacidade reflexiva do sujeito aprendiz, em detrimento da mera absorção de regras. Ainda na esteira da defesa do ensino da língua em detrimento da gramática, acusou, com base em argumentos do pedagogo e estudioso espanhol Feliz Marti Alpera (1875-1946)⁶, uma concepção estreita de ensino de língua, que acaba por legar valor excessivo à gramática baseada em regras, no lugar dos exercícios efetivos com a linguagem (Nascentes, 1935, p. 79).

8. No Brasil o povo diz *dezasais*, etc como em Portugal, sendo que para 18, que tem *o* aberto porque resulta da contração de *a* e *o*, prefere a forma *dezoito* com *o* fechado (pronunciado aliás *duzoito* [...]) abandonando a forma *dezoito* generalizada em Portugal. A classe culta no Brasil, sentindo como bárbaras as formas *dezasais*, etc., adotou as formas refeitas *dezesais*, *dezesete*, *dezenove*. (V. IV, p. 124)⁷

Curioso se mostra, na pronúncia de numerais ordinais, a aproximação do registro popular ao lusitano, com troca de /e/ por /a/ em *dezasais* e *dezasete*, por exemplo. Tais realizações são repelidas enquanto não consideradas genuinamente nossas, também porque foram assimiladas por

⁵ Esse debate encontra-se, por exemplo, em “Doa-se lindos filhotes de poodle”, de Maria Marta Pereira Scherre, Ed. Parábola, 2005.

⁶ ¿Cómo se enseña el idioma?, **Revista de Pedagogía**, Madrid, 1933, p. 7 e 9.

⁷ Os destaques em negrito são nossos.

classes menos privilegiadas, com menor status social, ou até mesmo dele desprovidas. O repúdio das pessoas ditas cultas a essas realizações demarca, portanto, a divisão política na língua, ao mesmo tempo em que indicia a consolidação do projeto de legitimação das formas locais. Em contrapartida, o preciosismo na escrita, de parte da alguns literatos, é criticado por, na abordagem da colocação pronominal:

9. Para mostrar a exagerada importância que se dá à colocação dos pronomes, basta dizer que a maior ofensa que se pode fazer a um escritor é afirmar que coloca mal os pronomes. Notáveis escritores se tem defendido deste feio pecado. (V. III, p. 110-111)

10. O *a* das combinações *à* e *às* no sul do Brasil é quase reduzido; é muito pequena a diferença entre *a* e *à*, entre *as* e *às*, provindo disso **frequentes erros na escrita**. No norte podem ouvir-se abertas estas combinações. (V. I, p. 17)⁸

Parece-nos legítimo afirmar que ele defendia uma visão não dicotômica entre oralidade e escrita, e mesmo entre diferentes registros de fala, do mais popular ao mais formal. Os diferentes valores atribuídos a diferentes registros falados são tratados no *continuum* que aponta o excesso normativo na escrita, instância que também se mostra sensível aos erros, a exemplo do enunciado 9. O conjunto de possibilidades para realizações linguísticas são, pois, alocados por Nascentes em espectro que acolhe oscilações e diferenças, assim como atestam que sua perspectiva sobre a língua não se colocava ausente de relativizações.

Das cores e formas da língua

O que acabamos de afirmar conduz-nos a postular um estatuto miscigenado para a língua que Nascentes nos apresenta em sua coletânea. E quando a dizemos miscigenada, pensamos no duplo sentido da palavra, aquele referente à mistura linguística em sentido amplo, junto às questões raciais marcadas na língua de modo mais específico.

A sustentação das diferenças do português que se reconfigurou no Brasil em relação ao português lusitano encontra um de seus argumentos no substrato das línguas originárias dos indígenas, ao lado daquelas dos negros escravizados, contudo, sem consideração da multiplicidade e das especificidades de cada um desses campos, conforme Mattoso (1975, p. 211).

Antenor Nascentes registra aspectos dessas duas matrizes, na coletânea em tela, com lacunariedades, ao mesmo tempo que apontando alguns apagamentos, conforme os enunciados que reunimos no recorte que segue:

⁸ Idem.

11. O nosso Brasil está colocado entre os países sem língua própria [...]. **A língua própria do Brasil** seria o tupi, falado pela maior parte dos nossos indígenas, mas o tupi foi inteiramente suplantado pelo português. (V. I, p. 9)

12. O português falado no Brasil, pela **mistura com o tupi e com os falares dos africanos introduzidos no país** e por outros motivos que não nos cabe aqui expor, é diferente do falado em Portugal. (V. I, p. 9-10)

13. **Da África** (vieram as seguintes palavras): [...] *baobá, berimbau, cacimba, caçamba, caçula, [...], mandinga [...], moleque [...], quitanda, senzala, vatapá, zebra, zumbi.* [...]

Da América os principais contingentes saíram do tupi, que era **a língua dos nossos índios** que habitavam o litoral: *abacaxi, abio, assai aipim, [...], carnaúba, catapora, catinga, cipó, cuiá, cupim, cotia, cutucar* [...]. (V. IV. p. 224)⁹

A aparente disposição em lista dos casos que Nascentes destaca nos processos de constituição da herança linguística do português brasileiro desfaz-se quando atentamos para particularidades nessa narrativa, via recolha e junção de fragmentos que não se mostram em continuidade. A asserção que colocamos em primeiro plano, na montagem que fizemos, é acerca de suas diferenças em relação ao português europeu, marcadas por seu caráter mestiço: os *africanos introduzidos* e os *nossos indígenas*.

Na linearização desses dois importantes substratos, são apresentados indícios do caráter não pacífico dessa mestiçagem: as palavras vieram da África, mas os sujeitos signatários das línguas às quais tais palavras pertencem, não vieram de livre e espontânea vontade, mas foram *introduzidos*. Já o tupi, que aqui estava, e que *seria nossa língua própria*, foi *inteiramente suplantado pelo português*. Os confrontos e as disputas nesse processo de “acomodação” linguística provavelmente sejam da ordem do irrecuperável, e por isso o que restou foram inventários do léxico e algumas ocorrências fonéticas e ortoépicas, escassez esta que sinaliza a dimensão da desigualdade nos jogos de forças.

Contudo, as alterações que os contatos linguísticos promoveram não são ignoradas por Nascentes, tanto que ele reporta ao processo de aprendizado da língua portuguesa pelos indígenas e pelos africanos *escravizados*, afirmando o grau e o alcance das mudanças: “A língua da metrópole começou a sofrer *intensos abalos* no seu sistema fonético, em sua morfologia e em sua sintaxe; o léxico começou a enriquecer-se de elementos tupis e africanos” (V. IV, p. 236). O emprego do sufixo que demarca a condição de involuntariedade em *escravizados*¹⁰, numa temporalidade em que tal distinção semântica não estava em pauta do mesmo modo que hoje, é indício de uma tomada de posição, ainda que não explícita, de parte do autor,

⁹ Os destaques em negrito são nossos.

¹⁰ Esse mesmo emprego é recorrente na extensão dos 5 volumes da coletânea.

pelo caráter arbitrário e violento dos processos de tráfico humano e genocídio linguístico.

Galindo (2022), tratando da constituição de nosso patrimônio linguístico, pauta aspectos da violência que é tanto de ordem factual quanto simbólica:

A língua portuguesa [...] é resultado de uma trajetória improvável e única. Resulta do processamento de uma herança europeia por milhões de pretos, pardos, indígenas, pobres, desprovidos e desconsiderados, que desde sempre constituíram a imensa maioria da população das fazendas, vilas e cidades; da presença central de mães que transmitiram sua versão dessa língua a seus filhos (frequentemente gerados por homens brancos europeus em atos sexuais com variados graus de consentimento ou violência), tirando das mãos dos homens europeus a linha de transmissão desse patrimônio linguístico e formando gerações de mestiços, de caboclos, pequenos “bárbaros” que podiam se apossar daquela língua sem grandes considerações por Lisboa. (Galindo, 2022, p.22)

A descrição elaborada por Galindo acrescenta à narrativa da formação do português brasileiro o ingrediente comumente silenciado e ao qual nos referíamos: a violência em suas diferentes formas. A inegável herança indígena e africana na língua que se formou no Brasil geralmente é reduzida a listas de palavras completamente desistoricizadas, retiradas de suas condições de produção. Diante disso, a intervenção da qual Nascentes fez parte, no sentido de oficializar segmentos indígenas e africanos na escrita da língua portuguesa do Brasil reveste-se de ainda maior significado simbólico.

As lacunas no registro das heranças indígena e africana na configuração do português brasileiro são também registradas por Mattoso (1975, p. 211), em abordagem sobre os estudos dialetológicos, quando ele sinaliza que os estudos da fonologia, em seu apelo aos dois substratos, “serviram de base para tentar explicar de certas evoluções fonológicas das falas regionais, ou mesmo da língua popular, como a iotização ou /ly/ palatal ou o esvaimento do /s/ ou do /r/ diante de pausa” (Câmara Jr., 1975, p. 211).

Esse mesmo autor registra que os estudos da fonologia, em seu apelo aos dois substratos, “serviram de base para tentar explicar de certas evoluções fonológicas das falas regionais, ou mesmo da língua popular, como a iotização ou /ly/ palatal ou o esvaimento do /s/ ou do /r/ diante de pausa” (Câmara Jr., 1975, p. 210).

A reflexão de Mattoso sobre os estudos dialetológicos no Brasil critica, além da desconsideração da multiplicidade de línguas que compunham os dois estratos base, a ausência de distinção mais rigorosa entre as ocorrências que são legitimamente regionais na relação geral com o território brasileiro, “até o que pertence a rigor à língua coloquial em contraste com a língua literária, acima do plano dialetal” (Câmara Jr., 1975, p. 210).

Podemos dizer, a partir de nossa entrada na coletânea *O Idioma Nacional*, que há, nela, ensaios acerca dessa especificidade, marcados, sobretudo, por um cuidado do autor em não dicotomizar as diferentes realizações; antes, elas são tomadas na perspectiva de um *continuum* entrecortado por idas e retornos. O professor Nascentes reconhece que embora a língua culta não é igual à popular, tampouco a literária o é em relação à falada; contudo, concorda com Gilberto Freyre quando este autor, em sua obra *Casa grande e senzala* (1933) condena o purismo e o preciosismo. Ou seja, as diferenças não podem ser absolutamente antagônicas, a ponto de a escrita constituir-se instância totalmente alheia à fala; também é questionável a dualidade na língua enquanto demarcadora da divisão social herdada do regime escravocrata:

14. Ficou-nos, entretanto, dessa primeira dualidade de línguas, **a dos senhores e a dos nativos, uma de luxo, oficial, outra popular, para o gasto**, - dualidade que durou seguramente século e meio e que prolongou-se depois, com outro caráter, no antagonismo entre **a fala dos brancos das casas-grandes e a dos negros das senzalas** – um vício, em nosso idioma que só hoje, e através dos romancistas e poetas mais novos [...] vai sendo corrigido e atenuado: o vácuo enorme entre a língua escrita e a falada. Entre o português dos bacharéis e doutores, quase sempre propensos ao purismo, ao preciosismo e ao classicismo, e o português do povo, do ex-escravo, do menino, do analfabeto, do matuto, do sertanejo. (Nascentes, 1945, p. 7, citando Gilberto Freyre)¹¹

Entre o nacionalismo e a vida na língua

No primeiro recorte deste estudo privilegiamos as relações entre o português brasileiro e seu fora; a língua considerada matriz, na relação desta com as outras línguas que aqui estavam e/ou tomaram lugar. Já no segundo recorte, atentamos de modo mais específico às divisões internas que constituíram o processo de estabelecimento linguístico, configurado por questões de raça e de classe, as quais, considerado o limite temporal de seu alcance, produziram também contornos para essa mesma língua. Ao fim e ao cabo, podemos dizer que estivemos, em todos os recortes, tratando da inextrincabilidade entre o dentro e o fora da língua. Agora, neste recorte, nos dedicamos a pautar o estatuto dessa relação na constituição do caráter nacional da língua, privilegiando o que nela ressoa e, especialmente, o que se movimenta, o que se altera e constitui o projeto do professor, já referido por nós na introdução e que aqui sublinhamos como a *inalienável presença da vida na língua*.

¹¹ Os destaques em negrito são nossos.

Falar em *vida* na língua tem a ver com o espírito do tempo da produção de Nascentes, razão pela qual, entre outros aspectos, atentaremos para lugares-matrizes que ressoam em sua obra, especialmente nos contornos que ele desenha para o tratamento do “idioma nacional”, nas obras aqui selecionadas. Conforme já referimos, o estatuto de nacionalidade inseria-se então em um projeto mais amplo, presente em várias áreas da produção cultural, como resposta às demandas de uma jovem nação independente. Junto a isso, é preciso lembrar que enquanto pesquisador viajou o mundo e teve contato com as vertentes mais avançadas da época em termos de pensamento linguístico. Dentre elas, destacamos os estudos comparatistas e históricos, que tiveram sua consolidação no século XIX, especialmente no contexto alemão, representado, entre outros, por Humboldt (1767-1835), Rask (1787-1832), os irmãos J. Grimm (1785-1863) e F. Bopp (1791-1867), conforme registro de Robins (1983).

A tônica dos estudos comparatistas no século XIX, ainda consoante Robins (1983, p.140), era “a idéia de que a comparação facilitava os estudos de ordem histórica e a noção de que a mudança era uma degeneração de um estado linguístico primitivamente íntegro.” Contudo, no final do século XIX e início do XX o trabalho do comparatista suíço Wilhelm Meyer-Lübke (1861-1936) produz alguns deslocamentos nessa perspectiva, especialmente pelo privilégio que sua abordagem conferia à língua viva, conforme registra Hampejs (1961). Esse viés impacta mais diretamente a produção de Nascentes, que toma partido pela condição do uso, ciente de que quem faz a língua é o falante, e por isso ela não é matéria inerte e imutável. Trata-se da língua viva, heterogênea, em constante movimento social e histórico, à qual presta ainda mais atenção quando da elaboração, a partir da coletânea *O Idioma Nacional*, de material com caráter explicitamente didático, no qual encontramos, dentre outras tantas, as assertivas que seguem: “É comum ler-se *oiro* [...] escritos por quem pronuncia *ôru* [...] Francamente, não vejo razão para o emprego dessas formas **que não vivem na língua.**” (Nascentes, 1935, p. 15).¹²

O olhar que ele lança para a língua contempla a mudança, os movimentos, em flagrante valorização do que lhe é próprio no cotejo com seu fora, a “língua-mãe”. Contudo, esse olhar não se marca pelo ufanismo nacionalista, próprio do comparativismo alemão. Ao contrário, ele não se esquivou de discutir criticamente os pressupostos dessa vertente:

15.O Idealismo em seus vôos ousados, às vezes se perde em regiões estratosféricas; é um Quixote que não raro precisa de um Sancho que o chame à realidade terra-a-terra. [...] devemos evitar de falar de nós mesmos porque *le*

¹² O destaque em negrito é nosso.

moi, na frase de Paschal, *est baißable*, mas sou forçado a isso. (Nascentes, 2003, p. 217)¹³

Atentemos para os enunciados que seguem, atinentes a fatos de ortoépia e de regência nominal:

16. Mudança de timbre do *o* nos nomes.

Alguns substantivos no plural mudam para *o* aberto e *o* fechado da penúltima sílaba: *abrólbo*, *antólbo*, *cachópo*, *caroço* [...].

Neste particular, **o uso é o melhor guia.**

[...]

Existem muitas hesitações.

‘Enquanto na **pronúncia diária** existirem essas hesitações não podemos censurar uma pronúncia e optar por outra; só podemos ver que realmente se vai dando preferência por uma certa e determinada pronúncia; e que a outra vai sendo vencida, e só quando a vitória dum a fôr completa então é que, fundamentando-nos simplesmente no uso, podemos censurar a outra, como **desusada**. É uma mera questão de fato’. (Almeida Cavacas). (V. I, p. 26-27).

17. É acoiada de galicismo a falta de preposição de nomes de edifícios, instituições, logradouros públicos. Ex.: *Hotel Gloria*, *Colégio Pedro II Teatro República* [...]

Estas construções, porém, estão de tal modo enraizadas na **língua viva**, que empregar a construção legítima causaria estranheza. Ex.: *Praça de Tiradentes, rua de Gonçalves Dias*. (V. III, p. 123)¹⁴

A dita vida na língua tem caráter de atualidade e de acolhimento de formas orais, muitas das vezes concomitante à vitória de formas socialmente marcadas e que triunfaram no que o próprio Nascentes designa de *litígio*, quando reporta à relação entre o português do Brasil e o de Portugal. Com relação ao caso das marcas sociais, traço já teoricamente consolidado nos anos subsequente, mais uma vez ele marcou seu pioneirismo, em 1935, ao concordar com Mário Marroquim (1934), em *A língua do nordeste*, quanto este autor defendeu que há formas sintáticas erradas à luz da gramática, já firmadas em diferentes classes sociais, mas consideradas certas dentro da realidade linguística. Segue trazendo uma série de proposições desse estudioso, e fecha com posicionamento seu: “Queremos somente que no ensino e na aferição da capacidade se leve em consideração o território em que a língua é falada” (Nascentes, 1935, p. 18).

Se o território é uma das condições *sine qua non* para a soberania de um Estado, também é verdade que não é este o aspecto que isenta uma língua

¹³ Lição inaugural da cadeira de Filologia Românica, proferida na Universidade do Distrito Federal, em 19 de julho de 1937.

¹⁴ Os destaques em negrito são nossos.

do contato e absorção das diferenças, internas e externas. É justamente essa perspectiva que apreendemos da leitura de Nascentes, nos movimentos que ele desenha entre múltiplas dimensões da língua: “Na pronuncia, no vocabulário, na construção da frase, divergimos muito do falar de Portugal. Dentro do nosso falar, como aliás em toda parte, a língua popular é diferente da culta e na própria língua culta, a falada fica muito longe da escrita” (Nascentes, 1935, p.13). Ou seja, a divisão não é apenas territorial; aquilo que seria o “dentro” da língua realiza-se a partir de dimensões que não são estanques e nem tampouco dicotômicas. Há, por exemplo, a língua culta popular e a língua culta escrita.

Outro comparatista suíço que marcou sua produção e que Nascentes indicava como leitura obrigatória nos cursos de Letras¹⁵, é Charles Bally (1865 -1947). Em sua obra *El lenguaje y la vida* (1935)¹⁶ encontramos posição que ecoa no corpus aqui analisado:

Y sin embargo, ningún esfuerzo consigue detener el movimiento irresistible del impulso vital y social que determina la evolución del lenguaje. El idioma vulgar y hablado continúa su marcha, tanto más segura cuanto más subterránea, y flue como un agua viva bajo el rígido hielo de la lengua escrita y convencional. Luego un buen día el hielo se quiebra e la onda tumultuosa de la lengua popular invade la superficie inmóvil y le trae de nuevo la vida y el movimiento. (Bally, 1935, p. 18)

Mesmo tendo escrito do interior do estruturalismo linguístico, Charles Bally atenta para a dimensão do social, assim como para aspectos relacionados à subjetividade. Essa particularidade converge com as posições de Nascentes, que, por exemplo, nunca abriu mão da descrição, com abrigo das diferenças linguísticas, mesmo quando se colocava como normativista. Diante disso, é a Pêcheux e Gadet (2004, p.30) que referimos, quando esses autores afirmam que “o campo do interdito na linguagem é, assim, estruturalmente produzido pela língua, no interior dela mesma”.

18. Os gramáticos inventaram numerosas regras para disciplinar o emprego do infinitivo pessoal, mas toda essa multiplicidade só serve para trazer confusão. [...] **A língua viva** e os exemplos clássicos estão mostrando a miúdo a inanidade a de destas regras. (V. III, p. 82)¹⁷

Antenor Nascentes produziu conhecimento sobre a linguagem nas condições de produção de seu tempo e também para além delas. Em um

¹⁵ Informação registrada por Ricardo Cavaliere, na Revista Confluência (2006).

¹⁶ *Le langage et la vie* (1925).

¹⁷ O destaque é nosso.

tempo no qual a ordem da escrita assumia importância capital, haja vista a necessidade de legitimação do idioma nacional, ele debitou atenção especial à língua falada, sendo reconhecido, aliás, como o primeiro estudioso a introduzir na escola secundária a língua materna em sua realidade oral. Sua escolha por não prescindir de fatos de fala possibilitaram que abarcasse a língua em um grau de heterogeneidade bastante significativo, junto à inextrincável relação dela com a cultura e a sociedade.

Considerações Finais

“O mestiço e o negro travam uma batalha terrível para crescer na vida. Isso basta. Entendam o que quero dizer, por favor’ – foi a única vez, em 1967, que o professor Antenor Nascentes deixou escapar algum sentimento de mágoa por alguma injustiça sofrida.”

Esse registro, encontrado na Enciclopédia Virtual de “O Explorador”¹⁸, faz ressoar, muito mais do que mágoa, o reconhecimento das distintas condições de existência dos sujeitos em uma sociedade historicamente dividida. Negro, de ascendência humilde, neto e filho de escravizados. Essas marcas em sua história de vida poderiam ser o que salta aos olhos no registro de sua trajetória e produção intelectual, especialmente pelas impossibilidades históricas para quem, no Brasil, pertenceu ao contingente daqueles que desde sempre foram alijados de tudo. Contudo, não é esta a tônica dos arquivos que narram sua produção acadêmica. O que sobressai, dentre outros aspectos, é sua militância por sólida produção de conhecimento sobre a linguagem, em tempos de relativa escassez; militância também pela universalização do ensino primário para todas as classes sociais: “Todo cidadão, quer se destine a ser um operário, quer a ser um agricultor, quer a ser um bacharel, por ela deve passar” (Nascentes, 1935, p. 11). Assume relevo, também, sua denúncia à lacuna na formação de professores em nível superior: “Nossos governos tardaram em criar uma escola superior, de modo que [...] os professores secundários são uns autodidatas. Acabamos os preparatórios e [...] arvoramo-nos em professores e começamos a lecionar o que sabemos e como podemos” (1935, p. 40). Na obra *O idioma Nacional na escola secundária* chama a atenção, junto ao tom didático para o público estudante, a ênfase a orientações aos mestres, sobre como abordar os conteúdos.

Enfrentou também ainda a precariedade da pesquisa linguística, perguntando-se constantemente pelas tecnologias que poderiam alavancar os processos de coleta e de registro. A então inexistência de métodos testados e

¹⁸ Disponível em: <https://www.oexplorador.com.br/antenor-nascentes-foi-de-grande-importancia-para-o-estudo-da-lingua-portuguesa-no-brasil/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

avaliados também foi aspecto que se mostrou limitador, contudo, não impeditivo. Em 1953, quando concluiu o mapa dialetal do Brasil, mesmo ciente da não definitividade daquela versão, manifestou sua segurança, haja vista ter percorrido “todo o Brasil, do Oiapoc ao Xuí, de Recife a Cuiabá” (Nascentes, 1953, p. 24) coletando dados da realidade linguística. Seu espírito inquieto permitiu que constituísse respostas ainda não formuladas, de modo que sua pesquisa dialetológica forneceu dados contrastivos, derivados do estudo de fenômenos próprios do português brasileiro, e, com isso, colocou o português brasileiro no campo de investigação da Filologia Românica.

Com relação à coletânea *O Idioma Nacional*, podemos dizer que sua feição não limitada ao objetivo primeiro, o didático, com abrigo de aspectos da realidade oral da língua, permitiu que a obra respondesse ao projeto de gramatização do português brasileiro, com alguns espaços de desestabilização. Movimento dos sentidos na língua, o idioma nacional colocava-se, à época, como tecido de disputas entre o duplo que lhe dividia em relação ao seu fora constitutivo e em relação ao seu próprio interior, multifacetado, entre o falado e o escrito; o culto e o popular; e os substratos étnicos. Antenor Nascentes, não se furta desse espectro de questões e faz ver o inextrincável laço entre linguagem e a vida. A aguda percepção das particularidades do português brasileiro, com sua gama de traços (portugueses, indígenas, africanos, sem falar nas línguas de imigração, que também tiveram abrigo na obra), bem como pelas ausências, possibilita que, desde nossa posição materialista, possamos hoje acessar essa língua em seu encontro com o real da história que a constituiu.

Língua para a qual podemos atentar, enquanto estudiosos, nos movimentos contraditórios entre seu interior e seu avesso. Língua que o professor Nascentes defendeu como sendo de Portugal e ao mesmo tempo um dialeto muito nosso: inaliavelmente a mesma e outra. Língua que é a dos indígenas autóctones ao mesmo tempo que dos pretos escravizados. Língua partida, valendo-nos aqui de definição de Medeiros e Petri (2013), que se divide entre o regional e o nacional, mas também língua cerzida, suturada, conforme Rasia (2022), com as marcas da impossível da cicatrização de uma memória sempre lacunar e contraditória. Língua cujo registro da obra do professor marca-se também pela falta: há dívidas no registro das heranças indígenas e africanas.

Neste estudo procuramos juntar as peças de um quebra-cabeças inconcluso, embora determinante para muito do que a ele sucedeu. E assim, pudemos dizer sobre a língua nacional contornada pelas lentes do professor Nascentes, nos anos 20 do século passado. Diante da impossibilidade de tudo dizer, Nascentes o disse, de algum modo.

Referências

- BALLY, C. [1925]. **El lenguaje y la vida**. Buenos Aires: Editorial Losada, 1935.
- BECHARA, E. C. “Antenor Nascentes, um tardio na cadeira 41. **Revista Brasileira**, ano II, n. 99, Abr., Mai., Jun. 2019. Disponível em: Disponível em: <https://www.academia.org.br/eventos/antenor-nascentes-um-tardio-na-cadeira-41/>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- GALINDO, C. W. **Latim em pó: um passeio pela formação do nosso português**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- GUIMARÃES, E. “A língua portuguesa no Brasil”. In: **Cienc. Cult.** vol. 57 no.2 São Paulo Apr./June 2005. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200015/. Acesso em: 10 jan. 2024.
- GUIMARÃES, E. “Sinopse do português no Brasil”. In: **Relatos Publicação do Projeto HII Unicamp**, Campinas, n.1, p. 3-20, 1993. Disponível em: https://www2.iel.unicamp.br/webdocs/iel/hil//publica/relatos_01.html / Acesso em: 10 jan. 2024.
- HAMPEJS, Z. “Três aspectos da obra de Antenor Nascentes”. In: **Letras**, UFPR, n. 12, 1961.
- MARROQUIM, M. **A língua do nordeste: Alagôas e Pernambuco**. Editora Nacional, 1934
- CÂMARA Jr., J. M. **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.** Rio de Janeiro, Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1975.
- CÂMARA JR., J. M. Antenor Nascentes e a filologia brasileira. In: **Revista da Academia Brasileira de Filologia**. N. XIV, 2014.
- MARROQUIM, Mário. **A língua do nordeste: Alagôas e Pernambuco**. Editora Nacional, 1934.
- NASCENTES, A. **O idioma nacional**. [1926] 4ª. ed. V. I. ,1936. Rio de Janeiro: Livraria Alves e Livraria Briguiet, 1936.
- NASCENTES, A. **O idioma nacional**. [1927] 3ª. ed. V. II. 1942. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- NASCENTES, A. **O idioma nacional**. [1928] 3ª. ed. V. III. 1942. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- NASCENTES, A. **O idioma nacional**. [1928] 2ª. ed. V. IV. 1933. Rio de Janeiro: Livraria Machado e Livraria Alves, 1933.
- NASCENTES, A. **O idioma nacional na escola secundária**. São Paulo: Companhia melhoramentos, 1935.

- NASCENTES, A. Filologia românica. In: NASCENTES, Antenor. **Estudos Filológicos**. Coleção Antônio de Morais Silva. Diretor: Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003.
- NASCENTES, A. **O linguajar carioca**. Rio de Janeiro, Organização Simões, 1953.
- ORLANDI, E. **Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil**. Campinas, Editora RG, 2009.
- PAGOTTO, E. G. “Estudos Filológicos de Antenor nascentes ou o nariz de José Oiticica”. NASCENTES, Antenor. Estudos Filológicos. Resenha. **Língua e Instrumentos Linguísticos**. Campinas, SP, v. 9, n. 17, p. 95–112, 2006.
- PENHA, J. A. P. **Filólogos Brasileiros**. Franca: Editora Ribeirão Gráfica, 2002, p. 67-72.
- PFEIFFER, C. C. A língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX. In: ORLANDI, Eni. **História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. Campinas, Pontes e Cáceres, Unemat Editora. 2001.
- PETRI, V.; MEDEIROS, V. G. DE. Da língua partida: nomenclatura, coleção de vocábulos e glossários brasileiros. **Revista Letras** (UFMS) online, v. 23, p. 43-66, 2013.
- RASIA, G. dos S. Presença negra no sul do Brasil: as suturas na materialização da memória. **Revista Letras** (UFPR), v. 105, p. 127-138, 2022.
- ROBINS, R. H. **Pequena história da linguística**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.
- ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

PERFIS DOS AUTORES

Aira Suzana Ribeiro Martins possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 1977), Especialização em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 1997), Mestrado em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 2000) e Doutorado em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 2006). Atua, principalmente, com os seguintes temas: Estilística, Semiótica, Léxico, Alfabetização, Leitura e Produção Textual. É membro do Grupo SELEPROT de pesquisas na área de Semiótica, Leitura e Produção de Textos, criado pela Professora Doutora Darcília Marindir Pinto Simões. Faz parte, também, do grupo GEPLIEB - Grupo de Estudos e Pesquisas em Língua(gem) e Projetos Inovadores na Educação Básica. Leciona no Ensino Fundamental e no Programa de Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica (MPPEB) do Colégio Pedro II.

Claudia Moura da Rocha possui graduação em Letras-Português/Literatura pela UERJ (1995), mestrado e doutorado em Língua Portuguesa pela UERJ (2005 e 2013, respectivamente). Atualmente é professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e professora aposentada da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, tendo atuado no primeiro e no segundo segmentos do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Claudia Pfeiffer: Sou pesquisadora no Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp, desde 1996, atuando na área do Saber Urbano e Linguagem, em diferentes temas. Fiz minha graduação em Linguística, no Instituto de Estudos da Linguagem, o IEL da Unicamp, onde também fiz minha pós-graduação com mestrado em Análise de Discurso (AD) e doutorado em AD e HIL (História das Ideias Linguísticas). Desde 2004, sou credenciada como professora plena no Programa de Pós-Graduação em Linguística (IEL/Unicamp), atuando nas áreas de AD e HIL.

Cynthia Vilaça é graduada em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre e doutora em Linguística pela mesma instituição, com estágio doutoral na Università degli Studi di Roma Tre. Desde 2014, integra o corpo docente dos Setores de Filologia e de Língua Portuguesa do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e atua em projetos de pesquisa e extensão junto ao Centro Filológico Clóvis Monteiro.

Elisabeth Monteiro da Silva é Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Integrante do Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação - NEPHE-UERJ. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira - NEPHEB/UNIRIO. Mestre em

Bens Culturais e Projetos Sociais pelo CPDOC/Fundação Getúlio Vargas - FGV. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Coordenadora do CEDOM - Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Desenvolve pesquisa na área de Educação com ênfase em História da Educação.

Emílio Pagotto: Sou capixaba - palavra que quer dizer 'roça de milho', o que é quase um trocadilho anacrônico com meu nome. Mestre e doutor em Linguística - títulos obtidos na UNICAMP, onde atualmente trabalho, no Instituto de Estudos da Linguagem, como professor livre-docente (mais docente do que livre, faz parte). Atuo nas áreas de Linguística Histórica e Sociolinguística, mas estou sempre olhando pra um outro lado.

Gesualda dos Santos Rasia: Sou egressa da Escola Pública e tenho doutorado em Letras pela UFRGS. Fiz estágio pós-doutoral nessa mesma instituição e na Université Paris 8. Fui professora da Educação Básica e hoje atuo no Ensino Superior, graduação e pós-graduação, na UFPR, com pesquisa nos estudos do texto, do discurso e da história das ideias. Sou pesquisadora produtividade Nível 2, do CNPQ, desde 2022.

José Horta Nunes é graduado em Letras (Licenciatura) pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1987), tem mestrado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1992), doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1996) e pós-doutorado na École Normale Supérieure de Lyon (2004, França). Atualmente é pesquisador do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP. Atua como Membro Associado Estrangeiro do CNRS (França). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso sobre/da cidade, estudos do léxico urbano, análise histórico-discursiva de dicionários e enciclopédias, divulgação científica.

Joyce Palha Colaça é Doutora em Estudos de Linguagem, mestra em Letras e graduada em Letras Português/ Espanhol pela UFF. É professora associada de Espanhol na UFS, onde é representante da área de Linguística, Letras e Artes na COMPQ, integra o Programa ISF, coordena um núcleo do PIBID e do EPLE. Foi membro da diretoria da ABH (2016-2018) e pesquisa na área de Análise de Discurso, História das Ideias Linguísticas, Linguística Aplicada e Estudos da Tradução.

Laura Sokolowicz é professora de espanhol e tradutora. Possui Bacharelado em música / habilitação oboé (1999) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO); Licenciatura em Letras / Português e Espanhol (2018) na Universidade Cruzeiro do Sul; Mestrado (2014) e Doutorado (2020) em Letras / Língua espanhola na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH USP). Atualmente desenvolve pesquisa de

pós-doutorado junto ao Instituto de Estudos Brasileiros da mesma Universidade (IEB USP) no qual analisa o arquivo de cartas internacionais passivas de Antenor Nascentes (1920-1970).

Lívia Buscácio é professora titular do Instituto Nacional de Educação de Surdos, onde atua na educação básica desde 2007 e no Mestrado Profissional em Educação Bilíngue (2019 a presente data). É pesquisadora do Grupo Arquivos de Língua (GAL), do ArteGestoAção e do Núcleo de Estudos em Língua e Discurso (NELID). Tornou-se mãe em 2015.

Luciano Monteiro é cria de Santa Cruz, zona oeste do Rio de Janeiro. Bacharel em Letras (português-literaturas) pela UFRJ, licenciado em Letras (na mesma habilitação) pela UERJ, mestre em História das Ciências pela Fiocruz e doutor em Estudos da Linguagem pela UFF com pós-doutorado na Fundação Cada de Rui Barbosa e na UFSM. Leciona disciplinas de Linguística, português como língua materna (para brasileiros) e como segunda língua (para estrangeiros). Também dinamiza oficinas de escrita criativa baseadas no método do grupo francês OuLiPo (tema de pesquisa atual). Foi percussionista da Cia. Folclórica do Rio - UFRJ e da Orquestra de Tambores Robertinho Silva e Carlos Negreiros. Recebeu o Prêmio Capes de melhor tese de Linguística e Literatura em 2022.

Marcelo Moraes Caetano é doutor em Letras pela UERJ e pós-doutorando em antropologia pela Universidade de Copenhague, Dinamarca. Escritor, pesquisador, psicanalista com mais de 50 obras publicadas, professor adjunto de língua portuguesa e filologia da UERJ. Tradutor de inglês, francês, alemão, espanhol e italiano e estudioso das filologias grega, latina e chinesa. Membro do *International PEN Club* Rio-Londres, da *Société Académique des Arts, Sciences et Lettres de Paris* e da Academia Brasileira de Filologia.

Pedro Arão Carvalho é graduando em Letras com habilitação em Português e Inglês pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Integrante do Grupo de Pesquisa Discurso e Tensões Raciais - DTeR (CNPq/UESC). Foi voluntário de iniciação científica, bolsista Fapesb e Bolsista institucional no projeto de pesquisa de Iniciação Científica. Possui experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso e em História das Ideias Linguísticas.

Rogério Modesto é professor de Língua Portuguesa e Linguística da Estadual de Santa Cruz - UESC, e coordenador do respectivo Programa de Pós-Graduação em Letras. Graduado em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, Mestrado e Doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. É líder do DTeR - Discurso e Tensões Raciais (DLA/UESC). Tem interesse por Análise de Discurso, História das Ideias Linguísticas, Língua e Racialidade.

Thais de Araujo da Costa é Procientista (UERJ/Faperj), professora Adjunta de Língua Portuguesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e

professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense (POSLING-UFF). Tem doutorado em Estudos da Linguagem pela UFF e pós-doutorado em História das Ideias Linguísticas pela UFF e pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É coordenadora do Arquivos de Saberes Linguísticos (SaberLing/UERJ/Faperj), uma das coordenadoras do Laboratório de Estudos em Gramática & Discurso (LabGraDis/UERJ/Faperj) e coordenadora geral da Coleção Letras UERJ da Eduerj. Realiza pesquisa em História das Ideias Linguísticas na sua relação com a Análise de Discurso Materialista.

Vanise Medeiros é professora associada da Universidade Federal Fluminense, com pós-doutorado pela Sorbonne Nouvelle Paris III, bolsista 2 do CNPq e Cientista do Nosso Estado (FAPERJ). É líder do grupo Discursividade, língua e sociedade (CNPq), coordenadora do Grupo Arquivos de Língua (GAL/UFF), que integra pesquisadores de diversas universidades e instituições brasileiras e universidades internacionais, e uma das coordenadoras do Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS/UFF). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística, atuando em Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas.

ÍNDICE REMISSIVO

- Abolição da escravidão – 66; 74; 75; 290
Abolicionismo – 90; 93; 96; 100; 123
Academia Brasileira de Filologia – 30; 32; 49; 54; 63; 65; 84; 121; 124; 233; 298;
319; 353; 357
Academia dos Bacharéis em Letras - 62
Adolfo de Morales de Los Rios Filho - 54
Antonio de Araujo Mello Carvalho - 54
Antonio Houaiss - 61
Apagamento da negritude – 12; 66; 83; 114
Arquivo epistolar – 13; 230; 233; 238; 243; 246; 248; 250
Arthur de Gobineau – 96; 276
Atlas linguístico – 19; 39; 45; 60; 62; 242; 258; 278; 281; 337
Aurélio Buarque de Holanda - 61
- Bertha lutz - 55
branqueamento – 99; 100; 103; 114; 222
Branquitude – 29; 82; 104; 106; 107; 117; 118; 120
Brenno Silveira de Arruda - 54
- CEDOM – Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II – 20; 59;
260; 261; 356; 359
Clóvis Monteiro – 61; 129; 146; 147; 355
Colonialismo – 81; 92; 95; 172; 193
Colonização linguística – 170; 171; 172; 173; 175; 177; 185; 192; 194; 196; 227
Condições de produção – 67; 68; 75; 84; 115; 117; 149; 180; 208; 219; 220; 221;
223; 230; 255; 257; 259; 261; 267; 331; 337; 339; 346; 350
Congresso da Língua Nacional Cantada – 84; 123; 255; 257; 261; 262; 273; 279; 294
Criança escravizada – 90; 91
- D. Antônio de Macedo Costa – 75; 76
Dario Portuguese Silva Monteiro - 54
David José Perez - 54
Dialeto caipira – 19; 25; 26; 40; 41; 46; 129; 139; 140; 141; 142; 177; 278; 281
Dialetolegia brasileira – 14; 38; 129; 131; 314
Dicionário etimológico – 18; 20; 24; 25; 26; 38; 59; 61; 64; 83; 111; 113; 130; 150;
162; 211; 215; 245; 247; 248; 249; 260; 275; 298; 307; 311; 317; 320; 337
Discurso lexicográfico – 151; 202; 205
Discursos racializados – 78; 80; 173; 174; 196; 215; 222; 225; 227
- Epistemicídio - 78

Escravidão – 12; 66; 75; 84; 85; 87; 89; 90; 92; 102; 104; 119; 122; 124; 125; 165; 183; 187; 220; 230; 232; 289; 290
Escravidismo – 88; 89; 92; 93; 94; 96
Estrangeirismos – 19; 140; 146; 201
Estudo das letras humanas – 300; 306
Estudos sobre linguagem no Brasil – 14; 298
Etimologia – 25; 26; 40; 146; 149; 207; 249; 295; 301; 340

Falar brasileiro – 136; 176; 177; 180; 181; 185; 188; 190; 191; 192; 193; 200; 216; 234; 264; 288
Fausto Barreto – 58; 61
Filologia brasileira – 314; 317; 353
Filologia portuguesa – 18; 49; 233; 238; 246; 287; 303; 308; 311; 312; 313; 317; 320
Filologia românica – 17; 19; 54; 60; 131; 137; 179; 180; 181; 183; 188; 298; 306; 308; 310; 312; 314; 315; 316; 317;
Formato de verbete – 151; 154; 155; 157
Francisco Pereira Novaes da Cunha - 54
Funcionamento linguístico - 235

Geografia linguística – 26; 27; 38; 40; 46; 47; 147; 256; 258; 278; 281; 301; 313
Geolinguística – 37; 47; 306
Gilberto Freyre – 90; 276; 290; 347
Gíria(s) – 19; 23; 34; 130; 138; 142; 146; 150; 156; 162; 314; 337
Glotologia – 303; 306; 308; 310; 317
Gramática histórica – 305; 307; 309; 310; 317; 318; 319
Gramáticas locais - 26
Gramatiquinha – 237; 276; 281; 283; 294
Gramatização – 14; 65; 67; 69; 78; 81; 119; 150; 168; 171; 175; 185; 194; 199; 206; 226; 287; 333; 338; 339; 352

Hemetério José dos Santos – 66; 68; 78;
Hiperlíngua - 277
História descolonizadora-decolonial da ciência – 170; 245
Horizonte de projeção - 205
Horizonte de retrospectiva – 47; 191; 205
Imaginário – 23; 154; 161; 169; 170; 171; 175; 186; 190; 195; 201; 214; 220; 225; 230; 258; 324; 328; 329

Institucionalização de arquivo - 322
Instrução pública – 63; 120
Instrumentos, instrumentos linguísticos – 14; 40; 49; 67; 77; 82; 150; 162; 169; 171; 174; 226; 230; 264; 266; 268; 272; 277; 287; 323; 324; 339; 354;
Intelectual negro – 66; 67; 78; 118; 322

Laura de Bezerra – 55; 56
Léxico carioca – 12; 137; 138

Lexicografia – 13; 14; 25; 162; 229; 233; 318
Língua no/do brasil – 35; 41; 134; 165; 175; 182; 200; 206; 233; 238; 242; 265
Língua imaginária (trans)regional – 175; 186; 277
Língua partida – 162; 197; 226; 228; 352; 354
Língua popular – 132; 133; 145; 160; 341; 346
Linguística histórica – 26; 38; 44; 47; 279; 297; 306; 314; 316; 318; 356
Linguística românica – 61; 311
Lino de Moraes Leme - 54

Macunaíma – 269; 291; 294
Manoel Bandeira - 61
Manoel Said Ali Ida - 61
Materialidades significantes - 167
Mestiçagem – 73; 74; 77; 80; 99; 122; 214; 216; 220; 222; 224; 226; 228; 345
Metaforizações metonímicas – 193; 210; 217
Miscigenação linguística – 92; 218; 222; 223; 276; 294
Mulher escravizada – 88; 89; 90; 91

Nacionalismo linguístico - 74
Negritude – 12; 20; 28; 34; 48; 76; 78; 81; 83; 84; 114; 118; 256
Neogramáticos – 26; 38; 61; 117; 277; 301; 308
Neologismos – 19; 130; 138; 142; 147; 176; 184; 201; 205
NUDOM – Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II – 51; 52; 56; 59; 60; 229

O Monitor Campista - 66
Oralidade – 65; 188; 192; 201; 344

Paráfrase – 71; 151; 177; 178; 186; 340
Patologia linguística – 134; 179; 180; 181; 308; 317
Pauliceia desvairada – 276; 291; 294
Polissemia – 14; 180; 216; 298; 299; 320
Português brasileiro – 26; 39; 40; 42; 44; 46; 47; 49; 70; 72; 73; 77; 78; 129; 130; 134; 136; 140; 234; 239; 308; 334; 335; 346; 347; 352
Pretos novos – 86; 123
Princesa Isabel - 75
Processos de identificação – 166; 192; 210; 225
Processos fonológicos - 139

Racismo – 68; 77; 82; 94; 95; 96; 97; 98; 99; 103; 105; 107; 112; 117; 118; 119; 121; 122; 123; 173; 199; 220; 222; 225; 227; 228; 232; 276; 290; 294
Racismo científico – 82; 96; 97; 98; 99; 220; 222; 276; 294
Ramiz Galvão - 61
Rede de sociabilidade – 61; 112; 117; 239; 250
Rede intertextual - 239
Redes transnacionais - 233

Romanística – 241; 313; 316

Saber metalinguístico – 77; 78; 80; 162; 196; 227; 295; 339; 354

Semana de Artes Modernas – 184; 275; 280

Silva Ramos - 61

Sousa da Silveira – 42; 61; 255

Subfalares – 45; 131; 135; 136; 176; 190; 191; 200

Tecnologias urbanas – 168; 169; 197

Teoria da literatura - 297

Universalização da língua – 178; 179; 351

Vicente de Souza – 58; 61

Wilhelm Meyer Lübke – 61; 64; 301; 311; 348

Arquivo Antenor Nascentes

Acesse o catálogo da produção intelectual de Nascentes em:



<https://www.saberling.institutodeletras.uerj.br/producao-intelectual-2/>

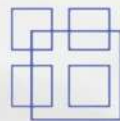


ARQUIVOS DE
SABERES
LINGUÍSTICOS



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



LabGraDis



O leitor encontra no presente livro reflexões multidisciplinares sobre a produção de Antenor Nascentes dentro de uma história do conhecimento linguístico-gramatical brasileiro. Reúnem-se escritos nos quais são destacadas diferentes dimensões do trabalho minucioso realizado por este pesquisador e professor dando a ver processos de historicização do nome de autor Antenor Nascentes.

Pedro & João Editores



pedrojoaoeditores.com.br

ISBN 978-85-265-1624-0



9 786526 516240 >